

e

revista
pígrafe

2021 v.10 n.1





Revista de Graduação em História
Edição Dez
Número Um
Ano 9 | Agosto de 2021
Brasil – São Paulo

A revista *Epígrafe* é uma publicação eletrônica de caráter científico organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). A revista é um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de artigos, ensaios, traduções e resenhas na área de História, que foram desenvolvidos essencialmente por graduandos. Além disso, há um espaço para a apresentação de entrevistas realizadas com grandes historiadores.

EQUIPE EDITORIAL

COMISSÃO EDITORIAL

Ana Carolina Alves Falconeris
Ana Clara Vieira Marques
Beatriz Gasques Favilla
Gabriel Yukio Shinoda Oliveira
Gabriele Maria Oliveira
Guilherme Oliveira Souza
Letícia Oliver Fernandes
Leticia Santiago Bertoncini
Marina de Almeida Spinola
Pedro Carvalho Silva
Pedro José de Carvalho
Yan Fernando Pereira Catuaba

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Slemian – Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo
Gabriela Pellegrino Soares - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Rafael de Bivar Marquese - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Flavio de Campos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Henrique Soares Carneiro - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
João Paulo Garrido Pimenta - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Julio Cesar Pimentel Pinto Filho - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Marcelo Rede - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Marcela Boni Evangelista - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Cristina Correia L. Pereira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Cristina Cortez Wissenbach- Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Filomena Coelho – Departamento de História, Universidade de Brasília
Mauricio Cardoso - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Miguel Soares Palmeira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

EXPEDIENTE

Comissão Editorial: Beatriz Gasques Favilla, Gabriel Yukio Shinoda Oliveira, Gabriele Maria Oliveira, Guilherme Oliveira Souza, Letícia Oliver Fernandes, Marina de Almeida Spinola, Matheus de Paula Silva, Pedro José de Carvalho, Yan Fernando Pereira Catuaba

Capa e ilustração: Ana Julia Rodrigues Pradas, Laura Paschoal Aun

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

Pró-Reitoria de Graduação

Prof. Dr. Edmund Chada Baracat

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. Sylvio Roberto Accioly Canuto

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-Diretor: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Torres Megiani

Epígrafe – Revista de Graduação em História

www.revistas.usp.br/epigrafe
revistaepigrafe@usp.br

Facebook: RevistaEpigrafe
Instagram: @revistaepigrafe
Twitter: @REpigrafe

Editorial: O constante movimento de renovação	7
<i>Gabriele Maria Oliveira</i>	
<i>Pedro Carvalho Silva</i>	

Artigos

“Você nos colocou na história”: uma História Social da prostituição brasileira nas décadas de 1980 e 1990	21
<i>Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo</i>	
“Em legítima defesa da honra”: a luta contra a naturalização da violência contra as mulheres	50
<i>Kathiusy Gomes da Silva</i>	
Entre a redação e o set de filmagem: A circulação do pensamento feminista na Ditadura Civil-Militar (1970/1980)	78
<i>Nayla Tavares Guerra</i>	
Catarina de Médici (1519-1589): Imagens de gênero e poder	111
<i>Eduardo Gern Scoz</i>	
A continuidade punitiva na história do Brasil: Da era colonial à redemocratização	132
<i>Larissa Cabelo de Campos</i>	
Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80	163
<i>Gustavo Nazario</i>	
Falta alguém em Nuremberg: Uma representação liberal de Vargas e do Estado Novo no pós-45	194
<i>Julia Nogueira Zon</i>	
Getúlio Vargas: A imagem do mito político	218
<i>Alice Jungblut Braun/ Geovana Klaus Magalhães</i>	
Dom Pedro II nos Estados Unidos: Impressões do roteiro de um monarca viajante (1876)	247
<i>Jorge Henrique Marcelino</i>	

Tiradentes em Mont-Pèlerin: Neoliberalismo e memória da Inconfidência Mineira <i>Gustavo de Castro Belém</i>	273
Prover e acumular: A estrutura e o perfil da posse de escravos em um contexto econômico de abastecimento (São Luiz do Paraitinga no primeiro quartel do século XIX) <i>Diego Alem</i>	299
O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930) <i>Pedro Gabriel Neves de Aquino</i>	331
Dos muros às frestas: A irmandade Nossa Senhora da Lampadosa como espaço étnico-cultural <i>Layla Silva Ferreira</i>	360
O protagonismo do romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário: desvendando traços de reminiscências entorno da Estrada de Ferro de Bragança-PA <i>Bruno Rafael do Amparo Ribeiro</i>	383
Retocai o céu de anil: Sintomas do Desenvolvimentismo na MPB (1946-1968) <i>André Luis Carneiro</i>	414
Las Casas e a escravidão na América Espanhola <i>Maria Alice Messias Conforti de Carvalho</i>	441
Controlar as vidas na Monarquia Hispânica: Uma análise histórica da autobiografia de Jerónimo de Pasamonte e do Pasamonte de Cervantes <i>Eric Caixeta Carvalho</i>	457
A importância da indumentária nas pinturas de castas: Um estudo do quadro "Castas" de Luis de Mena <i>Giovanna de Assis Bareli</i>	484
A representação dos curdos no melodrama turco "Sila, prisioneira do amor" <i>Pricyla Weber Amaral</i>	505
Dataísmo, a religião do século XXI e sua manifestação do sagrado no filme I am Mother (2019) <i>Caroline Cavilha dos Santos Hashimoto</i>	537

Ensaaios

- Barry Lyndon: O filme histórico de Stanley Kubrick** 556
Rafael Rodrigues Nascimento

Resenhas

- O fazer história pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI** 569
Julio Cesar Aquino Teles Ferreira

- A Quarta Cruzada e a identidade cristã: A abordagem pós-colonial de George E. Demacopoulos** 583
Rodrigo Vicente Fernandes

- Multiplicidade da classe trabalhadora na práxis marxiana e sua atualidade*** 590
Maria Clara Lima de Menezes

- História Pública na prática: Desafios e possibilidades para a divulgação de História*** 600
Leonardo Reis

Entrevista

- Investigar o passado é a profissão do futuro: uma disciplina que nunca se esgota.*** 611
Beatriz Gasques Favilla, Gabriele Maria Oliveira e Marina de Almeida Spinola

O constante movimento de renovação

Editorial

Gabriele Maria Oliveira

Pedro Carvalho Silva

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p7-19

Em 1967, o dramaturgo Nelson Rodrigues compartilhou algumas de suas memórias sobre a epidemia de gripe espanhola que assolou o mundo entre os anos de 1918 e 1920 no jornal *Correio da Manhã*:

De repente, passou a gripe. Ninguém pensava nos mortos atirados nas valas, humilhados e ofendidos, numa promiscuidade abjeta. A peste deixara nos sobreviventes não o medo, não o espanto, não o ressentimento, mas o puro tédio da morte. Eu me lembro de um vizinho perguntando: - Quem não morreu na Espanhola?¹

Graças a um infortúnio do acaso - ou em consequência das ações humanas que priorizam o capital em detrimento da preservação da natureza - a humanidade encontra-se novamente face ao tédio da morte, assistindo, nesse início de ano, a uma nova elevação nos números de óbitos devido à pandemia de Covid-19.

¹ Quem não morreu na Espanhola? - Memórias de Nelson Rodrigues no *Correio da Manhã*. **Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 6 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/quem-nao-morreu-espanhola-memorias-nelson-rodrigues>>. Acesso em: 19 de março de 2021.

O tédio mencionado pelo cronista e vivenciado por nós atualmente pode estar associado às ideias do antropólogo britânico Tim Ingold², que entende o homem como um ser constantemente modificado pelos espaços nos quais se estabelece. Segundo o intelectual, para que essas mudanças ocorram, é necessária a contínua *movimentação*, uma vez que ela permite a ação do meio sobre os seres humanos e a aprimoração dos conhecimentos dos homens sobre si mesmos. Contudo, devido à situação que nos envolve neste momento, essa movimentação já não é completamente possível, e, atualmente, em razão da falta de mobilidade, estamos presos a uma suposta inércia, experienciando o tédio da morte e aguardando pelo dia em que poderemos sair com segurança de nossas casas.

Experimentar o tédio nada mais é do que uma contradição. Experienciar a *falta de vontade* não seria uma forma de evitar a própria experiência? Talvez, este seja um dos mecanismos para defendermos os nossos sentimentos e evitar o sofrimento. Mas até que ponto isso pode ser praticado de forma saudável? Com certeza, não temos a resposta para estas duas difíceis questões, mas, mesmo assim, mantemos nossa preocupação. Sabemos que a ciência nem sempre tem a solução para todos os problemas, mas fazemos constante uso de seu método, um complemento necessário para a elaboração de nossas experiências.

A temporalidade baseia todo esse problema ontológico, que consiste na relação entre a movimentação e a construção de nossas subjetividades. A duração finita dos seres humanos já foi característica de inveja dos imortais deuses gregos, mas, para nós, ela se apresenta como o nosso principal problema. Poder acompanhar o desenrolar de alguns anos, de alguns projetos, de algumas vidas, de algumas experiências nos causa agonia, pois confirmamos que isso acabará algum dia. Este

² INGOLD, Tim. A cultura no chão: o mundo percebido através dos pés. In: _____. *Estar vivo*. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2015, cap. 3, pp. 70-95.

O constante movimento de renovação

constante movimento de experiências que um dia chegará ao fim pode ser interpretado também pelo viés positivo da unicidade e da originalidade. Apesar de, muitas vezes, os acontecimentos parecerem meras repetições, eles não são menos especiais, pois os fatores que possibilitaram o seu desenvolvimento sempre serão únicos. A renovação está para além da repetição estática, incorporando-a e, ao mesmo tempo, transbordando as suas limitações.

Neste cenário, a História, em meio às experiências que constituem o presente, encara os resquícios do passado com um olhar preocupado, que busca compreender como os antigos problemas geraram os problemas atuais. Como Reginaldo Prandi aponta em seu livro *Mitologia dos Orixás*: “Para os iorubás antigos, nada é novidade, tudo o que acontece já teria acontecido antes. Identificar no passado mítico o acontecimento que ocorre no presente é a chave da decifração oracular”³. A mitologia não deve ser compreendida apenas como uma produção inventiva e ilusória da História, mas sim como um complemento, como um novo ponto de vista. Como a professora Raquel Glezer bem salientou em nossa entrevista, “o passado é ótimo para se trabalhar, ele sempre permite um outro olhar e uma outra perspectiva. Lembrando que o que encontramos é sempre limitado, toda produção é limitada em função do momento em que se vive”.

As reflexões sobre o momento em que vivemos são variadas, e demonstram a necessidade dos homens de questionar e racionalizar aquilo que os rodeia. A disciplina histórica, dentro de suas discussões e produções, já problematiza o atual contexto de diversas formas, buscando por caminhos e, de certa forma, soluções, nos campos teórico e prático, para que possamos continuar a experiência de vida em sociedade. Entre as manifestações de solidariedade e transformações que se espalham pelo planeta, a História acadêmica recorre a narrativas variadas para

³ PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 18

analisar criticamente a sucessão dos fatos cotidianos, contribuindo para a compreensão da atual realidade. A base de elaboração dessas teorias, assim como ocorre com as análises sobre outros momentos históricos, é moldada pela ideia de uma constante renovação do mundo social, dos indivíduos e das correntes historiográficas.

Um exemplo disso é o ensaio *Quando acaba o século XX*⁴, produzido pela historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz e divulgado para o público em formato *e-book*. Nesse trabalho, escrito concomitantemente ao alastramento do vírus Sars-CoV-2, Schwarcz discorre sobre a ideia de que o século XX e suas utopias tecnológicas, na verdade, acabaram no ano de 2020, com a pandemia de Covid-19, e não com o término dos anos de 1990. Com isto, a intelectual manifesta uma outra forma de pensar os marcadores temporais - não mais calcada no *tempo* ou nos *eventos*, mas sim nas *mudanças estruturais* -, baseando-se em argumentos⁵ defendidos pelo historiador francês Jacques Le Goff sobre a longa Idade Média.⁶

Estas mudanças estruturais, que acompanham a humanidade e marcam a sua relação com o tempo, alimentam a ideia de renovação. Tais mudanças têm o poder de afetar a todos que as presenciam, uma vez que as suas dinâmicas dialogam com o passado e com o presente. Nesse sentido, a renovação não é um simples processo de causa e efeito, que ocorre para que a novidade possa surgir; pelo contrário, ela deriva-se de um complexo trabalho de resignificação, que abrange as experiências vivenciadas no passado de modo a utilizá-las para a elaboração de reflexões no

⁴ SCHWARCZ, Lilia M. *Quando acaba o século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

⁵ Para Le Goff, a Idade Média, na verdade, teria terminado em meados do século XVIII, devido às significativas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais vivenciadas pelos europeus neste momento. Antes disso, para o historiador, não teriam ocorrido transformações que justificassem a separação entre a Idade Média e um período novo.

⁶ LE GOFF, Jacques. Uma longa Idade Média. In: _____. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Ed. Unesp, 2015, pp. 97-129.

presente.

Como um periódico dedicado a publicar trabalhos da área de História, a Revista Epígrafe traz, desde 2013, as reflexões de graduandos sobre os momentos, personagens e sociedades que são objetos de suas pesquisas e, de certa forma, de suas curiosidades. Em decorrência disso, assistimos a constantes renovações, seja em relação à forma de pensar sobre as questões históricas - trazida pelos estudantes em seus textos -, seja pelo modo por meio do qual nossa comissão editorial se estrutura.

No início do processo de produção da edição 10, mais uma vez, passamos por mudanças em nossa comissão. Desde a fundação da revista, este procedimento repetiu-se algumas vezes: os membros que terminam as suas graduações deixam, também, a Revista Epígrafe, e novos membros entram para colaborar com o periódico. Desta vez, com grande pesar, nos despedimos de quatro colegas que foram fundamentais para que a revista ganhasse cada vez mais visibilidade no mundo acadêmico. Gostaríamos de registrar aqui, em nome de toda a comissão editorial, os nossos sinceros agradecimentos a Anna Maria Greco Carvalho, Letícia Oliver Fernandes, Matheus de Paula Silva e Pedro José de Carvalho Neto pelas suas contribuições para a Revista Epígrafe, que reuniram organização, carisma, competência, responsabilidade e amor pela revista e pelos trabalhos desenvolvidos nela. Agradecemos também a disponibilidade em auxiliar na adaptação de novos membros e nos ensinar, sempre com muita paciência, os processos que permitem à Epígrafe prosperar enquanto um periódico feito para a graduação.

Para esta edição, contamos com o surpreendente número de 34 artigos livres e quatro resenhas críticas, além de 15 artigos que foram submetidos para o dossiê "O poder na Idade Média", elaborado em parceria com a professora Maria Filomena Coelho, da Universidade de Brasília. Além disso, para a nossa tradicional entrevista de carreira, tivemos a participação da professora Raquel Glezer, docente emérita do

Departamento de História da USP.

Em nossa conversa, a professora falou sobre as mudanças que o curso de História sofreu desde a época de sua graduação, nos anos 1960, até os dias atuais, abrindo espaço para pensarmos sobre como o ofício do historiador transformou-se ao longo deste período. Nesse diálogo leve e descontraído, a docente também nos mostrou como as atividades dos historiadores são importantes e bastante divertidas, encorajando a nós e a todos os graduandos a seguir este caminho, mesmo que, muitas vezes, ele seja árduo.

Os artigos publicados nesta edição abordam temas variados, que perpassam pela história de gênero, pelas construções memoriais, pela relação entre história e literatura, entre tantos outros que serão apresentados neste editorial. A edição é aberta com o artigo de Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo, ““Você nos colocou na história” - Uma História Social da prostituição brasileira nas décadas de 1980 e 1990”, que disserta sobre a estruturação do campo de estudo sobre a prostituição a partir dos anos 1980, considerando, para isso, produções historiográficas brasileiras. O artigo ““Em legítima defesa da honra”: A luta contra a naturalização da violência contra as mulheres”, de Kathiusy Gomes da Silva, também compreende os anos 1980, mas sob outra perspectiva, historicizando a conquista dos espaços de defesa para mulheres em situação de violência. Nayla Tavares Guerra, em seu trabalho “Entre a redação e o set de filmagem: A circulação do pensamento feminista na Ditadura Civil-Militar (1970/1980)”, examina a circulação do pensamento feminista em dois curta-metragens feitos por diretoras brasileiras e nos jornais *Nós Mulheres* e *Mulherio*, elaborados pela imprensa alternativa feminista. Com isso, a autora buscou investigar as lacunas deixadas pela historiografia sobre as relações entre a mídia e o movimento feminista da Segunda Onda. Ainda

O constante movimento de renovação

sobre as mulheres na história, Eduardo Gern Scoz, em seu artigo “Catarina de Médici (1519-1589): Imagens de gênero e poder”, aborda as articulações entre gênero e poder na França do século XVI, analisando particularmente o caso da rainha Catarina de Médici e as construções feitas a partir de sua figura.

Retornando à história do Brasil, o artigo “A continuidade punitiva na história do Brasil: Da era colonial à redemocratização”, de Larissa Cabelo de Campos, apresenta os resultados de uma investigação sobre os fatores que contribuíram para a formação de uma cultura punitiva no território brasileiro, levando o país a ocupar as primeiras posições nos *rankings* mundiais de encarceramento da sua população. O autor Gustavo Nazario, em seu trabalho “Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80”, examina como a imprensa paulista dos anos 1980 usava o conceito de populismo para atacar e desqualificar propostas contrárias às suas, considerando as intensas transformações políticas ocorridas nesse período, como as eleições, as implementações de planos econômicos e as grandes manifestações. Sobre a figura emblemática de Getúlio Vargas, apresentamos os trabalhos “*Falta alguém em Nuremberg*: Uma representação liberal de Vargas e do Estado Novo no pós-45”, de Julia Nogueira Zon, e “Getúlio Vargas: A imagem do mito político”, de Alice Jungblut Braun e Geovana Klaus Magalhães. O primeiro analisa o modo como o Estado Novo foi representado, durante a segunda metade da década de 1940, pelos setores liberais, tendo, como principal fonte, o livro *Falta alguém em Nuremberg*, de David Nasser. O segundo investiga, a partir de fontes jornalísticas e propagandísticas, a construção da imagem de Getúlio Vargas perante a população, examinando as suas contradições e a sua permanência na história.

O artigo de Jorge Henrique Marcelino, “Dom Pedro II nos Estados Unidos: Impressões do roteiro de um monarca viajante (1876)”, apresenta outra figura

emblemática da história do Brasil: Dom Pedro II. Neste trabalho, o autor analisa o diário de viagem do imperador, buscando os seus interesses culturais, científicos e diplomáticos em viagem para os Estados Unidos. Em “Tiradentes em Mont-Pèlerin: Neoliberalismo e memória da Inconfidência Mineira”, Gustavo de Castro Belém examina as divergências entre a narrativa neoliberal do século XXI e as ideias de justiça tributária e liberdade dos inconfidentes, partindo da análise de publicações do Partido Novo no *Twitter* e de fontes jornalísticas. De volta ao século XIX, o artigo de Diego Alem, “Prover e acumular: A estrutura e o perfil da posse de escravos em um contexto econômico de abastecimento (São Luiz do Paraitinga no primeiro quartel do século XIX)”, discute o uso e a posse da mão de obra escravizada em uma pequena vila do Vale do Paraíba, São Luiz do Paraitinga, que não estava diretamente relacionada às atividades exportadoras da colônia. Com este trabalho, o autor buscou entender, a partir de listas nominativas que compreendiam o período entre 1798 e 1818, quais eram as características daqueles que compunham o setor de pequenos proprietários de escravos. Seguindo para o século XX, o trabalho de Pedro Gabriel Neves de Aquino, “O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)”, analisa a construção, pelos cronistas do início do século XX, de uma nova imagem da capoeira para a sociedade brasileira, que a valorizava enquanto esporte em contraposição às visões negativas da prática, marcadas pelo racismo científico.

Em seguida, apresentamos três trabalhos que relacionam história e manifestações culturais e artísticas brasileiras. O primeiro, “Dos muros às frestas: A irmandade Nossa Senhora da Lampadosa como espaço étnico-cultural”, de Layla Silva Ferreira, investiga a irmandade Nossa Senhora de Lampadosa, localizada no centro do Rio de Janeiro, por meio de suas festas. Para isso, a autora analisa a Coroação de Reis, da nação Cabundá, realizada em 1811, como meio através do qual os

O constante movimento de renovação

escravizados se socializaram e construíram identidades coletivas. O artigo de Bruno Rafael do Amparo Ribeiro, “O romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário: desvendando traços de reminiscências entorno da Estrada de Ferro de Bragança-PA”, parte da análise historiográfica do romance *Candunga* (1954), de Bruno de Menezes, para compreender as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais em torno da Estrada de Ferro de Bragança (PA), bem como as migrações e a colonização da Amazônia durante a década de 1950. “Retocai o céu de anil: Sintomas do Desenvolvimentismo na MPB (1946-1968)”, de André Luis Carneiro, investiga a relação entre o nacionalismo e o imaginário popular, sobretudo a cultura brasileira. Para isso, o autor baseia seu trabalho no livro *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon, e utiliza, como fonte da cultura popular, algumas obras da MPB.

No que diz respeito à Monarquia Hispânica e seu avanço colonialista sobre a América, o artigo de Maria Alice Messias Conforti de Carvalho, “Las Casas e a escravidão na América Espanhola”, discute a relação delicada do frei Bartolomé de Las Casas com a escravidão na América Espanhola, destacando a sua passagem de *encomendero* para porta-voz da luta de emancipação indígena nas colônias. O trabalho de Eric Caixeta Carvalho, “Controlar as vidas na Monarquia Hispânica: Uma análise histórica da autobiografia de Jerónimo de Pasamonte e do Pasamonte de Cervantes”, analisa a obra autobiográfica do soldado aragonês Jerónimo de Pasamonte, *Vida y trabajos de Jerónimo de Pasamonte*, a fim de associá-la aos aspectos de controle político e religioso que caracterizaram o catolicismo tridentino e a Monarquia Hispânica na primeira metade do século XVII. Giovanna de Assis Bareli, em “A importância da indumentária nas pinturas de castas: Um estudo do quadro “Castas” de Luis de Mena”, propõe uma reflexão, a partir da análise do quadro “Castas” (1750), do pintor Luis de Mena, sobre o papel da representação da indumentária no gênero das pinturas de castas. Para isso, a autora considera a

função segregativa das castas na Nova Espanha, uma vez que elas fomentavam a hierarquização e estratificação social, com base na diferenciação racial, principalmente no século XVIII.

A relação entre a história e as mídias visuais, como o cinema e a TV, é discutida nos artigos “A representação dos curdos no melodrama turco “Sila, prisioneira do amor””, de Pricyla Weber Amaral, e “Dataísmo, a religião do século XXI e sua manifestação do sagrado no filme *I am Mother* (2019)”, de Caroline Cavilha dos Santos Hashimoto. No primeiro, a autora avalia a influência das telenovelas turcas na construção do imaginário popular sobre a população curda, utilizando, como estudo de caso, o melodrama “Sila, prisioneira do amor”. O segundo, por sua vez, reflete sobre a sacralização da inteligência artificial no filme “*I am Mother*”, o qual se baseia em mitos antigos e em elementos históricos e simbólicos. Com isso, são avaliados também os impactos da tecnologia no futuro da religião, sobretudo no que diz respeito à popularização do dataísmo. O ensaio “*Barry Lyndon*: O filme histórico de Stanley Kubrick”, de Rafael Rodrigues Nascimento, também aborda a relação entre o cinema e a história ao analisar se o filme “*Barry Lyndon*” (1975), de Stanley Kubrick, é fidedigno ao retratar a sociedade de cortes. Para isso, o autor compara cenas do longa-metragem à historiografia sobre o período.

Compreendendo o século XX, o trabalho de Dawyd Thiago de Oliveira Almeida e Thawanny Victória Santos Costa, “Entre as representações e o autor: Uma análise da liberdade sexual em *Berlin Alexanderplatz*”, discute sobre o modo como a liberdade sexual, desenvolvida na Alemanha durante a República de Weimar, foi retratada no romance *Berlin Alexanderplatz* (1929), do autor alemão Alfred Döblin. Maria Carolina Nascimento de Matos, em seu artigo “Sob outra perspectiva: A história oral nas obras de Svetlana Aleksievitch”, discorre sobre as possibilidades de interpretação da obra de Svetlana Aleksievitch sob a perspectiva da história oral, a qual é sempre mencionada,

O constante movimento de renovação

mas nunca aprofundada quando se discute sobre os trabalhos da autora bielorrussa. Em “Futebol e identidade na Guerra Civil iugoslava”, Eduardo Barboza Cotrim investiga a relação político-identitária entre o futebol e a República Socialista Federativa da Iugoslávia, avaliando, paralelamente, as causas que conduziram a Iugoslávia para uma Guerra Civil e que culminaram na divisão do país. “A diplomacia triangular: Nixon, Kissinger e a China”, de Jorge Arbage, analisa os fatores que resultaram na aproximação entre os Estados Unidos e a China no final da década de 1960, considerando o contexto geopolítico do período.

No artigo “O paradoxo protestante e o condicionamento do “espírito” capitalista ocidental de tipo moderno: Algumas observações sobre o pensamento weberiano”, Lucas dos Santos Andrade parte da obra de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, para analisar o paradoxo protestante e a sua influência no surgimento do capitalismo e da modernidade. O trabalho de Leandro Arcanjo Ferreira da Silva, “O azul na história da moda”, investiga, a partir de pinturas e fotografias, o uso da cor azul nas vestimentas utilizadas por sociedades de diferentes períodos históricos, dando maior ênfase às sociedades ocidentais. Em “Esdras-Neemias e a gestão da memória em crise”, Samuel de Barros Gandara aborda a relação entre a memória e as populações do Antigo Israel e de Judá. Em seu trabalho, o autor avalia de que modo o texto bíblico funciona como suporte para diferentes modalidades de conflito em torno da memória e das relações sociais, partindo das construções identitárias judaítas no livro bíblico Esdras-Neemias. O artigo de Mariana Rodrigues de Vita, “O antissemitismo como ódio obstinado”, examina como o antissemitismo se manifestou ao longo da história, considerando as continuidades e rupturas do discurso antissemita na Europa.

Seguindo para a atualidade, “Ciência e tecnologia na agricultura: a descrição da rede do fogão solar na Comunidade de Areais, Uiraúna-PB”, de Rafael Dalyson dos

Santos Souza, descreve a rede do fogão solar da comunidade agrícola de Areais, em Uiraúna (PB), a partir de uma pesquisa etnográfica realizada no local e da investigação histórica sobre a literatura de laboratório dos cientistas alemães, que foram responsáveis por desenvolver a tecnologia do fogão solar. Em “Difusão em arquivos e o Centro de Memória - Unicamp”, Ananda Mendes Lima examina como o arquivo influencia positivamente na divulgação do conhecimento, partindo das iniciativas do Centro de Memória - Unicamp (CMU). Eric Cyon Rodrigues, em seu artigo “As cruzadas e as apropriações contemporâneas da Idade Média (2001-2020)”, examina como os governos do Estados Unidos, após os ataques do 11 de setembro, e do Brasil, com a ascensão da extrema-direita, apropriaram-se da narrativa que os associam à uma suposta luta civilizacional em defesa do Ocidente. Em seu artigo “Da ferrovia ao museu, uma viagem pelas memórias que constroem as identidades de Peirópolis (1970-2018)”, Laura de Barros Pereira investiga as relações históricas que se constituíram no bairro de Peirópolis, em Uberaba (MG), a fim de entender como elas contribuíram para a formação da identidade local. Para isso, a autora utilizou fontes orais e documentais, como publicações formais e relatos dos moradores. O trabalho de Renan Carvalho Wenderrosck, “A História no mundo digital: breves considerações sobre as tecnologias digitais e o ensino de história”, reflete sobre o ensino de história e o uso da tecnologia, analisando, para isso, os métodos e os instrumentos empregados na educação.

Por fim, encerramos esta edição com a apresentação de quatro resenhas críticas. A primeira, “O fazer história pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI”, de Julio Cesar Aquino Teles Ferreira, analisa a obra *Escrever história e cultivar a memória cristã: sobre a cristianização da Península Ibérica nos séculos V e VI*, da historiadora brasileira Rossana Pinheiro-Jones, que aborda a escrita da história e a construção da memória a partir dos sermões escritos na Península Ibérica durante a

O constante movimento de renovação

cristianização do território. O trabalho de Rodrigo Vicente Fernandes, “A Quarta Cruzada e a identidade cristã: A abordagem pós-colonial de George E. Demacopoulos”, examina o livro *Colonizing Christianity. Greek and Latin Religious Identity in the Era of the Fourth Crusade*, do historiador estadunidense George E. Demacopoulos, que apresenta uma análise historiográfica da Quarta Cruzada, embasada pelas fontes e pelas teorias pós-coloniais. “Multiplicidade da classe trabalhadora na práxis marxiana e sua atualidade”, de Maria Clara Lima de Menezes, apresenta uma análise do livro de Marcelo Badaró Mattos, *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. Nele, o autor adota, como base, a discussão sobre o papel revolucionário da classe trabalhadora na teoria-prática de Marx e Engels, questionando como essa classe se configura atualmente. Finalmente, a resenha de Leonardo Reis, “História Pública na prática: Desafios e possibilidades para a divulgação de História”, examina o livro organizado por Bruno Leal Pastor Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira, *História Pública e divulgação de história*, que, elaborado por um grupo de historiadores, compartilha as experiências, as dificuldades, as expectativas e os aprendizados desses profissionais com a História Pública e a divulgação de História.

Em vista da grande quantidade de trabalhos publicados nesta edição, optamos por dividi-la em dois números, para que os artigos e as resenhas fossem apresentados de maneira mais organizada aos nossos leitores.

Boa leitura a todas e todos!

São Paulo, 26 de abril de 2021

artigos

“Você nos colocou na história”: uma História Social da prostituição brasileira nas décadas de 1980 e 1990

Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p21-49

Resumo: Este artigo tem como objetivo estudar o estabelecimento do campo de uma História Social da prostituição estruturado no Brasil a partir das décadas de 1980 e 1990, tendo em vista a historiografia brasileira. Para isso, parte-se da produção bibliográfica e da trajetória acadêmica de quatro historiadoras brasileiras – Margareth Rago, Magali Engel, Cristiana Schetinni e Beatriz Kushnir -, considerando suas obras parte de um conjunto teórico que modificou a forma de compreender e estudar a prostituição na História. Em um primeiro momento, o objetivo é compreender a estruturação da História das Mulheres, fenômeno conectado ao avanço do feminismo nas universidades, pois tal contexto é essencial para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à temática feminina. Em seguida, passa-se à análise dos estudos históricos sobre prostituição durante os anos 1980 e 1990, buscando respostas sobre a natureza desse campo de estudo, suas fontes e por quais motivos ele é elaborado e merece o devido espaço na historiografia. Nesse sentido, os percursos realizados pelas pesquisadoras selecionadas são importantes não só pelo seu caráter historiográfico, mas também pela relevância de suas próprias trajetórias acadêmicas. Por fim, este artigo permitirá entender a mudança de paradigmas trazidos por essa História Social da prostituição, além de demonstrar os caminhos possíveis para se inserir grupos subalternos na narrativa acadêmica.

Palavras-chaves: Prostituição; Historiografia; História social; História das Mulheres.

*Graduanda em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora da História das Mulheres, da prostituição e da História dos agentes subalternizados. E-mail: beatrizbonella@usp.br. Agradecimentos especiais às minhas orientadoras, Cristina Wissenbach e Juliana Magalhães.

Introdução

Em uma entrevista concedida à revista Humanidades em Diálogo, em 2015, a historiadora Margareth Rago, ao abordar as suas experiências com movimentos sociais, relatou o contato tido com uma ONG de prostitutas no ano de 1991. A autora afirmou que, ao ser chamada por Gabriela Leite - a então líder da organização e ativista da causa -, a surpresa foi grande:

E ela (Gabriela Leite) me diz assim: – “Nós somos aqui de uma ONG chamada ‘Davida’ e nós gostaríamos que você viesse aqui para o Rio de Janeiro, porque você escreveu esse livro e a gente gostaria de conversar com você”. [...] Tive que ir... e fui morrendo de medo. Cheguei lá elas me abraçaram e me disseram – “Muito obrigada!”. E eu: – “Ah?!”. Elas continuaram – “Muito obrigada porque você nos colocou na história. Todo mundo tem história: camponês tem história, estudante tem história, operário tem história e nós não tínhamos. E sem história não existe cidadania” (ESTIMADO et al, 2016, p.22).

Para além de um momento expressivo de contato entre investigadora e seus sujeitos, essa conversa condensa a importância dos estudos sobre prostituição no Brasil, sobretudo na área de Ciências Humanas. Tendo em vista esse contexto, o presente artigo analisa a constituição de uma História Social da prostituição, campo estruturado principalmente nas décadas de 1980 e 1990 em espaços como a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e a UFF (Universidade Federal Fluminense).

Como mostrado na entrevista, essas duas décadas foram marcadas por uma produção historiográfica acerca da prostituição, assunto até então pouco analisado nas universidades ou estudado apenas pelo viés higienista dos médicos e juristas do século XIX. Com o fortalecimento do campo da História das Mulheres e da Sexualidade, além da recepção eufórica das ideias do filósofo Michel Foucault, a prostituição ganhou espaço enquanto objeto de estudo da História, considerada

necessária para compreender as relações de gênero, as dinâmicas de poder (e opressão) e a definição de papéis sociais durante os séculos XIX e XX. Nas palavras de Rago, a prostituição era uma "referenciação simbólica da sociedade para si mesma" (RAGO, 1991, p.195).

Essa prática pôde ser observada a partir das várias(os) autoras(es) que elaboraram pesquisas acerca do assunto nos anos 1980 e 1990, sobretudo nas áreas de História, Antropologia e Psicologia – constituindo, por esse motivo, um conjunto teórico para compreender as análises sobre a prostituição no Brasil. No entanto, o contexto aqui trabalhado não pode estar desconectado da reestruturação universitária ocorrida durante e após o período de redemocratização brasileira, a qual trouxe para as salas de aula muitas das ideias já presentes em movimentos sociais da época (CORRÊA, 2001, p.20). Além disso, a renovação do corpo docente e estudantil no ambiente universitário possibilitou a formação de novos perfis acadêmicos, gerando mudanças na seleção de temas de pesquisas e na sensibilidade de questionar saberes e sujeitos universais.

Uma parte relevante desse novo perfil acadêmico foi ocupado por mulheres, que, seja como alunas ou docentes, contribuíram para a entrada feminina na universidade enquanto sujeito e objeto de estudo¹. Tal movimento esteve também atrelado à recepção da teoria feminista pelas Ciências Humanas, sobretudo a partir da influência da Segunda Onda Feminista. Dessa forma, a partir daquele momento,

¹ Já de início, reitero a importância de considerar o marcador de raça nesse contexto: quando se diz "as mulheres", existe a consciência de que a entrada feminina na universidade não ocorreu de forma igualitária entre mulheres brancas e negras; além disso, o movimento feminista que influenciou os estudos acadêmicos na década de 1980 era, no primeiro momento, formado em sua maioria por mulheres brancas – para depois, ao final dessa década, receber as ideias do movimento feminista negro (ganhando relevância gradualmente);

tanto as ativistas quanto as intelectuais passaram a reivindicar a legitimidade de sua fala no campo científico e reiterar demandas históricas relacionadas às mulheres.

Nesse sentido, atesta-se um movimento interligado: a entrada das mulheres em espaços de poder representou a reestruturação de novos elementos da realidade social, e esses, por sua vez, reforçaram a ocupação feminina na academia e nos movimentos sociais (GUEDES, 2008, p.130). Esse fenômeno, dentro do atual artigo, é caracterizado como a umbilicalidade entre pesquisa e feminismo, tendo em vista a forma pela qual as ideias circularam e renovaram o diálogo entre esses dois espaços, constituindo um vínculo forte e horizontal entre ambos.

Se ao longo das duas décadas finais do século XX articulou-se uma geração de pesquisadoras(es) em torno do estudo da prostituição, para os limites deste trabalho foram selecionadas quatro historiadoras brasileiras do campo da História Social. Tal escolha é justificada pela expressividade de suas obras e trajetórias acadêmicas, por vezes feministas², para uma construção coletiva das ideias norteadoras desses trabalhos. Para isso, as trajetórias intelectuais de Margareth Rago, Magali Engel, Cristiana Schetinni e Beatriz Kushnir foram selecionadas como objetos de estudo, considerando que suas produções dentro das universidades e suas atuações norteam uma nova forma de analisar a prostituição.

2 De acordo com buscas recentes, o envolvimento das autoras com o movimento feminista fica claro a partir de alguns aspectos: elas, primeiramente, produziram livros e artigos que abordavam direta ou indiretamente as teorias feministas; algumas delas estão publicamente relacionadas a reivindicações feministas, expondo suas opiniões na mídia e nas universidades; todas elas fizeram parte de diversos congressos e mesas de debate que se referem a temas como História das Mulheres, sexualidade e relações de gênero. A exceção a essa recorrência é Beatriz Kushnir. Em entrevista recentemente realizada, a autora disse que, apesar de seus contatos com o feminismo e com o movimento das prostitutas no Rio de Janeiro, ela não se considera feminista. Mesmo que isso seja parte de um discurso elaborado por ela, as conclusões deste trabalho confirmam que as influências e as motivações da autora não estiveram relacionadas ao feminismo.

Dessa forma, este trabalho busca compreender a maneira pela qual esse campo de conhecimento sobre a prostituição no âmbito da História Social desenvolveu-se, analisando as pesquisadoras responsáveis por sua construção e os objetivos que as moviam. Além disso, ressalta-se a importância dos debates desse campo para uma análise que confira uma historicidade à prostituição, assim como possibilite a superação de estigmas sociais do passado, cujas permanências são visíveis no presente.

Do sujeito abstrato universal aos estudos sobre mulheres

Em *A era dos extremos*, de 1995, o historiador Eric Hobsbawm abordou a forma pela qual a revolução social ocorrida entre os anos de 1945 e 1990 proporcionou o desenvolvimento de um fenômeno chave para a reestruturação das relações sociais e políticas a partir de então: o boom no surgimento e no investimento nas universidades ao redor do mundo. Ao representar novas possibilidades de ascensão social pela democratização do ensino, esse acontecimento representou também a entrada das mulheres no mundo acadêmico, o que movimentou as relações de gênero dentro e fora dos centros intelectuais (HOBBSAWM, 1995, p.305).

Segundo o autor, apenas uma década após o crescimento das universidades, as mulheres já representavam metade ou mais da metade de estudantes dentro de algumas universidades ao redor do mundo (HOBBSAWM, 1995, p.305). Já no caso brasileiro, o período compreendido entre 1970 e 2000 viu a porcentagem de participação feminina universitária sair dos 25% e alcançar os 53% (AVELAR; BLAY; 2017, p.28-29). Consequentemente, ao reverter ao longo de três décadas essa diferença de participação escolar, elas passaram a ocupar massivamente o universo

acadêmico e a contribuir com o duplo movimento de diversificar as temáticas de pesquisa nos cursos universitários e de contestar o saber objetivo e universal por vezes defendido dentro das Ciências Humanas até então.

A contestação iniciou-se pelo objeto de estudo utilizado. Até então, grande parte das análises estava focada em sujeitos inseridos no mundo público e autores de grandes feitos na história política e econômica. Denominado pela crítica posterior de sujeito abstrato universal, ele é majoritariamente o homem branco europeu, estudado a partir de fontes oficiais e institucionais (DIAS, 1994, p.375). Ao realizar a crítica a historiografia, as pesquisadoras buscaram romper com o paradigma epistemológico universal, trazendo à tona a perspectiva de outros sujeitos dentro da história, até então pouco visíveis ou sondáveis.

Steven Feierman, em *Histórias africanas e dissolução da história mundial*, ao abordar novos sujeitos históricos silenciados pelas fontes oficiais, o conhecimento vigente (sobretudo europeu) se revelou parcial e seletivo, incapaz de dar conta da multiplicidade das experiências humanas (FEIERMAN, 1993, p.2). Assim, Feierman mostra que “uma consequência óbvia da expansão da pesquisa histórica a partir de 1960” foi a inserção de “pessoas ou grupos que anteriormente haviam sido excluídos da história geral” (FEIERMAN, 1993, p.2), usando como exemplo a emergência de novos sujeitos como os camponeses, os escravizados das Américas e as mulheres.

Atingidas dessa forma, as Ciências Humanas, e principalmente a disciplina de História, presenciaram a renovação dos seus estudos e a criação de novas linhas temáticas dentro da graduação e da pós-graduação. Para este artigo, destacam-se duas áreas de conhecimento que emergiram nesse contexto: a História das Mulheres e a História da Sexualidade.

Influenciadas por um movimento geral de estudo dos grupos subalternos, as pesquisas acadêmicas tornaram as mulheres, gradativamente, sujeitos e objetos de estudos. No Brasil, a História das Mulheres começou a se concretizar a partir dos anos 1970 e, sobretudo, 1980, como reflexo da reivindicação feminina e feminista para a instauração de cursos e de grupos de pesquisas dedicados aos estudos das mulheres. Aos poucos, a consolidação do campo se estendeu ao nível institucional e a temática feminina, inicialmente secundária e segregada, passou a ser parte importante dos estudos históricos (SOIHET, 1997, p.401).

Dentre muitos nomes importantes para a reestruturação teórica e metodológica, o de Maria Odila Leite da Silva Dias é um dos principais. Segundo Raquel Soihet e Joana Maria Pedro, a historiadora é autora de trabalhos influentes como *Quotidiano e poder* (1984) e *Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista* (1994), além de ser “a formadora de toda uma geração de historiadoras das mulheres e das relações de gênero” (PEDRO; SOIHET; 2007, p.288), considerada uma pioneira para esse contexto acadêmico.

A partir de uma hermenêutica do cotidiano, Maria Odila atentou para a relevância do cotidiano e dos papéis informais nas vivências femininas, trazendo-os à tona para compreender “as improvisações e a resistência das mulheres, [...] de modo a descortinar sentidos implícitos, à margem do normativo e do institucional, que podem ser vislumbrados por entre as linhas” (DIAS, 1994, p.377). Seria, segundo a autora, encontrar indícios presentes nas entrelinhas da História, tornando visíveis os sujeitos ocultos.

Se, de acordo com a historiadora, as resistências femininas não foram, na

maioria das vezes, explícitas, mas sim entranhadas “nos modos de fazer sociabilidade, articulações intersubjetivas, mais do que um discurso entre indivíduos conscientes” (DIAS, 1998, p.253), um olhar mais apurado para as fontes tornou-se então uma ferramenta importante nas abordagens da História Social. Esse aspecto é necessário para entender como as pesquisadoras analisadas neste artigo encontram seus objetos de estudo a partir de documentos oficiais, retirando deles as interpretações necessárias sobre a prostituição de cada época.

Na tese de doutorado de Cristiana Schettini, essa metodologia é explicada:

Registros produzidos por um dos lados que compunham as relações e redes de convivência em torno da prostituição, ou mesmo por terceiros, são sempre esclarecedores, ainda que de uma forma lacunar e indireta, impregnada de estereótipos e intenções. São justamente os silêncios, as lacunas e as intenções de tais registros que nos permitem identificar a desigualdade de poder que constituíam aquelas relações sociais (SCHETTINI, 2002, p.8).

Para estudar a prostituição dos séculos XIX e XX, as historiadoras não o puderam fazer sem recorrer a documentos escritos por médicos ou juristas, os quais elaboraram suas pesquisas visando a higienização do espaço público e a normatização da vida das prostitutas. Contando apenas com a visão dos agentes oficiais do Estado, carregada de intenções e preconceitos, elas precisaram ler as fontes à contrapelo, buscando as resistências e as sociabilidades das mulheres a partir das normas e das brechas do discurso higienista formulados para elas.

Aliada à História das Mulheres esteve também a História da Sexualidade, igualmente desenvolvida no Brasil dos anos de 1980. Resultado das preocupações dessa década, a temática da sexualidade, do desejo e do corpo foi despertada por uma série de historiadoras(es) que, devido aos novos caminhos abertos pela História Social e a História das Mentalidades, percorreram os discursos sobre o sexo ou buscaram compreender as práticas sexuais na História.

Semelhante ao ocorrido na História das Mulheres, as(os) pesquisadoras(es) dos grupos subalternos encontraram nas fontes oficiais os elementos necessários para a compreensão histórica, como é apontado por Magali Engel:

Entre as fontes privilegiadas para o estudo da sexualidade, os processos jurídicos, civis ou criminais e eclesiásticos apresentam-se como uma das mais importantes, pois eles não apenas expressam os discursos normativos/disciplinadores das condutas sexuais, como também deixam entrever, através das confissões e depoimentos das pessoas envolvidas, aspectos das vivências sexuais" (ENGEL, 1997, p.444).

No entanto, a partir das ideias de Michel Foucault, os trajetos da História da Sexualidade passaram não só pelas práticas sexuais ao longo do tempo, mas também "como e quando a sexualidade havia emergido como tema, como discurso e como preocupação histórica" (RAGO, 1995, p.74). Assim, o objetivo foi partir das práticas discursivas para entender as narrativas médicas do século XIX acerca da sexualidade feminina, da homossexualidade ou do travestilidade. Essa metodologia torna-se clara quando se analisa a prostituição, pois a prática só se configura enquanto objeto da ciência dentro dos discursos médicos e policiais dos séculos XIX e XX, e, assim, só pode ser analisada levando em conta essas narrativas oficiais.

As obras do autor começaram a entrar nas universidades brasileiras na década de 1970, e, progressivamente, tomaram espaços importantes na discussão acadêmica, sendo um deles a pesquisa histórica. Por esse motivo, tanto Margareth Rago quanto Magali Engel denominam "a revolução de Foucault" ao referirem-se à influência trazida pelo autor, considerando que, se assuntos relacionados "a loucura, prisão, instituições disciplinares, corpo e sexualidade" não ganharam visibilidade unicamente pelas ideias do filósofo, "não há como negar a importância de um autor que, em pleno apogeu da classe operária, (...) deslocava o foco para as 'minorias', para

as margens e para os Annales” (RAGO, 1995, p.70).

Além disso, seria um erro considerar a influência de Foucault apenas em discussões acerca da biopolítica e da disciplina. Há uma concepção, segundo ele, necessária para os indivíduos se entenderem como agentes de sua autonomia e liberdade, a partir da produção da subjetividade. Seria uma maneira dos sujeitos participarem do processo histórico “aceitando, recusando, incorporando, apropriando-se diferenciadamente das linguagens existentes” e um caminho “para construir suas identidades pessoais, sociais e sexuais” (RAGO, 1995, p.79). Logo, ao abrir espaços não só para entender as práticas discursivas sobre a sexualidade, mas também para encontrar as válvulas de escape dos grupos subalternos, as teorias de Foucault encaixaram-se no contexto acadêmico renovado da década de 1980, sendo, por esse motivo, muito importante em pesquisas que discutem a temática da prostituição.

A umbilicalidade entre produção acadêmica e feminismo

O movimento denominado de Segunda Onda Feminista, iniciado após a Segunda Guerra Mundial e consolidado a partir da década de 1960, foi o responsável pela rápida retomada acerca das questões femininas demandadas há várias décadas, trazendo à tona temas relacionados à violência doméstica, aos direitos reprodutivos e à divisão sexual do trabalho. Elegendo o conceito de patriarcado como premissa chave de compreensão das relações sociais e históricas, o movimento reuniu uma série de discussões antes pertencentes apenas ao âmbito pessoal e privado determinado ao feminino (MAGALHÃES, 2016, p.44-45).

A Segunda Onda se fez presente em diversos países, cada qual desenvolvendo o movimento de acordo com suas próprias experiências e reivindicações. Em nosso

país, o feminismo foi, a princípio, constituído por mulheres em torno de direitos não apenas femininos, mas relacionados à sociedade em geral no que concerne ao acesso à saúde, à educação pública, ao saneamento básico, bem como também conectado às pautas de outros movimentos sociais, como a luta contra o racismo ou à favor dos direitos indígenas (CORRÊA, 2001, p.13). No entanto, por volta dos anos 1970, o feminismo brasileiro começou a ganhar uma forma mais nítida, sendo concebido por diversas mulheres, desde as que transitaram internacionalmente (pela sua condição de exílio ou não), até aquelas que representaram o movimento nacionalmente, de forma mais cotidiana.

No primeiro conjunto de mulheres, estavam as participantes dos grupos de esquerda que, por conta da resistência à ditadura, passaram a frequentar países estrangeiros (de forma deliberada ou não). Sobretudo, as mulheres que se dirigiram para a França ou para os Estados Unidos nos anos de 1960 e 1970 encontraram espaços propícios para a discussão das ideias feministas e de temas em torno do “corpo, da sexualidade e da identidade feminina” (RAGO, 2013, p.107). Tal participação ocorreu não só dentro de movimentos políticos, mas também em faculdades e grupos de pesquisa montados nesses países, repercutindo em discussões travadas aqui no Brasil.

Motivadas pelos novos referenciais teóricos encontrados no exterior, essas mulheres utilizaram de suas experiências nesses países para contribuir com as ideias que já estavam sendo desenvolvidas no Brasil, tanto dentro do movimento quanto dentro da academia. É importante ressaltar como, apesar da grande influência dessas ideias vindas do exterior, elas foram um dos pilares, mas não o único do feminismo brasileiro, havendo uma conexão entre o conteúdo recebido do contexto externo e o

elaborado nacionalmente (SARTI, 2004, p.36).

O segundo conjunto de mulheres é formado pela parcela de militantes que não transitaram internacionalmente, mas permaneceram no país, contrariando o regime militar de 1964 duplamente: ao questionarem as normas sociais pela luta política subversiva, mas também por irem além do ambiente familiar e doméstico, desafiando códigos femininos atribuídos a elas. Além disso, a articulação das feministas estava presente também no plano social, reivindicando direitos em torno de sua liberdade, sexualidade, fala e participação. Dessa forma, a participação delas esteve presente em torno de diversos ambientes nacionais, sendo eles as universidades, os sindicatos, os movimentos populares, entre outros (CORRÊA, 2001, p.15).

Esses dois grupos não estavam apartados entre si, tanto que, ao longo das décadas de 1970 e 1980, ambos começaram a fazer parte, cada vez mais, do ambiente acadêmico e da reestruturação dos sujeitos e objetos de pesquisa das Ciências Humanas. Além disso, ao realizarem esse movimento de reestruturação, tais pesquisadoras estavam também entrando em contato com a militância feminista (da qual muitas fizeram parte), o que deu aos estudos de gênero uma dimensão política, vinda, sobretudo, da circulação de ideias entre as demandas feministas e as pesquisas teóricas (CORRÊA, 2001, p.24).

Para compreender a conexão entre o feminismo e os estudos acadêmicos ocorridos durante as décadas de 1980 e 1990, o conceito de umbilicalidade, formulado para a pesquisa que serve de base para este artigo, é necessário. O conceito foi pensado a partir de uma reunião do grupo de estudos LEHA (USP), na qual a Prof. Dra. Stella Franco abordou a constituição da História das Relações de Gênero no Brasil. Ao ser perguntada sobre a importância do feminismo para esse

contexto, ela respondeu que as pesquisas da academia estariam relacionadas de forma umbilical com as teorias feministas da época, existindo uma “via de mão dupla” entre os dois. O conceito de umbilical, a partir daquele momento, pareceu apropriado à pesquisa como forma de mostrar a proximidade e a intimidade entre o feminismo e os estudos acadêmicos. No contexto brasileiro das décadas de 1980 e 1990, essa ligação ocorreu de duas formas principais.

Em primeiro lugar, como descrito acima, o movimento feminista foi formado igualmente por ideias de contestação feminista que se disseminavam no Brasil e no exterior, ambas colaborando para a concretização da luta política. Em segundo lugar, a umbilicalidade também ocorreu nas pesquisas acadêmicas, pois, sem as trocas ocorridas entre acadêmicas e feministas, os estudos não seriam constantemente renovados pelo feminismo e, este último, também não estaria munido de conceitos importantes (por exemplo, o de gênero) utilizados para fortalecer o movimento no âmbito público. Não há, em nenhum dos dois casos, uma sobreposição entre interno/externo ou mundo acadêmico/feminismo, sendo, pelo contrário, uma relação construída nessa dinâmica de troca e que teve como consequência a renovação do pensamento acadêmico feminista da época.

Esse conceito tem, sobretudo, o objetivo de ser analisado dentro da constituição da História Social da prostituição, a qual encontra-se no meio das diversas variáveis citadas anteriormente. Para isso, o tópico seguinte demonstrará que a umbilicalidade está, antes de aparecer na produção historiográfica, nas trajetórias pessoais das quatro historiadoras selecionadas, sendo suas vidas uma demonstração importante da forma como o contexto acadêmico dos anos 1980 e 1990 estava aberto para a estruturação de novas áreas de estudo.

Mulheres, feministas e acadêmicas

Analisar as trajetórias individuais e coletivas das historiadoras selecionadas levou este artigo a procurar, tanto nos currículos Lattes quanto em entrevistas, marcas que demonstrem como os estudos sobre prostituição foram formados também pela circulação feminina e feminista das pesquisadoras dentro das universidades. No entanto, pela quantidade de dados encontrados a partir das duas fontes, algumas informações foram privilegiadas em detrimento de outras: na Plataforma Lattes, por exemplo, foi dado um foco maior na formação acadêmica das historiadoras, nas universidades pelas quais elas passaram e em qual período isso foi realizado. Já nas entrevistas, especificamente as de Margareth Rago e Magali Engel, buscou-se compreender a sua relação com o feminismo e com os estudos de gênero, atentando-se para o pioneirismo de tais pesquisas³.

Em primeiro lugar, a metodologia de análise do currículo Lattes vem sendo recentemente desenvolvida na área de Ciências Humanas e é considerada como um novo caminho para analisar as trajetórias de pesquisadoras(es)⁴. Segundo Ana Maria Fonseca, Marília Moschkovich e Karen Polaz, “as informações acumuladas na Plataforma Lattes são pertinentes para o estudo da socialização profissional, do networking e do desenvolvimento de carreiras” (ALMEIDA et al., 2012, p.163). Nesta

3 Para este artigo, apenas as entrevistas de Margareth Rago e Magali Engel foram analisadas, tendo em vista que a elaboração feita por mim das entrevistas de Cristiana Schettini e Beatriz Kushnir é recente e carece de análise e revisão.

4 A metodologia tem sido desenvolvida ao longo dos últimos anos no Brasil e consiste em reunir dados da trajetória acadêmica de pesquisadoras(es) a partir das informações postas por elas(es) em seus currículos Lattes. A partir desses dados, consegue-se reunir informações acerca do percurso acadêmico de quem se estuda, bem como sua produção bibliográfica e a circulação por instituições de ensino. No entanto, como qualquer fonte, ela precisa ser utilizada junto a outros documentos, porque pode oferecer informações incompletas, tendo em vista o grau de pessoalidade com que a(o) pesquisadora(or) dispõe dos seus dados na Plataforma, por exemplo (ALMEIDA et al., 2012, p.169).

pesquisa, os dados obtidos na plataforma digital foram retirados durante o mês de Dezembro/2019, os quais demonstram, num primeiro momento, a similaridade de espaços frequentados pelas pesquisadoras, inclusive durante períodos simultâneos.

Observou-se, nesse sentido, que mesmo variando de acordo com os anos, tais pesquisadoras realizaram a pós-graduação exclusivamente na Universidade Federal Fluminense ou na Universidade Estadual de Campinas. Esse processo ocorreu entre os anos de 1979 (quando Magali Engel iniciou sua dissertação mestrado, Meretrizes e Doutores) e 2002 (ano de defesa da tese de doutorado "Que tenhas teu corpo", de Cristiana Schettini), dentro dos quais as historiadoras seguiram caminhos paralelos. Dessa forma, desenvolveram objetos semelhantes de pesquisa como História das Mulheres, relação entre loucura e gênero e imprensa feminista.

Além disso, compartilharam da orientação e ajuda das(os) mesmas(os) professoras(es) – exemplo de Edgar de Decca, Margarida de Souza Neves, Maria Clementina Pereira, Sidney Chalhoub, Silvia Lara - e foram rodeadas por um grupo semelhante de pesquisadoras(es) – dentre vários, Raquel Soihet, Martha Esteves, Adriana Piscitelli, Mariza Corrêa, Luís Carlos Soares, etc. Nesse sentido, as informações retiradas da plataforma permitem mostrar como as quatro pesquisadoras partilharam de um networking semelhante, vivenciando um semelhante contexto acadêmico (ALMEIDA et al., 2012, p.163).

Ademais, utilizando as entrevistas realizadas especificamente com Rago e Engel, verificou-se que suas pesquisas foram elaboradas enquanto o feminismo ganhava força dentro dos estudos acadêmicos e de suas próprias vidas. Assim como a umbilicalidade demonstra, os estudos sobre prostituição não puderam avançar sem a

Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo

consideração, dentre vários exemplos, da teoria feminista acerca do gênero (reelaborada por Joan Scott, na década de 1990) e dos marcadores de raça e classe (pensado desde Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro até Kimberlé Crenshaw e seu conceito de interseccionalidade).

Engel aborda esse assunto em uma entrevista de 2020:

No plano teórico, o gênero era pensado a partir da perspectiva relacional, por uma leitura da Scott que, no Brasil, foi bem importante. (...) Foi legal a pesquisa ter aberto para os homens também, e eu consegui trazer diferenças que passavam não só por questões de gênero, mas também de raça e classe (...). Para mim, a interseccionalidade é a chave. Não tem como pensar mais as questões, inclusive as próprias discussões e tensões no campo dos movimentos feministas, dos questionamentos por parte dos femininos negros e dos movimentos LGBT, que não seja pela ótica da interseccionalidade (DUARTE, A.R.F & ENGEL, M.G. 2020, p.345-346).

E, tal qual fica claro em suas aparições públicas, o feminismo teve clara importância não apenas para a formação acadêmica, mas também para o seu próprio posicionamento enquanto mulher dentro e fora da universidade. Atuando como militantes feministas, tais pesquisadoras extrapolaram os muros acadêmicos para realizar suas ações também na prática, junto a associações ou ONG's. Reitera-se, novamente, que esse processo não ocorreu ou na universidade ou na luta política, mas sim de forma umbilical, concomitantemente. Esse posicionamento pôde ser notado em momentos dentro da entrevista de Rago:

Olha, para ser bem franca com você, eu não faço essa separação. Na minha cabeça, eu estou sempre militando. Também porque eu tenho espaço, né? (...) A conversa que tenho com uma menina anarquista num grupo anarquista não é muito diferente das conversas que tenho com os meus alunos e alunas. (...) Foi um cruzamento muito gostoso. Acho que é fácil conciliar no plano teórico-político. (ESTIMADO et al, 2016, p.40-41, grifo meu)

E, ao longo do texto, a autora demonstrou sua participação não apenas na ONG

Davida, mas em diversos movimentos políticos, como é o caso de coletivos feministas e grupos anarquistas.

A mesma umbilicalidade entre feminismo e carreira docente/pesquisa pôde ser destacada na entrevista de Magali Engel:

E, acho que, politicamente, é fundamental que haja uma interlocução e que se pautem nessa perspectiva da interseccionalidade. (...) O desafio para mim, seja teórico, metodológico e político, é trabalhar com essas dimensões de respeito às diferenças, de compreensão das diferenças, das especificidades, mas numa perspectiva de luta comum, de agendas comuns, de projetos políticos comuns (DUARTE, A.R.F & ENGEL, M.G; 2020, p.346).

No prosseguimento da entrevista, a autora ainda aponta como há um tabu na relação entre produção acadêmica e militante, tendo em vista que muitos as consideram coisas distintas e necessariamente apartadas. Porém, segundo suas observações, Engel demonstrou a necessidade de se posicionar nas duas esferas e cruzá-las, pois, só a partir dessa postura, as mulheres conseguiriam permanecer lutando por direitos e conquistas sociais, sobretudo em momentos de avanço das ideias antidemocráticas e reacionárias (DUARTE, A.R.F & ENGEL, M.G; 2020, p.349).

Ao buscar respostas tanto no currículo Lattes quanto nas entrevistas, uma conclusão mostra-se nítida: o fato delas pertencerem às mesmas universidades, envolverem-se com movimentos sociais, compartilharem colegas próximos ou orientadoras que faziam parte da História Social dos anos 1980 (não só da História das Mulheres e Sexualidade, mas também na História da escravidão, História das classes populares, etc.) e, por fim, enfrentarem barreiras para inserir a prostituição

enquanto tema histórico (ao ser denominado de *lumpemproletariado*)⁵ as tornaram propensas a seguir caminhos semelhantes dentro e fora de suas vidas acadêmicas.

O último tópico acerca das trajetórias pessoais das quatro historiadoras relaciona-se ao início dos estudos sobre prostituição. Paralelo ao avanço de temáticas femininas dentro das Ciências Humanas, houve um processo de rejeição por parte dos pesquisadores homens, em grande parte, como também de suas áreas de estudo já consolidadas. Dessa forma, as pesquisadoras da História das Mulheres enfrentaram uma série de empecilhos e desafios para levar suas temáticas até cursos de pós-graduação e torná-las reconhecidas enquanto objetos de estudo. Essa experiência é relatada por Margareth Rago:

E foi um impacto, um impacto emocionante, porque na Unicamp todo mundo me perguntava: - “Por que fazer a história da prostituição?”. E eu – “Por que não é um problema, né?”. Mas os temas da pesquisa em História naquela época eram: classe operária, classe operária; história de esquerda era classe operária. – “E você me fala de prostituição? Do lumpemproletariado, que não vai fazer revolução nunca?”. E foi um impacto muito legal. Eu tive retornos muito positivos (ESTIMADO et al, 2016, p.21).

E também por Magali Engel:

Realmente, nós tivemos experiências bastante difíceis e que foram comuns. Foi, de certo modo, uma rejeição. Quer dizer, havia aquele famoso discurso de que: “Como assim? As mulheres não são (sic) uma coisa específica, não tem porquê ficar estudando as mulheres”. (...) Era muito difícil (sic). Foi uma luta (DUARTE, A.R.F & ENGEL, M.G; 2020, p.347).

Nesse sentido, foi uma experiência em comum romper com os preconceitos

5 Para os termos deste artigo, o conceito é pensado de acordo com a formulação de Rago (mostrada a seguir): a seção da História condenada ao segundo plano por não ter relevância nos processos políticos e/ou econômicos (ESTIMADO et al, 2016, p.21).

acadêmicos contra a História das Mulheres e, mais ainda, a prostituição. Por isso mesmo, considera-se os seus trabalhos os primeiros ou mais importantes para a consolidação do campo, tendo em vista que, desde o início, as autoras possibilitaram a abertura de caminhos de pesquisas sobre o assunto, produzindo dissertações e teses, mas também orientando outras(os) pesquisadoras(es) no estudo do tema. Por retirarem a prostituição do lumpemproletariado, essas mulheres acreditaram na importância de recuperar as prostitutas enquanto sujeitos históricos, de trazer seus passados e narrativas para o presente. Além disso, fizeram disso um movimento de superação de estigmas acerca da profissão, como é dito por uma das prostitutas da ONG Davida no trecho de entrevista de Margareth Rago, o qual dá nome a este artigo: “Você nos colocou na história (...). E sem história não existe cidadania” (ESTIMADO et al, 2016, p.22).

A História Social da prostituição e suas balizas teórico-metodológicas

As décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX foram, para além das tentativas modernizadoras do Estado republicano, um momento de acentuado controle das classes populares e de reorganização social das diferentes raças, classes e gêneros que, juntas, conviviam todas nos centros urbanos. Vistas sob outra ótica, as tentativas de dominação dos grupos subalternos expressavam a rápida modificação de valores em curso na sociedade, estando alguns deles atrelados aos papéis sociais estipulados a homens e mulheres. Se, até então, das mulheres brancas esperava-se um vínculo com o ambiente doméstico, familiar e materno, a tentativa de emancipação feminina iniciada na virada de séculos trouxe grande preocupação à construção das cidades ordenadas e higiênicas.

Logo, como reflexo dessa preocupação, o século XIX presenciou a fixação dos papéis comportamentais e de gênero, estipulando bem os “limites entre a vaidade das mulheres honradas e a libertinagem de mulheres de conduta duvidosa” (MALUF; MOTT; 1998, p. 393). É nesse contexto que “o fantasma da prostituição” veio à tona. Se tal atividade já era exercida, foi especificamente nesse período que ela adquiriu os ares da sociedade vitoriana extremamente preocupada com quem transgredia os limites do “normal”. Para além disso, a imagem da degenerada nata e do contágio social – e sexual – atribuída à prostituta demonstrava uma sociedade tomada pelo medo do desconhecido, quando este era personificado na figura de uma mulher que circulava pelo mundo público e privado e que se apropriava de questões em torno da sexualidade feminina, do corpo e do prazer (MCCLINTOCK, 2010, p.81).

Sob essa ótica, a prostituição entrou em voga nas grandes discussões ocorridas entre médicos higienistas e juristas da época. Deve-se salientar que a prostituição apareceu, sobretudo, enquanto um fenômeno urbano, “inscrevendo-se numa economia específica do desejo, caracterizada por uma sociedade em que as relações são mediatizadas pela troca” (RAGO, 1991, p.16). Além disso, essa atividade pareceu ser um ponto em comum entre todos os centros urbanos, tendo em vista o processo de privatização dos comportamentos, no qual a prostituição era uma forma coletiva e diferenciada “de circulação de fluxos desejantes” proibidos (RAGO, 1991, p.24).

Por esse mesmo motivo, a prostituição exercida durante esse período passou a cativar o ânimo de pesquisadoras(es) da temática feminina do século XX, pois, vista como símbolo daquela sociedade, ela se tornou objeto de estudo pertinente na compreensão das relações de gênero. Geograficamente, o alvo das pesquisas esteve nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Inseridas num fluxo de ideias e de pessoas, as pujantes urbes são palco de profundas transformações nos modos de

vida – mas também de persistências-, abrigando os agentes da prostituição e de uma “geografia do prazer”, nos termos de Margareth Rago, sustentados pelo próprio processo de urbanização. Por consequência, ao estarem focadas nas décadas anteriores e posteriores à proclamação da República, os documentos passíveis de sustentar as análises dessas historiadoras foram, principalmente, as fontes usadas para denúncia e/ou repressão da prostituição: documentos vindos da antropologia criminal e do discurso médico e jurídico.

Se foram produzidas obras de grande relevância para o tema, nos limites deste artigo, o foco está sobre os quatro livros considerados importantes e expressivos para a História Social da prostituição. Tal produção é considerada um conjunto teórico, tendo em vista as semelhanças em suas abordagens, referenciais teórico-metodológicos e contexto de produção. Além disso, os livros são resultado da trajetória acadêmica das quatro historiadoras analisadas, finalizando, dessa forma, a análise sobre o campo de estudos sobre a prostituição.

O primeiro estudo é o da historiadora Magali Engel, intitulado *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. Inicialmente defendida como dissertação de mestrado na UFF, em 1985, foi a primeira das quatro autoras a elaborar uma obra de grande importância sobre a temática, servindo de base teórica para elaborações subsequentes sobre a prostituição.

Engel elaborou neste livro uma história das ideias, utilizando-se para isso dos discursos médicos da cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 40 e 80 do século XIX. Segundo ela, ao dar legitimidade para as ideias e ações desses médicos, o Estado pretendeu controlar e coagir a vida das prostitutas, consideradas parte dos

desclassificados sociais que disseminavam a desordem na moderna cidade. Assim, ao analisar os discursos sobre o lenocínio, a autora aborda o controle exercido sobre essas mulheres no seu sentido físico – inspeção de seus corpos – e moral – instituir a prostituição enquanto doença, mas também como mal necessário à sociedade.

A prostituição seria para Engel, portanto, “uma ação que transcende o ato de vender o corpo” (ENGEL, 2004 [1988], p.138), pois a construção da subjetividade em torno das meretrizes foi necessária para estabelecer padrões morais das relações de gênero e sexualidade. Dessa forma, médicos e juristas estavam buscando as causas, as consequências e os tratamentos da prostituição não para causar seu desaparecimento, mas para isolar e delimitar onde e quando o fenômeno poderia ser exercido em favor de uma ordem social/sexual masculina, além de preservar a domesticidade e a função da sexualidade feminina.

Assim, a autora postula que, ao estabelecer a barreira entre os indivíduos supostamente pertencentes ao âmbito privado ou público e, principalmente, ao reforçar o papel social esperado das mulheres, o discurso sobre a prostituição teria favorecido o fortalecimento dos novos ideais burgueses como a virgindade feminina e o casamento monogâmico, argumento esse encontrado também nas teses analisadas à seguir.

Em 1991, Margareth Rago lançou em livro os resultados de sua pesquisa de doutorado, realizada na Unicamp e intitulada *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)*, tornando-se uma obra de destaque em sua carreira pessoal. A autora tem como objeto de estudo a prostituição da cidade de São Paulo nas primeiras décadas republicanas e seu objetivo é, sobretudo, analisar esse fenômeno enquanto um espaço propício à

formação de subjetividades, expressão de desejos proibidos e retrato dos códigos da própria sociedade paulistana.

Assim como na obra de Magali Engel, Rago também estuda a formação da moral feminina em contraposição à figura da prostituta, processo esse elaborado e reafirmado por todos os médicos, juristas e higienistas encarregados da tarefa. Logo, semelhante ao ocorrido no Rio de Janeiro, a prostituição em São Paulo passou a ser alvo da inspeção médica/moral com o objetivo de dar uma "função útil" à atividade e de, sobretudo, criar barreiras simbólicas para as novas relações de gênero de uma sociedade burguesa. Além disso, a visão sobre a prostituição também teria o papel de restringir a entrada das mulheres brancas e de classe média-alta no mercado de trabalho, associando este a um espaço ocupado apenas pelas mulheres desviantes e marginais.⁶

No entanto, a ideia central da obra está em pensar a prostituição além da satisfação sexual masculina, sendo também um ambiente de sociabilidade e expressão de uma sexualidade insubmissa e proibida. Assim, com a "privatização do sexo, consubstanciada no casamento monogâmico e encerrada no quarto do casal, a prostituição instaura formas coletivas e diferenciadas de circulação dos fluxos

6 A questão de raça nas análises sobre prostituição é também um ponto importante. Quando se abordam as reivindicações feministas do final do século XIX e início do XX, deve-se considerar sobre qual parcela feminina o movimento estava incluindo a partir de suas pautas, pois, muito distante da experiência das mulheres brancas e de classe média-alta estava a vivência de mulheres negras. Tal como apontado no discurso histórico de Sojourner Truth ("E não sou uma mulher?", de 1851) e reiterado por teóricas e feministas a partir de então, da mulher negra não se esperava o recato ao lar e a ocupação apenas com afazeres domésticos e maternos. Sobretudo no período republicano, as marcas de séculos da escravidão continuaram estando presentes em suas vidas e tomaram conta também das formas como a prostituição negra era enxergada pela sociedade, quando ela não era tida como um "bem necessário" e foi relegada aos espaços mais afastados e invisíveis da cidade (WISSENBACH, 2018, p.204-205).

desejantes” (RAGO, 1991, p.24).

Além disso, a nova geografia do prazer, como a autora categoriza, possibilita a realização de papéis sociais que não podem ser exercidos em público, permitindo “a evasão, o desenraizamento, a desterritorialização dos corpos (e) a perda das identidades fixas” (p.97). Lugar do excêntrico e do desconhecido, o “mundo dos prazeres” seria uma excelente amostra da sociedade paulistana do século XX.

Após Margareth Rago, a terceira obra de relevância é a de Beatriz Kushnir, intitulada “O baile de máscaras: as polacas num exercício de solidariedade e sociabilidade”, de 1994. Dissertação de mestrado da UFF e posterior livro publicado pela editora Imago, a obra de Kushnir trabalha com a relação entre as polacas, o tráfico de escravas brancas e a comunidade judaica em São Paulo e no Rio de Janeiro. Especificamente, a historiadora analisa as redes de sociabilidade judaicas formadas em torno do mundo da prostituição, construídas com o intuito de refazer as ligações sociais e religiosas perdidas ao longo do processo de desterritorialização imigratório.

Para isso, a autora utilizou-se de fontes que, diferente das duas obras anteriormente descritas, são elaboradas pelos próprios sujeitos de seu estudo (as prostitutas e a comunidade em torno delas), tal qual atas, estatutos de suas associações e depoimentos de funcionários e descendentes das várias associações judaicas. A ideia central do livro, no entanto, está em entender essa comunidade de mulheres não como vítima da miséria e dos processos migratórios, mas sim agentes capazes de reconquistar suas identidades sociais perdidas, superar a dura condição de estrangeira e, a partir disso, ir além dos papéis sociais ou “o baile de máscaras”, previstos aos envolvidos com o mundo do prazer.

A última obra a ser destacada foi elaborada já ao final dos anos 1990: “Que

tenhas teu corpo”- uma História social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas, resultado da tese de doutorado de Cristiana Schettini desenvolvida e defendida na UNICAMP. Nesse estudo, a autora analisa a cidade do Rio de Janeiro após a proclamação da república, para entender quais são os conflitos e as dificuldades do mundo da prostituição expressos na esfera jurídico-criminal carioca. O ponto de partida encontrado por Schettini é o ano de 1896, graças aos seguidos habeas corpus impetrados por diversas prostitutas em combate às ações policiais de expulsão dessas mulheres do centro da cidade. Mesmo que tal ação por parte das prostitutas seja uma exceção, a autora considera o evento como o início do debate acerca do novo regime republicano, analisando a maneira pela qual a lei, ao longo das décadas seguintes, irá dispor sobre a vida de homens e mulheres relacionados à prostituição.

Assumindo uma postura historiográfica semelhante a de Beatriz Kushnir, Schettini procura apreender, a partir dos silêncios e das lacunas dos registros policiais, a forma como as prostitutas encontraram frestas de possibilidade para participar do sistema desigual de poder. Assim, a autora não busca em suas fontes a visão do outro sobre a atividade dessas mulheres, mas sim a forma pela qual estas, por meio da negociação de seus papéis sociais, forjaram diferentes estratégias tanto para lidar com as políticas de dominação quanto na busca por integração ao mundo carioca.

Considerações finais

A partir dessa discussão, este artigo se dedicou a entender a constituição da História Social da prostituição dentro das universidades e de qual forma isso

modificou os olhares de pesquisadoras(es), quando as atenções se voltaram para as problemáticas de gênero, raça, classe e sexualidade. Como observado, tais estudos desenvolveram-se em um momento propício, de articulação entre as ideias dos movimentos sociais (principalmente o feminismo), das mudanças epistemológicas das Ciências Humanas e da relevante entrada das mulheres em espaços acadêmicos – como pesquisadoras e como objetos de estudo. E, além disso, essas influências dialogaram entre si, incentivando o fortalecimento uma da outra, ideia expressa no conceito de umbilicalidade.

A partir desta análise, alguns caminhos dentro da pesquisa histórica sobre a prostituição ficam em aberto e são passíveis de discussões posteriores. É o caso, por exemplo, da presença – ou não – do marcador racial dentro da produção historiográfica dos anos 1980 e 1990: como tais pesquisadoras enxergaram a prostituição a partir de uma sociedade recém-saída da escravidão, a qual demarcou fortemente as funções e os usos que são dados aos corpos e à sexualidade feminina, sobretudo da mulher negra? Além disso, considerando os efeitos e as permanências da apropriação e venda de corpos escravizados, de qual maneira a prostituição é enxergada ou não como um contínuo dessa mercantilização de corpos?

Por esse motivo, as questões postas ao longo deste artigo, e nesses últimos parágrafos, são de fato importantes para compreender como e o porquê se inserem agentes subalternos no discurso histórico e quais caminhos podemos percorrer para realizar o mesmo movimento. Além disso, ao compreender a construção desse campo histórico, há também um esforço de contribuir para o fortalecimento da História da prostituição e da História das Mulheres, campos estes que ainda carecem de maior espaço e visibilidade nos espaços acadêmicos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. M. F.; MOSCHKOVICH, M. B. F. G.; POLAZ, K. Pesquisando os grupos dominantes. Notas de pesquisa sobre acesso às informações. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 17, 2012;

AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva Alterman (org.). **50 anos do feminismo**: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: EDUSP, Fapesp, 2019;

CORRÊA, M. **"Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal"**, Cadernos Pagu, nº16. Campinas, 2001, pp.13-30;

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Revista de Estudos Feministas**, n. 2, 1994;

_____. **Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea**. Projeto História, São Paulo, (17) nov. 1998;

DUARTE, A.R.F; & ENGEL, M.G. (2020). **O perigo da fragmentação e o desafio do trabalho coletivo**. Em perspectiva, v.6, n.1, p. 343-356, 29 jun. 2020;

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Editora Brasiliense, 2004 [1988];

_____. "História e sexualidade". In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, 5ª Ed;

ESTIMADO, R., FORTUNATO, T., CRUZ, J. F., HOTIMSKY, M., & BASSANI, A. (2016). Entrevista: Margareth Rago. **Humanidades Em Diálogo**, 7, 15-43;

FEIERMAN, Steven. African Histories and the Dissolution of World History. In: Robert Bates; V. Y. Mudimbe e Jean O´ Barr. **Africa and the Disciplines**. Chicago; London, University of Chicago Press, 1984. Tradução para uso didático;

GUEDES, Moema de Castro. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações**: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008;

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos** – o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995;

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras**: Mulheres judias e prostituição, as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996;

MAGALHÃES, Juliana de Paiva. **Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português** (Sul de Moçambique, XX). Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2016;

MALUF, Marina; MOTT, M.L. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da vida privada no Brasil** (vol.3). São Paulo: Cia das Letras, 1998;

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: raça, sexualidade e gênero no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2010 [1995];

PEDRO, J.; SOIHET, Raquel. **A emergência da história das mulheres e das relações de gênero**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2007;

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 1991;

_____. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**; Rev. Social. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995;

_____. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013;

SARTI, C. **“O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”**, Estudos feministas, vol.12, nº2. Florianópolis, CPH/CCE/UFSC, maio-ago., de 2004;

SCHETTINI, Cristiana Pereira. **“Que tenhas teu corpo”**: uma História social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese de Doutorado (UNICAMP). 2002;

SOIHET, Raquel. “História das mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 5ª Ed, 1997;

WISSENBAACH, M.C.C. **Práticas religiosas, errância e vida cotidiana no Brasil (Finais do século XIX e início do XX)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2018.

“Em legítima defesa da honra”: a luta contra a naturalização da violência contra as mulheres

Kathiusy Gomes da Silva*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p50-77

Resumo: O objetivo deste artigo é historicizar a conquista de espaços de defesa da mulher em situação de violência, enfatizando a Delegacia da Mulher (1985) e a Lei 11.340/06, popularmente conhecida como "Lei Maria da Penha". No artigo, procuramos relacionar as leituras com reportagens presentes na revista brasileira *Veja* para compreender como essa mídia construiu um discurso em relação à violência cometida contra as mulheres e como a luta de movimentos feministas reivindicando seus direitos e punições aos agressores foram importantes para as conquistas legais. Ao longo do artigo objetivou-se analisar como alguns casos marcaram a mídia brasileira, principalmente quando se tratava de violência contra mulheres conhecidas, como foi o caso do assassinato da socialite mineira Ingrid Diniz e da atriz de novela Daniela Perez.

Palavras-chaves: Violência Contra a Mulher; Lei 11.340; Revista *Veja*.

Introdução

A violência contra as mulheres possui historicidade, e é importante discuti-la. O sentimento de posse dos homens sobre o corpo das mulheres, centrado na visão destas como propriedades, que em qualquer momento podem ser agredidas, castigadas e oprimidas; é fruto de uma estrutura social patriarcal que naturaliza tais atos de violência.

A partir do fim da década de 1970, no Brasil, grupos feministas e movimentos de mulheres se envolveram de forma crescente em uma luta para dar maior visibilidade ao fenômeno da violência contra as mulheres, questionando, sobretudo, casos em que os agressores não eram julgados.

O objetivo deste artigo é historicizar a conquista de espaços de defesa da mulher em situação de violência, enfatizando a Delegacia da Mulher (1985) e a Lei 11.340/06, popularmente conhecida como "Lei Maria da Penha" e, em um segundo momento, analisar se apenas as conquistas legais são suficientes para diminuir as formas de violência praticadas contra as mulheres. Para tanto as fontes utilizadas nesse artigo são exemplares da revista *Veja*¹. A pesquisa das fontes ocorreu em duas etapas: na primeira procuramos selecionar capas da revista *Veja* que traziam como manchete alguma referência às formas de violência cometidas contra as mulheres, recebendo atenção o aspecto imagético (fotos ou ilustrações) e os títulos das revistas. Inicialmente foram selecionadas 10 revistas. Em um segundo momento, as reportagens foram lidas e destacamos que, além de referências diretas a casos de violência contra a mulher que ganharam notoriedade no país por envolver pessoas

1 Os exemplares da revista *Veja*, desde a sua criação em 1968 até a atualidade, estão disponíveis no site: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions> Último acesso: 08/06/2018

conhecidas, também possuíam casos de violência urbana que tiveram como vítimas mulheres e meninas, e casos de violência sofrida por mulheres em outros países², que foram associadas à violência política. . A metodologia utilizada é a análise documental, a partir da leitura de autores como Alessandra Pimental e Miriam Paula Manini.

De modo a criar subsídios para análises de tais fontes, contamos com autoras como Heleieth I.B. Saffioti, Wânia Pasionato Izumino, Maria Filomena Gregori, Ana Maria Colling, entre outras. Essas pesquisadoras analisam teorias que perpassam o estudo da violência como um componente das sociedades atuais, trazendo formas de interpretar e explicar a violência cometida contra as mulheres nos seus diversos âmbitos; bem como o avanço das leis que deveriam garantir o bem-estar físico e psicológico das mulheres; além de temas inter-relacionados a violência contra a mulher. São autoras fundamentais para a compreensão do avanço da legislação que se opõe a violência contra as mulheres desde a década de 1980, com o advento do SOS Mulher, bem como para compreender as relações de poder que envolvem a relação violenta entre mulheres e homens.

Diferentes faces da violência

Foi a partir dos anos de 1970 que os grupos feministas começaram a se apropriar das lutas pela conscientização e desnaturalização da violência contra as mulheres. Para tanto, procuraram o apoio do Estado a fim de elaborar leis e medidas protetivas para as mulheres. Já nos anos 1980, durante o processo de redemocratização do país após longos anos de ditadura civil-militar, em um momento

2 Duas edições: uma de 07/11/1984, que conta a história da morte de uma representante política indiana Indira Gandhi; e outra edição de 16/10/2013, que conta sobre as experiências de Malala, jovem paquistanesa que luta pelo direito à educação das mulheres.

de mudanças sociais e políticas causadas pelos movimentos sociais, incluindo o crescimento de grupos de mulheres, conhecidas como “lobby do batom” que lutaram para incluir no texto da Constituinte as demandas e reivindicações por mais direitos das mulheres como direitos trabalhistas, igualdade entre homens e mulheres e um alargamento na perspectiva legal da constituição da família (LAGE; NADER, 2012).

É relevante destacar que a violência contra a mulher é um tema que sensibiliza a sociedade em qualquer época, mesmo nos períodos em que a violência era vista como forma de controlar o ímpeto feminino. Contudo, foi na virada da década de 1970 e 1980 que os casos de violência se tornaram uma demanda mais forte por parte das próprias mulheres.

Nesses anos, os objetivos dos grupos feministas eram dar maior visibilidade às agressões e elaborar formas de combatê-las. Já era perceptível a necessidade de um envolvimento da sociedade e do sistema jurídico nacional que concedesse apoio às mulheres conforme as suas necessidades. Uma conquista importante ocorreu em 1985 com o advento das Delegacias da Mulher, que se tornaram a principal política pública de combate à violência contra a mulher, além serem espaços que possibilitaram o desenvolvimento de pesquisas em relação às denúncias realizadas pelas mulheres, com destaque para aspectos como os detalhes dos crimes, informações sobre as vítimas, além da relação delas com os seus companheiros ou familiares (SANTOS; IZUMINO, 2005). Primeiramente é importante compreendermos a relação da violência como manifestação ou ausência de poder.

A violência é a forma mais bem constituída da manifestação de poder. O poder seria uma forma de submeter outro indivíduo a agir de acordo com as vontades daquele que o detém (SILVA, 2007). Para a autora, a violência necessita de

instrumentos para ser empregada, como um vínculo de convivência entre as pessoas. Nos casos de violência pode-se exemplificar: relação afetiva, empregatícia, relação de hierarquia empresarial, dentre outras. Sendo assim, a violência contra as mulheres se constituiria com base no poder de um homem ou mesmo de outra mulher sobre a mulher agredida, sempre mediada por esses vínculos. Ou seja, a relação de violência é marcada por uma diferença de poder.

Violência: meios e formas

Os estudos sobre a violência contra as mulheres na sociedade brasileira datam do final do século XVII, e abordam temas sobre as famílias e as suas relações. Um ponto comum desses estudos é o “retrato” que elaboram sobre a violência: “Ocorreria no espaço da casa – ambiente privado – e só era convertido para o meio público quando aconteciam os exageros” (IZUMINO, 2004, p.2). Nessa época, a violência era vista como forma de correção para o “bom desenvolvimento da ordem social”, sendo comum homens agredirem as esposas e filhas a fim de controlá-las e manter o projeto de “lares ideais”; a violência só era mal vista quando prejudicava os afazeres do cotidiano.

As formas de violência foram se conjugando e organizando com o desenvolvimento da sociedade moderna, mas é uma presença constante no Brasil em diversas classes e etnias. A violência deriva dos papéis sociais impostos às mulheres e aos homens consolidados ao longo da história e reforçados pelas ideologias sociais, como o patriarcado, que induzem as relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas de um processo de socialização das pessoas. Assim, violência contra as mulheres pode ser associada à violência de gênero (SANTOS; IZUMINO, 2005).

É importante analisar que a violência não está presa a uma classe social, a exemplo disso tem-se o caso do assassinato de Ângela Diniz, morta por seu companheiro Doca Street, sendo os dois de classe abastada (Revista Veja, 24/10/1979). Podemos comparar as ocorrências de violência nos meios mais populares, como os que compõem a pesquisa de Lana Lage e Maria Beatriz Nader (2012). Nesta, as autoras pontuam o caso denominado de “A rainha do Baile” que ocorreu em 1905, em que Joanna Maria Ramos foi atacada ao sair da gafieira por um homem, com quem a vítima não tinha nenhuma relação, mas que estava enciumado por conta das investidas de outro homem (LAGE; NADER, 2012). Esses dois pleitos, que são constituídos por personagens de classes distintas, exemplificam que a violência faz parte dos diversos meios sociais, o que as diferenciam é a forma de agir das vítimas, que mudam de acordo com sua classe, como destaca Izumino:

(...) no caso específico da violência contra a mulher, alertou-se para o fato de que setores mais privilegiados da população, quando confrontados com estes conflitos contam com agentes e serviços que permitem sua negociação e resolução de forma “privada”, por exemplo, advogados, terapeutas e médicos particulares, sem precisar enveredar pela via policial-judicial. Dito de outra forma significa dizer que a violência doméstica não é resultado da pobreza, mas sua publicização é resultado da carência de direitos, entre eles o direito de ter acesso a serviços especializados para o atendimento de problemas desta natureza (IZUMINO, 2004, p.4).

Izumino (2004) destaca as diferentes realidades sociais, pois enquanto uma mulher de classe alta pode sair da situação de agressão através de representantes jurídicos conhecidos na área do Direito e, posteriormente, fazer um acompanhamento com uma equipe de médicos para lidar com a situação, as mulheres das classes populares têm que passar por um processo duro para receber

ajuda, como realizar o exame de corpo de delito, que pode ser um constrangimento, lidar com o inquérito se tem por objetivo conseguir um acompanhamento de médicos pelo Sistema Único de Saúde e, em algumas situações, não tendo para onde ir, são acolhidas em casas de apoio.

O tipo de violência no caso de Ângela Diniz e de Joanna Maria Ramos é a violência física seguida de morte das vítimas. Contudo, é importante compreender que existem outras formas de violência que são analisadas de acordo com a sua qualificação: 1º do contexto onde ocorre (violência doméstica); 2º pelo tipo de relacionamento entre as pessoas envolvidas (violência familiar, violência conjugal); 3º pelo sexo dos envolvidos (violência contra a mulher, violência de gênero); e 4º pelo tipo de ato praticado (feminicídio – assassinato de mulheres ou violência sexual) (IZUMINO, 2002 apud IZUMINO, 2004).

Um engano comum ocorre quando se caracteriza a violência doméstica como violência familiar (intrafamiliar). Isso ocorre pois se confunde o espaço da casa com a ideia de compartilhar o lar com a família. A diferença é que a primeira ocorre no interior do lar entre membros da família (mulheres e homens, pais e filhos, jovens e idosos) ou pessoas agregadas a esta, como empregadas domésticas. O segundo caso não ocorre no interior do lar e é resultado das ações dos membros de uma única família.

No Capítulo II da Lei 11.340/06³ (Lei Maria da Penha), no Artigo 7º, estão estipuladas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A Lei faz essa especificação com o intuito de

3 Para mais informações sobre a lei indico o site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Último acesso: 08/06/2018.

“Em legítima defesa da honra”

facilitar o procedimento do inquérito, além de exemplificar as diversas situações de violência que as vítimas podem estar envolvidas para que estas consigam se identificar nas situações, sendo um incentivo para procurar ajuda.

Os crimes mais comuns praticados contra as mulheres são a violência física, moral e psicológica. A violência conjugal é a que possui os maiores índices de absolvição dos acusados (SOIHET, 2002), justamente por retomar a situações como crimes pela “legítima defesa da honra”, além de ser comum nesses casos arruinar a imagem das vítimas, transformando-as em culpadas por provocar os seus algozes.

Até o ano de 2005, quando o adultério deixou de ser crime no Brasil, a condenação legal feminina como adúltera legitimava a violência conjugal – incluindo o assassinato em “legítima defesa da honra” como forma de punição privada, praticada por maridos supostamente ou de fato traídos. A honestidade da mulher era ligada à sua conduta sexual e legitimada pela ideologia patriarcal: “a dominação masculina fez do espaço do lar um locus privilegiado para a violência contra a mulher” (LAGE; NADER, 2012, p. 288). O comportamento feminino considerado fora do padrão, estabelecido pela sociedade para as denominadas “mulheres honestas”, justificava a violência contra as mulheres consideradas desonestas que “não possuíam pudor” para viver em sociedade. Assim, a violência era aplicada como castigo e as agressões eram atos medidos conforme a situação e a necessidade de disciplinar.

Entre os instrumentos normativos brasileiros, destacam-se as Ordenações Filipinas (Código Filipino), legislação do período colonial que permaneceu vigente no Brasil até o desenvolvimento do Código Criminal Brasileiro, em 1830. A Ordenação Filipina permitia ao marido castigar sua mulher ou matá-la em caso de adultério ou por suspeitas – muitas vezes o ato ocorria sem a comprovação da traição (COLLING,

2015). Também era permitido aos homens o enclausuramento forçado da esposa e filhas. Apesar da elaboração do Código Criminal Brasileiro de 1830, a situação da mulher vítima de violência continua naturalizada, principalmente com o Código Civil de 1916, que disseminou discriminações contra a mulher, tratando-a como um ser inferior ao homem.

O Código civil de 1916 só foi superado com o advento do “Estatuto da Mulher Casada” (Lei 4.121 de 1962), no qual a mulher já não era vista como incapaz, que necessitava da assistência do marido. Outra mudança é que, pela Lei de 1962, a mulher que se casasse pela segunda vez tinha a tutela dos filhos do primeiro casamento, sem interferência do novo marido (CORTÊS, 2012).

Foi só a partir dos anos 1990 que a categoria violência de gênero passou a ser utilizada, nos discursos feministas, como sinônimo de violência contra a mulher, especificando que essa forma de violência era praticada contra a mulher por ela ser mulher. Essa nova qualificação considera a intencionalidade do controle do corpo e do comportamento feminino por parte dos homens, e as formas que a sociedade reproduzia as ideias de submissão das mulheres – ideias herdadas da ideologia patriarcal. Izumino destaca em seu texto:

Teoricamente, a incorporação da categoria de gênero aos estudos sobre a violência contra a mulher apresentou-se como uma alternativa à teoria do patriarcado que define a relação entre os sexos a partir do binômio dominação masculina-submissão feminina. Ao descrever a violência contra a mulher como violência de gênero, aquela passou a ser analisada através de atributos como a construção social dos papéis masculino e feminino e o poder inscrito nas relações entre os sexos nas sociedades (IZUMINO, 2004, p.5)

Nota-se que, com a incorporação da categoria gênero, ocorre um resgate das noções patriarcais, mesmo que nessa época as teorias do patriarcado já não conseguissem mais explicar o arranjo dos relacionamentos modernos.

OS CASOS QUE MARCARAM O PAÍS E O DESENVOLVIMENTO DAS LEIS

Ao homem foi atribuído o poder de controlar as pessoas que viviam sob o seu teto, principalmente quando se tratava de mulheres (esposas e filhas). Como portador do direito à vida ou morte, a ele foi atribuído o poder de matar a companheira em caso de traição, com a justificativa de legítima defesa da honra” (PINTO, 2003).

Foi com esta justificativa que o réu Doca Street assassinou sua companheira Ângela Diniz e foi absolvido em primeira instância. O crime ocorreu em 30 de dezembro de 1976, em Armação dos Búzios. Ângela Diniz, aos 32 anos, mãe de três filhos, levou três tiros no rosto e um na nuca, disparados pela arma de Doca Street (42 anos). O comportamento da vítima foi descrito como uma afronta aos padrões femininos da época, e serviu como base para a defesa do assassino, sendo uma imagem deturpada conforme os interesses da defesa e da mídia, como destacado em:

A defesa construiu sua tese com base na ideia de que Doca Street teria agido “em legítima defesa da honra”, argumento baseado na tipificação do adultério como crime. Ângela foi descrita no tribunal como promíscua e bissexual, uma verdadeira “Vênus lasciva”, termo usado pela defesa, que a acusava de manter casos com outros homens e mulheres (LAGE; NADER, 2012, p.297)

O ocorrido, conhecido popularmente como “O crime da Praia dos Ossos”,

ganhou os jornais, principalmente após o acusado ser beneficiado com a suspensão condicional da pena conforme o artigo 696 do Código de Processo Penal. O julgamento virou praticamente um programa de auditório devido à presença da imprensa dentro e fora do fórum, sendo um caso que foi marcado pela divulgação. “À porta do fórum uma comitiva de mulheres pedia a absolvição de Doca e louvava sua conduta com cartazes” (Revista Veja, 24/10/1979, p. 114). O apoio popular e principalmente feminino ao caso foi grande, justamente por Doca representar o homem burguês branco, honrado e tradicional da época, que mesmo cometendo um crime por machismo, ainda foi ovacionado pela população. O título da reportagem da revista Veja que traz a imagem de Doca Street na capa é “Doca vai, mata e vence”. Ao longo dessa reportagem têm-se diversas visões sobre o caso: o interesse dos advogados em ganhar, a deterioração da imagem de Ângela Diniz, a defesa tentando difundir a imagem de Doca como um explorador de mulheres, o caso como uma forma de reproduzir os ideais da sociedade, dentre outras. Referindo-se ao fórum de Cabo Frio a reportagem destaca: “Por ele passaria não só Doca Street e Ângela Diniz, mas um estilo de vida. Precisamente esse estilo foi contornado” (Revista Veja, 24/10/1979, p. 116).

Os dois repórteres que escreveram a matéria (Artur Xexéo e Augusto Nunes) destacaram a “falsa moralidade” da sociedade brasileira que deixou livre um homem que matou a sangue-frio sua companheira pelo simples fato dela não se submeter a suas vontades. Os repórteres salientaram que o júri era composto em sua maioria por homens (que de certa forma podem ter se compadecido com a situação do seu “igual”), confirmando uma tendência nacional – que ainda se perpetua na atualidade – de manter em liberdade pessoas abastadas, como destaca a reportagem no trecho: “Cabo Frio produziu também a mais sensacional libertação de um homem que mata

mulher, além de confirmar a tendência para não se mandar às penitenciárias os habitantes do mundo elegante” (Revista Veja, 24/10/1979, p. 119).

A reportagem posterior ao dossiê do julgamento do caso de Ângela Diniz (denominada como “A defesa da fortuna”, Revista Veja, 24/10/1979, p.120) destaca justamente a temática de como representantes da classe alta, principalmente os homens, conseguem sair impunes de atos criminosos, com o título “A defesa da fortuna - Cinco júris de crimes passionais: quatro réus ricos saem livres; o pobre, não”. A reportagem aborda cinco casos: 1) Rica mata Rica caso de uma mulher traída que mata a nova companheira do marido com a justificativa “pela integridade do lar” (31 de março de 1964); 2) Rico mata rica, ex-marido mata a mulher com dois tiros no peito e um na cabeça depois de tentar a reconciliação e a mulher negar, este foi justificado pela já mencionada “em legítima defesa da honra”; 3) Rico mata pobre, em 1973 o primeiro companheiro de Ângela Diniz, Artur Mendes mata o lavador de carro João Avelino, com três tiros com a justificativa que o homem estava ameaçando o casal – como no caso de Diniz os mortos são condenados pelo júri e os vivos saem perdoados, Mendes foi absolvido; 4) Rica mata rico, em 1975 a ex-mulher Elza Leonetti pede ao ex-companheiro Roberto Lee que reconhecesse a paternidade da filha, com a recusa, depois de uma agressão, a mulher saca uma arma e mata o homem com dois tiros. Elza em entrevista fala que Doca Street deveria ter sido condenado pelo assassinato de Ângela Diniz, pois matou por machismo, e ainda destaca que a sua condenação, de 6 anos, foi por discriminação de sexo; e 5) Pobre mata pobre, um comerciante mata a ex-companheira a facadas depois de discussão, motivado pelo abandono do companheiro depois de 20 anos de relacionamento, mesmo utilizando a justificativa de “legítima defesa da honra”, pois comprovou que a mulher o traía. O homem pobre foi condenado por unanimidade.

A análise desses cinco casos demonstra que o dinheiro é um atenuante de pena, seguido pelo sexo. Algo que precisa ser salientado é que o terceiro caso, da morte de João Avelino, foi retomado no julgamento de Doca Street, pois na época existia a hipótese de que o lavador de carros foi morto por ter um caso com Ângela. Essa história serviu como mais uma “prova” de que Ângela era uma mulher sem honra a ponto de causar a morte de um homem por seus desejos sexuais incontroláveis.

O apelo de grupos feministas levou Doca Street a um novo julgamento, sendo que este acabou sendo condenado a 15 anos de prisão em regime fechado, em 1981, mas depois de 3 anos conseguiu liberdade condicional. Da frase de Doca, “Matei por amor”, proferida pelo assassino após sua absolvição no primeiro julgamento, nasceu o slogan “Quem ama não mata”, amplamente divulgado pelas feministas através de uma campanha que teve grande participação popular (LAGE; NADER, 2012). Esse slogan ainda é utilizado pela causa com o intuito de conscientizar a população para lutar contra a violência contra a mulher.

Delegacias Defesa da mulher (DDM)

A primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) – inaugurada em 6 de agosto de 1985 na cidade de São Paulo –, surgiu como um resultado das lutas dos grupos feministas que denunciaram os inúmeros casos de mulheres que estavam sendo mortas por seus parceiros íntimos, os quais ficavam impunes. Além da impunidade, os grupos feministas denunciavam o descaso com que a polícia tratava os casos de violência doméstica e sexual (PASINATO; SANTOS, 2008). A primeira DDM foi criada por meio do Decreto 23.769, que estabeleceu que caberia a estas delegacias investigarem os delitos contra a pessoa do sexo feminino, previsto no Código Penal.

Até o surgimento da DDM, a especialização do trabalho policial não tinha como critério a identidade da vítima. Atualmente essas delegacias são denominadas DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.

Em 1985, também foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), o primeiro órgão do Estado brasileiro a tratar especificamente dos direitos das mulheres. A exemplo dos conselhos estaduais, o CNDM tinha o poder de formular propostas de políticas para as mulheres, contudo não tinha poder para executar e monitorar políticas públicas, sendo muito importante no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, contribuindo para a inclusão das demandas feministas no texto constitucional (ALVAREZ, 1990 apud PASSINATO; SANTOS, 2008).

No que tange às DEAM, ocorreu uma grande discussão em relação ao seu modelo de funcionamento, principalmente em relação a três aspectos: 1) que serviço deveriam oferecer, isto é, se deviam restringir-se apenas a serviços policiais ou se deviam incluir, no espaço da delegacia, acompanhamento de assistentes sociais e serviços psicológicos; 2) que papel deveriam desempenhar os serviços policiais – com destaque para a dificuldade dos policiais (homens) lidar com as vítimas, se deveriam orientar/aconselhar a vítima buscar apoio de outros serviços (prestados pelo governo ou ONGs); e 3) que crime deveriam investigar, ou seja, só os tipos de violência no âmbito doméstico ou abranger para os diversos tipos de violência que são cometidos contra as mulheres. Com base nessas problemáticas para efetivação dos serviços, não se desenvolveu um único modelo de DEAM devido à diversidade de práticas policiais e, principalmente, a diversidade de sujeitos e situações que os funcionários dessas delegacias deveriam lidar cotidianamente. Todavia, existe um modelo considerado ‘base’ que inclui serviços policiais de investigação e abertura de inquéritos, além de

espaços de aconselhamento e de mediação de crimes, atendendo as ocorrências praticadas por parceiros ou ex-companheiros de mulheres, bem como crimes sexuais. Nesses espaços não existe um serviço de acompanhamento psicossocial próprio, sendo a vítima encaminhada a outros órgãos públicos (SILVA, 2007).

Desde o desenvolvimento das DEAM a orientação do governo federal recomendava que os funcionários das delegacias da mulher fossem preferencialmente mulheres, contudo a carreira de policiais e de delegados são predominantemente masculinas. A composição desigual reflete na composição das equipes nas delegacias da mulher, que possui um número menor de policiais mulheres. Essa situação abre espaço para o preconceito e o machismo praticado por policiais homens contra as mulheres que procuram as delegacias em busca de ajuda, “muitas vezes a polícia transformava o interrogatório das vítimas numa verdadeira tortura, desconfiando da inocência da mulher e até manifestando uma certa cumplicidade com o comportamento do agressor” (COLLING, 2015, p.12).

É comum estigmatizar as mulheres indagando, em caso de violência doméstica, se esta provocou o companheiro, se cometeu adultério, dentre outras. Em casos de violência sexual são comuns indagações como local em que a vítima estava, tipo de roupa, se provocou o homem de alguma forma, motivo de estar sozinha e/ou fora de casa em determinado horário, dentre outras. Assim, nota-se que, independente do espaço, horário ou situação, as mulheres podem ser questionadas se deveriam frequentar determinados ambientes desacompanhadas, como se não tivessem o direito em lei de ir e vir e frequentar qualquer ambiente.

Apesar das falhas existentes no serviço prestado pelas DEAM, estas continuam prestando o atendimento considerado mais adequado aos casos de violência contra

as mulheres, pois nas delegacias não especializadas esses casos teriam que competir com aqueles considerados legítimos do trabalho policial: roubos, furtos, tráfico de drogas, assassinatos, dentre outros (LAGE; NADER, 2012, p.301).

No contexto da virada da década de 1980 para 1990, as mulheres ganharam o direito de serem vistas como vítimas e de receber o tratamento do Estado como qualquer pessoa agredida (PINTO, 2003), com isso a mulher identificou as acusações nas DEAM como um espaço de poder, como destaca Rifiotis:

Na realidade, pelo que se pôde observar, a instituição cumpre um importante papel de acolha e processamento, servindo de apoio para as mulheres vitimadas. Assim, pode-se afirmar que os serviços de polícia são ressignificados. Fundamentalmente, observei um uso da queixa (Boletim de Ocorrência) como mecanismo de ameaça e renegociação de pactos conjugais; e da intimação, por sua vez, apropriada como mecanismo para criar o ‘diálogo’ e o reconhecimento da ‘culpa’, dar o ‘susto’ e colocar o companheiro no ‘bom caminho’. Em síntese, a DM seria um espaço de recepção, acolha de queixas, de exercício de controvérsia apoiado na figura da autoridade policial (RIFIOTIS, 2003, 2004 apud RIFIOTIS, 2008, p. 227).

Rifiotis destaca que as mulheres passaram a se apropriar dos serviços prestados pelas delegacias especializadas com o intuito de salvar ou endireitar os relacionamentos com seus parceiros, então as delegacias passaram de espaços de justiça para de reconciliação, por isso é comum a retirada e aberturas de novas queixas pela mesma mulher. Em depoimento à revista Veja, a escrivã Márcia Bezerra Mendonça destaca: “No fundo, a mulher nos procura não tanto para denunciar um crime, mas para ver se a polícia consegue modificar o temperamento violento do parceiro” (revista Veja, 01/07/1998, p.83).

Mesmo que utilizadas mais como mediadores de relacionamentos do que como espaço de justiça, os policiais que trabalham nas DEAM necessitam de uma capacitação para aprender a lidar com crimes relacionados à violência contra as mulheres. Essa qualificação se dá através de cursos, palestras e seminários que envolvam a capacidade de lidar com pessoas traumatizadas; esses métodos podem ser incorporados às disciplinas de cursos de formação de policiais. Apesar dessa necessidade, a realidade das delegacias de mulheres é de funcionários despreparados, que não conhecem os passos dos trâmites legais para salvaguardar o bem-estar das vítimas – não diferenciam os casos que necessitam de medidas cautelares, não sabem para onde encaminhar as vítimas após a abertura dos inquéritos, dentre outras situações (PASSINATO; SANTOS, 2008).

Pela falta de qualidade na capacitação ofertada aos policiais para lidar com vítimas de violência, o serviço prestado acaba sendo considerado insatisfatório, reforçando a ideia de trabalho realizado com “má vontade” por parte dos policiais e descaracterizando o atendimento das DEAM. Contudo, mesmo com as falhas e dificuldades para executar os serviços as delegacias de defesa da mulher ainda são consideradas a iniciativa brasileira mais eficaz contra a violência, pois, em teoria, alia a função de combate, prevenção e proteção das mulheres.

Casos de violência

O capítulo III, denominado “Da Segurança Pública”, da Constituição Federal⁴ de 1988, assegura que é dever do Estado brasileiro proporcionar a segurança aos cidadãos, e, em caso de infrações penais e crimes, a polícia (que melhor se encaixar

4 Constituição Federal disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html. Último acesso em: 01/06/2018

no delito) deve ser responsável por manter a ordem e levar a justiça à população (§ 7º, Constituição Federal, Art. 144). Contudo, no Brasil, em situação de violência contra a mulher, comumente ocorrem dois tipos de situações: a primeira é a impunidade, que se perpetuariam se as famílias das vítimas de caso de assassinatos não lutassem por justiça a suas parentes; a segunda é o longo caminho que as vítimas de agressão têm que trilhar em busca de ajuda e justiça.

Como exemplo da primeira situação, tem-se o caso da escritora Glória Perez que, em entrevista à revista *Veja* de 10/02/1993, afirma que não vai descansar até fazer justiça pela morte de sua filha, Daniela Perez, que foi brutalmente assassinada com dezesseis estocadas por um colega de trabalho. Na reportagem intitulada “Dias de ira e dor” a jornalista Eliane Azevedo destaca:

Dois dias depois da morte de Daniela, sua mãe já estava na ativa. Escrevia a novela, consolava seus outros dois filhos (...) e, mais do que tudo, procurava maneiras de incriminar e fazer com que a Justiça puna com rigor o ator Guilherme de Pádua e sua mulher, Paula Nogueira de Almeida Thomas. Ela está colhendo depoimentos de pessoas que conviveram com Guilherme e Paula, para mostrar que sempre foram pessoas mesquinhas, cínicas e perversas, que planejaram em detalhe o assassinato. Também controla de perto a movimentação dos advogados, para evitar o relaxamento da prisão do casal e fazer com que o processo ande rápido. É uma atividade incessante, aparentemente inesperada numa mulher ferida tão fundante. Para os artistas e psicólogos, no entanto, a fortaleza de Glória Perez, a sua recusa em calar-se e recolher-se, segue um padrão explicável (*Revista Veja*, 28/12/1992, p.64-65).

O padrão de Glória Perez é explicável, pois sem a insistência dela em fazer justiça pelo assassinato de sua filha, mesmo a vítima sendo uma artista de novela com grande destaque na mídia, o caso arrastou por muito tempo nos tribunais

ajudando os dois réus a receberem penas 'leves', já que quanto mais tempo se passar entre o crime e o julgamento, maiores são as chances do júri ser benevolente ao aplicar a pena, "se o julgamento for antes de outubro, os dois devem ser condenados", diz um experiente advogado carioca, "se for entre novembro e dezembro, crescem as chances de um deles ser absolvido. Ficando para o ano que vem, torna-se imprevisível seu desfecho" (Revista Veja, 10/02/1993, p. 69). Glória Perez batalhou para proteger sua filha contra a impunidade jurídica brasileira.

O assassinato de Daniela foi motivado por ciúme desmedido da mulher do ator Guilherme de Pádua (par romântico da atriz na novela que os dois estavam gravando), que influenciou o ator a matar uma jovem considerada por todos gentil e amável. O ciúme incontrolável que leva pessoas "normais" a tomar atitudes violentas é tema da revista Veja de 13/11/1996. Nessa reportagem a jornalista Vilma Gryzinski destaca diversos casos que foram motivados pelo ciúme incontrolável dos agressores. Na edição da revista, denominada de "A fúria do ciúme", a psiquiatra Guida Palomba afirma: "A pessoa fica escrava do sentimento, prisioneira de um pensamento doentio. O fato de a mulher usar batom já é motivo para desconfianças injustificáveis" (revista Veja, 13/11/1996, p. 124).

A segunda situação comum no Brasil é a busca incessante por ajuda e justiça que as vítimas de agressão têm que enfrentar: situações de temor não só por sua própria vida, mas de seus filhos e familiares, ameaças, perseguição, entre outras. A edição da revista Veja de 1998, intitulada "Covardia: o terror das mulheres que vivem com homens espancadores", apresenta a reportagem especial "Face do silêncio: a violência doméstica atinge não apenas a mulher, mas toda a sociedade", escrita pela jornalista Dorrit Harazim, que destaca como a violência contra a mulher se tornou um sinônimo de violência doméstica, além disso, defende que a violência contra a mulher

não cabe mais no espaço privado e já é um problema social, precisando de iniciativas públicas para apresentar melhoras.

A revista de 01/07/1998 apresenta que o lugar mais perigoso para a mulher é em casa, pois no ambiente privado as chances de a mulher sofrer alguma agressão são nove vezes maiores do que nas ruas (Revista Veja, 01/07/1998, p. 81). Ainda nesta edição estão presentes depoimentos de titulares em DEAM, tanto mulheres quanto homens. Nessas declarações pode-se analisar como existe uma visão preconceituosa entre os próprios policiais, homens, em relação às delegacias especializadas, como no trecho:

Proteção para a mulher agredida só existe no seriado Dama de Ouro, em que a delegada americana Katy Mahoney resolvia tudo. A Delegacia de Mulheres, da TV Globo, também glamourizou demais, com aquela coisa de cafezinho e tapinha no ombro. Na prática não é nada disso”. Não é mesmo. A começar pela imagem que a própria corporação tem do policial alocado em uma Delegacia da Mulher. “Quando informei meus colegas que eu vinha para cá”, lembra Assis, “foi como se eu dissesse que tinha caído na vida. “Tá lá de castigo?”, perguntam até hoje. Troquei o poder da truculência por isso aqui, onde o marginal é um pai de família. (Depoimento de Oswaldo de Assis, 41 anos, revista Veja, 01/07/1998, p.83).

Nesse trecho nota-se que o policial Assis analisa os agressores não como criminosos, mas como “pais de família”, sem considerar as atitudes violentas que esses homens praticam contra as mulheres. Outro depoimento que ajuda a compreender a situação complexa que envolve a perpetração da violência contra as mulheres é o que segue:

O sofrimento da minha cunhada começou um dia depois do casamento. Ela apanhou do marido ainda na lua-de-mel. Mas, por medo e vergonha, ela dizia

que havia caído ou se batido. A família demorou a saber o que se passava, mas ela fez várias denúncias à polícia. Dezenas de boletins de ocorrência e laudos do Instituto Médico Legal que comprovaram as agressões que ela sofria não foram suficientes para colocar o Ismael [Haick] (ex-marido de Núbia) na cadeia. Fui uma testemunha do terror que esse homem impôs a toda família. Um dia, já depois da meia-noite, recebi um telefonema da babá dos meus sobrinhos dizendo que Núbia não havia chegado em casa. Na hora eu pensei: meu Deus, perdemos a Núbia. Na manhã seguinte fomos à delegacia e soubemos que um corpo de mulher havia sido encontrado num matagal. Quando reconheci o corpo no IML, fui tomado pela revolta. Todas as denúncias que a Núbia apresentou à polícia não serviram de nada para evitar que ela fosse morta. (revista Veja, 15/03/2006, p. 80, grifo pessoal).

No depoimento de Nelson Furtado, cunhado da professora Núbia Conte Haick, de 42 anos, assassinada pelo ex-marido, pode-se notar que mesmo com as DEAM, as mulheres eram agredidas, justamente por não existir uma legislação específica para tratar da violência contra a mulher, assim viu-se a necessidade de desenvolver novas iniciativas que salvaguardassem o bem-estar físico e psicológico das mulheres.

2.3 Lei 9.099 de 1995 e Lei 11.340/06

A criação dos Juizados Especiais Criminais (JECRIM) não tem relação específica com as ocorrências de violências contra a mulher. Sua definição legal está relacionada à necessidade de desafogar o sistema judiciário brasileiro. Os Juizados desenvolviam suas atividades visando a celeridade, a economia processual, a informalização da justiça e a aplicação de penas alternativas à comum restrição da liberdade. Os casos que poderiam ser julgados nos JECRIM eram os que a pena máxima atingia um ano de detenção, chamados de “crimes de menor potencial ofensivo” (IZUMINO, 2004).

Apesar de não ter sido elaborada para penalizar os crimes praticados contra as

mulheres, a definição legal das JECRIM acabou abrangendo quase que a totalidade das ocorrências que são registradas nas DEAM. A Lei 9.099, aplicada a casos de violência contra a mulher, reduz a capacidade de investigação policial e institui a aplicação de penas substitutivas, como pagamento de cestas de alimentos e multas de valores irrisórios pelos agressores.

Os grupos feministas se mobilizam contra a Lei 9.099, argumentando que tal lei banalizou a violência contra a mulher por classificar esses atos como crimes de “menor potencial ofensivo”. Além de encaminhar os casos para o desfecho que tem como principal objetivo o acordo entre as partes. Para casos de mulheres que não desejam a prisão dos seus agressores, mas só um rearranjo dos seus relacionamentos, a Lei 9.099 se torna eficaz, pois o caso é concluído em pouco tempo e com ambas as partes livres. O contrário já não é razoável, como demonstra a revista *Veja*, edição de 2006, sobre a Lei 9.099:

Ela é bem-vinda para desafogar o congestionadíssimo Judiciário brasileiro e funciona muito bem para brigas entre vizinhos, por exemplo, que comportam compensações financeiras. Mas não para os casos que envolvem a complexa teia de violência que se instala na relação conjugal. Nessas situações, em que a mulher teve de reunir todas as forças para fazer a denúncia e frequentemente está sendo ameaçada pelo agressor, propor acordo é praticamente coagi-la a recuar. E prever o pagamento de cestas básicas como pena para o agressor aproxima-se do escárnio. “A sensação que existe em relação a esses crimes é de total impunidade”, diz Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão, de São Paulo, ONG que desenvolve projetos sobre direitos da mulher (*revista Veja*, 15/03/2006, p.81).

Em relação à violência contra a mulher, a Lei 9.099 criou empecilhos para as mulheres agredidas que buscam as DEAM, disseminando o sentimento de

impunidade e falta de apoio do Estado. A realidade das mulheres que sofrem agressões físicas e psicológicas só se modificou com o advento da Lei 11.340. A reportagem da revista *Veja* de 2006 foi lançada antes da votação da lei, mas o projeto foi comentado na reportagem:

O projeto foi redigido com base em discussões feitas em todo o Brasil com entidades femininas e traz como principal mudança a criação de juizados especiais de violência doméstica contra a mulher, a exemplo dos que existem para crianças, adolescentes e idosos. Entre outras medidas, o projeto elimina o pagamento de cestas básicas (admite como pena alternativa apenas a frequência a serviços de reabilitação pelo agressor) e estabelece mecanismos de proteção à vítima. (...) O fato de a violência contra a mulher ocorrer dentro de um quadro cultural bem delimitado que a torna “natural” aos olhos da sociedade, não a transforma em ato justificável. (*revista Veja*, 15/03/2006, p. 82).

A Lei 11.340 foi sancionada no dia 7 de agosto de 2006, mas só entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006, mesmo ano da publicação da revista. A Lei, conhecida popularmente como “Lei Maria da Penha” recebeu esse nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica e dupla tentativa de homicídio por parte de seu marido Marco Antônio, que em 1983 a deixou paraplégica. Entre a data da primeira agressão e a prisão do criminoso transcorreram 19 anos e 6 meses, sendo que ao final o réu permaneceu apenas 2 anos detido. A morosidade da Justiça foi uma das causas para o caso se alongar por tanto tempo (ROCHA, 2009).

Em 1998, Maria da Penha juntamente a grupos feministas, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), encaminharam à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA uma petição contra o Estado brasileiro

relativo à violência sofrida por ela. A denúncia do caso foi uma espécie de evidência de um padrão de omissão e negligência em relação à violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres brasileiras. O Estado brasileiro foi responsabilizado em 2001 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH): “A nova legislação tem como paradigma o reconhecimento da violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos” (PASSINATO, 2010, p. 219).

Atualmente a Lei Maria da Penha é reconhecida internacionalmente como um modelo de legislação para o enfrentamento da violência doméstica e familiar, com o objetivo de apresentar diretrizes para articular uma rede de atendimento, de medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência. A Lei 11.340 conceitua a violência doméstica com base na Convenção de Belém do Pará, além de incluir a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Outro ponto importante é que prevê a não aplicação da Lei 9.099/95 nos casos de violência doméstica (LAGE; NADER, 2012).

Logo nos primeiros artigos são destacados os locais de abrangência da lei: casa, trabalho, relações de afeto ou de convivência presente, ou passada. Íaris R. Cortês, no seu texto “Direito: A trilha legislativa da mulher” (2012) destaca em relação à Lei Maria da Penha que:

Entre as dezenas de ações importantes relacionadas a essa lei, estão: a criação de Juizados Especiais e Centros de Atendimento Multidisciplinares, a utilização de dados e pesquisas ordenados e nacionais para planejar adequadamente as ações por ela previstas e a capacitação de profissionais envolvidos com a temática da violência doméstica. Como medidas integrais de prevenção, a lei incentiva a sensibilização dos meios de comunicação social e a criação de campanhas educativas voltadas tanto ao público escolar quanto à sociedade em geral (CORTÊS, 2012, p. 277)

Pode-se analisar que a lei apresenta orientações no campo de prevenir, indicando, ao(s) Estado(s), políticas necessárias que possam evitar a violência contra as mulheres; educar quando destaca iniciativas de “sensibilização dos meios de comunicação e sociedade” por meio dos valores éticos; mudar o comportamento por meio da transformação dos valores sociais e punir aplicando as leis com máximo rigor. As medidas de urgência da Lei 11.340 estabelecem medidas protetivas, tais como, a retirada das mulheres do ambiente onde ocorre a violência e/ou que divide espaço com o agressor. Para tanto as mulheres são realocadas em ambientes seguros como casas de abrigo (que já existiam desde a década de 1980), sem prejuízos à guarda dos filhos ou de bens materiais.

A Lei também indica como deve se desenvolver o processo jurídico (fases, competências e julgamentos), assegurando à mulher o acompanhamento de um representante legal (advogado) em todas as etapas por meio dos serviços da Defensoria Pública ou da Assistência Jurídica Gratuita. A legislação fornece sugestões para a melhoria do atendimento às mulheres, como a criação de núcleos especializados de atendimento às mulheres vítimas de violência que abarcam prestação de serviço psicológico, atendimento jurídico, campanhas de enfrentamento de violência e outras.

Considerações finais

Com base nas proposições analisadas para a escrita desse artigo, notamos que a violência contra as mulheres é um problema histórico-estrutural que faz parte da sociedade brasileira devido ao tradicionalismo falocêntrico que ainda a compõe. Mesmo com o desenvolvimento legislativo, que é admirado por outras nações, o Brasil peca ao não conseguir aplicar as leis devido à falta de estrutura nas DEAMs, de

funcionários, materiais, um sistema judiciário sobrecarregado que demora para realizar as investigações, prisões e ao final aplicar as penas. Outro ponto é a diminuição das penas por bom comportamento, gerando um sentimento de impunidade que está enraizado nas vítimas, quando estas sobrevivem as agressões, e em seus familiares.

Ao lidar com as fontes observei que são marcadas por períodos em que a violência contra as mulheres é tratada com maior ou menor valor de acordo com as vítimas, como percebemos em casos com vítimas famosas, que ganham espaço na mídia, como ocorreu nos assassinatos de Ângela Diniz e Daniela Perez. E casos de mulheres “comuns” ou pobres acabam sendo silenciadas.

A revista Veja trouxe em suas edições, entre 1968 e 2018, casos de violência contra a mulher, com destaque para casos com grande repercussão nacional. Contudo, ao analisar a plataforma online onde as revistas podem ser acessadas na íntegra, notamos que as edições que tratam da violência contra as mulheres possuem poucos números se comparadas a outros temas, como política ou economia. Assim, foi possível perceber que existem diversos casos que não foram contemplados nesse artigo devido aos recortes realizados, mas que merecem destaque.

Ao analisar as leis, identificamos que, apesar do desenvolvimento delas e das DEAMs, ainda existe um longo caminho para o Brasil seguir, buscando a igualdade de direitos entre mulheres e homens na efetivação das leis no cotidiano, já que nos depoimentos retirados da revista Veja percebe-se a perpetuação da impunidade e do medo que marca a história das vítimas.

Destaco que, enquanto a mulher não for valorizada como um indivíduo em mesmo nível de direito dos homens, a violência doméstica contra elas irá persistir,

não só no Brasil, mas pelo mundo afora. Por fim, destacamos que, enquanto a sociedade não condenar regularmente a violência doméstica e as demais formas de violência praticadas contra as mulheres, não há DEAM ou Lei 11.340/06 que resolvam os problemas de violência.

Referências bibliográficas

COLLING, Ana Maria. O lastro jurídico e cultural da violência contra a mulher no Brasil. XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores – velhos e novos desafios, Florianópolis, 2015.

CORTÊS, Iáris Ramalho. Direito: A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria, org. Nova História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2012.

IZUMINO, WâniaPasinato. Violência contra a mulher no Brasil: acesso à Justiça e construção da cidadania de gênero. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra – A Questão social no novo Milénio, 2004.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher: Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria, org. Nova História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2012.

MACHADO, Isadora Vier. Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica na Lei Maria da Penha. 2013. 282 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), Programa de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013.

MANINI, Miriam Paula. Análise Documentária de Fotografias: leituras de imagens incluindo sua dimensão expressiva. Escola de Comunicação e Artes, USP, 2002.

_. O poder judiciário na aplicação da lei Maria da Penha. Conselho Nacional da Justiça, 2017. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf> Último acesso: 16/05/2018.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de

Campinas (PAGU/UNICAMP), 2008.

PASSINATO, Wânia. Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? Civitas, Porto Alegre, v.10, n.2, 2010.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa, n.114, nov./2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROCHA, Luis Fernando. A violência contra a mulher e a Lei "Maria da Penha": alguns apontamentos. Revista de Psicologia da UNESP, 8(1), 2009.

ROMANO, Rogério Tadeu. Exame de corpo de delito. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/39204/exame-de-corpo-de-delito> Último acesso em: 19/05/18

SAFFIOTI, Heleieth B. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: A mulher brasileira nos espaços público e privado. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de gênero: notas sobre Estudos feministas no Brasil. E.I.A.L., vol. 16 – nº1, 2005.

SILVA, Bárbara Garcia Ribeiro Soares da. A violência conjugal contra mulheres das classes médias do município de São Paulo. 2007. 124. Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, São Paulo, 2007.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. Proj. História, São Paulo. (25), dez, 2002.

ENTRE A REDAÇÃO E O SET DE FILMAGEM: A CIRCULAÇÃO DO PENSAMENTO FEMINISTA NA DITADURA CIVIL- MILITAR (1970/1980)

Nayla Tavares Guerra*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p78-110

Resumo: O presente artigo parte do recorte da ditadura civil-militar para investigar a circulação do pensamento feminista em dois meios de comunicação: os curta-metragens feitos por diretoras brasileiras e dois jornais pertencentes à imprensa alternativa feminista: Nós Mulheres (1976 a 1978) e Mulherio (1981 a 1987). Essa análise é calcada na investigação da bibliografia ligada aos estudos de gênero, ao cinema e à imprensa alternativa. No texto apresentado, trataremos em primeiro lugar das produções cinematográficas e jornalísticas estudadas e das questões implicadas em seu resgate. Em seguida, apresentamos a análise do curta Mulheres da Boca (Inês Castilho, Cida Aidar, 1981), produzido por uma equipe que também escrevia para os periódicos. Neste processo, o olhar para os jornais revelou-se bastante frutífero para a investigação das lacunas deixadas pela historiografia, no que concerne às diversas relações entre os filmes e pautas do movimento feminista de segunda onda.

Palavras-chaves: Curta-metragem, Ditadura civil-militar, Feminismo, História do cinema brasileiro, Imprensa alternativa.

* Graduanda no Curso Superior do Audiovisual, ECA-USP. Email para contato: naylaguerra@usp.br. Este artigo é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica orientada pelo Prof. Dr. Eduardo Morettin e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

Introdução

Quão longe teremos de ir para descobrir por onde começar? Olhamos nos livros de história e não há sinal de nós. O que podemos lembrar? Só temos nossas memórias e as histórias que contamos umas às outras.

É com esta reflexão que a cineasta carioca Helena Solberg inicia seu primeiro média-metragem, realizado em 1974 nos Estados Unidos, *The emerging woman*. Nesta passagem, a diretora questiona a invisibilização da história das mulheres e introduz os desafios da coleta de material para traçar o seu papel na sociedade estadunidense desde o século XVIII até a década de 1970. Questionamentos como este impulsionam estudos que colocam o gênero no centro da análise e tecem uma crítica ao apagamento da participação de mulheres na história. Graças a esses esforços, a história do cinema brasileiro está sendo recontada, processo para o qual pretendemos contribuir por meio desta pesquisa.

Estes novos olhares permitiram que cineastas como Solberg, Ana Carolina, Adélia Sampaio e Teresa Trautman, que iniciaram suas carreiras como diretoras nas décadas de 1960 e 1970, fossem recuperadas e estudadas, evidenciando o apagamento ao qual foram relegadas. Ocorre que a visibilidade conquistada por elas está intrinsecamente ligada ao fato de terem feito ao menos um longa-metragem. Seus curta e média-metragens, porém, permanecem pouco revisitados. *A entrevista* (Helena Solberg, 1966), “marco fundante do cinema brasileiro moderno de autoria feminina” (HOLANDA, 2017, p. 50), é uma das poucas exceções a este quadro. A despeito da atenção que vem sendo dada a *A entrevista*, tantos outros curta-metragens feitos por diretoras brasileiras no mesmo período permanecem desconhecidos ou não estudados, muitos deles perdidos. Isso se dá, pois, historicamente, aos filmes curtos é atribuída menor importância política, cultural e

social, independentemente de sua época de produção (DEBS, 1989, p. 2). Contudo, é neles que as mulheres tinham e têm mais espaço de realização, sendo fundamental lançar um olhar para essas produções ao se estudar o cinema feito por mulheres.

A partir dessa constatação, realizamos um levantamento dos curta-metragens¹ feitos por diretoras brasileiras no período da ditadura civil-militar. Vale ressaltar que não encontramos curtas feitos antes de *A entrevista*, realizado em 1966, fato que justifica o começo do recorte temporal de nossa pesquisa neste ano e não em 1964, momento do golpe militar. Dentro do recorte estabelecido, foram encontrados 224 filmes realizado por 123 diretoras diferentes². As obras foram descobertas a partir de um processo de escavação em textos e acervos. Iniciamos essa busca nos debruçando sobre produções acadêmicas que abordam o cinema de longa-metragem feito por diretoras brasileiras, nas quais foram encontrados nomes de mulheres que fizeram filmes durante a ditadura civil-militar. Na medida em que descobríamos estes nomes, buscávamos suas filmografias, o que permitiu constatar que quase todas elas tinham também realizado curtas-metragens.

É o caso de Ana Carolina, diretora mencionada em diversas pesquisas encontradas. Apesar da imensa maioria das menções referirem-se a seus filmes de maior duração, notamos que ela também fez diversos curta-metragens no período estudado. Além disso, percebemos que, ao descobrir um novo curta, ele abria um leque de outras possibilidades, uma vez que, ao estudar sua equipe técnica, constatávamos que as mulheres presentes, não raro, tinham também trabalhado na função de direção em outros projetos. Assim, a cada novo filme encontrado, diversos

¹ Consideramos apenas filmes com até 30 minutos, rodados em 16mm ou 35mm.

² Percebemos uma facilidade maior de encontrar filmes (tanto as cópias, quanto informações sobre a obra) codirigidos por um homem. Optamos por não incorporá-los ao levantamento realizado, por entendermos que tinham um vínculo diferente com o apagamento de mulheres na história do cinema brasileiro.

outros eram descobertos.

Observamos, no levantamento realizado, uma forte presença de curta-metragens que abordavam questões relacionadas a gênero, em diálogo com a chamada segunda onda feminista, iniciada na segunda metade dos anos 1970. Como aponta Ana Maria Veiga (2013), durante o período estudado (1966 a 1985), as cineastas brasileiras eram influenciadas por um “duplo contexto”: elas estavam sob o jugo da ditadura civil-militar, ao mesmo tempo em que recebiam os influxos da segunda onda feminista. Com o objetivo de entender de que modo este movimento interferiu nas obras estudadas, nos debruçamos sobre a imprensa feminista alternativa da época, a partir dos jornais *Nós Mulheres* e *Mulherio*. Uma relação estreita entre os jornais e os filmes estudados é estabelecida pelo curta-metragem *Mulheres da boca* (Cida Ainda, Inês Castilho, 1981), realizado no seio do coletivo que editava o *Nós Mulheres*.

Nesse artigo, traremos algumas conexões entre a imprensa alternativa feminista e os curta-metragens feitos por diretoras brasileiras durante a ditadura civil-militar. Compreendendo a relevância de *Mulheres da boca* para este estudo, apresentaremos um comentário mais extenso sobre a obra, mesclando análise fílmica com dados encontrados nos jornais.

O pessoal é político: movimento feminista, imprensa alternativa e curta-metragens

A instauração da ditadura civil-militar, em 1964, desencadeou uma mudança radical na política brasileira. Movimentos populares, como os camponeses e os sindicalistas, foram fortemente reprimidos, assim como professores, advogados, jornalistas e estudantes (TELES, 1993, p. 61). O contexto foi marcado pela forte interferência militar, pelas violações aos direitos humanos, pela censura, pelos

atentados contra a liberdade de expressão e pela difusão de um projeto moral baseado na centralidade da família nuclear, nos valores heteronormativos e na subordinação das mulheres aos homens (DUARTE, 2013, *apud* CAVALCANTE, 2017, p. 59).

Nesse cenário, ressurgem as discussões sobre gênero no Brasil³, em diálogo com os debates que vinham sendo travados nos Estados Unidos e nos países europeus, sobretudo a partir das publicações de Simone de Beauvoir (*O segundo sexo*, 1949) e Betty Friedan (*A mística feminina*, 1943). No Brasil, as feministas contestavam radicalmente “o modelo de feminilidade difundido pela sociedade, que atribuía às mulheres os papéis de esposa, mãe e filha, mantendo-as submetidas ao domínio masculino, como coadjuvantes ou auxiliares dos homens no âmbito público ou no privado” (CAVALCANTE, 2017, p. 60). Temas antes considerados privados e individuais passam a ser incluídos no debate público a partir da ideia de que o pessoal é político. Com isso, a opressão vivenciada pelas mulheres no âmbito doméstico começa a ser compreendida, pelos movimentos feministas, como pertencente a uma opressão estrutural e coletiva, que não poderia ser solucionada individualmente. Como expressado por Pateman,

[...] as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de ‘esposa’, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas ‘pessoais’ só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, p. 47, *apud* COSTA, 2010, p. 176).

³ Essas discussões já haviam aparecido no contexto brasileiro no início do século XXI, com a luta pelo direito ao voto feminino, que agrupou uma parcela expressiva de mulheres. “Pertencentes à classe média e à classe dominante, abraçavam uma causa comum às mulheres de diversos países (...)” (TELES, 1993, p. 51). Nesse contexto, surgem organizações como o Partido Feminino Republicano (fundado em 1910 por Deodolinda Dalho), a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher (criada em 1920 por Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz) e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (organizada em 1922 também por Bertha Lutz).

Em 1975, com patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU), é realizado o seminário “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, no Rio de Janeiro. A partir deste evento, surgem grupos de mulheres em várias cidades do país e são criadas condições favoráveis para a criação de uma imprensa alternativa feminista (TELLES, 1993, *apud* TAMIÃO, 2009, p. 23). Assim, no mesmo ano, nasce o jornal *Brasil Mulher*, fundado pela Sociedade Brasil Mulher, em Londrina, e focado no movimento pela anistia e na mobilização e cobertura do movimento operário, com destaque às mulheres operárias. No ano seguinte, a Associação de Mulheres cria o periódico *Nós Mulheres*, com sede da redação em São Paulo. Posteriormente, em 1981, surge, também em São Paulo, o *Mulherio*, com apoio da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford.

A imprensa alternativa feminista surge já em um momento de maior abrandamento da censura e não encontramos registros de perseguições aos jornais estudados. Contudo, uma parte considerável de suas editoras estava ligada à militância de esquerda, tendo vivenciado a clandestinidade, a prisão, a tortura e/ou o exílio em momento anterior à criação dos periódicos (FREITAS, 2014, p. 157-158).

Por meio dos jornais, os movimentos feministas conseguiam fazer circular ideias e assuntos que ficavam de fora da imprensa oficial (LEITE, 2003, p. 235), como é ressaltado no editorial da 16ª edição do *Mulherio*, que afirmava que o jornal era:

[...] um contraponto aos outros órgãos da imprensa, que em geral tratam a mulher de um modo esquizofrênico: as revistas masculinas mostram a gente nua; as revistas femininas, de avental; os jornais diários, no mais das vezes, nos reduzem à total invisibilidade (a menos que sejamos “estrelas”). E a mulher real, onde é que está? (MULHERIO, mai./jun. 1984, p. 2).

Percebe-se, nesse trecho, algumas características próprias aos periódicos, como é o caso da inovação da linguagem e uma abordagem crítica das questões de gênero. A primeira pessoa do plural era frequentemente usada para demarcar que se falava das mulheres a partir das mulheres⁴. Refletindo sobre esse aspecto, Rosalina Leite comenta o título “Quem somos?” do editorial da primeira edição do *Nós Mulheres*, e afirma que essa opção de linguagem rompia com o papel de um editor impessoal e assexuado que se referia à leitora com o distanciamento do “você, mulher”, comum à imprensa feminina tradicional (LEITE, 2003, p. 239).

Assim como havia um contraponto entre a imprensa tradicional e a imprensa alternativa, havia também entre o longa e o curta-metragem. O filme curto atendia aos anseios de um cinema alternativo que expressasse as diferentes vozes que compunham a sociedade brasileira. Devido à especificidade de sua menor duração, ele teve que encontrar novas formas de se estabelecer enquanto gênero.

Durante a segunda metade dos anos 1970 e anos 1980, jovens cineastas independentes travaram uma batalha em prol do curta, por enxergarem nele “uma espécie de antídoto para o veneno que é o imperialismo” (SANTEIRO, *apud* DEBS, 1989, p. 5). Em diálogo com tal ideia, Aloysio Raulino defendia que o formato fílmico de menor duração teria uma força além, quando comparado aos longas de ficção: “é a tentativa permanente de olhar o mundo à nossa volta, sem disfarces” (RAULINO, *apud* DEBS, 1989, p. 6).

Se a experimentação de linguagem no âmbito jornalístico era possibilitada pela imprensa alternativa, o caminho para isso no cinema se trilhava entre os curta-

⁴ As mulheres compunham “os conselhos editoriais dos jornais, sendo responsáveis pela direção política, linha editorial e redação das principais matérias. Tal situação não excluía a colaboração dos homens de diversos modos” (LEITE, 2003, p. 234).

metragens. O afastamento destes em relação à indústria permitia uma maior contestação estilística e ideológica, como aponta Vânia Debs:

[O] investimento relativamente pequeno necessário para a realização desses filmes (se comparado àquele para o longa-metragem) deixa aberta a possibilidade de se estabelecer poucos vínculos com as regras da indústria, com o cinema comprometido com o mercado comercial, constituindo um espaço privilegiado para a experimentação de novos temas e de novas articulações linguísticas (DEBS, 1989, p. 3).

Esse distanciamento do curta-metragem em relação ao cinema comercial também foi fundamental para proporcionar maior abertura desse formato fílmico às mulheres. O menor orçamento - resultado tanto da menor duração, quanto da simplificação do aparato cinematográfico - facilitava (como facilita ainda hoje) que as mulheres, excluídas da indústria, tivessem acesso a esse meio de produção. É, contudo, necessário um adendo com relação às mulheres sobre as quais estamos falando. Trata-se de um grupo muito específico: as mulheres cisgênero brancas e de classe média ou alta. Como comentado, no levantamento de filmes realizado, encontramos 224 curta-metragens feitos por 123 diretoras diferentes entre 1966 e 1985. Destas, todas são cisgênero, poucas são amarelas, apenas uma é negra⁵ e nenhuma é indígena. Lançamos também um olhar para a classe social, que aparenta ser mais abastada, consequência dos empecilhos para conseguir financiamento público para a realização cinematográfica. À época, “para fazer curta você tinha que fazer com o dinheiro do seu próprio bolso” (ROGÉRIO, *apud* PADOVAN, 2001, p. 39), como relatam algumas diretoras e diretores. Era comum também um esquema de parcerias no qual as pessoas trabalhavam umas para as outras de graça, se

⁵ Esta é Adélia Sampaio, considerada a primeira mulher negra a dirigir um longa-metragem no Brasil (*Amor maldito*, 1984). O segundo longa feito por uma mulher negra a estrear comercialmente no Brasil, *O caso do homem errado* (Camila de Moraes), é de 2017, o que revela a manutenção da disparidade entre mulheres negras e brancas no audiovisual.

alternando nas equipes dos filmes dos amigos e colegas:

[...] todo mundo trabalhava na base da ajuda de custo, ou de graça, porque daí quando ele fazia o dele, eu trabalhava de graça pra ele. Tinha todo um lance de trocar nesse sentido, e isso viabilizava os filmes, os filmes eram baratos. Se você fosse orçar profissionalmente, seria muito mais caro, e o dinheiro não dava (ROGÉRIO, *apud* PADOVAN, 2001, p. 44).

Desse modo, a produção de curta-metragens se manteve baseada em pessoas cuja condição financeira permitia investir o tempo em trabalhos não remunerados, ou ainda utilizar dinheiro próprio para a realização artística, situação esta que dificultava o acesso de indivíduos de classes sociais menos abastadas ao fazer cinematográfico.

Entretanto, mesmo para esse grupo de mulheres para as quais o curta-metragem abriu portas para a entrada no meio cinematográfico, permaneciam outros desafios, como a realização de um segundo ou terceiro filme. Das 123 cineastas do levantamento, 73 não conseguiram realizar mais de um curta-metragem, como indica o gráfico abaixo:



Imagem 1: Gráfico “número de filmes realizados por número de diretoras”. Fonte: autoria própria, 2020

Além disso, raras foram as que conseguiram realizar longa-metragens, um fator importante que revela a dificuldade de acesso às grandes produções. Dentre as poucas que alcançaram tal feito, podemos destacar, além das já mencionadas, Anna Muylaert, Suzana Amaral e Tizuka Yamazaki. Referindo-se aos empecilhos apontados, Inês Castilho, diretora de dois curtas do levantamento (*Mulheres da boca*, 1981, e *Histerias*, 1983), afirma em entrevista que:

Não tenho uma carreira cinematográfica, exatamente. Fiz cinema durante alguns anos, na primeira metade dos anos 80, e nunca mais. Mãe e pai de família, precisava de sustento. A vida falou mais alto – um fato comum na vida das mulheres de cinema (CASTILHO, 2017).

Nessa fala, Castilho demonstra clareza sobre a dificuldade coletiva de acesso das mulheres ao cinema enquanto profissão e aponta o elemento familiar como um dos entraves. A “dupla jornada”, ou seja, responsabilidade das mulheres de cuidarem da família e da casa, ainda que com empregos externos ao ambiente doméstico, era - e ainda é - um empecilho para as realizadoras, haja vista a demanda por longas horas de trabalho nas gravações dos filmes.

Esse tema foi o foco da primeira edição do *Mulherio* e era frequente tanto neste jornal, quanto em *Nós Mulheres*. A própria Inês Castilho, que além de ter dirigido os filmes citados, também escrevia para os dois periódicos, assinou uma matéria sobre maternidade nesta primeira edição do *Mulherio*, na qual ela coloca que:

Penso, finalmente, que é injusto que seja assim. Que apenas as mulheres sejam responsáveis pela vida e morte, saúde e doença, felicidade ou fatalidade que a vida reserva para nossos filhos. Que os homens assumam tão pouco a paternidade. Que tenham criado uma sociedade onde nos dizem "ser mãe é o principal papel da mulher", não deixando espaço para vivermos nossas outras dimensões (MULHERIO, mai./jun. 1981, p. 9).

Em outra matéria, denominada “Mães: difícil lidar com a culpa”, algumas mulheres entrevistadas reclamam sobre o fardo da exclusividade materna da criação dos filhos. Várias relatam também remorso e culpa ao terem que deixar os filhos com o pai ou outro membro da família, seja para trabalhar ou para fazer alguma atividade de lazer. Uma das entrevistadas, Marília de Andrade comenta que:

Eu também não consigo me adaptar ao modelo tradicional de mãe. Mas, aparece um grande conflito cada vez que tenho que deixar as crianças, cada dia que não me sobra tempo para supervisionar a lição de casa, etc. Fico racionalizando, me dizendo o tempo todo: “tudo bem, eu tenho que trabalhar, eu estou ocupada, e tal...” Mas, de qualquer jeito, eu me sinto mal. Eu diria que é uma coisa quase que de estômago, que me pega no fundo, sabe? (MULHERIO, nov./dez. 1981, p. 12).

Marília de Andrade também dirigiu alguns curtas presentes no levantamento realizado: *É menino ou menina?* (1978), *Balzaquianas* (1981) e *A terceira idade* (1982). Todos foram codirigidos por Eliane Bandeira e lançam um olhar para questões de gênero. O único cuja cópia conseguimos localizar e assistir é *Balzaquianas*⁶, uma ficção cujo roteiro foi construído a partir de entrevistas com mulheres casadas de 20 a 40 anos, pertencentes a diferentes classes sociais. Uma mesma atriz (Irene Ravache) interpreta cinco personagens diferentes, apresentando diversas situações cotidianas de subordinação das mulheres ao papel de esposa e mãe.

O filme estava extremamente alinhado às ideias difundidas no *Mulherio* e, não à toa, foi objeto de uma crítica publicada na já comentada primeira edição do periódico. Sob o título “Balzaquianas: um retrato do casamento”, Betty Mindlin escreve que: “dissecado como instituição social, o trabalho doméstico fica absurdo: é feito em tal isolamento que as mulheres ficam cortadas da sociedade, sem campo

⁶ Filme disponível *online* no acervo do Museu da Imagem e do Som de São Paulo: <<https://acervo.mis-sp.org.br/filme/balzaquianas>> Acesso em: 17 jan. 2020.

para ação no mundo” (MULHERIO, mai./jun. 1981, p. 9).

Essa questão é ilustrada em várias cenas do filme, entre elas uma na qual uma mulher lava roupas no tanque, com sua filha pequena. Seu marido aparece e comenta: “O tempo tá feio né? Mas mesmo assim vai dar pra bater uma bolinha... Eu gosto mesmo é de domingo... A gente não tem nada pra fazer...”, e em seguida adiciona “Agora vou pro bar, encontrar o pessoal. Capricha no rango hoje, que eu vou trazer o Zé para almoçar ai, viu?”. O homem sai e chama o filho pequeno para ir junto, enquanto a mulher e a filha continuam lavando roupas.

A intermitência (para as mulheres) do trabalho doméstico não remunerado e realizado no âmbito privado, em paralelo aos momentos (para os homens) de descanso tanto na esfera pública quanta na privada, revela uma estreita ligação com o pensamento feminista que vinha sendo produzido à época. Em *Balzaquianas*, a solução temporária encontrada por uma das personagens foi deixar de viajar com a família, alegando: “Eu quero ficar sozinha, quero descansar. Não quero ter o trabalho de ficar cuidando da família nesse feriado”.

Tal cena está muito ligado à charge divulgada em uma edição do *Mulherio*:

Ciça



Imagem 2: Charge “Ciça” publicada no jornal *Mulherio*, 1981⁷

Alinhada às problematizações da associação naturalizada entre mulheres e serviço doméstico estava a luta pelas creches, que ocupou diversas páginas dos dois jornais estudados. Ao mesmo tempo em que havia uma defesa da ocupação do espaço público pelas mulheres e da igualdade salarial, havia a consciência de que, para isso, seria necessário encontrar um local para deixar as crianças, como é colocado em uma das matérias, intitulada “Creche: com quem deixar nossos filhos”: “Esta é uma questão que cada vez mais mulheres enfrentam, no momento em que deixam o lar para trabalhar e aumentar o orçamento doméstico. Mas mesmo trabalhando fora, a mulher continua sendo responsável pelo cuidado dos filhos” (NÓS MULHERES, set./out. 1976, p. 10).

Havia, também, uma consciência de que a luta deveria ser por creches *públicas*, como é evidente na matéria “Mais uma vez: creche!”, que chama a atenção para o crescimento desses espaços, porém privados, dificultando o acesso das mulheres pobres. Estas, como é ressaltado, trabalhavam muitas vezes cuidando dos filhos das ricas, mas não recebiam salário suficiente para pagar alguém para cuidar de seus próprios filhos. A matéria adiciona ainda que as mulheres:

Precisam sair para trabalhar fora de casa e, ainda que esse trabalho seja mal remunerado, cansativo e repetitivo, ele é parte importante do longo caminho de libertação das mulheres e do ser humano. [...] Entre os mais pobres, as famílias são centralizadas na mãe, que é quem cuida, mantém e educa as crianças. [...] A creche é desesperadamente necessária para a mulher que trabalha (NÓS MULHERES, ago./set. 1977, p. 11).

Nos curta-metragens, a luta pelas creches aparece em dois filmes: *Só o amor*

⁷ A autorização para a reprodução da charge neste artigo foi gentilmente cedida por sua criadora, Cecília Pinto.

não basta (Dilma Lôes, 1977) e *Creche-lar* (Maria Luíza Aboim, 1979). Ambos abordam a experiência de uma creche comunitária na Vila Kennedy no Rio de Janeiro, solução que se aproximava da defesa da coletivização da reprodução social, da ideia de que a educação das crianças deveria ser discutida “não mais como um assunto privado de cada mulher, mas como um problema da coletividade” (MULHERIO, nov./dez. 1981, p.9), alinhando, mais essa pauta, à ideia de que “o pessoal é político”.

Um olhar dos jornais para os curta-metragens

Além de realizar matérias sobre filmes e diretoras, havia também, em ambos jornais, a divulgação de exposições de obras as quais dialogavam com as pautas do periódico (fossem elas dirigidas por mulheres ou por homens). Com isso, pode-se ter acesso a informações pouco conhecidas sobre a circulação de alguns curta-metragens do levantamento. Há, por exemplo, uma nota denominada “Cinema Debate: A Mulher em São Paulo” (NÓS MULHERES, mar. 1978, p. 7), na qual divulga-se uma exibição do filme *Vida de doméstica* (Eliane Bandeira, 1976), com a presença da diretora e uma representante da Associação das Empregadas Domésticas. Informações como esta revelam um dado importante de diálogo dos filmes com a conjuntura na qual estavam inseridos: as obras eram não somente influenciadas pelo contexto, como também eram usadas pelos movimentos sociais para promover mudanças nas estruturas.

Esse potencial de transformação social do cinema é ressaltado em uma matéria sobre outra exibição de alguns dos curtas estudados - *Menino ou menina* (Marília de Andrade, Eliane Bandeira, 1978), *A menina e a casa da menina* (Maria Helena Saldanha, 1979) e *Balzaquianas* (Eliane Bandeira, Marília de Andrade, 1981). Sob o título “Mostra

de filmes na SBPC⁸, lê-se:

O filme, como outras formas de manifestações artísticas, é um veículo privilegiado para mobilizar opiniões e suscitar debates sobre temas de interesse científico. Sem se submeter, necessariamente, aos cânones impostos pela 'verdade' científica, o cinema documentário ou ficcional pode ser, muitas vezes, um retrato mais vivo da realidade, provocando reações que levam as pessoas a repensarem seus conceitos sobre o mundo (MULHERIO, jul./ago. 1981, p. 11).

Além de divulgar exposições, o jornal *Mulherio* relatava também, com recorrência, a possibilidade de alugar curtas feitos por mulheres e/ou em diálogo com as pautas feministas. Escrevia-se sobretudo sobre a Dinafilmes (Distribuidora Nacional de Filmes)⁹ e a CDI (Cinema Distribuição Independente)¹⁰. Nota-se que essas matérias eram direcionadas sobretudo a cineclubes, coletivos e associações de mulheres, incentivando-as a alugarem os filmes e exibirem-nos, com a perspectiva de aprofundarem as discussões relativas a tais pautas:

Você quer alugar filmes sobre mulher para projetar em sua associação, sindicato ou em sua cidade? Agora ficou mais fácil: um grupo de cineastas criou a CDI - Cinema Distribuição Independente, justamente para facilitar o acesso a um cinema que não se vê na televisão e nos circuitos comerciais. Num catálogo inicial de 140 filmes de curta e longa-metragem sobre vários temas, há oito relacionados diretamente à mulher. São eles *Balzaquianas*, de Elaine Bandeira e Marília de Andrade, prêmio de Melhor ficção na X Jornada Brasileira de Curta-Metragem; *É menino ou menina?*, de Elaine Bandeira e Marília de Andrade; *Retratos de Hideko*, de Olga Futema; *Tempo Quente*, de Leilany Fernandes Leite, prêmio especial na X Jornada Brasileira de Curta-

⁸ SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

⁹ A Dinafilmes foi criada em 1976 durante a X Jornada Nacional de Cineclubes em Juiz de Fora (MG). Seu principal objetivo era fortalecer a circulação alternativa dos curta-metragens, facilitando o acesso dos cineclubes. Como a maior parte desses espaços de exibição operava com filmes em 16mm, o catálogo da distribuidora privilegiava essa bitola (MELO, 2018, p. 69).

¹⁰ A CDI foi criada em 1982 por realizadores membros da Associação de Documentaristas de São Paulo. Com o objetivo de exibir filmes que não tinham espaço na televisão ou no circuito comercial, eram distribuídas cópias para escolas, entidades, grupos comunitários, sindicatos, etc. Tratava-se de uma instituição sem fins lucrativos, porém era cobrado um aluguel para a manutenção das cópias e divulgação (SILVA, 2011, p. 75).

Entre a redação e o set de filmagem

Metragem; *Tigresa*, de Wilson Barros; *Trabalhadoras metalúrgicas*, de Olga Futema¹¹; e *Vida de doméstica*, de Eliane Bandeira. Depois de divulgado o catálogo, mais dois filmes ficaram prontos: *Mulheres da Boca*, de Inês Castilho e Cida Aidar, e *Terceira idade*, de Elaine Bandeira e Marília de Andrade (MULHERIO, jul./ago. 1982, p. 20).

Por fim, para concluir sobre as relações mais gerais entre os curta-metragens estudados e os jornais *Nós Mulheres* e *Mulherio*, destaca-se uma matéria intitulada “Mulheres, câmera, ação” (*Mulherio*, nov./dez. 1981, p. 22). Nela, ressalta-se a produção cinematográfica de mulheres: “De repente as mulheres descobrem o cinema como meio de expressão artística e passam a realizar seus próprios filmes”, e chama-se atenção para o fato de que a produção de curtas pelas cineastas estava suprimindo uma necessidade de expressão do feminismo no âmbito cultural e artístico. Observa-se, com isso, a consciência das redatoras deste jornal sobre a importância do destaque a filmes não só *sobre* mulheres, como filmes feitos *por* mulheres, além da percepção da potência que os curta-metragens poderiam assumir na luta contra o patriarcado e as opressões de gênero, constituindo-se como uma possível ferramenta à luta feminista.

Mulheres da Boca: da redação dos jornais ao set de filmagens

Mulheres da boca (Cida Aidar, Inês Castilho, 1981)¹² é um documentário sobre as prostitutas e seus exploradores na Boca do Lixo de São Paulo¹³. Como comentado, Inês Castilho escreveu para os dois jornais sobre os quais nos debruçamos: *Nós Mulheres* e *Mulherio*. Em uma entrevista, de 2017, para o site Mulheres do Cinema Brasileiro, Castilho comenta sobre este filme, *Mulheres da Boca*:

¹¹ Apesar da matéria não mencionar, este filme foi codirigido por Renato Tapajós, como atestam seus créditos.

¹² Filme disponível online no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=7uOIOLe_QSo> Acesso em 17 jan. 2020.

¹³ A Boca do Lixo é uma região não oficial do centro da cidade de São Paulo. Com forte presença de prostitutas, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, tornou-se também um reduto do cinema brasileiro independente.

Cida e eu nos conhecemos no coletivo feminista que editou o jornal *Nós Mulheres* entre 1976 e 1979. Foi quando o grupo de estudos sobre a mulher da Fundação Carlos Chagas lançou o Concurso de Pesquisa sobre a Mulher, e nós decidimos propor um projeto de filme, ao invés de pesquisa acadêmica. O tema prostituição foi escolhido a partir da cisão na identidade feminina, entre a puta e a santa – cisão hoje relativizada pelas décadas de atuação do feminismo, particularmente a Marchas das Vadias¹⁴. O projeto é meu e da Cida, mas na esteira do espírito coletivo do feminismo foram incorporadas várias outras mulheres, como se pode ver nos créditos¹⁵ (CASTILLO, 2017).

Como apontado anteriormente, ao ler as edições dos jornais *Nós Mulheres* e *Mulherio*, foram encontradas publicações sobre diversos filmes presentes no levantamento que realizamos. Uma delas corresponde a uma crítica a *Mulheres da boca*, escrita por Maria Rita Kehl e publicada no *Mulherio* (mai./jun. 1982, p. 20). Nela, há um tom elogioso à obra, destacando a aproximação realizada entre as prostitutas e as espectadoras, separadas “apenas” pelo nível sócio-econômico. Chama-se atenção para um retrato singular das prostitutas, que não as erotiza, diferentemente de tantas outras representações dessas mulheres realizadas no cinema e na literatura. Esta visão será comentada mais adiante, por meio da análise do filme.

¹⁴ A Marcha das Vadias é um movimento surgido a partir de um protesto realizado em abril de 2001 em Toronto, no Canadá. O movimento se internalizou e ocorreu no Brasil pela primeira vez em junho do mesmo ano. Nas Marchas, protesta-se contra a culpabilização das vítimas de estupro feita com o argumento de que elas teriam provocado a violência por meio de suas roupas ou comportamento.

¹⁵ A fim de compreender se uma mulher na direção repercutia em mais mulheres na equipe, realizamos um estudo da composição por gênero das equipes técnicas dos curta-metragens incluídos no levantamento. Averiguamos uma discrepância muito grande, sobretudo nas funções ligadas à fotografia e ao som. Mesmo em filmes com mulheres na direção, a quantidade de outras mulheres nas equipes ainda era muito pequena e, não raro, nula. Todavia, os filmes dirigidos por Inês Castilho estão entre os que apresentam maior proporção de mulheres em relação a homens: *Mulheres da boca* (codireção de Cida Aidar, 1981), possui 8 mulheres e 5 homens na equipe, e *Histerias* (1983), possui 9 mulheres e 8 homens.

CINEMA

Sem fantasia

Ficha técnica: *Mulheres da Boca*; direção: Cida Aida e Inês Castilho; roteiro: Cida Aida, Inês Castilho, Jacira Vieira Mele, Márcia Vicente, Sara Feldman; produção: Wagner Paula de Carvalho; foto: Chico Botelho, 22 minutos, 16 mm, colorido.

Para um filme que pretende abordar a prostituição, as primeiras cenas surpreendem. A câmera passeia entre mulheres em grupo, sem procurar destacar nada que marque a diferença entre elas e nós, espectadoras (a não ser, é claro, a indistigável pobreza — que entretanto não é característica exclusiva das prostitutas). Nada que identifique as putas-fatais-fálidas-sedutoras (felizes?) do imaginário masculino — vide o personagem de Tânia Alves em “O Olho Mágico do Amor”, encarnação sacana da prostituta realizada, mito —, fantasma que ilude e assombra nossa já tão difícil identidade sexual. Também não é um bolerão estilo Bethânia (... “se meu passado foi lama...”) que marca as primeiras imagens de *Mulheres da Boca*, mas a voz frágil de Yoko Ono cantando “It Happens” (“Acontece”)...

E nesse tom que segue o filme. Inês Castilho (jornalista), Cida Aida (psicóloga) e as outras mulheres e homens da equipe de *Mulheres da Boca* aproximam-se do cotidiano da prostituição no centro de São Paulo. Sem buscar o alibi do distanciamento científico — o filme não se apresenta como

“pesquisa” —, aproxima-se do universo afetivo, da intimidade de várias mulheres, não a partir da diferença mas a partir da identificação.

Não se trata de uma afirmação, por parte das cineastas, de sua ausência de preconceitos; aliás, fazer apologia de nosso “espírito despreconcebido” é um truque que funciona apenas para enaltecer o “despreconcebido” e humilhar a vítima com um olhar paternalista e cristão. O que as cineastas fizeram foi captar, nessas “Mulheres da Boca”, aquilo que mais as sensibilizou: justamente a carência. Justamente a fragilidade.

A câmera de Chico Botelho descreve carinhosamente um rosto inibido de mulher. Demora nos revelando a ambigüidade desse rosto: braços endurecidos/entristecidos expressam uma afetividade quase infantil. Outra cena, a única “cena de cama” do filme, uma prostituta representa uma briga com seu cafetão. Motivo “clássico”: o dinheiro que ela escondeu. Para o filho. Mas a “atriz” está bem demais no papel, representa a si mesma e seu ódio é real quando o homem a joga na cama e ela chuta com as duas pernas para cima gritando “sai, sai”. Não é erótica a cena do quarto mas também não é exótica, não faz o gênero mundo cão (*Marília Pera* em “Pixote”, outra puta criada por um homem, mostrando enojada o feto na lixeira do banheiro). E comovente: uma mulher esperneia e grita contra sua completa des-



Foto Wagner Carvalho

proteção, contra a ausência total de garantias da sua vida.

Não é erótica a única “cena de cama” de *Mulheres da Boca*, filme que se recusa a explorar a sexualidade das prostitutas. Com exceção do belíssimo strip-tease na boate Concorde — erotismo produzido, teatralizado segundo todos os requisitos do que supomos ser a sensualidade —, o filme no mais é terno. As mulheres entre elas se olham, brincam, se abraçam; suprem juntas um pouco do que lhes falta (ao contrário mais uma vez da puta-mítica de Jorge Amado, solitária, auto-suficiente). À parte esses pequenos carinhos entre mulheres, não há refresco para nossa imaginação perversa que deseja fazer da prostituição o lugar da sensualidade feminina liberada. Do ponto de vista das prostitutas de *As Mulheres da Boca*, o sexo é negócio desenergizado. Questão de sobrevivência...

Do ponto de vista da puta, o erotismo é uma fantasia para homens.

Maria Rita Kehl

MÚSICA

Imagem 3: Crítica do filme *Mulheres da boca* publicada no jornal *Mulherio*, 1982

Localizamos também, em algumas edições, tanto no *Nós Mulheres* quanto no *Mulherio*, notícias sobre o referido concurso de bolsas de estudo sobre a mulher promovido pela Fundação Carlos Chagas. Em uma das matérias, após ressaltar sobre o baixo valor da bolsa, é posto que “Há de se louvar, porém, essa iniciativa das pesquisadoras da Fundação, pois inexistem em nosso país instituições que ofereçam bolsas ou ajudas a pesquisadores sobre o tema” (NÓS MULHERES, jun./jul. 1978, p. 3). Essa colocação, aliada à recorrência de menções a esse concurso em ambos jornais, revela a importância dessa iniciativa para o movimento feminista da época. Em outra publicação, foi encontrada uma menção ao fato de *Mulheres da boca* ter ganhado um dos prêmios:

O segundo concurso, aberto em 1979, mostrou um interesse ainda maior: apresentaram-se 131 projetos, dos quais 19 receberam financiamento de até

200 mil cruzeiros. Este concurso revelou grande abertura. Além de cientistas sociais, médicos, engenheiros, arquitetos, advogados e artistas também apresentaram projetos. E, fugindo à tradição acadêmica, uma das 'pesquisas' aprovadas é um filme sobre prostituição, de Inês Castilho, Chico Botelho¹⁶ e Cida Aida (MULHERIO, mai./jun. 1981, p. 11).

Considerando que *Mulheres da boca* foi realizado no seio do coletivo que editava o *Nós Mulheres*, cabe destacar que o jornal também se debruçava sobre o tema abordado no filme (a prostituição). Diante de tal observação, avaliamos as relações entre o posicionamento explicitado na mídia impressa e na obra fílmica. Esta posição pode ser verificada em um pequeno artigo, intitulado "Protegendo' as prostitutas" (NÓS MULHERES, jun./jul 1978, p. 1):

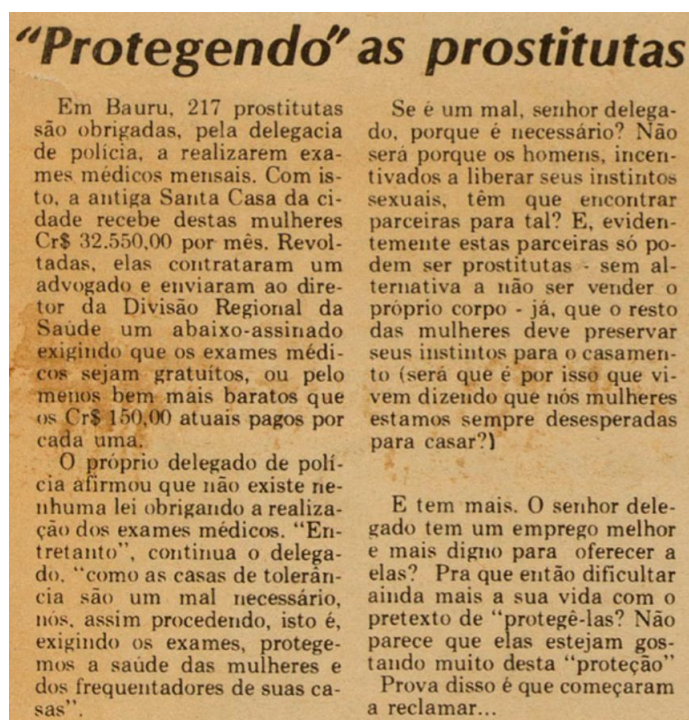


Imagem 4: Publicação sobre prostituição no jornal *Nós Mulheres*, 1978

Nesta notícia, é aborda a exigência feita por uma delegacia de polícia de Bauru

¹⁶ No filme, Chico Botelho não é creditado como codiretor, como realizado aqui. Nos créditos, ele aparece apenas como diretor de fotografia.

(São Paulo) para que prostitutas realizassem exames médicos periódicos, pelos quais elas mesmas deveriam pagar. Esta ação revela uma atenção das instituições policiais às prostitutas, que durante o regime militar sofreram intensa repressão por representarem “um crime contra os costumes”¹⁷. Na cidade de São Paulo no início dos anos 1980, por exemplo, uma enorme quantidade de prostitutas, travestis e homossexuais foram detidos por rotas promovidas pelo delegado José Wilson Richetti. Com o objetivo de ‘limpar’ o centro da cidade, de 300 a 500 pessoas eram levadas por dia para a delegacia, sob os fundamentos legais de contravenção penal de vadiagem e de prisão cautelar (BRASIL: CNV, 2014, p. 307). Em um contexto de extrema criminalização da prostituição, tanto a matéria publicada no jornal *Nós Mulheres*, quanto o filme *Mulheres da boca*, optam por um caminho contrário, reconhecendo a vulnerabilidade econômica das prostitutas e, com isso, tratando a profissão por elas realizada como uma fatalidade.

No curta-metragem, isso fica evidente na música da sequência de abertura, que, no momento do título, conta “Isso aconteceu em um momento da minha vida, quando eu menos esperava” (tradução nossa)¹⁸. A montagem vertical associa a frase às “mulheres da boca” (título e categoria social das personagens), revelando a imprevisibilidade e a inevitabilidade da prostituição. Na reportagem, por sua vez, essa ideia é expressa na passagem “evidentemente estas parceiras só podem ser prostitutas - sem alternativa a não ser vender o próprio corpo - [...]”, que, entre as escolhas lexicais, utiliza o advérbio de exclusão “só” para enfatizar irremediabilidade da profissão, e o verbo “vender”, que reforça o caráter de transação comercial para ressaltar a necessidade financeira de se prostituir.

¹⁷ Expressão utilizada pelo delegado José Wilson Richetti em diversas entrevistas dadas para os jornais à época.

¹⁸ Trecho da música *It happened*, de Yoko Ono. Trecho original: “*It happened at a time of my life when I least expected*”.

Além disso, tanto na obra cinematográfica quanto na peça jornalística, por falarem a um terceiro sujeito - que difere tanto das prostitutas, quanto das diretoras/jornalistas - há um tom informativo e, ao mesmo tempo, de denúncia da precariedade daquela realidade. No filme, nota-se isso por meio da câmera que adentra lentamente o prédio no qual trabalham e residem e revela a pobreza do espaço sujo e quebrado. Na matéria do periódico, por sua vez, o tom mencionado é percebido na explicitação da fala do delegado seguida do uso da ironia ("Se é um mal, senhor delegado, por que é necessário?").

As primeiras mulheres que aparecem no filme são filmadas andando na rua. A câmera na mão acompanha o movimento delas com um plano próximo, focado em seus rostos (imagens 5, 6 e 7). Os planos são curtos; cada um com uma ou duas mulheres. Esses enquadramentos, que se concentram nos rostos e as filmam individualmente, trazem uma carga subjetiva para as personagens, o que é feito antes da cartela de título e de outras informações que revelem a profissão por elas exercida. Esta estratégia colabora para humanizá-las, retratadas antes que o público saiba que se trata de mulheres que se prostituem, evitando distanciamento decorrente dos estigmas associados a sua profissão. Por outro lado, mesmo trazendo a subjetividade pela expressão facial, ela não permeia completamente a estrutura do filme, uma vez que não é dada às filmadas a oportunidade de falarem. Assim, elementos ainda mais subjetivos e individuais, como traços de personalidade e opiniões, são deixados de fora.

Imagem 5: 00min40¹⁹

Imagem 6: 00min51

Imagem 7: 00min54

A dicotomia colocada, relacionada a uma subjetivação que se limita à visualidade das “mulheres da boca”, se estende para todo o filme. As únicas pessoas com espaço de fala de fato são uma cafetina e um cafetão. Ambos são entrevistados e têm longa sequência de fala garantida pela montagem. A cafetina (cujo nome não aparece na sequência) comenta sobre sua relação com as prostitutas, conta como chegou até o “lenocínio” (palavra usada por ela) e conversa sobre sua vida amorosa, que inclui um relacionamento antigo com um policial. Ela termina afirmando que sente, enquanto sua *obrigação* de comerciante, *presentear espontaneamente* o chefe de distrito, aos finais de ano, “com uma camisa de seda, um litro de whisky de categoria”, para “quando tiver um imprevisto, ou qualquer pressão, que não é novidade”, poder “bater um fio pro distrito” e ter “uma equipe de segurança à sua disposição”. As palavras em itálico (*obrigação*, *presentear*, *espontaneamente*) evidenciam um mascaramento do suborno realizado, enquanto as expressões adverbiais (aos finais de ano, que não é novidade) indicam uma recorrência das ações. Desse modo, a cafetina expõe os mecanismos pelos quais se aproxima dos agentes da lei (o relacionamento com o policial e o suborno) que lhe permitem coordenar um esquema ilegal de comercialização dos corpos, a prostituição.

¹⁹ As imagens reproduzidas a seguir são fotogramas retirados do filme *Mulheres da Boca*, para complementar as análises desenvolvidas. A autorização para sua reprodução neste artigo foi gentilmente cedida por Inês Castilho, codiretora da obra.

A “equipe de segurança à disposição” é o gancho para a introdução de outra figura: um cafetão. Quinzinho, nome repetido diversas vezes na sequência, aparece em um bar, jogando sinuca com outros homens, pedindo mais doses da cachaça 51, e afirmando, para o dono do bar, que “pode chamar a polícia, que ninguém vai pagar nada”. Há aqui, novamente, a banalização de um ato ilegal (consumir e não pagar) e a consciência da impunidade, provavelmente porque ele sabe que os agentes da lei estarão do seu lado, ainda que cometa uma infração.

Após essa fala, começa a entrevista de fato. Vemos uma mulher com um microfone, que questiona “Quem é o Quinzinho?”. Essa pergunta é fundamental, pois, a partir dela, o entrevistado pode escolher o que falar sobre si, como se apresentar, o que revelar de sua construção enquanto sujeito. Quinzinho comenta de onde veio seu apelido; conta como virou “o Rei da Boca”; brinca com os assassinatos do ROTA²⁰ e do tático móvel, que seria então “o rei”, ao matar 30 pessoas por dia; e, por fim, fala sobre um prédio que teve no qual controlava mais de 300 mulheres. A entrevista é entrecortada por planos nos quais Quinzinho interage com outros homens num bar, enquanto joga sinuca e baralho.

Observa-se que, por meio das falas da cafetina e de Quinzinho, conseguimos conhecer uma série de informações sobre a subjetividade dos dois, que seriam muito mais difíceis de serem apreendidas caso o filme se limitasse a mostrá-los visualmente. Às “mulheres da boca”, por sua vez, não é dada a oportunidade de se colocarem verbalmente. Não sabemos seus nomes (aliás, o único nome que aprendemos durante toda a obra é o de Quinzinho), suas histórias, suas opiniões,

²⁰ A Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) é uma tropa do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, modalidade de policiamento pertencente ao 1º Batalhão de Policiamento de Choque Tobias de Aguiar. Foi criada em 1970 para combater guerrilhas urbanas e, com o fim destas ainda no início da década, passou a reprimir crimes comuns. A ROTA ficou famosa por sua extrema violência e grande número de assassinatos.

suas reflexões. Tudo que sabemos sobre elas é reduzido ao que podemos ver delas. Isso é particularmente delicado dado o apego à imagem exigido pela profissão que exercem, na qual são frequentemente restringidas ao próprio corpo, sendo a mente e o intelecto pouco ou nada valorizados. Ao se limitar a apenas *mostrá-las*, sem *escutá-las*, o curta-metragem corrobora para a construção identitária das mulheres prostituídas baseada unicamente em sua imagem.

Após a cartela do título, há uma cena na qual um cafetão e uma das “mulheres da boca” estão no quarto. Na crítica citada, escrita por Maria Rita Kehl e publicada no jornal *Mulherio*, esta cena é descrita como uma ficção da realidade: “uma prostituta *representa*²¹ uma briga com seu cafetão”. De fato, a proximidade física e a intimidade da câmera com tal situação de violência levam a imaginar que esta foi (re)criada para ser filmada naquele momento. Usa-se aqui o prefixo *re-*, entre parêntesis, pois o realismo das ações e das reações da personagem transmitem a sensação de que aquela mulher provavelmente já viveu algo muito parecido, encenando, assim, uma situação real e abalando com isso os limites entre documentário e ficção.

Nesta cena, a personagem mulher é o foco. Na maior parte do tempo ela é enquadrada de frente e no centro do quadro, enquanto o cafetão é filmado de costas e no canto (imagem 8). Ademais, as atuações expõem contrastes: de um lado, tem-se a vulnerabilidade da mulher, reforçada pelo fato de ela permanecer quase em silêncio, com a cabeça abaixada e ombros caídos, e, de outro, a agressividade verbal e física do homem, que segura violentamente o rosto dela. Estes procedimentos técnico-formais colaboram para a afeição do público com a mulher prostituída e repulsa pelo cafetão. Isso é reforçado pela escolha da montagem de colocar essa

²¹ O destaque à palavra “representa” não estava presente na escrita original, porém foi dado aqui para enfatizar o caráter ficcional da cena, defendido na crítica citada.

sequência logo após aquela que contém os planos próximos dos rostos e a música de Yoko Ono. Se por um lado há uma ruptura de tom (melodia suave da música e planos próximos de várias mulheres sorrindo na rua *versus* a violência sofrida pela mulher no quarto), há uma intensificação do sentimento de empatia que vinha sendo construído e favorece o repúdio pela violência representada.



Imagem 8: 2min59

Em um dos momentos finais da película, retrata-se uma boate de *strip-tease*. Esta cena difere radicalmente da proposta estética e poética da primeira comentada. Se, no início do filme, há uma tentativa de subjetivar as “mulheres da boca”, aqui há a manutenção de algumas problemáticas de representação de uma mulher no cinema. Ainda que o filme em questão seja um documentário, nesse momento há a reprodução de códigos visuais e narrativos típicos do cinema clássico, sobretudo no que diz respeito à decupagem e à montagem.

Nota-se uma aproximação entre o olhar do público da boate (majoritariamente formado por homens) e o olhar do espectador²². Isso acontece, pois a câmera adota o

²² Usa-se o substantivo “espectador”, no masculino, neste momento, pois apesar de imaginar que o filme tenha sido visto tanto por homens quanto por mulheres, em uma sociedade patriarcal que abafa o discurso e o desejo feminino, o olhar das mulheres é muitas vezes também “masculinizado”.

Entre a redação e o set de filmagem

ponto de vista desse público sobre as dançarinas. Elas estão em cima de um palco, enquanto este está sentado, portanto em um nível espacial mais baixo. A filmagem das dançarinas em *contra-plongée*²³ e da plateia na altura dos olhos revela um posicionamento de câmera muito mais próximo fisicamente das pessoas que assistem do que das mulheres que dançam (imagens 9 e 10).



Imagem 9: 14min12

Imagem 10: 14min30

Ademais, há diversos *inserts* de contra-planos do rosto do público a olhar para elas, mas não há contra-planos dos rostos delas olhando para a plateia. Inclusive, as dançarinas aparecem frequentemente ‘decapitadas’ em quadro, anulando completamente não só seu olhar, como toda sua subjetividade facial. Esses contra-planos são intercalados com planos próximos de partes fragmentadas dos corpos das mulheres que são culturalmente erotizadas (imagens 11, 12 e 13). Esses procedimentos técnico-formais estabelecem quem deve ser olhada, quem deve olhar, como deve olhar e para onde deve-se olhar. Com isso, o espectador, que também realiza a ação de olhar para o filme, tende a se identificar, independentemente de seu gênero, com o público e não com as dançarinas.

²³ Termo utilizado no cinema para se referir aos planos filmados “de baixo para cima”, isto é, com a câmera apontando para um nível mais alto do que aquele onde ela está.



Imagem 11: 12min10

Imagem 12: 12min43

Imagem 13: 14min25

Se o sujeito é *quem* pratica a ação e o objeto é *o que* a sofre, considerando que o público da boate *olha* e elas *são olhadas*, essa dinâmica de olhares colabora para acentuar o peso da objetificação das mulheres filmadas. Elas são aqui portadoras e não produtoras de significado. Nesse sentido, o olhar construído na cena é indissociado de uma submissão de quem é olhada, uma vez que restringe os corpos de mulheres à posição de desencadeadores de desejo, retirando deles a possibilidade de existirem unicamente para si, além de suprimir a possibilidade das mulheres de tornarem-se sujeitos desejantes.

Essa análise contradiz o que é colocado por Maria Rita Kehl em sua crítica. Segundo ela, o filme se recusa a explorar a sexualidade das prostitutas e não as erotiza, uma vez que “[d]o ponto de vista da puta, o erotismo é uma fantasia para homens”. Como mostramos, na sequência analisada o ponto de vista construído pelos elementos técnico-formais não é o da puta, mas o dos homens que as erotizam e objetificam. Desse modo, nesse momento da obra, as mulheres filmadas parecem existir, tanto no espaço físico da boate de *strip-tease*, quanto na sequência do filme, apenas para a satisfação de quem as olha, seja esse sujeito o público-personagem da cena ou o público-espectador do curta-metragem.

Nesse cenário, a decupagem e a montagem funcionam como uma autorização formal para que as mulheres em cena sejam olhadas. O uso de planos frontais e sem

função narrativa (meramente contemplativos), como o plano detalhe da cintura, dos mamilos e da bunda (imagens 11, 12 e 13), intensifica o tom exibicionista da cena (que já estava posto pela presença do palco e a dinâmica do espaço onde as imagens foram gravadas). Os corpos dessas mulheres são, assim, transformados em espetáculo e, “(e)m seu tradicional papel exibicionista, as mulheres são vistas e exibidas simultaneamente, com o seu aspecto codificado para um forte impacto visual e erótico, de modo que se pode dizer que elas são conotações a serem consideradas” (MULVEY, 1988, p. 62, tradução nossa).

Há, nessa cena, a presença de estímulos à escopofilia, definida como “prazer em usar outra pessoa como objeto de estimulação sexual através da visão” (MULVEY, 1988, p. 61, tradução nossa). Assim, elas são aqui objetos eróticos do olhar da plateia, da câmera e, conseqüentemente, do espectador, mantendo-se subordinadas a esses três componentes.

Observa-se, portanto, uma dicotomia entre as sequências iniciais do filme e esta, que é uma das últimas. Em um primeiro momento, os diversos elementos da linguagem cinematográfica são usados para colocar as mulheres prostituídas em um espaço outro daquele tradicionalmente associado a elas e criar uma empatia entre elas e as espectadoras e os espectadores. Já no final, esses elementos acentuam a identificação da espetatorialidade com o público da boate e não com as dançarinas, rompendo com a dinâmica inicial de identificação/empatia. Ademais, enquanto a primeira sequência foca nos rostos e expressões faciais das “mulheres da boca”, reforçando visualmente a subjetividade e individualidade, neste outro momento elas aparecem, diversas vezes, decapitadas em quadro, e a fragmentação de seus corpos colabora para uma visão redutora delas não como um todo, mas como uma junção de partes sexualizadas.

Laura Mulvey aponta que um dos desafios de se lutar contra a estrutura inconsciente da linguagem (a cinematográfica, no caso analisado) é desatrelar-se da linguagem do patriarcado (1988, p. 58). Tendo isso em vista, percebe-se que *Mulheres da boca* não consegue transcender completamente a esse sistema de opressão, pois utiliza, em alguns momentos do filme, a linguagem criada por ele, criando ambiguidades e estranhamentos.

Conclusão

Ao nos debruçarmos sobre os curta-metragens feitos por diretoras brasileiras durante a ditadura civil-militar, encontramos uma série de relações com a imprensa alternativa feminista. Os jornais *Nós Mulheres* e *Mulherio* permitiram traçar paralelos entre as pautas do movimento de contestação de mulheres e filmes presentes no levantamento fílmico realizado. A partir dos periódicos, identificamos também informações relativas à divulgação e distribuição das obras estudadas. Além disso, pudemos analisar o olhar dos jornais para os filmes através das críticas fílmicas publicadas em algumas edições. Deste modo, o uso de *Nós Mulheres* e *Mulherio* como material de pesquisa permitiu o aprofundamento das relações entre os filmes que abordavam gênero e seu contexto de produção e de circulação.

Observamos que a película *Mulheres da boca* representou uma união entre a imprensa alternativa feminista e os curta-metragens feitos por diretoras brasileiras, a partir da intersecção entre a figura da jornalista e da cineasta. Assim como outras obras cinematográficas, como *Balzaquianas* e *Creche-lar*, ela revela um interesse de algumas das mulheres ligadas ao movimento feminista de segunda onda em utilizar o cinema como plataforma de comunicação das pautas e questões discutidas, sejam elas ligadas à prostituição, à luta por creches públicas, à dupla jornada de trabalho ou

às opressões vivenciadas pelas mulheres nas relações conjugais. Se nos jornais estes temas são discutidos de modo bastante informativo e argumentativo, nos filmes a arte traz também uma dimensão poética, criada pelos mais diversos elementos da linguagem cinematográfica (trilha sonora, fotografia, direção de arte, etc.).

A imprensa alternativa e o curta-metragem configuram-se como produtos menos valorizados dentro de seus campos (jornalístico e cinematográfico), em comparação com a imprensa oficial e o longa-metragem. Talvez por isso, foi neles que as mulheres encontraram um espaço maior para se colocarem como jornalistas e como diretoras, além de lograrem dialogar sobre questões relacionadas a suas vivências, opressões e lutas. Portanto, os meios de comunicação produzidos e distribuídos à margem de um circuito hegemônico, por vezes invisível tanto para os censores da época quanto para os pesquisadores de depois, foram fundamentais para a expressão, a circulação e o registro histórico do pensamento ligado ao movimento da segunda onda feminista no Brasil.

Periódicos

NÓS MULHERES, ano 1 a 3, n. 2 a 8, set./out. 1976 a jun./jul. 1978. Disponível em <<https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>>. Acesso em: 7 fev. 2020.

MULHERIO, ano 1 a 16 - mar./abr. 1981 a mai./jun. 1984. Disponível em <<https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/capas2.html>> Acesso em: 7 fev. 2020.

Referências bibliográficas

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Texto 7 - Ditadura e homossexualidades. In: **Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

CASTILHO, Inês. **Mulheres do Cinema Brasileiro**. Disponível em: <https://www.mulheresdocinemabrasileiro.com.br/site/entrevistas_depoimentos/visualiza/213/Ines-Castilho> Acesso em: 15 jul. 2019.

CAVALCANTE, Alcilene. Cineastas brasileiras (feministas) durante a ditadura civil-militar. In: HOLANDA, Karla; TEDESCO, Marina Cavalcanti (Orgs.). **Feminino e plural: mulheres no cinema brasileiro**. Campinas: Papirus, 2017, p. 59-76.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

DEBS, Vânia Fernandes. **Curta-Metragem: Trajetória dos anos 80**. Tese (Doutorado em Cinema) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **História, histórias**, Brasília, v. 2, n. 4, 2014.

HOLANDA, Karla. Cinema brasileiro (moderno) de autoria feminina. In: ____; TEDESCO, Marina Cavalcanti (Orgs.). **Feminino e plural: mulheres no cinema brasileiro**. Campinas: Papirus, 2017, p. 43-58.

LEITE, Rosalina da Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2003, p. 234 - 241.

MELO, Izabel de Fátima Cruz. **Cinema, circuitos culturais e espaços formativos: novas sociabilidades e ambiência na Bahia (1968-1978)**. Tese (Doutorado em Ciências) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MULVEY, Laura. Visual pleasure and narrative cinema. In: PENLEY, Constance (Org.). **Feminism and film theory**. Nova York: Routledge, 1988, p.57-68.

PADOVAN, Carlos José. **Audácia e diversidade: curta-metragem e o Prêmio Estímulo (1968-84)**. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SILVA, Denise Tavares da. **Vida longa ao curta**. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SILVA, Francine Nunes da. **Práticas do dizer, práticas do fazer**: cineclubismo, imagens e política. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

TAMIÃO, Juliana Segato. **Escritas feministas**: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Uma breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VEIGA, Ana Maria. **Cineastas brasileiras em tempos de ditadura**: Cruzamento, fugas, especificidades. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Referências audiovisuais

A entrevista. Direção: Helena Solberg. Produção: Helena Solberg e Mair Tavares. Rio de Janeiro: CAIC - Comissão de Ajuda à Indústria Cinematográfica, 1966. 20 min., son., BP, 16 mm.

BALZAQUIANAS. Direção: Eliane Bandeira e Marília de Andrade. Produção: Rogério Corrêa. São Paulo: NAU - Nacional Artistas Unidos; Secretaria Estadual de Cultura - Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas - Comissão de Cultura, 1981. 20 min., son., COR, 16 mm.

CRECHE - Iar. Direção: Maria Luíza Aboim. Produção: Flávia Behmer. Rio de Janeiro: Corcina - Cooperativa dos Realizadores Cinematográficos Autônomos Ltda, 1979. 9 min., son., COR, 16 mm.

MULHERES da boca. Direção: Cida Ainda e Inês Castilho. Produção: Wagner Carvalho e Sara Feldman. São Paulo: Tatu Filmes; Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes S.A., 1981. 21 min., son., COR, 16 mm.

SÓ o amor não basta. Direção: Dilma Lóes. Produção: Dilma Lóes, M. Santana e Lydia Mattos. Rio de Janeiro: Dilma Lóes e Afko Produções Cinematográfica, 1977. Son., COR, 16 mm.

THE emerging woman. Direção: Helena Solberg. Nova Iorque: International Cinema, 1974. 40min., son., BP, 16mm.

Imagens

Imagem 1: Autoria própria. **Gráfico “número de filmes realizados por número de diretoras”**, 2020.

Imagem 2: MULHERIO. **Charge “Ciça” publicada no jornal *Mulherio***, ano 1, n. 0, mar./abr. 1981, p. 4.

Imagem 3: MULHERIO. **Crítica do filme *Mulheres da boca* publicada no jornal *Mulherio***, ano 2, n. 7, mai./jun. 1982, p. 20.

Imagem 4: NÓS MULHERES. **Publicação sobre prostituição no jornal *Nós Mulheres***, ano 3, n. 8, jun./jul. 1978, p. 1.

Imagens 5 a 13: **Fotogramas do filme *Mulheres da Boca*** (Inês Castilho, Cida Aidar, 1981).

Catarina de Médici (1519 – 1589): Imagens de gênero e poder

Eduardo Gern Scoz*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p111-131

Resumo: Este artigo é produto de uma pesquisa individual, intitulada *Catarina de Médici (1519-1589): imagens de gênero e poder*, orientada pela Professora Doutora Ana Paula Vosne Martins (UFPR). A pesquisa objetivou compreender as articulações entre gênero e poder na França Renascentista a partir da trajetória biográfica e política da rainha-mãe Catarina de Médici, esposa de Henrique II e regente de seu filho, o rei Carlos IX (1560-1574). Pretendeu-se analisar as particularidades do exercício do poder e da influência exercida por Catarina no contexto político das guerras de religião na França, primeiro como esposa, mas especialmente como viúva e mãe de três monarcas. Defendemos a hipótese de que Catarina soube manejar o papel tradicional esperado de uma rainha mãe em favor de seus filhos, da dinastia dos Valois-Angoulême e da monarquia francesa, exercendo o que chamamos de maternidade política. Para tanto recorreremos às fontes jurídicas, imagéticas e epistolares.

Palavras-chaves: Catarina de Médici; História das Mulheres; História da França; Maternidade Política; Representação.

* Estudante concluinte do curso de licenciatura e bacharelado em História da Universidade Federal do Paraná e bolsista do PET História UFPR. Faz Pesquisa Individual orientado pela Professora Dra. Ana Paula Vosne Martins. Contato: eduardogscoz@gmail.com

Introdução

Catarina de Médici é um dos sujeitos históricos mais controvertidos da história da França. Sobre ela foi escrita uma extensa bibliografia, além de estar presente no imaginário coletivo francês e europeu até a atualidade. Entretanto, ao contrário de personagens históricas como Joana d'Arc ou Luís XIV, o Rei Sol, que são conhecidos por sua magnanimidade e/ou grandiosidade, Catarina ficou conhecida pela perfídia e pelo suposto dano que causou à França, seja pelos massacres da Noite de São Bartolomeu (1572) ou pelo alerta deixado às gerações de homens envolvidos com o poder que a sucederam sobre o “perigo da ginecocracia”.¹

Catarina foi uma figura multifacetada, que carrega um legado complexo e paradoxal, tendo exercido poderes políticos e diplomáticos extraordinários para uma mulher da época em que viveu. Estes poderes se fundamentam na maternidade, que foi exercida por ela indissociavelmente da função política, visto que a França impedia, através da Lei Sálica, que as mulheres pudessem exercer o poder soberano. Por conta da relação entre sua atuação política e o seu consequente deslocamento do lugar esperado de uma mulher de seu período, a historiografia atual se debruça sobre controversas mulheres como Catarina para entender o porquê da construção de uma imagem tão negativa e de que forma a imagem produzida por ela foi distorcida por valores misóginos da sociedade patriarcal ocidental desde o século XVI.

A pesquisa atual foi desenvolvida com base em três conceitos principais, a *maternidade política*, desenvolvida por Kathleen Weellman (2015) e Katherine Crawford

¹ Ginecocracia, de acordo com o jurista francês do século XVI, Jean Bodin, é o governo exercido por uma mulher. Desta forma, uma mulher soberana feria as leis naturais e divinas que ordenavam que a mulher estivesse sob o domínio do homem, não só no governo dos reinos e impérios, mas igualmente no governo da família. Para Bodin a ginecocracia seria a inversão da ordem divina e natural (BODIN, 1967).

Catarina de Médici (1519 – 1589): Imagens de gênero e poder

(2000); o *gênero como categoria útil para a análise histórica*, como apontado por Joan Scott (1995); e *representação*, de acordo com Roger Chartier (1991). Esses conceitos foram utilizados para analisar as diversas fontes às quais recorreremos e que demonstram a pluralidade da atuação sociopolítica e privada de Catarina, como as fontes epistolares, imagéticas e jurídicas.

O presente artigo analisa a atuação política de Catarina de Médici durante o período de regência de seu filho, o rei Carlos IX. Este contexto foi marcado pelo acirramento das disputas políticas entre os católicos e os huguenotes e pelo perigo constante do desmembramento do território francês e da instabilidade da monarquia frente a tantos conflitos internos. Assim, analisando as fontes, é possível perceber que a construção da imagem de Catarina – seja por ela mesma em suas cartas enviadas às diversas autoridades francesas e de outros interlocutores internacionais, ou por retratos encomendados pela Coroa; seja por seus opositores, em escritos jurídicos e pinturas críticas, como as de François Dubois – foi marcada pelo julgamento negativo e positivo baseado no gênero.

Catarina de Médici: a órfã italiana que foi rainha da França

Catarina de Médici nasceu em 13 de abril de 1519, na poderosa cidade de Florença, filha do duque Lourenço II de Médici e de Madalena de La Tour de Auvérnia, herdeira dos Bourbon. Seu pai e sua mãe morreram tragicamente no mesmo ano do nascimento de sua filha, em 1519, deixando-a órfã. Dessa forma, a situação de Catarina era bastante vulnerável, mas por sua origem se tornou uma peça importante no cenário político europeu, tendo sua educação orientada por seu tio paterno, o Papa Clemente VII (CRAWFORD, 2000). Após diversos reveses, como a expulsão dos Médici de Florença, Catarina foi criada na maior parte de sua vida por sua tia, Clarice Strozzi,

frequentou conventos e, por fim, esteve sob os cuidados de seu influente tio em Roma, quando aprimorou seus estudos humanistas até atingir a idade adequada para as meninas de sua época casarem. Muitos pediram sua mão em casamento, incluindo o rei da Escócia, Jaime V, porém quem mais agradou o Papa foi o delfim da França, Henrique, duque de Orleães, filho do rei Francisco I (FRIEDA, 2011).

Todos na corte francesa, com o passar do tempo, ficaram impressionados com sua inteligência, perspicácia e graciosidade, com exceção de seu marido, que desde o início do casamento, demonstrava muito mais interesse em sua amante, Diana de Poitiers. Todavia, a perda do dote de Catarina após o cerco de Florença pelo imperador do Sacro Império Romano Germânico, Carlos V, a dificuldade em engravidar e sua origem italiana fizeram com que sua situação ficasse cada vez mais fragilizada na corte francesa, sendo motivo de chacotas e insultos (FRIEDA, 2011).

Catarina de Médici, após dez anos, deu à luz ao seu primeiro filho, o futuro rei Francisco II, e desempenhou de forma exemplar o seu papel de esposa, fazendo com que sua imagem começasse a mudar a seu favor (CRAWFORD, 2000). Após a coroação do casal como rei e rainha da França em 1547 e do nascimento de dez filhos, dos quais sete sobreviveram, Catarina se viu em uma posição de grande respeito, à qual ela colaborou sendo uma esposa obediente – silenciosamente tolerando a traição pública de Henrique com Diana – e uma mãe zelosa. Catarina incorporou a deferência ao *pater familias*, ao construir sua imagem de mulher virtuosa, e ganhou a confiança de seus súditos e de seu marido soberano, ao ponto de se tornar regente em algumas ocasiões enquanto Henrique II lutava em guerras contra a Espanha e o Império.

A morte repentina do rei da França, em 1559, causou pânico entre todos, visto que o sucessor, o primogênito Francisco, com apenas quinze anos, era muito inexpe-

Catarina de Médici (1519 – 1589): Imagens de gênero e poder

riente e com uma saúde bastante frágil, iniciando assim um período regencial com o fervoroso e intransigente católico Francisco, Duque de Guise. Todavia, após dezessete meses, Francisco II morreu e seu irmão mais novo, Carlos, assumiu o trono, com apenas dez anos de idade. Carlos IX era incapaz de governar, porém, nesse momento, sua mãe decidiu tomar a frente na regência. Enfrentando oposição de diversos lados, principalmente dos Bourbon e dos Guise, Catarina se tornou regente, papel esse que desempenhou com muita convicção com um único propósito: assegurar aos Valois-Angoulême o trono francês (CHANG, KONG, 2014).

O sucesso em obter a regência se deu primordialmente pela imagem austera, virtuosa e zelosa que ela havia construído durante as quase duas décadas como esposa, mãe e depois, viúva (CRAWFORD, 2000, p. 655). Após o falecimento de seu marido, Catarina adotou o preto como a única cor de suas vestes até o final de seus dias, fazendo com que essa lealdade ao casamento e ao marido, mesmo após sua morte, a tornasse uma mulher admirada e respeitada, um verdadeiro exemplo de rainha, mãe e esposa. Ademais, sua posição sempre favorável à conciliação foi muito importante em um contexto de acirradas disputas religiosas, mas também para manter o poder do reino, visto a menoridade e incapacidade do rei, seu filho.

Mesmo com sua política conciliatória de casamentos, como o de Henrique de Navarra com sua filha Margarida de Valois, e demais arranjos diplomáticos, a primeira das oito guerras de religião que assolaram a França até o fim do século XVI, iniciou-se em 1562, após apenas dois anos de regência da rainha-mãe. A unidade da França estava bastante ameaçada, enfrentando forças externas da Espanha e do Império, além das dissensões internas, opondo os Guise (católicos) e os Bourbon (huguenotes) e dividindo outras famílias importantes da nobreza francesa. Além disso, a situação instável representada pela regência, visto que as mulheres eram impedidas de assumir o

poder político pela Lei Sálica, e a inabilidade e imaturidade de Carlos IX complicavam muito o cenário político. Dessa forma, paulatinamente sua imagem começou a ser manchada pelos facciosismos e intrigas internas e externas à França, culminando no marco para as Guerras de Religião (1562-1598) que foi a Noite de São Bartolomeu, em 1572, quando milhares de franceses foram assassinados em Paris e nas províncias.

A Noite de São Bartolomeu marca não apenas a história francesa, mas a imagem de Catarina, a qual foi considerada como a mente criminoso por trás da morte de milhares de protestantes. Ela foi acusada pelos seus inimigos políticos de planejar o ataque que durou quase um mês e difundiu a violência por diversas regiões da França, além de ser vista como a sombra maligna a influenciar seu filho, o rei fraco, para dar aval às atrocidades que queria cometer – “a rainha mãe foi efetivamente e ironicamente transformada em uma monstruosa assassina de outras mães” (CHANG, KONG, 2014, p. 27).² De mãe zelosa, Catarina passou a ser a usurpadora maquiaveliana, que desejava a qualquer preço o poder, mesmo que precisasse controlar seus filhos e colocar em risco a integridade da própria França.

Entretanto, essa mudança na imagem pública de Catarina não se deu abruptamente e é importante salientar que o papel esperado de uma mulher era restrito e sua atuação política era alvo de inúmeros ataques – até mesmo em reinados longos e bem sucedidos como foram os das rainhas Isabel de Castela e Elizabeth Tudor, da Inglaterra. Ademais, sua posição conciliadora acabou fazendo com que as alas mais radicais e intransigentes, especialmente dos huguenotes, a vissem como uma megera. Dessa forma, a imagem de Catarina de Médici foi sendo cada vez mais demonizada em uma extensa produção imagética, literária e jurídica sobre suas supostas ações

² Tradução livre: The queen mother is thus effectively and ironically transformed into a monstrous murderer of other mothers.”

Catarina de Médici (1519 – 1589): Imagens de gênero e poder

pérfidas, além de um imaginário coletivo que até a atualidade reforça estereótipos e crenças de sua suposta devoção ao mal.

Maternidade política na vida da rainha-mãe

Através da análise das fontes selecionadas é possível entender de que forma ocorreu uma mudança na imagem de Catarina durante os anos de sua regência. Porém, primeiramente, é importante contextualizar como a rainha-mãe atuou politicamente antes dos acontecimentos da Noite de São Bartolomeu. Sua agência política foi bastante sofisticada, na medida em que unia os valores esperados de uma rainha à uma atuação política de fato.

As historiadoras Kathleen Weellman (2015) e Katherine Crawford (2000) analisam a agência política das mulheres na medievalidade e modernidade, de forma particular, através do conceito de maternidade política. Esse conceito identifica na atuação política das mulheres desse período a maternidade como agente de ação, não apenas como condição natural da mulher. Elas entendem que é preciso compreender as formas disponíveis utilizadas por elas para ter acesso ao poder, que são diferentes dos utilizados pelos homens. Ou seja, na França, devido à Lei Sálica, supostamente desde sua fundação no século V, o exercício do poder político por uma mulher só seria possível indiretamente. Catarina de Médici foi regente enquanto seu marido estava nas guerras, ou quando seu filho, Carlos IX, era menor de idade. Sendo assim, sua atuação política foi permitida temporariamente e como representante de seu marido ou filho, ou seja, na qualidade de esposa e de mãe, diferente do que aconteceu em outros reinos, como Castela, na Inglaterra ou Escócia, na qual mulheres foram monarcas soberanas por direito de sucessão.

O conceito de maternidade política é importante como crítica às interpretações historiográficas que eram feitas desde meados do século XIX, particularmente negativas às mulheres como Catarina. Especialmente Jules Michelet, François Guizot e Ernest Lavisse resgataram interpretações e representações de autores do século XVI como Jean Bodin para embasar suas teses detratoras à agência política de mulheres na modernidade e contemporaneidade (WEELLMAN, 2015, p. 82).

A maternidade política pode ser articulada ao conceito de gênero conforme aponta a historiadora estadunidense Joan Scott (1995). A história como disciplina por mais de um século esteve centrada em assuntos canônicos, como a política e a guerra, insuficientes para englobar a pluralidade da história, por isso, questões de gênero, assim como outras categorias como a sexualidade, a classe, a raça são importantes em análises mais voltadas para as relações entre indivíduos e sociedade. Dessa forma, os dois conceitos de maternidade política e gênero ajudam a entender sob outras perspectivas um tema tradicional, como a política.

Ironicamente, o apelo à maternidade como fundamento da autoridade política ainda é levado menos a sério pelos historiadores modernos, muitos deles feministas, do que por seus contemporâneos. A regência materna quase não está presente na mídia para definir um novo status político, enquanto o rei patriarcal definiu uma nova filosofia política e fez uma reivindicação legítima e persuasiva do poder monárquico. Como enfatiza Theresa Earenfight, é raro as mulheres serem integradas à história da teoria política, que ela caracteriza como um “bastião robusto de homens escrevendo sobre homens”. (WEELLMAN, 2015, p. 92)³

³ Tradução livre: Ironically, the appeal to motherhood as a foundation of political authority is still taken less seriously by modern historians, many of them feminists, than by their contemporaries. The maternal regent merely made effective use of media to define a novel political status, whereas the patriarchal king defined a new political philosophy and made a legitimate, persuasive claim for monarchical power. As Theresa Earenfight emphasizes in this forum, it is rare for women to be integrated into the history of political theory, which she characterizes as a “sturdy bastion of men writing about men.”

Catarina de Médici (1519 – 1589): Imagens de gênero e poder

Essas questões se tornam mais claras à medida que nossas hipóteses são atestadas pelas fontes. Assim, a obra *Catherine de Medicis and Others, Portraits of the Queen Mother: Polemics, Panegyrics, Letters* de LeahChand e Katherine Kong (2014) é essencial para a pesquisa e o presente artigo, pois ela compila trinta e três cartas traduzidas do francês seiscentista para a língua inglesa atual enviadas por Catarina de Médici entre os anos de 1533 a 1580. Nessas cartas é nítida a forma como Catarina aciona dispositivos como a maternidade e as relações familiares para o exercício do poder. A exemplo, a carta de Catarina ao rei da Espanha, Felipe II, de 28 de agosto de 1572 (CHANG, KONG, 2014, p. 92).

Ao Monsieur Meu Filho⁴ O Rei Católico.

Monsieur meu filho, eu não tenho dúvidas de que você se sente tão bem quanto a boa sorte que Deus nos mostrou ao dar ao rei monsieur meu filho uma maneira de se livrar desses insurgentes, rebeldes contra Deus e o rei, e que isso agradava a Ele por preservar o rei e todos nós da crueldade de suas mãos. [...] Alegro-me ainda mais ao pensar que esta ocasião confirmará e aumentará a amizade entre Sua Majestade e o rei seu irmão, que é a coisa que mais desejo neste mundo, e garanto a você e imploro que confie nisso. Sempre exercerei o ofício de mãe que tenho a sorte de ser para vocês dois, enquanto eu viver. [...]

Sua boa mãe e irmã, Catarina.⁵

Nesta carta enviada ao monarca espanhol apenas quatro dias após o massacre da Noite de São Bartolomeu, Catarina demonstra que após nove anos da declaração da maioria de Carlos IX e o fim formal da regência, ela continuava atuando politi-

⁴ Catarina se refere ao rei da Espanha como “meu filho” pois Isabel de Valois, sua filha, foi a terceira esposa de Felipe II.

⁵ Tradução livre: To Monsieur my Son The Catholic King. Monsieur my son, I have no doubt that you feel as good as we do the good fortune that God has shown us in giving the king monsieur my son a way to rid himself of these insurgents, rebels against both God and king, and that it pleased Him to preserve the king and all of us from the cruelty of their hands. [...] I rejoice all the more to think that this occasion will confirm and augment the friendship between Your Majesty and the king your brother, which, is the thing I most desire in this world, and I assure you and beseech you to trust that I will always perform the office of mother which I have the fortune of being for you both, for as long as I shall live. [...] Your good mother and sister, Catherine.

camente em favor de seu filho e da monarquia francesa. A rainha-mãe pauta essa atuação em dispositivos da maternidade política muito expressivos, empregando termos que aproximam Catarina e Felipe II como se fossem mãe e filho – mesmo após a morte trágica de sua filha Isabel, esposa do rei da Espanha. A carta tem forte teor político, visto que a Espanha era o reino mais poderoso da Europa e um dos bastiões do catolicismo e a França estava bastante fragilizada. Esse padrão se repete ao longo de diversas cartas destinadas a primos, a outros genros, como o Rei de Navarra, e autoridades diversas, nas quais sua experiência feminina da maternidade é um artifício fundamental para sua agência política.

Por ser extremamente sensível, habilidosa e moderada, a rainha-mãe conseguiu manejar de maneira extraordinária as reivindicações e ambições dos membros do conselho, especialmente dos Bourbon e dos Guise, para se tornar regente em 1560. Nesse encontro no *Château de Fontainebleau*, adjetivado por Frieda como uma das maiores vitórias políticas de Catarina (FRIEDA, 2011, localização 3163), pode-se perceber com clareza a forma como ela manobrou os assuntos políticos utilizando sua reputação, que até o momento era absolutamente virtuosa, junto de sua posição como viúva e mãe, para garantir sua autoridade política em nome de seu filho. Nas duas seguintes cartas é perceptível a forma como se mostram características da sua agência política junto da relação com a maternidade e a viuvez. A primeira delas foi endereçada ao bispo de Rennes, Bernardin Bochetel, embaixador da França na corte de Fernando I, imperador do Sacro Império Romano Germânico.

6 de dezembro de 1560.

Para o senhor de Rennes, Mestre de Petições no Palácio do rei meu Filho e seu embaixador junto ao Imperador.

Catarina de Médici (1519 – 1589): Imagens de gênero e poder

Senhor de Rennes, é com grande pesar que lhe envio a triste notícia que você irá ler na carta sobre o rei, meu filho. Pode ter certeza de que a aflição que sinto por isso é tão mordaz e tão dolorosa que seria totalmente intolerável se eu não considerasse que tal era a vontade de Deus que nos dispõe como bem quer e se eu não visse as duas grandes perdas que sofri em tão pouco tempo. [...] Eu também ensinei a ele aquelas qualidades que o imperador tantas vezes notou no falecido rei meu filho [Francisco II] e sobre as quais ele me aconselhou tantas vezes, de tal forma que ele nunca verá nele [Carlos IX] outra coisa senão o que deve-se esperar do mais virtuoso dos príncipes. [...] Vou ordenar o pagamento da sua propriedade assim que tivermos resolvido parte de nossos negócios [...]

Catherine. (CHANG, Leah; KONG, Katherine, 2014, p. 69-71)⁶

A segunda foi endereçada à sua filha, Isabel, rainha da Espanha.

7 de dezembro de 1560.

Para a senhora minha filha, a Rainha Católica.

Senhora, minha filha, eu encarreguei este serviçal de lhe dizer muitas coisas em meu nome, o que me poupará de lhe escrever uma longa carta. Direi apenas que você não deve se preocupar com nada e ter a certeza de que não sentirei pesar em governar de tal forma que Deus e o mundo tenham orgulho de mim. Pois é meu objetivo principal ter diante dos meus olhos a honra de Deus em todas as coisas e salvaguardar minha autoridade, não para mim, mas para a preservação deste reino e para o gozo de todos os seus irmãos, de quem amo pois vieram do mesmo lugar de onde todos vocês vieram. [...]

Sua querida mãe,

Catherine. (CHANG, Leah; KONG, Katherine. 2014, p. 69-71)⁷

⁶ Tradução livre: December 6, 1560. To Monsieur de Rennes, Master of Requests at the Palace of the King my Son and his Ambassador to the Emperor. Monsieur de Rennes, It is with great regret that I send you the sad news you will read in the letter from the king my son. You can be assured that the affliction that I feel from this is so poignant and so painful that it would be entirely intolerable if I did not consider that such was the will of God who disposes of us as He pleases and if I did not see the two great losses that I have suffered in such a short time. [...] I have also taught him those qualities that the Emperor had so often noted in the late king my son [François II] and on which he counseled me so often, such that he will never see in him [Charles IX] anything but one should expect from a most virtuous prince. [...] I will order the payment for your estate as soon as we have arranged our affairs a bit [...]

Catherine.

A primeira carta é bastante interessante pelo seu conteúdo, mas também pela ordem dos assuntos e a forma como eles são tratados. Ela se inicia com a triste notícia da morte de seus filhos e segue para uma ode à educação e virtuosidade deles, fruto de sua criação. Em seguida, trata de maneira bastante objetiva sobre assuntos políticos diversos, como os encontros com o Imperador, questões religiosas e também o pagamento das rendas do bispo. Essa sequência prepara o leitor para o assunto em si, que é a política, e essa preparação inevitavelmente recorre ao seu papel maternal, cujos frutos, segundo Catarina, podem ser vistos na educação primorosa que Francisco II e Carlos IX haviam recebido dela.

Na segunda, mais informal, visto que é endereçada a sua filha, Isabel, a rainha-mãe delineia as intencionalidades que permeiam sua atuação política, que é única e exclusivamente em favor de seu filho, da Coroa e da França. Na carta, a rainha também ressalta a regência que ela acabou de assumir será de tal forma bem sucedida que todos na cristandade terão orgulho dela.

As representações de Catarina de Médici: da virtude à perfídia

Como mencionado anteriormente, muitos foram os sujeitos que produziram informações sobre Catarina – contemporâneos a ela ou não –, desde romances clássicos como *A Rainha Margot*, de Alexandre Dumas, escrito em 1845, à uma infinidade de

⁷ Tradução livre: December 7, 1560. To Madame my daughter, the Catholic Queen. Madame, my daughter, I am charging this porter with telling you many things on my behalf, which will keep me from having to write to you a long letter. I will only say that you should not trouble yourself about anything, and rest assured that I shall feel no pain in governing myself in such a way that God and the world will have occasion to be content with me. For it is my principal goal to have before my eyes the honor of God in all things and to safeguard my authority, not for myself, but for the preservation of this kingdom and for the good of all your brothers, whom I love as coming from the place from which you all have come. [...] Your good mother, Catherine.

Catarina de Médici (1519 – 1589): Imagens de gênero e poder

retratos, pinturas, romances, escritos jurídicos, dentre outros. Passaremos agora a analisar duas obras de arte da época, uma de François Clouet, encomendada pela Coroa francesa, e outra de François Dubois, sobre a Noite de São Bartolomeu. Também serão relevantes os escritos de Jean Bodin para pensar a abordagem jurídica da memória negativa de Catarina de Médici presente na História da França.

Para além dos conceitos já enunciados, o conceito de representação de Roger Chartier (1991)⁸ se mostra essencial, pois diversos sujeitos construíram imagens e símbolos de Catarina, e a arte foi um dos principais meios de divulgação. Assim, percebe-se como indivíduos e grupos atuam na construção do mundo social através de representações, pensando que a própria rainha-mãe também foi produtora de imagens sobre si mesma, sendo elas deliberadas ou não. Para a análise das obras a seguir, os três conceitos mencionados estão articulados, pensando matrimônio, maternidade e viuvez, mas também a maldade e a perfídia atribuídas à Catarina.

⁸ O conceito de representação é uma forma de dar significado para o mundo social por um indivíduo ou um grupo deles. É um processo de significação, carregado de interesses, que corresponde a uma determinada estratégia de um agente ou grupo social.



Imagem 1: Catarina de Médici (François Clouet, 1580)

O retrato encomendado por Catarina de Médici a François Clouet, artista francês responsável por diversos retratos régios, dá relevo à sobriedade e à austeridade do rosto de Catarina, numa tentativa de ressaltar suas virtudes e dignidade compatíveis com a sua condição. Todavia, pelo fato do retrato ter sido produzido após a Noite

Catarina de Médici (1519 – 1589): Imagens de gênero e poder

de São Bartolomeu, havia à época outras imagens negativas da rainha-mãe circulando. Assim, a intenção deste quadro foi contrapor às críticas difamatórias uma imagem positiva. As roupas e o véu pretos são sinais inequívocos da perpétua devoção ao casamento e ao seu falecido marido, o rei Henrique II. A austeridade também pode ser entendida como uma forma de atestar sua dedicação aos filhos que, em 1580, já estavam quase todos mortos, mas também um apreço à própria França, visto que sua atuação política era validada pelo discurso de garantia da paz e da harmonia no país. Ou seja, a forma como Catarina construiu sua imagem, para além de uma ação individual, era também uma forma de consolidar sua posição política e seus ideais de virtuosidade, como uma devota viúva e mãe.



Imagem 2: Noite de São Bartolomeu (François Dubois, 1572)

A pintura realista de François Dubois, artista huguenote e bastante crítico de Catarina de Médici, ao contrário do retrato executado por Clouet, tem a intenção de representar o horror e a desesperança. O cenário é a frente do Palácio do Louvre, à época sede da monarquia francesa, e ao mesmo tempo mostra o horror da violência religiosa e elege seus culpados. Por que a rainha-mãe foi incluída nesse cenário se a regência já havia acabado há nove anos e diversos foram os sujeitos envolvidos na guerra civil – desde nobres e clérigos até pessoas comuns?

É importante ressaltar que a legitimidade política de Catarina de Médici adveio do seu papel como mãe e esposa, porém essas eram condições ambíguas, no sentido de que poderiam ser utilizadas ao seu favor, como ela o fez, ao mesmo tempo em que davam as condições para se difamar uma mulher enquanto sujeito político. Ou seja, Catarina, ao utilizar esses signos virtuosos para legitimar seu poder, estaria agindo em desconformidade com os papéis de subserviência delimitados em um país que impedia as mulheres de acessarem a soberania. Dessa forma, o exercício da regência foi usado contra ela, especialmente após a Noite de São Bartolomeu, quando ela foi descrita como “politicamente inescrupulosa e moralmente repreensível, pois ela havia idealizado o massacre, envenenado seus inimigos, ensinado princípios maquiavélicos aos seus filhos e corrompido sua moral” (WEELLMAN, 2015, p. 88).⁹

O historiador Philip Benedict (2013) aponta que as Guerras de Religião, para além de dividirem a França em duas facções, os huguenotes e os católicos, causaram um novo conflito, desta vez pela memória. Cada lado acreditava que estava agindo de forma correta e de acordo com as escrituras sagradas, porém os huguenotes foram mais bem sucedidos nessa tarefa da construção da memória, a exemplo do Livro dos

⁹ Tradução livre: [...] she was politically unscrupulous and morally reprehensible; she had masterminded the massacre, poisoned her enemies, taught her children Machiavellian principles, and corrupted their morals.

Catarina de Médici (1519 – 1589): Imagens de gênero e poder

Mártires, o terceiro livro mais adquirido na França no período, atrás somente da Bíblia e do Saltério. Uma em cada oito famílias huguenotes o possuíam (BENEDICT, 2013, p. 114). Após o Édito de Nantes ser assinado pelo rei Henrique IV, em 1598, da Casa Bourbon, favorável aos huguenotes, a memória oficial que a rainha-mãe e seus aliados construíram não se consolidou e o imaginário francês foi permeado pelas interpretações protestantes que culpavam os Valois, especialmente Catarina de Médici, pela Noite de São Bartolomeu.

No lado dos católicos, mesmo que houvesse também a construção de memórias sobre esse período de guerra civil, elas não eram em sua totalidade positivas em relação a rainha-mãe. Além do mais, os descendentes de ambos os lados julgavam importante manter seu lado da história vivo, porém havia interesse para os da Liga Católica que fizeram paz com Henrique IV em esquecer esse passado de oposição à sua ascensão para começar um novo capítulo. Dessa forma, prevaleceu e se consolidou uma visão bastante estereotipada e difamatória em relação a Catarina, ou de esquecimento ou de alerta para que não se repetisse (BENEDICT, 2013, p. 112).

Voltando à pintura de Dubois, é relevante notar que ela foi parte importante dessa memória construída pelos huguenotes e é, até a atualidade, um dos mais emblemáticos símbolos das Guerras de Religião. Nela é possível identificar Catarina de Médici, ao fundo, com suas típicas vestes pretas, ao lado de uma pilha de cadáveres. Dubois executou a obra criando uma perspectiva linear que converge o olhar do espectador até o ponto de fuga da tela, de modo a realçar a figura da rainha-mãe. A tela representa muito bem os elementos associados à rainha como idealizadora de um massacre que contemplava fora do Palácio. Além de Catarina, o artista incluiu o rei Carlos IX e a principal liderança da Liga Católica, o Duque de Guise, porém nenhum dos dois têm uma memória tão negativa como a rainha-mãe.

Pelas razões indicadas acima, é necessário recorrer à importante obra de Jean Bodin, *Os Seis Livros da República*, de 1576. Bodin era membro do Parlamento de Paris e testemunhou o massacre da Noite de São Bartolomeu, tendo quase sido morto. Ele foi um dos primeiros juristas modernos a tratar do conceito de soberania e em seu livro de 1576 teve como um dos principais exemplos para representar o que não deveria ser seguido, a rainha-mãe, como na seguinte passagem:

Eu disse que a Coroa deve descender pela linha masculina, visto que a ginecocracia é diretamente contrária às leis da natureza. A natureza dotou os homens de força, clarividência, combatividade, autoridade, mas privou as mulheres dessas qualidades. Além disso, a lei de Deus prescreve explicitamente que a mulher deve ser sujeita, não apenas em questões relativas à lei e ao governo, mas dentro de cada família particular. A mais terrível das maldições proferidas contra o inimigo foi que eles poderiam ter mulheres para governá-los. Até mesmo a lei civil proíbe às mulheres todos os encargos próprios dos homens, como julgar, apelar e atos semelhantes. Isso não é apenas por sua falta de prudência, mas também porque a ação vigorosa é contrária ao sexo [feminino], e à modéstia e reserva naturais das mulheres. (BODIN, 1967, p. 211)¹⁰

O autor é muito claro sobre sua oposição ao exercício da soberania por mulheres, pois, segundo ele, o reino seria exposto a graves perigos – da mesma forma que a França foi exposta durante a regência de Catarina de Médici. Para ele, uma mulher no poder era algo que iria contra as leis naturais e de Deus. Assim, percebemos que a agência política de Catarina de Médici é a resposta para entender de que forma foi construída sobre ela uma notória memória negativa, que perdura até a atualidade. Se eram escassas as oportunidades de acesso ao poder, sempre relacionadas ao matri-

¹⁰ Tradução livre: I have said that the crown ought to descend in the male line, seeing that gynecocracy is directly contrary to the laws of nature. Nature has endowed men with strength, foresight, pugnacity, authority, but has deprived women of these qualities. Moreover the law of God explicitly enjoins that the woman should be subject, not only in matters concerning law and government, but within each particular family. The most terrible of maledictions uttered against the enemy was that they might have women to rule over them. Even the civil law forbids to women all charges and offices proper to men, such as judging, pleading, and such-like acts. This is not only because of their lack of prudence, but also because vigorous action is contrary to the sex, and to the natural modesty and reserve of women.

Catarina de Médici (1519 – 1589): Imagens de gênero e poder

mônio e à maternidade, a maioria das poucas mulheres que conseguiam exercê-lo de fato foram duramente criticadas por seu tempo e pela história. Esse discurso se espalhou para todas as esferas da vida de Catarina, ao ponto em que o célebre escritor francês Honoré de Balzac descreveu a rainha-mãe, três séculos após sua morte, como sendo uma “mulher sem coração, que permitiu que seu filho, Francisco II, morresse para que ela pudesse declarar: eu sou regente *de facto*” (WEELLMAN, 2015, p. 90).¹¹

Considerações finais

Catarina de Médici acreditava que seu papel de regente era natural, pois, como mãe, não haveria ninguém mais capacitada em defender a soberania dos seus filhos do que ela. Também pensava que sua autoridade deveria ser resguardada a todo custo, não por ela, mas pelo bem de seus filhos e da nação (WEELLMAN, 2015, p. 86). A sua natureza conciliadora não foi suficiente para impedir que a França se dividisse em dois partidos tão distintos e irremediáveis, mesmo que para ela – de criação humanista na esplendorosa cidade de Florença – a religião fosse uma prática importante, porém não motivadora de conflitos. Todavia, assim como em diversos capítulos da história, a deferência da historiografia ao *pater familias* promoveu e ainda promove um grande número de interpretações enviesadas, visto que até os dias atuais a invocação do nome Catarina de Médici desperta ideias de sua suposta perfídia, além de imagens de serpentes e sombras, assim como foi descrita pela escritora inglesa Princesa Miguel de Kent, em sua obra *The Serpent and The Moon: two rivals for the love of a Renaissance king*, de 2004.

Por fim, é importante que a historiografia atual se concentre em questionar imagens preconceituosas de sujeitos históricos como as *Bad Queens* (rainhas más),

¹¹ Tradução livre: For Balzac, Catherine was a heartless woman, who allowed her son, Francis II, to die so that she could declare: “I am regent *de facto*.”

que parecem caber tão bem à mulheres como Catarina de Médici, Maria Tudor e Maria Antonieta. Por que razão Henrique VIII é descrito até hoje de uma forma até mesmo cômica e galanteadora, enquanto sua filha é conhecida como *Bloody Mary* (Maria sangrenta)? A historiografia não deve reproduzir representações estereotipadas, mas suscitar discussões fundamentadas em fontes e conceitos a fim de criticar as interpretações preconceituosas.

Referências Bibliográficas

BENEDICT, Philip. Shaping the memory of the French wars of religion. The first Centuries. In.: KUIJPERS, Erika; MÜLLER, Judith; STEEN, Jasper van der. **Memory before modernity**. New York, Brill, 2013, p. 111-125.

BODIN, Jean. **Os seis livros da República**. São Paulo: Ícone, 2017.

CHANG, Leah; KONG, Katherine. **Catherine de Medicis and Others, Portraits of the Queen Mother: Polemics, Panegyrics, Letters**. Tempe, ACMRS Publications, 2014.

CHARTIER, Roger. O mundo como Representação. **Estudos Avançados**, vol. 11, n. 5, 1991, p. 173-191.

CRAWFORD, Katherine. Catherine de Medicis and the Performance of Political Motherhood. **The Sixteenth Century Journal**, vol. 31, n. 3, 2000, p. 643-673.

FRIEDA, Leonie. **Catherine de Medici: a Biography**. London, Weidenfeld & Nicolson, 2011, Versão para o Kindle.

SCOTT, Joan, Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, vol. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

Catarina de Médici (1519 – 1589): Imagens de gênero e poder

WEELLMAN, Kathleen. Mistrusting the Historiography of Royal Mothers: Louise of Savoy and Catherine de Medici. **Medieval Feminist Forum: Journal of the Society for Medieval Feminist Scholarship**, vol. 51, no. 2, 2015.

Imagens

Imagem 1: Victoria and Albert Museum, Londres, Reino Unido. **Catarina de Médici**, retrato pintado por François Clouet, em 1580.

Imagem 2: Museu Cantonal de Belas Artes de Lausanne, Suíça. **Noite de São Bartolomeu**, tela pintada por François Dubois, em 1572.

A continuidade punitiva na história do Brasil: da era colonial à redemocratização

Larissa Cabelo de Campos*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p132-162

Resumo: Buscou-se investigar quais fatores contribuíram para a formação de uma cultura punitiva que levou o Brasil a adotar uma política penal de encarceramento em massa, fazendo-o figurar as primeiras posições entre os países que mais prendem sua população. A análise realizou um levantamento dos processos históricos que culminaram neste cenário, desde a colonização até o período imperial, bem como as duas ditaduras que marcaram o País. Concluiu-se que a construção do pensamento punitivo é um processo de continuidade que perpassa toda a formação do Estado-nação. Constatou-se, dessa forma, uma divisão histórica de grupos sociais, em que há um reforço ideológico da separação de indivíduos entre “merecedores” e “não merecedores”.

Palavras-chave: Autoritarismo, Escravismo, Punitivismo, Militarismo, Neoliberalismo.

* Larissa Cabelo de Campos é graduada em jornalismo e estudante de história na FFLCH. O presente artigo é fruto de pesquisa desenvolvida sob a orientação de Laurindo Dias Minhoto, professor do departamento de sociologia. E-mail para contato: larissacabelo.c@usp.br.

1. Introdução

O Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking de países com o maior número de encarcerados: são 755 mil pessoas privadas de liberdade nas instituições penais brasileiras segundo levantamento realizado pelo Infopen (PRESOS..., 2019). Para compreender quais fatores levaram o País a se tornar um dos líderes em encarceramento em massa¹, é necessário, no entanto, olhar para o passado, assim como para os processos neoliberais que se estabeleceram mundialmente e seus impactos nas instituições nacionais.

A crise do Estado de bem-estar deu lugar a um novo sistema político-econômico: o neoliberalismo. Nesta mudança, o ideal de reabilitação que pairava no welfarismo tende a ser substituído pela visão de que a prisão é estritamente necessária como ferramenta de castigo.

Se no welfarismo penal a prisão sai do centro da sociedade a ponto de Foucault, em *Vigiar e Punir*, prever sua gradativa retração, no controle do crime na sociedade neoliberal contemporânea ela volta a figurar socialmente como a principal forma de castigo e de controle de corpos.

É neste contexto que Wacquant (2007) levanta o debate sobre o paradoxo do neoliberalismo: um sistema em que o Estado se retrai no *front* econômico e social e se intensifica no campo punitivo. Retração que, por sua vez, tem como consequência a desregulamentação do mercado de trabalho e uma queda na segurança social. A mão econômica que oprime e que exclui uma parcela da população e que, diretamente, cria a insegurança social e a criminalidade é irmã da mão penal que

¹ Segundo Garland (2001), o encarceramento em massa se constitui sobre dois fundamentos: o primeiro é o número exorbitante de encarcerados; o segundo é a prisão sistemática de grupos de pessoas caracterizados, em sua maioria, pela raça e pela classe.

pune e castiga pelo crime cometido; as duas pertencem ao Estado.

Wacquant (2007) afirma que o aparelho carcerário brasileiro é marcado pelas superlotações que mais parecem campos de concentração ou calabouços feudais. “O sistema penitenciário do Brasil efetivamente ostenta os defeitos das piores cadeias do Terceiro Mundo, numa escala digna do Primeiro Mundo, devido a seu tamanho absoluto, a seu enraizamento urbano e à persistente indiferença dos políticos e do público” (WACQUANT, 2007, p. 208).

A expansão do braço penal do Estado serve para conter a camada excluída pelo sistema, além de passar a imagem de efetivo combate ao crime urbano. No caso brasileiro, Wacquant (2007) ressalta que a importação das políticas penais norte-americanas se torna ainda pior pois o seu passado colonialista, escravagista e marcado por duas ditaduras intensifica a violência policial.

Tanto Wacquant quanto Garland apontam a crise do Estado de bem-estar e a sua transformação em neoliberalismo como os principais fatores para o crescimento e a consolidação do encarceramento em massa – principalmente nos países europeus. No entanto, o Brasil não viveu a experiência institucional de um Estado de bem-estar social plenamente consolidado. Para compreender quais os fatores levaram o País a adotar esta política penal, será necessário retomar alguns processos históricos e sociais.

Sociedade punitivista: continuidade e permanência

O Brasil é um país com um passado autoritário e repressivo, cultura essa que respinga na contemporaneidade: uma sociedade punitivista semeada em suas raízes históricas. Como apontado por Schwarcz (2019), a escravidão não foi apenas um sistema econômico, foi além: marcou as condutas da sociedade brasileira e

A continuidade punitiva na História do Brasil

determinou marcadores de classe e de raça.

A seguir, serão apresentados aspectos de algumas das mais importantes análises sobre a cultura da violência e da punição no país com o objetivo de identificar as influências do passado na construção contemporânea do pensamento punitivo brasileiro e da consolidação do encarceramento em massa como política do Estado.

Tão presente no cotidiano contemporâneo, seja na realidade, seja no imaginário formado pelo medo, a violência foi a base para as dinâmicas sociais escravocratas em que um grupo detém o poder não apenas de explorar o trabalho, como também de possuir a pessoa que o produz. A violência se insere “na subjugação de uma raça à outra, na coisificação social do trabalhador” (MACHADO, 1987, p. 17) e na força protetiva do sistema dominante.

Os povos trazidos ao “Novo Mundo” para serem escravizados eram reduzidos a um objeto, uma ferramenta, e, como um objeto, outro indivíduo o possuía. Há o que podemos chamar de “não humanização”: os africanos e seus descendentes, escravizados ou libertos, não eram vistos como seres possuidores de alma. Desde o Brasil Colônia, permeando o período imperial, é possível observar uma divisão na categoria das pessoas: *nós*, os brancos civilizados; *eles*, os indígenas que necessitam de Deus e da civilização; e os *outros*, os negros escravizados que, por não serem possuidores de alma, não têm nem mesmo a chance de salvação. Posteriormente, divisão parecida pode ser observada na teorização de Garland (2001) sobre a *criminologia do outro*.

O que se estabelece no período é uma sociedade não apenas baseada na violência, mas uma rede de controle social que utiliza instrumentos além da força

para se manter – a vigilância, por exemplo, um dispositivo fundamental para a dinâmica.

O exemplo do furto, utilizado por Machado (1987), ajuda a compreender como a vigilância se estendia para a sociedade: o fato de um escravo utilizar dinheiro no comércio era suspeito aos olhos da população branca, levantando a possibilidade de que o dinheiro fosse fruto de roubo ou furto. Há casos de escravizados que recebiam algum tipo de pagamento de seus senhores e conseguiam se livrar de processos ao provar a origem do dinheiro.

Outros tipos de vigilância também ocorriam no domínio doméstico, dentro das fazendas. Havia uma “vigilância constante” para estabelecer a disciplina, e afirmava-se que o melhor aproveitamento do trabalho forçado era constituído “no olho do senhor e no chicote do feitor, para docilizar o corpo do escravo e adaptá-lo ao mundo do trabalho” (MACHADO, 1987, p. 63).

Na prática, para se extrair o máximo de trabalho de um indivíduo – muito acima do que o corpo poderia suportar –, eram utilizadas penitências físicas em formas de castigo. Ainda que, em algumas situações, a punição fosse combinada a um sistema de recompensa, a agressão física era a principal ferramenta empregada. “Disciplina e vigilância resultaram, nas grandes unidades produtivas, na constituição de uma pedagogia da violência baseada na estrita obediência” (MACHADO, 1987, p. 86).

Por todo o período colonial e imperial, houve a disseminação de “manuais” que pretendiam ensinar aos senhores as melhores técnicas de castigo aos escravizados. O castigo é, portanto, utilizado como manutenção da ordem, representando o arbítrio e o mandonismo que marcaram os primeiros séculos de formação da nação. E o

A continuidade punitiva na História do Brasil

domínio de um grupo sobre outro se naturalizava, assim, em tal sociedade caracterizada pela autoridade do Senhor (SCHWARCZ, 2019, p. 45).

O punitivismo já se enraizava como meio de impor submissão a um grupo social – neste caso, caracterizado pela etnia. Há, neste período, a definição da “noção de raça social”, ou seja, quando o conceito de raça é definido – e criado – pela cultura e pelo sistema social vigentes (SCHWARCZ, 2019, p. 32). É interessante se atentar ao detalhe de que a vigilância, aliada ao punitivismo, era característica da rede de controle estabelecida no período. Dessa forma, é importante destacar que, assim como relembrou Schwarcz (2019), tais padrões não se encerram com trocas de regime, mas ficam enraizados nos costumes e nas crenças.

No entanto, a arbitrariedade também atinge o homem branco e pobre. Franco (1997) analisa na civilização agrária do século XIX, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro – que ela define como “mundo caipira” –, as relações da sociedade escravocrata com o homem livre e pobre, indivíduo que permaneceu à margem da produção mercantil.

Em tal organização social, o escravo era majoritariamente a mão de obra das grandes produções agrícolas, e, como consequência, houve a formação de um grupo social que não estava alocado no trabalho assalariado, mas que também não era proprietário de terras. As funções delegadas a esse grupo eram, basicamente, as que não poderiam ser ocupadas por escravos.

A partir de então, há a definição do estereótipo de “ralé”: o homem que não havia se “proletarizado” e que não compunha os processos e as estruturas de tal sociedade. Nessa organização, a marginalização socioeconômica produz um “tipo social” que seria conhecido como o “caipira preguiçoso”, a figura do indivíduo não

alocado nos processos de produção.

Por todo o corpo social, as relações no “mundo caipira” eram permeadas pela violência institucionalizada como padrão de comportamento: seja na solução de problemas, ocasionada por discussões acaloradas, como demonstração de “coragem e valentia”; seja na forma de fazer “justiça” – e o público, geralmente, se entrelaçava ao privado. As agressões estavam incorporadas tanto nos vínculos familiares quanto na vizinhança e no âmbito público.

Há, portanto, uma naturalização desse comportamento, e nesse contexto a comunidade tem a violência como um código de conduta socialmente construído, estabelecido e legitimado entre os homens livres e pobres, mas também entre os fazendeiros e homens de posse.

A partir de processos criminais, Machado (1987) analisa as dinâmicas estabelecidas no regime escravista entre 1830 até o seu fim, em 1888. Os registros são fruto da mudança nas relações penais dentro do sistema, visto que o judiciário passa a agir como mediador nos conflitos entre senhores e escravos – prática pouco comum até então, visto que tais conflitos eram resolvidos no âmbito doméstico.

A justiça não tem um papel neutro, ela é utilizada como uma aliança com o poder particular para auxiliar na manutenção da dominação escravista. As revoltas escravas causavam temor no poder senhorial – situação agravada após a Revolta dos Malês –, que buscou na justiça uma forma de conter e reprimir esses levantes (MACHADO, 1987). Portanto, por mais que causasse certo incômodo a “intromissão” do Poder Judiciário no perímetro doméstico dominado pelos senhores, não há conflitos de interesse entre as duas forças. Pelo contrário, o sistema de justiça auxiliará a classe dominante a acalmar seus temores. O aparelho estatal, portanto,

A continuidade punitiva na História do Brasil

era utilizado em nome dos interesses pessoais de grupos dominantes e essencialmente como um poderoso instrumento de dominação.

Fruto da organização do Novo Estado, a Constituição, bem como o Código Criminal de 1830 e o Código de Processo Criminal de 1832, abolem as penas de açoites e torturas. Porém, essa mudança não se estendia aos escravos, e o único artigo que faz referência a eles determinava que, quando não fossem condenados à morte ou às galés, suas penas seriam comutadas em açoites (KOERNER, 2006).

A lei de 10 de junho de 1835 é sancionada como uma ferramenta para amparar os senhores, defender a instituição escravista e ser um instrumento de manutenção de poder. A lei oficializou o “castigo” aos escravos que insurgissem contra seus senhores ou suas famílias, condenando-os à pena de morte. Apesar de o aparato jurídico escravocrata determinar a nulidade jurídica do escravo (MACHADO, 1987), uma categoria à parte dos cidadãos e que apenas se aproximava de um agente social quando se tornava um réu passível de punição, ele ainda não era submetido ao mesmo sistema que os indivíduos livres.

Construída em 1872 para atender exigências de humanização previstas na Constituição, a Casa de Correção da Corte (CCRJ) é mais um aspecto do contexto: pensada à luz dos ideais iluministas, na prática ela foi estruturada mais para manter as relações sociais vigentes e para servir como uma ferramenta de controle do corpo do que para oferecer um meio de recuperação (BANDEIRA apud KOERNER, 2006)

Novamente, quando é feito um recorte racial, a situação torna-se mais crítica. Enquanto brancos livres ocupavam andares intermediários com melhor estrutura e limpeza, negros – tanto escravizados quanto livres – eram designados aos andares inferiores, caracterizados pela insalubridade e pela falta de higiene. Além disso,

também eram obrigados a realizar os serviços de limpeza e a prestar obediência aos outros detentos (KOERNER, 2006).

As estruturas sociais que existiam fora dos muros da prisão eram, de certa forma, reproduzidas entre os presos, tendo o negro ocupado a posição de “servir” indivíduos que, na prática, haviam violado o mesmo sistema penal. O cerne da política de exclusão já estava presente na estrutura da CCRJ e nos códigos penais.

Nas ruas, as relações eram semelhantes: a polícia prendia sistematicamente indivíduos suspeitos. O que caracterizava, então, um suspeito? Nas palavras de Koerner (2006):

Os indivíduos negros ou pardos eram antes de tudo suspeitos, e a polícia os detinha com o objetivo de verificar se eram escravos. O controle manifestava-se de diversas formas, como as rondas noturnas, que detinham sem maiores explicações negros que circulavam na cidade após o toque de recolher, os regulamentos sobre o porte de armas, a venda de bebidas alcoólicas, a proibição da prática da luta de capoeiras. (KOERNER, 2006, p. 15).

Se antes a falta de uma ocupação formal era motivo para uma eventual prisão, o senso comum contemporâneo não diverge desta visão: a “vagabundagem” e a falta de vínculo empregatício auxiliam na construção demonizada do estereótipo do criminoso, o não trabalhador.

Ao analisar as instituições de segurança no Brasil, assim como na América Latina de colonização ibérica, constata-se que a força militar não tem como missão a proteção do território e do Estado. Seu objetivo principal é servir ao Estado e combater o inimigo interno, materializado em determinados perfis de seu próprio

A continuidade punitiva na História do Brasil

povo. Oscilando as características do grupo alvo dessa “guerra” – sendo em alguns momentos definidos pela cor e em outros pela classe social –, o militarismo foi escolhido como política institucional e tem se mantido como tal (TEIXEIRA, 2014).

A palavra “vigilância” aparece constantemente na análise de Cancelli (1994) sobre o período da Era Vargas. Ela é um elemento chave na manutenção do poder do ditador, assim como a censura, a perseguição e a tortura. Nesse processo, a polícia é a peça fundamental na instrumentalização do poder, do controle do Estado e da legitimação da violência.

A criação dos “inimigos da nação” será essencial para a justificativa de tais ações autoritárias: elege-se perfis determinados que devem ser combatidos a qualquer custo. Na Era Vargas, os inimigos principais eram os comunistas e os estrangeiros, mas o “jeca”, ligado ao homem do campo, também entrou na mira do sistema. O temor aos primeiros é construído com discursos oficiais abertamente anticomunistas, tendo tal visão sido reforçada por uma ideologia cristã que denominava o comunismo como “obra do demônio” (CANCELLI, 1994, p. 80).

Há o perfil do “Homem Novo”, idealizado pelo regime, em que o indivíduo é regenerado pelo trabalho, possui determinado tipo físico e se enquadra em um só perfil racial (CANCELLI, 1994, p. 24). Na outra ponta, há tudo o que não se encaixa nesse perfil, os “não merecedores”: os desempregados, os comunistas, os não brancos, os estrangeiros. Tudo o que foge à regra deve ser combatido e, por vezes, eliminado.

A construção do perfil desses inimigos ainda ganha uma nova ferramenta: a institucionalização da Antropologia Criminal. É a utilização da ciência para propagar ideais racistas e eugenistas, que afirmam que o desvio de comportamento se dá por

características sociobiológicas. A partir disso, surge um novo modelo de atuação, com embasamento racista, em que o combate não deve ser ao crime, mas ao sujeito da ação.

Neste contexto, há a propagação da imagem do criminoso como “um indivíduo anormal, uma variedade do gênero humano” (CANCELLI, 1994, p. 78). É um processo de demonização do indivíduo que comete um crime. Em um Congresso Policial de 1936, o termo “expulsão de alienígenas” foi amplamente utilizado para se referir aos estrangeiros (CANCELLI, 1994, p. 123).

Ainda que a história denuncie padrões de continuidade desde o sistema escravocrata na utilização da violência como manutenção de poder (SCHAWRCZ, 2019, p. 157), foi no governo de Vargas, no entanto, que houve uma grande mudança na atuação da polícia: ela se torna centralizada na figura do governante e politizada. O último item será ponto importante para o papel que a instituição terá nos anos subsequentes: com a interferência direta do presidente, novos caminhos de controle e repressão se abrem. A Era Vargas marca a fundação de novas formas de controle social.

Há uma utilização das forças policiais deliberadamente sem limitações legais. É neste período também que a instituição policial passa a ocupar um espaço em que se coloca acima da lei. Vigilância da sociedade como um todo, tortura e prisões sem condenações se tornarão constantes. A polícia “escolhia os novos inimigos a serem perseguidos e seguia, às cegas, as diretrizes impostas por Getúlio Vargas” (CANCELLI, 1994, p. 215).

O projeto político desse regime autoritário previa um aparato policial que promovesse o controle social, a disciplinarização dos trabalhadores – e da sociedade

A continuidade punitiva na História do Brasil

como um todo – e a constante negação da individualidade dos cidadãos (CANCELLI, 1994, p. 26).

Tal politização das forças policiais não acabaria simplesmente com a queda do regime, nem sem uma ruptura no sistema vigente. O que será observado é o reforço da utilização dessas instituições como controle da sociedade sempre que for “necessário” ao Estado.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” dedicou um capítulo de seu relatório oficial para discutir a militarização da segurança pública após o golpe de 64. A característica de aparelho bélico do Estado é dada às forças policiais nacionais, que desempenham um papel de instrumento governamental como controle de sua população, tratada como um inimigo interno. Duas são as formas em que essas forças são utilizadas: jogar indivíduos dentro do terceiro maior sistema penal em números de encarcerados ou, simplesmente, executar grupos sociais (COMISSÃO, 2015).

A Doutrina de Segurança Nacional se torna lei em 1967 com o decreto nº 314, e assim a ideia de um inimigo interno, que necessita ser combatido, é oficializada e institucionalizada. A ditadura pode não ter criado a violência e a repressão a serviço do Estado, mas ela foi fundamental para qualificar e intensificar essas práticas, de modo que elas fossem permitidas e garantissem os interesses da classe dirigente. A utilização da Polícia Militar como ferramenta de repressão foi uma escolha política para preservar a ordem pública conservadora – para essa instituição, a manutenção da ordem é prioritária, deixando em segundo plano a prevenção à violência (COMISSÃO, 2015).

A Polícia Civil e, principalmente, a Polícia Militar foram instituições elementares

durante o regime militar – além de servir como um de seus braços repressivos. O Esquadrão da Morte do estado de São Paulo, que ficou conhecido pela execução sumária promovida por policiais civis entre 1968 e 1971, pôde existir – com sua força e extensão – devido à legitimidade dada à violência durante a ditadura. É sintomático que o homem à frente do Esquadrão tenha sido um braço direito do regime: Sérgio Paranhos Fleury dirigiu o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e foi responsável por um complexo sistema de repressão e de tortura a presos políticos (TEIXEIRA, 2014). A figura de Fleury é uma boa representante das forças policiais deste período autoritário: ao mesmo tempo em que servia como o carrasco dos presos políticos, atuava também no extermínio de civis e de “criminosos comuns”.

No caso da Polícia Civil, havia um descrédito crescente quanto à instituição devido a casos extremos de corrupção e de envolvimento com o crime. Esse foi o contexto que precedeu a criação da PM. Apesar do enfraquecimento como instituição, a Polícia Civil também serviu como aparato do governo militar.

A criação da Polícia Militar em 1969 por meio do Decreto-lei federal nº 667 foi um ponto decisivo para a utilização da força policial como aparato repressor. Submetidas ao Exército nacional, ou seja, concebidas em uma lógica de guerra, uma forte militarização é imprimida na segurança pública.

A ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, uma tropa especial do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo – vai se configurar como a organização por excelência símbolo da violência extralegal da Polícia Militar. Concebida pelo regime militar para enfrentar a resistência armada com força truculenta e letal, ela

A continuidade punitiva na História do Brasil

não desaparece após a revogação do AI-5, apenas passa por uma reformulação e permanece servindo para a repressão, seja da “criminalidade comum”, seja contra militantes e manifestantes – ainda que em uma democracia. Tanto dentro de uma ditadura quanto dentro de uma democracia, a ROTA é concomitantemente aplaudida, temida e prestigiada pela população paulista: uma garantia de impunidade (TEIXEIRA, 2014). A legitimação de sua atuação ilegal é dada, então, não apenas pelo regime, mas pela própria sociedade.

Para demonstrar a força de repressão que a polícia militar brasileira representa, Wacquant (2007) destaca a diferença abismal entre os números de mortos pelas mãos das polícias militar paulista e nova-iorquina. Os agentes norte-americanos mataram 24 civis no ano de 1992, no mesmo período a polícia paulista matou 1.470 pessoas – 4 por dia.

Belli (2004) lembra que, com o fim do regime militar, contava-se que o Estado Democrático de Direito seria estabelecido e estruturado, algo que, no entanto, não se estendeu às classes baixas. Os acontecimentos que se sucederam (e que se sucedem) apenas apontou para uma permanência no padrão de políticas sociais e de segurança, jogando-os ainda mais à margem, prendendo e matando sistematicamente conforme classe social e características raciais.

A ditadura intensificou, legitimou e institucionalizou uma prática militarista existente desde o período colonial; no entanto, o ímpeto punitivista alocado no cerne da sociedade brasileira não foi interrompido com a redemocratização. Ironicamente, foi a partir dos anos 1990 que houve um aumento expressivo no número de encarcerados.

O início da transição para a democracia, no fim da década de 1970 e no começo

da de 1980, foi marcada por uma ascensão do debate pelos direitos civis, pela mobilização para libertar presos políticos e pelo questionamento sobre as cadeias nacionais, a tortura e a seletividade penal. De forma inédita, entram em cena questões sobre as prisões e sobre a coerção do Estado.

Enquanto outros países enfrentam a crise do *welfare state* e do “ideal ressocializador”, o Brasil passa pelo breve período em que o preso é reconhecido como um sujeito de direitos. Teixeira (2009) afirma que as violações de direitos humanos durante a ditadura militar prejudicaram como, no futuro, iríamos lidar com as questões sociais e carcerárias. O discurso ressocializador não se tornou hegemônico, pois no passado não encontrou terreno fértil para fincar raízes. O regime não apenas manchou a história, como deixou uma ferida aberta e exposta.

É necessário pontuar a lembrança de Serra (2014) sobre a não linearidade da transição para a democracia, além de certas rasuras jurisdicionais na própria Constituição de 88. É inegável o avanço democrático alcançado com a Constituição, no entanto, o art. 5º vai equiparar o tráfico de drogas com crimes hediondos e terrorismo (TEIXEIRA, 2009). Veremos posteriormente o impacto que essa equiparação terá na expansão da população prisional no Brasil.

O pensamento punitivo na contemporaneidade

Após uma breve retomada histórica sobre a utilização da violência como mecanismo de controle em diversos períodos, serão levantados pontos sobre como os mecanismos de controles contemporâneos atuam na sociedade neoliberal em conjunto com as influências herdadas do passado.

Garland (2001) aponta que a maior mudança, a partir do populismo penal, no campo da cultura do controle foi uma nova forma de pensar a vítima (que passa a ser

A continuidade punitiva na História do Brasil

uma figura central, com redes de apoio e potencialização da voz) e o criminoso (que passa de indivíduo a ser regenerado ao complexo de monstro).

Os infratores sob livramento condicional, liberdade vigiada e juizados de menores agora são menos representados no discurso oficial como cidadãos socialmente marginalizados que necessitam de apoio. Ao contrário, eles são retratados como indivíduos culpáveis, não merecedores e perigosos, que devem ser cuidadosamente controlados para a proteção do público e para a prevenção de outros crimes (GARLAND, 2001, p. 175).

A resignificação na forma de pensar o crime e o criminoso é exemplificada pelo papel da vítima: quando ela passa a figurar as discussões, a ressocialização do criminoso é colocada de lado. A partir desse momento, a forma de controle do crime – e do indivíduo que o comete – muda, a reabilitação sai de cena e a prioridade é o controle situacional, de modo que os custos sejam mínimos e a segurança seja máxima.

No entanto, o autor compara o posicionamento com a realidade: a guerra ao crime é custosa e não produz efeitos significativos na segurança pública. A lógica de guerra, por si só, derruba a racionalidade econômica (GARLAND, 2001). O aumento das penas privativas de liberdade, bem como os custos com a literal guerra ao crime, serve para responder aos anseios da população por “respostas rápidas”. No entanto, essa prática atua, principalmente, como escudo político ao fornecer esse retorno imediato à sociedade.

A ascensão da figura da vítima para o ponto central da discussão é de importância para a compreensão sobre como esse pensamento se solidifica e se enraíza em uma sociedade. A vítima passa a ser papel central das novas criminologias

– mais populistas – e ocupa o lugar de análise antes ocupado pelo indivíduo que cometia um crime (GARLAND, 2001). No entanto, isso se dá em um contexto em que essa figura é utilizada como um motivo para a punição, um bode expiatório para a vingança e, muitas vezes, como elemento eleitoreiro. A dinâmica fortalece um sistema que não busca encontrar alternativas para diminuir a incidência de crimes.

Wacquant (2007) aponta, ainda, a divisão entre os pobres “merecedores” e os “não merecedores” feita pela mesma elite política que pune, que legisla, que detém o poder. A divisão se dá entre os que “merecem ser salvos e inseridos no trabalho assalariado” (WACQUANT, 2007), enquanto os “não merecedores”, excluídos do mercado de trabalho, são impelidos a adentrarem nos setores ilegais da economia. Indivíduos inclusos na segunda categoria, incorporados ou não na “economia de rua”, são colocados à margem, excluídos e, não dificilmente, eliminados.

Quando olhamos para as bases da prisão, a visão que temos não é diferente. Há uma diferenciação entre classes de indivíduos, de maneira que não há como conceber um modelo que não seja necessariamente excludente, visto que a passagem pelo encarceramento altera diretamente a vida dos indivíduos, deixando marcas sociais dificilmente reversíveis – ao deixar de ser um preso, ele passa a ser um egresso.

É dessa forma que podemos enxergar na prática a afirmação de Foucault sobre a missão da prisão de instaurar uma oposição entre a plebe proletarizada e a não proletarizada (TEIXEIRA, 2009) – tese que conversa com a divisão entre “merecedores” e “não merecedores” estabelecida por Wacquant (2007).

Os pobres “não merecedores” são determinados como um problema para a sociedade. São delimitadas subcategorias desse setor marginalizado: dependentes da

A continuidade punitiva na História do Brasil

assistência social, ociosos, moradores de rua, dependentes químicos, delinquentes e os deliberadamente criminosos. Ao retomar o passado, é possível encontrar a categoria dos “não merecedores” nas figuras do “vadio”, do “caipira preguiçoso”, do desocupado.

Belli (2004) discorre sobre a construção histórica do perfil do delinquente: o negro, o pobre, o favelado. O autor incorre, ainda, sobre o erro de ligar a criminalidade diretamente à pobreza: a relação não é mecânica, bem como não é direta. Ao se estabelecer essa relação, caminha-se pelo discurso de que há um perfil do crime. No entanto, os chamados “crimes de colarinho branco” são o exemplo de que a transgressão está presente em todas as classes, mesmo que os pesos punitivos sejam diferentes.

A demonização do indivíduo que comete um crime torna-se, então, uma justificava para os excessos e as injustiças policiais. Um ato delituoso passa a justificar sessões de tortura, perseguições e mortes se a “finalidade” for o bem comum e o combate ao crime. É a naturalização de uma nova divisão na sociedade: a dos cidadãos de bem e a do delinquente que deve ser contido.

O criminoso é, assim, “demonizado”, considerado um caso perdido e sem a mínima chance de ressocialização. Torturá-lo para obter informações – quando não como mecanismos de extorsão – ou matá-lo justifica-se pela simples razão de que, ao ter se bandeado para o lado do crime, adentrou o campo de batalha, tornou-se inimigo, transmutou-se em agente da destruição da sociedade, enfim, submeteu-se ao rigor dos agentes da ordem. Não se trata de uma doutrina formal, mas de um conjunto de opiniões e predisposições que tendem a legitimar a ação ilegal da polícia como um instrumento de combate à criminalidade violenta. (BELLI, 2004, p. 21).

Portanto, o senso comum sustenta a visão de que os abusos policiais são

a única forma de deter a criminalidade. Esse monstro criminoso, um ser sem sentimentos nem empatia, seria incapaz de mudanças, e, sem tais mudanças, a única saída seria a literal guerra contra essa personificação do mal. Alba Zaluar (apud BELLI, 2004) aponta que o treinamento policial permanece tendo como alvo principal o controle e as repressão aos moradores das favelas – classe que compõe o estereótipo de setor perigoso da sociedade brasileira. A letalidade policial não apenas se sustenta pelo senso comum, ela é um reflexo da hierarquia social.

Davis (2003) usa um termo cunhado por George W. Bush para descrever como se define o conceito do senso comum sobre a prisão: um lugar de “malfeitores” – sendo o estereótipo dos “malfeitores” diretamente ligado ao negro em um contexto norte-americano, e que não é distinto do brasileiro. Na prática, a prisão é um espaço que serve a um preceito ideológico, no qual os “indesejáveis” são descartados para deixarem de ser um problema (DAVIS, 2003).

Teorizada por Garland (2001), a *criminologia do outro* é composta na prática por um pensamento antimoderno e antissocial, mas ela também passa a ideia de anticiência, visto que ignora os dados, os fatores sociais e as análises criminológicas e anda pelo caminho do revanchismo e do punitivismo como instrumento de vingança. Não há interesse em evitar que o crime aconteça, há a necessidade de punir quem o comete – e muitas vezes também quem não o comete, na ânsia de encontrar um culpado.

Nas palavras de Serra (2014), o que ocorre nesse processo é uma sacralização da pena, contexto em que a punição é tida como a solução de todos os problemas, inclusive os sociais, e em que a opinião pública clama constantemente por mais punições. Se considerarmos que a prisão é a penalidade por excelência, sendo a regra

A continuidade punitiva na História do Brasil

e não a exceção, a sociedade não clama apenas por mais punição, ela clama – diretamente e indiretamente – por mais prisões.

É esta a criminologia que justifica o movimento de encarceramento em massa em um sistema que condena, mas não busca evitar o crime. Se não há um retorno no sentido de impacto nas taxas de criminalidade, qual motivo sustenta a punição pela punição? Segundo Garland (2001), o método centra-se na manutenção da ordem e da autoridade – o que não é sinônimo de segurança –, na valorização de padrões morais e de tradição e no reforço do senso comum.

No entanto, mais profundo que isso, há uma manipulação na concepção da imagem de indivíduos na sociedade, como um método psicológico que constrói a identidade do “outro”: o outro é quem comete o crime, o outro é uma ameaça, o outro é o culpado por todos os males, a natureza do outro é ruim, o mal é intrínseco, o outro – e não eu – deve ser punido. O outro, portanto, não é merecedor como eu sou. Compreender o outro seria humanizá-lo e, conseqüentemente, nos enxergar neles (GARLAND, 2001), prática que não é conciliável com a divisão cultural entre “nós” e “eles”.

O Estado punitivo vai se respaldar em uma lógica que elege o “*Outro enquanto inimigo* e então, diante deste olhar, este *Outro* personifica-se enquanto aquele, que *merece, portanto, ser punido*” (SERRA, 2011, p. 2). Sob a retórica da guerra (ainda que vivendo em tempos de paz, em teoria), tudo se torna aceito para derrotar o inimigo, e é essa perspectiva que permeará, de formar transversal, toda a organização do Estado brasileiro para além das forças de segurança.

Garland (2001) também discorre sobre o papel da mídia na desinformação e na criação de mitos sobre o crime e o criminoso por meio da dramatização da vingança.

Os programas televisivos sobre o tema ganharam popularidade, e o crime está constantemente retratado em obras cinematográficas, reforçando estereótipos e contribuindo para a exclusão de determinados perfis.

No Brasil, programas sensacionalistas e policialescos já estavam presentes nas rádios da década de 1970, mas é o “Aqui Agora”, estreado em 1991 no SBT, o pioneiro do gênero na televisão. Atualmente, programas como o “Cidade Alerta”, da Record, e o “Brasil Urgente”, da Rede Bandeirantes, denunciam os males das cidades brasileiras diariamente na televisão aberta (RIBEIRO, 2016).

O terror e o medo são manipulados para servir de alimento para a sensação de insegurança constante entre a população. A demonização do indivíduo que comete um crime é elemento cotidiano no conteúdo divulgado por esses programas.

Wacquant (2007) chama esse processo de *pornografismo da segurança*, ou seja, a exploração de um medo construído pela mídia e pelo discurso político, levado ao extremo de forma deliberada e teatral, e que reduz o trabalho pela diminuição da criminalidade a um “espetáculo ritualizado, que só serve para alimentar as fantasias de ordem do eleitorado e reafirmar simbolicamente a autoridade viril de quem toma as decisões no âmbito do Estado” (WACQUANT, 2007, p. 467).

Juntamente com a mídia, personalidades políticas também auxiliam na reafirmação de um discurso alarmista, escatológico e, conseqüentemente, punitivo. Este medo do crime, segundo Garland (2001), gera um estigma que recai sobre o homem negro e jovem que carrega o estereótipo de criminoso e de estranho perigoso. A exclusão, portanto, tem também dimensão cultural e está devidamente inscrita no imaginário popular, tendo uma de suas raízes em nosso passado escravocrata.

A continuidade punitiva na História do Brasil

Se o processo de formação do Estado Nacional interferiu na forma de se punir e de se pensar o crime no País, no cenário contemporâneo essa herança se combinou com a expansão da política neoliberal – que atingiu até mesmo os países de capitalismo periférico que nunca tiveram o *welfare state*, como é o caso do Brasil.

Assumir o modelo neoliberal é, também, tirar a responsabilidade do Estado sobre a prática criminal (TEIXEIRA, 2009). A consequência observada é um Estado que não se ocupa em ressocializar e, muito menos, em buscar soluções para evitar o crime. A punição é sempre a saída mais fácil – e a mais escolhida.

Apesar de nunca termos passado por nenhuma fase de *welfarismo penal* ou por nenhuma reforma que priorizasse a ressocialização do indivíduo, é indispensável pensar que a nova configuração do sistema penal internacional influenciou políticas e práticas brasileiras. A importação das políticas norte-americanas de tolerância zero e da guerra às drogas são exemplos da influência externa sob o sistema nacional.

A política de Tolerância Zero é o modelo da nova criminologia conservadora e neoliberal: derruba-se a responsabilidade coletiva pela exclusão social, atribui a culpa apenas ao indivíduo e delega ao Estado – quase que exclusivamente – o dever de punição. O problema da violência urbana é reduzido de forma simplista a um caso de polícia (BELLI, 2000).

O resultado é um pensamento em que o transgressor não é fruto das relações sociais e de fatores externos sobre sua vida, como o seu passado e sua realidade social. Em vez disso, a culpa é individualizada e personificada. O objeto do problema deixa de ser a infração e passa a ser o infrator, processo que já ocorria no regime de Vargas.

Esse processo mascara os problemas sociais que o Estado não resolve e reafirma a responsabilidade individual dos atos. Isso promove diretamente a irresponsabilidade coletiva sobre esses mesmos problemas (WACQUANT, 2007).

No entanto, como responsabilizar individualmente comportamentos frutos de dinâmicas coletivas? Se o desemprego atinge diretamente determinadas classes sociais e etnias, a marginalização é voltada a grupos definidos socialmente e o acesso a direitos básicos ainda é restrito a uma grande parcela da população, então, o local onde você nasce é determinante na trajetória de vida que você terá. Ou seja, a responsabilidade individual é questionável, afinal, não são apenas as escolhas pessoais que definirão o futuro do indivíduo.

A definição de Wacquant (2007) para a atual atuação do Estado no campo punitivo é de projeto político. O autor reafirma o caráter punitivo como ferramenta de controle dos problemas do próprio Estado: o que não se encaixa na estrutura previamente definida é sufocado e retirado de circulação. A construção da imagem do criminoso – ou a desconstrução, se pensarmos que o estereótipo retira sua cidadania – permanece sendo o principal pilar que sustenta o modo neoliberal de segurança pública.

A penalização serve aqui como uma *técnica para a inviabilização dos “problemas” sociais* que o Estado, enquanto alavanca burocrática da vontade coletiva, não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os dejetos humanos da sociedade de mercado. (WACQUANT, p. 21, 2007).

Um exemplo é a figura do traficante, personagem que protagoniza o atual

A continuidade punitiva na História do Brasil

papel de inimigo na sociedade brasileira, fruto de uma guerra declarada ao uso e venda de substâncias ilícitas. O art. 5º da constituição será elemento fundamental neste momento, pois, ao equiparar o tráfico de drogas a crimes hediondos – como homicídio e estupro de vulnerável –, ele valida o combate militar a este “inimigo interno”.

A guerra às drogas não apenas legitima uma lógica militar contra a própria população, ela é um dos principais motivos para o alto número de encarcerados: mais de 200 mil estão encarcerados devido a tráfico, perdendo apenas para crimes contra a propriedade privada (QUANTIDADE..., 2019). O impacto da Lei de Drogas no estado paulista, sancionada em 2006, foi descomunal: o número de presos por tráfico aumentou 508% em 12 anos (NÚMEROS..., 2018).

Seguindo a tendência norte-americana iniciada com Nixon, a questão das drogas no Brasil deixou de ser um problema de saúde pública e hoje é o principal elemento propulsor do encarceramento. Mas a validade dessa “guerra” é questionável.

Em pesquisa realizada pela Fiocruz, os dados mais preocupantes não estão relacionados às substâncias ilícitas: o principal problema da população brasileira é o álcool. O estudo também revelou que o fantasma das drogas não é tão prevalecente na sociedade como o discurso midiático e político faz parecer: 3,1% da população já fizeram uso de cocaína, mas apenas 0,3% fizeram uso no período de 30 dias que antecedeu a pesquisa (BASTOS, 2017).

Dados do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas apontam que, em 2007, cerca de 135 mil internações foram realizadas devido a comportamento consequente do uso de drogas. Destas, 69% foram causadas pelo uso de álcool, mas

apenas 5% estão relacionadas ao uso de cocaína (DADOS..., 2019).

Os números relativos às drogas ilícitas levantam questionamentos sobre a real necessidade de inaugurar uma ofensiva militar, tão custosa e funesta. Além de ser um propulsor do encarceramento em massa, inflando um sistema em que 30,43% dos presos não foram sequer julgados (PRESOS..., 2019), a guerra declarada às drogas – devido à sua seletividade – “escurece” as celas superlotadas do sistema (WACQUANT, 2007, p. 116).

O impacto deste sistema na sociedade ultrapassa a vida de pessoas que estão atrás de uma grade e atinge sistematicamente a família e o círculo social desses indivíduos: vida escolar e profissional interrompidas, desmantelamento de famílias, retirada forçada da figura paternal e maternal na vida da criança e estigmatização de regiões e indivíduos (WACQUANT, 2007).

Wacquant (2007) afirma que o aprisionamento alimenta a reincidência justamente por interromper tais processos. O desemprego, a marginalização e a pobreza serão presenças constantes até mesmo na vida do egresso. Isso imprime um rótulo em quem o integra, seja direta ou indiretamente.

O que a cadeia produz, na realidade, é a intensificação da marginalização e da exclusão social de classes que já estão à margem, além de alimentar a descrença e a desconfiança nas autoridades, visto que o judiciário opera com pesos diferentes para determinadas classes e etnias.

Além de retirar a responsabilidade do Estado e da sociedade de lidar com os problemas gerados pelo próprio sistema neoliberal, ainda há duas consequências decorrentes desse processo penal: a retroalimentação da criminalidade e o

A continuidade punitiva na História do Brasil

agravamento do sentimento de insegurança. Ou seja, a prisão impulsiona as desordens que ela propõe combater.

De certa forma, essas consequências não são uma falha, mas sim parte desse projeto, visto que o discurso punitivo parte do encarceramento em massa – vigente nos EUA, mas também identificado no Brasil – é de que os criminosos devem “voltar a sofrer” por conta de suas más escolhas (WACQUANT, 2007).

Paralelo a isso, o sentimento de insegurança é promovido de forma descolada da realidade, em que há um embaralhamento da noção do que é crime e do que é apenas incômodo, e há uma distorção da real insegurança existente (WACQUANT, 2007).

A palavra “segurança”, inclusive, sofre mudanças de sentido. Associamos segurança pública automaticamente à questão judiciária, criminal e penal ou, no máximo, em uma prevenção protecionista e voltada ao patrimônio. O que deixamos passar – mas Wacquant (2007) nos lembra – é que a segurança também tem outras frentes que são esquecidas. A segurança de um emprego estável, a segurança da moradia, a segurança da educação de qualidade, a segurança da saúde gratuita.

Essas diversas “frentes” da segurança, que são deixadas em segundo plano e que não são consideradas quando se discute criminalidade, seriam fundamentais para a devida prevenção ao crime, afinal compõem um mesmo universo. Na prática, o encarceramento é utilizado como um “remédio universal” a todos esses “males” gerados pela modernidade.

Conclusão

Longe de ser apenas um reflexo da influência norte-americana nas políticas

penais brasileiras, o encarceramento em massa como mecanismo de controle tem diversas raízes nacionais inequívocas – que o pensamento punitivista contemporâneo tende a reforçar de distintas maneiras.

A formação do Estado Nacional se deu em um regime escravista que qualificava pessoas como uma ferramenta de trabalho. A “retirada” da humanidade de indivíduos escravizados se torna, então, a base de um sistema calcado na segregação e na exploração humana, além da exclusão social de grupos que não integravam os papéis da sociedade da época, como a classe de brancos pobres não proletarizados. Já durante os períodos autoritários e ditatoriais, os indivíduos considerados “subversivos” foram adicionados aos grupos já marginalizados por meio da perseguição, da tortura, da prisão e da execução.

Há uma continuidade no padrão da política e do pensamento punitivo, ainda que haja transformações devido ao contexto e a época em que cada processo ocorre. A figura do inimigo muda, mas suas características permanecem parecidas, como a etnia e classe social. Para pensar essa questão, é possível olhar para os diversos exemplos de “inimigos eleitos” pela sociedade brasileira: o “vadio”, o “comunista” e, na contemporaneidade, o “traficante”.

A criminologia do outro, teorizada por Garland (2001), é materializada nas relações sociais constituídas em diversos aspectos da sociedade brasileira. Quando o outro ocupa um lugar diferente, pensamentos estritamente punitivos se consolidam com maior facilidade e a segregação social é desenvolvida de inúmeras maneiras.

Os mais de 700 mil encarcerados no Brasil, com perfil socioeconômico e demográfico característicos, são um reflexo de uma sociedade que não busca solucionar seus profundos problemas sociais e opta por marginalizar os indivíduos

A continuidade punitiva na História do Brasil

que simbolizam tais problemas – ou até mesmo exterminar sistematicamente grupos sociais.

Algo parecido foi apontado por Wacquant (2007) quando ele afirma que o encarceramento em massa opera de maneira a criminalizar a pobreza e gerir a miséria – fruto da dessocialização do trabalho na era neoliberal. O excedente de trabalhadores que não são absorvidos pelo mercado torna-se, então, um problema que é resolvido com a detenção e exime do Estado as responsabilidades com o apoio social a essa parcela da população.

É possível concluir que o encarceramento em massa no Brasil é constituído de um pensamento punitivo devidamente construído durante a formação da nação e na utilização da violência institucionalizada por diversos setores da sociedade. A imposição do medo e da construção de diferentes “inimigos” foram bases materiais para que o desejo popular por punição desse subsídio a práticas seletivas de controle, parte de uma justiça parcial que têm como alvo indivíduos com cor e classe social determinadas.

Por fim, o encarceramento no País é um instrumento importante na manutenção do neoliberalismo. Para que essa arte de governar – que eleva a individualidade, bem como as responsabilidades individuais sobre as questões coletivas – permaneça em vigor, é preciso um sistema de controle que force grupos a viver à margem da sociedade, além do reforço ideológico da divisão entre indivíduos “merecedores” e “não merecedores”. O *outro* e o *eu*.

Referências

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

BELLI, B. **Violência Policial e Segurança Pública**: democracia e continuidade autoritária no Brasil contemporâneo. Impulso, Piracicaba, 2004.

_____. Polícia, "Tolerância Zero" e Exclusão Social. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 58, 2000.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: A Polícia da Era Vargas. 2ª. Ed. Brasília, Editora UNB, 1994.

COMISSÃO da Verdade do Estado de São Paulo. **Relatório**. Tomo I. Parte I: Estruturas e Sistemas da Repressão. Capítulo 7: A Militarização da Segurança Pública. 2015. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-i-cap7.html>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

DADOS e informações gerais sobre drogas. **Ministério da Cidadania**. 2019. Observatório Brasileiro de Informações sobre drogas. Disponível em: <<http://mds.gov.br/obid/dados-e-informacoes-sobre-drogas/populacao-geral>>. Acesso em: 19 de setembro de 2019.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. Unesp, 1997.

GARLAND, D. **La Cultura del Control: crimen y orden social em La sociedad contemporánea**, Editora Gedisa, Espanã, Barcelona, 2001.

_____. The meaning of mass imprisonment, in **Mass Imprisonment: Social Causes and Consequences**. London: Sage, 2001.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na vida dos tempos. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. <https://doi.org/10.11606/t.8.2015.tde-05082015-161338>

KOERNER, A. **Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX**. Lua Nova 2006.

A continuidade punitiva na História do Brasil

MACHADO, M. **Crime e escravidão: Trabalho, Luta, Resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

NÚMEROS de presos por tráfico de drogas cresce 508% em 12 anos no estado de SP. **G1**, São Paulo, 26 de junho de 2018. Globonews. Disponível em: <<https://glo.bo/2E4fn8j>>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

PRESOS em unidades prisionais no Brasil. **Departamento Penitenciário Nacional.** 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3kODKlc>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

PRESOS provisórios. **Departamento Penitenciário Nacional.** 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3h3ZyNq>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

QUANTIDADE de incidência por tipo pena. **Departamento Penitenciário Nacional.** 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3atECNF>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** Editora Companhia das Letras, 2019.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Cultura punitiva e sociedade escópica: algumas considerações. In: Simpósio Nacional de História, 26. 2011, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-11. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308138342_ARQUIVO_Culturapunitivaesociedadeescopicaanpuh2011.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SERRA, C. A militarização da segurança pública e as permanências autoritárias:

contradições e perspectivas do Estado de direito. In: **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)** [S.l: s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ecos-da-ditadura_ebook.pdf> Acesso em: 19 de agosto de 2019.

TEIXEIRA, A. A militarização à brasileira: justiça privatista e gestão dos ilegalismos In: **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)** [S.l: s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ecos-da-ditadura_ebook.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

_____. **Prisões da exceção: Política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo.** Curitiba: Juruá, 2009.

WACQUANT, L. Rumo à militarização da marginalização urbana. In: **Discursos,**

sediciosos, crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

_____. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

_____. Crafting the Neoliberal State: Workfare, Prisonfare, and Social Insecurity. **Sociological Forum**, v. 25, n. 2, p. 198-220, jun. 2010.

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

Gustavo Nazario*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p163-193

Resumo: O populismo é um dos conceitos com maior grau de compartilhamento, não apenas na academia brasileira, como também na cultura política nacional. Reconhecendo seu uso amplo, que sai da retórica acadêmica para uma retórica política, o populismo é frequentemente aplicado nos meios de comunicação de massa e no senso comum da população, trazendo para si significados diversos e muitas vezes contraditórios. Observando seu uso durante um período de grandes transformações políticas no país, através de dois jornais de São Paulo nos anos 1980 - *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo* - constata-se que o populismo se torna uma arma de combate. Em momentos de disputa no ambiente político brasileiro dos anos 1980 como em eleições, em implementações de planos econômicos ou em grandes manifestações, os representantes da grande imprensa paulista usam o populismo para atacar e desqualificar pautas contrárias às suas. Dessa maneira, compreender a forma pela qual esses jornais usam o populismo durante esse período é lançar luz não só sobre sua aplicação, mas, também, sobre os muitos significados que o conceito assume.

Palavras-chave: Ditadura, Imprensa, Populismo, Redemocratização

* Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Aluno de Iniciação Científica, sob orientação da Prof^o. Dr^o. Marcos Napolitano. Agradeço à FAPESP pelo fomento ao projeto que serviu de base a este artigo, ao meu orientador pelo suporte e direcionamento, aos meus familiares e amigos pelo apoio incondicional e à universidade pública, gratuita e de qualidade. E-mail: gustavonazario.hist@gmail.com

1. Populismo, a trajetória de um conceito

Populismo e populista são termos usados no ambiente acadêmico e fora dele. Aplicados no debate público brasileiro, sejam nas palavras de um político ou nas páginas de um jornal, os termos são polissêmicos e têm variados usos, desde conceito explicativo para uma determinada forma de se governar até como arma de combate político. Apesar do seu uso corrente, o significado de populismo é turvo e levanta debates na academia brasileira desde a segunda metade do século passado.

Em relação ao seu uso, uma coisa é certa, ser associado ao populismo por adversários na política ou pela imprensa é estar sendo taxado negativamente. Apesar disso, o termo assume uma forma elástica, prestando-se a múltiplos usos como aponta Maria Helena Capelato (2013). Ao analisar a definição do dicionário Aurélio, por exemplo, Capelato constata a definição de populismo como “simpatia pelo povo”, e populista como “amigo do povo”. Já na *Wikipédia*, populismo seria “uma forma de governar na qual o governante utiliza vários recursos para obter apoio popular, ou como um modo de exercício do poder que se caracteriza pelo contato direto com as massas urbanas.” Populista, seria o “líder carismático que estabelece vínculo emocional como o povo.” (CAPELATO, 2013, p.58).

Apesar desses significados, a carga associada a esses termos mudou ao longo do tempo. Jorge Ferreira (2017), ao pesquisar em jornais nacionais do início do século XX a utilização dos termos populismo e populista, percebeu uma viragem no seu significado. Os termos, explica o historiador, eram usados de forma positiva, por exemplo, o líder chamado de populista era alguém próximo do povo, que ouvia seus problemas e os resolvia.

Com o passar dos anos a carga positiva desses termos foi substituída por uma

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

negativa que se reflete até os dias atuais. Essa mudança de carga ganhou força na primeira metade do século XX, quando lideranças, carismáticas e populares, associadas ao populismo, chegaram ao poder derrotando elites políticas tradicionais. O mal-estar gerado pela derrota levou esses setores tradicionais da política a desmoralizarem qualquer tentativa de aproximação entre o líder e a massa, demonizando os ditos populistas deste período e dando ao termo essa carga negativa que chega ao tempo presente (FERREIRA, 2017).

A negatividade em torno do termo populismo influenciou não só os estudos iniciados nos anos 1950 sobre o esse fenômeno político, mas também a leitura liberal do populismo. Os liberais caracterizam-no como fruto de um discurso vazio, cheio de propostas demagógicas que enganam o povo e usam do carisma e do Estado em benefício próprio, ou seja, a visão liberal corrobora a ideia de manipulação, e, não só isso, enxerga qualquer tipo de aproximação entre líder e massa como sendo demagógica, na qual o líder imporia um “Estado que, armado de eficientes mecanismos repressivos e persuasivos, seria capaz de manipular, cooptar e corromper.” (FERREIRA, 2017, p.62).

A longa trajetória dos estudos sobre o populismo no meio acadêmico brasileiro inicia-se nos anos 1950 por meio de um grupo de intelectuais intitulados Grupo de Itatiaia. Financiados pelo Ministério da Agricultura para estudar os problemas políticos do país, teriam identificado o populismo como um dos causadores. A teoria sobre o populismo desenvolvida por esses intelectuais, como aponta Gomes (FERREIRA, 2017, p.22), baseia-se na teoria da modernização, na qual trabalhadores do campo dirigiam-se aos centros urbanos sem consciência política, sendo assim facilmente cooptados por políticos carismáticos que conseguiam mobilizá-los e usá-los a seu favor.

O conceito ganha mais espaço com o golpe civil-militar de 1964, sendo usado

como parte da explicação para a incapacidade da classe trabalhadora organizada - movimento operário e sindicatos - de resistir ao golpe. Nesse contexto, dois sociólogos destacam-se: Francisco Weffort que publicaria, ao longo dos anos 1960 e 1970, inúmeros artigos sobre o fenômeno do populismo, reunidos mais tarde no livro *O populismo na política brasileira* (1978); e Otavio Ianni, autor do livro *O colapso do populismo no Brasil* (1971), que também usa o populismo como parte da explicação para a incapacidade de reação da classe trabalhadora contra o golpe civil-militar. Os conceitos desenvolvidos pelos dois pesquisadores têm suas particularidades, mas aproximam-se ao manterem a ideia de que existia, na relação entre líder e massa, a manipulação que galvanizaria e instrumentalizaria o povo, funcionando como chave da repressão e satisfação com pequenos benefícios econômicos ou políticos cedidos.

Contudo, na virada dos anos 1970 para os anos 1980, há uma contestação do conceito populismo, principalmente, em relação à ideia de manipulação. Influenciada pelos trabalhos sobre a classe operária na Inglaterra de E. P. Thompson, Angela de Castro Gomes, não satisfeita com a capacidade explicativa do populismo, propõe uma nova interpretação sobre a política dos anos 1930 até o golpe de 1964 por meio do conceito trabalhismo, que é apresentado em sua obra *A invenção do trabalhismo* (1988). Angela combate a ideia de manipulação, defendendo que a relação entre Estado e classe trabalhadora é marcada por uma desigualdade de poderes, na qual os trabalhadores envolvidos nessa relação não seriam passivos ou manipulados. A relação entre Estado e classe trabalhadora seria regida por um “pacto trabalhista”, existindo uma tensão entre esses dois grupos, cada um buscando os benefícios possíveis de tal encontro (GOMES, 1988). Dessa forma, Gomes lançou luz em direção ao movimento dos trabalhadores, permitindo que uma leva de novos estudos fosse desenvolvida sobre o assunto sem as amarras impostas pela ideia de manipulação ligada ao conceito de populismo.

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

Sendo assim, a partir dessa breve passagem sobre os estudos feitos acerca do populismo no Brasil, observamos que não há um consenso sobre ele, o que demonstra sua complexidade e o problema de se usar um conceito que abarca inúmeras definições. Mesmo com o avanço gerado pela análise de Angela de Castro Gomes, observamos que termos como “populismo” e “populista” ainda são aplicados exaustivamente em variadas situações cotidianas, principalmente, relacionadas ao embate político.

Seja em discursos políticos ou em matérias jornalísticas, o populismo é corrente na cultura política brasileira. Buscando compreender como é feito esse amplo uso, discutiremos neste texto como os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* aplicam o populismo nas suas páginas durante os anos 1980.

Para realizar tal estudo, foram usados os chamados “acervos digitais”, que ganham espaço em relação aos grandes arquivos físicos públicos e privados. Tais acervos digitais, muitas vezes próprios dos jornais e disponíveis em suas plataformas *online*, estão cada vez mais modernos, facilitando o acesso aos exemplares digitalizados e a ferramentas de busca que permitem selecionar datas e, até mesmo, menções a determinadas palavras. Dessa forma, um trabalho que antes exigiria um deslocamento até o arquivo, cuidados para entrar em contato com os jornais arquivados e a não possibilidade de levá-los para casa para um estudo mais detalhado e cômodo, hoje pode ser feito por meio de alguns poucos cliques, sem sair de casa. Os impeditivos viriam através da necessidade do acesso à internet e da cobrança de um valor, que alguns jornais fazem, para ter acesso ao acervo digitalizado.

Valendo-se dessa nova tecnologia, usando o mecanismo de busca por menções, procuramos as palavras “populismo” e “populista” para mapear e entender como esses representantes da grande imprensa paulista usam esses termos em situações de

grande tensão no debate político. Devido ao volume de menções aos dois termos, optamos por amostras qualitativas, apoiando-se em momentos importantes do período estudado. Tal escolha foi realizada considerando que os anos 1980, na história brasileira, foram marcados por grandes mudanças, contando com o processo de redemocratização, a volta de eleições diretas para determinados cargos políticos, a implementação de planos econômicos e uma nova Constituição, além de vários movimentos civis que surgiam, usamos esse momento de aumento na complexidade e tensão política do país para lançar luz à forma como a *FSP*¹ e *OESP* fazem uso do populismo em suas páginas.

2. A grande imprensa paulista: *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*

O uso da imprensa como objeto central a ser pesquisado por historiadores brasileiros tem seu início nos anos 1970, como aponta Tânia Regina de Luca (2005). Trabalhos de Arnaldo Contier, Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, fazendo uso do jornal impresso como objeto da pesquisa histórica, desenvolveram metodologias de estudo viabilizando uma compreensão aprofundada desse meio de comunicação ao buscarem as matrizes ideológicas por trás de suas páginas e entender o papel dos periódicos em relação à sociedade.

Neste contexto, Prado e Capelato (1980, p.19) afirmam que a imprensa é

[...] um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere.

Tal definição nos mostra a complexidade da imprensa, o que nos leva a procurar

¹ Devido às repetições dos nomes, usaremos as seguintes siglas para no referir aos jornais aqui analisados: *FSP* – Folha de São Paulo e *OESP* – O Estado de São Paulo.

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

entender de modo mais detalhado as entranhas dos jornais. A primeira característica para tal entendimento seria a função da imprensa em relação à sociedade. Ao refletir sobre esse ponto, Capelato (2013) recupera a definição da imprensa como 4º poder, responsável por vigiar os outros três poderes do Estado. Isso faria da imprensa uma importante garantidora de uma das bases da democracia liberal que é o acesso à informação. Atualmente, esse poder teria aumentado pois as mídias teriam se transformado em verdadeiras indústrias da informação, dotadas de poder econômico e político, potencializando a sua capacidade de “conquistar corações e mentes”.

Reconhecendo o caráter empresarial que não só a imprensa, mas as mídias como um todo passaram a ter, enxergamos uma duplicidade em sua composição, coexistindo uma face pública e outra privada. Tais empresas atuam como instituições públicas, devido a sua responsabilidade fundamental estar relacionada com a “opinião pública”, tendo o papel de expressá-la e formá-la. Contudo, também se constituem como empresas privadas, afinal produzem conteúdo almejando a sustentação da empresa, ou seja, o lucro (CAPELATO, 1988).

Essas características podem ser observadas tanto na *FSP*, quanto no *OESP*, mesmo que os periódicos tenham histórias bem distintas. O *OESP* é fundado no século XIX e pertence, desde então, à mesma família. Por sua longevidade e pelo fato de estar nas mãos do mesmo grupo desde sua gênese, o jornal ganha determinada respeitabilidade, porém seu posicionamento torna-se engessado, impedindo-o de realizar inovações como as que foram feitas pela *FSP* (CAPELATO, 2003, p.40).

A *FSP* foi fundada em 1921 por um grupo que saiu do *OESP*. Sua história é composta por quatro etapas, nas quais muda suas características editoriais e de dono algumas vezes (CAPELATO, 2003). Ao contrário do *OESP*, a *FSP* procura atingir camadas sociais médias, já o *OESP* é criado pela elite para a elite, um jornal para as “classes bem

pensantes do país, que se julgavam responsáveis pela educação do povo brasileiro.” (CAPELATO, 2003, p.38).

Sendo assim, o *OESP* é um jornal que desde sua fundação exerce grande influência na sociedade paulista e, também, brasileira devido à proeminência política do estado. Contando com aporte financeiro da família Mesquita, proprietária do jornal, o *OESP* chegou a dar apoio editorial à pequena *FSP*, que se torna uma concorrente à altura em relação à disseminação de ideias e como empresa privada, a partir dos anos 1970, com o chamado “Projeto Folha” (CAPELATO, 2003, p. 41).

A importância que a *FSP* e *OESP* assumem como divulgadores de opinião e empresas privadas faz com que ambos possam ser caracterizados como parte da “grande imprensa”, principalmente, devido à sua “circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.” (MARTINS; LUCA, 2015, p.149). Por essas características, tornam-se atores com grande poder sobre a sociedade, corroborando a tese de Capelato e Prado (1980), de que não veiculam apenas informações e sim interagem e influenciam a sociedade intervindo e manipulando interesses, com poderes muito próximos aos de partidos políticos como defende Francisco Weffort (1984).

Francisco Fonseca (2005) aprofunda o debate sobre a imprensa ao estudá-la nos anos 1980 e 1990. O autor constata que há uma adoção e tentativa de disseminação da chamada “Agenda Ultraliberal” por jornais como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Observando o comportamento dos mesmos, Fonseca traça o perfil ideológico de cada um, apontando que a *FSP* se caracteriza por uma “volatilidade ideológica”, sem qualquer rigidez doutrinária, procurando estar próximo das tendências ideológicas e culturais do seu leitor. Apesar de não ter um posicionamento ideológico rígido, tem como horizonte a ideologia liberal, defendendo

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

a liberdade de expressão, de manifestação, defesa da propriedade, da iniciativa privada e da liberdade individual. Logo, a *FSP* mantém-se próxima dos setores médios da sociedade, sobretudo da sua parcela progressista, foco do chamado “Projeto Folha”.

Já *OESP* estaria pautado pelo liberalismo e pelo conservadorismo, características atestadas também por Prado e Capelato (1980) no seu estudo sobre o jornal nos anos 1930. Por meio de uma linha editorial doutrinária, o jornal defende o progresso econômico por intermédio da iniciativa privada, além de defender a manutenção da ordem e da hierarquia social, o que no Brasil seria “a proeminência do empresariado (sobretudo de origem rural), da classe média profissional-liberal como base social e dos militares como garantia de estabilidade republicana.” (NAPOLITANO, 2017, p.349). Tais características apresentadas por Fonseca servem para nós como base para o entendimento da ideologia que está por trás dos jornais e o reflexo disso na aplicação do conceito de populismo em suas páginas.

Dessa forma, é através da ação dos jornais que o historiador pode reconhecer a sua ideologia, que a todo momento tenta legitimar-se dizendo que defende a *vox populi*, mas, às escondidas, busca “mascarar seus interesses privados, fazendo-os universais.” (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19). Para compreender como os jornais *FSP* e *OESP* usam os termos populismo e populista, focaremos em alguns casos nos quais os jornais atuam no debate político, emitindo opiniões e defendendo pautas, fazendo o uso instrumental do populismo em suas páginas.

3. O populismo nas páginas

Em abril de 1964 temos, no Brasil, o golpe civil-militar que levou o país a 21 anos de ditadura. Esse movimento seria uma resposta de setores médios da sociedade,

empresários, políticos e militares ao que eles acreditavam ser uma ameaça comunista e populista que atingia o país. Porém, essa não é a tese que a historiografia defende ao debater os motivos do golpe².

Os estudos históricos, em sua maioria, enxergam a chamada ameaça comunista como sendo uma fagulha acendida pela imprensa, no contexto da Guerra Fria e do anticomunismo, com o intuito de catalisar a opinião pública contra o governo de João Goulart e suas propostas reformistas. Junto da ameaça comunista, a imprensa usou, para alimentar o discurso antigovernista, o populismo que estaria personificado em João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas. Dessa forma, como indica Maria Helena Capelato, esse movimento resultou na “vitória do complô civil-militar [...] contra o populismo, desta vez identificado com o comunismo.” (2013, p.57).

Depois de 14 anos sob o regime militar brasileiro, inicia-se, no governo do General Ernesto Geisel, o processo de abertura política. A abertura do regime acentua-se conforme diversos e amplos movimentos populares, como as greves no ABC, passam a tensionar o governo, permitindo que, segundo Marcos Napolitano (2017, p.297), entre 1979 e 1980 tenhamos três momentos cruciais para a distensão da ditadura: a Lei da Anistia, a reforma partidária e a volta das eleições para governadores.

Por meio dessas medidas, políticos presos, cassados ou exilados puderam voltar à vida política, concorrendo a determinados cargos no governo e, até mesmo, fundando novos partidos. Políticos como Leonel Brizola e Jânio Quadros retornaram à vida política, trazendo consigo reações dos jornais, que chamaram de “a volta dos populistas”.

² Sobre o golpe de 1964 ver: (FERREIRA; GOMES, 2014, p.333), (NAPOLITANO, 2017, p.43) e (REIS, 2014, p.21).

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

Nos dois jornais, *FSP* e *OESP*, colunistas abordaram a possibilidade de os políticos identificados como populistas voltarem a assumir cargos relevantes no país. Antes mesmo da Lei da Anistia entrar em vigor, o colunista da *FSP*, Luiz Alberto Bahia, ressalta uma “presença do passado no futuro” e em tom de aviso aos leitores diz:

[...] vamos todos ter de lidar com figuras carismáticas do passado que naturalmente virão à tona com o alvorecer democrático. Mais precisamente com Jânio Quadros e Leonel Brizola. [...] o ressurgimento do populismo em sua manifestação menos desejável – o populismo carismático. (FOLHA, 1978, nº 67.78, p.2)

Ao contrário de Luiz Bahia, Fernando Pedreira, colunista d'*OESP*, defende que Jânio e Brizola, ao retornarem à política, não encontrarão o mesmo contexto de antes. Pedreira indica que durante a ditadura houve uma “modificação que poderíamos chamar de técnica” (ESTADO, 1979, nº 32052, p.2), na qual os cargos públicos foram despolitizados e assumidos por funcionários “técnicos” não subordinados aos políticos caracterizados como populistas.

Apesar da confiança de Fernando Pedreira nas modificações “técnicas” feitas pela ditadura, na primeira eleição direta para governador, Leonel Brizola sai vitorioso no Rio de Janeiro em 1982. Alguns anos depois, em 1985, Jânio Quadros é eleito prefeito de São Paulo, rendendo uma manchete no *OESP* com o título *O velho populismo de volta às ruas* (ESTADO, 1985, nº 33873, p.1), que anuncia a ideia do retorno do populismo, mas com outra “moldura” (ESTADO, 1985, nº 33873, p.9). Ou seja, dois políticos de grande expressão, relacionados pelos jornais ao populismo, vencem para dois cargos importantes, demonstrando a força que ainda possuíam após anos afastados da vida política.

Podemos observar que Brizola e Quadros são associados a um passado populista, além disso, são caracterizados da mesma forma, sem distinção, sendo chamados de populistas carismáticos e demagogos. Para além da carga negativa que é

Epígrafe, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 163-193, 2021

associada a esses termos, não é feita uma maior caracterização do que seria esse populismo, o que permite colocar dois políticos de linhas ideológicas opostas, Jânio ligado à direita e difusor de uma política moralizante e Brizola ligado ao trabalhismo e à esquerda, sob a mesma definição: populistas.

Em 1985, na busca de uma explicação para a vitória de Quadros, *OESP* não justifica sua vitória por meio populismo e sim pela má administração feita por Franco Montoro no governo do estado. Apesar disso, lamenta a vitória dizendo que “o estado de São Paulo talvez volte a viver o clima de um infeliz populismo que já se imaginava ultrapassado. A culpa não é do povo [...]” (ESTADO, 1985, nº33963, p.3).

Ainda lamentando a vitória de Jânio, *OESP* faz coro com a ideia de que a democracia liberal ainda tem chances de vencer em São Paulo por meio da “humildade diante da sabedoria popular”, apesar de não ter saído vitoriosa nesse momento. Porém, dias depois do editorial publicado sobre a vitória Jânio, o jornal parece mudar de opinião em relação à “sabedoria popular” escancarando seu conservadorismo a respeito da escolha do eleitor paulistano. O editorial inicia da seguinte forma, abordando a questão da educação:

O resultado do pleito para a prefeitura paulistana, consagrando o populismo, força à análise desse fenômeno político, que não se observa onde o eleitorado se compõe de parcelas da população nas quais a instrução e a cultura realizaram um trabalho profícuo de educação e esclarecimento. (ESTADO, 1985, nº 33965, p.3, grifos nosso)

Num segundo momento, aborda a classe econômica:

Desde que surja um candidato para identificar as causas das tensões que submetem o povo, nos segmentos de renda mais baixa da sociedade, interpretando corretamente as frustrações e os sofrimentos que lá se acentuam, o populismo tende a vingar, nas condições de temperatura e pressão descritas. (ESTADO, 1985, nº 33965, p.3, grifos nosso)

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

Abertamente, *OESP* defende a ideia de que povo seria manipulado e orientado por um líder populista devido a sua falta de escolaridade e, também, pela capacidade do líder de identificar determinadas reivindicações deles. Contradizendo-se em dois editoriais diferentes, observamos o compilado de uma visão conservadora sobre a sociedade que procura justificar, por meio do populismo, a vitória de Jânio Quadros como sendo culpa de uma sociedade manipulável. O jornal assume que a suposta falta de educação do povo, que no caso são os “mais simples” e de “renda mais baixa”, é responsável por fazer com que seja levado pelos *slogans* que os encantariam e fariam com que caíssem sob o líder carismático populista, ou seja, corroborando a ideia liberal e conservadora de manipulação de uma massa, chamada de ignorante, por um líder carismático.

A *FSP* não comunga dessa ideia ao avaliar a vitória de Jânio. O editorial sobre a vitória recebe o título de *A volta do populismo* (FOLHA, 1985, nº 93.26, p.2) e reflete sobre os motivos que levaram Jânio à vitória e as suas consequências. O jornal faz um longo comentário sobre o populismo no Brasil, colocando Getúlio Vargas, Adhemar de Barros, Jânio Quadros e Leonel Brizola como sendo representantes de tal “estilo”. Nele, salienta que a eleição de Jânio demonstraria que “não está terminada a era deste gênero de políticos”, quem perde com esta vitória são as “lideranças políticas compromissadas com partidos representativos e com programas definidos, libertos do caminho fácil da demagogia e do histrionismo [...]” e também o que o jornal chamou de “processo de avanço democrático” que teria sido atrasado com tal vitória.

Ao descrever o populismo como anacrônico e ligado a determinadas lideranças políticas, o jornal o coloca como o modo que a população encontrou de demonstrar “sua impaciência, sua contrariedade, sua descrença diante das alternativas que se

vinham postas”. Em outras palavras, apesar de criticar o retorno de políticos “populistas”, o jornal não contesta o voto popular, ao contrário do que é feito pelo *OESP*.

O caso de Jânio Quadros nos mostra a influência liberal sobre as críticas aos ditos políticos populistas e as particularidades de cada jornal. Como vimos, *OESP* por meio de seu posicionamento doutrinário e conservador, justificou a eleição de Jânio Quadros como sendo fruto da ignorância das massas que foram manipuladas pelo populismo. Avaliando de forma diferente, a *FSP* entendeu a eleição de Jânio como um descontentamento do povo, mas não deixou de manifestar seu desagravo à vitória do populismo que poderia afetar a retomada democrática do país. Neste caso, a ponderação da *FSP* e o desagrado do *OESP* se distinguem, deixando vir à tona as diferenças ideológicas dos jornais que refletem no uso do populismo.

Outro caso interessante de um político associado ao populismo é o de Leonel Brizola. Nas páginas da *FSP* e do *OESP*, Brizola é o político mais relacionado ao populismo. Além disso, também é associado a outros termos como: “varguismo”, “caudilho”, “socialismo moreno” e “trabalhismo”. Como vimos, Brizola é um dos políticos que retornaram ao país e à vida política após a Anistia e a reforma partidária, fazendo com que a partir de 1979 fosse acompanhado e criticado pelos periódicos.

Os articulistas Fernando Pedreira (*OESP*) e Luiz Alberto Bahia (*FSP*) criticam Brizola dias após seu retorno ao país. Bahia faz uma correlação direta entre ele e Vargas, criticando a forma como ele voltou ao país: “Brizola volta mal. Volta de carta-testamento na mão, tentando ressuscitar o populismo autoritário [...], retorna com a imagem política de Vargas.” (FOLHA, 1979, nº 70.64, p.2). Pedreira também o associa a Vargas, afirmando que Brizola é oriundo da linha “populista getuliana” (ESTADO, 1979, nº 32052, p.2). Dessa forma, é possível observar algo que se manterá até 1989, que é a associação de Leonel Brizola a Getúlio Vargas.

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

Essa associação não é feita somente com a intenção de relacionar a figura de políticos com propostas possivelmente próximas e sim atacar Brizola por meio da figura de Getúlio Vargas e de seu “populismo”. Vale ressaltar que a associação de Brizola ao “getulismo” é muito mais potente e repetitiva no *OESP*, ao contrário do que acontece na *FSP*, na qual as referências são feitas em poucas situações. Podemos observar aqui e no caso de Jânio Quadros outra situação interessante no uso do populismo, que é associá-lo a experiências passadas caracterizadas como populistas, dessa forma, o populismo é usado como um fenômeno do passado, que retorna insistentemente ao palco político.

Para além da associação e proximidade histórica que Brizola e Vargas têm, uma das razões para isso acontecer pode estar relacionada à própria história do *OESP*. O jornal paulista e outros jornais liberais, ao se colocarem contra Vargas durante o Estado Novo, foram “praticamente silenciados e tiveram que aceitar em suas redações elementos do governo para vigiá-los.” (CAPELATO, 2009, p.87). E não só isso, como relata Maria Helena Capelato (2009), *OESP* foi expropriado pelo Estado devido ao fato de seus donos terem reagido à censura, o que causará após a retomada do jornal pela família Mesquita, uma grande ojeriza contra a figura de Getúlio Vargas. A partir desse exemplo, podemos observar que os jornais, em vários momentos, se valem de experiências do passado para atacar situações do presente.

Outro ponto a se destacar, das aproximações feitas entre Leonel Brizola e Getúlio Vargas, é a associação de populismo a autoritarismo. A *FSP*, em editorial, coloca lado a lado o autoritarismo e o populismo, além de, em suas páginas, caracterizar algumas ações políticas e políticos como fruto dessa relação. Ao analisar a retomada do direito ao voto para o cargo de governador, o jornal indica que a democracia brasileira, com seus avanços e recuos, reflete “variações pendulares entre o populismo e o

autoritarismo, quase sempre fenômenos registrados no plano do poder executivo.” (FOLHA, 1979, nº 69.65, p.2).

OESP também estabelece essa correlação em diversas situações, principalmente, ao referir-se a Getúlio Vargas, como vemos neste editorial que define Leonel Brizola como herdeiro do “populismo autoritário nacionalista e estatizante que se implantou no Brasil a partir de 1930 com Getúlio Vargas.” (ESTADO, 1986, nº 34240, p.2).

A tese do movimento pendular comentada pela *FSP* é explicada como sendo uma mácula da história brasileira, que leva o país ao populismo e depois ao autoritarismo. Essa tese argumenta que a história brasileira no século XX foi marcada pela sucessão de trocas entre autoritarismo e populismo, sendo um exemplo dela a passagem da República de 46 para o período do regime militar. Já *OESP* associa práticas autoritárias recorrentemente a Getúlio Vargas, mas também a figuras que chama de carismáticas e personalistas como Jânio Quadros. Significa dizer que o jornal vê qualquer prática personalista, característica do populismo, como sendo também uma característica do próprio autoritarismo, e usa disso para criticar determinados políticos que aparentam algum personalismo, associando-os ao populismo e ao autoritarismo sem qualquer distinção, mesmo que políticos com características diferentes sejam associados aos mesmos termos.

Ao observarmos os casos de Jânio Quadros e Leonel Brizola, vemos um uso político e indiscriminado do populismo. Como uma arma para o confronto político, os termos usados pelos jornais são colocados de forma generalista, misturando políticos de matrizes ideológicas opostas sob a mesma definição. Esse populismo é lido como um resquício do passado, que insiste em retornar, seja por herdeiros políticos ou por atualizações em suas características, mas que basicamente é usado como sinônimo de ações demagógicas, manipuladoras e personalistas.

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

Porém, a associação feita pelos jornais não fica estrita a políticos. Os anos 1980 são marcados por acontecimentos importantes como as *Diretas Já*, os sucessivos planos econômicos para conter o surto inflacionário e, também, a Constituinte. Sendo situações de grande tensão no debate público, observamos os usos que a *FSP* e *OESP* fazem do populismo nesses casos.

As *Diretas Já*, iniciadas em março de 1983, foram um movimento suprapartidário que defendia a volta das eleições diretas para a presidência da República. Partindo do ato do deputado federal Dante de Oliveira (PMDB³), que apresentou uma emenda constitucional ao Congresso, propondo o fim do Colégio Eleitoral e o retorno das eleições diretas para presidente e vice-presidente na próxima eleição em 1985, o movimento transpassou as paredes do Congresso Nacional. Chegando na sociedade, culminou numa série de comícios, nos primeiros meses de 1984, que mobilizaram milhões de brasileiros por eleições diretas.

A imprensa, junto de outros meios de comunicação, cobriu as manifestações e opinou sobre o andamento da campanha. *OESP*, segundo Fonseca (2011), teve uma relação cautelosa em relação às *Diretas*, enveredando por verdadeiros ziguezagues argumentativos, adotando posições paradoxais ao longo de tal processo. A *FSP* pelo contrário, destacou-se “por ter endossado o projeto antes que as lideranças de oposição comesçassem a articular o movimento.” (PILAGALLO, 2012, p.230).

Ao buscar, entre os anos 1983 e 1984, como os jornais usavam os termos “populismo” e “populista” em relação às *Diretas Já*, observamos uma situação interessante. O jornal *OESP*, em seus comentários sobre o movimento, não associou os protestos e comícios políticos com o populismo. O que chamou nossa atenção foi um

³ Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

editorial publicado na *FSP* sobre as manifestações que ocorreram em Belo Horizonte em 24 de fevereiro de 1984.

Este editorial merece destaque, pois foi o único que encontramos que correlacionava as *Diretas Já* com o populismo. Porém, ele destaca-se mais ainda por tentar diferenciar a manifestação do dia 24 dos grandes comícios que ocorriam no que ele chama de “período populista”. O editorial da *FSP* fala em um “salto de qualidade” ao referir-se às manifestações pelas *Diretas*. Esse salto de qualidade seria em relação aos grandes comícios de “Getúlio Vargas, Ademar de Barros, Leonel Brizola, Jânio Quadros e outras poucas figuras carismáticas que arrastaram multidões no Rio de Janeiro, São Paulo e mais meia dúzia, se tanto, de capitais estaduais.” (FOLHA, 1984, nº 86.93, p.2).

Na campanha pelas *Diretas*, ao contrário do que acontecia nesses comícios, segundo o jornal, destaca-se o “alto grau de organização e consciência política.”. Por essas características, as *Diretas* seriam diferentes dos comícios, pois estes partiam dos líderes populistas que cooptavam as pessoas convocadas. Outra diferença viria da amplitude da campanha, que se espalhou pelo país todo, ao invés de ficarem ligadas a líderes regionais.

Dessa forma, observamos a influência do apoio que a *FSP* deu às *Diretas Já*, pois preocupa-se em defender o que vinha acontecendo. Nesse caso, a defesa do movimento perpassava por sua diferenciação em relação aos “comícios populistas”, que seriam marcados por dirigismo e demagogia dos líderes. O jornal tenta demonstrar que era um movimento da sociedade, consciente politicamente sem qualquer dependência de lideranças políticas, ou seja, tenta dissociar das manifestações a ideia de que eram protestos cooptados e dirigidos. Em vista disso, ao aprovar a reivindicação feita pelos manifestantes, o jornal preocupa-se em diferenciar a campanha pelas *Diretas* de qualquer prática veiculada ao populismo, comprovando a ideia de que tal

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

categoria é usada como ferramenta de ataque no embate político, carregada de significados negativos e, também, símbolo de um passado político renegado pelo jornal, que deslegitima não só políticos, mas, também, manifestações populares.

Após a campanha pelas *Diretas*, temos mais um capítulo do complexo anos 1980 no Brasil. Durante o governo Sarney, em fevereiro de 1986, foi implantado no país o Plano Cruzado. A reforma monetária substituiu o antigo cruzeiro pelo cruzado, que tinha três zeros a menos que a velha moeda. Como medidas desse plano, foi estabelecido o congelamento de preços, tarifas e serviços, além do salário, que foi estabelecido por meio da média do poder de compra dos últimos seis meses. Sarney ganhou grande popularidade aumentando a possibilidade de consumo da população, junto do fenômeno “fiscal do Sarney”, em que pessoas com tabelas de preço fiscalizam os comércios buscando mercadorias com preços fora do tabelado.

A principal diferença na aplicação dos termos feita pelos jornais se dará a que ou a quem eles associam o populismo. Na *FSP*, as principais críticas serão à figura do presidente José Sarney, associando-o ao populismo por tentar se popularizar por medidas de governo. Ao comentar as ações do governo sobre a Previdência Social, o editorial critica o presidente por estar atrás de uma “popularidade fácil e ampliando benefícios na velha tradição do populismo” (FOLHA, 1987, nº 97.37, p.2) ao dizer que o governo teria recursos disponíveis para manter determinados benefícios ligados à Previdência. A ação do Sarney, que buscou ampliar benefícios relacionados à Previdência, é lida pelo jornal como sendo uma ação populista, na qual estaria usando benefícios sociais para angariar apoio da população ferindo a responsabilidade fiscal demandada pelo Plano.

Na leitura do jornal, a ação do presidente em manter benefícios sociais seria uma tentativa populista de aumentar sua popularidade, o que ameaçaria a estabilidade do

Plano ao aumentar os gastos públicos. Dessa forma, como aponta Fonseca (2005), o periódico aceitou as teses heterodoxas do Plano, como tabelamento e congelamento de preços, porém manteve-se sempre atento “ao equilíbrio entre *estabilidade e crescimento econômico*. Em outras palavras, vetou insistentemente o recurso à recessão como forma de estabilidade.” (FONSECA, 2005, p.164).

Com um comportamento diferente, *OESP* assume, num primeiro momento, um “apoio crítico” em relação ao presidente Sarney e ao Plano Cruzado. Em seus editoriais, defende a ortodoxia econômica, pregando austeridade a todo custo, como vemos neste trecho em que apresenta duas opções para o governo: “uma, de austeridade e retomada do desenvolvimento se e quando possível, outra, de alegado cunho social, inflacionária e populista.” (ESTADO, 1984, nº 33467, p.3).

Em outro editorial o jornal retorna a defender a austeridade econômica e critica a ideia de se adotar um populismo que “acaba ao fim e a cabo, favorecendo a inflação, mediante emissões que podem granjear popularidade durante algum tempo – curto aliás.” (ESTADO, 1985, nº 33776, p.3). Aqui, podemos observar o chamado “apoio crítico”, ou seja, “imediate e contínua realização de críticas, inicialmente muito comedidas e sempre ressaltadas como ‘construtivas’.” (FONSECA, 2011, p.317).

Porém, já mostrava discordâncias em relação ao Plano e à figura de Sarney, criticando antecipadamente possíveis medidas sociais que beneficiaram classes menos privilegiadas. Ao enxergar benefícios sociais como um perigo em relação às medidas econômicas ortodoxas que defendia, *OESP* associa essas ações ao populismo, que se torna sinônimo de um Estado com grandes gastos usados por um líder demagogo para angariar apoio.

Contudo, o apoio veio ao fim. Para Fonseca (2005, p.182-183), ao propor a

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

fiscalização dos preços congelados por populares e a utilização das forças armadas para confisco do gado, Sarney estava atacando a liberdade da iniciativa privada e a propriedade privada, indo contra a defesa do liberalismo que *OESP* sempre bradou. Podemos observar nesse momento de grande tensão um uso extensivo de termos relacionados ao populismo, passando a considerá-lo responsável pela falha do Plano Cruzado.

Em um editorial denominado *Militância liberal em 1987*, o jornal tece duras críticas ao governo dizendo que:

Ninguém negará que o ano de 1986 consagrou o estilo de governo do qual o País se havia desacostumado desde 1964: o populismo. Voltado para a realização da dita *opção pelos pobres*, à qual o presidente José Sarney parece dedicar toda sua atenção, o Executivo não hesitou em adotar providências que, despertando o entusiasmo e a esperança, abriram perspectivas inusitadas para os menos favorecidos pela fortuna. [...]. A lição do desencontro entre a vontade e a realidade não mudou o espírito – os alemães diriam *Geist* – com que se governa o Brasil e se pretende impor de cima para baixo reformas profundas, sem atentar para a economia de mercado e sem respeitar a lei. (ESTADO, 1987, nº 34308, p.3)

Vemos neste trecho que o populismo praticado por José Sarney se torna o grande responsável pelo insucesso das medidas governamentais. Ao escolher “os pobres” por meio do populismo, Sarney haveria deixado de lado pautas liberais como a economia de mercado, fazendo com que o jornal deixasse vir à tona sua defesa da hierarquia social junto, também, de sua intransigente defesa da austeridade e ortodoxia econômica que são contrárias às medidas de cunho social por parte do Estado.

Dessa forma, o populismo é usado como uma forma de criticar ações que mantenham ou estimulam gastos sociais feitos pelo Estado, gastos estes que seriam responsáveis por atrapalhar o funcionamento do Plano Cruzado. As escolhas econômicas de Sarney, que seria o grande responsável pelo fracasso do Plano, viriam

de um populismo que não deixou acontecer a melhoria na economia, segundo as diretrizes defendidas pelos jornais. Ou seja, ao não adotar ou adotar parcialmente a austeridade e o controle de gastos, as ações econômicas do governo são colocadas como populistas, pois estariam sendo feitas para “os pobres” numa tentativa de angariar apoio.

Tal situação acontecerá novamente na Constituinte, na qual os periódicos associam medidas sociais e estatizantes a um populismo demagógico praticado pelo governo e por políticos com o intuito de defender a economia liberal.

A Assembleia Nacional Constituinte foi iniciada no dia 1º de fevereiro de 1987, na qual, unidos unicamente, os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, desenvolveram a nova Constituição brasileira. A Constituinte, convocada em meio ao processo de transição democrática do país e superação da ditadura, era composta por 559 constituintes, e fazia parte de um compromisso assumido pelas forças políticas que chegaram ao poder em 1985. Em 5 de outubro de 1988, após intensos debates, conflitos, impasses e negociações, foi promulgada, em sessão solene, a sétima Constituição do Brasil.

Segundo Carlos Fico (2016) para críticos da Carta de 1988, a Constituição se tornou muito extensa e detalhista, por buscar atender inúmeras demandas sociais que vieram à tona após o regime militar. Mesmo assim, muitos avanços importantes tornaram-se norma constitucional, como: extensão de voto aos analfabetos, diminuição da carga horária de trabalho, criação do abono de férias, do seguro desemprego, da licença-paternidade e aumento da licença-maternidade, além de retomar direitos retirados pela ditadura militar como *habeas corpus*, proibição da censura, garantia de liberdade de expressão e outros. Sendo assim, direitos fundamentais voltaram a ser garantidos pela Constituição, porém, antes de ser

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

promulgada, o debate acerca do que deveria estar na Carta foi disputado, tendo a participação da imprensa que opinava sobre as ações dos constituintes.

A *FSP*, em um editorial com o título *O preço dos benefícios*, irá criticar os constituintes por não levarem em conta que mais benefícios trariam um custo à sociedade:

De fato, a ideia de que há sempre um preço a ser pago pela sociedade quando se criam determinados benefícios não parece encontrar a necessária reflexão no Congresso constituinte. Num país, como o Brasil, onde o Estado surge tradicionalmente como o grande provedor, o semideus que dissemina benesses ou as sonega, sem que se revelem as fontes e implicações reais de suas medidas, constitui, no mínimo, uma mistificação de seus custos sociais. (FOLHA, 1988, nº10.161, p.2).

Fica evidente que a *FSP* não coloca sobre a sociedade a culpa de possíveis problemas que o país viria a ter com mais direitos garantidos pela Constituição, essa culpa seria dos políticos e do Estado, que não refletem sobre tal situação, sendo essa atitude fruto “do populismo e da demagogia [que] poderia provocar desastres práticos” na sociedade.

Isso significa dizer que, vemos aqui um exemplo da *tese da perversidade*, no qual o jornal afirma que mais direitos trazem mais custos para a sociedade e problemas para a economia. De novo, ao fazer uma crítica liberal às ações que demandam maior participação do Estado na sociedade e na economia, o jornal associa essas práticas ao populismo e à demagogia.

OESP vai na mesma linha da *FSP*, porém com um linguajar beligerante e muitos mais incisivo em relação aos direitos sociais. O jornal afirma em editorial que “[...] as medidas ‘sociais’ aprovadas [...] surtirão efeito bastante maléfico, pernicioso, antes de tudo, para a classe operária. [...] o populismo é enganador.” (ESTADO, 1988, nº 34665, p.3), ou seja, o argumento oscila entre a *tese da perversidade* e a “enganadora” boa

intenção do populismo.

Neste caso o *OESP* usa o populismo como sendo o responsável por ludibriar a classe trabalhadora por meio da demagogia, usando da Constituição para garantir direitos aos trabalhadores e consequentemente conseguir o seu apoio em troca. Além disso, defende pautas liberalizantes em relação às medidas sociais, como a Previdência Social, afirmando que mais direitos podem causar mais problemas econômicos, como desemprego e não melhora da economia do país. Sendo assim, o jornal faz um uso instrumental e político do populismo para defender suas pautas em relação à Constituinte e atacar seus adversários.

Dessa forma, é possível observar como a *tese da perversidade* perpassa pelos argumentos dos jornais aqui estudados. Criticando novos direitos, colocando-os como responsáveis por possíveis crises que poderiam acontecer por causa de tais ganhos, os dois jornais apresentam esse problema para o leitor, porém responsabilizam os constituintes por praticarem populismo e sobrecarregar a nova Constituição com direitos sociais. Sendo assim, é possível afirmar que os debates em torno dos “direitos sociais” catalisaram a imprensa liberal aqui estudada a usarem o populismo como responsável por mais um problema político e não só isso, como uma ferramenta que permite diferenciar suas propostas das de seus adversários.

4. Populistas são os Outros

Vistos os casos aqui analisados, tornou-se possível propor certas conclusões. A primeira delas é a de que o uso geral do populismo pela *FSP* e pelo *OESP* não se propõe a discutir e analisar fenômenos políticos, sociais ou econômicos com profundidade. O uso do populismo feito pelos jornais é um uso político do termo, aplicando-o como uma arma de combate, estigmatizando adversários em todos os casos, pois é aplicado,

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

ao longo de todo o tempo e nos casos aqui analisados, como algo negativo.

Arma de luta manejada entre adversários políticos, o conceito é esvaziado em relação aos estudos dos anos 1950 e 1960 aqui apresentados. Essa forma de usar o populismo, faz com que ele se torne uma categoria elástica e polissêmica, que define Jânio Quadros e Leonel Brizola ao mesmo tempo, que serve para caracterizar medidas econômicas, manifestações populares e processos políticos, todos eles como populismo. Porém, uma categoria explicativa para definir tudo traz grandes problemas.

Como aponta Jorge Ferreira (2017), esse tipo de uso faz com que peculiaridades sejam desconhecidas e historicidades anuladas. Ignora tradições políticas brasileiras, como o trabalhismo petebista e o liberalismo udenista, dissolvendo-as e confundindo-as sob um mesmo rótulo: populismo.

De forma geral, a *FSP* e *OESP* fazem um uso instrumental e polissêmico do populismo em suas páginas. Aplicado, constata-se que o uso do populismo se dividiu em três situações: econômica, política e social. Na área econômica (Plano Cruzado e Constituinte), o populismo é associado a dirigentes e medidas governamentais que buscam maior participação do Estado na economia, mais direitos sociais e que, por meio dessas ações geram, segundo os jornais, falta de responsabilidade fiscal e a não adoção de medidas de austeridade na economia.

Em diferentes situações, ambos jornais defenderam pautas liberalizantes usando o populismo como sinônimo de todas as medidas contrárias a elas. As características associadas aos termos fazem referências a um passado em que líderes populistas eram responsáveis por ações de Estado, usando-o como provedor de investimentos na economia, além de implementações de direitos sociais. E aqui, podemos observar um uso político do passado, já que a maioria dessas referências são

associadas à figura de Getúlio Vargas e suas experiências ao ocupar o topo do poder político brasileiro.

Valendo-se de Getúlio Vargas, a *FSP* e, em maior grau e repetições, *OESP*, transformam Getúlio no sinônimo de todas as experiências negativas que devem ser esquecidas. Ele, ou melhor dizendo, seu “populismo getulista” ou “getulismo”, é identificado como um antimodelo para a política dos novos tempos. Por isso, vemos referências à volta dos populistas, ou à presença do passado no presente. Getúlio, na leitura dos jornais sobre a sua história política, é demagogo, manipulador e representante de políticas estatistas. A partir dessas características, os jornais colocam não só medidas econômicas, mas também estilos políticos sob a forma de práticas varguistas que aglutinadas tornam-se um populismo cheio de remendos.

Em relação à política, os jornais criticam políticos por meio da ideia de demagogia e de manipulação e dessa forma, qualquer medida popular ou social defendida ou adotada por um político é associada ao populismo. Leonel Brizola e Jânio Quadros, políticos antagônicos historicamente, são associados ao populismo sem quaisquer distinções. Já em relação ao social, as críticas seriam direcionadas à mobilização da sociedade pelos políticos. A interlocução direta sem mediações de partidos ou outras instituições, entre políticos e a sociedade, é vista como uma relação de manipulação. E essa associação é poderosa, tanto que a *FSP* dedica um editorial para diferenciar as *Diretas Já* dos grandes comícios do passado, que seriam, segundo o jornal, cooptados por líderes populistas.

Em específico, o uso do populismo varia em função da ideologia e pautas defendidas pelos jornais. Destacamos alguns casos como o da vitória de Jânio Quadros nas eleições para prefeitura de São Paulo em 1985 e as manifestações das *Diretas Já*, em que os jornais se posicionam de formas diferentes, o que os levam a fazer usos

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

diferentes do populismo. Dessa forma, o populismo é manipulado em função das ações do jornal, seguindo suas linhas ideológicas, tornando-se uma categoria conivente ao uso quando necessário.

Dessa forma, é inegável a amplitude que populismo tem na cultura política brasileira, mesmo que tenha problemas por essa popularidade, já que ao ser usado como uma categoria explicativa que abarca muitas coisas, não consegue dar conta das especificidades de cada caso. Sendo usado na imprensa, em embates políticos e na academia, o conceito ou a arma de embate é poderosa e estigmatizadora. Porém, vale a pena uma síntese: quem seriam os populistas? O que seria o populismo? Para os jornais aqui estudados, políticos e uma forma de política a ser negada e combatida, porém depende do lugar político em que o personagem que acusa se encontra. Em síntese, com excelentes palavras, Jorge Ferreira responde essas perguntas:

Para conservadores, populismo é o passado político brasileiro, são políticas públicas que garantam os direitos sociais do trabalhadores, são modelos de economia e de sociedade que, na Europa Ocidental, ficaram conhecidos como *Estado de Bem-Estar Social*; outros, talvez, diriam que populismo é aquele que, diante dos pobres, diz que ser rico é chato. O populista, portanto, é o adversário, o concorrente, o desafeto. O populista é o Outro. Trata-se de uma questão eminentemente política e, muito possivelmente, político partidária, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: o *meu* candidato, o *meu* partido, a *minha* proposta política não são populistas, mas o *teu* candidato, o *teu* partido e a *tua* proposta política, estes, sim, são populistas. Populista é sempre o Outro, nunca o Mesmo. (FERREIRA, 2017, p.124).

Fontes

Folha de São Paulo. Disponível em: < <https://acervo.folha.com.br/index.do>>.

Jornal *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 de novembro de 1978, Nº 67.78

Jornal *Folha de São Paulo*. São Paulo, 03 de junho de 1979, Nº 69.65

Jornal *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 de setembro de 1979, Nº 70.64

Epígrafe, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 163-193, 2021

Jornal *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25 de fevereiro de 1984, Nº 86.93

Jornal *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 de novembro de 1985, Nº 93.26

Jornal *Folha de São Paulo*. São Paulo, 04 de janeiro de 1987, Nº 97.37

Jornal *Folha de São Paulo*. São Paulo, 03 de março de 1988, Nº 10.161

O Estado de São Paulo. Disponível em: < <https://acervo.estadao.com.br>>.

Jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 09 de setembro de 1979, Nº 32052

Jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 de abril de 1984, Nº 33467

Jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 de abril de 1985, Nº 34308

Jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 04 de agosto de 1985, Nº 33873

Jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 17 de novembro de 1985, Nº 33963

Jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20 de novembro de 1985, Nº 33965

Jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 12 de outubro de 1986, Nº 34240

Jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 01 de janeiro de 1987, Nº 34308

Jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 01 de março de 1979, Nº 34665

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victoria de M. O governo Jânio Quadros. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

_____. O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. O Bravo Matutino. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

_____. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984). Petrópolis, Vozes, 1984.

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

_____.; *et al.* Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo: Publifolha, 2003.

_____. Mídia e Populismo/Populismo e Mídia. In: Revista Contracampo, v.28, n.3, dez-mar, ano 2013. Niteroi: Cantracampo, 2013. p. 52-72.

_____. Multidões em cena: propagando política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Revista de Sociologia Política. 2005, n.25, p. 83-106.

_____. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. História Questões e Debates. Curitiba, v. 40, p. 7-30, 2004.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____.; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). O Brasil republicano, 4: o tempo da ditadura. Ditadura militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado (Orgs.). O Brasil Republicano, 5: O tempo da Nova República – Da transição democrática a crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____.; GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

_____. História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2016.

FONSECA, Francisco. O Consenso Forjado: A grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. Liberalismo autoritário: discurso liberal e a práxis autoritária na imprensa brasileira. São Paulo: Hucitec, 2011.

GASPARI, Elio. 5. A Ditadura Acabada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória do conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

IANNI, Octavio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 83-134.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. História da Folha de São Paulo: 1921-1981. São Paulo: Imprensa, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Ditadura militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto. 2017.

_____. A imprensa e a construção da memória da ditadura militar brasileiro (1965-1985). Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. O Plano Cruzado: balanço e perspectivas. In Lua Nova, vol. 3, n. 3. São Paulo, março de 1987.

PILAGALLO, Oscar. História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil. Do golpe de 1964 a Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Quem são os populistas? O uso do populismo como arma política na grande imprensa paulista durante os anos 80

WEFFORT, Francisco Corrêa. O Populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Jornais são partidos? In Revista Lua Nova, vol.1, nº 2, jul/set 1984.

Falta alguém em Nuremberg: uma representação liberal de Vargas e do Estado Novo no pós-45¹

Julia Nogueira Zon*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p194-217

Resumo: Este artigo objetiva analisar o modo como foi representado o Estado Novo e Getúlio Vargas pelos setores liberais no período que compreende a segunda metade da década de 1940 no Brasil, tomando por fonte o livro *Falta Alguém em Nuremberg* (1947), do jornalista David Nasser. Considerando que as representações políticas dificilmente constituem discursos imparciais, a análise busca atentar para os interesses que guiaram essas representações dentro de um contexto histórico marcado pelo processo de redemocratização, organização dos partidos políticos e emergência da classe trabalhadora no cenário político nacional. Partimos da proposta de apresentar de forma sucinta o debate historiográfico acerca do Estado Novo que serviu de guia para a realização do artigo. Dentro dessa perspectiva, investigamos como a representação negativa de Vargas dialogava com os novos interesses que se manifestavam pelos sujeitos e grupos políticos emergentes, uma vez que, com a democratização, a disputa partidária não podia ignorar o peso e a influência política que Vargas ainda exercia.

Palavras-chave: Estado Novo, Liberais, Nasser, Representações, Vargas.

¹ Este artigo foi resultado da pesquisa de Iniciação Científica intitulada *Estado Novo: uma análise das representações do regime e de Getúlio Vargas*, financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação do Prof. Dr. Marcos Francisco Napolitano de Eugênio, professor de História do Brasil Independente II da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

* Graduanda em História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Contato: julianogueirazon@gmail.com.

Estado Novo, revisão da literatura e novas perspectivas

O Estado Novo (1937-1945) ganhou ênfase nas pesquisas acadêmicas a partir do movimento de compreensão do golpe de 1964, que colocou a necessidade do estudo do autoritarismo brasileiro em suas origens (CAPELATO, 2009, p. 26-27). A historiografia clássica que se debruçou sobre o regime estadonovista se baseou em modelos interpretativos fundamentados no conceito de populismo e no seu pressuposto principal, a saber: a manipulação das massas. Esses estudos começaram a ser questionados a partir da década de 1980 com a divulgação de trabalhos que passaram a revisar o governo Vargas a partir de outros prismas. Nesse sentido, o presente artigo é original em sua proposta na medida em que visa abarcar a Era Vargas na perspectiva de suas representações políticas no pós-45, apresentando, a partir da análise da obra *Falta Alguém em Nuremberg* (1947) de autoria do jornalista David Nasser, o momento de gênese de uma memória negativa acerca do varguismo, construída pela oposição liberal – agrupada na União Democrática Nacional (UDN) – pouco tempo depois da queda da ditadura.

Com o fim do regime militar de 64, as eleições diretas e a reorganização dos sindicatos e grupos políticos reacenderam o debate dos estudiosos em torno da abordagem política. Por conseguinte, a discussão sobre o populismo foi retomada nas discussões acadêmicas. É importante ressaltar que o conceito guarda relação direta com os estudos sobre o varguismo, uma vez que foi amplamente utilizado para elucidar o apoio da classe trabalhadora a Vargas e outros políticos trabalhistas entre os anos 1945 e 1964. Essas explicações normalmente traziam a ideia de que os regimes populistas conseguiram manipular e subordinar as massas através do desenvolvimento de uma eficiente máquina propagandística e do uso da ação policial como forma de coerção.

Segundo Carlo Romani, a historiografia da década de 1950-80 procurou explicar a modernização da sociedade brasileira como uma herança política do governo Vargas. Epígrafe, São Paulo, v. 10, n. 1, pp.194-217, 2021

A base da interpretação estaria em mostrar como o populismo impossibilitou os trabalhadores de se firmarem como sujeitos ativos na sociedade, fato que elucidaria a incapacidade de defesa do povo contra o golpe de 64 (ROMANI, 2015, p. 221). Predominante na historiografia brasileira até então, essa abordagem passou a ser objeto de revisão a partir da década de 1980, quando surgiram pesquisas que repensaram a relação entre camadas populares e Estado/líder no varguismo.

Um dos estudos mais exemplares dessa nova abordagem foi realizado por Ângela de Castro Gomes em sua obra *A invenção do trabalhismo* (1994). Neste trabalho, a autora teve como objetivo principal estudar o processo histórico envolvido na constituição da classe trabalhadora em ator político no Brasil, tendo como base a relação entre trabalhadores e Estado no período do Estado Novo.

Gomes recusa o uso do conceito de populismo, uma vez que ele pressupõe um processo de manipulação no qual o povo, destituído de consciência de classe, aparecia como objeto passivo diante da ação do Estado e não como ator político dotado de capacidade de escolha e participação (GOMES, 2001, p. 46). Desse modo, em substituição a chave explicativa do populismo, a autora propõe a utilização da expressão “pacto trabalhista”:

A ideia de pacto procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numericamente. A lógica deste pacto, cuja efetivação estava sendo datada, precisava ser entendida numa perspectiva temporal muito mais ampla, que conectava o período do pré e do pós-30 e as experiências aí vivenciadas pela classe trabalhadora e pelo Estado. Neste aspecto particular, o trabalho procurava se contrapor a uma forte interpretação que explicava o sucesso populista como o resultado de um cálculo utilitário em que ganhos materiais eram trocados por obediência política, claramente referida à dimensão da manipulação. (GOMES, 2001, p. 47-48)

Falta alguém em Nuremberg

Assim, segundo Gomes, durante o regime estadonovista, a relação entre governante e governados se deu através da “ideologia da outorga”. Essa relação era mediada pela legislação social e baseava-se no pressuposto de doação. Os benefícios sociais eram apresentados à classe trabalhadora como um presente outorgado pela figura “generosa” do governante. Todavia, a legislação trabalhista não era uma caridade, pois pressupunha, dentro da relação de doação, o dever de dar e a obrigação de receber e retribuir, isto é, era dever do governante conceder ao povo a legislação trabalhista, assim como era obrigação do povo recebê-la – uma vez que lhe era um direito –, mas também retribuí-la. Por sua vez, essa retribuição viria sob a forma de obediência: não retribuir significava quebrar com a lógica da doação (GOMES, 1994, p. 210-212). Para tanto, ao trazer a ideia de pacto trabalhista, Gomes chamou atenção para a lógica simbólica, e não somente material, que guiava a relação entre classe trabalhadora e Estado.

O trabalho de Gomes foi significativo pois trouxe novas perspectivas de análise sobre temas que abrangem a classe trabalhadora, os sindicatos, o corporativismo e os movimentos sociais. A noção de “pacto trabalhista” e “ideologia da outorga” foram algumas das contribuições da autora ao debate historiográfico que abriram caminho para uma nova forma de se pensar a relação povo-Vargas, o papel desempenhado pelo Estado e o protagonismo dos trabalhadores. À vista disso, surgem pesquisas que problematizam a ideia da passividade das classes populares após e durante o Estado Novo, como, por exemplo, a obra *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular* (1997) do historiador Jorge Ferreira, cujo foco é direcionado para as camadas subalternas que tiveram seu protagonismo retirado e ocultado pela historiografia clássica centrada nos anos 1930-45.

Apesar de não negar a importância desempenhada pela propaganda política e pela repressão no regime varguista, Ferreira confronta e critica os estudos tradicionais

que tomaram apenas o papel dessas duas variáveis para explicar o apoio dos trabalhadores a Vargas. Para o autor, “não há propaganda que transforme um personagem em líder político, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciam” (FERREIRA, 1997, p. 16), isto é, apesar da propaganda estatal ter sido utilizada de forma intensiva, Ferreira defende que não se pode minimizar o impacto que as leis sociais tiveram entre os trabalhadores e para a manutenção de Vargas no poder.

Procurando evidenciar como se processou a relação entre povo e presidente, o autor mostra que “o apoio que os populares manifestaram a Vargas não correspondia ao apoio que Vargas esperava deles” (FERREIRA, 1997, p. 54). Uma vez que dentro da lógica simbólica, as classes populares receberam, ressignificaram e se apropriaram do discurso estadonovista em benefício próprio, criando estratégias e realizando escolhas.

Em outro texto, intitulado *A democratização de 1945 e o movimento queremista* (2003), Ferreira estende sua análise para o processo de redemocratização brasileira. Seguindo a tese formulada em trabalho anterior, o autor rejeita a abordagem que analisa o movimento queremista ao longo do ano de 1945 como decorrência de uma política populista. De acordo com Ferreira, os trabalhadores viam na figura de Vargas o único capaz de preservar a legislação social, logo, ao participarem do movimento queremista e exigirem a Constituinte com Getúlio, as camadas populares estariam fazendo uma escolha que visava à manutenção dos seus direitos. Em outras palavras, a adesão dos trabalhadores ao queremismo teria sido fruto não da manipulação, mas sim de uma escolha. Nesse sentido, o autor defende que em virtude do movimento queremista os trabalhadores surgem no cenário político com consciência de seus interesses e vontade política. Assim, Jorge Ferreira empreende um estudo que atribui protagonismo às classes populares durante e pós-Estado Novo.

Falta alguém em Nuremberg

Como já foi mencionado, a repressão e a propaganda política foram as principais chaves explicativas utilizadas pela historiografia tradicional para interpretar o sucesso do regime estadonovista e a adesão das massas ao projeto autoritário. Entretanto, é importante ressaltar que as pesquisas referentes à violência política empreendida pelo Estado varguista só foram iniciadas de forma incisiva a partir do processo de redemocratização brasileira na década de 1980. Como lembra Carlo Romani, um fator relevante para o surgimento desses trabalhos foi a abertura dos arquivos da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) na década de 1990, que permitiu aos pesquisadores analisarem o modo de funcionamento do aparato repressivo no país (ROMANI, 2015, p. 213-214).

Em diálogo com o debate que põe em evidência o autoritarismo do Estado Novo, Maria Helena Capelato em *Multidões em cena* (2009), promove um estudo comparado da propaganda política no varguismo e no peronismo com a proposta de compreender a natureza dos dois regimes. Capelato adentra o terreno do simbólico e do imaginário popular para mostrar como a propaganda, ao interferir no campo da cultura, política e educação, pretendia manipular os sentimentos da sociedade. Todavia, é importante frisar que a autora não superestima o papel da propaganda como instrumento de manipulação e alienação das massas nos regimes ditos populistas. Pelo contrário, Capelato discorre que a propaganda política foi um dentre vários instrumentos utilizados e adaptados pelos regimes autoritários conforme suas próprias realidades. À vista disso, a autora não trabalha com o conceito de populismo, uma vez que entende que “os modelos e as tipologias construídos para explicar o populismo na América Latina não levaram devidamente em conta as particularidades nacionais nem as especificidades conjunturais” (CAPELATO, 2009, p. 23).

Mesmo evidenciando que o varguismo e o peronismo sofreram fortes influências do nazifascismo europeu – sobretudo no que se refere à montagem do sistema propagandístico –, Capelato deixa claro que esses regimes não podem ser tomados como fenômenos essencialmente fascistas. Ao adentrar nessa discussão, a autora se contrapõe a uma corrente de autores que durante os anos 1980 interpretaram os governos de Vargas e Perón à luz do totalitarismo. Utilizando como base o trabalho de Roberto Romano, Capelato defende que não existiram regimes totalitários na América Latina e que “[...] até os casos mais conspícuos de regimes autoritários dos anos 30-40, o argentino e o brasileiro, não se mostram adequados ao conceito”, dado que “apenas em níveis ideais, propagandísticos ou em tentativas isoladas, pode-se falar em totalitarismo” (CAPELATO, 2009, p. 35).

Por outro lado, dentre as pesquisas que privilegiaram o tema da repressão e violência no Estado varguista está a obra *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas* (1994) de Elizabeth Cancelli, que realizou um estudo sobre o aparato policial do Estado Novo. A autora parte da ideia de que o regime inaugurado a partir de 1930 fundamentou-se na “busca de uma identidade nacional”, “na manipulação dos sentimentos” e na “brutalidade do totalitarismo” para impulsionar as massas (CANCELLI, 1994, p. 5). Cancelli destaca que o Estado foi marcado por duas facetas: a normativa e a prerrogativa, a primeira se processaria conforme as normas legais, enquanto a segunda seria representada pelos círculos policiais numa esfera à margem da lei. Dessa forma, sua argumentação procura demonstrar que o Estado varguista foi um regime totalitário que utilizou a repressão e a violência como formas de legitimar e exercer o poder. Segundo Cancelli, a polícia foi um dos principais sustentáculos do regime e de seu líder, uma vez que, ao instaurar o terror, a instabilidade e a perseguição sistemática aos opositores políticos, permitiu a consolidação do projeto totalitário:

Falta alguém em Nuremberg

A polícia não era nada menos do que o elemento que fundamentava o poder de Vargas, porque mantinha o terror nas ruas, fazia com que a sociedade como um todo se sentisse impotente. Escolhia os novos inimigos a serem perseguidos e seguia, às cegas, às diretrizes impostas por Getúlio Vargas quanto aos caminhos a serem seguidos pela nação. (CANCELLI, 1994, p. 215)

Ao analisar o funcionamento do aparato policial estadonovista e expor a arbitrariedade e a violência que guiaram as ações do Estado no período, a pesquisa de Cancelli confronta a própria imagem positiva que o regime procurou construir para si. Assim, a autora chama atenção para uma face do Estado Novo pouco conhecida e explorada pela historiografia até então. Entretanto, seu trabalho foi criticado por Jorge Ferreira que, como referido anteriormente, discorda da interpretação historiográfica tradicional focada na repressão e na propaganda política para justificar o apoio das classes populares ao regime e a Vargas. Nesse sentido, contrapondo-se à Cancelli, Ferreira parte de uma abordagem histórica a fim de reconstituir a vida cotidiana dos presos políticos de forma a expor suas estratégias de sobrevivência dentro dos sistemas penitenciário e carcerário. A partir desse estudo, Ferreira mostra que é possível perceber uma série de contradições internas no aparato repressivo do Estado que sugerem que “mesmo em sua dimensão mais tenebrosa, o regime político não foi coeso, unificado e muito menos ‘total’” (FERREIRA, 1997, p. 92-93), como afirma Cancelli na sua análise.

Ainda de acordo com Jorge Ferreira, a arbitrariedade e a violência praticadas pelo regime ficaram reservadas quase que exclusivamente à ação da polícia sob chefia de Filinto Müller, não havendo qualquer menção, por parte do autor, a Vargas ou ao fato da polícia estar sob supervisão do Presidente da República. Indiretamente, a culpa é atribuída a Müller e não ao chefe do Estado Novo:

Nesse âmbito, o poder, particularmente do Ministério da Justiça e do Judiciário, não exercia qualquer controle. Até mesmo em assuntos que estavam sob a responsabilidade exclusiva dos médicos e burocratas do Ministério da Justiça, Fi-

linto Müller, de maneira autoritária e arbitrária, interferia sem maiores explicações. [...] Assim, decisões arbitrárias, prisões sem mandado judicial, torturas e assassinatos eram praticados pelo grupo de Filinto Müller sem maiores controles ou cerceamentos. (FERREIRA, 1997, p. 120-121)

Por outro lado, Cancelli deixa explícito que Filinto Müller respondia diretamente às ordens dadas por Vargas. Ao analisar a documentação do período, a autora assinala, por exemplo, que em determinado episódio Müller escreveu ao chefe do Estado Novo “[...] a respeito da detenção de presos políticos sem processo formal que ‘somente ao presidente da República devo dar conta de meus atos no exercício do cargo com que sua confiança me honrou’” (CANCELLI, 1994, p. 51). Dessa forma, Cancelli ressalta como a figura de Vargas foi poupada de quaisquer responsabilidades sobre os crimes cometidos durante o seu primeiro governo:

A ação policial caminhava como se fosse um poder independente, paralelo e despersonificado. A repressão e o sofrimento não eram atribuídos ao presidente ou ao chefe de polícia. Brotavam como fruto de uma ação impessoal, como algo que acontecesse por si, à revelia de qualquer fato ou vontade. (CANCELLI, 1994, p. 194)

O modo como Vargas e o Estado Novo foram representados pela historiografia brasileira também foi alvo de debate no meio acadêmico. Em um ensaio intitulado *A ditadura tolerada* (2015) Carlo Romani faz um balanço das revisões historiográficas que tratam da Era Vargas. O principal ponto do autor é criticar a persistência de uma memória positiva do varguismo, sobretudo quando associado ao trabalhismo, nas pesquisas acadêmicas, mesmo tendo em vista os crimes políticos cometidos pelo regime e o legado policial repressivo deixado:

A herança das formas de tutela política autoritária, policial, corporativista, populista, trabalhista, mística, qualquer termo que se queira usar, herança que ainda persiste, é tão danosa à construção da mais ampla democracia quanto a do antigo clientelismo e mandonismo dos potentados regionais pré-30 contra

Falta alguém em Nuremberg

os quais se insurgiram os modernizadores da nação. Uma herança que se projetou firmemente durante os anos seguintes ao suicídio de Vargas, manteve-se nos porões da ditadura de 64, assentada no legado pernicioso da polícia política, e seguiu, após seu término, deixando resquícios difíceis de serem erradicados. (ROMANI, 2015, p. 200)

Romani defende que as pesquisas acadêmicas, na medida em que insistem na preservação de uma imagem favorável a Vargas – fundamentada nas políticas trabalhistas de seu governo –, acabam contribuindo para legitimar no senso comum o legado positivo do varguismo ao invés de questioná-lo e desconstruí-lo. Logo, o autor não enxerga como esses estudos, que ocultam a repressão, a violência e a arbitrariedade do Estado Novo, poderiam contribuir para o aprofundamento da democracia no país (ROMANI, 2015, p. 228).

Este primeiro tópico do artigo procurou apresentar o debate historiográfico em torno do Estado Novo a partir das produções iniciadas na década de 80, mostrando que a contestação dos modelos teóricos erigidos em torno do populismo abriu caminho para novas problematizações. Assim, ganharam espaço abordagens que identificavam na classe trabalhadora um sujeito ativo, o que fez com que os vínculos entre camadas populares e Estado/Líder fossem revistos e ressignificados. Da mesma forma, em última análise, colocou-se em discussão a representação – ora positiva, calcada na legislação trabalhista, ora negativa, lembrando o autoritarismo do governo – que a historiografia passou a cunhar do regime estadonovista e de Vargas.

Essas representações também se deram por parte dos atores históricos e remontam ao período final do Estado Novo, quando assistimos a um esforço da oposição política em confrontar a imagem positiva que o regime estadonovista procurou difundir para si. Nesse caso, como procuraremos mostrar, tais representações carregavam os

interesses dos grupos e/ou indivíduos que as elaboraram em meio a um contexto específico. Isto posto, no interior do debate historiográfico apresentado, o presente artigo se insere na perspectiva de análise das representações políticas, flertando com o campo de estudo dos imaginários sociais. A novidade consiste no fato de que a abordagem aqui pretendida diz respeito ao período pós-45, isto é, quando a oposição varguista encontrou espaço para delinear sua imagem do ditador deposto, de forma que, em uma perspectiva mais ampla, podemos encarar esse momento como a gênese de uma memória varguista em chave negativa, levando em consideração a fonte escolhida para análise – no caso, a obra *Falta Alguém em Nuremberg* (1947) do jornalista David Nasser.

Considerações acerca do conceito de representação

Alinhado com o que foi exposto, faz-se necessário uma breve apresentação do conceito utilizado na análise, isto é, o conceito de representação segundo o historiador Roger Chartier. De acordo com esse autor, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17). Chartier aponta que as representações aspiram à universalidade e são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, o que faz necessário o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Assim, as representações não constituem discursos neutros, mas tendem a impor autoridade perante outros, a legitimar um projeto reformador e até a justificar escolhas e posicionamentos. As representações estariam, então, inseridas em um campo de disputa, no qual determinados grupos tentam impor a sua concepção do mundo social (CHARTIER, 1990, p. 17).

Falta alguém em Nuremberg

Tendo isso em vista, ao trabalhar com o conceito de representação, o presente artigo pretende expor, através da análise do livro *Falta Alguém em Nuremberg* (1947) de David Nasser, como a imagem negativa de Vargas e do regime estadonovista foi sendo mobilizada e construída para atender aos interesses de um grupo – os liberais agrupados na UDN – que almejava conquistar o poder político no processo de democratização. Contudo, antes de partirmos para a compreensão da fonte propriamente dita, é indispensável apresentar o contexto no qual a UDN emerge e suas principais pautas de defesa.

Os liberais pós-Estado Novo

Os primeiros anos da década de 1940 foram de intensa mobilização por parte de setores nacionais que exigiam o fim do Estado Novo e a retomada das instituições democráticas. Dentro desse contexto está inserido o “Manifesto dos Mineiros”, publicado em 1943. Esse documento foi a primeira manifestação organizada e assinada por membros das elites liberais contra a ditadura e tinha como motivação o desejo desse grupo em retomar o protagonismo da luta pela democratização (BENEVIDES, 1981, p. 34-35). A partir do Manifesto, outras declarações similares começaram a vir a público, intensificando o movimento contrário ao regime de 37.

A fundação da União Democrática Nacional (UDN) em 7 de abril de 1945 foi resultado dessa atividade da oposição. Constituída com o objetivo de acelerar a queda de Vargas, a UDN reuniu diferentes setores da sociedade brasileira. Segundo a historiadora Maria Victoria Benevides, cinco categorias compunham seu elenco no período inicial, a saber: a) as oligarquias destronadas com a Revolução de 30; b) os antigos aliados de Vargas, marginalizados depois dos eventos de 1935 e 1937; c) os que participaram do Estado Novo, mas se afastaram antes de 1945; d) os grupos liberais com forte identificação regional; e) e as esquerdas, como os socialistas da Esquerda Democrática,

os comunistas que não seguiram a diretriz oficial do partido e os estudantes recém-egressos da Faculdade de Direito de São Paulo (BENEVIDES, 1981, p. 29-31).

De acordo com a autora, o quadro histórico foi de suma importância para essa conformação política, posto que “[...] somente a conjuntura especial de fins de 1944 e começos de 1945, fruto da galopante desagregação das forças estadonovistas [...] poderia proporcionar a união de elementos tão diversos, quando não antagônicos” (BENEVIDES, 1981, p. 24). Entretanto, essa união não durou muito tempo e, ainda no ano de 1945, alguns grupos que participavam da UDN optaram pelo seu desligamento. No caso dos liberais que compunham o partido, sua reação ao Estado Novo era pautada por propostas de cunho liberal ao mesmo tempo em que guardava resquícios reacionários:

[...] trata-se de voltar à Constituição de 34, resgatar o idealismo dos tenentes (o “saneamento moral da vida política”), os ideais autênticos da Revolução de 30, “traída por Getúlio Vargas”. A ambiguidade se revela: progressista, enquanto inimiga do estado fascista; reacionária enquanto seduzida no saudosismo histórico. Em outros termos, a UDN é *progressista no que se opõe, reacionária no que propõe*. Diante de Getúlio e o Estado Novo – considerados “um desvio” da História – o udenista reage como se fosse possível voltar a 1930 e tudo recomeçar, numa restauração política e... moral. (BENEVIDES, 1981, p. 250, grifo do autor)

Contudo, Benevides chama atenção para o fato de que na UDN “a ética dos fins últimos termina por prevalecer, na *crença de que um regime autoritário será transitório e necessário para a realização da democracia*” (BENEVIDES, 1981, p. 255, grifo do autor). Tal concepção – aliada ao anticomunismo e à defesa da ordem social – explicaria o fato de alguns setores liberais terem despendido apoio ao governo Vargas.

Oficializada a candidatura udenista do brigadeiro Eduardo Gomes para concorrer à presidência da República nas eleições de 45, a campanha mobilizou setores da classe média, intelectuais e Forças Armadas, mas não chegou a alcançar os trabalhado-

Falta alguém em Nuremberg

res (BENEVIDES, 1981, p. 45). Aproveitando o episódio da marmita, a oposição quemista encabeçou uma intensa campanha contra o brigadeiro, que passou a ser identificado como o candidato dos grã-finos. Por outro lado, a imprensa liberal aderiu em peso ao candidato da UDN:

A campanha do Brigadeiro foi intensamente acompanhada pela imprensa à qual se deve, sem dúvida, a construção de uma imagem altamente positiva e, sobretudo, de um clima otimista em relação à vitória nas eleições. Em São Paulo, o jornal *O Estado de S. Paulo*, no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e o *Diário Carioca*, principalmente, reproduziam os discursos do Brigadeiro pelas cidades; os Diários Associados patrocinaram a campanha no país inteiro. (BENEVIDES, 1981, p. 46)

O antigetulismo e a postura acusatória da UDN se acentuaram consideravelmente a partir de 1952, girando em torno de três grandes temas: a desgraça do país com o retorno de Vargas à presidência, a partir da insistência na lembrança do Estado Novo; as denúncias de corrupção administrativa; e a necessidade de uma intervenção militar (BENEVIDES, 1981, p. 84). Dessa forma, mesmo com o fim da ditadura de 37, os udenistas continuaram liderando a oposição a Vargas e aos demais políticos trabalhistas nos anos posteriores a 1945. Como afirma Benevides, *"a reação a alguma coisa, a rejeição do getulismo, torna-se a fixação udenista e o corolário de seu liberalismo"* (BENEVIDES, 1981, p. 250, grifo do autor).

Entre as características desse liberalismo, vale ressaltar o seu profundo caráter burguês – sem a real participação das camadas populares –, somado à defesa da economia de mercado, da propriedade privada e dos direitos individuais. Todavia, o liberalismo político udenista entra em contradição na medida em que há um apelo recorrente à intervenção militar como alternativa de ação política e a imposição de limites à participação política popular (BENEVIDES, 1981, p. 247-249).

Para tanto, o udenismo atuou em defesa do liberalismo e em oposição aos governos ditos populistas. Em geral, os liberais agrupados nesse partido procuraram,

através de uma representação negativa de Vargas, construir um novo imaginário social que rivalizava com a imagem produzida e difundida, durante os anos do regime, de uma sociedade harmônica e justa e de um chefe de Estado clarividente. Como veremos adiante, esse grupo passou a cunhar um novo quadro de imagens para os anos em que Getúlio esteve no poder: o período passava a ser classificado como uma ditadura atrelada ao fascismo, na qual predominou o cerceamento das liberdades e a tirania. Isto posto, tomando como fonte o livro *Falta Alguém em Nuremberg* (1947) de Nasser, procuraremos demonstrar como essa representação foi feita e de que forma ela atendia aos interesses dos liberais associados à UDN.

Falta Alguém em Nuremberg

A obra *Falta Alguém em Nuremberg: torturas da polícia de Filinto Strubling Müller* foi escrita pelo jornalista David Nasser e publicada em 1947. Nasser foi um dos mais importantes e conhecidos jornalistas brasileiros dos anos 1950 e sua trajetória profissional esteve associada à revista semanal *O Cruzeiro*, da qual fez parte de 1943 a 1974 (CARVALHO, 2001). Sempre elogiado pela sua habilidade de escrita, era conhecido por produzir reportagens polêmicas, sensacionalistas e sem compromisso com a veracidade das informações. Dono de um posicionamento político profundamente conservador, Nasser foi um ferrenho crítico de Vargas e dos trabalhistas, encabeçando duras denúncias contra o ditador a partir do fim do Estado Novo. Entretanto, anos mais tarde, participaria ativamente do golpe civil-militar de 1964. De acordo com Letícia Nunes de Moraes, o jornalista “apoiou o regime militar em todas as suas etapas, mesmo nos períodos de maior violência repressiva, sempre fazendo coro com o discurso dos presidentes militares” (MORAES, 2011, p. 81).

Dividido em vinte capítulos, o livro foi resultado de uma série de reportagens escritas por Nasser para a revista de Chateaubriand no decorrer dos anos 1946-47,

Falta alguém em Nuremberg

denunciando os crimes cometidos pelos aparatos policial e institucional varguistas entre os anos 1930-45. A obra *Falta Alguém em Nuremberg* vem dar continuidade a esse trabalho trazendo um compilado dessas reportagens com outras de caráter inédito. As acusações do jornalista giravam em torno de dois personagens, peças chave no seu livro-reportagem, a saber: Getúlio Vargas e Filinto Müller.

Como o conteúdo do livro é extenso, concederemos destaque a alguns pontos que demonstram o movimento que o autor fez para construir uma imagem negativa de Vargas e de seu governo. Já no prefácio da obra, o jornalista se mostrou bem firme no teor de suas acusações: “as atrocidades praticadas no Brasil pela polícia política do Capitão Filinto Strubling Müller excederam, em alguns pontos, as torturas infligidas pela Gestapo aos judeus, antinazistas e prisioneiros aliados” (NASSER, 1966, p. 5). Segundo o historiador Ernesto Bohoslavsky, a identificação da UDN com os ideais democráticos “[...] foi exercida como uma característica central de suas propostas político-eleitorais e de sua autoimagem” (BOHOSLAVSKY, 2013, p. 80, tradução nossa). Se por um lado, a oposição construía sua imagem associada à defesa da democracia, por outro, o regime varguista passava a ser identificado com o nazifascismo europeu. Não por acaso, Nasser utilizou a associação entre o Estado Novo e a Alemanha nazista como uma estratégia discursiva em *Falta Alguém em Nuremberg*.

Apesar de Filinto Müller ganhar destaque na obra em função das diversas acusações de tortura e prisões arbitrárias a ele imputadas durante o período em que ocupou a chefia da polícia do Distrito Federal, Nasser “julga-o, porém, o segundo grande responsável pelos crimes praticados sob sua direta orientação” (NASSER, 1966, p. 6). De acordo com o jornalista, “o primeiro grande culpado, a seu ver, é o Sr. Getúlio Vargas, que poderá fugir a todos os julgamentos atuais, mas não escapará ao implacável, justo e sereno veredicto da História” e “logo que os fatos se coloquem dentro da pers-

pectiva de análise, ele será apontado no Brasil como o maior assassino dentre os assassinos que viveram no tempo de sua vida” (NASSER, 1966, p. 6). Ao reescrever a história dos anos 1930-45, Nasser criou uma representação de Vargas como a personificação do mal. Assim, veremos que a escolha dos fatos que compõem a obra também foi pensada para reforçar essa imagem.

Falta Alguém em Nuremberg apresenta, em uma narrativa de ordem cronológica, os acontecimentos a partir da Revolução de 1930. Nesse âmbito, o autor pontuou que apesar de Vargas ter transmitido no começo do governo certa brandura em relação à oposição política, esse posicionamento não durou muito tempo e logo se iniciaram uma série de prisões arbitrárias no país. De acordo com ele, a partir daí “começava uma era de monstruosidade” (NASSER, 1966, p. 9). Apesar dessa breve introdução, Nasser não se deteve em uma análise profunda acerca das mudanças que a sociedade brasileira passou nesses quinze anos, de forma que os avanços sociais são completamente omitidos e ignorados, uma vez que poderiam colocar em xeque seu objetivo de deslegitimar o varguismo. Para tanto, qualquer menção à legislação trabalhista ou à ligação entre Vargas e as classes trabalhadoras foi completamente ocultada da obra. Segundo Benevides:

Getúlio enfrentou problemas que um liberal moderno não poderia ignorar; a resistência udenista em admitir a participação política das classes populares, a omissão nos debates sobre as questões trabalhistas, será típica do pensamento liberal clássico e elitista, que se refletirá também, no irrealismo político da UDN, ao opor o formalismo legal aos direitos sociais (greves, ampliação da cidadania política), e à modernização da intervenção do Estado. (BENEVIDES, 1981, p. 250)

No decorrer de sua exposição, Nasser privilegiou e enfatizou a face autoritária do regime, sendo esta a principal temática explorada no decorrer das páginas. O tom de denúncia é constante: “O número de presos aumentava dia a dia. Levas e levar tomavam o rumo da Colônia, espécie de campo de concentração da pior espécie” (NASSER, 1966, p. 11). Ainda segundo o jornalista, “exemplos da Itália, da Alemanha e de Portugal pareciam agradar ao detentor do Poder. O Brasil estava às vésperas de uma ditadura” (NASSER, 1966, p. 14). Novamente, a proximidade de Vargas com os regimes

Falta alguém em Nuremberg

nazifascistas da Europa foi utilizada para delinear o caráter do regime brasileiro e o perfil de seu governante.

As denúncias prosseguem com a descrição da Cadeia de Recife, da Colônia Correcional de Dois Rios em Ilha Grande e do presídio na Ilha de Fernando de Noronha. Mesclando os relatos de presos, Nasser narrou as condições do cárcere, dando destaque para a fome, doenças, superlotação, mutilação, espancamentos e assassinatos que ocorriam dentro das cadeias sob a ordem e conhecimento das chefias prisionais (NASSER, 1966, p. 18-19, p. 37-40, p. 42). As vítimas da barbárie ganhavam nomes e profissões, entre elas estavam trabalhadores, pais de família, esposas e filhas. A descrição minuciosa e apavorante dos métodos de tortura empregados pela polícia foi explorada de forma dramática a fim de comover o público leitor e reiterar o autoritarismo do governo:

Os primeiros detidos sofrem torturas espantosas. Uns resistem heroicamente aos apertos dos testículos, aos maçaricos nas nádegas e na sola dos pés e às duras pancadas nas costas e nos rins. As sessões espíritas funcionam dia e noite sem parar. A “máscara de ouro”, a cadeira americana, as unhas arrancadas com alicates, os alfinetes espetados embaixo das unhas, os “adelfís”, eis os instrumentos de suplício que arrancam gargalhadas dos policiais. [...] Se o preso surrado, martirizado, ensanguentado, sem unhas, ainda resistia, eles mandavam buscar a esposa ou a filha e, na presença do homem resistente, ela era espancada. Se ele ainda se mantivesse firme, a mulher era posta nua, e em sua vagina os miseráveis introduziam buchas de mostarda. (NASSER, 1966, p. 48-49)

O autor buscou lembrar casos específicos cujas vítimas foram figuras de relevo no meio da oposição política. Um deles dizia respeito ao militante comunista internacional Harry Berger e sua esposa, presos em decorrência da derrota do Levante Comunista de 1935. O jornalista d'*O Cruzeiro* trazia em detalhes as diversas sessões de tortura a que Berger e sua mulher estiveram submetidos. Sobre o desfecho dos dois, Nasser discorreu que enquanto o militante enlouqueceu na prisão em função dos constantes maus tratos, sua esposa teria sido “[...] entregue pelo Sr. Filinto Müller, *por ordem do Sr.* Epígrafe, São Paulo, v. 10, n. 1, pp.194-217, 2021

Getúlio Vargas, ao Sr. Adolf Hitler e executada num dos campos de concentração da Alemanha.” (NASSER, 1966, p. 69, grifo nosso).

Outro caso abordado foi o de Olga Benário, esposa do revolucionário brasileiro Luís Carlos Prestes. Ao narrar o episódio da prisão de Olga e Prestes, Nasser expôs que a intenção da polícia era matar o líder comunista no momento da detenção, sendo que “tais ordens, certamente, vinham de mais alto. Emanavam de um poder superior. *Ordens do próprio Sr. Getúlio Vargas*” (NASSER, 1966, p. 70, grifo nosso). O jornalista discorreu sobre os últimos momentos de Olga na Casa de Detenção, de onde, mesmo grávida, fora deportada para a Alemanha nazista:

Um pedido de adiamento da remoção para quando ela estivesse em melhor estado é recusado pela Polícia. A ordem viera de muito alto. Não era possível o chefe ir à presença do Sr. Getúlio Vargas e dizer, simplesmente: — “Escuta aqui, chefeão, a mulher está ruim. Fica para depois a remoção”. Nada disso. *Olga Prestes era um presente de Getúlio para Hitler*. (NASSER, 1966, p. 72, grifo nosso)

Como foi mostrado nesta exposição da obra, as atrocidades imputadas à Filinto Müller e a polícia política no geral foram utilizadas para reafirmar a imagem de um Vargas tirano. Mesmo não havendo comprovação sobre a veracidade de algumas das informações apresentadas no decorrer do livro, o jornalista fez questão de destacar que as ordens para a execução de torturas, assassinatos e deportações sempre emanaram da maior autoridade do país: Getúlio Vargas. Desse modo, Nasser reescreveu a história dos anos 1930-45 privilegiando uma narrativa que, ao invés de relembrar as conquistas trabalhistas, colocou em evidência um período marcado pela violência. Assim, o autor construiu sobre a base ideológica liberal uma nova imagem de Vargas e do

Falta alguém em Nuremberg

seu regime fundamentada no autoritarismo. Essa nova representação entrou em embate com a imagem erigida, durante os anos do Estado Novo, de um governo justo e de um chefe de Estado clarividente.

É importante lembrar que Nasser estava ligado a uma revista pertencente aos *Diários Associados* de Chateaubriand, de maneira que suas reportagens também correspondiam aos interesses desse grupo. Como bem recorda Capelato, o dono dos *Diários*, apesar de defender os ideais liberais antes do golpe de 37, não se intimidou em aderir ao regime autoritário:

Assis Chateaubriand não se preocupou em distinguir o Estado Novo dos Estados totalitários. Defendeu o modelo nazista sem nenhum constrangimento. O ideário liberal orientou a atuação de seus periódicos até o Golpe. Mas imediatamente após a instauração do novo regime, o periodista externou total apoio a ele e solicitou do Chefe que dirigisse o país inspirado em Hitler. (CAPELATO, 1989, p. 222)

O próprio Nasser, nos anos da ditadura, “elogiou Vargas, seus ministros, suas obras, e nem com lupa se encontra qualquer matéria crítica ou pelo menos imparcial em relação ao Estado Novo” (CARVALHO, 2001, p. 146). Contudo, com a crise do regime estadonovista “os liberais, pouco a pouco, recuperaram a voz; os cooptados não tardaram em retirar o apoio ao regime; e a fala apologética foi substituída pelo discurso de oposição engavetado em 1937” (CAPELATO, 1989, p. 233). Assim, vemos como a representação que o jornalista construiu de Vargas como tirano – ao invés de benfeitor – em *Falta Alguém em Nuremberg*, carregava os interesses de um grupo político do qual ele fazia parte – uma vez que membro dos *Diários* – e como esses interesses respondiam às demandas de um outro contexto histórico, o da redemocratização. Ainda de acordo com Capelato:

A imprensa liberal se norteou pelos princípios do liberalismo político, embora seus representantes tenham feito concessões quando julgaram necessário. Mas para defender os próprios interesses e os da classe a que pertenciam, aceitaram medidas repressoras e antiliberais nos momentos em que sentiram ameaçada a ordem social: nessa situação apoiaram o “tirano” e depois foram vítimas dele.

Porque os proprietários de jornal, na salvaguarda de seus interesses e manutenção dos privilégios de classe, preferiam ser vítimas da “tirania do poder” do que da “tirania das massas”. O “tirano” recusa-lhes a liberdade, só que protege seus bens. Os representantes do *OESP* [O Estado de S. Paulo], por exemplo, foram perseguidos pela ditadura, mas em 1945 recuperaram uma empresa próspera e retornaram (após anos de exílio) para uma sociedade cujos conflitos haviam sido momentaneamente controlados. Para os liberais brasileiros, a principal tarefa do poder político é impedir que as massas se rebelem, pondo em risco a propriedade. Diante dos perigos da “patuléia exaltada” (a expressão é do *OESP*), as concessões são consideradas legítimas. Em tal postura não há ambiguidade, pois esse é o limite da democracia liberal. (CAPELATO, 1989, p. 246)

Para tanto, as representações de Vargas dialogavam com os novos interesses que se manifestavam pelos sujeitos e grupos políticos. Com a democratização, a disputa partidária não podia ignorar a ligação entre Vargas e as classes trabalhadoras – fato que ficará demonstrado com o movimento queremista e com a influência de Vargas sobre o resultado da eleição presidencial em 1945. Como afirma Ângela Gomes:

[...] a definitiva entrada do trabalhador no cenário político, destruindo todos os cálculos tradicionalmente cultivados no país, ligava-se à entrada em cena de dois novos partidos: o PC e o PTB. Tanto a UDN quanto o PSD testemunhavam a insuficiência dos apelos que não se dirigiam maciçamente ao povo. Os partidos do futuro teriam que contar com este ator fundamental. (GOMES, 1994, p. 276)

Era imprescindível que, como grupo político, os liberais agrupados na UDN procurassem reverter a imagem de Getúlio como líder das massas trabalhadoras a fim de obterem espaço na cena política brasileira. Nesse sentido, a disputa político-eleitoral se transpôs também para o campo das representações, na qual pudemos observar a construção de uma imagem negativa do regime estadonovista e de seu chefe.

Considerações finais

O presente artigo, através da análise da obra *Falta Alguém em Nuremberg* de David Nasser, procurou apresentar como os liberais agrupados na UDN passaram a representar Getúlio Vargas e o Estado Novo após 1945. Nas mãos do jornalista da revista *O Cruzeiro*, Vargas passou a ser identificado como a encarnação do mal, assumindo a postura de um governante autoritário. Fascista, tirano, ditador e assassino foram alguns dos adjetivos utilizados para qualificá-lo. Em conjunto, esse novo quadro de imagens procurava atribuir a Vargas a responsabilidade direta por todos os crimes cometidos durante o período em que esteve à frente do poder. Curiosamente, Nasser criticou no varguismo as mesmas práticas das quais ele foi conivente no regime militar de 1964.

De fato, não se nega que o regime varguista foi autoritário ou que muitos de seus apoiadores fossem simpáticos à doutrina nazifascista. Todavia, chamamos atenção para a forma como Nasser explorou essa temática através da construção de uma narrativa maniqueísta e repleta de sensacionalismos. A violência do regime foi ampliada ao máximo, de forma que não há espaço para uma análise histórica, política ou sociológica – e talvez esse nem fosse o objetivo da obra. Em confluência com os interesses do próprio autor e do grupo no qual ele estava inserido enquanto membro dos *Diários*, *Falta Alguém em Nuremberg* procurava difundir uma outra representação de Vargas pautada nas demandas de um novo contexto histórico.

Como vimos, a presença dos trabalhadores transformou a dinâmica política no pós-45. Na medida em que seus votos passaram a influir nos resultados eleitorais, eles se converteram em objeto de disputa entre os partidos políticos. Paralelo a isso, Vargas demonstrava acumular grande influência sobre o cenário político brasileiro, sua imagem como “pai dos pobres” ainda estava presente no imaginário popular, alcançando,

sobretudo, as classes trabalhadoras. Para os setores liberais reunidos na UDN, o prestígio de Vargas se colocava como um obstáculo, uma vez que dificultava os ganhos desse setor no jogo político. Nesse sentido, a construção de uma representação negativa de Vargas e do seu regime correspondia aos anseios de um grupo político que, no contexto do processo de redemocratização e reorganização das instituições, procurava ganhar espaço na cena pública. Tal conquista do poder político passava pela desconstrução da imagem de Vargas como “pai dos pobres” e criação de um novo imaginário social em que ele figurasse como inimigo da democracia.

Referências bibliográficas

NASSER, David. **Falta Alguém em Nuremberg**: torturas da polícia de Filinto Strubling Müller. 4 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Antiperonismo y Antivarguismo (1943-1955): similitudes, diferencias y vínculos. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 24, p. 73-97, 23 feb. 2013.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. 2 ed. Brasília: UnB, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. **Os arautos do liberalismo**: a imprensa paulista (1920-1945). São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____, M. H. R.; DUTRA, E. R. de F. . Representação Política: O Reconhecimento de um Conceito na Historiografia Brasileira. In: CARDOSO, C. F. ; MALERBA, J. (Org.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, p. 227-267.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Cobras Criadas**: David Nasser e O cruzeiro. 2 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

Falta alguém em Nuremberg

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**, vol. 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-46.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MORAES, Letícia Nunes de. As bandeiras de David Nasser. **Trama Interdisciplinar**, v. 2, n. 1, p. 74-88, 2011.

ROMANI, Carlo. A ditadura tolerada: herança autoritária na historiografia sobre Vargas. In: **Ditaduras**: a desmesura do poder. AVELINO, Nildo; TELMA, Dias; MONTOIA, Ana (Org.). São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015, p. 197-230.

SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. Antiperonismo e antivarguismo: as reportagens fotográficas de David Nasser sobre a Argentina (1946-1955). In: Encontro Internacional da Anphlac, 11., 2014, Niterói. **Anais eletrônicos do XI Encontro Internacional da Anphlac**, 2014.

“A construção de um mito”: a propaganda e a imprensa na Era Getúlio Vargas (1930-1954)

Alice Jungblut Braun*
Geovana Klaus Magalhães**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p218-246

Resumo: Getúlio Vargas é certamente um dos mais lembrados e maiores nomes do cenário político brasileiro do século XX e, enquanto presidente do Brasil, dedicou-se a construir a própria imagem pública. Vargas foi um ditador e, ainda hoje, é reconhecido por suas qualidades de estadista e, ao mesmo tempo, de homem comum (GOMES, c2020). Portanto, a partir dessas múltiplas facetas de Getúlio, o presente trabalho considera e analisa as imagens de Getúlio Vargas durante suas três fases enquanto presidente do Brasil, focando em cada uma delas separadamente: o Governo Provisório e Constitucional (1930 – 1937), a ditadura do Estado Novo (1937 – 1945) e o Governo Democrático (1951 – 1954). Para tanto, são utilizadas as propagandas e fotografias oficiais veiculadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda entre os anos de 1930 e 1945 e, posteriormente, pela Agência Nacional entre os anos de 1951 e 1954. Assim, mostra-se como a complexidade e ambiguidade garantem a Getúlio Vargas sua força de permanência, evidenciando, ainda, seu projeto político e identificando a imagem que desejava difundir e fixar na memória coletiva brasileira.

Palavras-chave: Getúlio Vargas; Imagem; Imprensa; Mito; Propaganda.

* Graduanda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Tem interesse nos estudos de História da Arte e História Cultural. E-mail para contato: alicejbraun@hotmail.com

** Graduanda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Tem interesse nos estudos de História Política e História dos Intelectuais. E-mail para contato: klausgeovana@gmail.com

1. Introdução

Nascido em São Borja, no Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1882, Getúlio Dornelles Vargas é um dos maiores e mais lembrados nomes do cenário político brasileiro do século XX. Iniciada na década de 1920, sua trajetória de presença e força política chegou ao fim com seu suicídio em 24 de agosto de 1954. Vargas é conhecido por muitos, ainda hoje, como um exemplar de mito político.

Segundo Ângela de Castro Gomes (c2020), os mitos políticos são uma construção moderna, que só se torna possível à medida que a sociedade vê a política como uma atividade central, na qual as “massas” tornam-se agentes necessárias e temidas. Os mitos, quando ligados a uma personalidade, como é o caso de Vargas, assumem um papel de guia para o povo e, portanto, devem ser reconhecidos e seguidos.

Ademais, exigem uma ativa e elaborada propaganda governamental, que estabeleça uma relação com a população receptora a partir do vínculo, direto ou indireto, com sua experiência de vida. Sendo assim, a construção de um mito não é mera obra de mistificação, pois, segundo Gomes (c2020), esta construção vai além da ideia comum de que a população brasileira “ingênua” é continuamente enganada pelos políticos, que defendem apenas seus interesses pessoais, e requer uma reflexão sobre as relações entre representantes e representados.

Getúlio ocupou a presidência enquanto o Brasil tornava-se uma sociedade urbano-industrial, ao mesmo tempo em que adentrava a era dos meios de comunicação de massa, não podendo mais desconsiderar os problemas sociais e econômicos que perturbavam a população há décadas. Em meio a isso, durante seus anos como presidente, Vargas dedicou-se a construir e perpetuar sua imagem política junto à população. “Ficou conhecido como o ‘pai dos pobres’, o protetor dos trabalhadores, mas também como o presidente em cujo governo trabalhadores foram presos, torturados e até

mortos.” (GOMES, c2020). Dessa forma, ao longo de seus mandatos, Getúlio criou uma imagem composta por contradições.

À vista disso, o presente artigo propõe o estudo dessas contradições e o faz a partir da análise da trajetória política de Vargas utilizando-se de análise de fontes propagandísticas e jornalísticas. Para tanto, estudam-se separadamente o Governo Provisório e Constitucional (1930 – 1937), a ditadura do Estado Novo (1937 – 1945) e o Governo Democrático (1951 – 1954). Enfatizando, ainda, tanto as produções dos aparatos do governo como também produções da oposição, para assim perceber a imagem que foi potencializada significativamente pela propaganda governamental e pela imprensa. A partir disso, pretende-se evidenciar a imagem pública que Getúlio desejava passar à população brasileira, assim como seu projeto político.

2. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder

Durante a primeira experiência republicana do Brasil (1889 – 1930) houve um domínio político de seis estados: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo – com destaque para os dois últimos. Tais estados eram os mais influentes e proeminentes na época. É desse período que advém a expressão “política do café com leite”, que se refere à aliança realizada entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, com o intuito de manter e aumentar seu poderio econômico e político. Tal aliança também tinha como objetivo garantir uma alternância do poder político entre ambos estados, os quais indicavam seus presidentes e utilizavam de diversos métodos coercitivos para garantirem a eleição dos seus candidatos.

Apesar do grande domínio de tais estados nos jogos políticos e econômicos, estes eram muito mais complexos do que a expressão “política do café com leite” indica. A aliança entre Minas Gerais e São Paulo, na prática, também passava pelos demais

“A construção de um mito”

estados anteriormente citados, que se organizavam e se articulavam de acordo com seus interesses políticos e econômicos. Conforme Claudia Viscardi (2013, p. 168), para o jogo político se manter,

[...] as negociações tinham que ser longas e as regras, nunca escritas, mas sempre compartilhadas, tinham que ser respeitadas. Primeira regra: o poder dos estados era desigual e hierarquizado. Segunda regra: a cada eleição havia uma renovação parcial do poder entre eles, rejeitando-se assim atitudes monopolizadoras. Terceira: a manutenção do regime dependia do cumprimento dos princípios anteriores.

Assim, novas alianças entre os estados faziam-se durante o período e tais trocas certificavam a continuidade do regime. Os estados entendiam seu poderio, que também era reconhecido pelos demais. Nesse sentido, de acordo com Marcos Napolitano (2016, p.31),

As sucessões na Primeira República e a capacidade de cada grupo estadual se articular de maneira bem-sucedida a poderosos de outros estados dependiam não apenas da força econômica das suas elites, mas também da sua capacidade de organização política tanto local quanto nacional.

Dessa forma, a expressão “política do café com leite” não é adequada para explicar o processo político na Primeira República. É inegável o poder político e econômico de Minas Gerais e São Paulo e este não pode ser ignorado. Entretanto, existiam outros estados influentes e fatores que também moldaram o jogo político durante a Primeira República do Brasil.

Em meio a isso, na eleição presidencial de 1930, essa aliança foi quebrada pelo próprio presidente do país, Washington Luís. Paulista, deveria indicar um mineiro para ocupar seu lugar, em torno dos quais as oligarquias se reuniram para garantir sua eleição. Entretanto, o então presidente indicou outro paulista – Júlio Prestes – para assumir

Alice Jungblut Braun / Geovana Klaus Magalhães

o cargo, o que causou uma maior instabilidade no sistema político. Minas Gerais optou por lançar seu próprio candidato de oposição em conjunto com o Rio Grande do Sul e a Paraíba, ao invés de apoiar Júlio Prestes. A chapa da oposição era encabeçada por Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, e seu vice João Pessoa, da Paraíba.

Apesar da campanha eleitoral e da popularidade de Vargas, a oposição perdera as eleições, que foram marcadas por corrupção, subornos e coerções – como o usual da época. Porém, alguns integrantes da oposição começaram a conspirar para garantir que Getúlio chegasse à presidência – ainda que o próprio apenas tenha agido quando as chances de vitória eram praticamente certas.

O assassinato de João Pessoa serviu como um estopim para a oposição lançar sua ação armada no país, mesmo que o ato não tivesse sido encomendado pelos paulistas. Quando o Rio Grande do Sul estava sob o comando da oposição, Getúlio assumiu o comando civil da rebelião e foi até o Rio de Janeiro na intenção de depor Washington Luís e assumir a presidência do país – o que de fato ocorreu. Esse movimento é chamado de Revolução de 1930, por representar uma mudança na política do país. De acordo com Boris Fausto (1970, p. 102),

A frente que derruba do poder Washington Luís compõe-se com a classe dominante de uma região cada vez menos vinculada aos interesses cafeeiros (Minas Gerais) e de áreas deles inteiramente desvinculadas (Rio Grande do Sul, Paraíba), contando com a adesão de uma parcela ponderável do aparelho militar do Estado. Sua base de apoio é representada por todas as forças sociais das regiões em dissidência e pelas classes médias dos grandes centros urbanos.

Dessa forma, é possível notar que a Revolução de 1930 ocorreu devido às insatisfações de outras oligarquias e grupos sociais que não possuíam seus interesses re-

“A construção de um mito”

presentados nem atendidos pela elite cafeeira. Apoiado por tais grupos, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas, com a ajuda do Exército, aplica um golpe de Estado e assume a presidência do Brasil.

Ao chegar ao poder, Getúlio Vargas já possuía uma imagem no imaginário da população brasileira. Vargas optou por se aproximar do povo durante a campanha para as eleições presidenciais e a subsequente Revolução de 1930, organizando comícios em praças e realizando discursos à população.

De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Vargas cria, em 1931, o Departamento Oficial de Propaganda (DOP). Formulado para que Getúlio tivesse controle sobre sua imagem perante a população, o DOP também teve como função divulgar as ações do governo através das rádios. Em 1934, esse departamento foi substituído pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), mas seu funcionamento começou a ficar obsoleto e perder força.

Dentro destes departamentos e também para a imprensa, as fotografias se tornaram importante fonte de informação e divulgação. Assim, Vargas beneficiou-se disso para começar a estabelecer sua imagem diante do povo. Mais especificamente, conforme Ana Maria Mauad (2013, p.13), “a fotografia pública é produzida por agências de produção da imagem que desempenham um papel na elaboração de uma opinião pública (meios de comunicação, estado etc.)”.



Imagem 1: Aspecto de uma parte da esplanada do Castelo quando o Dr. Getúlio Vargas leu a sua plataforma de Governo. Fonte: Revista Careta, 1930.

Na Imagem 1, veiculada pela Revista Careta¹, que possuía grande circulação, está registrado o momento do anúncio da chapa de oposição através de um comício voltado para o povo – uma novidade na época. A foto foi a segunda publicada na seção intitulada de *A Recepção dos Candidatos da Aliança Liberal*. Na legenda da revista, diz-se “Aspecto de uma parte da esplanada do Castello quando o Dr. Getúlio Vargas leu a sua plataforma de Governo.” Além das legendas, não há textos ou maiores informações

¹ A Revista Careta foi fundada por Jorge Schmidt no Rio de Janeiro em 1908 e consistia em uma publicação semanal com caráter satírico e humorístico, mas também informativo. Era conhecida por fazer amplo uso de ilustrações e fotografias. Sua última edição foi publicada em 1960. Todo o acervo da revista é disponibilizado digitalmente pela Biblioteca Nacional. Disponível em < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARETA.pdf> >

“A construção de um mito”

sobre a foto e, devido a isso, não é possível determinar o posicionamento político da Revista sobre a chapa da oposição e Getúlio Vargas.

Até então, os anúncios das eleições ocorriam em um recinto fechado para convidados escolhidos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 355), ou seja, o povo não estava inserido diretamente no processo político. Vargas era a atração principal do comício, que ocorreu na Esplanada do Castelo, localizada no Rio de Janeiro. Pela imagem, pode-se notar que o evento foi bem vindo pelo povo, majoritariamente masculino, reunido pela primeira vez para escutar um político dirigindo-se diretamente a ele. De acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 355), a multidão estava estimada em torno de 100 mil pessoas e aplaudia entusiasticamente a leitura da plataforma da Aliança Liberal. A maioria masculina da multidão dá-se devido à Constituição de 1891, na qual as mulheres ainda não têm direito ao voto.



Imagem 2: Getúlio Vargas deixa Porto Alegre de trem para assumir o comando das forças revolucionárias em marcha para a capital federal. Fonte: Arquivo Osvaldo Aranha (CPDOC).

Alice Jungblut Braun / Geovana Klaus Magalhães

A imagem 2 se refere à Revolução de 1930. Na fotografia, vê-se Getúlio Vargas embarcando em Porto Alegre para o Rio de Janeiro, a fim de assumir o comando civil da rebelião e depor Washington Luís. Ainda, pode-se observar o mesmo aspecto da imagem 1: Vargas próximo ao povo, fazendo questão de envolvê-lo – até certo ponto – na política.

Neste ponto, Getúlio possuía reais chances de se tornar o próximo presidente – ser apoiado pelo povo era essencial não apenas para sua eleição, mas também, para a manutenção do seu governo. Dessa forma, pode-se afirmar que essa aproximação ao povo não foi apenas uma estratégia de campanha política, mas sim, uma estratégia de governo. A imagem ainda reforça a ideia aqui discutida sobre a participação majoritariamente masculina no processo de ascensão de Vargas, por novamente retratar a pouca adesão feminina.

Essa aproximação realizada por Getúlio Vargas não era por acaso – foi uma estratégia pensada e articulada para diferenciá-lo da maneira de fazer política das elites cafeeiras, que não envolviam a população. Ainda, conseguiu obter o apoio de diversas camadas da população brasileira logo no início de sua ascensão política nacional, o que foi essencial durante toda a sua trajetória.

Nesse sentido, o então presidente havia realizado um feito novo no Brasil: a utilização de imagens e propagandas políticas voltadas para os seus interesses, que serviriam de apoio durante seu governo. Assim, com a imagem de governante voltado para o povo já consolidada e que trazia consigo o apoio de diversas classes sociais, Vargas realizou esforços para mantê-la, reforçá-la e difundi-la ainda mais durante o primeiro período em que foi presidente do Brasil (1930 – 1937). Durante esses anos, ficou evidenciada a utilização de vários elementos nas fotografias do então presidente.

No âmbito dos símbolos visuais, os cuidados com a família, em sua composição nuclear, seja na constituição ou pelo reconhecimento do Estado, e à educação dos jovens foram pontos de estudos à parte sobre o governo Vargas. É neste sentido que a fotografia documenta e informa também sobre a cultura, inclusive nos momentos em que esta comunicação se dá de forma menos latente. (MACHADO JÚNIOR, 2015).

Através de tais ações, é possível verificar que, ainda antes do Estado Novo, durante o Governo Provisório e o Governo Constitucional, a figura de Getúlio Vargas já havia começado a ser trabalhada como exemplo de presidente (GOMES, c2020). Dessa forma, fica evidente que a solidificação de sua imagem perante o povo brasileiro foi planejada e calculada. Utilizando desses fatores e inserindo símbolos republicanos em suas representações – como a bandeira do Brasil –, Getúlio se aproximava da população representando os valores da época.

3. Getúlio Vargas e o Estado Novo

No poder desde 1930, através de um governo provisório e, a partir de 1934, eleito indiretamente para a presidência do país, Getúlio Vargas não poderia concorrer às eleições presidenciais de 1938, pois, de acordo com a nova Constituição (1934), ele não poderia ser eleito para dois mandatos seguidos. Em 1935, o país já estava em efervescência política e social, também impulsionado pelo contexto internacional – ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha, por exemplo. Em decorrência disso, diversas manifestações estavam sendo organizadas.

Ainda em 1935, vários levantes organizados por comunistas foram realizados e, apesar de não possuírem muito apoio popular e terem sido sufocados, Vargas pressionou o Congresso a aprovar o estado de sítio no país. Pouco tempo depois, foi aprovado o estado de guerra por noventa dias – medida que foi prorrogada até julho de

Alice Jungblut Braun / Geovana Klaus Magalhães

1937 (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 372). A partir de então, iniciou-se um período de grande violência policial – incluindo torturas – àqueles que fossem “suspeitos” de conspiração. Tais ações basicamente eliminaram os opositores de esquerda ao governo de Getúlio.

Em 1937, após muita censura, repressão e propaganda anticomunista por parte do Estado – com a intenção de apavorar a população – Getúlio Vargas julgava ter alcançado seu objetivo. O Plano Cohen, um suposto plano comunista, que ameaçava realizar um golpe para chegar ao poder político, mais tarde, comprovou-se falso. Vargas usou-o para dar um “autogolpe” e foi bem sucedido. A partir de então, instaurou uma nova ditadura, chamada de Estado Novo (1937 – 1945). Entretanto, o golpe e a manutenção do regime só foram possíveis devido ao apoio do Exército, das oligarquias regionais e da elite política.

Para instaurar a nova ditadura, o Congresso Nacional foi fechado, todos os partidos políticos foram extintos e uma nova Constituição foi imposta. Tal Constituição possuía caráter autoritário e desta se podem destacar alguns pontos, como a pena de morte e o fim da autonomia administrativa federativa. Na teoria, o novo regime estava concentrado na figura de Getúlio Vargas e a centralização política consolidou-se ao redor de sua figura, sobrepondo-o ao Poder Judiciário.

Também, havia um vasto aparato estatal com o intuito de possuir um controle policial e ideológico sobre a população. Dentre esses diversos aparatos, pode-se destacar o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DOPS, apesar de ter sido criado em 1924, teve uma atuação fundamental no mantimento e sucesso da ditadura, pois agiu na repressão de movimentos sociais que se opunham ao governo e foi responsável por muitas das tor-

“A construção de um mito”

turas realizadas aos opositores. Tal aparato abrangia a totalidade do país, com o objetivo de controlar o comportamento político da população (JAMBEIRO, 2004, p. 14), resultando em pessoas amedrontadas e sem liberdade de expressão.

Já o DIP logo se tornou um dos principais pontos de apoio de Vargas durante o Estado Novo e o êxito da nova ditadura estava intrinsecamente ligado a ele. No início de 1938, mudou-se o então Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) para o Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Depois, no final de 1939, este aparato tornou-se o DIP, o qual, em âmbito federal, foi um veículo tanto de comunicação quanto de controle social.

De acordo com o CPDOC (c2020), o departamento possuía os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa e sua função era difundir a propaganda oficial do governo e cuidar da censura à imprensa e aos meios de comunicação. Assim, era responsável por coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, aplicar censura às manifestações artísticas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos e conferências e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. Este último aspecto foi particularmente importante para o Estado Novo, se tornando um de seus pilares e um dos principais instrumentos de doutrinação às políticas deste por ser de fácil alcance, ou seja, o povo conseguia acessá-lo.

O próprio governo facilitava o acesso ao rádio, disponibilizando-o em escolas e estabelecimentos agrícolas e industriais. Vargas também criou o programa “Hora do Brasil”, que possuía transmissão obrigatória em todas as emissoras de rádio do país. O programa exaltava a cultura brasileira e o civismo, além de divulgar as ações do governo – como campanhas governamentais – servindo também como um espaço para comunicados oficiais do presidente à população. Assim, fica evidente que Getúlio Vargas investiu pesadamente em propaganda e o DIP cuidava da imagem do projeto político e da imagem pessoal de Getúlio Vargas.

Epígrafe, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 218-246, 2021



Imagem 3: A juventude no Estado Novo. Fonte: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).²

A Imagem 3 foi retirada diretamente de uma publicação oficial do DIP intitulada *A Juventude no Estado Novo*, disponível digitalmente pelo CPDOC. Tal publicação era voltada para as crianças e jovens, contendo diversas ilustrações de Getúlio Vargas próximo a essa camada da população, assim como ilustrações dos valores que o governo desejava transmitir à juventude – como respeito aos mais velhos e à autoridade, civismo, patriotismo, educação e a própria exaltação da figura do presidente. As imagens foram

² Na imagem, lê-se "Precisamos reagir em tempo contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas pelas mais variadas formas nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da Nação." Retirado pelo DIP de um pronunciamento de Getúlio Vargas.

“A construção de um mito”

complementadas por trechos de discursos e pronunciamentos de Vargas, para evidenciar a preocupação deste com os jovens.

Por ter sido produzida e veiculada pelo DIP, através da imagem acima é possível notar alguns aspectos muito importantes da propaganda do Estado Novo e dos valores que o governo desejava passar à população. A imagem 3, em específico, traz a representação de Getúlio Vargas como uma figura patriarcal, próxima ao povo – por estar se dirigindo às crianças e jovens –, patriótica – pela presença das bandeiras do Brasil – e de um homem a ser seguido pelas novas gerações.

Esse último elemento era muito presente nas propagandas produzidas pelo DIP. Nas escolas, havia a presença de rádios, fotos de Getúlio, horas cívicas, comemorações do aniversário do então presidente e o próprio às vezes se fazia presente para discursar. À soma disso, como evidenciado pela imagem 3, havia propagandas – e também revistas – voltadas exclusivamente para crianças e jovens brasileiros, na intenção de garantir futuros patriotas e que estes fossem doutrinados a seu projeto político desde cedo. Nesse sentido,

[...] a educação foi utilizada como propaganda ideológica, política e social para o Estado-Novo, com o objetivo de mostrar que o governo, importava-se com a educação brasileira tendo a mesma, como prioridade em seu governo. (SANTOS; SILVA, 2019, p. 3).

Dessa forma, o governo de Vargas não demonstrava apenas preocupação com a educação do país, mas também com o futuro deste – cujos responsáveis seriam tais crianças e jovens a quem ele se dirigia. De acordo com Desia Senhorinha Cabral de Souza (2005, p. 28), em todo o país, Getúlio era retratado como o “homem que não deixou o Brasil se afundar nos efeitos da crise de 1929”, ou seja, o “salvador da pátria”.

Alice Jungblut Braun / Geovana Klaus Magalhães

Com tudo isso, é possível compreender melhor a sua figura de “pai dos pobres”, como é vista até a atualidade. Tal alcunha vem do grande avanço em direitos trabalhistas – mesmo que limitados – que foram conquistados durante os anos de Vargas no poder. Entre elas, pode-se citar a jornada de oito horas, regulações do trabalho da mulher e do menor, lei de férias, instituição da carteira de trabalho e o direito a pensões e à aposentadoria (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 362). Ademais, os sindicatos foram oficializados, mas eram subordinados e controlados pelo Ministério do Trabalho.

Estes avanços garantiram um dos grandes pontos de apoio de Getúlio Vargas: as classes operárias, que vinham há muito clamando por seus direitos. Entretanto, é importante ressaltar que essa imagem só conseguiu ser alcançada e solidificada com a ajuda do DIP, através da divulgação maciça de tais direitos trabalhistas.

Ainda, diversas celebrações de datas especiais e comemorativas eram promovidas pelo governo. Uma das principais era a comemoração referente às conquistas dos trabalhadores e o papel de Vargas nestas. A data de 1º de maio foi escolhida para celebrá-las e, a partir de 1939, Getúlio começou a realizar grandes comemorações oficiais como um exemplo de seu projeto cívico. Nestas, sempre eram reunidas milhares de pessoas e ele sempre se dirigia a população reunida como “trabalhadores do Brasil”.



Imagem 4: Vargas desfilando em carro aberto na concentração trabalhista de 1º de maio, no estádio municipal do Pacaembú. Fonte: CPDOC.

A imagem 4 traz o registro de uma dessas comemorações, que foi realizada em 1944 em São Paulo, no estádio municipal do Pacaembu. Nela, pode-se ver a grande concentração de trabalhadores que se reuniram para saudar Vargas. O então presidente acena de um carro aberto, sorridente, se mostrando aberto ao povo. Na parte da frente deste carro, vê-se também um fotógrafo que registra os acenos e reações da multidão. Assim, essa fotografia retoma a representação de Getúlio como uma figura próxima ao povo e sensível às suas necessidades, bem como um grande e querido reformador e estadista.

Como visto anteriormente, esse aspecto de Vargas como um presidente próximo ao povo já ocorria desde o início de sua trajetória de ascensão ao poder, ainda na campanha de 1930. Desde então, como evidenciado pelas imagens aqui trazidas, ele procurava manter essa representação e reforçar sua posição de liderança. Além disso, as ideias de lar, escola e pátria eram frequentemente utilizadas nas propagandas voltadas ao povo, estando interligadas, pois,

Alice Jungblut Braun / Geovana Klaus Magalhães

A disseminação do rosto de Getúlio Vargas, personificando o Estado e o regime, era constante, seja através de fotos, cartazes, lemas, dísticos, moedas, selos, placas comemorativas, seja a intitular grandes instituições, provas esportivas e logradouros públicos. (MOLINA, 1997, p. 103).

Também é possível notar que o Estado e a imagem de Getúlio estavam intrinsecamente articulados, uma vez que a estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação e da opinião pública, além de moldar a cultura brasileira aos propósitos do Estado Novo, deixando pouco espaço para oposição. Ainda assim, mesmo sendo considerado e celebrado como um herói pelos trabalhadores da época, Vargas também era um ditador. Levando esses fatores em consideração, é possível afirmar que Vargas utilizava da auto divulgação de seus feitos e era pintado como redentor, ao mesmo tempo em que o país estava vivendo sob aspectos autoritários, como a censura e a repressão policial.

Entretanto, essa imagem e a ditadura do Estado Novo não conseguiram se manter após o fim da Segunda Guerra Mundial (1938 – 1945), pois o Brasil optou em firmar uma aliança – por razões econômicas – com os Aliados, os quais defendiam valores contrários àqueles expressados pelo governo de Getúlio Vargas. A partir de então, a propaganda, a opinião pública e o próprio alinhamento interno do governo começaram a colapsar, causando o fim do Estado Novo poucos meses depois do final da Segunda Guerra. Getúlio Vargas foi deposto através de um golpe militar, que reinstaurou a democracia no país – ainda que antes houve o movimento chamado de “queremismo” por parte do povo, que defendia a permanência de Vargas.

4. A volta democrática de Vargas

Após o fim do Estado Novo, Getúlio Vargas foi afastado do Catete, mas não teve seus direitos políticos cassados. O ditador deposto não foi exilado nem preso. Dessa

“A construção de um mito”

forma, a candidatura de Getúlio ao Senado Federal e à Assembleia Nacional Constituinte, de 1946, serviu para testar nas urnas sua popularidade. Com isso, Vargas manteve-se presente e necessário nesse “tabuleiro de transição” e fez do Senado um palanque no qual pudesse valorizar as condutas de sua gestão, protegendo o Estado Novo do bombardeio que estava por vir (AURÉLIO, 2009, p. 55).

Em junho de 1946, Getúlio, então senador da República, tomou posse na Assembleia Constituinte. Recebendo aplausos e vaias, Vargas queria manter-se na memória da população para com sorte retomar a presidência. Assim, em 1950, a esperada aliança entre o partido da União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) não se desenvolveu, de maneira que optaram por candidaturas próprias, indicando respectivamente Brigadeiro Eduardo Gomes e Cristiano Machado. Getúlio se candidatou pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e logo ganhou o apoio dos trabalhadores. “Sua campanha política foi feita com a utilização de caminhões equipados com alto-falantes e de volantes impressos que divulgavam seu programa de governo.” (ABREU, c2020).

Percorrendo o país em dois meses, lembrou seu plano de desenvolvimento econômico e industrial, dando destaque à Companhia do Vale do Rio Doce e à Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (CSN). Ao contrário, Eduardo Gomes discursava em favor da economia liberal e, conseqüentemente, oposto à legislação trabalhista. Com isso, Getúlio Vargas foi eleito Presidente da República com 48,7%, isto é, com 3.849.040 dos votos. Os udenistas procuraram anular o resultado, questionando a legitimidade da vitória de Getúlio – ele não havia atingido a maioria absoluta dos votos: 50% mais um –. Sem sucesso, o recurso da UDN foi indeferido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Alice Jungblut Braun / Geovana Klaus Magalhães

Novamente presidente, mas pela primeira vez eleito democraticamente, Vargas apostava na “conexão direta” entre o Poder Executivo e a população, enquanto a oposição reforçava os boatos golpistas através da imprensa e grandes veículos de comunicação. Em meio a isso, Vargas deixava claro seu interesse pelo desenvolvimento nacional e pela industrialização e defendia a necessidade de intervenção do Estado na economia (D’ARAÚJO, 2017, p. 34). Em 1952, o salário mínimo aumentou pela primeira vez desde a sua criação em 1942. Em maio de 1954, Vargas aprovou o aumento de 100% no salário mínimo e a Petrobras foi instalada.

Para a construção e manutenção da imagem de Getúlio em seu governo democrático, a Agência Nacional foi um aparato fundamental. Esta foi criada como parte integrante do Departamento Nacional de Informações (DNI) em 25 de maio de 1945, pelo Decreto-Lei que também extinguiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Mais tarde, em 6 de setembro de 1946, com a dissolução do DNI, a Agência foi mantida e subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Com isso, suas competências foram reformuladas. Agora a Agência Nacional deveria informar sobre as atividades nacionais ao público, bem como sobre os interesses da nação, no que concerne a vida econômica, industrial, agrícola, cultural, artística e social. E, sendo assim, ao contrário do DIP principalmente, a Agência não tinha função de censura à imprensa nem papel de controle ou autoridade. Em vez disso, suas principais atividades estavam voltadas à produção de informações acerca do governo e da propaganda política de Getúlio Vargas, de maneira a alcançar todo o país, seja por meio de rádio, mídia impressa ou cinema.

Dessa forma, os Cinejornais serão aqui destacados, uma vez que a característica audiovisual facilita a interação com o público e traz caráter mais verossímil. Isto é, as imagens documentárias parecem poder provar ou transmitir os fatos exatamente

“A construção de um mito”

como aconteceram (CASTRO, 2013, p. 89). Exibidos como complementos aos filmes do circuito comercial, os Cinejornais eram curtas-metragens periódicos produzidos especialmente para o cinema.

Dito isso, em meio aos diversos temas abordados nos Cinejornais durante a última fase de Getúlio na presidência, os mais frequentes envolvem as relações entre governo e militares, as relações exteriores, a industrialização e modernização, as políticas internas, a cultura, a assistência social, a saúde e educação e as manifestações populares – cujas representações se fazem somente por cenas do Comício dos estudantes contra o Comunismo. Nestas variadas temáticas, acompanhado da construção de uma realidade livre de conflitos, a exaltação da figura de Vargas e de seu governo é elemento comum. Mesmo no auge das situações de crise, a produção veiculava realizações e experiências positivas a fim de criar uma atmosfera pró-governo. A modernização e a industrialização assumiram papel de destaque, essenciais ao apontar o progresso do Brasil enquanto Getúlio estava à frente da presidência.

Já em relação à imagem do presidente, podem-se notar aspectos propagandísticos que já haviam sido utilizados no período anterior, quando Vargas ocupou a presidência do país. Cenas em que este está cercado por crianças voltam a ser veiculadas, concedendo-lhe um aspecto calmo, inofensivo e protetor.

Getúlio Vargas aparecia em quase todos os Cinejornais do período de 1951-1954 como figura central. Ao lado de parlamentares e militares, sua posição era de destaque, dando a impressão de que estava sempre bem protegido e apoiado. Quando caminhava pelas ruas de Petrópolis, transmitia um ar de candura e bondade. E, ao discursar, o ângulo das câmeras desempenhava o papel de conferir-lhe aspecto de magnitude e importância (CASTRO, 2013, p. 122). Por estas e outras maneiras, procurava-se construir a imagem de Vargas como a solução para o Brasil, e não como um problema como

apontavam as oposições. Portanto, os Cinejornais e as demais produções midiáticas oficiais foram parciais ao não apresentarem conflitos, falhas e nem disputas³.

Em contraste, os veículos de comunicação tomaram grande papel nas manifestações da oposição. Afetada pela Constituição de 1937, responsável por abolir a liberdade de expressão do pensamento e censurar todos os meios de comunicação, a imprensa, em sua maioria, repudiou a volta de Vargas e atacou as propostas políticas, econômicas e sociais do candidato (ABREU, c2020). Sob a liderança de Carlos Lacerda, o jornal *Tribuna da Imprensa* foi o principal opositor ao governo de Getúlio. Com o intuito de desconstruir a imagem de Vargas, Lacerda também buscava promover a deposição do presidente. Quando este foi eleito democraticamente, aquele logo se posicionou em favor do recurso da UDN que buscava anular o resultado.

No *Tribuna da Imprensa*, o jornalista denunciava ainda a corrupção de Vargas, chamando-o de “Patriarca do roubo” e “Gerente-geral da corrupção do Brasil”. Dessa forma, de acordo com Souza (2005, p. 66-67), acusando o presidente de colaborar com atos criminosos, de corrupção e de imoralidade, Lacerda foi a principal voz na promoção do *impeachment* falho de Getúlio. Além disso, o jornalista criticou a promulgação do reajuste do salário mínimo em 100% e desmoralizou a família do presidente, sobretudo quando escreveu sobre o Atentado de Tonelero.

Acontecido em 5 de agosto de 1954, o Atentado de Tonelero consistiu em disparos contra Carlos Lacerda e o major Rubem Florentino Vaz – assassinado na ação – e fortaleceu a pressão pela renúncia de Vargas, que já vinha se agravando com o crescimento da inflação e com a onda de greves entre a classe trabalhadora. O ato

³ Como exemplo das características citadas como componentes dos Cinejornais, indica-se o Cinejornal Informativo v. 2 n° 34 (1951). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-f2Esd7ZGQk>>.

"A construção de um mito"

incendiou a oposição: Getúlio Vargas foi apontado como suspeito por encabeçar o crime, já que Lacerda não poupava críticas a seu governo. Fez-se, então, uma campanha ainda mais ferrenha da oposição e, evidentemente, do jornalista contra Vargas, dedicando-se a desconstruir a imagem do último.

TRIBUNA DA IMPRENSA
ANO VI — N. 1.417 — UM JORNAL QUE DIZ O QUE PENSE PORQUE PENSE O QUE DIZ — Segunda-feira, 23 de Agosto de 1954

GREVE NA MARINHA E NA AERONÁUTICA SE VARGAS FICAR MAIS 48 HORAS (Pág. 2)

OS BRIGADEIROS REUNIDOS

**DECISÃO UNÂNIME:
RENÚNCIA DE VARGAS**

TODOS OS CRIMINOSOS SABIAM QUE LUTERO ERA MANDANTE (Pág. 8)

GREGÓRIO ERA O VERDADEIRO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Lutero e Lodi já indiciados como mandantes

Notícia sobre a decisão unânime dos brigadeiros de renunciar a Vargas, com fotos de militares e políticos. Inclui subtítulos como "Noite agitada no país inteiro", "Intensa movimentação nos círculos militares", e "Censurados as estações de rádio".

Artigo sobre Gregório de Mattos, apresentando uma lista de nomes e cargos, como "Decidido sobre todos os assuntos", "Arranjava casa, emprego e telefone", e "Tirava o 'barato' de todos os principais bicheiros do Rio".

Artigo sobre Lutero e Lodi, acusando-os de serem mandantes, com o subtítulo "Roberto Alves é o terceiro — 'Beijo' Vargas, fortemente suspeito".

Imagem 5: Decisão Unânime: Renúncia de Vargas. Fonte: Tribuna da Imprensa, 1954.

Nesta manchete do dia 23 de agosto de 1954, dezoito dias após o atentado, vê-se na primeira página do *Tribuna da Imprensa* acusações incisivas contra a família de Vargas apontando, principalmente, Lutero Sarmanho Vargas – filho primogênito de Getúlio – como mandante do atentado. O jornal de Lacerda determinou, ainda, que a renúncia de Vargas era inevitável. A partir desse momento, iniciava-se um período de ataques mais ferozes, com investigações e cobranças de renúncia, inclusive das Forças Armadas. Também, Café Filho, o então vice-presidente, sugeriu a Vargas que deixasse o poder.

Vargas, que se recusava a renunciar ou ser deposto novamente, viu-se sem saída e preferiu a morte. No dia 24 de agosto de 1954 disparou um tiro no próprio peito.

Antes de disparar um tiro no peito, Vargas escreveu uma carta testamento, em que se coloca como governante no papel de defensor, representante e libertador do povo. Com sua morte sagrava-se mártir e consolidava seu nome no panteão político brasileiro, associando-o definitivamente à bandeira dos interesses nacionais e do trabalhismo. (DEL PRIORE, 2017, p. 146).

O suicídio e a Carta Testamento de Vargas provocaram um impacto imenso. As grandes cidades viram numerosas manifestações populares, em que pessoas armadas com pedaços de madeira gritavam ao presidente e rasgavam cartazes dos candidatos antigetulistas. A comoção era tanta que, acompanhando o corpo de Getúlio até o aeroporto Santos Dumont, reuniu-se a maior multidão da história do Rio de Janeiro (LAMARÃO, c2009). Assim, no âmbito político, a oposição acabou por recuar devido à reação popular, perdendo a vantagem política que acumulara até então. De forma que, segundo Del Priore (2017, p. 149), “[...] o choque do desfecho trágico, a divulgação pelo

“A construção de um mito”

rádio e a sentida reação popular à morte de Vargas suspenderam, por mais de dez anos, o golpe militar em curso.”.

Ao lado disso, seu suicídio firmou-o na memória popular. Sua morte e sua Carta Testamento tiveram papel fundamental na construção de sua imagem e legado, findando e consolidando o sentido e o percurso da construção da sua imagem. Vargas foi celebrado herói e mártir (D'ARAÚJO, 2017, p. 37). Pois, como afirma Luciana Quillet Heymann (c2020),

Com a morte, especialmente a morte heroica, os homens públicos fazem a passagem de uma forma de existência dominada pelas vicissitudes conjunturais, pelas disputas que caracterizam o tempo da política, a uma outra, marcada pela noção de continuidade, de superação da própria morte, que caracteriza o tempo histórico.

Nesse sentido, o suicídio de Getúlio torna-se emblemático. Afinal, suas principais motivações deram-se tanto a fim de cessar a crise que assolava o país quanto para escapar aos embates políticos que difundiam graves acusações. Junto a isso, o tiro no próprio peito e o texto que aclama a própria epopeia inscrevem-no definitivamente no imaginário político brasileiro.

5. Considerações Finais

Segundo Heymann (c2020), um legado político, quando associado a um personagem, resulta imediatamente da relevância da trajetória desse personagem, das estratégias e dos recursos que impulsionaram a construção de uma imagem pública. E esta, ao carregar forte carga simbólica, converte-se em modelo e pioneira de um projeto, que pode ser político, social ou ideológico.

Levando isso em consideração e as ações de Vargas para construir e solidificar sua imagem, pode-se notar, ao decorrer dos anos que a imagem de Getúlio Vargas vai

se “iconizando”, a própria representação visual do poder (MACHADO JÚNIOR, 2015). Tanto por suas ações políticas quanto pela imagem que prezou construir, Vargas se tornou o primeiro presidente lembrado até a atualidade como um dos grandes políticos brasileiros. Dessa forma, a memória política nacional se tornou indissociável do nome de Getúlio Vargas.

Primeiro, em 1930, aproximou-se da população e mostrou-se como um exemplo de presidente, utilizando, pela primeira vez no Brasil, imagens e propagandas políticas para apoio de seu governo. Em seguida, durante o Estado Novo, é possível notar que a imagem de Vargas faz-se extremamente ambígua. Se por um lado, era o salvador e redentor da pátria, grande estadista e líder carismático. Por outro, era o governante à frente de um regime ditatorial, em que a imprensa foi rigidamente censurada e trabalhadores foram presos e torturados, alguns até mortos.

Depois, com seu retorno à presidência em 1951, desta vez pelas vias democráticas, vê-se o exemplo da força de sua imagem perante o povo brasileiro. A volta ao governo fortaleceu e consolidou Vargas no cenário político brasileiro. Mas, pela primeira vez, a imprensa teve liberdade de expressão durante o exercício de seu mandato – e esta, no geral, assumiu o papel de oposição, criticando e tentando minar sua imagem.

Assim, retomando Ângela de Castro Gomes (c2020), Vargas “ficou conhecido como o ‘pai dos pobres’, o protetor dos trabalhadores, mas também como o presidente em cujo governo trabalhadores foram presos, torturados e até mortos.” Logo, a imagem de Getúlio é extremamente contraditória, tanto com elogios quanto críticas.

Ambos o ditador e o presidente eleito foram responsáveis por reformas na economia e na sociedade brasileira, de maneira que muitas das suas diretrizes foram

“A construção de um mito”

bem-sucedidas e conquistaram continuidade no tempo. Isso, porém, não faz de Getúlio um exemplo de líder democrático e nem o dissocia das violências contra trabalhadores e seus opositores no Estado Novo. Contudo, precisa-se entender, ao lidar com política e mitos políticos, que estes não se encaixam em esquematismos simplistas e maniqueístas (GOMES, 2013, p. 459). Sendo assim, a complexidade e ambiguidade de Vargas, fazem-no um grande mito, pois é delas que vêm sua força e permanência. E, por isso, Getúlio Vargas continua sendo discutido e estudado e ainda sendo capaz de nos surpreender.

Referências Bibliográficas

.ABREU, Alzira Alves de. Getúlio Vargas e a Imprensa: **Uma Relação Conflituosa**. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), c2020. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa>> Acesso em: 12 jun. 2020.

AURÉLIO, Daniel Rodrigues. **Dossiê Getúlio Vargas**. São Paulo: Universo dos Livros, 2009.

CASTRO, Clarissa Costa Mainardi Miguel de. **O Governo Democrático de Vargas Através dos Cinejornais**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

DANTAS, Carolina Vianna. Careta. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), 2014. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARETA.pdf>> Acesso em: nov. 2020.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. (Série perfis parlamentares; n. 72).

DEL PRIORE, Mary. **Histórias de Gente Brasileira**, vol. 3: República-Memórias (1889 – 1950). Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p.138 – 149.

DEPARTAMENTO de Imprensa e Propaganda (DIP). In: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas** (CPDOC/FGV), c2020. Disponível em:

<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>> Acesso em: 20 jun. 2020.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. História e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Getúlio Vargas: Uma Memória em Disputa. *In*: FGV Repositório Digital, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6722>> Acesso em: 11 jun. 2020.

GOMES, Ângela de Castro. **O Mito Vargas**. *In*: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), c2020. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/MitoVarga>> Acesso em: 12 jun. 2020.

GOMES, Ângela de Castro. **Propaganda Política, Construção do Tempo e Mito Vargas: Calendário de 1940**. *In*: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa. Anais [...] João Pessoa: Simpósio Cultura e Política nas Américas, 2003. Disponível em < https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541_ff745cf5b3c7480395cd4f12368072ea.pdf > Acesso em: jun. de 2020.

GOMES, Ângela de Castro. Vargas Exemplar. *In*: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para Ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p.454-459.

HEYMANN, Luciana Quillet. **A Carta-Testamento e o Legado de Vargas**. *In*: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), c2020. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento>> Acesso em: 18 jun. 2020.

JAMBEIRO, Othon (org.). **Tempos de Vargas: o Rádio e o Controle da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2003.

JÚNIOR, Cláudio de Sá Machado. Percursos Visuais do Político: Representação Pública e Performance Fotográfica de Getúlio Vargas. **L'Ordinaire des Amériques**, [S.l.], n 219, 07 dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/or.da.2248>. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/or.da/2248?frbrVersion=2>> Acesso em: 13 de jun. 2020

LAMARÃO, Sérgio. Carta Testamento. **In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)**, c2009. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=Carta+Testamento+de+vargas&TipoUD=0&MacroTipoUD=0&nItens=30>> Acesso em: 18 jun. 2020.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia**, [S.l.], v. 2, n.2, p. 11-20, 2013. DOI: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.2220134056>. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4056>> Acesso em: 6 nov. 2020.

MOLINA, Ana Heloísa. Fenômeno Getúlio Vargas: Estado, Discursos e Propagandas. **Historia & Ensino**, Londrina, v.3, p. 95-112, abr. 1997. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.1997v3n0p95>. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12697>> Acesso em: jun. de 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016, p. 13-39; 71-171.

SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos; SILVA, Elaine Silveira Mello. A Pedagogia da Imagem: o Uso da Imagem como Fonte e Lugar de História e Memória do Estado Novo. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S.l.], v. 05, ed. especial, abr. 2019, artigo nº 1141. DOI: <http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1141>. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1141>> Acesso em: jun. de 2020.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 351-401.

SOUZA, Desia Sinhorinha Cabral de. **O Mito Getúlio Vargas**: O Enfoque do Jornal Tribuna da Imprensa. 2005. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2005. Disponível em <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/DSouza1.pdf>> Acesso em: jun. de 2020.

VERSIANE, Maria Helena. **A Res Publica Brasileira**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2010.

VISCARDI, Cláudia M. R. Além do Café com Leite. **In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 165-169.

Imagens

Imagem 1: REVISTA CARETA. **Aspecto de uma parte da esplanada do Castello quando o Dr. Getúlio Vargas leu a sua plataforma de Governo.** Rio de Janeiro, n. 1.125, p. 19, 11 jan. 1930. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1930/careta_1930_1125.pdf> Acesso em: nov. 2020.

Imagem 2: ARQUIVO OSVALDO ARANHA/CPDOC. **Getúlio Vargas deixa Porto Alegre de trem para assumir o comando das forças revolucionárias em marcha para a capital federal.** 1930. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1930#>> Acesso em: nov. 2020.

Imagem 3: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. **A Juventude no Estado Novo.** [1937-1945], p. 16-17. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/exposicao-virtual/dip/juventude-estado-novo/16-17/>> Acesso em: nov. 2020.

Imagem 4: CPDOC. **Vargas desfilando em carro aberto na concentração trabalhista de 1º de maio, no estádio municipal do Pacaembú.** São Paulo, 1944. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio>> Acesso em: nov. 2020.

Imagem 5: TRIBUNA DA IMPRENSA. **Decisão Unânime:** Renúncia de Vargas. Rio de Janeiro, ano VI, n. 1.417, 23 ago. 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/16957> Acesso em: nov. 2020.

DOM PEDRO II NOS ESTADOS UNIDOS: IMPRESSÕES DO ROTEIRO DE UM MONARCA VIAJANTE (1876)

Jorge Henrique Marcelino*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p247-273

Resumo: A análise das impressões do último monarca do Império do Brasil, Dom Pedro II, em viagem aos Estados Unidos abarca a micro-história e a História da Ciência e da Técnica. A contextualização da viagem e os aspectos anotados pelo monarca em seu diário de viagem são as diretrizes para uma pesquisa que analisa os interesses científicos, culturais e diplomáticos do Imperador durante sua estadia, apresentando os objetivos da viagem do monarca brasileiro. Consiste como fundamentação desta pesquisa, a metodologia micro-histórica embasada na análise do volume 17 dos diários do Imperador e na crítica de bibliografias que permitam as respostas dos problemas acerca da viagem, reconstituindo os caminhos feitos por Dom Pedro II durante os meses que passou nos Estados Unidos.

Palavras-chaves: História do Brasil Imperial, História de Dom Pedro II, Micro-história, História da Ciência e da Técnica.

1. INTRODUÇÃO

Dom Pedro II (1825-1891) governou o Brasil por 49 anos, três meses e 22 dias. O Imperador brasileiro foi considerado um dos maiores governantes de seu tempo e se destacou pelo empenho aos estudos das letras, ciências e culturas, registrando suas experiências meticulosamente em seus diários que somam 43 volumes e foram escritos de modo ordenado entre 1859 e 1891. Do volume 17 dos diários do monarca do Brasil expostos à luz da micro-história emerge a pesquisa baseada nos múltiplos contatos interculturais promovidos por ele. São notáveis neste sentido os registros feitos a 08 de maio de 1876, onde, em visita à Imprensa Nacional dos Estados Unidos, dirige-se à oficina de encadernação e repara que 500 mulheres estão ali empregadas; e a 11 de maio, em que nota o trabalho feminino numa fábrica de fósforos. Ainda que lentas, as transformações sociais pontuais do século XIX fazem parte das memórias de Dom Pedro II, sendo importantes para compreender as mudanças nos valores morais aplicados nas sociedades em que convivera.

Nos Estados Unidos, o valor à ciência que lhe era dado é visto não apenas pela presença do monarca na Exposição Universal da Filadélfia, mas no cotidiano, quando fazia questão de visitar observatórios astronômicos, bibliotecas e institutos, sendo o mais célebre o Instituto de Surdos e Cegos, coordenado por Alexander Graham Bell, de quem se tornaria correspondente após a viagem. O porte das políticas públicas surpreende o monarca numa modernidade que não conhecera na velha Europa. Um progresso incrustado nas ferrovias e na produção automatizada em larga escala, é parte do fascínio de Dom Pedro II pelo projeto de nação implantado pelos estadunidenses.

A imprensa estadunidense, principalmente o jornal The New York Herald, faria

D. Pedro II nos Estados Unidos

ampla propaganda sobre os visitantes imperiais; destaque para seu correspondente enviado ao Brasil, James O'Kelly, que esteve junto à corte brasileira em janeiro de 1876 e não saiu da presença de Dom Pedro II durante o embarque, o trajeto e tampouco durante a estadia deste nos Estados Unidos da América. Merece destaque nesse sentido o trabalho de Argeu Guimarães (1961) no livro *Dom Pedro II nos Estados Unidos*, que analisou todas as publicações de O'Kelly e roteirizou a viagem do Imperador a partir da ótica do correspondente do New York Herald. Carvalho (2007, p. 162) aponta a dimensão da admiração dos jornalistas estadunidenses pelo monarca tropical durante e depois de sua visita, citando o The New York Times de 16 de novembro 1889, que afirmava não haver monarca vivo com a reputação maior que Dom Pedro II, repetindo o elogio quando de sua morte em 1891.

Lília Schwarcz enfatiza em *As Barbas do Imperador* a importância das Exposições Universais para a segunda metade do século XIX, onde o mundo se transforma amplamente. Estes eventos são símbolos das prosperidades, apresentando as novidades científicas e os progressos obtidos pelos países em áreas definidas, enfatizando a indústria, as belas-artes, as manufaturas e matérias-primas como os principais destaques (cf. SCHWARCZ, 1998, p. 385-407). No capítulo intitulado "Exposições universais: festas do trabalho, festas do progresso", Schwarcz analisa como as Exposições Universais foram ampliando sua magnitude, o papel da burguesia neste processo e a participação do Império do Brasil, que a historiadora associa à afeição do Imperador pelo progresso e pela ciência, salientando que "[...] nada combinava mais com esse monarca que se auto representava como 'moderno, cosmopolita e cidadão' do que o espetáculo das Exposições Universais" (SCHWARCZ, 1998, p. 388). A nada simples tarefa de transformar o Brasil em uma nação coube a um menino de catorze anos de idade que, refém de sua personalidade, fez-se um

monarca extremamente interventivo e participativo das minúcias da vida política do país (BARMAN, 2012, p. 10).

As perspectivas de “Práticas” e de “Cultura Material”, trazidas por Peter Burke em *O que é história cultural?*, alicerçam fortemente a escrita da História e permitem considerar os registros de Dom Pedro II em âmbitos separados da Nova História da Cultura, sem sair, entretanto, da perspectiva analítica de seus interesses, uma vez que se segue o estudo da viagem e das relações envoltas em sua estadia. No Capítulo III, intitulado “A vez da antropologia histórica”, Burke (2005, p. 184) traz o nome de Carlo Ginzburg como pertencente ao viés Cultural da História pela obra *O queijo e os vermes*. É verídico que o trabalho de Ginzburg não se aparta totalmente do viés supracitado, entretanto é renovadora do ponto de vista investigador, uma vez que privilegia o uso da fonte, permitindo ao historiador a minúcia dos detalhes sem dar ao texto características de linearidade.

A micro-história norteará a metodologia de escrita considerando a redução da escala de análise histórica proposta pela pesquisa, resumindo-se a três meses da vida de Dom Pedro II. Nos trabalhos de Giovani Levi e de Carlo Ginzburg, é evidente o papel do historiador como um investigador que delimita o seu objeto de estudo e esmiúça as possibilidades de fonte, o que na reconstrução do passado fez-se ferramenta no trabalho de Ginzburg em “O queijo e os vermes”, que, ao perfazer o exame do cotidiano de Domenico Scandella, trabalhou os pormenores de sua vida, inclusive impressões; e do julgamento perante o Tribunal do Santo Ofício, contextualizando o seu estudado com a sociedade do Século XVI. Deste modo, a redução da escala em vista da História Geral apresenta à perspectiva macro-histórica novas realidades sobre o contexto observado que, com a ligação da micro-história com a forma narrativa-histórica de escrita, permite uma descrição densa, grande

D. Pedro II nos Estados Unidos

apoio ao historiador na remontagem de um fato característico, com fonte muito particular.

Edward Palmer Thompson (1981, p. 52) expõe que: “somente nós que estamos vivendo agora, podemos dar um ‘significado’ ao passado”. Convergindo com a ideia de Thompson, é importante para a historiografia, sobretudo a brasileira, trazer a significância da viagem de Dom Pedro II aos Estados Unidos, que muito diverge de uma habitual visita oficial de um Chefe de Estado, não sendo ele um turista qualquer e não sendo aquela qualquer viagem. As conexões históricas, portanto, são uma pequena parcela do enriquecimento do conhecimento histórico e da produção-história. A História que se abriu às abordagens diversificadas e novos objetos já provou que “[...] pode fazer mais do que estudar jardins murados” (BRAUDEL, 1949 apud BURKE, 1992, p. 12).

Em 1876 o Império do Brasil vivia o contexto de pós-guerra num infamante e desastroso conflito contra o Paraguai findado em 1870 que demandou muito tempo, recursos e, sobretudo, vidas. A política interna era confusa e conflituosa. Sucederam-se no pós-guerra a Lei do Ventre Livre, em 1871; a fundação do Partido Republicano, em 1872; a questão dos bispos e maçônicos em 1874; e a falência do Barão de Mauá, em 1875. Intimamente, o Imperador também sofrera com infortúnios. A morte da filha mais nova, Dona Leopoldina, em 1871 causara-lhe profunda dor, fazendo com que se afastasse do trono por sete meses. Como afirma Schwarcz (1998, p. 373) havia em 1876 “[...] um Imperador enfastiado e que não escondia mais sua irritação com a tacanha realidade nacional e planejava sua segunda viagem ao exterior.” O artigo pretende responder às questões de pesquisa, como: Qual a intencionalidade de Dom Pedro II ao visitar os Estados Unidos? Era uma viagem meramente diplomática ou havia por trás desta uma necessidade de conferir o progresso desse país? Somente a

Exposição Universal da Filadélfia lhe chamou a atenção nos Estados Unidos? Por que lhe foi atribuído o título de 'Imperador lanque'? Analisando sua escrita, para quem escreve seus relatos? Como o jornal *The New York Herald* registrou sua estadia? Quais impressões obteve da Exposição Universal da Filadélfia?

2. O IMPÉRIO TROPICAL: O COMEÇO DA DERROCADA BRAGANTINA NO BRASIL

Na abertura do primeiro capítulo de sua célebre obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis traz a seguinte afirmação de seu narrador-personagem: “[...] eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor...” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p.7), elucidando a facticidade de que Cubas morreu para poder escrever, ele é, portanto, um defunto que escreve. Dom Pedro II viajante pelo exterior não seria comparável a Cubas de outra maneira? Seria o Imperador um monarca que viaja ou um viajante que é monarca?

Dom Pedro II iniciou seu governo em 23 de julho de 1840 em um movimento que ficou conhecido por ‘golpe da maioria’. O período entre a elevação de Sua Majestade, aos incompletos 15 anos de idade, até a Questão Republicana em 1870 é chamado por Heitor Lyra de *Ascensão*, no primeiro livro da trilogia; sucedido por seu *Fastígio* entre os anos 70 e 80 e, finalmente, o *Declínio* entre 1880 e 1891, ano de sua morte em Paris aos 66 anos. Dentro dos trinta anos de ascensão do Imperador, destacam-se momentos de foro pessoal como o seu casamento em 1843 com Teresa Cristina de Bourbon, Princesa das Duas-Sicílias; o nascimento de seus quatro filhos Afonso, morto aos dois anos, Isabel, Leopoldina e Pedro, morto também aos dois anos; e anos mais tarde o casamento das filhas em 1864, seguido da morte de Leopoldina em 1871. Politicamente, Dom Pedro II enfrentou duras revoltas regionais descentralizadoras; articulou a instituição do ‘Parlamentarismo à brasileira’; assistiu o fim do tráfico negreiro em 1850; a inauguração do cabo telegráfico em 1852 e das

D. Pedro II nos Estados Unidos

Estradas de Ferro à Petrópolis em 1854 e Pedro II em 1859; protagonizou a questão William Christie¹ em 1862; e a Guerra do Paraguai² entre 1865 e 1870. Deste modo, o custo do conflito, seus desgastes e desdobramentos e a morte filha, em Viena, pareceram colocar Dom Pedro II distante do poder e necessitado de aliviar-se das pressões governamentais para espairecer. A Imperatriz, ao saber do fúnebre acontecimento, adoeceu (CALMON, 1975, p. 881). Uma viagem, portanto, pareceu-lhe muito conveniente naquele momento.

Dona Leopoldina faleceu em fevereiro de 1871 e em maio, Dom Pedro II, Dona Teresa Cristina e comitiva³ partem para a Europa com o aval da Assembleia Geral da Câmara⁴. Sua Majestade, muito afeito a outros idiomas, nunca havia saído do Brasil; promoveu, contudo, viagens dentro do país passando pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo em 1845; Rio de Janeiro em 1847; Espírito Santo, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Paraíba entre 1859 e 1860; Minas Gerais em 1861, 1865 e 1886, além de breve passagem em Belém a caminho de Nova Iorque em 1876. A primeira viagem ao exterior do Imperador causou polêmica, uma vez que políticos consideravam inexperiente a jovem Princesa Isabel, de 24 anos, para ser regente em um momento em que o movimento republicano fora iniciado e a questão abolicionista tomava grande fôlego e incomodava a elite agrária (SCHWARCZ, 1998, p. 361) Contudo, as

¹ Episódio conhecido por determinar o corte de Relações Diplomáticas entre o Império do Brasil e o Reino Unido. Sobre o assunto vide SCHWARCZ, Lília. 1998, pp. 296-318; CARVALHO, José Murilo de. 2007, p. 103; LYRA, Heitor. 1977a, p. 207 e CALMON, Pedro. 1975, pp. 675-698.

² Sobre o assunto ver DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 656 p.; e SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai – escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 166 p. Para um relato de um soldado ver CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. 4. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, 383 p.

³ Um camarista, Nogueira da Gama; um veador, Visconde de Bom Retiro; um médico, Barão de Itaúna; duas damas Josefina Costa e Maria da Gama; duas artistas, Leonídia Esposel e Joana d'Alcântara; e um criado, Pedro de Pádua. Cf. GOUVEA, Fernando da Cruz. 1978, p. 112.

⁴ Segundo a Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824, em seu Artigo 104, “O Imperador não poderá sair do Império do Brasil sem o consentimento da Assembleia Geral; e se o fizer, se entenderá que abdicou a Coroa”. Cf. BRASIL. *Constituição* (1824).

motivações de Dom Pedro II não foram apenas de ordem política, já que seus netos menores de idade necessitavam de quem os cuidasse.

Seu roteiro contemplou Europa e Egito. Em Lisboa teve com a madrastra, Amélia de Leuchtenberg, um reencontro e conheceu o viúvo de sua irmã, Maria II de Portugal, Fernando de Saxe-Coburgo-Gota, além de sobrinhos. Seu jeito peculiar para um monarca atraiu curiosos e o apelido, por parte de Eça de Queirós, de 'Pedro da Mala'. Local da morte de seu pai e irmã, Portugal poderia passar más imagens ao Imperador que, contudo, preferia saber dos acadêmicos e ilustrados, visitando instituições de ensino e conversando com cientistas e intelectuais contemporâneos como Alexandre Herculano. Passaria ainda por Madrid, Paris; em Londres teve com a Rainha Vitória, passando dois dias no Castelo Osborne e com o Príncipe Real da Suécia, futuro Oscar II; Bélgica; Império Alemão, onde conversou com seu admirado Richard Wagner e rezaram em silêncio enquanto o genro lhe entregava os netos Pedro e Augusto para que fossem criados no Rio de Janeiro (CALMON, 1975, p. 922); Império Austro-Húngaro; Reino da Itália, onde após visitar o norte, foi para o Oriente próximo⁵, visitando o Egito. Do Egito, tornou à Europa por Nápoles, terra de sua Consorte, passando por Roma para tentar conciliar (LYRA, 1977b, p. 190; CALMON, 1975, pp. 942-952) Sua Santidade Pio IX (pontífice entre 1846 e 1878) e Vitor Emanuel I. De Roma foi para Perugia; Suíça; e novamente Paris, seu encanto, que apesar dos pesares, ainda era Paris dos museus, teatros, bibliotecas, instituições de ensinos e academias. Por lá, como um devoto, conheceu Louis Pasteur, célebre à época pelos estudos sobre a transmissão de doenças; quando chegou ao Rio de Janeiro, mandou-lhe a comenda da Imperial Ordem da Rosa.

⁵ Sobre o assunto vide KATHLAB, Roberto. Viagens de Dom Pedro II: Oriente Médio e África do Norte (1871 e 1876). Petrópolis: Benvirá, 2015. 392 p.

D. Pedro II nos Estados Unidos

A Igreja Católica Apostólica Romana seria a segunda instituição a sofrer com as decisões do Chefe da Nação, uma vez que o Exército foi a primeira durante a Guerra do Paraguai. Segundo a Constituição do Império do Brasil, era a Católica a religião oficial do Estado (cf. BRASIL, 1824, art. 5), tendo este, por meio do Poder Executivo, a prerrogativa de nomear os bispos e prover os benefícios eclesiásticos (cf. BRASIL, 1824, art. 102, inciso II) e conceder ou não o beneplácito aos decretos dos concílios e encíclicas papais, e quaisquer outras leis eclesiais que não contrapusessem a Constituição Nacional (cf. BRASIL, 1824, art. 102, inciso XIV). Ou seja, o monarca era, de fato, o representante legal da Igreja no país e, além disso, por pagar do Tesouro Nacional todo o clero incardinado⁶ nas dioceses do Brasil, a Coroa nomeava os Episcopos em prática conhecida por padroado. O beneplácito⁷, por sua vez, causou parte da divergência entre Dom Pedro II e Sua Santidade Pio IX, uma vez que as Bulas tocantes à maçonaria e os documentos do Concílio Vaticano, principalmente o dogma da infalibilidade papal⁸, foram vetados pelo Imperador, ele mesmo um frequentador das lojas maçônicas, assim como seu Presidente do Conselho de Ministros, Visconde do Rio Branco, à época o Grão- Mestre da maçonaria nacional (CALMON, 1975, p. 1007). Dificuldade para os padres e bispos que não sabiam se obedeciam ao Papa ou ao governo que lhes pagava o soldo.

Em 1872, a maçonaria promoveu festa em honra à promulgação da Lei do Ventre Livre na Capital do Império (CALMON, 1975, p. 1015). O orador escolhido foi o padre maçom Almeida Martins incardinado na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro que descumprindo as Bulas⁹ de Pio IX, que proibiam os católicos de

⁶ Sacerdote admitido dentro de uma diocese.

⁷ Para melhor compreensão do Beneplácito e Padroado vide CARVALHO, José Murilo de. 2007, p. 150.

⁸ Cf. PIO X, São. Do Papa e dos Bispos. In: _____. Catecismo Maior de São Pio X. Niterói: Permanência, 2010, p. 51-53.

⁹ Qui Pluribus, Quibus Quantisque Malis, Quanta Cura, Multiplices Inter e Apostolicae Sedis Moderationi.

frequentar e filiar-se às lojas maçônicas, foi suspenso das ordens pelo Bispo local Dom Pedro Maria de Lacerda. Em apoio à Santa Sé, em Pernambuco, estava o jovem bispo de Olinda e Recife, o Capuchinho¹⁰ Dom Frei Vital Gonçalves de Oliveira, de apenas 28 anos, que determinou a excomunhão de todo o fiel Católico Romano que tivesse parte com a maçonaria. Em Belém, posição similar tomou Dom Antônio de Macedo Costa em fidelidade ao Papa e em solidariedade ao colega pernambucano de episcopado.

Os maçons excomungados recorreram da decisão, uma vez que os documentos não passaram pelo beneplácito. O recurso correu pelo Conselho de Estado, tendo a conclusão dos conselheiros de que os Bispos ultrapassaram as competências de seu poder, ao se insubordinar contra as leis nacionais. Com o parecer aprovado, Dom Vital e Dom Antônio, conforme a ordem do governo, deveriam suspender suas decisões imediatamente, porém, como os mitrados se negaram a obedecer, acabaram indiciados junto ao Supremo Tribunal de Justiça e por sentença dos juízes foram presos (CALMON, 1975, p. 1024) e condenados, em 1874, a trabalhos forçados e cárcere por quatro anos, com a pena comutada posteriormente a prisão simples. Em viagem à Europa, por conta de gravidez¹¹, a Princesa Isabel protestou contra a ratificação, pelo pai, da prisão dos bispos nas cartas trocadas com o Imperador (CALMON, 1975, p. 1044), estando ela própria e o marido, Conde d'Eu, diante do Papa, que em fevereiro de 1875 manda carta a Dom Pedro II solicitando a liberdade dos religiosos. Substituto do Visconde de Rio Branco na Presidência do Conselho de Ministros, o Duque de Caxias, muito católico, embora no passado maçom, iniciou o processo de anistia dos episcopos, ameaçando deixar o governo

Sua Santidade Pio IX publicá-las-ia em 1846, 1849, 1864, 1865 e 1869. Em seu pontificado combateria a maçonaria ainda com a Esti Multa de 1873 e com a Esti Nos de 1882.

¹⁰ Religioso ingresso na Ordem dos Frades Menores que segue a Regra de São Francisco de Assis.

¹¹ A criança nasceria morta em 1874. Porém, em 1875, D. Isabel daria à luz à Dom Pedro de Alcântara.

D. Pedro II nos Estados Unidos

caso o Imperador não concordasse. Entediado, o Imperador anistiou Dom Vital e Dom Antônio em setembro de 1875 (CARVALHO, 2007, p. 156).

Neste tédio havia, por parte de Dom Pedro II, o desejo de voltar à Europa (LYRA, 1977b, p. 221). Com a crise dos bispos resolvida, um herdeiro presuntivo finalmente nascido em outubro de 1875, a aquisição de experiência governamental por parte da Princesa Isabel, o seu homem de confiança na chefia do Ministério e o desejo de completar sua viagem à Europa e, por insistência de Louis Agassiz, conhecer finalmente os Estados Unidos da América, em 1876 o monarca parecia decidido a viajar. A notícia de que haveria, na Filadélfia, uma Exposição Universal em comemoração ao Primeiro Centenário da Independência dos Estados Unidos era um ânimo acrescido no ego do Imperador, haja vista ser uma oportunidade de “[...] verificar o progresso dessa grande nação americana” (SCHWARCZ, 1998, p. 373) e da ciência, a quem prestava grande tributo. Mesmo ao fim dos tumultos políticos, era então a saúde da Imperatriz Teresa Cristina que preocupava. Mesmo com uma estadia nos ares de Nova Friburgo o quadro não era animador e assim se arranhou o motivo oficial para o embarque à Nova Iorque e procurar calar as críticas severas do Senador José de Alencar. Embora o Congresso tenha dado a licença para tratar a saúde de Dona Teresa Cristina a verdadeira intensão, na verdade, consistia em procurar alívio da situação agitada da corte e das suas constantes tensões sociais e políticas, dando sinais do Imperador que ‘abre mão’ de reinar (BARMAN, 2012, p. 391). Desde a sua mais tenra infância, na morte do pai, do tutor, e em mais rupturas emocionais, o Imperador procurava “[...] manter o seu universo particular seguro dentro de si mesmo na forma do aprendizado e da instrução” (BARMAN, 2012, p.68). Se a Europa e o Egito, mundos conhecidos por si apenas nos livros, já lhe serviram de novas experiências e conhecimentos em 1871, a comitiva partiria em 26 de março de

1876 para conhecer outra civilização no continente americano. “Quero ver os maiores centros industriais, para aprender alguma coisa que possa aproveitar no meu país quando regressar” (GUIMARÃES, 1961, p. 59).

3. O PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE E O CORRESPONDENTE¹²

Os registros do volume 17 dos diários do monarca brasileiro divergem do modelo tradicional de diário, onde o autor exprime seus sentimentos íntimos para guardá-los a fim de preservar-se ou recordar-se das experiências anotadas. Estes registros divergem dos diários utilizados como exercício de memória e escrita, tratando-se, portanto, de uma escrita para si e para o outro, uma vez que o monarca descreve o que vê para recordar-se e para quem o lê imaginar os cenários descritos. Na carta à Princesa Isabel, transcrita ao Diário, e datada de 11 de maio de 1876, elucida seu intuito:

Recomendo-lhe o New York Herald que publica tudo de minha viagem com muitíssima exatidão – quando o permitem as circunstâncias. O Partridge¹³ e mesmo outros hão de recebê-lo. Adeus! As notas de viagem foram escritas a vapor e só para depois fazer uma narração exata da viagem à vista delas. Porém ainda não me chegou o tempo para isso, e vocês aproveitam o que puderem de semelhante sarrabulho. Adeus, ainda cheio de saudades, de seu Pai que tanto lhe quer... (PEDRO II, 1876, p. 14).

A revelação da feitura das notas e da descrição mostra a vontade de partilha que o Imperador tem sobre este empreendimento. Conforme Ângela Gomes (2004, p. 16) “[...] A escrita de si é, ao mesmo tempo, construtiva da identidade de seu autor e de seu texto, que se criam, simultaneamente, através desta modalidade de ‘produção do eu’”. Assim a identidade de Dom Pedro II como viajante é construída

¹² O termo “Patrimônio da Humanidade” é referência ao título ganho pelos documentos do Imperador junto à UNESCO em 2012. Disponível em: <<http://www.museuimperial.gov.br/palacio/patrimonio-da-humanidade.html>> Acesso em 20 mar. 2020.

¹³ Trata-se do Ministro estadunidense no Brasil, James Partridge.

D. Pedro II nos Estados Unidos

conjuntamente com seu relato, ainda que sua disposição¹⁴ seja uma característica inata. Seus registros são meticulosos, com data e hora severamente marcadas, quando não, próximas; em dias que esteve fora em afazeres, assinala com suas ações, sempre descrevendo com detalhes não somente suas impressões pessoais, mas características gerais do que nota. Em 08 de maio, dois dias antes da abertura da exposição, esteve com Grant em Washington.

Antes do almoço¹⁵ fui ao Smithsonian Institution. Os objetos mais curiosos foram para Filadélfia onde encontrarei o professor Henry, que muito me agradou e era amigo íntimo de Agassiz, que muito me falou nele. Mostrou-me todo o estabelecimento. Há belos modelos em gesso de animais fósseis. O túmulo de Séptimo Severo não está acabado mas indica que fosse dele. Às 10 fui ver o botanical-garden que me agradou pela variedade de plantas exóticas. Vai publicar um catálogo. Fica junto ao Capitólio aonde eu fui e vi a biblioteca de 300.000 volumes. É bela porém não chega no arranjo ao do British Museum, e da nova planta da Biblioteca Nacional de Paris.

Assisti à reza da abertura da Câmara ao meio dia. Vi a Supreme- Court cujo aspecto impôs-me respeito. São 9 magistrados — todos presentes — que dizem são de uma reputação ilibada.

Fui depois visitar o presidente. Seu aspecto é grosseiro. Pouco fala. A nora é muito amável. A mulher feia e vesga faz o que pode para ser amável. O filho parece rapaz muito inteligente. Mr. e Mrs. Fish agradaram-me muito.

Depois de jantar fui à imprensa nacional. 1200 trabalhadores. Salões de 300 pés de comprimento e 76 de largura, para composição, prensas das melhores — uma imprime 7.000 folhas de ambos os lados numa hora. Disseram-me que a máquina não dobra perfeitamente; porém depois o diretor confessou que o governo não adota essa máquina nem a de coser para empregar mais braços. Bela oficina de encadernação — encadernam muito solidamente e com gosto.

Há 500 mulheres empregadas. A oficina da eletrotipia é mesquinha. Imprime só para o governo na razão de 700.000 impressos por ano e encadernam na mesma razão. É um estabelecimento digno de ver-se. Montou-se em 1861. (PEDRO II, 1876, p. 13-14)

As falas de Dom Pedro II revelam que sua escrita é uma maneira da

¹⁴ Impressionante neste sentido é a viagem de Dom Pedro II à Bahia em 1859, onde percorria cerca de três a quatro cidades por dia. Cf. CALMON, 1975, p. 577 et seq.

¹⁵ Dom Pedro II tinha hábitos muito regrados, inclusive os alimentares. Desde menino fazia o desjejum às sete, o almoço às dez, o jantar às dezesseis e a ceia às vinte e uma. Cf. CARVALHO, 2007, p. 96.

posteridade conferir os seus percursos e as suas ideias para com a sociedade estadunidense. Se os políticos críticos ao seu reinado apontam que suas férias eram inadequadas, o Imperador lhes respondia com sua habilidade e abertura por descobrir inovações científicas, melhorias aplicáveis para políticas públicas e uma visão progressista numa sociedade que há pouco abolira o sistema escravagista e enfrentara uma Guerra Civil que ainda dividia sua população. Pelos seus modos desembaraçados, simplicidades nos atos e despreocupação com a etiqueta, O'Kelly chamaria Dom Pedro II de 'Imperador Ianque' no editorial de 02 de abril de 1876, onde o Herald publicaria que "[...] nosso Imperador Ianque não sai para valsar [...] nem caçar, mas para realizar sempre trabalho útil. Quando voltar à pátria saberá mais acerca dos Estados Unidos do que dois terços dos membros do Congresso." (HERALD, 1876 apud GUIMARÃES, 1961, p. 176)

James O'Kelly já registrava que Dom Pedro II era um verdadeiro ianque¹⁶. O periódico, segundo Argeu Guimarães (1961, p. 5), foi fundado por James Gordon Bennett, sendo adepto ao que contemporaneamente se intitula por sensacionalismo, utilizando-se de "[...] iniciativas para estarrecer a humanidade...", levando ao público notícias sobre as revoluções, surtos, guerras, catástrofes e afins, ou seja, movendo-se pela publicidade (GUIMARÃES, 1961, p. 6). Na direção do Herald em 1875, Bennett Junior, filho de James Bennett, ao saber da decisão do Imperador do Brasil em assistir à Exposição Universal da Filadélfia não perdeu a chance de publicar a notícia de forma completa enviando para o Rio de Janeiro um correspondente especial. Descendente de irlandeses James O'Kelly, incumbido de apresentar aos leitores do diário um retrato sobre o Império do Brasil e seu soberano (GUIMARÃES, 1961, p. 7).

¹⁶ The New York Herald, edição de 16 de abril de 1876.

D. Pedro II nos Estados Unidos

O jornalista partiu para a corte em janeiro de 1876 e até o embarque de Dom Pedro II à Europa, em julho, não saiu de perto dele.

O primeiro editorial do Herald sobre a visita de Dom Pedro II é datado de 21 de fevereiro de 1876. Ao todo, o jornal faria 63 edições cobrindo a estadia de O'Kelly no Rio de Janeiro, o trajeto até Nova Iorque e o cotidiano do monarca em solo estadunidense entre fevereiro e 12 de julho de 1876, quando os nomes de Suas Majestades Imperiais são citados pela última vez. Enquanto fevereiro rendeu apenas a citada edição do dia 21 que tratou da chegada do correspondente ao Brasil e das suas impressões sobre a corte (GUIMARÃES, 1961, p. 23), março teria quatro publicações, as quais duas de abril convergem no diálogo, tratando de aspectos do Brasil e do trajeto entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque, que obrigou paradas acaloradas em Salvador, Recife e em Belém; as demais vinte edições de abril, quinze de maio, dezesseis de junho e cinco de julho são de assuntos corriqueiros sobre as atividades do Imperador nos Estados Unidos. As maneiras republicanas do soberano brasileiro encantariam o povo estadunidense.

Nem creio que nos Estados Unidos e na Europa se hajam escrito impressões mais diretas, exaustivas e verídicas sobre o Imperador que mereceu, no aludido milésimo, carinhoso acolhimento dos nossos velhos e bons amigos do Norte, seduzidos pela sua personalidade, encantados com os seus hábitos simples e afáveis (GUIMARÃES, 1961, p. 4).

A partida para Nova Iorque se deu com festas após o feriado de 25 de março¹⁷, não faltando a típica comoção de Dona Isabel (CARVALHO, 2007, p. 159; GUIMARÃES, 1961, p. 49). O Hevelius levaria vinte dias exatos para concluir a viagem, passando por Salvador, cuja cidade ninguém desembarcou pela ordem de quarentena decretada pelos casos de febre-amarela; por Recife, onde o Imperador, rígido com os horários,

¹⁷ Dia do Juramento à Constituição. Cf. SCWARCZ, Lília. 1998, p. 292.

apenas permitiu que as autoridades civis e militares viessem cumprimenta-lo (GUIMARÃES, 1961, p. 72); e por Belém, local em que finalmente a comitiva pôde desembarcar após chuva torrencial, em cinco de abril, sendo cercada por populares interessados em saudar os visitantes imperiais e garantir seu beijo às mãos de Suas Majestades (Cf. CARVALHO, 2007, p. 160). Dom Pedro II permaneceria apenas quatro horas na capital do Grão-Pará, voltando para suas aulas de sânscrito, para as leituras de Shakespeare e as traduções de Henry Longfellow e John Whittier. Era a ânsia de chegar logo.

4. UM IMPERADOR VERVE PARA A VERVE ESTADUNIDENSE

Em um sábado, 15 de abril de 1876, pouco depois das três da tarde, Dom Pedro II pôs os pés nos Estados Unidos. Depois de cerimônia oficial que contou com enviados do Presidente Ulysses Grant, o casal imperial desembarcou no Brooklin, tendo rejeitado uma lancha presidencial, indo de carruagem para um hotel na Quinta Avenida, que segundo O'Kelly, recebeu a visita de muitos populares desocupados interessados em apenas saber se o Imperador já havia chegado e ali se alojado¹⁸. Depois de breve descanso, o monarca inquieto para perceber o progresso daquela parte da América saiu às ruas de Nova Iorque, visitando a oficina do Herald que muito o agradou pelas linotipos que executavam milhares de exemplares do jornal (GOUVÊA, 1978, p. 188) e, por fim, o Teatro Booth, onde assistiu Henry V de William Shakespeare. Três dias Dom Pedro II passaria entre os nova-iorquinos até tomar o vapor Pullman, da Union Pacific com destino à San Francisco, Califórnia, de onde a partir do dia 30 de abril de 1876, começam seus registros.

Nove dias durou o trajeto entre Nova Iorque e San Francisco. O início dos registros de seu diário de viagem, o volume 17, descreve a região geográfica e

¹⁸ The New York Herald, edição de 16 de abril de 1876.

D. Pedro II nos Estados Unidos

geologicamente, atendo-se à paisagem e atividades econômicas locais, onde inevitavelmente faz comparações com o Brasil, registrando que “[...] na vinda examinei aqui as oficinas centrais desta estrada de ferro. São muito importantes; porém não tão bonitas como as da estrada de ferro do Rio...” (PEDRO II, 1876, p. 1) e havendo a possibilidade de ligar o Império Russo à América pelo Estreito de Bering, registrou Dom Pedro II (1876, p. 1) “[...] Ir-se-á, assim, por estrada de ferro de ferro de N. Y. até Lisboa. E a América do Sul?”, são projeções de um viajante que é, por consequência, um monarca. A preferência pelos navios a vapor, os custos que projetos mirabolantes poderiam ter e, posteriormente, a invenção do avião que substituiria as ligações entre os países, frustrariam seu plano progressista.

Diferentemente da ida, a volta pela Union Pacific é registrada detalhadamente. De San Francisco, passou em Salt Lake City, onde visitou um Tabernáculo Mórmon (PEDRO II, 1876, p. 7); agradou-lhe a Chicago de 400.000 habitantes, local onde soube dos elevadores; no caminho para Oil-City, senhoras adentraram seu vagão e uma perguntou sobre Valparaíso, pensando ser uma cidade brasileira; vendo a gafe, as quatro foram embora (PEDRO II, 1876, p. 10); em Auburn visitou uma penitenciária, a qual, segundo suas palavras, era inferior à do Rio (PEDRO II, 1876, p. 11); em Pittsburg, observatório astronômico e encontro com Donnely, chefe de polícia que morara no Brasil por nove anos; quando finalmente chegou a Washington, em 07 de maio, onde assistiu a Missa na Catedral de São Mateus Apóstolo¹⁹ e foi visitar o Capitólio.

Em Annapolis, Dom Pedro II visitou as escolas naval e de maquinistas, o observatório astronômico e naquela a Academia de Música, o Teatro Ford, a

¹⁹ “[...] Igreja pequena e cantoria péssima. Notei que as pessoas de cor ocupavam um lugar separado na galeria. Sermão medíocre por um padre de 80 anos...” PEDRO II, Dom. 1876, p. 12.

Biblioteca, a Academia de Ciências, a Catedral de São Luís²⁰, a Escola Normal, a Prefeitura, o Cemitério, onde viu a sepultura de Edgar Allan Poe; terminando o dia no First Theatre. Os dias de Dom Pedro II nos Estados Unidos estiveram reservados para visitas às instituições de ensino para crianças, os chamados kindergarden (ou jardim de infância), as escolas normais e superiores, museus, observatórios astronômicos, penitenciárias, prédios públicos, monumentos, fábricas, institutos científicos, pontos turísticos, templos religiosos, jornais e casas de repouso para os ex-combatentes da Guerra Civil, os mais necessitados e surdos-mudos, sendo os gastos dos empreendimentos constantes em seus registros, que contemplam após as horas o nome da estação e tudo aquilo que repara da janela do trem. Antes de partir para Baltimore para conhecer o Sul, o Imperador abria a Exposição Universal da Filadélfia em 10 de maio, ao lado de Grant. José Murilo de Carvalho (2007, p. 166) salienta que duzentas mil pessoas vieram assistir a abertura da Exposição, chegando Dom Pedro II bem antes do Presidente, mas juntos puxaram a alavanca da Corliss Engine, que acionou cerca de outras oito mil máquinas.

Dom Pedro II passaria mais de um mês percorrendo os Estados Unidos e o Canadá antes de fazer qualquer exame na Exposição da Filadélfia. Passando por Ohio, Indiana, Kentucky, Tennessee, Illinois, Mississippi, Louisiana, Alabama, novamente Tennessee, Búfalo, estado de Nova Iorque; Canadá, cidade de Nova Iorque até regressar à Filadélfia; não deixou de queixar-se dos modos sulistas e de “[...] sua má causa interesseira” (PEDRO II, 1876, p. 24), que o fazia preferir o norte ao sul. Em Boston encontrou-se com seus amigos Henry Longfellow e John Whittier; e em Vassar College, Poughkeepsie, para garotas, examinou as dependências e conheceu Maria

²⁰ Dom Pedro II deve ter se enganado. A Catedral, hoje Basílica do Santuário Nacional, de Baltimore, é dedicada à Virgem Maria. Para São Luís há, apenas, uma Paróquia em Clarksville. Cf. PEDRO II, 1876, p. 15.

D. Pedro II nos Estados Unidos

Mitchell, primeira astrônoma profissional dos Estados Unidos e diretora do Observatório Astronômico de Vassar College. Passaria, ainda, pela Universidade de Yale até iniciar a visita à Exposição Universal em 20 de junho.

Segundo seu registro, Dom Pedro II iniciou suas visitas às 10 horas, findando-as às 14 horas. Os pavilhões da exposição eram divididos nas Alas de Máquinas, como o nome pressupõe, onde os países expunham as novas máquinas de uso corriqueiro; no Pavilhão da Agricultura, para os instrumentos agrícolas; e no Pavilhão da Hortícola, para espécimes agriculturáveis, como frutas e plantas. Naquele dia, devido ao grande número de colônias e a extensão do Império Britânico, houve muito o que analisar, porém lhe chamaram a atenção as coleções mineralógicas da Austrália, os diamantes da Cidade do Cabo, os quais comparou aos brasileiros e o café jamaicano, “[...] tão bom como o nosso melhor...” (PEDRO II, 1876, p. 68). No fim da análise o Imperador salientava que as “máquinas já conhecidas e que não tenham melhoramentos eu não examino” (PEDRO II, 1876, p. 68).

No dia seguinte, somente a exposição francesa demandou sua atenção. Interessou-se pela coleção de maquinaria de Deleul, uma balança e uma pneumática; a joalheria de Boucheron; a Ala de Agricultura não expôs nada que chamasse a atenção e a de Hortícola, não expôs. Mas Dom Pedro II traria folhetos explicativos do que viu na Ala de Máquinas. Mais chamativa lhe foi o pavilhão dos Estados Unidos entre os dias 23, 24 e 25 de junho, em que nota avidamente coleções sobre a vida dos povos nativos, mineralogia e pesca e metalurgia; porém se afeiçoa aos guias de instrução pública, os quais ele trouxe para o Brasil (PEDRO II, 1876, p.71). Seria nesta ocasião, ao lado de Alexander Graham Bell, que o Imperador entraria para sempre para a história da ciência, testando pela primeira vez o telefone, num episódio rodeado de fábulas.

A fábula do telefone começa com o próprio Herald. A edição de 28 de julho traz a floreada versão da romancista Bertita Harding sobre o fato, em que diante de um *stand* às escuras, um jovem inventor escocês fora esquecido pelo público e pela comissão, mas foi reconhecido por Dom Pedro II, um conhecedor de seu trabalho com os surdos-mudos em uma Escola em Boston. O Imperador, testando o aparelho, de modo perplexo gritara “Meu Deus, isto fala!” e depois, tendo Bell recitado o solilóquio²¹ de Hamlet, correu o Imperador em sua direção para saudá-lo pelo invento, asseverando que o Brasil, seria o seu primeiro cliente. Esta versão miticamente se perpetuou na História (Cf. SCHWARCZ, 1998, p. 376; LYRA, 1977b, p. 239; GOUVÊA, 1978, p. 194; CALMON, 1975, p. 1091 e CARVALHO, 2007, p. 168). O diário de Sua Majestade, entretanto, minimiza o caso, tornando-o uma visita corriqueira, ao que trata o

aparelho elétrico automático e quadrupler, creio eu e finalmente a aplicação que Bell, o mesmo do Instituto dos Surdos-mudos de Boston, fez do princípio de Konig à transmissão dos sons pelo fio elétrico. Seu aparelho é mais simples que o outro porém não é como este aplicável à telegrafia. Não é parecer somente meu; mas que Sir W. Thompson achou exato. (PEDRO II, 1876, p. 59).

Havia outro aparelho com o mesmo princípio que o de Bell naquele dia 25 de junho na Exposição da Filadélfia, porém apenas o telefone do escocês funcionou e o Herald criou toda a fábula do caso. Anos mais tarde somente a Rainha Vitória seria lembrada pelo uso do telefone em um filme sobre a vida de Graham Bell, ficando este episódio da Filadélfia perdido em prol do bom roteiro hollywoodiano. Depois de utilizar o telefone, Dom Pedro II partiu para a Europa em 12 de julho de 1876, tornando ao Brasil em setembro de 1877, quando uma terrível seca já havia assolado o nordeste, principalmente o Ceará.

²¹ To be or not to be... Ser ou não ser...

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil único de Dom Pedro II é revelador. Órfão de pai e mãe aos nove anos e Imperador do Brasil aos catorze, Dom Pedro II foi educado de modo rígido, sob os olhos de políticos, que governavam um país tão jovem quanto o seu monarca e tão conturbado quanto a sua vida pessoal. As adversidades de seu foro íntimo lhe fizeram apegar-se aos livros para esquecer as necessidades de criança e a construção do Imperador desde menino, de modo que os idiomas e a ilustração foram os seus divertimentos até a morte. Sua erudição o fez conhecido nos recintos das artes e, sobretudo, das ciências. Dom Pedro II pagava do próprio bolso suas viagens, além de bolsas de estudo para nomes como Carlos Gomes e Vitor Meireles. Enquanto pôde, trocou cartas com nomes como Richard Wagner, Alexandre Herculano e Henry Longfellow e buscou encontros com Charles Darwin e Victor Hugo. Fora o empenho em promover o encerramento da prática escravista no país, a tentativa da construção de uma identidade nacional para o Brasil pode ser considerada o maior dos legados de Dom Pedro II. Segundo Roderick J. Barman (2012, p.8) os feitos do Imperador, interna e externamente, aliado à reputação criada no exterior, convenceram o povo que o monarca defendia criar uma potência civilizada como suas contemporâneas Grã-Bretanha e França.

A viagem de Dom Pedro II aos Estados Unidos do primeiro centenário é um marco para as relações diplomáticas entre os dois países. É reveladora, pela análise do diário do Imperador, dos costumes e linhas de interesses deste monarca que se faz viajante e deste viajante porventura monarca, um soberano cosmopolita e letrado de um vasto país agrário e marcadamente sofrido, cujas impressões sobre a verve estadunidense evocam seu desejo de pertencer àquilo de algum modo ou de implantar na estrutura funcional da sociedade brasileira aqueles ideais nele

despertados e percebidos por suas anotações. Sua ideia de pertencimento ao serviço público, como que uma outra instituição nacional, foi amplamente acolhida pelos estadunidenses que fizeram dele o seu 'Imperador lanque', disposto a conferir de perto o que o povo produz, criticar as coisas e conferir se os agentes de serviço público corretamente exerciam a profissão. Fora os muitos manuais e livros que trouxe ao Brasil, a viagem lhe foi positiva, sobretudo à própria imagem de Imperador Cidadão, um genuíno triunfo nas palavras de Roderick Barman (2012, p. 398).

Ao mesmo tempo seu relato de próprio punho daquele lado do continente lhe acompanha como legado histórico de memória do mundo por conter as minúcias dos três meses que por lá passara. Seu cuidado no detalhamento dos acontecimentos é crucial para entender que Dom Pedro II não quisera morrer com aquelas memórias, pois pertenciam também aos que o lessem e que pelos seus escritos pudessem se inserir em múltiplos roteiros pelos Estados Unidos à véspera do Centenário de sua Independência. A viagem de Dom Pedro II aos Estados Unidos não contempla apenas uma viagem por paisagens e pontos turísticos, mas também é um retrato da ciência em transformação, dos inventos, das relações sociais e suas reconstruções (BARMAN, 2012, p. 395).

Era a primeira vez que um monarca, parente dos soberanos europeus colocava os pés nos Estados Unidos e no ano do centenário de sua independência. O povo que conhecia os reis pelos livros ou por contos populares, estranharam aquele monarca sem coroa, sem manto, sem cetro, sem regalias e sem pompa que circula de sobrecasaca, boné, maleta, guarda-chuva e de carro aberto (LYRA, 1975b, p. 229). O Imperador foi tomado como uma celebridade, um dos maiores soberanos ainda vivos e um exemplo para os políticos de como ser uma figura pública pelo jovem jornalista de origem irlandesa, James O'Kelly, e pelo The New York Herald, cujas reportagens

D. Pedro II nos Estados Unidos

não apenas promoveram a imagem, já consolidada por 37 anos de serviço público, de Dom Pedro II, mas do Império do Brasil. A enorme curiosidade para saber das inovações científicas dentro da Exposição Universal da Filadélfia são provas da imagem consolidada de um soberano que “dedicou cinquenta anos no formidável desafio de tornar o Brasil uma nação” (BARMAN, 2012, p. 8).

“[...] Com efeito, a viagem lhe convinha...” (SCHWARCZ, 1998, p. 377). A estadia nos Estados Unidos traz o Imperador para sua feição cosmopolita, de fascinado pelo progresso e pela ciência, onde encontra um modelo nacional amplamente divergente do difundido na Europa que lhe fora contemporânea. O tempo que passara na pátria estadunidense lhe reforçou o hábito de visita às repartições públicas. As percepções do monarca brasileiro, seus contatos com populares, governantes e nomes conhecidos de inúmeras áreas do conhecimento, a profusão das publicações sobre sua jornada nos Estados Unidos e os interesses inesgotáveis de Sua Majestade, perpetuariam sua imagem de imperador-mecenas e de monarca-cidadão. De fato, como salienta Schwarcz (1998, p. 495), um fantasma chamado Dom Pedro II.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARMAN, Roderick J. **O imperador cidadão**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: das Origens a 1889. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- BEDIAGA, Begonha (Org.). **Diário do Imperador Dom Pedro II (1840-1891)**. Petrópolis: Museu Imperial, 1991.
- BESOUCHET, Lília. **Dom Pedro II e o Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 25 mar. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em

23 dez. 2019.

BURKE, Peter (org). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CALMON, Pedro. **História de Dom Pedro II**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. 5 v. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Dom Pedro II: Ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FAINGOLD, Reuven. **Dom Pedro II na Terra Santa: diário de viagem, 1876**. São Paulo: Sêfer, 1999.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.143-180.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **O imperador itinerante**. Recife: Secretaria Estadual de Educação e Cultura, 1978

GUIMARÃES, Argeu. **Dom Pedro II nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. **A Economia do Império Brasileiro**. São Paulo: Atual, 2004.

JUBILATO, Manoella Neres. **Edição e estudos de cartas inéditas escritas por Dom Pedro II**. 2013. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

D. Pedro II nos Estados Unidos

KHATLAB, Roberto. **Viagens de Dom Pedro II**: Oriente Médio e África do Norte, 1871 e 1876. Petrópolis: Benvirá, 2015.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

LYRA, Heitor (1977a). **História de Dom Pedro II (1825 – 1891): Ascensão (1825 – 1870)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1977.

____ (1977b). **História de Dom Pedro II (1825 – 1891): Fastígio (1870 – 1880)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1977.

____ (1977c). **História de Dom Pedro II (1825 – 1891): Declínio (1880 – 1891)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1977.

MAURO, Frédéric. **O Brasil no tempo de Dom Pedro II (1831 – 1889)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

O IMPÉRIO do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. 558 p. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242450>>. Acesso em 12 jan. 2020.

PEDRO II, Dom. **Diário de viagem aos Estados Unidos (1876)**. Petrópolis: Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, ts. 69 p.

____. **Cartas a Princesa Isabel (1889)**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. 23 p.

PIRES, João Ricardo Ferreira. **Notas de um diário de viagem à Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de história, UFMG, Belo Horizonte, 2007.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

THE NEW YORK HERALD. Nova Iorque (EUA): James Gordon Bennett Junior, [Fev. 1876 a Jul. 1876] – Diário. Disponível em: <<http://fultonhistory.com/my%20photo%20albums/All%20Newspapers/New%20York%20NY%20Herald/index.html>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

Jorge Henrique Marcelino

THOMPSON, E. P. Intervalo: A lógica histórica. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1981. Capítulo VII, p. 47-62.

Tiradentes em Mont-Pèlerin: neoliberalismo e memória da Inconfidência Mineira

Gustavo de Castro Belém *

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p273-298

Resumo: A Inconfidência Mineira de 1788-1789 ocupa um espaço significativo na memória coletiva nacional, e, como tal, está sujeita a toda sorte de apropriação. O neoliberalismo do século XXI não constitui exceção à regra. Assim, examinamos a mitologia inconfidente presente nas versões da sedição apresentadas por neoliberais, contrastando-a com as ideias de justiça tributária e liberdade próprias aos conspiradores setecentistas. Para tal, analisamos duas publicações do Partido Novo no Twitter e uma coluna de opinião na Folha de São Paulo. A narrativa da conspiração que se pode extrair dessas fontes é comparada à historiografia de referência sobre as Minas, especialmente Furtado (2002). Observamos que a reinterpretação neoliberal, anacrônica, projeta o antifiscalismo do presente no passado: é como se os inconfidentes considerassem opressiva a exigência do quinto régio e cogitassem o levante com o solitário intuito de aboli-lo. Perspectiva que deixa de reconhecer a Inconfidência como um movimento de caráter heterogêneo e ambíguo, marcado por visões díspares. Os sediciosos jamais estabeleceram os contornos de uma política fiscal, afinal. Ao mesmo tempo, a historiografia de referência demonstra que a quintagem do ouro correspondia ao que os mineiros consideravam como justo exercício das prerrogativas fiscais por parte da metrópole, assim como também não desejavam extinguir a referida taxa. Sua relação com a tributação não corresponde à transposição do antifiscalismo neoliberal do século XXI para o passado, mas, ao contrário, deve ser entendida em sua própria historicidade.

Palavras-chaves: Inconfidência Mineira; memória; neoliberalismo; tributação.

* E-mail: gustavo.belem@gmail.com

Introdução

Partindo das reinterpretações da Inconfidência Mineira de 1788-1789 propostas por alguns dos expoentes do neoliberalismo no Brasil, o presente artigo se desenvolve no sentido de estabelecer um contraste entre essa versão da sedição setecentista e as conclusões alcançadas pela historiografia de referência. Observamos a exaltação do antifiscalismo inconfidente, sua insubmissão face à política tributária adotada pela Coroa lusa, sendo descrita com tintas heróicas; em contraponto, o repúdio à opressão fiscal atribuído aos conspiradores do século XVIII é apresentado como se correspondesse precisamente à postura dos neoliberais do presente em relação ao que representa a justiça na cobrança de impostos e liberdade econômica. Tratam-se de articulações entre a rememoração coletiva da Inconfidência e a tentativa de apropriação da mitologia com o intuito de legitimar a cartilha do neoliberalismo. Assim, a temática a que nos dedicamos é a interação entre história e memória.

Almejamos, de início, apresentar em detalhes como as convicções e projetos dos inconfidentes são assimilados ao ideário neoliberal. A transposição de valores e perspectivas típicas ao presente para o contexto da Colônia no século XVIII priva a sedição e seus participantes de sua própria historicidade, de modo que se faz necessário reconstituí-la. Logo, em sequência, comparamos as afirmações feitas sobre a Inconfidência com a produção acadêmica sobre o tema, com destaque para a obra de Furtado (2002), debruçando-nos especialmente sobre as ideias de tributação que podem ser encontradas no estudo do imaginário e das propostas defendidas pelos conspiradores setecentistas.

Selecionamos três fontes para constituir a memória neoliberal da Inconfidência. Primeiramente, as mensagens produzidas em comemoração à data de

21 de abril pelo Partido Novo e publicadas em sua página oficial do *Twitter* em 2018 e 2020. O recurso às fontes digitais se justifica mediante a constatação de que, nos tempos atuais, as redes sociais constituem espaços de incontornável relevância e centralidade tanto para a comunicação de indivíduos como para a divulgação de ideias. Segundo Carvalho (2014, p. 173):

Para o historiador, as redes sociais na internet são valiosas de várias formas. Em primeiro lugar, elas são fontes de pesquisa histórica totalmente inovadoras. Uma espécie de “documento virtual”. Não é difícil entender isso. Grande parte das manifestações sociais e políticas na atualidade, por exemplo, antes de chegarem às ruas, passam por redes como o Twitter, o Facebook, o Youtube ou o Orkut. É nesses espaços, em grande medida, que acontece a política e o engajamento social nos dias de hoje, além de serem essas redes lugares privilegiados para a formação da opinião pública.

Complementarmente, recorreremos também a uma coluna de opinião publicada pela *Folha de São Paulo* em 2 de junho de 2020. Não obstante a natureza distinta que caracteriza o conjunto de fontes selecionado, constatamos que compartilham de elementos comuns: tratam-se de textos com grande capacidade de circulação no meio digital, os quais, em parte graças à brevidade, podem ser facilmente compartilhados e lidos por toda sorte de usuários da plataforma social ou por leitores do periódico em questão. Afinal, à época da redação do presente trabalho, as publicações do Partido Novo no *Twitter* contavam com 7,8 mil (2018) e 6 mil (2020) visualizações. Ao mesmo tempo, as narrativas da Inconfidência possuem semelhanças consideráveis: a afirmação de que o quinto constitui a única – na falta de outras menções – razão para a Inconfidência, o antifiscalismo radical atribuído aos conspiradores e a abordagem anacrônica são traços verificáveis em todos os textos analisados.

Considerando-se que a memória não pode ser admitida como um processo

alheio às relações de poder e ao contexto político-social de uma determinada época, os documentos em exame se revestem de grande importância para a compreensão e estudo dos processos de constituição e apropriação das memórias coletivas. Examinando-os, podemos averiguar os usos e abusos da história da Inconfidência Mineira. Afinal, nos dizeres de Furtado (2002, p. 30): “Figuras hoje populares e profundamente arraigadas no imaginário nacional, os inconfidentes de Minas foram, antes de sua conversão em mito, homens inscritos em seu tempo e, portanto, antes de mais nada, devem ser vistos à luz de sua própria temporalidade”.

O discreto charme do neoliberalismo

Quando do dia de Tiradentes e da Inconfidência Mineira, em 2018, o Partido Novo se manifestou sobre a efeméride em sua página oficial no Twitter:

Tiradentes e os demais inconfidentes lutaram contra o pagamento do quinto (20%). Passados dois séculos, o Governo dobrou a meta e toma cerca de 40% de tudo o que produzimos. Cabe a nós, brasileiros, lutar por mais justiça tributária. #VamosRenovarTudo (TIRADENTES, 2018).

O espírito da mensagem poderia ser resumido a uma articulação entre passado e presente, como se as demandas por justiça tributária se inserissem em um mesmo contínuo. A referência ao “Governo” é indicativa da inexistência de qualquer ruptura aos olhos dos membros do Partido Novo: é como se não houvesse quaisquer diferenças entre o Estado colonial e absolutista português do século XVIII e a república do presente. Quanto às demais experiências de organização social presentes na história do Brasil entre 1789 e 2020, observamos que sequer são consideradas em sua singularidade, como se a história correspondesse à intransigente e imutável opressão fiscal por parte do Estado brasileiro. O raciocínio se estende também para a concepção de justiça tributária: presume-se que os

inconfidentes compartilhavam das noções contemporâneas do que constitui um imposto legítimo, visto que se insurgiram contra as exigências arrecadatórias impostas em seu espaço e tempo. Novamente, verificamos que a historicidade da conspiração de 1788-1789 é ignorada. Que os participantes da sedição abortada tivessem seus próprios interesses, convicções e projetos – ou mesmo que fossem concorrentes e irreconciliáveis entre si – é uma hipótese que sequer merece cogitação a partir da publicação.

A narrativa presente no texto transcrito acima é complementada por um vídeo breve. Em linhas gerais, seu conteúdo se divide entre a exaltação do suposto antifiscalismo que caracterizaria a Inconfidência e a crítica à conjuntura brasileira verificada no século XXI. Apresentado como um dos líderes do movimento, Tiradentes tem sua execução atribuída à sua oposição à cobrança do quinto por parte da Coroa portuguesa. Afirmação que traz em seu bojo duas inferências acerca do alferes e dos demais sediciosos: primeiramente, seu repúdio à quintagem do ouro praticada na região mineradora; em segundo lugar, a presunção de que, caso vitoriosos, agiriam no sentido de abolir o imposto, minorando assim a carga tributária exigida dos mineiros. O Partido Novo não oferece qualquer indício ou referência às fontes ou à historiografia de referência para justificar qualquer uma dessas conclusões.

A dimensão neoliberal da legenda se faz evidente em sua análise do contexto nacional atual. O Estado é excessivamente opressivo em relação aos contribuintes e incapaz de atender adequadamente às demandas populares por serviços básicos: uma sucessão rápida de fotografias alude à situação crítica da saúde, educação e segurança públicas. O vídeo também propõe meios de atenuar a carga tributária nacional, sugerindo um rol de medidas que inclui, entre outras, redução de gastos, combate à corrupção e a privatização de empresas estatais. Sobre o dogma do

neoliberalismo, Anderson (1995, p. 11) escreve:

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalhadores para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado.

Toda a retórica que marca a publicação se desenvolve como se os inconfidentes comungassem desse juízo sobre o Estado no século XVIII. A analogia entre ambos os contextos históricos reforça a presumida proximidade entre os sujeitos do Setecentos e do presente. O chamamento à ação que vem à guisa de conclusão - “Eles lutaram contra 20% de impostos. Vamos ficar parados com os atuais 40%?” (TIRADENTES, 2018) – deixa transparecer que o Partido Novo subscreve uma concepção de temporalidade segundo a qual, em surpreendente paródia e vulgarização de Marx e Engels (2005, p. 40), toda a história corresponde à mesma luta contra a sanha arrecadatória do Estado. Os personagens e cenários são intercambiáveis entre si, o roteiro permanece o mesmo.

O vídeo também é composto por recursos visuais e auditivos que conferem alternadamente ares de heroísmo e dramaticidade à retórica do Partido Novo – em especial, a tríade de pinturas que aludem à Colônia. *O Martírio de Tiradentes* (1893), por Aurélio de Figueiredo, e *Retrato de Joaquim José da Silva Xavier* (1931), por Oscar Pereira da Silva, representam o alferes com traços beatificados, aproximando-o de figuras tradicionalmente presentes na imagética religiosa. Confeccionadas em épocas

diferentes, as pinturas estão inseridas em universos que atribuíam sentidos particulares à Inconfidência, e, portanto, propiciavam a construção de mitos e articulações com a memória coletiva distintas tanto entre si como em relação à versão do Partido Novo. Observamos, assim, que a constituição de uma lembrança compartilhada por determinado grupo social é um processo complexo, marcado por seu próprio conjunto de rupturas e permanências (FONSECA, 2007, p. 654), de modo que não se pode supor que a interpretação neoliberal para a Inconfidência seja construída a partir do vazio.

Decifrar as razões que justificam a presença da terceira tela no vídeo é tarefa mais complexa, contudo. Afinal, sua relação com o movimento inconfidente é tênue. A *renúncia de ser rei – aclamação de Amador Bueno* (1931), outra obra de Oscar Pereira da Silva, é a representação de um episódio apócrifo, costumeiramente tido como manifestação precoce do sentimento nativista por parte dos paulistas ainda no século XVII (ALENCASTRO, 2000, p. 367). Seria razoável imaginar que a opção por essa imagem está relacionada à ideia de que os mineiros da centúria seguinte estivessem imbuídos da mesma consciência; a identidade nacional, entretanto, é traço ausente da sedição abortada de 1788-1789 (VILLALTA; BECHO, 2007, p. 576). Uma outra possibilidade de vínculo, anedótica, também pode ser aventada: Alvarenga Peixoto, participante da conspiração nas Minas, dizia-se parente do mesmo Amador Bueno, argumento genealógico que lastreava suas ambições nobiliárquicas (FURTADO, 2002, p. 40).

O Partido Novo mencionou a efeméride novamente no ano de 2020; em 2019, a data não mereceu qualquer referência em sua página na plataforma em exame. Constatamos que o discurso se manteve consideravelmente similar à mensagem publicada em 2018, compartilhando, inclusive, o mesmo vídeo em ambas as ocasiões.

Quanto ao texto, conservou-se o sentido geral, apesar de alterações menores:

Tiradentes lutou contra o pagamento do quinto, um imposto de 20% sobre os minérios extraídos. Passados dois séculos, o Estado fica com quase 40% de tudo o que produzimos. "Liberdade ainda que tardia", diz a bandeira de Minas Gerais. Cabe a nós, brasileiros, buscar a nossa (TIRADENTES, 2020).

Versão similar dos acontecimentos se faz presente em uma coluna de opinião publicada na *Folha de São Paulo*, em 2 de junho do mesmo ano, e assinada por Hélio Beltrão – à época, presidente do Instituto Ludwig von Mises Brasil¹. Em suma, o texto é uma peça crítica à carga tributária exigida dos contribuintes brasileiros do presente e a postura dos mesmos face à opressão arrecadatória do Estado, amparando-se em grande medida em fatos históricos para referendar sua conclusão. Para ilustrar a suposta diferença existente no comportamento dos sujeitos quanto à cobrança de impostos, especialmente quando tidas como opressivas, o autor menciona a Mesopotâmia da Antiguidade, a independência dos Estados Unidos e a própria Inconfidência Mineira: “[...] Tiradentes foi esquartejado pelo governo por conta das objeções ao quinto dos infernos” (BELTRÃO, 2020). Soma-se aos episódios referidos a alusão às justificativas para o tiranicídio que podem ser encontradas no pensamento de Juan de Mariana, no século XVI, e John Locke, na centúria seguinte. Conjunto de evidências que demonstram como os indivíduos do passado estavam dispostos a resistir à onerosidade fiscal:

Impostos sempre existiram, mas até a era moderna o sentimento dos súditos era de rechaço veemente ao esbulho de sua propriedade. Os tributos eram

¹ “O Instituto Ludwig von Mises - Brasil ("IMB") é uma associação voltada à produção e à disseminação de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre [...] O IMB acredita que nossa visão de uma sociedade livre deve ser alcançada pelo respeito à propriedade privada, às trocas voluntárias entre indivíduos, e à ordem natural dos mercados, sem interferência governamental”. (QUEM, s/d).

temidos e sempre resistidos na medida do possível (BELTRÃO, 2020).

Comparados aos pré-modernos, os brasileiros seriam caracterizados por sua passividade: enquanto os antigos estavam dispostos mesmo à violência para garantir que imperasse uma concepção razoavelmente justa e equilibrada da tributação, atualmente “não se discute mais a moralidade do ato, e a taxaço legítimada por decisão de 600 indivíduos em Brasília é bovinamente racionalizada pelos súditos” (BELTRÃO, 2020). O recorte histórico excessivamente amplo de Beltrão, assimilando práticas tributárias e resistência antifiscal por parte de mesopotâmios e modernos, bem como reduzindo as distinções entre passado e presente exclusivamente à postura dos sujeitos, representa um amplo leque de possibilidades para a crítica histórica. Contudo, tal análise estenderia em demasia o âmbito em que se desenvolve o presente artigo, de modo que nos restringiremos ao debate sobre a Inconfidência Mineira como exemplo de interpretação anacrônica do passado a partir de uma determinada perspectiva do presente.

Com efeito, a supressão da historicidade específica da sedição de 1789 é um traço marcadamente compartilhado pelos textos em exame. Tudo se passa como se a história se resumisse à idêntica luta dos indivíduos contra a tributação: os vassalos da Coroa portuguesa, que habitavam a Colônia ao fim do século XVIII, são distintos dos contribuintes brasileiros do Estado republicano do século XXI apenas em razão da insubmissão dos primeiros. O passado se dissolve no presente. Como escreve Hobsbawm (2013, p. 20), “o abuso ideológico mais comum da história baseia-se antes no anacronismo do que em mentiras”.

Consideremos o antifiscalismo. A exaltação de Tiradentes e do suposto martírio em razão de sua rejeição à cobrança do quinto correspondem à projeção do ideário

neoliberal em um período que é estranho a essa teoria político-econômica. É como se o Estado colonial e absolutista português dos Setecentos correspondesse em forma e conteúdo aos Estados keynesianos e democráticos do pós-guerra – os quais, afinal, constituem objetos por excelência da primeira crítica neoliberal (ANDERSON, 1995, p. 9). Desconsideram-se, ao mesmo tempo, as estruturas e os sujeitos que caracterizam a região mineradora no curso do século XVIII. O imaginário, os costume, a cultura, as convicções e os interesses dos inconfidentes são desprezados: a causa para que se revoltassem permanece sendo igualmente adequada para os sujeitos da atualidade, sem que seja preciso levar em conta as incontáveis transformações que ocorreram em mais de duzentos anos. Duplicou-se o fardo do quinto e disseminou-se a passividade; de resto, tudo permanece como antes.

“O passado legítima”, alerta Hobsbawm (2013, p. 18). Como demonstram Fonseca (2007) e Furtado (2002), a Inconfidência Mineira possui um extenso histórico de tentativas de apropriação e instrumentalização por toda sorte de sujeitos e em múltiplos contextos: consideremos, por exemplo, como Joaquim José da Silva Xavier é simultaneamente elevado à condição de patrono da nação brasileira pelo governo militar e reivindicado pela esquerda armada através da adoção do nome de Movimento Revolucionário Tiradentes. A releitura dos inconfidentes como expoentes do antifiscalismo que caracterizaria a identidade regional mineira também não representa qualquer novidade, integrando o imaginário político desde 1999, pelo menos (FURTADO, 2002, p. 33). Para Fonseca (2007, p. 655):

O imaginário e o mito político são reconhecidos socialmente e percebidos subjetivamente, o que torna possível sua utilização como instrumentos de legitimação. É o que permite que o poder político – que parece ter sempre a preocupação de se apropriar de algumas das mais caras representações coletivas – procure dominar o imaginário social e um conjunto de símbolos, trabalhando-os no sentido de fortalecê-los, articulando-os às práticas políticas

do presente.

Afinal, a memória – seja individual ou coletiva – não corresponde à recordação do passado como ato puramente mecânico, como se fosse possível prescindir de uma série de mediações externas a determinada subjetividade ou coletividade. Em complemento, não devemos conceber os processos de rememoração como se fossem capazes de fornecer uma imagem necessariamente fidedigna do que se passou anteriormente com certo indivíduo ou coletividade.

Nesse sentido, mencionamos a oposição feita por Nora (1993, p. 9) entre memória e história:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções.

Não é possível que se restrinja a memória à simples busca de informações do passado, tomando-a como estática. Changeaux (1972, p. 356 apud LE GOFF, 2003, p. 420) aponta que “o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios”. Ao invés de produzir um retrato fiel de um acontecimento, ou de uma série destes, a rememoração assume a forma de uma atualização constante das recordações, a qual sempre pode ser descartada e substituída por uma nova interpretação. Ora, diante da constatação de

que o passado está sempre aberto à revisão da memória, adequando-se às contingências exigidas por um presente histórico específico, a memória não pode ser tratada como se representasse uma perspectiva da realidade cristalizada em definitivo.

Essa fluidez é reforçada por uma série de vínculos que ligam indissociavelmente o ato de lembrar-se com o contexto social em questão. A existência de um sujeito apto a se recordar do passado como realmente aconteceu constitui uma proposição impossível. Com efeito, Barros (2011, p. 322), partindo dos estudos sobre memória coletiva empreendidos por Halbwachs, aponta limites impostos pela coletividade à memória individual: a infiltração de lembranças de outros indivíduos nas próprias lembranças de alguém; a determinação tanto sobre o que é digno ou não de ser recordado como sob qual perspectiva os acontecimentos prévios serão interpretados; por sua vez, a linguagem e as ideologias compartilhadas por uma população específica também desempenham papel relevante na constituição das rememorações.

Lembrar-se ou esquecer-se de algo, assim como a forma com que se dá essa recordação, não são atos espontâneos ou simplesmente acidentais. A sociedade e as relações de poder existentes entre os diversos grupos sociais que a compõem são elementos essenciais para que possamos compreender a opção pela rememoração (ou mesmo pela não rememoração) de um aspecto do passado. Essa faceta da memória pode ser compreendida principalmente quando se leva em conta aquilo que Barros (2011, p. 330) denomina de “lugares por detrás dos lugares”: os principais responsáveis pela constituição da memória coletiva desempenham um papel central quanto à determinação do que e como algo passa a fazer parte do conjunto de reminiscências de cada sociedade. Naturalmente, essa dimensão política da memória

corresponde a uma correlação de forças em um momento particular da história: se algumas das datas da Revolução Francesa deixam de ser comemoradas após a reação termidoriana, essas mesmas celebrações serão reestabelecidas no final do século XIX (LE GOFF, 2003, p. 457).

Levando-se em conta que ambos os textos elencados como representações da Inconfidência pelos partidários do neoliberalismo correspondem a publicações recentes, é demasiadamente cedo para determinar se tal interpretação ocupará o mesmo espaço que outras apropriações da sedição de 1789 na memória coletiva. Contudo, como assevera Hobsbawm (2013, p. 23), sobre a responsabilidade social dos historiadores, “[...] não podemos esperar a passagem das gerações. Temos de resistir à *formação* de mitos nacionais, étnicos e outros, no momento em que estão sendo formados. Isso não nos fará populares” (grifo no original). Logo, procedamos à crítica da versão neoliberal do movimento inconfidente.

Inconfidência Mineira e Tributação

Como precaução metodológica, é preciso assinalar que a Inconfidência Mineira corresponde a uma conspiração heterogênea e, por vezes, contraditória quanto aos propósitos almejados. Seus participantes incluíam sujeitos pertencentes a diversos estratos da sociedade colonial existente nas Minas setecentistas, com concepções e perspectivas específicas sobre o período em que viviam: seguindo o cômputo de Furtado (2002, p. 26), verifica-se que o rol de inconfidentes incluía figuras tão distintas quanto os oficiais Francisco de Paula Freire de Andrada, e Joaquim José da Silva Xavier, os poetas e bacharéis Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa, religiosos à moda de José da Silva Oliveira Rolim e Luís Vieira da Silva, bem como outros indivíduos que exerciam ofícios “rústicos”, como o alfaiate mulato Vitoriano

Gonçalves Veloso e o agrimensor Antônio de Oliveira Lopes (FURTADO, 2002, p. 178). Ademais, a variabilidade geográfica é outro fator que contribuía para a existência de divergências, opondo os habitantes de Vila Rica e os moradores da comarca do Rio das Mortes, regiões da capitania caracterizadas por atividades produtivas distintas, e que, à época, experimentavam situações econômicas opostas (FURTADO, 2002, p. 90).

A ambiguidade se estende também para abarcar o imaginário político e social dos inconfidentes. Afinal, encontravam-se inseridos em um universo intelectual que conjugava influências e aspirações diversas: os sediciosos eram tributários da Segunda Escolástica, aproximando-se de uma concepção paternalista do Estado, e inspiravam-se no passado e costumes ibero-americanos; concomitantemente, estavam familiarizados com a Revolução Americana de 1776 e com certos princípios do Iluminismo anglo-francês a partir da leitura de autores como Montesquieu. Como observa Villalta (2007, p. 587):

Das Luzes, os inconfidentes apropriaram-se de princípios como o antidespotismo, o direito dos povos à rebelião, a necessidade do governo assentar-se no consentimento (o que se traduz na ação sediciosa e nas propostas de ordem futura feitas pelos inconfidentes), ou, ao menos, de ter como limites as leis e o respeito ao bem comum (ideias presentes também na obra de Locke), a defesa do direito de propriedade (esse princípio, visível na obra de Montesquieu e não compartilhado por todos os ilustrados, é perceptível nas entrelinhas dos discursos e na ação sediciosa dos conjurados), mais as críticas pontuais ao exclusivo colonial e ao peso dos tributos. Os inconfidentes, ademais, apropriaram-se das tradições histórico-culturais ibero-americanas. Nesse campo, coube destaque para a Segunda Escolástica e suas teorias corporativas de poder, bem como algumas ideias do padre Antônio Vieira, que teve um sermão claramente reproduzido, com alterações, por Tiradentes.

A mirada em direção ao futuro convive com o olhar para o passado. A Inconfidência Mineira não pode ser descrita, portanto, como um movimento liberal, uma vez que conjugava traços do pensamento iluminista e do Antigo Regime.

Significativa expressão do imaginário híbrido dos inconfidentes é certa declaração de Tiradentes, que “[...] sobre o levante, dizia com paixão: ‘Não diga levantar... é restaurar’” (FURTADO, 2002, p. 167). Ora, caso se admita que a motivação principal da sedição abortada de 1789 era a abolição do quinto régio, cabe a dúvida quanto a qual estado de coisas o alferes desejava reestabelecer. A cobrança do referido imposto, afinal, antecedia mesmo a criação da capitania de Minas, sendo praticada nas casas de fundição de São Paulo desde 1690 (BOXER, 2000, p. 77; FIGUEIREDO, 1993, p. 99). Seria razoável supor que o alferes se referisse à reversão da reforma da política metropolitana para a região mineradora concebida por Martinho de Melo e Castro e que deveria ser executada pelo visconde de Barbacena: contudo, as disposições tributárias pertinentes ao quinto régio deixavam intocada a existência do imposto (MAXWELL, 2001, p. 127).

Todo o exposto se reflete na existência de projetos e ambições divergentes e, por vezes, irreconciliáveis, entre os inconfidentes. Ao contrário do que sugere a memória coletiva acerca do episódio, é impossível determinar com precisão quais intenções prevaleceriam caso a conspiração efetivamente se convertesse em um levante.

Não havia consenso sobre o destino a ser dado ao governador, sobre o formato final da revolta em termos operacionais, sobre seu próprio teor, sobre o futuro da escravidão, *sobre a nova política tributária*, sobre o sistema de governo, natureza e dimensões da República a ser implantada, todos temas absolutamente vitais para a definição do projeto. [...] Os contornos finais do movimento, sobre os quais os inconfidentes não decidiram afinal, estariam referidos tanto às respectivas convicções políticas quanto a interesses econômicos mais imediatos, eventualmente irreconciliáveis entre si. Em vários desses pontos, quem acabou, até pelos imperativos intrínsecos da justiça, “decidindo” sobre o teor das propostas foi a alçada, que condenou os réus, no que foi seguida por algumas das obras em questão. (FURTADO, 2007, p. 635, grifo nosso).

Assim, as concepções dos inconfidentes sobre o que representava a justiça fiscal não constituíram um conjunto harmônico e coeso, restando apenas indícios que remetem a noções particulares e que não necessariamente seriam compartilhadas pelos demais participantes da sedição abortada de 1789. É certo que o sentimento de opressão fiscal era compartilhado pelos habitantes da capitania, independentemente da posição social que ocupavam. Através do século XVIII, levantes e motins contra a sede arrecadatória da Coroa não foram episódios raros. Os mineiros encontravam-se, afinal, sujeitos a mais de 80 espécies distintas de tributação, conforme estimativa de Figueiredo (1993, p. 98). Também as narrativas sobre a independência da América Inglesa consideravam que os impostos exigidos pela metrópole haviam contribuído para alimentar o desejo de emancipação por parte dos colonos: a analogia com as Minas e o Brasil, seja pela pena do abade Raynal ou pela interpretação dos inconfidentes, apontava que o excessivo peso da tributação representava ameaça considerável ao domínio português (VILLALTA, 2007, p. 590). O próprio Tiradentes já se manifestara abertamente sobre o tema, em tom crítico à metrópole (VILLALTA, 2007, p. 556).

Nesse sentido, Boxer (2000, p. 210) apresenta uma visão geral da tributação na capitania:

Uma das razões pelas quais os preços permaneciam altos em Minas Gerais, era a rede entorpecedora e vexatória de impostos, direitos de peagem e taxas, que incidiam ainda mais pesadamente nos gêneros de primeira necessidade do que nos artigos de luxo. Todas as mercadorias pagavam direitos, fossem escravos, provisões ou gado entrados em Minas Gerais através das três passagens legais que vinham do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Os dízimos reais eram recolhidos nas quatro comarcas de Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará (Rio das Velhas) e Serro do Frio, nas quais Minas Gerais se dividia administrativamente. Direitos de peagem eram cobrados nos principais cruzamentos de rios, sobre todos os viajantes e animais de carga. O quinto

Tiradentes em Mont-Pèlerin

régio era recolhido sobre a produção ou a circulação de ouro [...]. A maior parte dessas taxas tinham sido introduzidas, de início, com propósito específico, tal como pagamento de salários dos oficiais militares e funcionários civis, ou para a manutenção de estabelecimentos eclesiásticos, mas depressa passaram a ser recolhidos pela Coroa, e o excedente remetido para Lisboa, com os quintos reais. Além disso, a Coroa “pedia”, periodicamente, donativos para enfrentar despesas extraordinárias. Isso incluía a dotação das princesas reais e subsídios para a guerra espanhola de sucessão, ou para socorro da colônia de Sacramento. Acima de todas essas exigências da Coroa, os mineiros tinham de pagar também impostos locais, recolhidos pelas Câmaras Municipais para a conservação de estradas e pontes, e outros serviços públicos.

A extensa listagem demonstra, primeiramente, que os mineiros do século XVIII se viam às voltas com um complexo sistema tributário, o qual não pode ser simplesmente reduzido aos 20% da extração aurífera reivindicados pela Coroa. Retomemos a versão neoliberal da Inconfidência e a imagem do Tiradentes como mártir antifiscal. Que razões teriam os inconfidentes para se insurgirem exclusivamente contra o quinto, deixando incólume toda a rede de arrecadação tributária mantida pela metrópole? Ao mesmo tempo, consideremos os dízimos, que, como indica Figueiredo (1993, p. 101), “[...] atingia[m] diretamente os pequenos produtores dedicados à agricultura”. Os debates havidos entre os inconfidentes não sugerem que os conspiradores se sentiam inclinados a extinguirem a taxa, mas, ao contrário, apresentam menções à sua manutenção em caso de sucesso: diferentemente do que ocorria sob domínio luso, contudo, os dízimos passariam a ser arrecadados pelos religiosos e teriam como propósito o financiamento de instituições de ensino e de caridade nas Minas (MAXWELL, 2001, p. 151).

A possibilidade de que a Igreja recolhesse e administrasse os recursos obtidos a partir da tributação é um lembrete de que os inconfidentes, como dito anteriormente, eram tributários tanto do espírito das Luzes como do Antigo Regime: sua ideia de liberdade econômica, por exemplo, “[...] primeiramente, significava a

liberdade de comércio, a livre-extração dos diamantes, a destinação dos dízimos aos vigários” (VILLALTA, 2007, p. 588). Similarmente, a oposição à política fiscal metropolitana não configurava uma atitude nova ou mesmo levava necessariamente à aspiração de independência: a história de insurreições na região mineradora demonstra que os levantes podiam manifestar a insatisfação geral contra as práticas da Coroa sem que, contudo, desejassem também o rompimento dos laços que uniam Brasil e Portugal (ANASTASIA, 1994, p. 30; FURTADO, 2002, p. 181). Em suma, a postura dos participantes da Inconfidência quanto à tributação é mais complexa e nuançada do que sugerem as releituras neoliberais.

Exemplifiquemos, brevemente: sujeitos como João Rodrigues de Macedo, Domingos de Abreu Vieira ou o famigerado Joaquim Silvério dos Reis, entre outros, compartilhavam o fato de terem sido contratadores. Como esclarece Boxer (2000, p. 210):

As taxas recolhidas pela Coroa eram normalmente substabelecidas a contratadores, que, em troca de um pagamento a vista ou a prazo combinado, faziam o recolhimento dos débitos em nome da Coroa e tinham o direito de conservar o excedente, se houvesse, depois que as necessidades da administração local fossem satisfeitas. Os contratos eram feitos, habitualmente, numa base trienal, e podiam ser operados por uma pessoa ou um sindicato.

Uma vez mais, admitindo-se que a Inconfidência de 1789 seja marcada pelo caráter de antifiscalismo radical como supõe a interpretação neoliberal, como conciliar essa pressuposição com o fato de que um conjunto significativo dos conspiradores havia se beneficiado diretamente da política tributária metropolitana? Tiradentes, portanto, teria se associado com indivíduos que até pouco tempo eram os próprios cobradores de impostos? É novamente digno de nota que a versão apresentada pelos partidários do neoliberalismo construa uma imagem dos

inconfidentes como críticos inarredáveis de um único imposto, absolutamente alheios ao restante da estrutura fazendária presente nas Minas do século XVIII.

As incongruências apontadas entre a historiografia de referência (e, naturalmente, as fontes empregadas pelos historiadores) e a memória neoliberal da Inconfidência existem em razão de um equívoco fundamental: não há qualquer indício de que os inconfidentes considerassem o quinto régio como imposto abusivo ou mesmo planejassem aboli-lo assim que se emancipassem de Portugal. Com efeito, observamos que se cogitou sua apropriação com o intuito de custear a eventual guerra de independência contra a metrópole (MAXWELL, 2001, p. 143).

Para além dessa medida, constatamos que a oposição – seja por parte dos conspiradores de 1788-1789 ou dos mineiros de forma geral – à cobrança do quinto régio jamais alcançou a existência da tributação, restringindo-se à modalidade de arrecadação empregada. A partir dos registros das Câmaras Municipais, Figueiredo (1993, p. 107) aponta que os camaristas se manifestaram especificamente contra a capitação, sem questionar a legitimidade do direito da Coroa de quintar o ouro extraído na região mineradora. No mesmo sentido, Boxer (2000, p. 211) afirma que “generalizando, os mineiros não faziam, a princípio, qualquer objeção ao pagamento do *quinto real*, mas às várias formas pelas quais ele era recolhido, pois jamais chegou a estabelecer-se um método satisfatório” (grifo no original). Também Furtado (2002, p. 15) segue a perspectiva mencionada:

Bem ao espírito da época, o quinto era um “direito real” praticamente incontestado. Por definição, previa-se que um quinto de todo o ouro extraído nas Minas fosse remetido à Casa Real portuguesa como imposto devido. Se, por um lado, a legitimidade do direito ao quinto sobre o ouro nunca foi formalmente questionada pelos moradores das Minas, por outro, as formas de sua aferição e o controle da arrecadação sempre foram objeto das mais acres polêmicas.

Ao contrário do que se percebe na releitura neoliberal da Inconfidência, os conspiradores não julgavam que a existência do quinto contradizia sua própria concepção de justiça tributária. Logo, não se pode admitir que a cobrança do referido imposto tenha sido a única motivação para que os inconfidentes cogitassem insurgir-se contra a Coroa portuguesa ou mesmo que tenha constituído a razão para o suplício e execução de Tiradentes. Os sediciosos cogitaram revoltar-se por motivos diversos, tais como a restituição dos privilégios obtidos durante o período pombalino (FURTADO, 2002, p. 206), o cancelamento dos débitos para com a metrópole (MAXWELL, 2001, p. 148) ou a reversão das medidas neomercantilistas de Martinho de Melo e Castro, demonstração de radicalismo que podia desembocar mesmo no fim do vínculo colonial (FURTADO, 2002, p. 100). A Inconfidência, lembremos, é a tentativa de concerto entre vozes dissonantes.

Se os mineiros setecentistas não repudiavam o direito de exigir o quinto régio por parte da Coroa, o mesmo não se estende às modalidades de cobrança, e, especificamente, à derrama como meio excepcional de arrecadação. À época da Inconfidência, o método em vigência nas Minas correspondia à estimativa: os habitantes da capitania deveriam enviar a quantidade mínima de cem arrobas de ouro para a metrópole a cada ano; caso extraíssem mais do que o montante previsto, poderiam permanecer com o excedente; se a produção se revelasse insuficiente para alcançar a quantia, previa-se o lançamento da derrama, isto é, cobrança adicional com o intuito de alcançar a quantia pré-determinada (FURTADO, 2002, p. 16). Os inconfidentes compartilhavam do sentimento: mais do que um pretexto, cientes de que a impopularidade da medida poderia servir de estopim para que a “gente baixa” da região mineradora se levantasse, havia mesmo aqueles cuja participação na

conspiração se devia à perspectiva de que a derrama fosse decretada (FURTADO, 2002, p. 61). Quando o visconde de Barbacena, governador à época, declarou a suspensão da cobrança, o movimento arrefeceu. Assim, ainda que a sedição abortada de 1788-1789 apresente também uma dimensão antifiscal, seria equivocado reduzi-la à mera rejeição do quinto régio, deixando de lado as complexidades relacionadas às visões de liberdade econômica e justiça tributária nas Minas ao fim do século XVIII.

Com efeito, são precisamente as contradições e ambiguidades existentes na Inconfidência Mineira que permitem múltiplas leituras e apropriações. Para Furtado (2002, p. 46):

Tomados alternada e sucessivamente como idealistas, astutos, oportunistas, venais ou loucos, os inconfidentes (e a Inconfidência Mineira de 1788-9) foram em alguma medida marcados, em sua existência concreta, por cada uma dessas características, as quais são profundamente relevantes para a análise de seu discurso que, para nós, constitui um dos principais suportes. Os inconfidentes mineiros eram homens do barroco tardio, e, portanto, em doses mais ou menos equilibradas em cada caso, contraditórios e anticartesianos [...]. Por conjugar essas características contraditórias, alguns deles se tornaram, às vezes em igual medida para conservadores e progressistas, facilmente sujeitos a leituras anacrônicas e, ainda, figuras carismáticas e capazes de ocupar lugar central na memória e na identidade nacionais. Basta, para o trabalho da memória, iluminar suas virtudes e obscurecer seus não poucos defeitos.

A maleabilidade de interpretações sobre os inconfidentes e seus propósitos pode ser demonstrada sem maiores dificuldades. Consideremos, por exemplo, as queixas de Tiradentes – aproximando-se da retórica do padre Antônio Vieira – quanto ao fato de que as riquezas das Minas eram drenadas para o estrangeiro por parte dos governadores que chegavam na capitania à serviço da metrópole (VILLALTA, 2007, p. 592). Se admitimos que a política econômica brasileira deve prestar contas ou se orientar pelo que o alferes julgava como sendo adequado, parece-nos que seria

necessário debater a instituição de limites para a remessa de lucros para o exterior. O mesmo raciocínio poderia servir como justificativa também para a suspensão dos pagamentos da dívida externa. É razoável supor que a Inconfidência não seria tão cultuada pelos partidários do neoliberalismo caso essas alternativas correspondessem à memória coletiva hegemônica.

Escrevendo sobre o papel feminino nos tumultos da Inglaterra do século XVIII, E. P. Thompson (1998, p. 246) dizia que “essas mulheres (e esses homens) não existiam para nós, mas para si mesmos: eles eram protonada”. O mesmo se aplica às narrativas neoliberais da Inconfidência Mineira: os inconfidentes não eram liberais, quiçá neoliberais, assim como também não eram republicanos no sentido que o termo assume após a Revolução Francesa (FURTADO, 2002, p. 159; VILLALTA, 2007, p. 594). Suas noções de antifiscalismo e de justiça tributária são articulações que levam em conta desde as condições presentes nas Minas do século XVIII, o fato colonial, a complexa interação entre o ideário do Antigo Regime e do Iluminismo e também seus próprios interesses e projetos individuais: em suma, um universo político, cultural, econômico e social que não pode ser simplesmente assimilado à conjuntura do presente. Defrontados com problemas peculiares ao seu tempo, ofereceram soluções – não necessariamente harmônicas entre si – igualmente constrictas ao período histórico em que viveram.

Conclusão

As representações neoliberais da Inconfidência Mineira demonstram como a memória se constitui em um campo de embates: o que está em jogo não é apenas uma ou outra perspectiva sobre um episódio do século XVIII, uma revolta entre tantas que ocorreram nas Minas coloniais. A legitimação do presente através do passado exige que a crítica histórica seja efetivamente crítica, examinando os mitos

constituídos e desmistificando as tradições em processo de consolidação, colocando em xeque a pretensa atemporalidade que caracteriza as abordagens de outras épocas por parte de grupos e ideologias atuais. Logo, devemos reconhecer que a sedição abortada de 1788-1789 não corresponde à interpretação dos expoentes do neoliberalismo.

É certo que ideias de justiça tributária e antifiscalismo eram tópicos que figuravam no imaginário dos inconfidentes. Inseridos na sociedade colonial mineira dos Setecentos, não eram de qualquer modo estranhos à opressão arrecadatória praticada pela Coroa portuguesa. Contudo, suas convicções e interesses dizem respeito à própria realidade da região mineradora da Colônia, atravessada por diferenças entre categorias sociais e atividades econômicas, bem como perpassada pelas ideias das Luzes e do Antigo Regime. A Inconfidência constitui um movimento cuja conclusão precoce impediu que questões como a cobrança de impostos fossem amplamente abordadas e definidas por seus participantes; resolução que talvez fosse impossível de ser alcançada em razão da heterogeneidade verificada entre os conspiradores.

Constatamos que as visões de liberdade econômica dos sediciosos se configuram a partir de parâmetros distintos do que supõem os neoliberais: a legitimidade do quinto régio jamais foi questionada por parte dos conspiradores ou mesmo pelos mineiros do século XVIII. Havia outras razões para que cogitassem a sublevação e uma complexa estrutura arrecadatória que deixariam intocada caso se opusessem exclusivamente à quintagem do ouro, diferentemente do antifiscalismo radical que lhes é atribuído pelas revisões dos expoentes do neoliberalismo. A continuidade e seu redirecionamento para os eclesiásticos também contribuem para demonstrar a incompatibilidade existente entre suas visões e concepções do século

XXI sobre tributação.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A alegada proclamação de Amador Bueno em 1641. In: **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Vassalos rebeldes: os motins em Minas Gerais no século XVIII. **Varia História**. Belo Horizonte, nº 13, junho, 1994, p. 26-43.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BARROS, José D'Assunção. Memória e história: uma discussão conceitual. **Tempos históricos**, v. 15, n. 1, 2011, p. 317-343.

BELTRÃO, Hélio. O ano começa agora. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2 jun. 2020. Colunas e blogs. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helio-beltrao/2020/06/o-ano-comeca-agora.shtml>. Acesso em 7 ago. 2020.

BOXER, Charles R. Vila Rica de Ouro Preto. In: **A idade de ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Trad. Nair de Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 189-226.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor. Faça aqui o seu *login*: os historiadores, os computadores e as redes sociais *online*. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 5, 2014, p. 165-188.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Tributação, sociedade e a administração fazendária em Minas no século XVIII. **XI Anuário do Museu da Inconfidência**, Ouro Preto, 1993, p. 97-110.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. Representações de um passado de ouro: mitos, memória e imaginário da Inconfidência. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luís Carlos (orgs.). **As Minas setecentistas**, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 649-668.

FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope**: história, mito e memória da

Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. A Inconfidência mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime? In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). **As Minas setecentistas**, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 629-648.

HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: **Sobre história**: ensaios. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 25-43.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, p. 419-476.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**: Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808. Trad. João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Kury. **Projeto História**, v. 10, 1993, p. 7-28.

QUEM somos. **Mises Brasil**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/About.aspx>. Acesso em 7 ago. 2020.

TIRADENTES e os demais inconfidentes lutaram contra o pagamento do quinto (20%). Passados dois séculos, o Governo dobrou a meta e toma cerca de 40% de tudo o que produzimos. Cabe a nós, brasileiros, lutar por mais justiça tributária. #VamosRenovarTudo. 21 abr. 2018. Twitter: @partidonovo30. Disponível em <https://twitter.com/partidonovo30/status/987643284976791552>. Acesso em 7 ago. 2020.

TIRADENTES lutou contra o pagamento do quinto, um imposto de 20% sobre os minérios extraídos. Passados dois séculos, o Estado fica com quase 40% de tudo o que produzimos.

"Liberdade ainda que tardia", diz a bandeira de Minas Gerais. Cabe a nós, brasileiros, buscar a nossa. 21 abr. 2020. Twitter: @partidonovo30. Disponível em <https://twitter.com/partidonovo30/status/1252604703063638016>. Acesso em 7 ago. 2020.

THOMPSON, E. P. Economia moral revisitada. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 203-266.

VILLALTA, Luiz Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). **As Minas setecentistas**, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 579-608.

_____. BECHO, André Pedroso. Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). **As Minas setecentistas**, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 555-578.

Prover e acumular: a estrutura e o perfil da posse de escravos em um contexto econômico de abastecimento (São Luiz do Paraitinga no primeiro quartel do XIX)

Diego Alem de Lima

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p299-330

Resumo: O presente trabalho foi desenvolvido com o principal objetivo de estabelecer uma análise acerca do uso e da posse da mão de obra escravizada em um contexto econômico de abastecimento durante o período colonial brasileiro, em uma vila paulista não diretamente relacionada às atividades exportadoras da colônia: a pequena São Luiz do Paraitinga, localizada no médio Vale do Paraíba. A partir da rica documentação das Listas Nominativas de Habitantes disponíveis para o intervalo entre 1798 e 1818, bem como do instrumental teórico e metodológico da Demografia Histórica, buscamos acessar a faceta escravocrata do universo socioeconômico da pequena povoação, partindo de uma temática pouco usual nos trabalhos sobre a escravidão colonial: os pequenos proprietários de escravos. Assim, observando, ano a ano, os longos Maços de População, fomos capazes de mapear centenas de trajetórias individuais que, em conjunto, pavimentaram o caminho para o aprofundamento das questões propostas: qual é a importância demográfica do setor de pequenos proprietários de escravos? Quais são as características sociais e demográficas desses indivíduos? E aquela que talvez tenha sido a questão central: quais são as características e o perfil da composição dessas escravarias? As respostas obtidas apontam para um quadro que difere em grande medida de alguns consensos pré-estabelecidos pela historiografia existente, e serão, a seguir, apresentadas.

Palavras-chaves: Escravidão, História do Brasil, Demografia Histórica, Economia de Abastecimento, Brasil Colonial.

A presente pesquisa teve como principal objetivo analisar a posse de escravos na vila colonial de São Luiz do Paraitinga durante a primeira metade do século XIX (1798-1818), a fim de compreender como o fenômeno da escravidão se desenvolveu em um contexto econômico de *abastecimento*, a partir da investigação das trajetórias de vida de indivíduos e de seus respectivos domicílios presentes nas listas nominativas de habitantes disponíveis para a localidade.

Como pondera Valter Martins, boa parte da historiografia clássica dispensou poucas atenções para as regiões do país dedicadas aos mercados internos de abastecimento, tratando os pequenos agricultores e produtores como secundários e pertencentes a um universo econômico vazio e pouco significativo (1996, P.16). Há, ainda, entre os historiadores tradicionais, aqueles que voltaram seus olhares e esforços para essas esferas preteridas da população, como Caio Prado Junior. Entretanto, mesmo nesses casos, o discurso predominantemente reproduzido é aquele que conceitua a dinâmica abastecedora como atividade marginal, residual.

Porém, como bem tem demonstrado a historiografia recente acerca do passado colonial paulista, as atividades econômicas de abastecimento preencheram um espaço importante no universo dos habitantes da capitania/província, principalmente no transcorrer do século XVIII, quando diversas localidades paulistas passaram a fornecer

suprimentos às recém-descobertas paragens mineradoras. Ao contrário do que preconizava a antiga tradição historiográfica¹, as recentes teses, colhendo os frutos das novas metodologias e arcabouços teóricos², defendem que já existia em São Paulo uma importante rede mercantil durante os séculos XVII e XVIII, baseada nas trocas envolvendo gêneros de abastecimento. A abertura do chamado “Ciclo da Mineração” teria tido como consequências as profundas alterações econômicas e demográficas vivenciadas pela capitania paulista ao longo dos setecentos, a saber: aumento considerável no número de habitantes, abertura e ocupação de áreas antes inexploradas e surgimento de novas atividades econômicas (MARCÍLIO, 2000). Já de acordo com Luna e Klein:

“A historiografia recente começou a revelar a importância cada vez maior da pequena produção agrícola local de gêneros alimentícios no contexto brasileiro como contraponto à ênfase na grande lavoura na literatura tradicional. Na maioria das áreas, a produção destinava-se à subsistência e à venda em mercados locais e regionais. Sempre provinha da unidade agrícola familiar, mas com frequência incluía empregados e escravos; no caso de São Paulo antes de 1700, esses cativos eram índios. O uso da mão de obra escrava, inicialmente de índios e depois de negros, para produzir gêneros de subsistência e destinados ao mercado local, foi uma das características distintivas da escravidão brasileira. Poucas foram as outras sociedades escravistas nas Américas que fizeram uso tão sistemático da cara mão de obra escrava nessa área de produção.” (2006).

Entretanto, ainda que a relevância econômica e social dos mercados de abastecimento não tenha sido de todo ignorada pela historiografia, estudos detalhados acerca das dinâmicas e estruturas humanas que caracterizaram tais localidades se mostram extremamente raros (BACELLAR, 2001, p. 143). Mais do que isso, embora

¹ Para estudos clássicos sobre São Paulo colonial, ver: TAUNAY, Affonso de Escragnolle. **História Geral das bandeiras paulistas**. São Paulo: H.L. Canton, 1949; CANABRAVA, Alice Piffer. **O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo, 1861-1875**. Universidade de São Paulo, 1951. ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **Raça de Gigantes: a civilização no planalto paulista**. São Paulo: Helios, 1926

² Destacam-se as abordagens no campo da Demografia Histórica, que introduziram a utilização de novos conjuntos documentais, sobretudo o de fontes seriais.

tenham se multiplicado, a partir da década de 1970 (MOTTA, 1988), os estudos centrados na posse de escravos em São Paulo colonial, a maioria desses esforços se deram no sentido de compreender o funcionamento da máquina escravista em zonas ligadas mais diretamente às consagradas redes exportadoras.

A vila de São Luiz do Paraitinga (localizada no Vale do Paraíba), mesmo durante o século XIX, quando as principais culturas exportadoras tomavam vulto em diferentes regiões da província (LUNA; KLEIN, 2006), manteve-se em grande medida como uma localidade especializada no abastecimento regional. A produção local, centrada em produtos como o tabaco, o algodão e a criação de suínos, sempre se destinou a suprir as demandas regionais em cidades como Paraty, Ubatuba e Rio de Janeiro. Assim, nossos esforços buscaram cumprir uma dupla tarefa. Em primeiro lugar, levantar indícios e dados acerca da complexa formação demográfica dos pouco conhecidos rincões abastecedores. E, em segundo lugar, de levantar apontamentos sobre as diferentes estratégias e mecanismos que possibilitavam aos habitantes dessas isoladas vilas acumularem, ao longo de sua trajetória, algum cabedal econômico na forma de escravos.

Foram alvos de investigação não os poucos grandes proprietários, costumeiramente investigados pela historiografia, mas sim a ampla e majoritária camada de pequenos produtores e elementos urbanos, que predominavam no espectro demográfico da vila, incluindo também artesãos e comerciantes. Dessa forma, pretendeu-se observar os esforços e estratégias desenvolvidos por esses setores da população, sobretudo o primeiro deles, para a obtenção de cativos, transformando-se em pequenos senhores e diferenciando-se da imensa maioria dos habitantes da vila, que jamais viria a possuir plantéis, ainda que diminutos, de escravos.

Acreditamos que o estudo da estrutura da posse de escravos em uma comunidade colonial é crucial para a compreensão da forma pela qual a riqueza se distribuía em tais sociedades, posto que a mão de obra cativa figurava entre os seus principais fatores de produção, ao lado do próprio trabalho familiar.

Como supracitado, as fontes utilizadas para a análise do universo da vila de São Luiz do Paraitinga foram as listas nominativas de habitantes. A confecção de tais maços de população se insere em um cenário de reformas administrativas de cunho mercantilista, introduzidas pela Coroa portuguesa sob a égide pombalina. O recrudescimento dos infindáveis conflitos contra os castelhanos na região do Prata, bem como a necessidade de se reorganizar e estimular a diversificação da produção agrícola no bojo das dificuldades econômicas vivenciadas pela metrópole na segunda metade do século XVIII (NOVAIS, 1995), foram, respectivamente, as molas mestras que guiaram as orientações para a produção das listas. Como sugere Maria Luiza Marcílio, o primeiro período de manufatura das listas seria marcado por fortes preocupações militares da burocracia régia. Já o segundo momento, caracterizado pela autora como “a fase de aperfeiçoamento dos recenseamentos” (1797-1830), teria como mais salientes as diretrizes voltadas ao desenvolvimento econômico:

“Os constantes problemas das fronteiras do extremo-sul, e também na Amazônia, entre as terras das Coroas de Espanha e de Portugal, ora criando conflitos armados nas zonas disputadas, ora sendo discutidos em âmbito diplomático na Europa, exigiam de Portugal constante prontidão e preparo de tropas e de milícias da terra para defender suas possessões. A Capitania Paulista, por ser a mais próxima da região sul disputada, era solicitada com mais frequência, sobretudo depois de 1740... Por isso, os levantamentos censitários que começaram a ser realizados na segunda metade do século XVIII visavam responder a *objetivos militares*. Por meio deles podiam, a Metrópole e seus funcionários na Colônia, conhecer o número de adultos disponíveis para armas.” (MARCÍLIO, 2000).

Ainda de acordo com a autora, sobre os lustros finais do século XVIII:

“A partir de 1797, a classificação etária da população passou a ser uniforme, com intervalos quinquenais até os dez anos e decenais daí para

cima, tanto para os homens quanto para as mulheres. As tabelas gerais da população deveriam combinar varias características demográficas (sexo, idade, estado civil, cor) cruzando-as em quadros que levavam ainda em consideração a condição social (livres e escravos).

Nessa nova fase dos censos brasileiros, os objetivos passaram a ser menos militares, e mais econômicos e de política populacional” (MARCÍLIO, 2000, p.39) “

O responsável por instaurar a prática dos recenseamentos no território paulista foi o então governador, o Morgado de Mateus, a partir de 1765. O levantamento passou a ser realizado anualmente pelas divisões militares das Companhias de Ordenanças. As listas feitas pelas companhias de cada vila possuem, em geral, uma primeira divisão por freguesias e bairros. Sua confecção buscou trazer a quantidade de fogos existentes na vila, assim como o nome dos moradores: nomes do chefe de família e sua esposa, geralmente os nomes acompanhados dos sobrenomes com indicação da patente militar daquele (quando existente), e idade de ambos; quanto aos filhos, apenas primeiro nome, idade e naturalidade. No que diz respeito aos agregados, por vezes apareciam com nome completo, idade e naturalidade. Com relação aos escravos, indicava-se apenas a quantidade total em alguns casos; em outros poucos, os nomes, idade, estado civil e naturalidade. Em nossa pesquisa, foram utilizadas onze listas nominativas referentes ao intervalo selecionado (1798-1818), e um total de 1200 domicílios pôde ser coligido e analisado.

1. Quadro Social e Estrutura da posse de escravos: 1798-1818.

Apesar de ser uma das regiões de povoamento mais antigo de que se tem notícia para a história paulista, até meados do século XVIII, alguns rincões isolados do Vale do Paraíba permaneceram alheios à ocupação humana. O local onde hoje se encontra a pequena cidade de São Luís do Paraitinga nos serve para exemplificar um desses casos. Apenas com a restauração da autonomia administrativa da então capitania paulista, no

ano de 1765, decidiu-se povoar a área compreendida entre o Vale e o litoral, região drenada pelos rios Paraitinga e Paraibuna (SAIA; TRINDADE, 1977).

Em trabalho pioneiro sobre a pequena vila colonial, Jaelson Trindade e Luís Saia afirmam que o povoamento da região do Paraitinga deve ser compreendido como uma das consequências da abertura do Caminho Novo, que ligou diretamente as zonas mineradoras ao Rio de Janeiro, concluído entre os anos 1780 e 1790 (SAIA; TRINDADE, 1977). A nova via teria feito com que as antigas rotas de ligação, que passavam pelo Vale, deixassem de ser frequentadas pelos comerciantes e viajantes, e os antigos moradores que ocupavam a região teriam sido compelidos a buscar novas alternativas de sobrevivência, sobretudo buscando áreas para desenvolver a lavoura de subsistência. Ademais, a política empreendida pelo Morgado de Mateus tinha como uma de suas principais diretrizes a fundação de novas vilas, visando um aumento da produção e, conseqüentemente, da arrecadação por parte do aparato estatal (MONT SERRATH, 2017).

Assim, a origem do pequeno povoamento teria ligações com a migração de pequenos sitiantes e produtores, posseiros, que plantavam e criavam para a própria subsistência. O relevo extremamente acidentado que caracteriza a região, bem como a ausência de jazidas minerais que despertassem o interesse em sua exploração econômica, teriam feito com que a povoação mais sistemática da região se desse apenas com a chegada do café ao Vale, já próximo à segunda metade do século XIX. Até então, as pequenas comunidades e aglomerados populacionais ali instalados se caracterizavam pela quase exclusiva lavoura de subsistência, que no caso de São Luís, baseou-se, inicialmente, no plantio de milho e feijão (PETRONE, 1959, p.251).

Esse povoamento rarefeito e baseado na pequena produção para consumo interno caracterizou a vila durante os anos aqui analisados, bem como o predomínio de

pequenas propriedades policultoras, dedicadas ao cultivo de gêneros para a subsistência, como arroz, milho, tabaco, feijão e toucinho.

Entretanto, desde o início de nossas análises foi possível identificar a existência de um comércio de excedentes, sobretudo voltado à venda de alguma quantidade de açúcar, tabaco e porcos vivos.

Em 1798, foram listados apenas 379 domicílios, número pequeno se comparada com vilas vizinhas, como Lorena, que em 1804 já contava com mais de 1100 fogos listados. Mais do que isso, no decorrer do período analisado, São Luís não apresenta crescimento acelerado no número de fogos, o que pode ser um efeito do relativo isolamento econômico da vila em relação às grandes atividades de exportação.

	1798	1799	1802	1804	1806	1808	1810	1812	1814	1816	1818
Domicílios Listados	379	425	439	439	445	482	488	526	503	475	530

Tabela 1: Domicílios listados ano a ano. Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de São Luiz do Paraitinga (1798-1818)

Porém, ainda que relativamente isolada das principais teias mercantis exportadoras da colônia e dependente dos núcleos regionais para a comercialização da produção sobressalente, a economia de São Luís do Paraitinga se mostrou, ao longo do período analisado, portadora de um grau de dinamismo capaz de possibilitar a acumulação de capital na forma de escravos por parte de uma parcela de sua população. Havia, em 1798, 583 cativos listados nos domicílios da paróquia; dez anos depois, em 1808, já eram 793 os indivíduos escravizados; no último ano da série analisada, o número atingiu o total de 977 cativos.

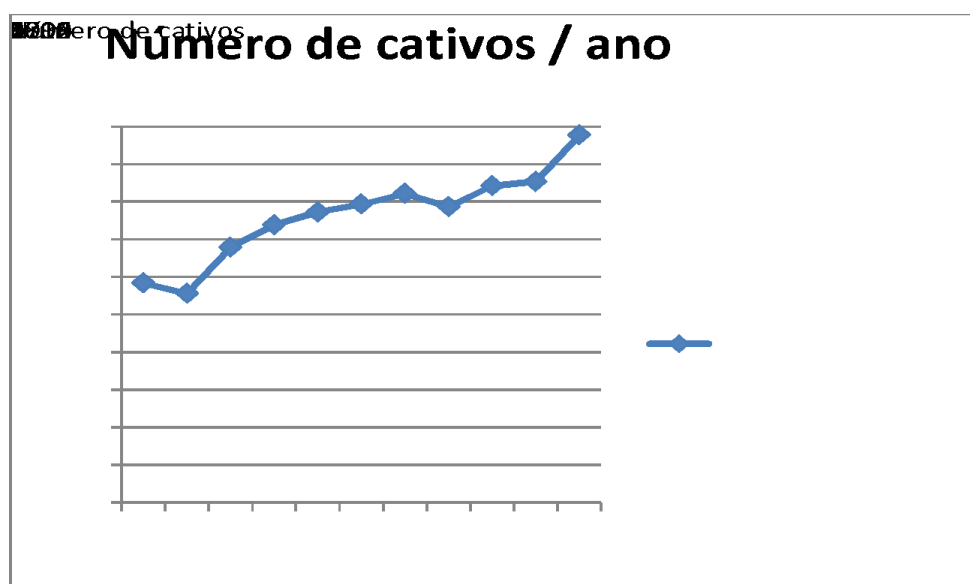


Gráfico 1. Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de São Luiz do Paraitinga (1798-1818)

Percebe-se que, no decurso das duas primeiras décadas do século XIX, a população cativa da pequena vila se ampliou de forma consistente. Mais do que isso, o número de domicílios listados como possuidores de mão de obra escrava também aumentou significativamente ao longo do tempo. Eram 102 domicílios escravistas em 1798, passando para 125 em 1808, e chegando a 143 fogos possuidores de cativos em 1818.

Entretanto, tal crescimento não parece ter sido acompanhado por uma distribuição do acesso à mão de obra escrava no tecido social. A proporção de domicílios escravistas em relação ao total de fogos listados permaneceu quase inalterada ao longo de todo o período, variando em torno dos 25% da população livre listada, o que é um indício de que a acumulação de capital na vila teria se dado de forma concentrada. Tal proporção se aproxima da encontrada por Francisco Vidal Luna como média de proporção de domicílios escravistas em todo o Vale do Paraíba à época: 24,17% dos domicílios eram proprietários de escravos, em 1804 (LUNA, 1998, p. 114).

A taxa de aproximadamente 25% para a parcela relativa aos proprietários de escravos no seio da pequena vila é um dado que nos permite avançar sobre a realidade do universo cotidiano da paróquia. Desprovida das condições necessárias para ter acesso ao mercado negreiro, a esmagadora maioria de sua população depositava na mão de obra familiar as esperanças e expectativas para suprir as necessidades diárias. Pequenos roceiros e roceiras, cultivando suas roças rústicas que bastavam para seu próprio sustento e, eventualmente, possibilitavam a extração de pequenos excedentes. Cenário semelhante foi encontrado por Bacellar, ao estudar a vila de Sorocaba nos séculos XVIII e XIX (BACELLAR, op cit, p.133).

Mas é preciso delinear, ainda que brevemente, o quadro da distribuição dos escravos em relação aos plantéis para que possamos compreender de forma mais abrangente a dinâmica escravista da pequena paróquia. Durante todo o intervalo analisado, os pequenos plantéis representaram a esmagadora maioria numérica do total das escravarias inventariadas. Quadro este que é semelhante ao encontrado por outros estudiosos da escravidão paulista. José Flávio Motta, ao analisar a disseminação da lavoura cafeeira em Bananal durante a primeira metade do século XIX, atesta quadro semelhante, no qual os pequenos proprietários de escravos aparecem como fatia majoritária entre o total dos senhores, sobretudo na primeira fase da introdução da lavoura da rubiácea (MOTTA, 1991).

Não é escusado lembrar que, aqui, optamos por dividir os plantéis da vila em duas faixas distintas de tamanho: foram considerados como pequenos plantéis os que declararam possuir até 5 cativos; médios e grandes plantéis foram aqueles que apresentaram um número igual ou superior a 6 escravos. Preferimos não empregar as tipologias já consagradas, como a de Ricardo Salles, em nossas análises, posto que o

universo aqui explorado destoa bastante da natureza das zonas monocultoras, onde tais classificações adquirem maior representatividade (SALLES, 2008).

	Número de plantéis para cada categoria / ano										
	1798	1799	1802	1804	1806	1808	1810	1812	1814	1816	1818
Pequenos plantéis	75	77	75	88	88	87	78	82	86	78	94
Médios e grandes (>5)	27	23	31	38	33	35	41	42	41	44	49

Tabela 2. Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de São Luiz do Paraitinga (1798-1818)

Entretanto, ainda que a pequena posse de escravos tenha sido predominante numericamente frente às demais faixas de propriedade, um exame detido acerca do número de cativos pertencentes aos médios e grandes plantéis nos revela uma realidade que, guardadas as devidas proporções e considerando as diferentes tipologias adotadas, se assemelha à encontrada em zonas que se notabilizaram como centros exportadores da monocultura colonial.

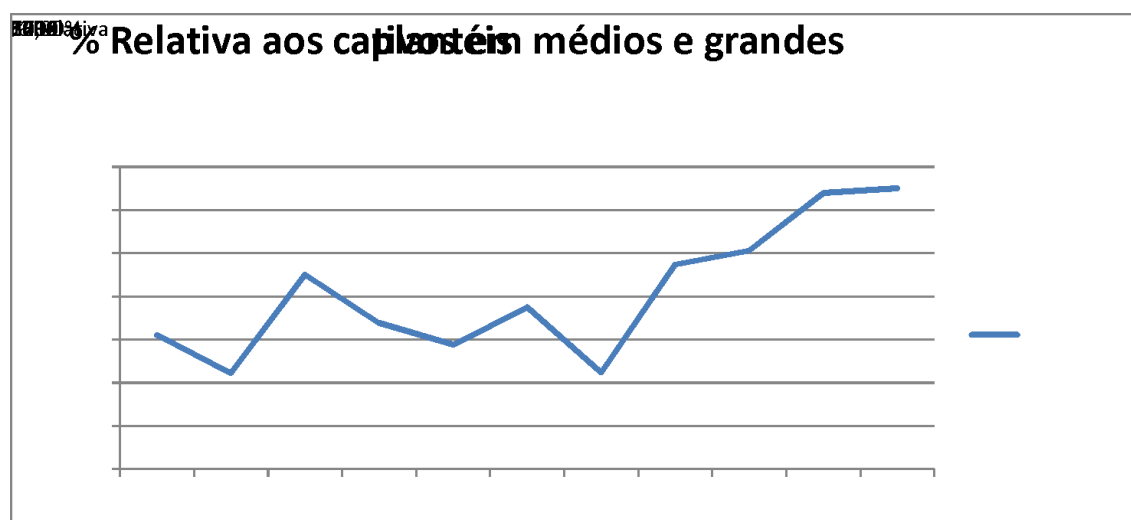


Gráfico 2. Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de São Luiz do Paraitinga (1798-1818)

Como se percebe, com o passar dos anos e o aumento da entrada de cativos negros no âmbito da vila, cada vez mais indivíduos são listados como pertencentes às maiores faixas de plantéis aqui consideradas. Em recente artigo em que estuda a disseminação da escravidão ligada à plantação cafeeira em Bananal, Breno Moreno atenta para um fenômeno semelhante: com o passar do tempo, a propriedade escrava torna-se cada vez mais concentrada nas mãos dos grandes proprietários (MORENO, 2019).

É bem verdade que a classificação das faixas de plantéis utilizadas pelo autor em seu estudo contrastam com a aqui adotada. Entretanto, se considerarmos a natureza singular da economia abastecedora de São Luís, pode-se trabalhar com a hipótese de que o quadro observado em nossos dados seja um equivalente ao diagnóstico estabelecido para algumas áreas exportadoras durante o século XIX. Hipótese que necessita de maior desenvolvimento para sua comprovação.

Mas já nos é possível afirmar que, nesse contexto pouco ligado à agricultura monocultora de exportação, a compra de braços cativos para o trabalho no meio agrícola não só era possível, como era caracterizada por um quadro onde a maioria dos proprietários detinha a minoria dos escravos declarados.

Restam-nos as perguntas: como se configurava a rede mercantil na qual estava inserido o pequeno povoado? Quais eram os principais gêneros vendidos por seus habitantes? E para quais localidades eram exportados tais artigos? Para respondê-las, lançaremos mão de um conjunto secundário de fontes, os Mapas Estatísticos de Comércio, que condensam as informações estatísticas extraídas das listagens, sobretudo os referentes à balança de comércio.

As exportações de excedentes produzidos na vila sempre tiveram como destino três localidades que variaram em importância ao longo do tempo: o Rio de Janeiro foi

sempre o principal comprador de gêneros; Paraty e Ubatuba, respectivamente, são as outras duas vilas compradoras. Entretanto, é possível identificar uma alteração no perfil dos produtos comercializados ao longo do tempo.

Quando do começo de nossas análises (1798), os principais produtos a compor a pauta de exportações da paróquia eram o toucinho e o tabaco, em ordem de importância. Entretanto, sobretudo após o ano de 1808, a participação do toucinho na balança comercial decaiu bruscamente e de forma quase linear até o fim do período, sendo substituído pelos porcos vivos, que se tornaram o principal produto vendido, seguido pelo tabaco. O açúcar praticamente deixou de ser produzido na vila com o intuito de ser vendido, perdendo por completo sua importância nas trocas comerciais. Ao que parece, a vila se especializou, ao longo do tempo, na produção de tabaco e criação de porcos vivos.

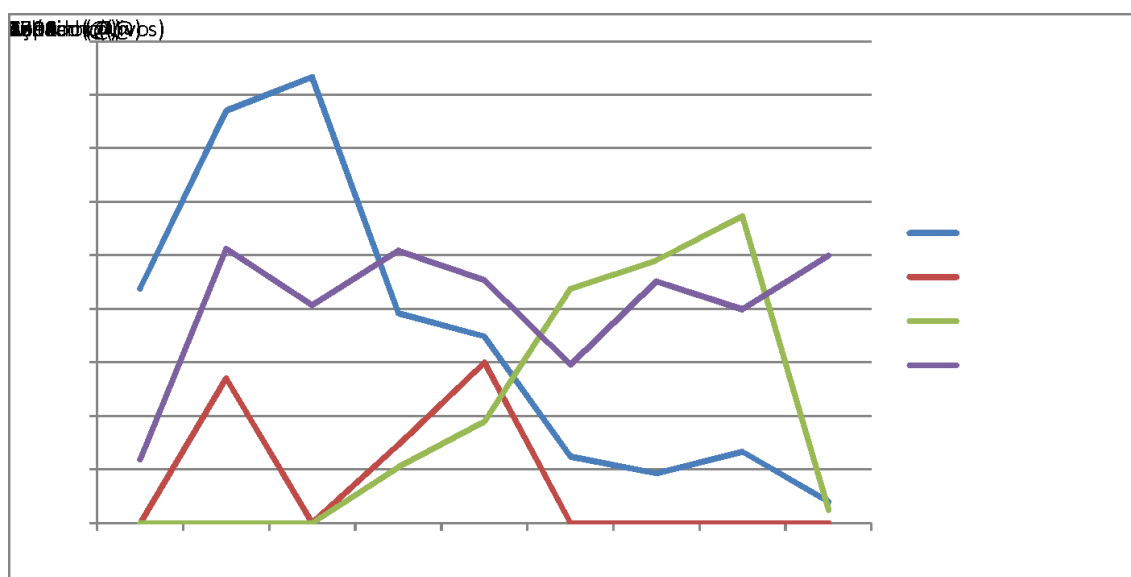


Gráfico 3: Artigos exportados pela paróquia ano a ano. Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de São Luiz do Paraitinga (1798-1818)

A exportação de tabaco aparece como uma constante do universo econômico da vila durante o período, enquanto a criação e venda de porcos vivos seriam uma resposta a uma conjuntura, um estímulo externo. Quando cruzamos o volume de artigos exportados e as vilas para onde eram destinados, o quadro torna-se mais claro. Com o passar do tempo, o Rio de Janeiro se tornou o destino da majoritária produção comercializada pela paróquia de São Luís. Quase a totalidade dos capados vivos exportados pela paróquia era destinada à capital da colônia, bem como a produção intermitente de açúcar.

Trabalhamos aqui com a hipótese de que, com o desenvolvimento urbano e demográfico do Rio de Janeiro após ter se tornado capital colonial (1763), houve um significativo crescimento da demanda local por gêneros básicos. Isso teria criado uma rede de abastecimento substancialmente lucrativa, na qual estaria inserida São Luís do Paraitinga, o que tornava possível a acumulação de capital na forma de cativos, a partir de trocas favoráveis na balança comercial.

O Rio de Janeiro teve papel importante no abastecimento das regiões mineradoras, entretanto, com o declínio da extração aurífera das Gerais, os papéis teriam se invertido: as regiões limítrofes à capital teriam se especializado cada vez mais no cultivo de gêneros de exportação (durante o chamado Renascimento Agrícola³) e a lavoura de abastecimento teria perdido espaço (CAMPOS, 2010, p 25-27). A carência de gêneros básicos teria se agravado ainda mais com a transferência da corte portuguesa para a

³ O conceito de Renascimento Agrícola se refere ao fôlego renovado adquirido pelo setor agrícola da economia colonial, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. Múltiplas são as causas apontadas para esse movimento valorativo, como o aumento da demanda internacional por produtos como o açúcar, bem como do incremento do mercado interno, devido ao desenvolvimento demográfico e social observado ao longo do XVIII em diferentes regiões.

colônia, em 1808. É possível observar como as vendas de tabaco e capados vindos de São Luís aumentam após a data, bem como a entrada de negros escravos no universo da vila.

Como tem demonstrado a produção recente acerca dos mercados internos coloniais, a virada do século XVIII para o XIX é marcada, por diferentes motivos, pela valorização de determinados gêneros agrícolas (chamada, por vezes, de Renascimento Agrícola). Em primeiro lugar, no que se refere aos quadros mais gerais da conjuntura atlântica no recorte - que em grande parte determina-se pelos desdobramentos revolucionários em solo europeu (HOBSEBAWM, 2012) -, a rebelião escrava Haitiana foi responsável pela desarticulação produtiva de uma das principais economias fornecedoras de açúcar e café no mercado global (MARQUESE, 2013, p.296-297), fazendo com que a cotação internacional dos referidos artigos se tornasse mais atrativa para os produtores da América lusitana. Assim, tornou-se possível a retomada rentável da produção em grande escala desses artigos de exportação na porção sudeste na colônia, como já discutido nas primeiras seções do presente projeto.

Em segundo lugar, somando-se às questões conjunturais supracitadas, o recorte por nós escolhido também se destaca pelas profundas alterações de nível mais local nas quais se viu inserida a vila de São Luiz. A transferência da corte lusitana para o Rio de Janeiro (principal mercado comprador da pequena vila) em decorrência das guerras napoleônicas representou um momento de profunda inflexão nos mais variados sentidos, sobretudo para os mercados regionais que aqui nos interessam. De partida, estima-se que a população da capital tenha dobrado entre os anos de 1808 e 1821 (MARTINS, 2008, p.1). A cidade sofreu tamanhas transformações nesse contexto que se transformou em um dos principais centros urbanos e comerciais do Atlântico Sul. Como argumenta Martins, a necessidade de atender emergencialmente a esse estupeficante incremento na demanda fez com que uma série de recursos fosse mobilizada

para tornar viável tal tarefa (MARTINS, 2008). Em interessante artigo, Fábio Pesavento demonstra, a partir dos dados acerca das receitas extraídas pela coroa da taxaço comercial nos portos fluminenses, como o fluxo comercial da capital se multiplicou enormemente durante as primeiras décadas do XIX (PESAVENTO, 2018).

Segundo Marcondes, além de ter se tornado o principal polo escoador de gêneros de exportação que passaram a dominar a paisagem econômica do centro-sul colonial entre o XVIII e o XIX, a capitania/província do Rio de Janeiro também figurou entre os principais produtores de tais gêneros, quadro comprovado pelo incremento substancial no número de engenhos de açúcar em seu território no período (MARCONDES, 1995, p.238-247). Mais do que isso, a cidade suplantou as regiões mineradoras como principal fomentadora dos mercados de abastecimento regional, não apenas por ser a principal fonte de demanda de gêneros básicos, mas também por terem partido dali os maiores esforços para a construção de novos canais de comunicação e transporte que viabilizassem a integração regional (MARCONDES, 2001, p. 41-77).

Logo, a massiva entrada de cativos negros impulsionada pela retomada das lavouras exportadoras na virada do século XVIII para o XIX traduziu-se em um incremento demográfico substancial em áreas como o Vale do Paraíba (MARCÍLIO, 2000), onde se localiza a vida de São Luiz. Assim, a demanda por gêneros de abastecimento que pudessem sanar as necessidades dessa população em crescimento se viu aquecida. Ao mesmo tempo, a chegada da Corte portuguesa à capital do Vice-Reino fomentou violentamente o já relevante crescimento da cidade fluminense, em termos quantitativos, com a introdução de milhares de novos moradores no universo citadino. Também se alteraram aspectos qualitativos, com o fomento de novas redes e circuitos de abastecimento, a formação de novas elites comerciais que passaram a controlar tal tráfego de gêneros e a elevação no próprio nível de consumo da sociedade, posto que

o patamar demandado por uma corte real europeia e seu aparato burocrático estava longe de ser trivial.

Assim, trabalhamos com a hipótese de que os pequenos produtores da vila de São Luiz do Paraitinga encontravam-se inseridos em uma conjuntura de extrema valorização dos gêneros produzidos. A alta dos preços do tabaco e dos derivados de suínos (exportados quase que integralmente para a capital, principal mercado comprador dos produtores de São Luiz) teria tornado possível a integração desses indivíduos em redes comerciais de média distância e de forma extremamente lucrativa, posto que conseguiram adquirir cativos no mercado negreiro (como supracitado, a acelerada taxa de crescimento da população cativa luizense nos fez descartar a ideia de um crescimento populacional endógeno, baseado na reprodução natural). Além disso, compravam-se cativos em idade produtiva e em sua maioria homens, portanto, de maior preço, o que fornece indícios para que possamos contestar a imagem tradicional veiculada pelos historiadores sobre áreas de abastecimento: caracterizadas costumeiramente pelo predomínio de escravos de menor valor agregado, como crianças e/ou mulheres, devido aos supostos baixos níveis de capitalização das economias locais (GUTIERREZ, 1987).

Das trajetórias individuais: um estudo de casos.

Como exposto acima, a pequena vila de São Luiz, fundada ao fim do século XVIII, no bojo de importantes alterações administrativas aplicadas à América portuguesa, passou por significativas transformações sociais e demográficas que estiveram atreladas ao processo de desenvolvimento da economia local. O ganho de vulto das atividades agropastoris e do comércio de excedentes produzidos, no contexto da exaltação do mercado local fluminense, tornou viável a acumulação de haveres econômicos por parte de setores da sociedade, com destaque para a recém cristalizada elite agrária que veio a concentrar a grande parte da riqueza produzida.

No entanto, como também buscamos evidenciar a partir da demonstração dos dados compilados, uma considerável parte da parcela pobre da população, em seu grosso composta por pequenos roceiros e plantadores de roçados, logrou acrescer seus meios a partir da venda do saldo produzido. Como bem argumenta Bacellar, a diferenciação entre lavradores que possuíam ou não a mão de obra cativa entre as suas possibilidades é elemento crucial para o entendimento das reais dimensões e potencialidades do tão desconhecido mercado interno colonial, pois, como sabemos, tal parcela social era extremamente heterogênea e as trajetórias individuais variam sobremaneira de domicílio para domicílio. Resta-nos agora buscar desvendar as estratégias e linhas de ação desenvolvidas e postas em prática por esses indivíduos no passado.

Para tanto, utilizaremos as fichas domiciliares confeccionadas a partir dos dados inventariados nas listas nominativas aqui abordadas. Concentramo-nos apenas nos núcleos familiares pertencentes à parcela dos pequenos escravistas que, como já dito, possuíam, em algum momento do recorte proposto, até cinco cativos em suas senzalas.

Foram produzidas cerca de 60 fichas individuais, a partir do modelo exposto no início de nosso trabalho. Entretanto, foram localizados diversos outros casos com potencial analítico entre os domicílios catalogados em nosso banco de dados, mas que não puderam ser examinados de forma mais detida pela falta de tempo disponível, posto que a montagem inicial do banco consumiu grande parte do período da pesquisa. Esses casos potenciais serão contemplados em etapas futuras desta pesquisa.

Além disso, é importante lembrar que, pelas dificuldades de produção dos maços de população (ausência de padronização; longas distâncias e incriveis dificuldades de locomoção, etc), bem como pelas próprias características contextuais de sua feitura

(onde saber a idade não era crucial como nos dias de hoje; ocultar a presença de homens no domicílio se fazia necessário para se esquivar dos recrutamentos; subdeclarar os bens era uma estratégia para driblar a tributação) (BACELLAR, 2008), as informações aqui expostas devem ser interpretadas a partir da ideia de que se tratam de estimativas que nos servem como referências para identificar movimentos na sociedade.

A primeira característica que salta aos olhos quando trazemos à luz o conjunto das fichas, é a íntima relação assumida entre a acumulação de cativos por pequenos produtores, e o comércio de gêneros básicos (notoriamente o tabaco e os porcos) com as praças compradoras da vila de São Luiz. Como já especulamos nas reflexões apresentadas, essa se mostrou ser uma condição quase indispensável para tornar possível a aquisição de cativos no mercado de mão de obra. Ou seja, a simbiose entre o pequeno produtor e a agricultura comercial mostrou-se fulcral e ponto comum dessas trajetórias de vida. A porcentagem relativa aos casos em que a ocupação do chefe de domicílio apareceu diretamente ligada às atividades agrícolas foi de 88,7% dos casos analisados.

O caso do lavrador Joaquim José Pinto parece ser uma típica trajetória de sucesso na acumulação de reservas. Listado em 1798 como roceiro de lavoura que “vende na terra”, o homem de 41 anos contava, em sua casa, com a ajuda de sua esposa Margarida e de seus cinco filhos (um deles com apenas três anos de idade). Naquele ano, declarou ter produzido dezesseis arrobas de fumo, que vendeu. Já no ano de 1802, o agricultor catalogou uma produção de trinta arrobas de tabaco, demonstrando certo incremento na produção. Até que, em 1804, Joaquim já apresentava a posse de dois cativos homens em franca idade produtiva, bem como uma colheita ampliada de fumo; cinquenta arrobas. Com o passar dos anos, o agricultor chegou a acumular mais três escravos, e sua produção seguiu em evidente ampliação (sendo listado, em 1816, como dono de engenho produtor de aguardente).

Também esse parece ser o caso de José da Costa Ribeiro. Listado com 50 anos em 1798, o agricultor produzia em seu domicílio alguma quantidade de toucinho e tabaco (foram vinte arrobas de cada no referido ano) com a ajuda de sua esposa, Quitéria (50 anos), seus três filhos que possuíam entre 13 e 15 anos, e a escrava Rosa, de 16 anos. Já em 1802, o agricultor possuía já quatro cativos, todos em idade produtiva, chegando, em 1818, a um plantel de cinco cativos, sendo que quatro deles se encontravam em idades produtivas.

Afora os casos de domicílios de agricultores, surgem, com o passar do tempo, indícios de enriquecimento alcançado por indivíduos que desempenhavam aquilo que podemos chamar de atividades “satélites” da lavoura comercial de mantimentos. Para esses casos, levantamos a hipótese de que, com o incremento da atividade comercial entre a vila e as áreas circunvizinhas, a lucratividade dos serviços ligados à venda desses gêneros também se viu ampliada, em um efeito multiplicador “cascata” que transcende as atividades centrais. São os casos de tropeiros, negociantes, vendeiros e alfaiates que se aproveitaram da onda de prosperidade e crescimento que atingiu o mercado e a sociedade local no geral. Assim, Joaquim Teixeira (Joaquim Ferreira da Costa), listado como tropeiro durante todo o recorte abordado, conseguiu, em 1816, então com 43 anos, adquirir o cativo João, congo de 24 anos.

Vários são os casos de domicílios que, a exemplo dos supracitados, enriqueceram e vislumbraram acumular reservas suficientes para a montagem de uma escravidão. Entretanto, ainda que minoritários, fomos capazes de encontrar casos de fogos que não se encontravam diretamente relacionados ao comércio de gêneros de abastecimento, mas que também demonstraram capacidade de acumulação econômica.

É o que se sucedeu com José Antônio dos Santos, alfaiate que, em 1806, então com 34 anos, casou-se com a então viúva Maria Gomes, listada com 25 anos. O chefe passou, a partir de então, a comandar uma escravaria de quatro indivíduos, trazida por sua esposa, que herdara tais posses com a morte de seu primeiro marido. Da mesma origem é o acúmulo apresentado pelo roceiro Antônio de Sousa Barbosa. Seu segundo casamento, ocorrido já como sexagenário e selado com a esposa Maria, foi acompanhado da vinda de 4 cativos, os quais foram recebidos pela esposa como herança em seu primeiro matrimônio.

Assim, a herança, mais do que o casamento, aparece como estratégia viabilizadora do acúmulo de capital. Esse é, marcadamente, o caso da maioria das mulheres que aparecem na chefia de domicílios escravistas. Geralmente já com idade avançada, as viúvas acabavam por herdar, juntamente com os filhos, o patrimônio econômico antes encabeçado pelo marido. Exemplo disso é o domicílio da viúva Francisca Leme de Oliveira que, com o falecimento do cônjuge, herdou os três escravos de sua senzala. Infelizmente, o pequeno número de casos como esse incluídos em nossas fichas impossibilita análises mais detalhadas quanto à manutenção desse capital por parte de tais mulheres após a morte de seus maridos.

Talvez ainda mais importante que as ocupações declaradas por cada um desses pequenos domicílios escravistas seja o perfil dos cativos adquiridos durante o ciclo de vida da família. Quais seriam os atributos qualitativos dos indivíduos escravos introduzidos nesses fogos durante o intervalo? As informações compiladas nas listas nos permitem levantar alguns indícios e apontamentos.

Há, contudo, que se fazer um breve apanhado do que tem sido levantado pela historiografia que trata das áreas abastecedoras de nosso passado. A partir de pesquisas robustamente embasadas em dados empíricos e documentações seriadas, chegou-

se ao relativo consenso de que, em núcleos populacionais distanciados das zonas exportadoras, o perfil das escravarias tenderia a assumir determinado padrão, qual seja: um relativo equilíbrio de sexos entre os cativos. Em tais localidades, a reprodução natural da massa escrava teria grande importância relativa na manutenção dos plantéis, fator que seria um dos responsáveis pelo equilíbrio supracitado. Além disso, era maior o peso relativo das escravas mulheres, sobretudo nas faixas etárias de idades produtivas (situação aprofundada pelo possível sub-registro de homens na fuga do recrutamento militar), e dos cativos de tenra idade, posto que nessas áreas, supostamente menos capitalizadas, os players tenderiam a assumir a estratégia de optar por indivíduos de menor valor agregado, casos das escravas femininas e/ou crianças⁴.

Assim, ao analisar as pequenas escravarias sorocabanas, Bacellar chega a razões de masculinidade próximas a 91, ou seja, encontrando um franco predomínio das escravas mulheres frente aos homens. Da mesma forma, Gutierrez (1987) e Marcílio (1986), também abordando zonas afastadas das atividades exportadoras, encontram padrões de equilíbrio entre sexos bastante estabilizados. Mais do que isso: no geral, a população escrava encontrada nessas áreas revela-se marcadamente jovem, apresentando, como visto em Gutiérrez, proporções de até 40% dos cativos em idade abaixo da produtiva (0-15 anos) (GUTIERREZ, 1987).

Porém, os números extraídos para as 60 escravarias aqui tratadas nos revelam uma realidade um tanto quanto surpreendente para a vila de São Luiz. No recorte abordado, foram listados, no total, 170 cativos no decorrer dos anos e nas diferentes senzalas observadas. Deste montante, 111 (65,3%) eram cativos homens, ao passo que 59

⁴ GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, 17 (2): 297-314. São Paulo: Fipe/USP, maio/ago. 1987.

(34,7%) eram mulheres. Já de início, percebemos que se trata de uma realidade um tanto quanto discrepante das citadas acima.

Aqui o equilíbrio entre os sexos parece não se manifestar tão plenamente no montante geral dos cativos listados. Mais do que isso, 41% do total dos escravos declarados eram homens em idade produtiva (14-50 anos), e 20% desse total se tratavam de mulheres produtivas. Ao que parece, os pequenos produtores luizenses tinham acesso a uma escravaria majoritariamente composta por indivíduos em idade produtiva e com maioria masculina. Entretanto, a consideração do total dos cativos listados pode nos induzir a erros, posto que há a possibilidade do mesmo cativo ser contabilizado duas vezes, nas inúmeras migrações entre senzalas que podem ter ocorrido.

Passemos, então, à análise apenas dos primeiros cativos adquiridos pelos chefes de domicílios dessas 60 escravarias. Aqui, consideramos apenas os escravos acerca dos quais foi possível afirmar, com segurança, que foram os primeiros do recorte e adquiridos no mercado, tendo sido deixados de fora da contabilização os recém nascidos e os escravos que já se encontravam nos domicílios quando da primeira listagem daquele fogo. Delineamos, assim, um universo de 40 “primeiros escravos” (referentes a 34 das 60 unidades). É bem verdade que se trata de um espaço amostral bastante reduzido sobre o qual é difícil construir generalizações ou arguir padrões demográficos. Entretanto, os dados nos servem como indicativos.

Desses quarenta indivíduos, uma impressionante parcela de 31 (77,5%) eram homens, com uma idade média de 22,8 anos. Entre as 9 cativas femininas, a idade média encontrada foi de 15,7 anos. Acreditamos que as diferenças entre as idades se deva ao fato de que cativos homens tendem a ser proporcionalmente mais procurados no mercado negreiro, que seleciona escravos com idade mais elevada, enquanto a população feminina tem seu crescimento mais atrelado ao desenvolvimento vegetativo natural da

população. Os indícios apontam para uma capacidade *sui generis* dos pequenos agricultores da vila para se inserirem no mercado negreiro local. Diferente do que se poderia imaginar, esses roceiros principiam suas escravarias já recorrendo a escravos masculinos e em idade produtiva.

Quando passamos a considerar a massa geral dos cativos adquiridos no mercado, novamente, os indícios apontam para o mesmo caminho. Ao todo, foram detectadas 109 compras ao longo dos 20 anos. Setenta e nove desses indivíduos pertenciam ao sexo masculino, enquanto que apenas 30, ao feminino. Novamente, a discrepância entre os sexos se manifesta. É legítimo aventar, também, a partir dos dados apresentados, que a naturalidade desses cativos não tendesse grandemente para o lado nacional, posto que grande parte deles era adquirida via mercado negreiro.

Entretanto, uma forma ainda mais segura de depreender o real cenário concretizado no contexto desses pequenos produtores, é observar a listagem, para cada ano isoladamente, de indivíduos cativos para ambos os sexos. Aqui, o quadro pode ser visualizado de forma mais cristalina e o equilíbrio da distribuição ao longo dos anos, melhor compreendido:

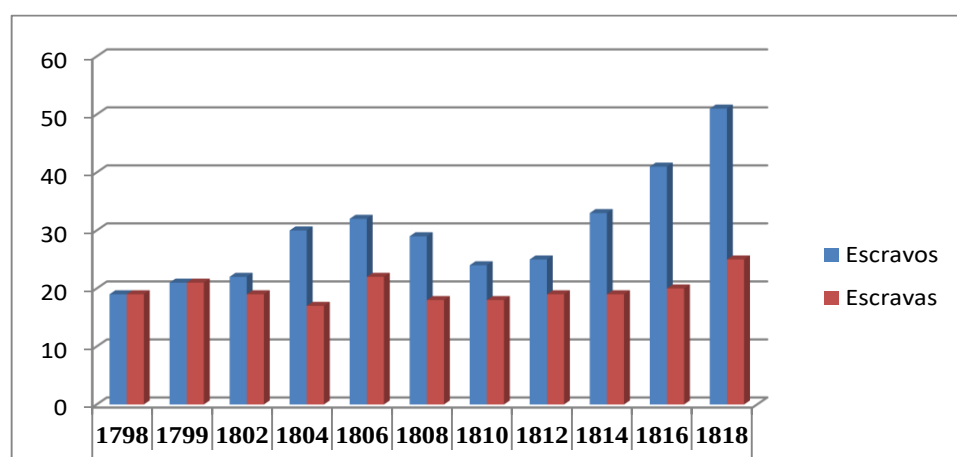


Gráfico 4. Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de São Luiz do Paraitinga (1798-1818)

O gráfico acima registra de forma mais visível a dinâmica demográfica entre sexos da composição das escravarias observadas ao longo dos anos. Percebe-se que, nos primeiros anos do recorte, os conjuntos configuram-se a partir de um perfeito equilíbrio entre os sexos.

Quando avançamos no tempo, passa a haver um descompasso cada vez maior na razão de masculinidade apresentada. Aqui, é possível formular duas hipóteses distintas, que carecem de validação a posteriori. A primeira delas é a ideia de que, a partir da primeira década dos 1800, a oferta de negros no mercado escravista se encontrava em expansão, fazendo com que os preços se tornassem mais acessíveis às camadas mais baixas dos produtores. A segunda parte do pressuposto de que, no período em questão, o aquecimento do comércio de abastecimento fez com que as atividades se tornassem lucrativas o bastante para que os pequenos roceiros pudessem integrar-se ao mercado de braços cativos.

E mais, ao que parece, após o ano de 1806, há um período (que se estende até 1814) marcado pela perda de braços nas escravarias dos pequenos agricultores. É possível que esses cativos estivessem sendo comprados por grandes escravocratas locais, incentivados pelo boom da demanda com a vinda da Corte portuguesa, e abocanhando ferozmente os cativos disponíveis no universo local. A aparente perda de indivíduos também aconteceu ao mesmo tempo em que os pequenos escravistas passavam por dificuldades para adquirir cativos, tornando plausível a hipótese de que esses oito anos teriam sido marcados por uma supervalorização do braço negro.

As informações mostradas no Gráfico 4 corroboram essa ideia, posto que o intervalo entre os anos de 1808 e 1815 é marcado por uma notável explosão das exportações de porcos vivos e de tabaco. Com isso, criava-se, ao mesmo tempo, o mercado

lucrativo para os pequenos produtores, e o preço dos cativos elevados demais para que pudessem ser comprados.

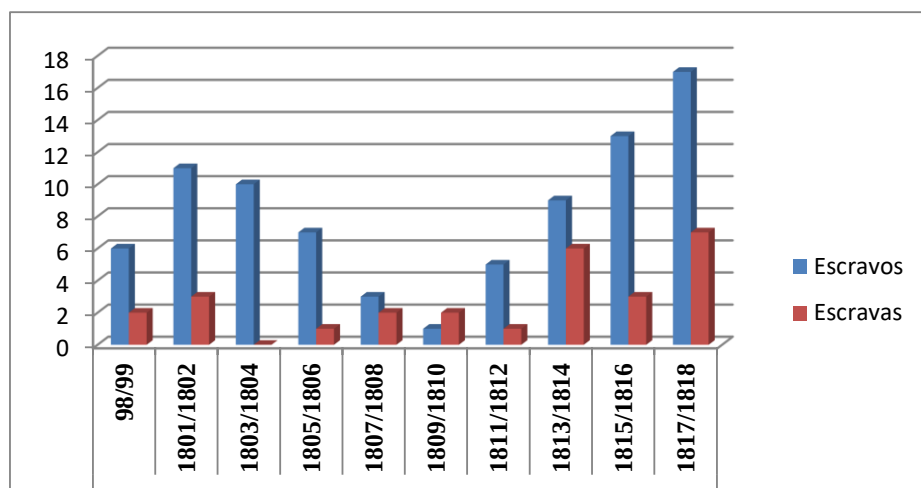


Gráfico 5. Fonte: Listas Nominativas de Habitantes de São Luiz do Paraitinga (1798-1818)

O gráfico acima, por fim, reforça as hipóteses formuladas até o momento. Em primeiro lugar, é possível enxergar de forma mais pormenorizada a capacidade dos pequenos escravistas da vila de adquirirem cativos homens, comprovadamente mais valorizados no mercado negreiro. Além disso, parece haver, entre os dois períodos de expansão da compra de escravos (1798-1802 e 1812-1818) um “vale” de decadência no acesso à mão de obra via mercado, o que vai ao encontro do que já formulamos anteriormente. Após esse meio tempo, há a retomada na acessibilidade da compra escravista, e os motivos dessas oscilações necessitam de pesquisas mais aprofundadas para poderem ser esclarecidos.

Entretanto, algumas outras perguntas permanecem sem respostas ou até mesmo indícios satisfatórios: como estariam se comportando os pequenos escravistas no momento de contração da capacidade de compra da mão de obra? Estariam eles,

de alguma forma, estimulando o desenvolvimento endógeno das escravarias? A queda na oferta de braços estaria ligada à absorção desses cativos por parte dos grandes produtores locais, ou a fonte da demanda elevada estaria mais ligada a questões externas à própria vila? Teria havido flutuações significativas no tráfico negreiro no decorrer do recorte aqui abordado (com consequentes flutuações nos preços)⁵? Como funcionou o mercado interno de escravos das vilas do interior paulista no passado, posto que o grau de monetização da economia era precário? Essas e muitas outras perguntas essenciais para a compreensão de nosso passado escravista continuam sem respostas e carecem de mais pesquisas sistemáticas acerca dos mercados abastecedores.

Conclusões

Como buscamos evidenciar, a pequena vila de São Luiz do Paraitinga, fundada na segunda metade do século XVIII e localizada no Vale do Paraíba paulista, notabilizou-se, nas primeiras décadas do XIX, pela íntima relação de abastecimento regional desenvolvida com os núcleos populacionais circunvizinhos, sobretudo a capital do Vice-Reino, o Rio de Janeiro.

Essa relação econômica marcou estruturalmente o cenário demográfico da vila. Seu crescimento populacional esteve, durante o período estudado, profundamente marcado pelo afluxo de cativos negros trazidos para atuar na dinâmica econômica agrícola local, evidencia que vai de encontro com as argumentações da historiografia mais clássica, segundo a qual o mercado interno colonial brasileiro seria uma esfera marginal e estagnada, sem poder econômico relevante. Esses braços, que adentraram a esse

⁵ Sobre a estreita relação existente entre as flutuações do tráfico atlântico e a montagem das escravarias:

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico c.1790- c.1850**. São Paulo, Editora Unesp, 2017, 1ªed.

universo em ritmo crescente, não se distribuíram de forma igualitária em meio aos habitantes do povoado: cerca de 75% dos cativos estavam concentrados nas mãos dos médios e grandes escravistas, extremamente minoritário.

Entretanto, o setor dos pequenos produtores também se mostrou capaz de, através do mercado, adquirir indivíduos escravizados. Nessa parcela da população estava localizada a maioria numérica dos escravistas locais. Mais do que isso, estabelecido um recorte de 60 escravarias que foram acompanhadas ao longo do período, demonstrou-se existirem indícios que fogem dos padrões encontrados pela historiografia para outras áreas abastecedoras: os pequenos produtores luizenses se mostraram capazes de adquirir cativos da melhor qualidade; aparentemente, os homens em idade produtiva dominaram o cenário dessas senzalas observadas, ainda que variando ao longo do tempo por conta da dinâmica mais abrangente dos mercados.

Aqui, acreditamos que a hipótese que melhor explica essa notável capacidade de acumulação de capitais seja a ideia de que, com o incremento excepcional da demanda por gêneros de abastecimento na capital colonial, sobretudo após a chegada da Corte portuguesa em 1808, a valorização do comércio de produtos de primeira necessidade fez com que os lucros nessas atividades fossem tamanhos que viabilizassem a construção desses patrimônios, ainda que diminutos (efeito multiplicador)⁶. Os agricultores que conseguiram integrar-se a esse circuito de acumulação lograram, ao longo do tempo, construir suas escravarias e diferenciar-se da esmagadora maioria de seus pares, que jamais viriam a atingir tal grau de enriquecimento. Porém, essas e muitas

⁶ Sobre o Efeito Multiplicador em economias de abastecimento, ver: SLENES, Robert W. Os múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX, São Paulo: Estudos Econômicos, v.18, n.3, 1988, p.449-495.

outras hipóteses acima desenvolvidas encontram-se em estágio prematuro e ainda sendo gestadas, carecendo de estudos mais aprofundados para sua comprovação.

A principal conclusão que tiramos dessa experiência é que estudos demográficos pontuais e bem localizados no tempo e no espaço revelam-se indispensáveis para que possamos fugir das generalizações tradicionais da historiografia. Além disso, nos mostram serem inválidas as tentativas de se explicar o sistema escravista brasileiro a partir de um modelo único. Como bem salienta Bacellar (BACELLAR, 2001) a imensidão de indícios existentes, ainda que com a escassez de estudos, demonstram que tal quadro único proposto por parte da historiografia, na verdade, se refere a uma realidade específica dos grandes centros monocultores, não sendo aplicável à grande maioria das realidades sociais que não apenas erigiram o nosso sistema escravista no passado, mas moldaram também nossa sociedade presente (BACELLAR, 2001).

Referências Bibliográficas

BACELLAR, Carlos A.P. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v. 14, n. 1, 2008.

_____. Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luís do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773-1840). **3º encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, p.3. Acesso em: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos3/carlos%20de%20almeida%20prado.pdf>

_____. **O primeiro escravo: as famílias e suas estratégias para fugir da pobreza através dos registros das listas nominativas de habitantes da vila de Itu, capitania de São Paulo**. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

_____. **Viver e Sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2001.

BELOTTO, Heloísa L. **Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007.

Epígrafe, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 299-330, 2021

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: o processo de mercantilização de São Paulo colônia (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP: FAPESP, 2002.

BORREGO, Maria Aparecida de M. **A teia mercantil**: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A contribuição da História do Abastecimento para a historiografia brasileira. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo, 1861-1875**. Universidade de São Paulo, 1951.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Edusp, 12ª edição, 2017.

EISENBERG, Peter. **Homens Esquecidos: Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil — século XVIII e XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico c.1790- c.1850**. São Paulo, Editora UNESP, 2017, 1ªed.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro 1790-1840**. Civilização Brasileira, 2001.

GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, 17 (2): 297-314. São Paulo: FIEP/USP, maio/ago. 1987.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções – 1789-1848. Paz e Terra, 2012**.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, 13(1):211-21, 1983.

_____. *São Paulo: População, Atividades e Posse de escravos em Vinte e Cinco Localidades (1777-1829)*. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, V.28, N-1, Janeiro-Março de 1998

_____; KLEIN, Herbert. **Escravidão no Brasil**, São Paulo: Edusp, 2010.

_____; KLEIN, Herbert. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2006, p.107-108.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000.

_____. **Caiçara: terra e população**. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. Formação da Rede Regional de Abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). **Topoi, Rio de Janeiro, 2001**

MARQUESE, Rafael de B. Capitalismo, Escravidão e Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum**, João Pessoa, Jul/Dez, 2013, p.296-297.

MARTINS, Roberto Borges. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre as Minas Gerais. **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**, 2008

MONT-SERRATH, Pablo Oller. **São Paulo restaurada: administração, economia e sociedade e uma capitania colonial (1765-1802)**. São Paulo: Alameda, 2017.

MORENO, Breno A. S. (prelo do evento "Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional" ocorrido entre 14 e 18 de Maio de 2019, em Florianópolis). **A estrutura da posse de escravos no médio vale do Paraíba: Bananal, 1830-1880**.

MOTTA, José Flávio. A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. **Revista Brasileira de Estudos da População**. Vol. 5, n.º 1, 1988.

_____. O advento da Cafeicultura e a Estrutura de Posses da Posse de Escravos (Bananal, 1801-1829). In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, V.21, Nº3, 1991.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**, São Paulo: Hucitec, 1995.

PETRONE, Pascuale. A Região de São Luís do Paraitinga – Estudo de Geografia Humana. **Revista brasileira de geografia, julho-setembro de 1959**.

PESAVENTO, Fábio. **A conjuntura econômica transatlântica durante o século XVIII: o caso do Rio de Janeiro**. Acesso em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/pesavento-conjuntura.pdf>

SAIA, Luis; TRINDADE, Jaelson B. São Luis do Paraitinga. **Publicação nº 2 do CONDEPHAAT, 1977.**

SALLES, Ricardo. **E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX

Pedro Gabriel Neves de Aquino*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p331-359

Resumo: o objetivo deste artigo é analisar como os cronistas brasileiros do início do século XX constroem uma nova imagem sobre a capoeira para a sociedade brasileira entre os anos 1900 e 1930, valorizando-a enquanto esporte em contraposição à imagem negativa que existia previamente sobre a prática, marcada por ideias do racismo científico. Buscando compreender isso, será realizada a análise de crônicas, artigos e guias esportivos produzidos por intelectuais do período, visando expor os argumentos destes intelectuais que buscaram a valorização da capoeira, expondo as transformações que ocorreram no pensamento social brasileiro sobre a prática da capoeira no período, perpassando questões como a manifestação ou apagamento da herança negra da capoeira.

Além disso, a análise busca entender como a capoeira se insere e quais debates apareceram ligados a ela na construção da nacionalidade republicana brasileira em uma sociedade pós-abolição da escravidão marcada por teorias de superioridade racial e as principais disputas argumentativas nesse meio intelectual entre cronistas, jornalistas e folcloristas). Essa construção da imagem da capoeira com valor e destaque na sociedade teve grande influência na formação das primeiras academias formais de capoeira (1932), a descriminalização da prática por Vargas (1936 oficialmente), seu subsequente reconhecimento como prática esportiva nacional do Brasil e sua posterior difusão pelo mundo, marcando fortemente o entendimento de nacionalidade do povo brasileiro. Assim, entender a forma como os círculos letrados do Brasil reconstroem a imagem da capoeira é buscar compreender uma parte da formação da nacionalidade do Brasil.

Palavras-chaves: capoeira, nacionalidade brasileira, intelectuais, esporte.

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

Introdução e contexto do pensamento social brasileiro do início do século XX

Historicamente, a capoeira foi atividade das camadas marginalizadas da sociedade brasileira. Apesar de não haver consenso sobre a origem da prática, existem registros referentes a presença da capoeira no final do século XVIII no Rio de Janeiro que apontam sua prática por escravizados e a repressão da capoeira por parte das autoridades, sendo assim uma atividade duplamente marginal, tanto por ser perseguida pelo estado quanto por estar atrelada a grupos marginais daquela sociedade. Apesar de sua marginalização histórica, a capoeira no Rio de Janeiro persistiu durante o final do período colonial e todo o imperial, aparecendo registros de sua prática também em outras grandes cidades do país no período, como o Recife. Essa perseguição contra a prática acontecia tanto pela sociedade civil, que considerava a atividade e seus praticantes vadios, criminosos, quanto por aparatos do Estado, como a polícia (Guarda Nacional na época) que encarcerava capoeiristas, realizando uma repressão violenta dela. (SOARES, 1993, P. 354-355)

Em alguns raros momentos, a capoeira e seus praticantes ganharam destaque na sociedade, como quando os capoeiras são enviados para a Guerra do Paraguai (1864-1870) e se destacam em combate, retornando a seu país como membros do exército vitorioso, com destaque na sociedade (QUERINO, 1955, P.79-80).

Ainda com essa eventual “valorização” de alguns capoeiras por parte do Estado – traduzida como maior prestígio dos capoeiras entre membros da polícia e do exército – a capoeira permaneceu sendo perseguida e marginalizada após o fim da escravidão e da monarquia. Mais ainda, durante a Primeira República, a prática passa a ser proibida por lei (11 de Outubro de 1890, artigo 402 do código criminal da República), marcando o ápice da repressão contra a prática, em um período marcado

por teorias raciais que buscavam determinar negros e outros grupos como um grande conjunto ligado a ideias de degeneração e atraso, inferiorizados perante a população branca.

Esses ideais foram difundidos principalmente entre os círculos das elites intelectuais do Brasil, com destaque para Silvio Romero e Nina Rodrigues, entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX. Assim:

“Raça surge como tema fundamental na análise desses autores e em suas considerações e diagnósticos sobre os destinos da nação” (SCHWARCZ, 2005, P.227).

Essas ideias raciais eram diversas entre si, vindo de diferentes autores e que foram interpretadas e adaptadas de diferentes maneiras pelos intelectuais brasileiros. É importante salientar que os intelectuais brasileiros não apenas consumiram as teorias europeias, mas sim as adaptavam para a nova situação na qual se encontravam, sendo mais real considerar as teorias aplicadas no país como teorias brasileiras, ainda que de inspiração original europeia.

De maneira geral, essas adaptações preservaram das teorias europeias a hierarquia entre raças (brancos superiores aos demais), mas teóricos influentes no meio como Sílvio Romero apontaram a importância do mestiço para a regeneração do país. Porém, elas concordavam em buscar, de alguma forma, em condenar o elemento africano e indígena da sociedade brasileira, marcando-os como grupos degenerados.

Essas ideias não ficaram restritas aos ciclos intelectuais do Brasil, mas se espalham entre políticos, marcando o pensamento de uma época que buscava higienizar as cidades, civilizar a sociedade e construir uma nova identidade que preservasse hierarquias do passado, como fica evidente abaixo:

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

“Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e ela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava.” (SCHWARCZ, 2005, P. 21)

Esses pensamentos influenciaram fortemente a literatura da época, como as obras *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo e *Os Sertões* de Euclides da Cunha, que expuseram estereótipos raciais e sociais de certas populações, inserindo esses tipos na memória comum daquela época. No caso do capoeira, se torna sinônimo de malandro, vadio, briguento, negro, como retratado na personagem Firmo em “*O Cortiço*”. É importante perceber que estas são obras de circulação consideravelmente grande entre os círculos letrados do Brasil na época, tendo grande impacto na maneira como a sociedade se entendia. Assim, a construção dessas visões sobre os negros, mestiços e capoeiras forma a imagem que a sociedade teria sobre esses grupos, que passam a ser vistos apenas pela sua imagem negativamente construída. São representações marcantes que formam um tipo social marginal, que é negro, mestiço e capoeira e que, portanto, não teria espaço na nova sociedade que os intelectuais e o Estado buscavam construir (SCHWARCZ, 2005, P.266).

É nesse contexto de proibição e intensa perseguição contra a capoeira entre 1900 e 1930, tão marcado por essas ideias racistas e por estereótipos construídos sobre a capoeira e grupos sociais e raciais que a praticavam, que alguns intelectuais passam a defender uma valorização dessa prática entre os círculos letrados do país.

São intelectuais de todas as raças, praticantes da capoeira ou não, que promovem debates que valorizem a prática. Alguns argumentam associando a capoeira a um folclore nacional, como é o caso de Alexandre Melo Filho. Outros chegaram a defender o ensino da capoeira em escolas e quarteis, pensando-a em comparação com artes-marciais de outros países, como foi o caso de Coelho Neto.

Mas a maioria propõe, diretamente ou indiretamente, que a capoeira seja valorizada enquanto esporte. Esse conjunto de intelectuais do período são classificados por Soares como cronistas e pioneiros, sendo os primeiros a escreverem sobre a capoeira de forma a positivá-la. Uma corrente da belle époque que teria grande influência nas discussões sobre a capoeira.

Além disso, outro grupo definido por Soares são os folcloristas, atuantes entre as décadas de 20 e 30, que apresentavam a valorização da capoeira ressaltando suas ligações culturais negras. Manuel Querino, autor que será tratado neste artigo se encaixa nesse grupo e disputou com os cronistas o entendimento sobre a capoeira.

Após a obra de Melo Filho “Festas e tradições populares do Brasil”, de 1888, relançada em 1901, um número crescente de pensadores argumentou em prol da esportivização da capoeira, aparecendo em diversos formatos, como na forma de um artigo para revista, como transpareceu na Revista Kosmos em 1906, ou como um guia dos movimentos básicos da capoeira como o “Guia da Capoeira ou Gymnástica Nacional”, de 1907.

Sendo assim, surge a questão, por que essa decisão de valorizar a capoeira como esporte? Essa escolha pela esportivização dialogava com as ideias de nacionalismo do período, podendo equiparar a “ginástica nacional brasileira” (capoeiragem) com práticas de países civilizados, servindo assim ao interesse de sistematizar a capoeira. Essa sistematização tornaria a prática mais vinculada a regras bem estabelecidas, pois uma prática esportiva pressupõe a existência de regras bem delimitadas (CALDAS, 2018, P.65). Isso restringiria seu caráter “das ruas” bem como as influências que a capoeira receberia, podendo a sistematização ser entendida como uma forma de controlar a capoeira. Assim, as propostas de esportização retiravam

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

características culturais negras da capoeira, implicando a sua descaracterização.

Dessa forma, começa a aparecer uma defesa da capoeira enquanto prática esportiva por parte de alguns intelectuais na cidade do Rio de Janeiro, por volta do ano de 1906, espalhando essa discussão pelo meio intelectual brasileiro, ligando-se a questões como a nacionalidade. Logo, surge um debate dentro dessa busca pela esportivização: Como a capoeira seria esportivizada? Preservaria sua herança e atributos afro-brasileiros ou apenas seus movimentos? O debate é marcado por obras sobre o tema, como “A Bahia de Outrora”, de Manuel Querino, que destaca a necessidade dos elementos africanos para a capoeira.

Encontrando-se em um contexto de nacionalismo e construção de uma nacionalidade brasileira, as obras gravitam quase que naturalmente em torno de valorizar a capoeira como arte engrandecedora do Brasil, como parte dessa nacionalidade. Porém, como entender seus argumentos que giram em torno da construção de uma nacionalidade brasileira a qual a capoeira tinha que fazer parte, mas grande maioria dos autores nega ou ignora as raízes negras da prática? Pode-se inferir então que houve disputas pela preservação ou apagamento das origens negras, afro-brasileiras da capoeira que se buscava esportivizar, evidentes na literatura desses cronistas.

Há então uma busca e uma disputa pela construção dessa capoeira como prática nacional, se inserindo no contexto de construção da nacionalidade (nova, republicana, moderna), que era muito inspirada nos modelos das grandes nações europeias (França, Inglaterra comparação que o Brasil fazia) ou seja, há uma referência cultural exterior, europeia, e essas ideias do exterior tem sua atividade no modo de pensar brasileiro sobre essas questões, da sua cultura.

Assim, aparecem questões tais quais como esses autores reconheceram práticas de origem ou herança negra como cultura ou esporte nacional? Ou buscaram deslegitimar os aspectos culturais negros da capoeira e seus praticantes? Isso também tem a ver com essa questão da mentalidade europeia que o Brasil tentava ter sobre si.

Esses debates construiriam, a partir de seus argumentos, narrativas que são disputadas pelos autores, por meio de suas obras e o impacto que elas tiveram na sociedade letrada da época. Dessa forma, a análise de diferentes obras de um recorte temporal busca explicar como se formou essa busca intelectual pela esportivização, quais foram seus argumentos base, como esses argumentos se desenvolveram, quais foram os debates que ocorreram e, mais importante, como esse debate influenciou a sociedade a ponto da capoeira vir a ser descriminalizada nos anos 30.

Os primeiros argumentos dos intelectuais e esportivização da capoeira

Melo Moraes Filho, 1888

Partindo da primeira obra de grande impacto a valorizar a capoeira no Brasil no século XX, o livro de 1888, republicado em 1901, chamado “Festas e Tradições populares no Brasil”, de Alexandre José de Melo Moraes Filho, marcou uma geração de pensadores com sua argumentação e desenhou uma base argumentativa para escritores posteriores. Melo Moraes foi um escritor baiano que viveu boa parte de sua vida no Rio de Janeiro, dedicando-se ao jornalismo, a poesia, a etnografia e ao folclorismo, havendo uma determinada intuição de nacionalismo em suas obras, tendo em alta escala o sentimento nacional (ROMERO, 1902, P. 607,621). Entretanto, ao contrário de Sílvio Romero (que fez o prefácio de seu livro), Moraes reprovava a imigração europeia em larga escala e a europeização dos costumes defendidas pelas

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

elites como a única forma de progredir (ASSUNÇÃO, 2005, P. 13), um posicionamento que nos ajuda a entender suas motivações ao valorizar a capoeira.

Para além da vida do autor, deve-se perceber como o tema da capoeira não era tratado pelos cronistas da época, muito menos valorizado. O livro de Moraes Filho elabora uma série de argumentos, entre os quais a busca por uma valorização da prática, colocando-a num patamar de luta nacional do Brasil. construindo essa valorização da capoeira em alteridade com a valorização de práticas físicas europeias, como o boxe inglês e a *savate* francesa (ASSUNÇÃO, 2005, P.13), feito inédito para época, considerando o impacto que a obra teve nos círculos intelectuais. Observa-se assim um forte tom nacionalista ao construir seus argumentos, ainda que estejam muito vinculados a uma forma de pensar

Essas lutas, (...) concorrem para reunir mais um traço à fisionomia nacional (MORAIS FILHO, 2002, P.326)

Dessa forma, pode-se associar a valorização da capoeira com a construção da nacionalidade, além de outros argumentos presentes na obra. Segundo Letícia Vidor de Souza Reis:

Mello Moraes usa basicamente três argumentos, que seriam depois largamente empregados por outros que escreveram sobre a capoeira em princípios do século XX: a capoeira era um esporte (como jogo, ginástica, luta), era uma herança mestiça e era nacional(...)(REIS, 1993, P.233)

Ou seja, esse texto teria sido pioneiro na valorização da capoeira no século XX, com tom nacionalista, ordenador (um certo higienismo) para com a prática e ainda afirmaria que esta seria mestiça. Porém, deve-se atentar para o fato que o autor não nega a origem negra da capoeira, ainda que afirme que a capoeira de seu tempo é praticada por mestiços (pardos, mulatos e crioulos nas suas palavras). Logo no primeiro parágrafo do capítulo dedicado a capoeira diz:

Entre as classe populares a dos capoeiras avultou sempre neste País, assinalando nos primeiros tempos costumes de uma torrente de imigração africana, e depois uma herança da mestiçagem e do conflito das raças.(MORAIS FILHO, 2002, P.325)

Assim, não se pode dizer que ele nega sua origem afro-brasileira. Na realidade, ele não trata da origem da prática, apenas cita, preferindo o trabalhar com outros temas, como a ampla difusão da capoeira entre os brasileiros, de capoeiras notáveis e de valores que ela possuía até os anos 1870. Sendo assim, por que não tratou dessa origem numa obra que visava enaltecer a prática?

Evidentemente que decidir “não falar” sobre determinado tema é mostrar alguma coisa, é mostrar que havia um preconceito sobre as práticas negras no período. Assim, ao não tratar sobre as origens da capoeira, o autor evidencia algo que não gostaria que aparecesse em destaque na obra: sua origem negra, escrava, sua herança afro-brasileira.

Pode-se tentar entender isso dado o contexto em que o autor escreve, marcado por teorias de superioridade racial. Apesar de destacar o mestiço enquanto principal praticante de capoeira, as teorias raciais já assinalavam que o país era composto majoritariamente por mestiços e, em adaptações brasileiras dessas teorias, como a feita por Silvio Romero, o mestiço não era necessariamente um empecilho ao desenvolvimento do país, estando na mestiçagem a saída para a situação do país (SCHWARCZ, 2005, P.126). Ou seja, valorizar a capoeira com uma visão nacionalista de país mestiço sem valorizar os negros era possível e foi o que Moraes Filho fez. Dessa forma, apesar de ser um texto marcante na defesa da capoeira, é um texto muito atrelado à lógica racial de sua época.

Para além da questão racial, deve-se observar também como o autor faz uma argumentação romântica no sentido de valorizar os capoeiras do passado (antes de

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

1870, segundo o próprio) como valorosos, pessoas que respeitavam a autoridade do Estado, tinham família, não eram traíras etc, em clara contrapartida com os capoeiras de seu tempo, gatuno e assassinos. Assim, evocando um passado não tão distante, observa que:

Hoje que tudo se acha mudado, que se dizem capoeiras gatunos e assassinos, em que a bobagem dos duelos arma a popularidade ao desfrute, o jogo nacional da capoeiragem é apenas visto pelo que tem de mau e bárbaro, como se fosse menos mal e menos bárbaro do que as lutas da mesma natureza usadas por outros povos. (MORAIS FILHO, 2002, P.331)

Reforça assim o argumento introdutório do capítulo, defendendo a capoeira como uma prática de um povo, uma prática do Brasil, dizendo de maneira clara, mas não explícita que apesar de ter seu “lado ruim”, que está sempre em destaque nos olhares da sociedade, a capoeira tem um lado bom que deve ser enxergado pela sociedade, tal qual ocorre com outras práticas nacionais no exterior, como o boxe. Utilizando da ironia, o autor estaria ainda fazendo crítica ao “espírito de vira-lata”¹ dos brasileiros, um nacionalismo que não apoia práticas nacionais, sendo que esse seria o maior impedimento ao brasileiro valorizar nosso jogo nacional, nossa prática física nacional como outros povos “civilizados”, segundo os termos da época, fazia.

Ademais, um outro grande destaque de sua obra é o pioneirismo no uso da palavra “jogo” para se referir à capoeira, termo esse que permite tratar da prática como um esporte, dotado de regras, organização, arbitragem etc. É provável que o termo já fosse utilizado antes por capoeiras, mas Melo Filho pode ser creditado por inserir esse termo, dotado de várias implicações implícitas, entre os cronistas de seu tempo, permitindo assim a seus contemporâneos buscarem uma esportivização

1 O conceito de “espírito de vira-lata” aparece apenas na metade do século XX, cunhado por Nelson Rodrigues, mas a postura do brasileiro de inferioridade diante de nações tidas como civilizadas ou grandiosas é antiga, como fica aparente no texto.

posterior, já que seria um jogo, uma prática física passível de ser esportivizada. Apesar de usar o termo jogo, sua argumentação não buscou delimitar regras nem movimentos ou competitividade, algo necessário para que se considere a prática um esporte.

De todo modo, expostos os principais pontos sobre a capoeira em sua obra, deve-se entender que essa obra influenciou fortemente os cronistas no início do século XX, (mesclando a ideia de contemporaneidade com a ideia de luta nacional, dando ritmo às produções literárias sobre o assunto pelos próximos 40 anos (SOARES, 1993, P. 19), lançando as bases para uma defesa da capoeira enquanto prática nacional e, posteriormente, enquanto esporte. Assim, pode-se dizer que o “argumento central para a transformação da capoeira em patrimônio nacional teria vindo pela obra de Moraes Filho ‘Festas e Tradições populares no Brasil’” (FONSECA, 2008, P.5-6).

Nesse sentido, apesar de Moraes não ter buscado a esportivização da capoeira, colocando-a mais como uma prática física, um jogo e luta dos brasileiros que um esporte bem ordenado e regrado, sua argumentação de acordo com os ideais civilizatórios de sua época, muito marcados pelo nacionalismo e pelo cientificismo racial, acabaram criando as bases para alguns intelectuais de épocas posteriores construírem argumentos pró-esportivização da prática, marcando a época.

Um exemplo de como sua obra marcou o período para além dos círculos intelectuais do Rio de Janeiro, a **Revista Kosmos**, revista ilustrada das elites cariocas, de 1906 faz uso muito semelhante dos argumentos que Moraes Filho. Assim, entende-se que seu texto sobre a capoeira teve circulação entre círculos diversos das elites, tendo impacto na forma delas de entender a capoeira.

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

O artigo da revista, escrito por L.C. (provavelmente Lima Campos, escritor simbolista do período), traz a capoeira como “nossa” luta popular, comparando-a com lutas europeias etc. Apresenta também o argumento de que a capoeira seria mestiça, em concordância com o projeto nacional da época, de que o Brasil seria mestiço nesse momento para se tornar branco em algumas gerações para frente, atribuindo uma positividade ao elemento mestiço, aproximando-se assim do que advogavam na época os “teóricos do branqueamento” (REIS, 1993, P.233).

Evidentemente, a Revista Kosmos é uma publicação feita para as elites cariocas, portanto não é exagerado pensar que existe um certo romantismo sobre a capoeira, dotado de um discurso próprio para promovê-la nesse determinado ambiente. Isso fica evidente em uma passagem afirmando que a capoeira teria sido criada no período de independência do Brasil assim como o argumento de que seria uma criação carioca por excelência², um argumento que agarra uma das teorias sobre a origem da prática, buscando atrair a atenção das elites do Rio, que quer construir a partir de si e de sua cidade uma noção de nacionalidade em um novo contexto republicano.

Essa certa liberdade para falar da capoeira e sua história se relaciona diretamente com a questão que, naquele momento de grande valor ao esporte e construção de um nacionalismo vibrante, os estudiosos e cronistas misturavam mito e realidade, ligando-se ao debate sobre nacionalidade e criação de uma identidade

2 Na época da revista, havia diferentes mitos e teorias sobre sua origem, como a suposta origem no Quilombo de Palmares, no período colonial, tese adotada e difundida por Aníbal Burlamaqui, autor contemporâneo que será tratado neste artigo, bem como a sua origem no Rio de Janeiro, adotada pela revista. Os debates sobre a origem da capoeira persistem até hoje, não havendo uma tese definitiva sobre a origem da capoeira. Para maiores informações sobre essas teorias, ver ASSUNÇÃO, “Capoeira The History of na Afro-brazilian martial art”, Cap. 1

nacional (LÍBANO, 1998, P.22). Assim, a capoeira envolvia-se como parte desse debate nacional da construção da nacionalidade, ligando-a a questões do centro político do país.

Há uma série de outros artigos entre os anos 1910 e 1920 sobre capoeira, nos mais diversos meios de publicação, como jornais diários, folhetins, revistas, evidenciando a difusão da prática em várias camadas da sociedade mas que, por falta de tempo hábil para as expor e discutir seus argumentos, não serão tratadas neste ar

Esta obra foi composta por um distinto oficial do exército brasileiro, mestre em todas as armas, professor de militares e habilíssimo na ginástica defensiva ou verdadeira arte do capoeira (ANÔNIMO, 1907, P.1)

Esse trecho apresenta alguns pontos a serem analisados. Primeiramente, a identidade do autor como sendo um oficial do Exército. Isso demonstra uma possível origem entre as elites ou pelo menos as classes intermediárias do período, explicitando como a capoeira estava disseminada ou se disseminando entre diferentes grupos econômicos e sociais no período.

Para além da identidade do autor, o trecho apresenta o ponto que a capoeira seria uma ginástica defensiva. Esse argumento infere que a capoeira “de verdade” é uma arte de defesa, não uma prática que de agressão, distanciando-a assim da imagem de criminosos e vadios a qual era tão associada. Assim, dá continuidade ao argumento de Melo Moraes Filho, que afirma no último parágrafo dedicado a capoeira de sua obra:

A capoeiragem, como arte, como instrumento de defesa, é a luta própria do Brasil. (MORAIS FILHO, 2002, P.333)

Apesar desses aspectos analisados, esta obra é um guia para aqueles que

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

buscam aprender a prática sendo assim, como já foi citado anteriormente, a primeira tentativa de sistematizar os movimentos da capoeira (ASSUNÇÃO, 2005, P.15-16). Assim, a maior parte dela é composta por descrições de movimentos do jogo, maneiras de executá-los e imagens ilustrando a explicações, sendo mais um guia (como o título já diz) que um estudo sobre a prática. Essa construção de um texto na forma de um guia, já reflete por si só o entendimento da capoeira como prática esportiva, ignorando-se de alguma forma suas características histórico-culturais e, especialmente, ignorando a participação de negros e mestiços.

Porém, na introdução se realiza uma resumida explicação histórica sobre a ginástica nacional, ignorando, todavia, a origem da capoeira e os tipos raciais que a praticam, explicitando como a construção dessa imagem da prática nacional não necessariamente buscava valorizar ou integrar os grupos raciais “degenerados” que a praticava amplamente.

Além disso, sua sintética apresentação é uma narrativa bastante romantizada, colocando a capoeira de outrora com célebre, e que ela teria se degenerado aos longo dos anos pela ausência de mestres como os do passado. Uma visão bastante idealista de um passado que perseguia e punia a capoeiragem de forma bastante semelhante àquela da época em que o autor se encontra. Como já foi abordado, a mitificação de algumas narrativas sobre a capoeira era frequente, dado o interesse de fazer da prática parte da nacionalidade do país. A partir dessa narrativa romantizada mitificada, o texto valoriza a prática ligando-a ao nacionalismo, em comparação com atividades físicas nacionais do exterior, tal qual argumenta Melo Morais Filho, buscando assim elevar a capoeira como uma ginástica nacional para o Brasil, como fica evidente no trecho:

Pedro Gabriel Neves de Aquino

“Atualmente, o capoeira é representado pelo desgraçado vagabundo, trouxa, cachaça, gatuno, faquista ou navalhista, conhecido por alcunha que lhe garante a maior facilidade de entrada nos xadrezes policiais! Assim é o maior insulto para inutilizar um jovem é chamá-lo de capoeira. Foi, sem dúvida, nosso empenho levantar a Gymnástica Brasileira do abatimento em que jaz, nivelando-a como singularidade pátria, ao soco inglês, à savate francesa, à luta alemã, às corridas e jogos tão decantados em outros países. Nossa briosa mocidade hoje desconhece, pela maior parte, os trabalhos da arte antiga, e por isso nós resolvemos publicar o presente guia.” (ANÔNIMO, 1907, P.2-3)

O trecho se inicia com a apresentação da capoeira degradada do tempo do autor, associada ao banditismo, que ele assume tentar elevar a um patamar igual ao de atividades físicas internacionais a partir da criação e publicação desse guia. Assim, entende-se claramente o objetivo desse guia: Elevar a capoeira a um patamar de ginástica nacional e remover sua associação com o banditismo e com a malandragem, fazendo isso sem reconhecer as origens da capoeira. Assim, tanto o texto apócrifo quanto Melo de Moraes fazem argumentos que convergem no sentido de não reconhecerem sua origem negra.

Dessa forma, percebe-se que dentro do debate da capoeira, existe outro, centrado na questão da racialização da capoeira. Racialização aqui no sentido de que há um componente racial negro muito forte atrelado a prática, mas os intelectuais (de maneira geral) atuaram ativamente no sentido de apagar essa relação da capoeira com seu passado negro. Reconhecê-la como parte de uma cultura negra ou de origem negra seria problemático na época, uma vez que essa etnia era marginalizada e não era parte do projeto do Estado integrá-las. Dessa forma, a proposta de esportivizar a capoeira esquecendo seu elemento negro é, em grande medida, tirar ela de seus praticantes, inserindo a prática como parte da nação, não os negros e mestiços. É uma busca pelo controle das práticas afro no Brasil, bem como dos mestiços e negros que a praticavam.

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

Coelho Neto, 1922

O argumento da esportivização ganha uma forma clara dessa maneira, buscando valorizar a capoeira por meio de um controle sobre ela. Esse argumento em prol da esportivização se tornou tão forte que, em 1910, Henrique Maximiano Coelho Neto teria pensado em apresentar ao Parlamento, junto a Luiz Murat e Germano Harlocher, um projeto instituindo a obrigatoriedade do ensino da capoeira em escolas e quartéis (IPHAN, P.18). O grupo teria desistido porque outros que ouviram a proposta a consideraram ridícula, supostamente por ser uma prática brasileira.

Isso nos mostra que havia pessoas do mais alto escalão intelectual interessadas na valorização e no regramento (leia-se controle) da prática. Coelho Neto chegou a organizar um movimento de oficialização do ensino de capoeira nas forças armadas (LIBERAC, 2001, P. 95). Afinal, Coelho Neto, além de intelectual, era também deputado na época em que pensou em realizar tal proposta. A defesa da capoeira enquanto esporte nacional havia penetrado assim os círculos de poder do país, local onde a prática poderia consolidar-se oficialmente como parte da nacionalidade.

É claro que, a recusa da proposta pelos colegas antes mesmo de ser feita publicamente mostra que a defesa da prática ser disseminada para as futuras gerações não era bem vista pela alta sociedade da época, ainda que houvesse defensores entre as elites. Assim:

Embora colocados como criminosos, os capoeiras tiveram uma recuperação social promovida pela “vertente nacionalista da belle époque”, que buscava defender a capoeira como ginástica brasileira. Nesse sentido, Coelho Neto “representou o ponto alto da versão que defendia a transformação da capoeira em esporte nacional”. Conforme Soares: “Coelho Neto não apenas realça as qualidades ginásticas da capoeira. Ele a celebra como a verdadeira educação física do Brasil, que deve ser ensinada nas escolas, quartéis, lares, em quaisquer lugares onde a instrução seja importante (IPHAN, 2005, P.18)

Isso fica relatado na crônica “O Nosso Jogo” publicada em 1928 (nome bem sugestivo do que o autor quer), outra obra destinada a colocar a capoeira como um jogo, um esporte do povo brasileiro. Apesar da obra “O povo”, que inclui o que Coelho Neto fala sobre capoeira, ser publicada como livro em 1928, a defesa da capoeira pelo autor já aparece escrita em 1922, em um romance chamado O Bazar.

Este foi mais um texto que estava atrelado a ideia de esportivizar a capoeira, usando pra isso um discurso romântico e idealizado de seu passado, mas que busca fazer essa esportivização sem falar da origem negra da capoeira, tal qual ocorre na Revista Kosmos e no livro de Moraes Filho. Dessa forma, entende-se que prevalecia um discurso bem alinhado com as ideias racialistas de seu tempo, tratando a capoeira com caráter nacional, mas ignorando a cor dos brasileiros que a fizeram e a praticavam. Porém esse discurso não passou sem ser contestado e colocado em debate.

Os intelectuais e a herança negra da capoeira em destaque

Manuel Querino, 1916

Apesar de Moraes Filho apresentar questões raciais e a revista Kosmos tocar nesse assunto, ambos ignoram o elemento negro da capoeira e estão consideravelmente apoiados nas ideias de Sílvio Romero e Nina Rodrigues, constituindo mais uma continuidade desse pensamento que uma contestação dele. O mesmo aconteceu com o Guia do Capoeira e a obra de Coelho Neto, que ou ignoravam ou negavam a herança negra dessa prática, demonstrando assim um não reconhecimento da racialidade presente na capoeira, reconhecendo-a somente no que tange a apontar vadios e malandros que praticavam a arte. Pelo fato da esportivização da capoeira ter se tornado um tema bastante discutido nos anos 10 e

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

20, não é surpreendente que esse predomínio da negação da herança afro viesse a ser contestada e colocada em debate. E foi exatamente isso que Manuel Querino fez em sua obra “A Bahia de Outrora” de 1916.

Querino foi um intelectual negro, nascido na Bahia, que se opunha aos ideais raciais de seu tempo (ASSUNÇÃO, 2005, P.20). Mais que apenas se opor, Querino foi um autor dotado de uma ousadia ímpar, indo mais além que apenas se opor às ideias do racismo científico, mas chegando a afirmar que o elemento negro africano foi o fator determinante para a civilização do país. Assim, ele está entre os primeiros escritores da Primeira República Brasileira a buscar valorizar os negros no Brasil, em diversos aspectos da sociedade.

Isso fica evidente na sua obra A Bahia de Outrora, de 1916, na qual, dentre uma série de outras questões, Querino está afirmando a presença e origem negra na capoeira. Mais que apenas isso, ele tentou elevar a capoeira dos negros ao patamar de destaque para a nação, colocando negros e capoeiras como grupos a serem símbolos de valor e bravura. Isso fica evidente na seguinte passagem:

Por ocasião da guerra com o Paraguai, o governo da então Província fez seguir bom número de capoeiras; muitos por livre e espontânea vontade (...) E a prova desse aproveitamento está no brilhante feito d'armas praticado pelas companhias de Zuavos Baianos, no assalto ao forte Curuzú, debandando os paraguaios, onde galhardamente fincaram o pavilhão nacional. (QUERINO, 1955, P.78).

Ao mesmo tempo que realizava tal valorização, destacando-os no cenário de guerra, atribuindo assim valor para a nação, Querino apontava como os capoeiras constituíam um elemento perigoso em certo período, tornando-se necessário que o governo estabelecesse penas e castigos relativos a sua prática (QUERINO, 1955, P.80). Isso mostra que apesar de sua defesa da prática cultural negra que era a capoeira, ele

estava alinhado com discursos da época que associavam os capoeiras com a criminalidade.

Evidentemente que o autor procurava dar às pessoas do povo destaque em eventos da história nacional (DANTAS, 2015, P.70-71), leia-se aqui, destaque para negros e pardos, mas isso não excluiu sua percepção sobre o tipo social do capoeira. Querino positivou a prática da capoeira, não necessariamente seus praticantes.

Ainda assim, a obra coloca a prática enquanto valorosa e enquanto atividade física e cultural, dotada de história, música e tradições. Nesse sentido, apresenta cantigas que eram cantadas junto ao jogo, destacando que apesar de alguns jogarem capoeira como um esporte, outros faziam dela sua profissão. Com isso o autor defende a permanência de uma capoeira “tradicional”, vinculada a essa herança cultural afro-brasileira, ainda que haja pessoas que a pratiquem como esporte, entendendo a prática como uma arte afro-brasileira, maior que uma mera atividade física.

É claro que, ao disputar a forma de valorização da capoeira a partir de sua obra, Querino também se insere no debate maior sobre esportivização da prática. Por exemplo, quando utiliza do termo “brinquedo” e “jogo” para se referir a capoeira de seu tempo, permite-nos inferir uma característica lúdica dentro da capoeira heroica que ele buscou retratar. Sendo lúdica, é passível de ser regrada e praticada como exercício físico, tal qual ele expõe que:

“certas pessoas da representação social praticam o exercício como um meio de desenvolvimento e de educação física, como o futebol e outros gêneros de esporte” (QUERINO, 1955, P.74).

Ainda assim, seus argumentos nessa obra formam uma disputa pela capoeira que se buscava esportivizar. Seria ela uma prática física nacional que reconhecia sua

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

origem negra, e assim, reconhecia no negro uma das bases para a nação e sua nacionalidade? Ou seria uma prática despojada de herança negra, se tornando mais um esporte imitativo dos europeus, sem musicalidade, sem tradições, sem história? Apesar de não propor sua esportivização, Querino tem um argumento claro de valorização da prática afro-brasileira, reconhecendo-a como arte nacional, de origem negra escrava e apresentando sua difusão pelas diversas camadas da sociedade. Nesse sentido, faz parte de um bloco de intelectuais definidos por Soares como folcloristas, que tinham uma tônica argumentativa pela valorização da capoeira como cultura popular (SOARES, 1993, P.16), estando menos focados na sua esportização que os chamados cronistas e pioneiros abordados anteriormente e mais focados na sua preservação e difusão enquanto cultura popular, com suas características culturais respeitadas.

Os escritos de Querino teriam impacto no meio intelectual negro. Observa-se que o folclorista Edison Carneiro é muito influenciado por sua obra e faria, poucos anos depois, um percurso semelhante, buscando destacar o papel dos negros na cultura e na construção da sociedade brasileira. Isso nos mostra que essa valorização da capoeira foi disputada por diferentes debates e diferentes entendimentos do que a sociedade brasileira era e do que deveria ser. Assim, podemos entender o processo de valorização e esportivização da capoeira como uma disputa, nesse meio intelectual, pela construção da nacionalidade.

Dessa maneira, Querino se insere como um cronista que defendeu o valor da capoeira enquanto prática física, sempre atrelada as suas tradições e heranças negras brasileiras. Sua defesa foi extremamente contrária aos ideais raciais da época e bastante ousada no sentido de questionar abertamente a forma que a elite intelectual tinha de entender a sociedade brasileira. Realizou assim obras muito

assertivas, participou de congressos Afro-Brasileiros, criticou Nina Rodrigues e suas ideias, mas ainda assim não teve um impacto na sociedade como um todo, tendo impactado os círculos intelectuais, principalmente intelectuais negros de sua época e posteriores, como o já citado Edison Carneiro.

Apesar de sua notória valorização do negro e da capoeira como arte negra bem como seus posicionamentos fortemente contrários aos ideais da época, Manuel Querino não foi o único a reconhecer a origem negra da capoeira nem o que teve maior impacto.

Anníbal Burlamaqui (Zuma), 1928

Coube a um escritor posterior a Querino o reconhecimento da origem negra da capoeira, inserida em um projeto de esportivização muito bem definido, que teve algum grau de sucesso: Annibal Burlamaqui. Conhecido pelo apelido Zuma, Burlamaqui foi um mestre de capoeira da década de 20 e 30, além de escritor e político, que propôs uma metodização muito detalhada da capoeira em sua obra “Gymnástica Nacional (Capoeiragem) Methodizada e Regrada”, de 1928.

O título já diz bastante sobre o que a obra pretendeu ser, mostrando que era uma obra que buscava colocar regras e métodos de aprendizagem sobre a prática, ou seja, transformá-la em esporte. Assim, segundo Alan Caldas, entende-se que Burlamaqui “projetou a capoeira como um esporte nacional que era o resultado da evolução da capoeira. Em seu livro “Gymnástica Nacional (Capoeiragem) Methodizada e Regrada” (1928), o autor desenvolve a ideia de que a capoeira teria surgido pela imitação dos movimentos dos animais, depois teria sido arma de libertação dos escravos para, enfim, tornar-se um esporte nacional (CALDAS, 2018, P.66).

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

Dessa forma fica exposto que Zuma reconhecia a herança negra da capoeira, e partia desse entendimento para organizar ela enquanto esporte. O preço dessa proposta era ignorar completamente as origens afro-brasileiras da arte e o contexto cultural de sua prática (ASSUNÇÃO, 2013, P.6). Dessa forma, coloca a capoeira como uma prática afro-brasileira. Discussões sobre a origem da capoeira permanecem até a atualidade, porém, há uma concordância de que a capoeira é uma prática criada pelos negros, escravizados no Brasil, argumento difundido amplamente com a obra de Burlamaqui.

Para além da herança negra, Zuma buscou regulamentar a prática a partir de um ordenamento amplo sobre os movimentos possíveis, sendo a maior parte de sua obra um guia de golpes e métodos para o ensino e aprendizagem da arte, delimitando assim o espaço da prática.

Seu projeto pela esportivização é o primeiro a apresentar uma proposta ampla de como torná-la efetivamente esporte. Assim, surge a questão, por que os outros tantos argumentos anteriores não fizeram propostas firmes quanto a isso? Isso teria se dado devido ao momento de renovação da cultura nacional, pelo menos entre as elites intelectuais, inaugurado pela Semana de 1922. Segundo Matthias Assunção:

O novo momento provavelmente teve impacto no meio intelectual. Somente durante o período de intensa renovação cultural inaugurado pela “Semana de Arte Moderna”, de 1922, que essas atitudes começaram a ser canalizadas em propostas mais tangíveis. (ASSUNÇÃO, 2005, P.16-17)

Mais que realizar um projeto tangível, Zuma “propõe uma maneira clara de redimir a capoeira de sua posição marginalizada, de sua associação com vadios e criminosos, que seria torná-la igual a outros esportes ocidentais e orientais” (ASSUNÇÃO, 2005, P.128), marcando assim um ápice dos ideais de esportivização.

A grande questão é que para realizar tal esportivização ela apagou os elementos africanos dela. Dito isso, transparece uma certa contradição em sua obra, porque ao mesmo tempo que reconhece a origem negra e escrava da capoeira, a esportivização da capoeira que ele propõe não considera os elementos musicais da capoeira, suas canções e instrumentos, que contam a sua história, apesar de reconhecer suas origens. Deixa a capoeira apenas com os movimentos do corpo, sem seu caráter cultural. Esse foi o esporte que ele propôs. Mas teria sido por meio dessa esportivização, que sacrifica as práticas culturais afro-brasileiras, que Zuma propõe uma regeneração do capoeira e da capoeira. É a partir da remoção desses elementos e do consequente controle da prática que a capoeira seria aceita na população no geral e se tornaria prática nacional.

Não foi uma abordagem inédita, mas foi além de velhos argumentos, como o de Moraes Filho, colocando a capoeira não como uma prática comparável às do exterior, mas sim em prática esportiva igual às de outros países. Sua proposta é essencialmente uma continuidade mais organizada e aprofundada das discussões anteriores, feitas por Coelho Neto e Moraes Filho, assim como seus movimentos são uma continuidade mais ampla e bem descrita que o texto apócrifo de 1907 (o primeiro guia do capoeira), constituindo assim o primeiro código desportivo da capoeira.

Enfim, talvez a coisa mais relevante sobre a obra de Zuma tenha sido seu impacto na sociedade. Burlamaqui aparece no cenário carioca como o primeiro capoeira desportista (PIRES, 2001, P. 99), mudando a percepção das classes altas sobre a prática. Além disso, teria influenciado Mestre Bimba (o movimento da queixada existente no seu livro aparece novamente em Bimba), responsável pela organização da primeira academia de luta regional baiana (Capoeira) em Salvador, em

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

1934.

A obra de Zuma teria ainda influenciado também outras figuras que participariam diretamente do centro de poder político do Brasil, como Inezil Penna Marinho, membro destacado da DEF (Difusão de Educação Física do governo de Getúlio Vargas), que incorporaria nos anos 40 a defesa da esportivização e obrigatoriedade do ensino da capoeira como prática ginástica nacional, baseado amplamente na obra de Burlamaqui, assim como realiza essa proposta com grande suporte na obra de Querino, reconhecendo a origem negra da capoeira, sua musicalidade e tradições (ASSUNÇÃO, 2005, P.19).

Assim, a partir do impacto de sua obra em grandes nomes da capoeira e de influência política, essa visão de uma capoeira esporte e de origem negra, escrava, que Burlamaqui construiu com base em outros debates anteriores, se espalharia pelo Brasil como parte da nacionalidade.

Considerações finais

Com isso, a partir da análise realizada das obras e argumentos de diversos intelectuais brasileiros do início do século XX, percebe-se que a construção de uma imagem positiva da capoeira, inclusive como prática nacional, começa a ser buscado desde pelo menos 1888, com a obra de Melo Filho, que compara a capoeira com outras práticas físicas europeias. Porém, somente quando se insere o argumento de que a capoeira poderia ser a ginástica nacional, o esporte nacional, é que a perspectiva geral sobre a prática começaria a mudar, como fica evidenciado pela obra de Burlamaqui.

Os primeiros autores, apesar de mostrarem que a capoeira era valorosa, não

afirmavam que ela estaria por isso “redimida” de sua degeneração social racial. Melo Moraes e Coelho Neto somente deploravam a “degeneração” da capoeira e consideravam que havia possibilidade de redenção de seus “vícios”, porém não fizeram nenhum plano concreto de como realizá-la (ASSUNÇÃO, 2005, P.16-17). O Guia do Capoeira ou Ginástica Nacional de 1907 preferiu ignorar a questão da herança cultural negra e da raça de seus praticantes, ignorando também sua musicalidade, seu caráter folclórico, suas tradições. Buscou reduzi-la a apenas um emaranhado de movimentos, algo que poderia ser controlado e ensinado de acordo com seu projeto.

Assim, manifestou-se o debate sobre por que esportivizar? Não poderia a capoeira ter sido valorizada pela música, como tradição folclórica? Como explicado na primeira parte do artigo, esportes estavam em um momento de valorização no mundo. Eram práticas que podiam ser dotadas de caráter nacionalista e engrandecer a nação perante outras. Além disso, esporte é algo com regras e competições bem estabelecidas, controlado em um certo sentido. Colocar a capoeira como esporte nacional pode ser entendido, portanto, como uma forma de mostrar que os argumentos racialistas de que negros e mestiços, principais componentes dos praticantes de capoeira, não eram degenerados, mas sim parte da nação.

O argumento de que capoeira somente era vista com negatividade pelos brasileiros enquanto outras práticas estrangeiras, tão violentas quanto e praticadas pelas mesmas camadas subalternas da sociedade, são celebradas nos remete ao preconceito que o brasileiro tinha e tem sobre suas próprias práticas, uma “autossabotagem nacional”. Afinal, o que diferenciava a capoeira do boxe era um apelo do estado e da sociedade em transformar aquela prática em algo de valor. Nesse quesito a influência dos intelectuais em produzirem argumentos que se

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

espalharam pela sociedade foi primorosa, valorizando a capoeira enquanto parte da nacionalidade brasileira enquanto um esporte. A esportivização da capoeira teria sido então uma forma encontrada de conciliar o interesse nacional de construir uma identidade brasileira com a valorização da capoeira perante a sociedade.

É claro que houveram disputas, dentro dessa movimentação intelectual pela esportivização, pela preservação ou apagamento das tradições e origens negras da capoeira. Essas disputas ficam evidentes na literatura de Manuel Querino, que lança uma série de argumentos pela esportivização reconhecendo sua origem e herança negra, assim como no Guia apócrifo de 1907, que ignora completamente o elemento africano da prática de maneira consciente.

Além disso, os intelectuais fizeram uma reformulação da imagem no passado para construir uma nova imagem no presente (ASSUNÇÃO, P.19). Querino é um exemplo desse percurso que buscou valorizar a prática a partir da experiência de capoeiras que foram para a Guerra do Paraguai e retornaram como heróis.

É importante ressaltar que o esforço dos capoeiras para serem valorizados nas ruas também existiu, como a existência e relevância de Mestre Bimba atesta, mas teria sido nas letras, na escrita dos intelectuais que essa prática passa a ser entendida como algo de valor por grupos sociais distintos, mudando a perspectiva das classe altas, dos detentores do poder no Brasil, pelo menos nesses 30 anos iniciais do século XX.

Ademais, esses autores teriam tido grande influência em intelectuais posteriores, como Edison Carneiro, que juntamente com Gilberto Freyre, discutem questões relativas à formação da nacionalidade brasileira, a racialização de certos grupos, marginalização, e a capoeira enquanto parte desse todo.

Por fim:

“A capoeira continua um popular exercício de agilidade na Bahia e Rio de Janeiro, prática realmente despojada do caráter agressivo de outrora. Sempre executada ao som dos berimbaus, urucungos ritmadores, monocórdios, a demonstração tem um aspecto ginástico, sugestivo pela precisai dos golpes, dando a imagem real de uma dana poderosa de força disciplinada e de elegância natural.

Está na classe das demonstrações desportivas.

O capoeira desapareceu, mas a Capoeira ficou”.

(CASCUDO, P.189)

O trecho escrito por Câmara Cascudo mais de 30 anos após o período analisado, nos mostra que a musicalidade, a herança cultural negra da capoeira prevaleceu, mesmo com projetos de esportivização que não prezavam por isso. Agora o tipo-social do capoeira foi sendo desintegrado durante a Primeira República, tanto pela repressão, quanto pela aceitação da capoeira como prática esportiva, na qual diversas classes sociais participam, esportivização promovida amplamente pelos cronistas.

Assim, entre disputas de narrativa, disputas sobre o reconhecimento e valorização da origem negra da capoeira, assim como as disputas sobre o reconhecimento e valorização dos negros e mestiços que praticavam e desenvolviam a capoeira, os intelectuais do início do século XX que abordaram a capoeira nesse período foram responsáveis por consideráveis mudanças no entendimento da capoeira perante a sociedade. Influenciaram nomes da política e da capoeira, que manifestariam essa influência nos anos posteriores.

Mesmo com disputas argumentativas e aparentes contradições, esses autores tiveram grande importância no enfrentamento de uma lógica vigente que condenava a capoeira a ser uma arte dos marginalizados, a ser perseguida. A capoeira que

O papel dos cronistas brasileiros na transformação da imagem da capoeira no início do século XX (1900-1930)

muitos defenderam era uma capoeira muito diferente daquela praticada nas ruas das cidades brasileiras do início do século XX, mas ainda era capoeira. Assim, deve-se reconhecer o mérito dos autores em buscarem subverter a ordem entre seus leitores no meio intelectual e letrado, transformando a prática em algo aprazível para as elites e classes médias, algo que dialogasse com a nacionalidade nova do Brasil e que fosse aceito pela sociedade no geral. Assim como também deve-se reconhecer seu diálogo com o pensamento racial de seu tempo, uma vez que prezaram pela valorização da prática, não dos grupos racializados que a praticavam.

Referências Bibliográficas

ANÔNIMO. Guia do Capoeira ou Gymnástica Nacional. Rio de Janeiro: Livraria Nacional. 1907.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohring. Capoeira: The History of an Afro-Brazilian Martial Art. Nova Iorque: Routledge, 2005.

Idem. Ringue ou academia? A emergência dos estilos modernos da capoeira e seu contexto global. Rio de Janeiro: História Ciência, Saúde – Manguinhos. 2013.

CALDAS, ALAN. Valentia e Linhagem: Uma História da Capoeira. Curitiba: Appris. 2018.

CASCUDO, Luís da Câmara. Folclore do Brasil (pesquisas e notas). São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. 1967.

FONSECA, Vivian Luiz. A capoeira contemporânea: Antigas questões, novos desafios. Rio de Janeiro: CPDOC FGV, Revista de História do Esporte, volume 1, número 1, junho de 2008.

IPHAN. Dossiê Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil. Brasília, 2007.

MORAIS FILHO, Alexandre José de Melo. Festas e Tradições populares no Brasil. Brasília: Editora Senado Federal. 2002.

PIRES, Antônio Liberac Cardosos Simões. Movimento das cultura afro-brasileira: A formação histórica da capoeira contemporânea. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.

REIS, Letícia Vidor de Souza. A capoeira: de doença mental à “Gymnástica nacional”. São Paulo: Revista de História nº129-131, P.221-235, 1993.

ROMERO, Sílvio. História da Literatura Brasileira – Segundo Tomo. Rio de Janeiro: Editora H. Garnier. 1903.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A Capoeira Escrava e outras tradições no Rio de Janeiro (1808-1850). Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1998.

Idem. A negrada instituição: Os capoeiras no Rio de Janeiro (1850-1890). Tese de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1993.

SCHWARCZ, Lilia. O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX . São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

QUERINO, Manuel. A Bahia de Outrora. Salvador: Livraria do Progresso. 1955.

Dos muros às frestas: a irmandade Nossa Senhora da Lampadosa como espaço étnico-cultural

Layla Silva Ferreira^{*}

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p360-382

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre a Irmandade Nossa Senhora da Lampadosa, localizada no centro do Rio de Janeiro, por meio das suas festas. Como objeto, será analisada a Coroação de Reis da nação Cabundá, realizada em outubro de 1811. Nesse sentido, é possível que se desenvolva um estudo étnico-cultural, pensando nas nações dos escravizados que compunham a Irmandade e suas sociabilidades. Ou seja, a construção de suas identidades por meio da cultura da Coroação de Reis. Assim, o âmbito cultural e da sociabilidade étnica são os centros desta análise, preocupada com a formação de identidades.

Palavras-chaves: Coroação de Reis Negros; Cultura; Etnia; Irmandade Negra.

Abstract: This article aims to reflect upon the Brotherhood of Nossa Senhora da Lampadosa, placed in downtown Rio de Janeiro, through its celebrations. As an object, the Coronation of Kings of the Cabundá nation, realized in October 1811, will be analyzed. In this regard, it is possible to develop an ethnic-cultural study, thinking of the nations of the enslaved people that were part of the Brotherhood and its sociability. In other words, the construction of their identities through the culture of the Coronation of Kings. Thus, the cultural scope and ethnic sociability are the centers of this analysis, concerned with the formation of identities.

Palavras-chaves: Coroação de Reis Negros; Cultura; Etnia; Irmandade Negra.

^{*} Graduanda em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi bolsista PIBIC/UFRJ entre ago/2018-set/2020 orientada pelo Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes. Agradeço ao mesmo por todas as orientações prestadas e ao Programa Institucional de Bolsas da UFRJ pelo amparo, tornando viável os resultados que serão apresentados neste artigo.

Introdução

O artigo que aqui será apresentado em toda sua extensão encontra-se sob a égide da História Cultural¹ e foi desenvolvido após uma série de leituras historiográficas sobre o Brasil Escravista. Dessa maneira, buscou-se identificar diversas formas de manifestações culturais, construção de comunidades e organizações de protestos, sendo as Irmandades Negras uma das principais organizações que se fundamentavam em torno destas três premissas.²

Assim, foi necessário trazer à tona a discussão sobre a questão étnica pautada nas chamadas “identidades contrastivas”, ou seja, que se definem em contraposição a outras previamente estabelecidas³ e que explicam a problemática de “reorganização”, de surgimento de “novas devoções e novos rearranjos entre os grupos” (SOARES, 1998, p.138). Outrossim, a fim de pensar sobre a questão étnica de forma não-ampla, tornou-se válido observar a discussão proposta pela historiadora Mariza Soares, a qual realiza em sua obra uma grande crítica em relação à ideia de nação como mecanismo de identificação e organização dos africanos nas Américas, preferindo atentar-se às fronteiras entre os grupos étnicos por meio da formação de arranjos mais inclusivos, os quais chamará de “grupos de procedência”⁴ - sistemas sociais abrangentes -,

¹ “O conceito de cultura aqui adotado distancia-se da ideia de busca de traços originais de características puras e uma quase inata atitude auto regeneradora, resistente à mudança”. SOARES, Mariza de Carvalho. Mina, Angola e Guiné: nomes d’África no Rio de Janeiro setecentista. *Tempo*, Vol. 3 nº6, 1998.

² Conforme destaca João José Reis, as Irmandades funcionavam como “meios de afirmação cultural. Todavia, com o passar do tempo, as irmandades serviram como “espaço de alianças inter-étnicas”. REIS, João J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo. Companhia das Letras, 1991.

³ Nesta argumentação, Mariza Soares faz referência à noção de identidade contrastiva proposta pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo. Pioneira. 1976.

⁴ Mariza de Carvalho Soares. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. No trabalho em questão, a autora detalha a

trazendo à tona o debate de solidariedade e sociabilidade entre estes. Dessa maneira, ao pensar de forma figurativa, a construção de identidades étnicas formou os “muros” da Irmandade Nossa Senhora da Lampadosa, localizada na área central do Rio de Janeiro.

Logo, tornou-se notória a necessidade da discussão sobre a Irmandade Negra em questão, a fim de mapear seus personagens, origens étnicas e formas culturais a partir dos vestígios deixados sobre as festas da Irmandade⁵, tendo como principais fontes documentais aquelas relacionadas às festividades de coroações de Reis e Rainhas da associação. Assim, busca-se localizar determinados grupos africanos⁶ com objetivo de examinar aspectos simbólicos e representativos da Irmandade entre os arranjos coletivos negros, associativismos e suas práticas políticas e culturais cotidianas no contexto do Brasil Escravista.

A partir disso, coube observar outras características das Irmandades Negras, atentando-me às “frestas”⁷ dos diversos documentos que foram analisados ao longo

inspiração nos trabalhos do antropólogo Fredrik Barth. Atrela, ademais, ao conteúdo trazido pelo historiador Paul Lovejoy que alerta para o fato de que, como resultado da migração forçada da escravidão, as identificações étnicas podem se tornar mais inclusivas.

⁵ A fim de esmiuçar e ilustrar o cruzo entre etnia e cultura, cabe recorrer à uma extensa passagem de Mariza Soares. Para a historiadora, “o conceito de identidade étnica busca suporte no próprio conceito de cultura. Do mesmo modo que cultura é definida por “formas culturais”, também a identidade étnica é um conceito no qual está pressuposto um processo marcado por sucessivas apropriações. Tanto a cultura quanto a identidade étnica de um grupo estão em estreita ligação com as condições de vida da sociedade a na qual estão inseridos”. SOARES, Mariza de Carvalho. Mina, Angola e Guiné: nomes d’África no Rio de Janeiro setecentista. *Tempo*, Vol. 3 nº6, 1998

⁶ Sob a égide teórica de Natalie Davis, onde destaca a possibilidade de analisar eventos festivos para entender, por um lado, como eles podem “perpetuar certos valores da comunidade”. Logo, as festas aparecem como meio de analisar uma “comunidade”. DAVIS, N.Z. 1990. *Culturas do povo: Sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro, Paz e terra.

⁷ O conceito de “fresta” foi desenvolvido pela historiadora Maria Clementina Pereira da Cunha. Utilizo, dando os devidos créditos, com a mesma intenção da autora em questão: pensar as festas como frestas de uma sociedade. Ver em: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios da história social da cultura*. Editora UNICAMP, 2001.

da pesquisa. Através da observação da privilegiada documentação elaborada pelos confrades da Irmandade, como os estatutos ou compromissos, e os seus requerimentos e petições, nos quais solicitavam auxílios para festejos, por exemplo, pretende-se empregar como método o cruzamento de fontes de diferentes naturezas.⁸

Formação de identidades: os “muros” da Irmandade Nossa Senhora da Lampadosa

Nos últimos cinquenta anos, após uma virada teórica no campo do estudo das sociedades escravistas, a historiografia brasileira se preocupou, de forma mais ativa, com temas como identidades e cultura dos africanos e seus descendentes.⁹ No Brasil, diversos pesquisadores têm-se inclinado a pensar as mais variadas possibilidades metodológicas a fim de entender as formações das identidades e os sistemas de identificação dos escravizados.¹⁰ Ao pensar nas origens destes africanos, o estudo mais abrangente sobre o tema é o principal trabalho da historiadora norte-americana Mary

⁸ A pesquisa aqui apresentada recorre ao método de cruzamento de fontes eclesiásticas e não-eclesiásticas, ou seja, de diferentes “origens”. Ao pensar no método de cruzamento de fontes, recorro a Carlo Ginzburg, que apresentou tal metodologia em um dos seus maiores feitos. Ver em GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 2017

⁹ A História da Escravidão no Brasil e nas Américas, entrou numa grande revisão ao longo da década de 1970. Dessa forma, os historiadores voltaram-se para a análise da vida escrava a partir da ótica da organização do trabalho e das transformações das relações sociais ao longo do tempo, em busca do estudo da *autonomia escrava*. Em meados da década de 70, Sidney Mintz e Richard Price, por exemplo, defendiam que o impacto do tráfico atlântico havia sido capaz de destruir identidades preexistentes, enfatizando a importância de uma nova cultura afro-americana MACHADO, Maria Helena. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 8, n. 16, 143-160, 1998; Sidney W. Mintz & Richard Price – *The birth of African-American Culture*. Boston, Beacon Press, 1992. DEMÉTRIO, Denise Vieira. Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII. Niterói. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2008.

¹⁰ Ver em: REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.7-33. 1997; SLENES, Robert. Malungu Ngoma vem! A África coberta e descoberta do [no] Brasil. *Revista USP*, n.12, dez.-fev, p.48-67. 1991-1992. Dentre outros.

C. Karasch, que, ao utilizar diferentes tipos de fontes, consegue mapear diversas áreas de concentração africana de escravizados, e, mais do que isso, contribui para a “identificação das origens africanas de muitos tipos de cultura material e de rituais religiosos” (KARASCH, 2000. p. 33).

Durante a primeira metade do século XIX, a escravidão no Rio de Janeiro viveu o maior impacto do tráfico atlântico. Nenhuma outra cidade nas Américas se aproximou do quantitativo da população escrava do Rio durante o período. A partir dos cálculos de Karasch, o período em questão contou com a maior quantidade de escravizados no Rio de Janeiro. No que diz respeito ao desembarque, segundo a historiadora, o número chegou a ultrapassar 600 mil. Sobre a temática abordada, diversas revisões foram realizadas atentando-se para o volume do tráfico nas diferentes regiões das Américas.¹¹

Para além disso, o início do século XIX também teve como marco a chegada da corte portuguesa, que causou impacto na escravidão africana ao atrair a mão de obra escrava para a Corte do Império, o que aumentou a demanda por escravizados e impulsionou o tráfico, dobrando a média de importação. Outrossim, em consequência, “a data marcou também o começo do significativo tráfico atlântico para o Rio de Janeiro, que trouxe tantos negros do Centro-Oeste Africano para a cidade”. (KARASCH, 2000, p.29). De acordo com a pesquisa de Karasch, os africanos centrais – divididos entre Congo norte, sul e norte da Angola - representavam 79,7%, já africanos orientais, 17,9%. A pesquisadora ainda analisou 37 nomes como de “origem desconhecida” (KARASCH, 2000, p. 35 *apud*. GOMES, 2012, p. 94).

¹¹ Estudos de quantificação foram revisitados por Florentino (1995) a partir de registos de desembarques de navios negreiros no Rio de Janeiro.

Assim, segundo a análise do historiador Flávio Gomes, o aumento do número de africanos ocidentais “sugere pensar que, para além daqueles entrados no Rio via comércio da Bahia, navios vindos da Costa da Mina – com escala ou não em Salvador –, outros tinham por destino final o Rio de Janeiro e o seu consequente comércio” (GOMES, 2012, p.95). Ou seja, mesmo após a proibição do tráfico na costa ocidental, em 1815, africanos ocidentais continuaram a chegar à Corte Imperial.¹² Ao pensar na procedência desses escravizados¹³, é válido atentar-se à ótica de que os africanos se inventaram em termos de “nações” a partir de diversos arranjos (família, Irmandades Religiosas etc.), se articulando num cenário riquíssimo para análise, descobrindo “novas identidades sociais além dessas locais, e já múltiplas, que se formaram ao longo de seu caminho de sofrimento em direção à costa” (MILLER, 2008, p.53 *apud.* GOMES, 2012, p.103). Dessa maneira, as identidades eram remarcadas em termos étnico-sociais, logo, os escravizados não tinham uma única identidade, mas várias¹⁴. Outrossim, Flávio Gomes salienta, que, ao pensar a demografia atlântica dos africanos, é

¹² Manolo Florentino desvenda os mecanismos do tráfico atlântico com destino ao Rio de Janeiro em: FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995.

¹³ Mariza Soares chama atenção para a noção de “grupo de procedência”, se aproximando do que o antropólogo Frederik Barth chamou de “grupo étnico”, preocupado com as questões organizacionais. Segundo o antropólogo, “não há uma simples relação biunívoca entre grupos étnicos e semelhanças ou diferenças culturais, já que cada grupo seleciona componentes da cultura que considera mais significativos”. Assim, é nessa ótica que a historiadora chama atenção para a possibilidade dos tais grupos de procedência, em condições diversas, se organizarem de formas diferentes. Ver em: Mariza de Carvalho Soares. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

¹⁴ A fim de esmiuçar o assunto da construção de identidades, ver: FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *No labirinto das nações: africanos e identidade no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

possível notar diferentes combinações de nomenclaturas e termos que podiam aparecer ou desaparecer dependendo do período e das fontes consultadas.¹⁵

Dessa forma, coube aos historiadores, preocupados com as relações sociais e culturais dos escravizados, descortinar as névoas das fontes documentais. Mariza Soares, em sua tese de doutorado, demonstrou que a organização dos africanos pôde resultar de rearranjos étnicos estabelecidos no próprio cativeiro. Assim, a autora percebe que, conforme previamente mencionado, a maioria dos escritos estava baseado em categorias abrangentes, com o uso dos termos como “nação angola”, “escravos da Guiné” e “preto-mina”¹⁶. Entretanto, em todos estes casos, a terminologia trazia, implicitamente, uma grande variedade de grupos étnicos.¹⁷ Por conseguinte, a historiadora busca utilizar a lógica do antropólogo Frederik Barth que salienta que cada indivíduo se posiciona de diferentes modos de acordo com as redes que estabelecem e/ou são inseridos, logo, os escravizados não se viam como angolas ou minas, antes

¹⁵ Em sua análise, Flávio dos Santos Gomes entende que as variações “poderiam ser motivadas pelas conexões das classificações utilizadas no tráfico com as montagens transétnicas das primeiras experiências na diáspora, no caso, o Rio de Janeiro. Em: GOMES, Flávio dos Santos. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, p. 81-106, 2012.

¹⁶ A historiadora Mariza Soares observa que, em fontes eclesiásticas, o termo “gentio da Guiné”, aos poucos, é redistribuído em “nações”, atendendo às novas exigências do tráfico atlântico. Ver em: Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000; de mesma autoria: “Mina, Angola e Guiné, nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista”. *Revista Tempo*, vol. 3 - nº 6, dezembro de 1998; e “A nação que se tem e a terra de onde se vem”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, mai-ago 2004: 303-330.

¹⁷ Em instigante trabalho sobre etnias africanas nas Américas, a estadunidense Gwendolyn Midlo Hall enfatiza que “o sentido em que se emprega o termo “nação” na documentação produzida nas Américas é múltiplo. Há uma escassez de estudos históricos aprofundados e conhecimento sistematizado sobre as etnias africanas no Novo Mundo, lacuna essa igualmente verificada na África. É fácil confundir-se diante do número de designações que aparecem para se referir a uma variedade de populações ao longo de 400 anos de tráfico pelo Atlântico. Portanto, o significado das “nações” e a designação étnica variam no tempo e no espaço”. Ver em: HALL, Gwendolyn Midlo. Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.6, n.10, p.29-70. 2005.

de serem identificados desta forma¹⁸, entretanto, incorporaram tais identidades e operaram a partir delas. Ou seja, o que o pesquisador norueguês propõe é pensar que a lógica da temática da identidade ultrapassa as questões de identidades étnicas, abrindo, dessa forma, para a problemática das identidades sociais de modo geral.¹⁹

Assim, no início do século XIX, as fontes eclesiásticas chamavam atenção para grupos étnicos mais específicos, como por exemplo Benguela e Cabinda²⁰, no que diz respeito aos africanos de origem Ocidental. De acordo com Karasch, era do Centro-Oeste africano – dividido em Congo Norte (Cabinda), Angola e Benguela -, que vinha a maioria dos africanos do Rio de Janeiro (KARASCH, 2000, p.50). Outrossim, ligados ao Congo Norte, estavam os denominados congos, uma das nações mais numerosas da cidade, segundo a historiadora norte-americana.

Todavia, identificá-los é uma árdua tarefa. Isso porque os denominados congos, no Rio de Janeiro, por vezes, eram bacongos do Norte da Angola e do Sul de Zaire (hoje, República Democrática do Congo), entretanto, muitos outros grupos étnicos também eram denominados congos devido ao costume do tráfico atlântico que entendia que qualquer escravizado exportado pelos mercados ligados à rede do rio Zaire era

¹⁸ Segundo a tese de doutorado de Regiane Augusto de Mattos, “a identificação dos diferentes grupos étnicos africanos esteve presente desde os primeiros contatos dos portugueses com a África, por volta do século XV configurando-se, logo depois, uma das estratégias para a organização do tráfico de escravos”. Ver em: MATTOS, Regiane Augusto de. *De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)*. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

¹⁹ Antropólogo norueguês, Frederik Barth é um nome fundamental para o debate em torno ao conceito de etnicidade. Ver: Fredrik Barth. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa. 2000; F. Barth (editor), *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*, University Fortlaget: George Allen/Unwin: Bergen: London, 1969, p. 9-38.

²⁰ De acordo com o levantamento de Mary C. Karasch, o significado destes termos variava muito e seu uso, no tráfico africano, não era consistente com a verdadeira identidade étnica. Ver em: KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

um congo. Na cidade do Rio de Janeiro, os congos eram conhecidos como um povo extremamente orgulhoso de suas tradições, celebrando o antigo reino do Kongo em suas canções, honrando o Rei Baltazar como o rei congo, coroando seus próprios reis e rainhas, conforme será esmiuçado ao longo deste trabalho.

Dessa forma, durante a primeira metade do século XIX, a grande maioria dos escravizados importados para o Rio de Janeiro eram provenientes de sociedades falantes da língua bantu.²¹ O historiador Robert Slenes chama atenção para uma característica muito comum em todas as sociedades bantu: a questão da estruturação em torno da família, sendo esta entendida como uma linhagem, ou seja, “um grupo de parentesco que traça sua origem a partir de ancestrais comuns” (SLENES, 1999, p.151).

Assim, conforme já demonstrado, estudos contemporâneos têm se inclinado a entender as formações (e as transformações) das identidades escravizadas, africanas, e, até mesmo crioulas, na experiência da escravidão, atentando aos contextos atlânticos e transatlânticos das reinterpretações e reinvenções culturais²², mostrando, dessa forma, que numa grande área da África Centro-Ocidental “a cultura é menos heterogênea e menos particularista do que realmente se supõe” (VANSINA, 1976, p.475 *apud* SLENES, 2011 p. 151).²³ Logo, “estudos mais recentes, pautados pela História

²¹ Robert Slenes propõe a ideia da formação de uma “proto-nação bantu”. Sobre a abordagem, João José Reis classifica-a como “refinada”, já que o autor em questão sugere tal formação a partir de “características linguísticas comuns a vários povos oriundos da região Centro-Sul da África”, indo na contramão da terminologia “negros bantos”, usada anteriormente por historiadores e antropólogos, que, segundo o historiador baiano “explica muito pouco”. Ver comentário em: REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996; Sobre a “proto-nação bantu”, ver Robert Slenes, “Malungo ngoma vem!”: África encoberta e descoberta no Brasil”, *Revista USP*, 12 (1991-92), pp. 48-67.

²² Ver: MILLER, Joseph C. Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a escravização na África e face à escravidão no Brasil. *Revista de História*, n. 164, p. 17-64, 2011

²³ Ao lado de Willy de Craemer e Renée C. Fox, Jean Vansina assinalou os valores culturais ligados ao

Etnográfica, têm demonstrado como as comunidades escravas nas Américas fundamentalmente forjaram uma interação e transformação cultural original e diversificada. Isto, mesmo num mundo de muitas opressões” (GOMES; SOARES, 2001, p.4).

Ademais, em vista disso, pode-se entender que os africanos trazidos ao Rio de Janeiro teriam lutado para reorganizar seus laços étnicos a partir da família-linhagem, encontrando e/ou forjando condições para manter grupos estáveis, formando famílias, sejam estas conjugais ou de grupos de parentescos, como as Irmandades Negras, entendendo uma “herança cultural”, como sugere Sidney Mintiz e Richard Price, comuns nas sociedades da África Centro-Occidental. Ou seja, havia pluralidade cultural. “A cultura, portanto, deve ser lida no contexto das experiências históricas de seus agentes” (GOMES; SOARES, 2001, p.5). É sob esse prisma que este trabalho discutirá as relações étnicas no interior da Irmandade Nossa Senhora da Lampadosa no Rio de Janeiro escravista, a fim de debater a Coroação de Reis Negros (1748-1811).

Por fim, conforme já discutido, as identidades dos escravizados foram reinterpretadas, tecendo afinidades étnicas e construindo novas identidades a partir da bagagem cultural comum. Estas (re)organizações étnico-sociais se baseavam em diversas disposições, como as famílias. Entretanto, com a diluição dos laços familiares devido ao tráfico atlântico e interprovincial, os escravizados buscavam a reconstrução de elos, sendo o principal arranjo, a ligação entre malungos (ou seja, companheiros da dura travessia atlântica). Tal dificuldade no que diz respeito à formação de famílias fez com que os escravizados redefinissem a semântica da palavra “parente”, cunhan-

conceito de “ventura-desventura” (*fortune-misfortune*), auxiliando a pensar as proximidades e ideias de parentesco entre escravizados da África Central no Brasil. Ver em: DE CRAEMER, Willy; VANSINA, Jan; FOX, Renée C. Religious movements in Central Africa: a theoretical study. *Comparative studies in society and history*, v. 18, n. 4, p. 458-475, 1976.

do o termo “parente de nação”²⁴, a fim de forjar parentescos simbólicos, revelando o grande impacto do sistema escravista para sociedades com estruturas de parentescos complexas que tiveram de reformular as significações de família desmantelada pela escravidão e dificilmente reconstruída em diáspora (REIS, 1991, p.68).

Isto posto, percebe-se que a organização étnica que aqui será abordada perpassa relações provenientes de “reuniões de grupos oriundos da mesma etnia ou de regiões próximas, pertencentes a um mesmo complexo sócio cultural” (SOUZA, 2002, p.181). As Irmandades Negras podem ser entendidas como espaços que compunham um importante papel na criação de grupos coesos mesmo sendo, por vezes, compostos por lentos díspares no que diz respeito à cultura. Assim, as Irmandades foram associações fundamentais e assumiam tarefas que deveriam ser de alçada do poder público, servindo de ajuda mútua, e, para além disso, ao se caracterizarem pelas festas e procissões, uniam elementos sagrados e profanos, sendo também um lugar de expressão cultural e manutenção da herança ancestral²⁵, “combinando elementos culturais em contato, isto é, africanos e lusitanos, as acompanhavam se inseriam num quadro geral da colonização do Novo Mundo e da constituição de identidades próprias aos grupos formadores dessas sociedades” (SOUZA, 2002, p.182).

Entre as frestas culturais: a Coroação de Reis Negros em 1811

²⁴ Antônia Aparecida Quintão utiliza tal lógica de “parente de nação” para intitular seu principal trabalho, onde descreve os aspectos religiosos, estratégias de resistência e solidariedade na perspectiva da sociedade escravagista na qual estavam inseridas ao realizar um estudo sobre as Irmandades Negras do Rio de Janeiro e Pernambuco no século XVIII.

²⁵ O historiador baiano João José Reis chama atenção para o caráter barroco da religiosidade que as Irmandades Religiosas assumiam, caracterizadas pela pompa das procissões e cultos aos santos. Ademais, o autor chama atenção o processo de afirmação culturais, construção de identidades e alteridades desenvolvidas a partir das Irmandades Negras, mesmo sendo vistas, pelos senhores, como um espaço de “domesticação do espírito africano”. Ver em: REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Companhia das Letras, 1991; do mesmo autor: *Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão*. *Tempo*, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

O Rio de Janeiro oitocentista, para os escravizados, era repleto de “muros”, muito diferente dos relatos de viagens de estrangeiros sobre o “paraíso tropical” da Corte. Esses muros podiam ser imaginários, como as relações étnicas e hierarquias sociais, conforme detalhado acima, ou concretos, como a “casa-grande” e mansões, que protegiam, explicitamente, a elite privilegiada da cidade. Segundo Mary Karasch, “da perspectiva do senhor de escravos, o Rio era idealmente situado, pois estava protegido das tempestades do Atlântico por uma bacia plácida e de ataques marítimos ou terrestres por seu sistema de fortificações e montanhas protetoras” (KARASCH, 2000, p.100). Ao se tratar da organização citadina, os escravizados viviam distribuídos em oito freguesias, sendo Sacramento da Sé, São José, Candelária e Santa Rita as que concentravam a maior atividade escravista no século XIX. Todas as freguesias contavam com pelo menos uma pequena igreja construída ainda no período colonial. Dessa forma, as igrejas e santuários ocupavam boa parte da paisagem do Rio de Janeiro.

As igrejas em questão podiam ou não abrigar irmandades religiosas compostas por crioulos e/ou africanos, sendo as de exclusiva entrada de africanos organizadas através da separação por “nações”. As irmandades compostas, em maioria, por escravizados e libertos podiam ter a característica de devoção a santos pretos, como São Elesbão, Santa Ifigênia e São Benedito. Sobre essa questão, Anderson José Machado Oliveira chama atenção para a importância desses santos para a construção não só das irmandades mas também de identidades ao causar uma identificação imediata, fazendo com que a religião europeia passasse por uma releitura a partir das concepções religiosas dos negros pertencentes a esses grupos (OLIVEIRA, 2008, p.33).

Em um de seus trabalhos, Antônia Aparecida Quintão denomina as irmandades negras como “outro espaço de luta e resistência”, tratando-as como um valoroso

meio de não-aceitação do processo de coisificação, próprio da sociedade escravista (QUINTÃO, 2002, p.16). Dessa forma, essas associações atingiram grande importância social para os escravizados no que diz respeito à construção de “família-linhagem”, conforme visto acima, ou seja, “serviram de veículo de transmissão de diversas tradições africanas, que se conservaram pela frequência dos contatos, pela conservação da língua e outras razões semelhantes” (SCARANO, 1975, p.150 *apud* MATTOS, 2006, p.139).

Logo, os escravizados, por sua vez, podiam frequentar boa parte das igrejas. Todavia, aquelas chamadas popularmente de “igrejas dos escravos” tinham de ser construídas longe dos centros políticos e comerciais da cidade. Assim, as mais frequentadas pelos africanos pouco constam nos relatos dos viajantes estrangeiros, como por exemplo, a Igreja do Rosário e de São Benedito e a Igreja da Nossa Senhora da Lampadosa (objeto deste artigo)²⁶, ambas localizadas próximo à atual Praça Tiradentes. Outras também eram conhecidas por agrupar escravizados, como a São Elesbão e Santa Ifigênia²⁷ e São Domingos, que ficavam próximas ao Morro do Castelo. Por fim, outros espaços também tinham caráter especial aos escravizados, como a capela e, principalmente, o cemitério da Santa Casa de Misericórdia, onde africanos e crioulos eram enterrados (KARASCH, 2000, p.101).

Assim, as praças e morros que abrigavam essas igrejas tinham, por vezes, um caráter duplo, de local de encontro dos escravizados e de “pelourinho”, ou seja, lugar

²⁶ De acordo com o capítulo 17 do compromisso da Irmandade da Nossa Senhora da Lampadosa, admitia-se como irmão “toda pessoa de qualquer qualidade”, entretanto condenava a presença de brancos e pardos nos postos de mando, ou seja, não deveriam ser admitidos a nenhum ofício da Irmandade. Entretanto, os pardos podiam ingressar à Irmandade.

²⁷ Mariza Soares destina um capítulo de seu principal trabalho para debater o compromisso da Irmandade de São Elesbão e Santa Ifigênia. Ver em: Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

onde fugitivos recebiam suas punições. O exemplo mais claro disso é o outrora Campo de São Domingos, onde os escravizados se reuniam quase que diariamente, e, eventualmente, para dançar em procissões religiosas em homenagem aos mortos e para coroar reis e rainhas africanas, onde, por vezes, tal celebração transbordava os “muros” da Igreja, com escravizados e libertos dançando e cantando, construindo uma forma de “reunião social” (QUINTÃO, 2002, p.37).

Assim, a partir das “frestas” da paróquia, podemos perceber uma forma de resistência cultural e de subversão da ordem.²⁸ Essas folias podiam sair várias vezes por ano nas ruas, de acordo com os recursos das Irmandades, obtidos através de coleta de esmolas.²⁹ Em relação à Igreja da Lampadosa, as suas folias tinham o Rei Baltazar³⁰ homenageado como Rei Congo. O ponto crucial para análise das festas na Igreja Nossa Senhora da Lampadosa é a coroação de Reis Negros, onde pode-se perceber, a eleição de reis de diferentes nações. Essas eleições remetiam às tradições africanas da sucessão hereditária dos reis, substituídas nas irmandades por tal sistema eletivo, dando nova interpretação e significado à prática (QUINTÃO, 2002, p.39). Ainda no século XVIII, há notícias de um rei reboło-tundá.³¹ Já no século XIX, em 1811, há fontes

²⁸ Segundo João José Reis, as festas de santos eram a data máxima do calendário das Irmandades, onde os irmãos e irmãs saíam das confrarias com suas roupas de gala, bandeiras, danças e batuques, onde o sagrado e o profano frequentemente se fundiam. “. Ver em: REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Companhia das Letras, 1991.

²⁹ Biblioteca Nacional: II-34,28,017.

³⁰ Mediante às tradições luso-brasileiras, além do conhecido São Benedito (que deu nome à uma conhecida Irmandade), outros três santos negros nasceram na África: um deles foi o Santo Rei Baltazar, um dos Três Magos (ou Três Reis). Ver em: ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; KARASCH, Mary. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. *História Revista*, v. 15, n. 2, p. 257-283, 2010.

³¹ Mariza Soares chama atenção para a coroação do rei em questão. Segundo a autora: “o já mencionado rei da nação reboło-tunda, escavo do Conde da Cunha, primeiro vice-rei, é empossado com a concordância de seu proprietário (...) o conde autoriza a coroação de seu escravo e permite as festanças”. Em: *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p.156. Assim, a historiadora traz à tona o debate sobre

sobre a coroação de um rei e uma rainha, ambos de nação cabundá – logo, africanos da África Central -, podendo, dessa forma, reconstruirmos a genealogia das folias da Lampadosa.

“Apenas amanhecia o dia de Reis, o Campo de S. Domingos, nas proximidades da capela, opulentava-se de um espetáculo variado e estranho, em que *moçambiques, cabundás, banguelas, rebolos, congos, cassanges, minas, a pluralidade finalmente dos representantes de nações d’África, escravos no Brasil* (grifos meus), exibiam-se autênticos, cada qual com o seu característico diferencial, seu tipo próprio, sua estética privada”. (MORAIS FILHO, p.281)

Melo Moraes Filho, ao realizar diversos relatos em *Festas e tradições populares do Brasil*, traz informações sobre práticas culturais africanas. Nesse cenário, Moraes Filho aparece como “folclorista”, sobretudo ao comentar a relação do povo com suas crenças quando aborda as festas religiosas como “válvulas de escape” para dificuldades sociais, esbarrando em sugestões positivistas.³² A partir da leitura do capítulo “A coroação de um Rei Negro em 1748”, é possível perceber, com mais detalhes, os festejos na Irmandade Nossa Senhora da Lampadosa. É válido salientar que a Irmandade foi fundada em meados de 1740 por um grupo de devotos e ficou sediada na Igreja do Rosário de S. Benedito até 1748, data da primeira coroação de reis. Ao observar a coroação realizada em 1748, percebe-se o agrupamento de escravizados de diferentes origens, expressando sua diversidade ao mesmo tempo que construíam novas identidades. Ou seja, “a construção de identidades no Novo Mundo passava pelo agrupamento e pelas relações mantidas entre diferentes nações” (SOUZA, 2002, p.251). Melo

tolerância e repressão das festas religiosas no século XIX. Sobre o tema, ver em: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. “Com o Pé sobre um Vulcão”: Africanos Minas, Identidades e a Repressão Antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 2, 2001.

³² Para análise detalhada das obras de Melo Moraes ver: RIBEIRO, Cristina Betioli. Alexandre José de Melo Moraes Filho (1844-1919): A prioridade da contribuição africana na formação da literatura e cultura brasileiras. *Remate de Males*, v. 39, n. 1, p. 423-439, 2019.

Morais Filho inicia a abordagem descrevendo a coroação de um rei rebolo-tundá e termina seu capítulo com os detalhes da coroação de outubro de 1811.

“Aos seis dias do mês de outubro de 1811, nesta capela da Nossa Senhora da Lampadosa, tiveram posse e se coroaram o Rei Caetano Lopes dos Santos, e de Rainha, Maria Joaquina, *ambos de nação Cabundá* (grifos meus), por estarem eleitos ela sua não e por terem licença do Ilmo Sr. Intendente-Geral da Polícia, e para constar-se lhe mandou passar esse termo, no dia mês e ano acima declarado – Padre Tomás Joaquim de Melo, capelão da Irmandade”. (MORAIS FILHO, p. 283)

Maria Joaquina e Caetano Lopes dos Santos, tomavam posse e eram coroados “rainha” e “rei” da Irmandade de Nossa Senhora da Lampadosa em seis de outubro de 1811. A coroação deles foi motivo para muita festa, atraindo africanos, nascidos no Brasil, cativos e/ou libertos, remontando uma tradição africana no Rio de Janeiro. A leitura da documentação extraída acima permite perceber os sentidos do termo “nação”. Mariza Soares, então, chama atenção para a necessidade de “distinguir o uso do termo “nação” como emblema da identidade de procedência (nação angola, nação mina) e o uso do termo “nação” enquanto emblema de identidade étnica: a nação rebolo-tundá...” (SOARES, 2000, p.189). Assim, ao pensar a Irmandade Nossa Senhora da Lampadosa inserida no contexto do segundo sentido de nação levantado pela historiadora, é possível traçar inserções contrastivas no seio da irmandade³³, a fim de entendê-la como um espaço étnico-cultural. Logo, a análise do documento em questão

³³ Roberto Cardoso de Oliveira debate o conceito de identidade contrastiva que implica a ideia de “nós” diante dos “outros”, esclarecendo que: “a identidade social surge como atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente da grupo social”. R.C. Oliveira, *Identidade, etnia e estrutura social*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1976, p.5. Para mais detalhamento sobre a temática, ver: Mariza de Carvalho Soares “Mina, Angola e Guiné, nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista”. *Revista Tempo*, vol. 3 - nº 6, dezembro de 1998

abre perspectivas para identificação de pequenos grupos, que tendem desaparecer de acordo com a periodização, conforme já debatido anteriormente.

Ao fim, é necessário debater a coroação de reis negros na Irmandade Nossa Senhora da Lampadosa em 1811, sob a égide da cultura e relações de poder que continha. Conforme descrito anteriormente, o Rio de Janeiro oitocentista contou com o tráfico intensivo de Africanos Ocidentais. Logo, pensar em culturas africanas na Corte é pensar, por vezes, especialmente nas centro-africanas.

Estas deram contribuição cultural significativa às coroações de reis negros. Assim, munido de estudos-chave no que diz respeito ao rei congo, é válido abrir parênteses para localizar a presença do catolicismo negro na África. De acordo com John Thornton, autor fundamental para a temática, o catolicismo africano, sobretudo na região do Congo, pode ser entendido como uma leitura do catolicismo europeu sob viés da cosmogonia bantu, ou seja, caracteriza-se pela possibilidade de “incorporação de ritos e símbolos de outras culturas, mas utilizando seus próprios códigos culturais e aceitando aqueles como se fossem verdadeiramente seus (THORNTON, 1984, p.147 *apud* MATTOS, 2006, p.103).³⁴ Partindo desse princípio, Marina de Mello e Souza enxerga **que** a proliferação das coroações de rei congo no século XIX deu-se em razão do significado duplo que tal reino teve. Duplo porque foi de suma importância tanto para os senhores coloniais quanto para os escravizados da África Centro-Occidental. Logo, tal familiaridade, explicada por Thornton a partir da ideia de “catolicismo africa-

³⁴ Segundo Jhon Thornton, o “catolicismo africano” marcou presença no reino do congo antes do tráfico atlântico para a então colônia portuguesa. Ver: THORNTON, John. The development of an african catholic church in the kingdom of Kongo, 1491-1750. In: Journal of African History, 25, Printed in Great Britain, 1984, p.147-167; A África e os africanos na formação do mundo atlântico. RJ: Elsevier, 2004.

no”, tornou-se crucial para a construção de identidades, sendo estas reproduzidas a partir dos reinados negros realizados nas frestas das irmandades religiosas.³⁵

Ao buscar difundir a fé católica na África, os sacerdotes encontraram dificuldades, à exceção do reino do Congo³⁶, onde os principais chefes aceitaram o batismo a partir de 1491 adotando, então, o catolicismo como religião do poder central, todavia, sem abandonar as crenças ancestrais. O período de governo de Mbemba Nzinga (1507-1542), batizado com o nome de Afonso, considerou-se o maior momento de força do reino do Congo. Assim, o então D. Afonso I ficou conhecido como o mais importante rei católico do Congo, mantendo relações estreitas com D. João II e D. Manuel I de Portugal, apoiando, então, a disseminação “catolicismo negro” (SOUZA, 2005, p.84).

Logo, é possível entender a festa de coroação de reis congo no Brasil como indicador de identidade, expressado nas teatralizações que ocorriam nos festejos³⁷,

³⁵ Historiadora, Marina de Mello e Souza desenvolveu trabalhos-chave para a compreensão das coroações de reis negros, sendo o principal trabalho: SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de rei congo*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002. Ver também: SOUZA, Marina de Mello. Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. *Afro-Ásia*, n. 28, 2002; Reis do Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Revista de História*, n. 152, p. 79-98, 2005. A autora, ademais, salienta a utilização do termo “rei congo” em letra minúscula, visto que remete à uma ideia de África construída sob olhares do Novo Mundo uma categoria abstrata de conhecimento e não uma descrição da realidade histórica.

³⁶ Lucilene Reginaldo chama atenção para a fragmentação do antigo reino do Congo e seus impactos no “catolicismo negro”. Segundo a autora: “Após a batalha de Mbwila, em 1665 e a conseqüente fragmentação do antigo reino do Congo, o trabalho dos missionários tornou-se mais difícil naquela região. A marginalização política e religiosa do Congo levou à concentração dos esforços missionários em Angola, sobretudo em Luanda, centro político e administrativo da nova conquista. Embora o Congo continuasse como sede do bispado, desde 1628, o prelado responsável pelo governo da diocese de Congo e Angola passara a residir em Luanda. A jurisdição eclesiástica da diocese foi transferida para capital do Reino de Angola tão somente em 1676.” Em: REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos angolas: irmandades negras, escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas, (Tese de Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP 2005, p.27-28.

³⁷ Sobre detalhes dos festejos ver: LARA, Silvia Hunold. *Significados cruzados: um reinado de congos na*

como demonstram os relatos de Mello Moraes Filho sobre as festas na Nossa Senhora da Lampadosa. Através das danças, estavam simbolizados elementos da formação das identidades nas comunidades que se uniam em torno destes reis, num momento de ruptura do cotidiano e de catalisação de diferentes identidades africanas, diluídas com a escravização e (re)criadas a partir de um campo cultural, mítico. (SOUZA, 2002, p.268). Tal rememoração, mesmo que simbólica, do reino africano católico aqui detalhado, afirmava, de certa forma, uma conexão da África “coberta e descoberta” – como intitulou Robert Slenes – no Brasil a partir das experiências do tráfico atlântico e da escravidão, indicando identidades que mesmo com traços católicos remetiam às origens africanas, criando laços étnicos a partir da organização das irmandades negras.

Conclusão

Mediante o que foi exposto, torna-se notório que o chamado “catolicismo negro” realizado nas Irmandades era bem diferente do “catolicismo africano” desenvolvido no Reino do Congo; fora reinventado. As raízes culturais centro-ocidentais eram visíveis com a teatralização dos festejos, permitindo que as origens africanas fossem cultuadas entrelaçadas às práticas tradicionais católicas. Dessa forma, as festas de coroações de reis da Irmandade Nossa Senhora da Lampadosa contribuíram para consolidar as identidades negras da comunidade. Ao pensarmos no contexto do século XIX, as irmandades desempenhavam um papel de extrema importância para a desintegração do escravismo a partir das redes de sociabilidades étnicas, a integração entre escravizados e libertos, as negociações cotidianas e os festejos que ligavam o sagrado e o profano.

Bahia setentista. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios da história social da cultura*. Editora UNICAMP, 2001.

Por fim, é possível chegar à conclusão de que pensar a relação religião-etnia é mais complexo que parece. Em um contexto escravista, a religião não poderia existir em um vazio. Existia, então, pressionada por toda a estrutura escravista, que também era extremamente complexa e multifacetada, já que os africanos, fossem eles libertos ou escravizados, viviam sob identidades étnicas que os entrelaçavam a partir da religiosidade; ou vice-versa. Dessa forma, hoje, as chamadas congadas representam uma cultura de diáspora, proveniente de uma continuidade do século XIX, por meio da ideia e reinvenção da vida a partir do coletivo. Mesmo em espaço-temporal diferente, o objetivo é similar: reinventar-se!

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT): Chancelaria da Ordem de Cristo - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Lampadosa, 1767.

Arquivo Nacional: Mesa de Consciência e Ordens, Irmandades do Rio de Janeiro.

Biblioteca Nacional: II-34,28,017 - Manuscrito Representação dos devotos de Santo Antônio dos Pobres da capela de Nossa Senhora da Lampadosa a S.M. solicitando auxílio para festejarem seu padroeiro.

Livro de Irmandades da Freguesia da Sé – Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ)

MORAES FILHO, Melo. **Festas e tradições populares do Brasil**. H. Garnier, 1901.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1999.

BARTH, Frederik. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa. 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão da Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DAVIS, N.Z. **Culturas do povo: Sociedade e cultura no início da França Moderna**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1990.

DE CRAEMER, Willy; VANSINA, Jan; FOX, Renée C. Religious movements in Central Africa: a theoretical study. **Comparative studies in society and history**, v. 18, n. 4, p. 458-475, 1976.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII**. Niterói. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2008.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **No labirinto das nações: africanos e identidade no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 19, p. 81-106, 2012.

HALL, Gwendolyn Midlo. Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.6, n.10, p.29-70. 2005.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

_____. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. *História Revista*, v. 15, n. 2, p. 257-283, 2010.

LARA, Silvia Hunold. Significados cruzados: um reinado de congos na Bahia setentista. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios da história social da cultura**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2001.

MACHADO, Maria Helena. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 8, n. 16, 143-160, 1998.

MATTOS, Regiane Augusto de. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)**. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2009.

MILLER, Joseph C. Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a escravização na África e face à escravidão no Brasil. **Revista de História**, n. 164, p. 17-64, 2011.

MINTZ, Sidney Wilfred; PRICE, Richard. **The birth of African-American culture: An anthropological perspective**. Beacon Press, 1992.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo. Pioneira. 1976.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. Irmandades Negras: **Outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)**. São Paulo: ANNABLUME, 2002.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. Lá vem meu parente: **As irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco. (Século XVIII)**. São Paulo: ANNABLUME, 2002

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos angolas: irmandades negras, escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. Campinas, (Tese de Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, 2005.

REIS, João J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo. Companhia das Letras, 1991.

_____. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.7-33. 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Cristina Betioli. Alexandre José de Melo Moraes Filho (1844-1919): A prioridade da contribuição africana na formação da literatura e cultura brasileiras. **Remate de Males**, v. 39, n. 1, p. 423-439, 2019.

SLENES, Robert W. Malungu Ngoma vem! A África coberta e descoberta do [no] Brasil. **Revista USP**, n.12, dez.-fev., p.48-67. 1991-1992.

_____. ***Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*** – 2ª edição – Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2011.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. "Com o Pé sobre um Vulcão": Africanos Minas, Identidades e a Repressão Antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 2, 2001.

SOARES, Mariza de Carvalho. A nação que se tem e a terra de onde se vem. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 26, mai-ago, 303-330, 2004.

_____. **Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

_____. Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista. **Tempo**, Vol. 3 nº6, 1998.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de rei congo**, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

_____. Reis do Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. **Revista de História**, n. 152, p. 79-98, 2005.

_____. Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. **Afro-Ásia**, n. 28, 2002

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário: desvendando traços de reminiscências entorno da Estrada de Ferro de Bragança-PA

Bruno Rafael do Amparo Ribeiro*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p383-413

Resumo: O artigo tem como escopo fazer uma discussão acerca de como foram construídos os traços de reminiscências, cuja construção deu-se no espaço temporal da saudosa Estrada de Ferro de Bragança. Assim, busca-se compreender como as memórias históricas cristalizaram-se por meio do cotidiano desses personagens que compõem o romance, os quais eram migrantes nordestinos, fugidos das elevadas secas do Canindé-Ce, com destino a viverem uma nova etapa da vida nas colônias agrícolas bragantinas. Por conseguinte, o arcabouço teórico-metodológico do presente trabalho pauta-se em uma análise historiográfica do romance ficcional Candunga (1954), de autoria de Bruno de Menezes, tendo em vista que a fonte histórica é o principal pilar de nossa temática. A partir dessa fonte é possível fazer um debate entre História e Literatura presentes na obra analisada. Destarte, espera-se atingir os resultados esperados, começando pela busca da valorização dos trabalhos de autores que escrevem sobre a realidade amazônica, para que haja uma problematização em relação à ausência da produção de trabalhos acadêmicos, que permeiam os diálogos entre História e Literatura numa perspectiva regional. Assim, busca-se compreender como esses escritos são importantes para entender as dinâmicas sociais, políticas, econômicas, culturais, e, também, verificar um processo intenso de migração e colonização na Amazônia nesse recorte histórico da década de 1950.

Palavras-chave: Candunga; História e Literatura; Migração; Reminiscências.

* Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará. Email: brunnoraffael646@gmail.com

Introdução

A temática abordada é de grande valia no campo da História e Literatura. Duas vertentes que o autor Bruno de Menezes priorizou trabalhar em seu Romance Candunga (1954), o qual é de característica ficcional. Porém, o autor busca demonstrar as realidades por meio de denúncias sobre o panorama da situação em que viviam migrantes nordestinos nos núcleos agrícolas da zona bragantina.

Bruno de Menezes vivencia o século XX, sua obra está enquadrada na década de 1950, onde nesse recorte histórico havia uma política de migração e colonização, em que o poder público buscava incentivar muitos a migrarem para a região amazônica, no caso do romance, é abordado essa presença de migrantes que circulavam na Estrada de Ferro de Bragança, ou seja, nesse espaço foram construídas reminiscências e o objetivo de nossa pesquisa é discuti-las tendo por base a análise historiográfica.

O suporte teórico-metodológico do artigo é construído por meio de uma análise historiográfica do Romance Candunga de Bruno de Menezes, em que a fonte histórica é o principal pilar desta pesquisa, por meio dela é possível entrelaçar um debate entre História e Literatura, para então compreender como as reminiscências se construíram em meio às vivências dos personagens da narrativa.

A pesquisa surge de uma inquietação enquanto historiador em formação, tendo em vista que as gerações da atualidade não conhecem de fato as produções históricas e literárias da realidade amazônica, e a obra analisada demonstra o contexto regional da sociedade paraense. O autor, em forma de romance, usa a História e a Literatura como válvula de escape para evidenciar denúncias como:

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

prostituição, impactos ambientais, regime de “servidão”¹ em consonância da opressão do sistema capitalista e drama dos migrantes nordestinos no Estado do Pará.

O autor Bruno de Menezes acompanha de perto o drama vivenciado por esses migrantes nordestinos em Bragança-Pará. Por conta disso, ele escreve em um contexto histórico delicado. Neste período, o romancista José Américo de Almeida colocava severos atos do Ministério de Viação, período em que os Estados federativos tinham interventores militares, os quais eram nomeados pelo presidente revolucionário, que estava acoplado de poderes discricionários. A esse respeito, Bruno de Menezes que atuava nos setores de migração designado pelo Governo Interventorial procura colocar em xeque os problemas decorrentes da criação de Colônias Agrícolas Modelos (MENEZES, 1993, p.90).

A pesquisa ainda está em andamento, pois, há um caminho extenso para se percorrer em relação ao estímulo da produção de trabalhos que valorizem a região amazônica, sendo necessário esse exercício de escrita e leitura do que já foi produzido por literatos e historiadores paraenses. É importante desconstruir essa visão pautada em escritos de dimensão europeia e focar na realidade em que estamos inseridos, pois a obra de Bruno de Menezes está calcada na história vista de baixo, não desfavorecendo o que se produz na Europa, mas começar a pensar nas possibilidades de ampliar as pesquisas regionais em escala nacional.

¹ O termo “servidão” é uma analogia ao período do Feudalismo imbricado na Idade Média, em que os servos são aqueles que trabalham somente para os seus senhores. Essa questão acontecia com os migrantes nordestinos presos aos trabalhos nas colônias agrícolas que serviam “os senhores da terra” como Bruno de Menezes afirmava.

Alguns traços biográficos de Bruno de Menezes e um debate das interfaces entre História e Literatura

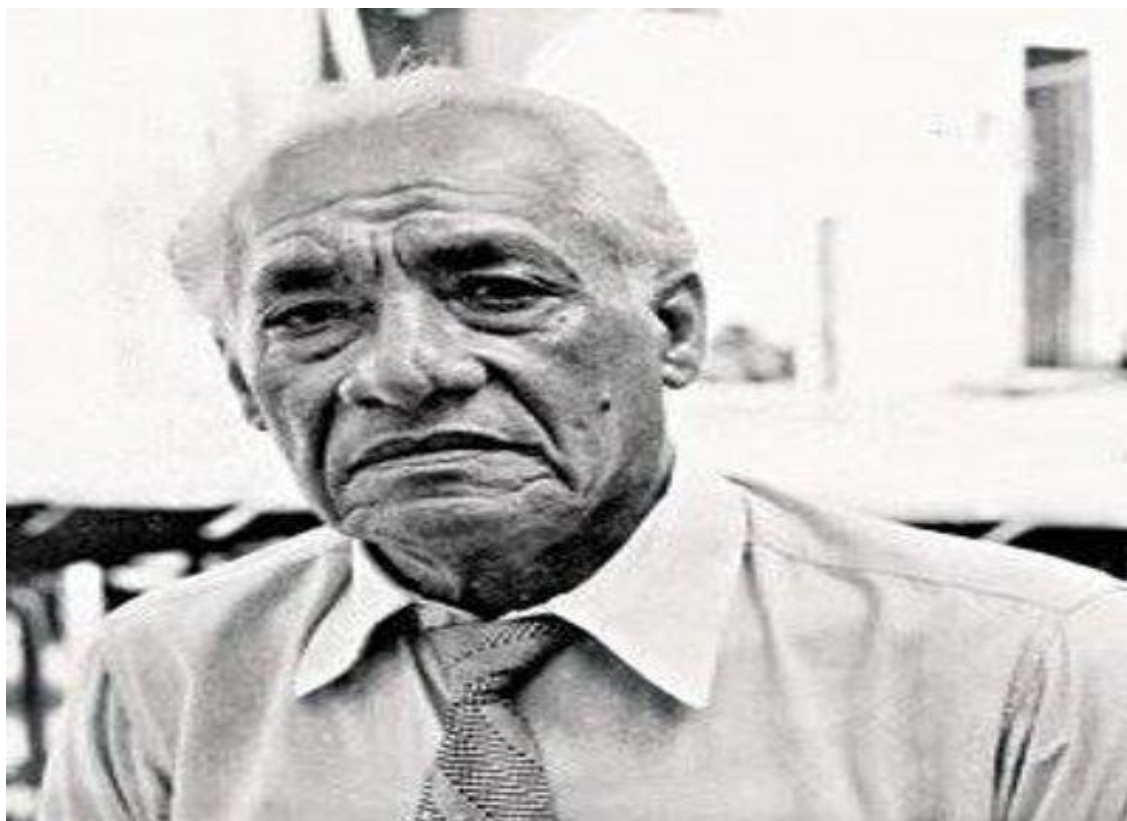


Imagem 01: Literato Bruno de Menezes. Fonte: <https://www.escritas.org/pt/bio/bruno-de-menezes>.

Bento Bruno de Menezes Costa nasceu em Belém do Pará, no Bairro Jurunas, em 21 de março de 1893. Na vida literária adotou o nome civil de Bruno de Menezes. Seus pais chamavam-se Dionísio Cavalcante de Menezes e Maria Balbina Menezes. Bruno de Menezes durante sua vida fez o curso primário no Grupo Escolar de José Veríssimo. No que concerne a sua fase infantil, ele engajou-se como aprendiz de encadernador com seu companheiro de trabalho Tó Teixeira, conseqüentemente, é nesse espaço da oficina que vemos como Bruno de Menezes adentrou ao mundo da Literatura, debruçando-se na leitura de livros literários que havia no ambiente em que

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

trabalhava².

No decorrer de sua vida atuou como funcionário público estadual. O próprio exercia a função no Tesouro do Estado e nos decorridos anos atuou na Secretaria de Agricultura. Nesse sentido, podemos ver o apreço de Bruno de Menezes em seguir na linha da doutrina cooperativista. O escritor teve um cargo elevado de Diretor do Departamento Estadual de Cooperativismo. Aposentou-se com o referido cargo em 1955. Deste modo, Bruno de Menezes fez parte da segunda geração modernista paraense, o qual foi iniciado em São Paulo durante a Semana de Arte Moderna, conforme o depoimento de Joaquim, considerado historiador do Modernismo do Norte e do Nordeste, fica entendido que Belém do Pará foi a terceira capital a aderir o Modernismo no Brasil³.

Bruno de Menezes publicou um total de seis obras: Poesia; Folclore; Estudo Literário; Ficção, além da produção de dezenas de poesias esparsas e variadas, temáticas sobre a perspectiva do folclore paraense e cooperativismo, os quais foram publicados em jornais e revistas. É necessário aqui salientar que a “modernidade” do caráter de Bruno de Menezes engajava-se com o seu famoso poema Arte Nova, que continha o seguinte verso “Eu quero uma Arte Original”, ou seja, o escritor revela o seu anseio por mudanças da renovação da poesia⁴.

² Dados fornecidos pela família de Bruno de Menezes, que por meio dessa singela homenagem destaca algumas notas biográficas sobre a vida do autor, encontrada na página 11 do livro analisado.

³ Informações concedidas pela família de Bruno de Menezes, os quais em forma de uma homenagem bibliográfica relatam sobre a vida e obra do autor, conteúdo, também, encontrado na página 11 do livro pesquisado.

⁴ Dados fornecidos pela família de Bruno de Menezes, por meio desta singela homenagem, mencionando algumas notas biográficas sobre a vida do autor, contida na página 12 do livro analisado e nas considerações feitas por MENDES a respeito de MENEZES, 1993, p.09.

Destaca-se aqui a prosa de ficção, em que Bruno de Menezes escreve Maria Dagmar, Novela (1950), e Candunga, Romance (1954). O romance Candunga como já foi elencado, teve sua publicação em 1954 nas oficinas gráficas de José Hermógenes Barras, este que prestou serviços importantes à cultura paraense. O romance é fruto da realidade amazônica. O autor Bruno de Menezes escolheu no início da produção de sua obra o tema flagelados, mas depois mudou para Candunga, a narrativa está dividida em 23 capítulos envolventes⁵.

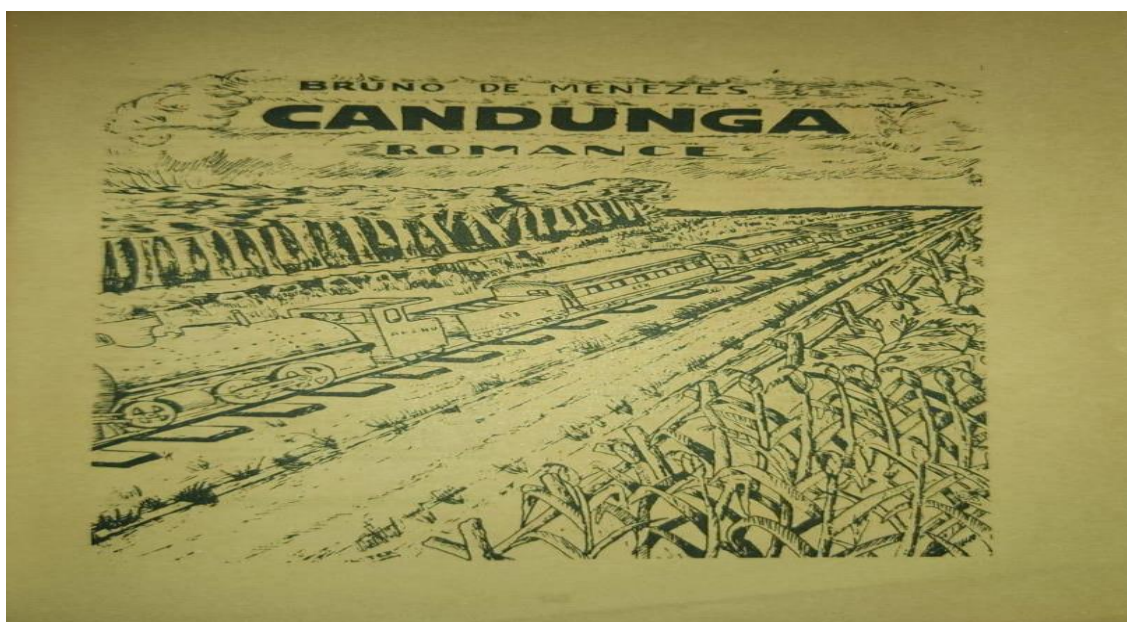


Imagem 02: Capa do Romance Candunga Fonte: Ribeiro, 2021.

A imagem da capa do livro Candunga de Bruno de Menezes é instigante, no sentido de sinalizar para os leitores sobre o contexto histórico desse cenário ficcional, isso é perceptível quando o escritor coloca na capa desenhos do trem que passava ao lado das plantações. Esse dado mostra que a estrada de ferro circulava em frente aos núcleos agrícolas. Além de destacar essa questão, ele designou para o subtítulo da

⁵ Considerações feitas por CHAVES a respeito de MENEZES, 1993, p.16.

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

obra assim: “Cenas das migrações nordestinas na zona bragantina”, colocando na capa uma espécie de impacto visual, para o leitor imaginar como os migrantes nordestinos viviam e construíam técnicas de sobrevivência nesses espaços agrícolas.

O ano de 1920 foi marcado por desdobramentos, no que concerne a militância política e literária que eram características de Bruno de Menezes, tendo em vista a sua experiência com o Anarquismo e a sua inserção no universo das letras, construiu-se uma convicção de compreensão da lógica do Modernismo, a qual se pretendia construir na Amazônia. A partir desse evento é possível verificar a presença dos vários grupos de intelectuais presentes no cenário paraense nas primeiras décadas do século XX (FIGUEIREDO, 2019, p.75).

Um adendo a ser salientado aqui, é perceber como a figura de Bruno de Menezes aflorava-se em uma militância política, em uma revolução e na chamada rebeldia estética durante o seu contato com o Anarquismo, o que nos mostra que Bruno de Menezes é um revolucionário, pois lutava contra a opressão de um sistema capitalista.

Os chamados “ismos” invadem o território paraense nos anos de 1920. Nessa efervescência de manifestos artísticos e literários, os quais são identificados de Sindicalismo, Anarquismo, Socialismo e Comunismo, associados ao Ultraísmo e Futurismo. Esses manifestos em seio paraense eram como uma preparação, que culminaria na eclosão do evento paulista em 1922, o qual se chamou de Semana de Arte Moderna, mas é preciso entender que esse evento não criou o Modernismo em território brasileiro, mas o evento ajudou a disseminá-lo (FIGUEIREDO, 2016, p.140).

Quando pretendeu abandonar o verossímil, a fábula foi um dos mecanismos que serviram para fortalecer ainda mais seus laços com a história, fazendo multiplicar

as notações concretas que sustentam a ficção, visto que a própria tem o peso da realidade, o que acarreta na produção de uma ilusão referencial. Na história de Barthes é possível fazer um contraste desse efeito literário, a qual é primordial da forma estética realista, ou seja, a narrativa de Barthes diz que, “ter-estado-aí” das coisas é um princípio suficiente da palavra, no entanto, “ter-estado-aí”, significa um “real concreto” (CHARTIER, 2009, p.28). É importante também ampliar a nossa visão quando o autor Roger Chartier demonstra o elo existente entre História, Literatura e a Filosofia na história de Barthes, isto é, essa narrativa tem o mecanismo condutor da verdade que compõe a história.

O autor Machado de Assis desenvolve uma estratégia metodológica de dependentes, um dos princípios de sua arte literária, criando assim, personagens fictícios com vários diálogos. Nesta linha de pensamento temos como exemplo o personagem José Dias, pertencente ao romance do ficcionista Memórias Póstumas de Brás Cubas. A partir da análise da obra, é notável que os narradores parecessem estar expressando somente aquilo que é considerado rigorosamente compatível com as expectativas dos leitores (CHALOUB, 2003, p. 56). Tão importante é a visão de Sidney Chaloub ao analisar a produção literária de Machado de Assis historiador, pois evidencia que ele realiza com sucesso seu objetivo ao dizer verdades sobre o quadro histórico da sociedade brasileira no contexto do século XIX, usando como artifício a História e a Literatura.

A Literatura de certa forma favorece o exercício do historiador, ou seja, por meio da fonte literária o pesquisador do campo historiográfico poderá adentrar ao mundo da ficção, sendo possível enxergar pistas que outras fontes não poderiam lhe complementar, pois essas fontes são de acesso da Literatura (PESAVENTO, 2006, p. 06). Em vista disso, a composição de um texto literário é a base que sustenta o olhar

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

desse historiador, o que facilita a sua interpretação sobre as fontes literárias.

O historiador busca apontar a veracidade dos fatos tendo por base as fontes documentais, que para ele é como estar em campo seguro, no entanto, o literato se prende em analisar narrativas ficcionais, mas que fique claro que esse literato não tem como objetivo comprovar a veracidade dos fatos, para isso o escritor usa busca incorporar os dados, com o propósito de causar uma sensação de verificação no âmbito ficcional (ANDRADE; SILVA, 2015, p.107). Resumindo, as produções historiográficas e literárias têm seus discursos respaldados no campo da realidade, e também é importante destacar que existem diferenças nas composições do texto histórico e literário.

Quando se planeja fazer um debate interdisciplinar mais aprofundado entre História e Literatura, é necessário estimular a imaginação do historiador, para o mesmo construir caminhos de desenvolvimento da sua criatividade e inovação literária. Dessa forma, esse processo é importante no que concerne a uma desconstrução de um único discurso da historiografia, é necessário que o historiador busque incorporar imagens com consciência e ao mesmo tempo formar um discurso “sem culpa”, a partir dessas imagens, para que possa ter um acesso livre na dimensão literária, pois a História pode ser uma ciência, mas também pode ser uma arte (BARROS, 2010, p.20).

O autor José D’Assunção Barros traz reflexões importantes sobre o elo entre a História e a Literatura. Salienta que a Literatura é um campo de estudo que desperta a imaginação e a criatividade do historiador, pois o historiador em seu ofício está imerso no exercício de fontes históricas que buscam uma seriedade, mas ao usar a arte literária é possível inserir uma suavidade com o trato dos fatos.

Um debate historiográfico acerca da Estrada de Ferro de Bragança presente na Obra Candunga

É necessário de antemão fazer um balanço historiográfico acerca de autores que pesquisam sobre a Estrada de Ferro de Bragança. Dessa forma, de maneira alguma impede que se construa aqui um debate em outros anos subsequentes, em que houve projeção de diversos acontecimentos em torno da Estrada de Ferro de Bragança Pará.

O literato Bruno de Menezes em seu Romance Candunga busca centralizar a história da região bragantina no cenário da história do Pará. Nessa perspectiva da Estrada de Ferro de Bragança, apresentava-se imbuída de uma política agrária, que queria legitimar as Colônias Agrícolas Modelos. Em vista disso, para sustentar essa prática colocavam rígidos trabalhos para esses agricultores, sejam os paraenses, sejam os migrantes da nação brasileira e os estrangeiros. É nítido que essa política agrária estava fragilizada, por isso convocava essa mão de obra, como foi o caso da família cearense de Francisco Gonzaga e de outras famílias nordestinas, que foram atraídas pelas propagandas, que visavam atrair um excedente populacional (FELIX, 2016, p.136).

A Estrada de Ferro de Bragança surge durante o período histórico em que se tinha a primitiva Capitania de Álvaro de Sousa, o qual era filho de Gaspar de Sousa. Assim, é válido mencionar que ao instalar a promissora colônia agrícola Benevides, que era fruto de planejamento do Governo da época, isso acarretou em uma necessidade emergente da construção dessa ferrovia, que estava acoplada em dois sentidos pertinentes, o social e o econômico, em que se abriram caminhos proporcionais para fundarem os núcleos agrícolas populacionais, e também acelerar

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

os interesses desses comércios e da lavoura bragantina (CRUZ, 1995, 64).

É importante entender como a Estrada de Ferro de Bragança foi embrionada, projetada e quais as suas ideologias. Ficam nítidos que os motivos são econômicos, mas também sociais, visto que temos as dinâmicas desses agentes sociais envolvidos nesse processo histórico, que se pretendia, por meio da promissora instalação, criar uma espécie de “válvula” de escoamento para a capital paraense, a qual seria abastecida pelos excedentes agrícolas produzidos na região bragantina. Por esse ângulo, é importante compreender, que a primeira colônia construída foi a colônia Benevides. Construção essa complexa, devido a fatores que comprometeram a demora de sua instalação, como, por exemplo, as matas fechadas e abundantes nessa região que dificultavam a abertura e a demarcação dessas terras.



Imagem 03: Mapa da Antiga Estrada de Ferro Belém-Bragança

Fonte: <https://rotaturisticabelembreganca.wordpress.com/antiga-estrada-de-ferro-belem-braganca/>.

A imagem ilustrada é sobre o mapa da Antiga Estrada de Ferro de Bragança, a qual ilustra a rota turística Belém-Bragança. Ela é importante por mostrar como se dava a circulação dessa ferrovia, e como estão as suas estações na atualidade, contemplando todos os aspectos de funcionamento da ferrovia, para entendermos que esses eram os caminhos percorridos pela Estrada de Ferro de Bragança que é o cenário formidável presente na narrativa Candunga de Bruno de Menezes.

O ano de 1883 é um marco significativo que dá início a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança, nesse cenário histórico vivenciava-se, também, a chamada *Belle époque* nessa região paraense, em que estava ocorrendo transformações e embelezamento nos meio urbanos, a idealização se dava aos moldes europeizados,

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

que tinha como intuito modernizar Belém do Pará. Tudo isso devido à máquina de poder que girava em torno do *boom* da borracha, que foi um fato histórico primordial para compreender a lógica da construção dessa ferrovia (QUARESMA, 2016, p.29).

No recorte temporal de 1883, pode-se compreender como a Estrada de Ferro de Belém-Bragança de fato é construída, e como ela estava imbricada no período da *Belle époque*. Tinha-se nesse período histórico uma elite branca sustentada pelo capital, cuja acumulação dava-se pelo aceleração da borracha. Nesta perspectiva, é possível compreender a lógica de usar esse dinheiro no processo de transformações urbanas da capital paraense.

Na extensão territorial do Brasil, há uma elevada demanda do chamado capitalismo inglês, permeado no recorte histórico de 1850, em que começa um processo de início das primeiras linhas ferroviárias, que eram pensadas e instaladas por empresas de cunho particular. O Estado paraense importou e usufruiu de uma tecnologia inglesa. Nesse ponto, é importante destacar que nos anos de 1970 do século XIX principia-se o andamento dos projetos e os trechos ferroviários começam a ser de fato idealizado, o que também abriu possibilidades na abertura e expansão da colonização, criação de vilas e zonas agrícolas (RODRIGUES, 2017, p.113).

Diante disso, é necessário entender que as linhas ferroviárias eram arquitetadas aos moldes europeus e o Estado do Pará alimentou-se de certa forma dessa tecnologia. No entanto, essa perspectiva influenciou nos andamentos de projetos que visavam à instalação da ferrovia, a qual prometia ser promissora, no sentido de ramificar a economia em larga escala, abrindo caminhos, colonizando os interiores e alocando migrantes para ser mão de obra nesses assentamentos agrícolas.

Muitos migrantes cearenses vivenciavam um sistema de “servidão” no pleito da região amazônica. Nesse ínterim, é importante que seja entendido que houve no cenário histórico brasileiro uma luta de posse do Acre, em que esses migrantes “convertidos” na figura de seringueiros caíam na teia do aviamento, para assim inserir nesse regime alguns brasileiros e bolivianos atraídos por propagandas forjadas pela mídia, os seringalistas não estavam preocupados com a saúde e remuneração desses trabalhadores, mas, sim, no alcance de seus lucros que eram obtidos pela labuta dessas pessoas na extração do látex, a intenção dos seringalistas era inserir somente os mais aptos para os conflitos neste período de posse do Acre (KLEIN, 2018, p.158-159).

Esse ato da elite seringalista foi radical, pois isso era uma prática que não valorizava o trabalhador enquanto ser humano, como se fosse uma armadilha que aprisionava esses migrantes, que além de trabalharem nos seringais, era colocado para atuar nos conflitos. É válido pontuar, dentro desse contexto, que no momento de escolher pessoas para ficarem na linha de frente dos combates, era feita uma espécie de seleção. A escolha era feita tendo por base em colocar indivíduos que não apresentassem doenças e defeitos físicos, para que eles ficassem nos combates e os que apresentassem qualquer dano físico ficavam somente na extração do látex.

É pertinente também salientar essa relação da Estrada de Ferro de Bragança no Governo de Augusto Montenegro que administrava o Estado do Pará.

Foi no último ano do governo de Augusto Montenegro que as obras da ferrovia avançaram com maior velocidade na direção de Bragança, alcançando a cidade em abril de 1908 e inaugurada em maio do mesmo ano. Estava concluído o eixo de convergência ao qual ligavam os núcleos populacionais existentes na zona de produção de alimentos para o abastecimento da capital e seus seringais. Tais núcleos correspondem aos resultados das tentativas de

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

instalação de colônias agrícolas com a introdução de imigrantes estrangeiros, além daqueles núcleos historicamente erguidos com vistas ao desenvolvimento dos empreendimentos coloniais. Todavia, era de origem nordestina e paraense a maior parte dos trabalhadores localizados nas colônias criadas para a instalação dos europeus (LEANDRO; SILVA, 2013, p.21).

O Governo de Augusto Montenegro permitiu que as obras da ferrovia fossem disseminadas em rápido tempo na cidade de Bragança. Essa conquista deu-se em abril de 1908, isso foi uma inovação, pois se inaugurou um eixo que permitia a interligação entre os núcleos coloniais, de um lado a Bragança, cidade que fazia o abastecimento da capital paraense e que fazia o abastecimento aos seringais. Esse processo é fruto de planejamentos anteriores que pretendiam instalar colônias agrícolas, objetivando colocar nesses núcleos imigrantes estrangeiros, mas a grande maioria de trabalhadores eram de migrantes nordestinos e paraenses.

Havia, durante esse contexto da década de 1950, um projeto de colonização complexo para ser inserido nas terras da Amazônia. No entanto, havia a problemática que era a falta de mão de obra para ocupar esses espaços. Desta maneira, traziam-se levadas de trabalhadores nordestinos, os quais habitavam os núcleos coloniais dos Estados do Pará e do Amazonas. É válido ressaltar que não havia preocupação com o meio ambiente, o que ocasionou em grandes impactos ambientais (FELIX, 2016, p.56).

Em detrimento de um projeto colonizador, pode-se perceber que a estrada de ferro não estava calcada somente na questão política, econômica e social, mas também na questão ambiental. A natureza nesse cenário não foi valorizada e seus recursos começaram a se esgotar. Faz-se necessário compreender que nesse período do século XIX e da primeira metade do século XX esse jogo de atores políticos com projetos direcionados para expansão capitalista, que tinha como alvo braços de trabalhadores nordestinos, que não conheciam a fauna e flora da Amazônia.

As principais reminiscências desvendadas no Romance Candunga

Para compreender a forma como as reminiscências foram construídas através das vivências dos personagens do Romance, analisado nesses espaços das colônias agrícolas, pode-se aqui delimitar três principais reminiscências encontradas durante a leitura do Romance estudado, que no decorrer da temática serão discutidas. Deste modo, é importante conhecer as características peculiares de cada personagem.

Francisco Gonzaga é um cearense de 60 anos de idade e é padrinho de Antônio Candunga. Já o personagem Antônio Candunga é afilhado de Francisco Gonzaga, que é considerado o “herói” do romance. A personagem Tereza Rosa, é uma jovem mãe, casada com Francisco Gonzaga, os quais tiveram duas filhas chamadas Ana e Josefa, duas moças que atraíam olhares devido aos seus traços de beleza da mulher nordestina.

A personagem Maria Assunção é a agregada da família, a qual ficou morando com eles devido ao falecimento de sua mãe. Assunção passou a ser considerado como membro da família, algo que a impulsionou a migrar para o Pará. João Deodato é um personagem que durante a narrativa vai guiar a família cearense em direção aos lotes agrícolas. No entanto, também existiam os personagens que diziam serem chefes das colônias agrícolas, estes são comerciantes, os quais detinham controle sobre o monopólio comercial desses espaços agrícolas, esses personagens eram João Portuga, Salomão Abdala e Minervino Piauí.

O personagem Romário Sérgio, alcunhado de Doutor Romário, era formado em Engenharia Agrônoma, foi chefiado para fiscalizar o núcleo colonial agrícola. Em vista disso, pode-se afirmar que o personagem representa os anseios de Bruno de Menezes na luta contra o sistema capitalista opressor. Finalizando a descrição acerca

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

dos personagens principais da narrativa, também existia a personagem Rosinha, cuja história está pautada em negociações com João Portuga, nessa prática de inserção de trabalhos com prostituições.

No que concerne o campo temático da memória, é importante pontuar como a memória se consolida através dos habitantes de uma cidade, para assim, perceberem em seus aspectos físicos sobre a construção de experiências de vida, as passagens na cidade, os passeios, as idas às feiras da cidade, dentre outras vivências (ORIÁ, 1997, p. 139). Assim sendo, essa memória é um fator revelador a respeito dessa sucessão das gerações passadas com sua temporalidade histórica, sem esses fatores a população urbana não conseguirá compreender o fundo histórico do ambiente citadino, ou seja, entender como esses espaços urbanos foram construídos pelos seres humanos.

A memória se constrói também na estrutura familiar durante a fase importante da vida que é a infância. Na casa dos recém-casados, por exemplo, os traços de memórias são analisados ao visualizar o número de janelas, as quais dão de frente para o movimento das ruas. Na conversa em frente da casa que ultrapassava o horário de dormir, pois não existia aquela preocupação com o isolamento social. Por conta dos constantes assaltos, às famílias preocupam-se em colocar cercas elétricas nos muros para preservar a sua privacidade (BOSI, 2010, p.436). A memória também é desenvolvida no quintal da casa, em que as crianças brincam e divertem-se, um espaço de lembranças que vem à tona na velhice, a história oral é um mecanismo que pode revelar, por meio das falas dos anciãos os tipos de brincadeiras no espaço do quintal.

Diante do exposto, é interessante levar em consideração que a cidade em seus espaços detém memórias históricas, ou seja, tanto a história como a memória se

configuram como uma narrativa do passado que se reflete em sua ausência, reconfigurando uma temporalidade que foi escoada, nesse sentido, é importante salientar que o passado não é irrecuperável, onde através do campo imaginário se faz presente ao espírito, nessa leitura de verificação dos discursos e imagens (PESAVENTO, 2008, p.04). Portanto, a cidade é permeada pela história e memória, sendo sempre ponto de referência, pois se algum espaço da cidade sofrer degradação, ele deixa as marcas reprodutoras de identidades.

Muitos cearenses em Canindé-CE estavam enfrentando elevadas secas, não se plantava mais nada, a falta de água era a grande problemática. Portanto, a família de Candunga, sonhava em conhecer o Pará, para mudar suas vidas. Eles tinham o apoio da Prefeitura Municipal e embarcam em direção ao porto de Belém, os mesmos conhecem as mangueiras de Belém que sombreiam a cidade, observam a negritude do céu que anunciava a formação das fortes chuvas, mas seu destino de trabalho localizava-se em Bragança-PA.

O destino de trabalhos dos migrantes nordestinos estava nos núcleos coloniais da zona bragantina. Nesse sentido, essas famílias pegaram a locomotiva “Peixe-Boi”, uma das linhas férreas que circulava entre os interiores até a capital paraense. Esta, que compõe o expresso, levou os novos labutadores para trabalhar na prática de agricultura na zona bragantina. O trem a todo vapor seguiu viagem até chegar à noite, em que o maquinista fez a parada para o descanso, para poder receber a lenha, tomar água e descarregar os retirantes (MENEZES, 1993, p.109).

Nota-se durante o desenvolver da narrativa um sofrimento enfrentado por esses migrantes, carregando lenha em plena chuva para os vagões, no entanto, o maquinista ofereceu um agrado para quem se dispusesse a carregar as lenhas, foi

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

nesse episódio que quase Candunga falece, pois surgiu um obstáculo, o qual adveio da chuva, momento em que os personagens caíram e voltaram somente com a roupa do corpo, então passando a noite cansativa, é que a prole de Candunga chegou aos terrenos bragantinos.

Parecia que esses personagens do enredo estavam perdidos em relação ao seu destino de trabalho. Isso é perceptível com o personagem Gonzaga, pois ele não sabia a localização do sítio em que estava. Em seu pensamento estava o nome Bragança, onde se tinha uma miragem dos migrantes nordestinos, respondia que queria trabalhar nesse local, o mesmo ainda relembra o seu cotidiano de vida, que ele chamava de agreste Canindé, local em que praticava a agricultura e relembrava muitas atribulações vividas em Canindé (MENEZES, 1993, p.115). Concernente a isso, pode-se perceber que nesses espaços, muitos nordestinos estavam perdidos, por estarem em uma região que não tinham conhecimento de como era a dinâmica da cidade de Bragança-PA.

Sendo assim, esses migrantes recém-chegados começaram a conhecer a vila bragantina e os ditos “coronéis” João Portuga, Salomão Abdala e Minervino Piauí, que monopolizavam a economia do povoado. Para sobreviverem os trabalhadores abriram créditos com os “donos” das colônias e a garantia de pagamento em seus comércios seria as produções agrícolas dos seus roçados, isso fez com que houvesse garantia da sobrevivência da família de Gonzaga (MENEZES, 1993, p. 115).

Francisco Gonzaga e Antônio Candunga, sem saber, são submetidos a uma espécie de “servidão”, para atender aos anseios dos “coronéis”, pois em troca da colheita não iriam receber salários, apenas iriam pagar suas contas, tendo em vistas que os comerciantes tinham um caderno específico com as parcelas de dívidas desses

colonos e da família de Gonzaga, que só se multiplicavam, pois fica evidente que na hora da colheita quem faz os preços são esses comerciantes.

O lote agrícola que foi direcionado para os trabalhos da família de Gonzaga eram antigos terrenos já ocupados, era difícil para eles, pois ficava distante da vila em que sua família estava instalada, tinham ferramentas desproporcionais para um trabalho rigoroso (MENEZES, 1993, p.119). Francisco Gonzaga e Candunga estavam trabalhando para suprir as necessidades, principalmente, a alimentação. Pois eram responsáveis pelo sustento de sua família, de sua esposa Tereza Rosa, suas filhas Ana e Josefa e a agregada da família.

Nesse cenário narrativo pode-se falar de uma reminiscência desvendada que foi a questão dos impactos ambientais, em consonância da abertura de matas e queimadas para introdução da plantação agrícola, esses migrantes precisavam dessa troca de negociações com os comerciantes para, então, sobreviverem na zona bragantina, como o literato Bruno de Menezes destaca:

Acamada e seca a derrubada, os dois retirantes, desvairados na sua ambição, descuidam-se na abertura de aceiros, para evitar o contacto das chamas com a mata circunvizinha. E no dia em que, como trágicos demônios, pegam fogo no roçado, não têm a preocupação de “cercar” o fogaréu (MENEZES, 1993, p.120).

Bruno de Menezes aborda uma reminiscência, a qual foi à questão do impacto ambiental ocasionada no terreno agrícola, que estava na responsabilidade de Candunga e Gonzaga. O local serviria para plantarem suas roças, para assim pagar as suas dívidas no comércio de João Portuga. Assim, neste contexto, o inesperado acontece. O lote agrícola é tomado pelas bravas chamas do fogo, a causa do incêndio

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

foi porque esses cearenses não tiveram preocupação em impedir que o fogo se espalhasse aos arredores.

Os personagens Candunga e Gonzaga depararam-se com as chamas que se alastravam. A notícia logo chegou ao povoado da vila bragantina, era um risco porque o fogo poderia incendiar os lotes circunvizinhos, esses personagens não sabiam apagar de uma vez o fogo, as pessoas que presenciaram essa situação não tinham ação, os mesmos começaram a rezar para Deus mandar um manancial de chuvas iguais ao que eles presenciaram na chegada à cidade de Belém, olhando para o ponto escuro no céu, vêem que o fogo não é um castigo divino, e suas preces pareciam ter surtido efeitos, pois de repente cai um manancial de água que apaga o intenso fogo (MENEZES, 1993, p.121-122).

Esse episódio de queimadas foi causado por migrantes cearenses agricultores, no caso, Francisco Gonzaga e Antônio Candunga que estavam se preparando para plantar as culturas do milho, feijão, arroz, dentre outros. É válido lembrar que eles residiam no terreno agrícola, enquanto Ana, Josefa, Tereza e Assunção residiam na vila. Em certa ocasião, Gonzaga pede para Candunga buscá-las, apesar de Ana e Josefa não estarem satisfeitas com o trabalho pesado no roçado.

Portanto, durante a época de safra dos produtos agrícolas, o personagem João Portuga resolve vistoriar as terras de Gonzaga, com a intenção de encontrar as moças sozinhas, já que conhecia os hábitos rurais dos trabalhadores nordestinos, ao chegar à alocação onde estavam as moças, ele bate palmas e quando as enxerga começa a lançar propostas para elas voltarem para a vila, afirmando que as formas físicas das moças estavam diferentes e que na vila elas estavam com uma boa aparência (MENEZES, 1993, p.127).

Quando o personagem João Portuga alcança seu objetivo de levar as filhas de Francisco Gonzaga para residir em sua casa na vila bragantina, essa insistência por parte desse personagem revela o lado obscuro da prostituição que as moças jovens estão adentrando, não somente Ana e Josefa, mas também muitas mulheres que entram nesse mundo, muitas vezes, pelas propostas de dinheiros, como Bruno de Menezes destaca essa questão logo abaixo:

Certa noite de bródio alegre, numa pensão mundana, das tantas que fazem a vida noturna de Belém, a dona da casa, que sabia como Portuga aumentava o dinheiro, do prestígio que desfrutava entre os funcionários e repartições fiscalizadoras, quer da União, do Estado ou do Município, muitos deles participantes habituais de suas terras, Rosinha resolve propor-lhe um negócio. Vez em quando, ela viajava para a Estrada de Ferro de Bragança, no seu comércio de conseguir “pequenas novas” para sortir a pensão. Preferia as do interior, porque constituíam “novidades” para os freguezes já pouco entusiasmados pelas raparigas que vinham de outros Estados, muito “artistas” e profissionalizadas (MENEZES, 1993, p.150).

Mediante a isso, Bruno de Menezes destaca a personagem Rosinha, que é caracterizada no romance como uma mulher formosa, envolta de jóias, tendo uma vida de luxúria em Belém do Pará. Rosinha deslocava-se de Belém para o interior bragantino, atrás de moças que viviam nos núcleos coloniais para serem objetos de prostituição em Belém. Sendo assim, Rosinha abre um diálogo com Portuga, para ele utilizar a mesma tática que ela usava na capital paraense, com objetivo de atrair muitos clientes em seu estabelecimento.

Para a atração da clientela a personagem Rosinha modifica o ambiente da pensão de João Portuga, que manda vasculhar e limpar esse espaço, também dispõe de forma diferente a cama e outros móveis. No cenário dos quartos da pensão começa a colocar certos retratos de artistas e famosos, como uma espécie de um

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

cinema libertino, tudo se transforma em um quarto alegre e convidativo, diferente daquela pensão escura e abafada (MENEZES, 1993, p.152).

É notável que a personagem Rosinha para atrair clientes para a pensão de João Portuga, traz toda sua experiência adquirida com o trabalho que teve na capital paraense. Percebe-se que a palavra prostituição é pouco mencionada, talvez Bruno de Menezes visse que era um tema muito forte, e por isso usa a ficção e um jeito descontraído para escancarar essa problemática social.

No capítulo XI o literato Bruno de Menezes mostra que Gonzaga tenta trazer suas filhas de volta para o convívio familiar. Pois elas estavam presas nesse ambiente de sedução e prostituição. Sendo assim, a condutora dos negócios que era a personagem Rosinha tenta impedir que as moças cearenses voltem para os roçados, já que havia certos tropeiros interessados nas moças dessa zona bragantina. Muitas vezes, recebiam presentes de seus admiradores, como por exemplo, vidrinhos de extratos baratos, latinhas de vaselina perfumadas, pulseiras de metal falsificado, brincos de ouros verdadeiros, como também Salomão Abdala ofereceu lenços cor de rosa, com flores azuis nas pontas e um casal de pombinhos se beijando para as jovens cearenses (MENEZES, 1993, p.183).

Importante perceber a lógica da prostituição nesses espaços agrícolas, que de acordo com Bruno de Menezes, os tropeiros ofereciam muitos presentes, fatores que impulsionam muitas mulheres a se prostituírem, muitas vezes, algumas não escolhem por opção, mas por serem de baixa renda, encarando, assim, esse ramo da prostituição. Bruno de Menezes denuncia essa questão, que apesar de não ser crime, é uma exploração sexual, o qual ocorria de forma intensa nessas colônias agrícolas.

Outra reminiscência desvendada por meio da leitura do romance é sobre o

regime de “servidão”, que foi acoplado pelos interesses capitalistas em explorar, de certa forma, a mão de obra de trabalhadores nessas colônias agrícolas, Bruno de Menezes coloca essa situação em seu escrito, apresentando um personagem peculiar chamado Romário Sérgio que é agrônomo. Ele luta contra as artimanhas desses comerciantes que diziam ser donos desses terrenos, a fiscalização de Romário Sérgio provocou um intenso conflito com os mesmos que não aceitam as fiscalizações exercidas pelo agrônomo.

O personagem Romário Sérgio entra em cena para fiscalizar os núcleos agrícolas, o próprio contou com alguns homens a seu serviço, como o apoio do prefeito e do setor administrativo da agricultura. João Portuga com seus parceiros vão até o prefeito para tentarem enviar um telegrama a um líder da política do Estado, com o objetivo de difamar o agrônomo. Criando assim, uma situação que retirasse esse profissional do seu posto de fiscal. Sua intenção era acabar com o procedimento marcado pra fazerem a demarcação da colônia e essa distribuição dos lotes aos colonos, pois, sabiam que iriam perder prestígio no controle desses terrenos que não eram de seus direitos, muito menos legalizados (MENEZES, 1993, p.141).

Em vista disso, pode-se dizer que a figura de Romário Sérgio representa a resistência da luta contra a política de migração e colonização, os quais projetavam falsas propagandas de atração dessa massa de nordestinos. Ao saírem de suas terras natais, essa população estava ciente que teria direito a terra e salários para mudança de suas vidas, só que na leitura do romance vê-se outra realidade. Vê-se um povo oprimido e explorado pelos “coronéis” que representam uma elite.

No capítulo IV nota-se que a plantação agrícola está fluindo como o esperado, o arroz amarelando os cachos, o extenso milharal com as espigas fartas, o mandiocal

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

com esperança de farturas, o jerimum, o maxixe e a batata doce, segundo Bruno de Menezes, não iria demorar a ser colhido, o mês de maio era o período de colheita desses produtos agrícolas (MENEZES, 1993, p.145). Por esses e outros motivos, a leitura do Romance Candunga é tão interessante, pois faz envolver-nos nesse cenário, principalmente, compreender quais eram os produtos agrícolas tradicionais que eram produzidos em Bragança e escoados para a capital paraense.

Romário Sérgio em suas inspeções mostrava como os colonos deviam agir contra os grandes comerciantes, tanto é que João Portuga, Salomão Abdala, e os agentes da capital não se conformam. Romário Sérgio dizia aos agricultores sobre as vantagens da valorização da safra e a suposta oportunidade de abandono. Daí por diante, as transações que envolvem a troca, vai dar uma noção para selecionar de maneira adequada as sementes, e poderão plantar sem pagar ou devolver algo a ninguém, alguns cedem à proposta do engenheiro, já outros ficam com dúvidas, como foi o caso de Gonzaga, mas a proposta do engenheiro é relevante, já que, iriam parar com entregas nos comércios desses comerciantes (MENEZES, 1993, p.157).

No decorrer da narrativa, Gonzaga aceita as propostas de Romário Sérgio. Diante disso, eles encontram uma forma para os comerciantes não terem acesso à colheita. Eles, também, avisam Candunga para ficarem atentos na barraca com rifles e cavalos, para não invadirem a propriedade. No capítulo VIII João Portuga e seus parceiros capitalistas, veem que não é fácil lutar contra Romário Sérgio, então planejam tirar a vida de Candunga, para acabar com a parceria estabelecida com o engenheiro (MENEZES, 1993, p.163-165).

Portanto, estes coronéis analisam todo o cotidiano vendo que Candunga e seus companheiros vigiavam a propriedade noite e dia e que Gonzaga fazia companhia

para a mulher e sua cunhada quando anoitecia e seguia para a palhoça em que viviam, sendo assim, Candunga e seus companheiros ouvem os passos dos assaltantes (MENEZES, 1993, p. 166). Resumindo, há uma sequência de tiros, as mulheres escutam esses tiros e deduzem que seja onde Candunga está em seu posto de serviço e Gonzaga vai às pressas ver como está seu afilhado. O tiroteio incessante deixa as mulheres atônitas, Minervino Piauí quer gastar todas as balas, mas sai em retirada e vai se esconder. Diante de toda a confusão, Candunga sai intacto e espera as atribuições de Romário Sérgio sobre o ocorrido (MENEZES, 1993, p.167-168).

No capítulo X podemos ver que a resolução feita por Romário Sérgio para os comerciantes responsabilizarem-se pelo ocorrido, essa notícia é veiculada dentro do povoado, percebe-se que uns ficaram do lado de Romário Sérgio, já outros começavam a criticá-lo, ficando do lado dos salteadores João Portuga e Minervino que segundo eles poderiam mandar nos assentamentos agrícolas (MENEZES, 1993, p. 175). Concernente a isso, fica claro que esses “coronéis” sabiam estavam agindo com imprudência, pois na verdade não seguiam as normas estabelecidas, não tinham direitos nos lotes agrícolas e que os mesmos buscavam sujeitar os migrantes nordestinos na exploração de sua mão de obra.

No capítulo XII, Bruno de Menezes mostra como os dias se passavam para João Portuga, Minervino e seus comparsas no decorrer dos dias referentes à tentativa de homicídio contra a vida de Cadunga. Esses sujeitos supracitados estavam presos no chamado Presídio São José, esses comerciantes eram influentes na economia e na política, conseguiram advogados para seus “habeas-corpus”, os mesmos conseguem pagar as suas fianças. Nesse linear, é notável a fragilidade do sistema de governo, já que João Portuga e Minervino Piauí para saírem da prisão pagam suas fianças e de outros coronéis que estavam reclusos. Tudo isso em um jogo político calcado em

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

interesses, pois esses “coronéis” além de pagarem a fiança buscavam trazer eleitores para fazer contribuições de votos num futuro Partido (MENEZES, 1993, p.91).

Como se observou soltaram os comerciantes com as trocas de favores, o que demonstra a fragilidade da justiça federal. Esta é uma questão denunciada por Bruno de Menezes, a qual se perpetua nos dias atuais. De forma que a impunidade dos setores que deveriam colocar rígidas leis na região, fazem com que essas famílias nordestinas fiquem injustiçadas, mas Bruno de Menezes escancara essa realidade por meio da ficção para suavizar os fatos ditos problemáticos.

O romance é extenso e são muitas as reminiscências construídas em torno dos núcleos coloniais da Estrada de Ferro de Bragança. Muitas experiências nos trilhos de uma estrada que era efervescente. Romário Sérgio e os colonos têm suas vitórias, se livram das “garras” desses “coronéis”, e tem-se a união matrimonial de Assunção com Candunga. Desta maneira, o personagem passa a ter seu próprio ambiente familiar, vivendo no próspero núcleo colonial, onde tudo se transformou. Os colonos agora possuem seus documentos das terras legalizadas, não há lote sem uma barraca regularmente acabada. O núcleo desenvolve-se, como a instalação de postos de saúde, com médicos, enfermeiras, medicamentos, tem também a Escola Reunida com professoras rurais que lecionam para as crianças que vivem no núcleo, além de expansão dos comércios (MENEZES, 1993, 235-236). E a nova colônia pensada por Romário Sérgio levou o nome de Novo Porvir, por causa dos sonhos sempre se realizarem e tendo a esperança de mudanças como tiveram a família de Candunga e dos migrantes cearenses (MENEZES, 1993, p.239).

Até aqui pode-se dizer que a pesquisa se dedicou em apresentar três memórias históricas: A prostituição, os impactos ambientais e o regime de “servidão”

sobre os migrantes nordestinos nos assentamentos agrícolas entorno da Estrada de Ferro de Bragança. Com a leitura do romance, pode-se desvendar essas reminiscências. Levando em consideração que a leitura e interpretação são aspectos que cada indivíduo pode identificar.

Conclusão

Em vista dos argumentos apresentados durante o desenvolvimento do presente artigo, pode-se dizer que a análise historiográfica construída acerca do Romance Candunga foi imprescindível. Ao fazer o manuseio da fonte histórica, que é o principal pilar de nossa temática, foi possível fazer um debate das interfaces entre História e Literatura, as quais são dois campos de estudos explorados pelo literato Bruno de Menezes em sua obra.

Em virtude desse paralelo foi possível desvendar numa forma de mistério, igualmente, quando se acha algum tesouro perdido, alguns traços de reminiscências vividas por essas famílias nordestinas, representadas pela família cearense de Francisco Gonzaga.

Pontua-se que as reminiscências apresentam-se como a questão problema da pesquisa, verificando-se que o objetivo da temática foi alcançado, pois, esses traços de memórias históricas foram discutidos com base na análise historiográfica.

A pesquisa acadêmica ainda está em processo de desenvolvimento, pois, como já foi salientado, há um grande caminho a percorrer no sentido de construir trabalhos e escritos acerca das pesquisas de autores próprios do Estado do Pará, e a obra de Bruno de Menezes chamada Candunga é um escrito próprio da realidade paraense, o qual foi produzido durante a década de 1950, e que nos revelam muitas denúncias dentro do campo social.

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

Concernente a isso, a ficção dentro da corrente literária, aliada a fonte histórica serviu de “suavidade” para escancarar essas problemáticas, as quais se atenuavam no eixo ferroviário de Bragança-PA. Dentro dessas colônias agrícolas em que imperavam os anseios capitalistas, calcados em uma política de migração e colonização, que tentavam “enriquecer” à custa do trabalho desses migrantes nordestinos.

Ademais, por se tratar de uma pesquisa referente a um escrito da realidade do Estado paraense, espera-se como resultados até aqui alcançados, que se abra um leque de novas possibilidades de produção de trabalhos de graduandos, pós-graduandos e futuros pesquisadores para buscarem escreverem sobre a História e Literatura numa perspectiva regional, principalmente, em pesquisar sobre o Romance Candunga que tem um cerne de questões fundamentais a serem pesquisadas e problematizadas. Tendo em vista que há essa ausência da produção dos trabalhos dentro do âmbito acadêmico, com lacunas que precisam ser preenchidas por meio do exercício de pesquisar.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco; SILVA, Thaíse Araújo da. Viva o povo brasileiro: interfaces entre literatura e história. **Litterata: Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões**, v.5, n.2, p. 105-121, 2015.

BARROS, José D' Assunção. História e Literatura - novas relações para os novos tempos. **Revista de artes e humanidades**, n.6, 2010.

BOSI, Eclea. Os espaços da memória. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª ed., 2010.

CHALOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Original em francês - 2007.

CRUZ, Ernesto Horácio da. **A Estrada de Ferro de Bragança**: visão econômica e política. Superintendência do Plano e Valorização Econômica da Amazônia, Sector de Coordenação e Divulgação, 1955.

FELIX, Renan Brígido Nascimento. **“Novo porvir”**: literatura e cooperativismo em Candunga e outros escritos de Bruno de Menezes. 2016. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. RUBRA POESIA - Bruno de Menezes, anarquista, 1913 - 1923. **Asas da Palavra**, v.10, p. 69-77, 2019.

_____. De pinéis e letras: Os manifestos literários e visuais no modernismo amazônico na década de 1920. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.9, n.2, jul. - dez. 2016.

KLEIN, Daniel da Silva. Quando os seringueiros falam: o trabalho nos seringais e convocações para os combates pela posse do Acre no início do século XX. **Territórios e Fronteiras**, v. 11, n. 2, p.152-162, 2018.

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; SILVA, Fábio Carlos da. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v.15, n.2, 2012.

MENEZES, Bruno de. **Obras Completas de Bruno de Menezes**. Belém: Secretária Estadual de Cultura: Conselho Estadual de Cultura, 1993.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**, 11 ed. São Paulo: Contexto, 2009. p.128-148.

PESAVENTO, Sandra Jatthy et al. **História & literatura**: uma velha-nova história. Nuevo mundo mundos nuevos, n. 6-2006, 2006.

_____. **História, memória e centralidade Urbana**. Revista Mosaico-Revista de História, v. 1, n. 1, p. 3-12, 2008.

QUARESMA, Luís Augusto Barbosa. **A Estrada de Ferro Belém-Bragança**: para além da Integração (1901 - 1908). 2016, 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade da Amazônia, 2016.

RODRIGUES, Dário Benedito. Ao apito do trem: uma história da extinta Estrada de

O Romance Candunga e a sua importância no campo histórico e literário

Ferro de Bragança. In: SARUIS, Blanco Giovanni (Org.). **Estrada de Ferro de Bragança: memória social e patrimônio cultural: coletânea de artigos**. Belém: IPHAN-PA, 2017. p. 111-124.

Retocai o céu de Anil: sintomas do desenvolvimentismo na MPB (1946-1968)

André Luis Carneiro*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p414-440

Resumo: O texto presente soma-se a uma vasta bibliografia acerca do nacionalismo, sua relação com o imaginário popular e, em última instância, com a cultura brasileira. O recorte temporal data do período entre 1946 e 1968, compreendendo sua continuidade com o projeto desenvolvimentista em curso desde os anos de 1930, mas também levando em consideração as rupturas, especialmente após 1964. Os critérios de análise para a cultura de um país periférico são oferecidos por Frantz Fanon em sua obra *Os Condenados da Terra*, e como fonte dos diferentes imaginários nacionais serão elencadas algumas obras da MPB

Palavras-chaves: Desenvolvimentismo; Identidade nacional; Música Popular Brasileira

* Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail para contato: andreluis.carneiro130@gmail.com.

Introdução

Em 2015 Vladimir Safatle escreveu na Folha de São Paulo duras críticas ao estado da música brasileira. O filósofo argumenta que “a ideologia cultural nacional sempre foi, em larga medida, uma ideologia musical” (SAFATLE, 2015, p. 9), aplicando ainda no século XX as estratégias de formação de identidade nacional traçadas no século XIX. Essa lentidão processual seria parte do inócuo desenvolvimento promovido durante a Primeira República. Com os paradigmas da Semana de 22 e o progresso técnico desencadeado em 1930, a música brasileira pode desfrutar de destaque no debate cultural nacional. Seu artigo segue com uma crítica dos momentos pelos quais a música brasileira passou, desde o desenvolvimentismo dos anos 1950 até a decadência neoliberal do século XXI. Na época, o artigo se contrapunha ao argumento de que uma ‘popularização da cultura’ estaria em curso. Safatle declara:

Ultimamente, todas as vezes que se levanta a regressão da qual a música brasileira é objeto se é acusado de elitista. Afinal, tais músicas teriam vindo dos estratos mais pobres da população brasileira. O que se chora seria, na verdade, o fim da dominância cultural da classe média urbana e o advento das classes populares e das classes do Brasil profundo (SAFATLE, 2015, p. 9).

Essa aplicação de “um esquema tosco de luta de classes ao campo da cultura” foi um dos sintomas latentes do oportunismo intelectual do ‘lulismo’ já à beira da falência. No entanto, o autor - provavelmente limitado pelo veículo - não estendeu sua reflexão para o estado da indústria cultural brasileira, a sua lógica produtiva e como ela se relacionava dialeticamente com a identidade nacional daqueles anos. Afinal, aquela cultura criticada por Safatle não era um produto externo às condições materiais e políticas da sociedade brasileira; ela se relacionava intimamente com a hegemonia promulgada pelo período de redemocratização. Não obstante, na primeira temporada do

programa Esquenta! – vitrine dessa dita “arte popular” à época criticada por Safatle – Fernando Henrique Cardoso deu uma entrevista defendendo a descriminalização das drogas, e Lula – no dia 02 de janeiro de 2011, estreia do programa – deu sua primeira entrevista após a sucessão presidencial. Portanto, mesmo em seu pior estado, a música brasileira continua refletindo a realidade nacional.

A indústria cultural seguiu o dinheiro, voltou-se para o campo (leia-se agronegócio) e abriu caminho para o sertanejo universitário. Hoje a música produzida gira majoritariamente em torno do sertanejo universitário, do funk e, sazonalmente, por conta do Carnaval, do samba e do axé. Esse eixo é alimentado por um número de ‘operários da composição’ musical que produzem de modo propriamente capitalista (em massa e de forma alienada) letras e progressões harmônicas genéricas e que podem facilmente se adaptar a qualquer um desses estilos. Safatle, no entanto, ao atacar o débil e oportunista esquema de classes defendido à época, comete um erro de leitura histórica. Reforço que o veículo limitado provavelmente impediu o autor de desenvolver mais linhas sobre o tema, mas não deixa de ser desconcertante a afirmação: “não há arte proletária, cultura proletária (...) pois, como dizia Marx, os proletários são aqueles que não têm religião, Estado, moral (e acrescentaria música, cultura). Por isso, eles são a indicação do que ainda não tem forma nem imagem” (SAFATLE, 2015, p. 9).

Claro, se nos limitarmos ao que a ‘Cultura Oficial do Estado’ ou ao que a produção da indústria cultural tem para nos oferecer, realmente não há espaço para o imaginário proletário. Porém a cultura nacional se relaciona de forma dialética também com os elementos não oficiais. Ou seja: a cultura não é apenas o que está dentro da indústria cultural, mas também o que está na margem, na periferia. Os movimentos contraculturais e de vanguarda também compõem o imaginário cultural de uma na-

ção. Podemos estender a compreensão de 'imaginário nacional' se buscarmos com um olhar crítico as raízes dessa produção periférica. E no caso brasileiro, por se tratar de uma nação à margem do sistema capitalista internacional, o imaginário promovido pela vanguarda e pela contracultura talvez seja ainda mais autêntica do que a "oficial" promovida pela indústria cultural. A origem para a regressão musical apontada pelo autor é fruto de nossa dependência econômica.

Nacionalismo em debate

As eleições de 2022 ocorrerão em meio às celebrações dos 200 anos do grito do Ipiranga. Muito provavelmente temas como independência, soberania, nacionalismo e orgulho patriótico permearão campanhas e debates. A postura vassala do atual presidente da República frente ao império estadunidense e o despreparo da sua diplomacia colocaram a imagem do Brasil em muitas situações vexaminosas já nos primeiros meses de mandato. No entanto, uma pesquisa Datafolha, realizada entre 04 e 05 de setembro de 2019, mostrou que 72% dos brasileiros têm orgulho da sua nacionalidade. Ainda que longe do ápice registrado ao fim de 2010 (89%), o Brasil vem apresentando uma subida nos índices de orgulho nacional desde a decadência de junho de 2017 (50%). Mesmo assim, nenhum analista sente-se confortável em afirmar que o povo brasileiro é nacionalista. Cabe perguntar: o que é o nacionalismo? Qual o seu papel histórico na fundação de Estados-nação? O que esses conceitos significam para a periferia capitalista? Partindo da compreensão de que a nacionalidade se manifesta como um 'artefato cultural', resultado "do cruzamento complexo de forças históricas", Benedict Anderson questionou como esses artefatos tornaram-se uma entidade histórica, a transformação de seus significados no tempo e como "inspiram uma legitimidade tão profunda" (ANDERSON, 1990, p. 13). Sob uma perspectiva antropológica, Anderson entende que o nacionalismo tem uma forte relação com conceitos li-

gados à família e à religião. Conclui que as nações são ‘comunidades imaginadas’, distintas; não como propôs Ernest Gellner, entre “autênticas” ou “falsificadas”, mas distintas por estilos de imaginação (ANDERSON, 1990, pp. 13-14). Imaginadas, porém, de forma limitada: por fronteiras e pela alteridade. Imaginadas como soberana: após a devassa do direito divino promovida pelo Iluminismo, a legitimidade depende da vontade dos associados à “fé” nacional, do povo. Por fim, imaginadas como comunidade: a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal, fraternidade que torna possível que milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente.

Partindo da chave analítica oferecida por Anderson, o sociólogo Stuart Hall reformula sua questão: como é imaginada a nação moderna? Que estratégias de representação constroem o sentimento comum de pertencimento e identidade nacional? (HALL, 2006). Hall elenca cinco elementos principais, a saber, 1) **A narrativa da nação**: como são contados e recontados seu passado, sejam eles históricos ou mitológicos; temas e cenários comuns na historiografia, na literatura, nas mídias e no imaginário popular; 2) **A tradição atemporal**: elementos essenciais do caráter nacional, imutáveis, unificados e contínuos; 3) **A tradição inventada**: a (re)formulação de práticas, rituais e simbologias que busque introduzir novas normas e valores; 4) **O mito fundador**: a História vista de cima; e 5) **O mito popular/folclórico**: a História vista de baixo.

O sociólogo jamaicano entende o nacionalismo como um equilíbrio entre glórias passadas e um impulso por avançar em direção à modernidade. Uma conexão ideológica entre passado, presente e futuro; história e memória, que motivam o desejo de pertencer à comunidade e perpetuar sua herança. Esses cinco elementos coincidem com os critérios oferecidos por Eric Hobsbawm para a associação de indivíduos

enquanto nação e sua decisão de formar um Estado baseado nesse conceito. O primeiro critério é o da história institucional-cultural dos letrados, ou seja, as histórias das elites. Nelas os povos remontam suas tradições mais remotas e encontram (ou fabricam) algo que lhes dê o mínimo de coesão e coerência. Sejam os antigos Estados-nação, os antigos reinos ou mesmo os antigos impérios (HOBSEBWM, 2017, p. 141). O segundo critério é o princípio de alteridade que operava na lógica de antítese; se os antigos Estados se afirmavam na *haute culture*, as identidades regionais se afirmaram na cultura do *folk*, do povo. No entanto, esse folclore não é político em si. Hobsbawm aponta que “onde não havia argumentos históricos para a unificação (...) esta era, quando possível, formulada como um programa” (HOBSEBWM, 2017, p. 143). O nacionalismo operou como uma ideologia no século XIX, capaz de ocupar as lacunas deixadas pelos programas de cunho revolucionário e os de ordem conservadora. Em muitas ocasiões essa ideologia foi disseminada de cima para baixo; pela iniciativa de um líder aristocrata ou mesmo de um rei, como na Alemanha e na Itália; outras por iniciativas burguesas, como na Tchecoslováquia. Esses processos contaram com “vanguardas nacionalistas” que militaram e fizeram circular os ideais fundadores de suas nações. Hobsbawm atenta para a presença de um estrato social intermediário entre as massas e a burguesia como agentes dessa militância. Por fim, viria a adesão dos trabalhadores e camponeses que, segundo o autor, evitavam pisar fora do “caminho traçado pela elite” (HOBSEBWM, 2017, p. 149).

Eric Hobsbawm afirma que a nação “precisava realmente ser construída”. Por essa necessidade impõe-se o papel crucial das instituições de Estado para organizar as forças produtivas e oferecer, através do sistema educacional, meios de expandir a cultura nacional. Lord Acton, um observador do século XIX, escreveu, em 1862, que “no antigo sistema europeu, os direitos das nacionalidades não eram reconhecidos

pelos governos nem afirmados pelos povos”. A nacionalidade não era uma questão tangenciada pela luta em prol da liberdade: os absolutistas se importavam com o Estado; os liberais, com o indivíduo; igreja e nobreza, com a dinastia. A política girava em torno desses temas, e conceitos como ‘nacionalidade’ ou ‘independência’ jamais eram contemplados (ACTON, 2000, p. 25). O autor relata que o nacionalismo não se tornou apenas um auxiliar revolucionário, mas “sua substância mais efetiva”. Na Revolução Francesa a nacionalidade atuou como fator aglutinador de um povo que havia conquistado a própria soberania (ACTON, 2000, p. 27). A ideia da soberania do povo não controlada pelo passado deu origem à ideia de nacionalidade. Ela brotou da rejeição de duas autoridades: o Estado e o passado (ACTON, 2000, p. 28). Retornando à Stuart Hall, o autor faz três observações que funcionam como balizas para o desenvolvimento das culturas nacionais, a saber, 1) a conquista violenta foi o signo de muitas das unificações nacionais; 2) essas nações sempre vão se constituir de diferentes classes sociais, de grupos étnicos e de gêneros; e 3) a dinâmica de dependência perpetrada pelo sistema colonial e neocolonial criou hegemonias culturais que subjagam culturas periféricas.

Em 2000 Partha Chatterjee afirmava que, após a URSS, o ressurgimento do nacionalismo passou a ser uma ameaça à ‘*pax liberal*’. O autor denuncia a disciplina imposta aos Estados pós-coloniais, em que “desenvolvimento e modernização” transformaram-se em antagonistas do nacionalismo periférico (CHATTERJEE, 2000, p. 227). Na América Latina houve uma ‘esterilização’ dos nacionalismos, que passaram a ser associados às ditaduras de segurança nacional, e, portanto, entendidos como conceito “autoritário”. Líderes anticoloniais que não tiveram sua reputação difamada - como Fidel Castro e Mohammad Mossadegh - ou caíram no ostracismo - o caso de Patrice Lumumba e Thomas Sankara - ou tiveram suas imagens apropriadas às questões

marginais. Como nota Chatterjee, Gandhi virou um símbolo do pacifismo e vegetarianismo, Ho Chi Minh foi apropriado pela Guerra Fria, Nelson Mandela se tornou o campeão da harmonia racial e Ernesto Guevara se transformou em um ícone de rebeldia genérica. Os princípios nacionalistas de independência, soberania e autodeterminação foram rejeitados pela Europa, e suas manifestações na periferia capitalista foram amplamente denunciadas (CHATTERJEE, 2000, p. 228). Nesse contexto hostil ao nacionalismo, Chatterjee cita o êxito de Benedict Anderson em trazer novas questões relevantes ao debate; no entanto, questiona a tese de Anderson no que se refere às “formas modulares” que estruturam um Estado-Nação. Isto é, o formato e a organização de um Estado moderno são impostos por uma lógica de eficiências e prioridades orientadas pela ordem capitalista internacional: “O que lhes resta para imaginar?” (CHATTERJEE, 2000, p. 229). Se criar um Estado-Nação fosse como pintar um quadro, o que foi dado para as periferias foram três cores de giz de cera e um livro de colorir velho.

Como sugere o autor, é fundamental entender o que constitui a identidade de cada nação para além da hegemonia colonial (CHATTERJEE, 2000, p. 230). No caso brasileiro, nos deparamos com uma enorme dificuldade de saber quem somos. Diferente da Índia, da China ou mesmo das nações africanas, o Brasil não possui um passado milenar, pois a “inconveniência histórica” da colonização fez com que, mesmo com o honroso esforço desprendido por vários historiadores, o resgate da memória dos povos indígenas seja uma tarefa árdua e ainda pouco conhecida. Então, o Brasil está aí, beirando os 200 anos e ainda sem muito bem saber quem é; desde a fundação do IHGB os debates sobre as “raízes do Brasil” não cessam. Como dizia Darcy Ribeiro: filho do índio, do negro, do branco; não é branco, não é negro e nem é índio. É um ninguém, um “filho da terra” (RIBEIRO, 1995, p. 128). Envolto nas celebrações do

bicentenário de sua crise existencial, recolhendo os cacos deixados pela pandemia de COVID-19, o Brasil terá de escolher um presidente. Em um país em que a Petrobrás é esquartejada mês após mês pelas vendas ao capital estrangeiro, a Embraer é comprada pela Boeing por um preço similar ao da aquisição do Copacabana Palace à Louis Vuitton, em que a Amazônia é engolida por chamuscas provocadas por latifundiários que almejam aumentar a exportação de suas monoculturas (e tantas outras desgraças que tornam esses exemplos cotidianamente obsoletos), convém superar os inventários das três raças em busca de um passado glorioso. Nosso passado não é glorioso, nós somos o que somos. Nossa “tradição oficial” até hoje tem sido a superexploração, a dependência e a subserviência internacional; não há nada que possa alterar essa História. Todas as bem-intencionadas tentativas de analisar aspectos identitários das nossas questões de origem limitam-se justamente à suas “sequelas” como destino final de seu trabalho; a condição colonial/dependente é um cenário passageiro ou um meio dessas identidades se afirmarem ou resistirem; passam do ponto como um trabalhador cansado que só acorda duas estações depois do seu destino. Portanto, o bicentenário da independência - e sua convergência com o calendário eleitoral - será ocasião de colocar em pauta, não mais de onde viemos, mas para onde vamos. Será possível aspirarmos o posto de Civilização do Terceiro Milênio sem uma indústria nacional de ponta? Será possível sermos soberanos dependendo exclusivamente da exportação de *commodities*? Será possível ser independente dedicando 49% do orçamento do governo federal a juros de dívidas? Será possível sustentar essa vassalagem por mais 200 anos? Será possível solucionar esses problemas sem dar aos trabalhadores maior centralidade na organização das forças produtivas? 2022 dará a chance de pautamos uma revolução à brasileira no debate público; uma revolução que dê motivos e corresponda ao amor já existente em 72% dos brasileiros. Será a oportunidade de inaugurar a Segunda Independência do Brasil. E se não, seja

lá quem for eleito, fará em 1º de janeiro de 2023 mais um juramento vazio, desprovido de compromisso com o Art. 78 da Constituição de 1988, “a união, a integridade e a independência do Brasil” (Brasil, 1988).

Nacionalismo e Cultura em Frantz Fanon

“Nenhuma proclamação da cultura nos eximirá de nossas tarefas fundamentais, que são a libertação do território nacional” (FANON, 1979, p. 196). Nascido na Martinica Francesa, em 1925, Frantz Fanon tornou-se um dos mais influentes pensadores na luta anticolonial. Seu trabalho trouxe uma gigantesca contribuição ao conectar psicologia e filosofia política com uma prática radicalmente revolucionária. Fanon foi um pan-africanista e um marxista-humanista engajado em analisar criticamente as relações entre colonos, colonizadores e colonizados e suas consequências sociais, culturais e psicológicas. Seu primeiro trabalho, intitulado *Ensaio Sobre a Desalienação do Negro* e inspirado na experiência pessoal de Fanon como um doutorando negro de uma universidade francesa, causou impacto. Como sua tese acabou sendo rejeitada, o autor publicou-a como livro. Quando o filósofo e editor francês de esquerda, Francis Jeanson, leu a obra, entrou em contato com Fanon para propor a publicação sob um novo título: *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Este livro discorre sobre a constante reprovação dos negros na sociedade branca francesa, o complexo de inferioridade gerado naqueles homens e mulheres, e como a não integração de negros migrantes tem muitas outras barreiras para além da língua. Em 1953, Frantz Fanon trabalhava no hospital psiquiátrico Blida-Joinville, na Argélia, um ano antes de eclodir a revolução; em 1955, Fanon se juntou à Frente de Libertação Nacional. Acumuladas as missões de tratar de soldados francês e torturados argelinos, o autor decide renunciar ao seu posto no hospital francês e dedicar-se aos esforços de libertação do povo argelino. Nesse contexto escreve *Os Condenados da Terra*, lançado no final de sua vida, em

1961. Esse livro ficou amplamente conhecido no mundo pela defesa do uso da violência como instrumento na luta de libertação. O testemunho do autor, em meio a uma de tantas guerras de descolonização que tomaram o mundo após a 2ª Guerra Mundial, captou com sensibilidade a contradição humana que existia entre colonizadores e colonizados. Essa advocacia da violência fez com que o livro fosse censurado pelo governo francês. Em meio à toda a controvérsia gerada na metrópole, foi o existencialista Jean Paul Sartre quem melhor soube compreender a obra. No prefácio que posteriormente escreveu para o livro, Sartre é categórico: “Esta não é uma obra para franceses”.

Os Condenados da Terra é também um alerta para os percalços do processo de descolonização no contexto de transição do neocolonialismo para a globalização. Destaca-se o capítulo 4 – Sobre a Cultura Nacional – em que Fanon faz uma primorosa análise sobre a evolução e a importância da cultura, da política e da cultura política no convívio e no conflito entre colonizados e colonizadores. Fanon abre esse capítulo anunciando que toda geração tem sua missão histórica: a de seus pais foi debater da forma que puderam, e se seus legados não repercutiram internacionalmente resta entender o motivo; a sua seria regular todas as revoltas (FANON, 1979, p. 171). Em seguida propõe uma análise acerca dos problemas de legitimidade da reivindicação nacional, a qual, uma vez estabelecida entre partido e povo, mobiliza e convida para a ação (FANON, 1979, p. 172). Para enfrentar essa primeira fase da luta nacional, o colonialismo recorre ao economicismo; simula preocupação com a sorte de um povo que julga tão indefeso e de um território que diz ser tão pobre – mas que são fortes e ricos o suficiente para aguentar séculos de exploração –, até perceber que suas reformas não satisfazem as aspirações do povo colonizado. “Vale mais a fome com dignidade que o pão na escravidão”, arremata Fanon (FANON, 1979, p. 173).

O autor identifica uma contradição do discurso colonial: nações coloniais como França, Alemanha e Inglaterra afirmaram-se e tiveram o reconhecimento de suas culturas nacionais, atestando na prática a importância deste conceito para o desenvolvimento; mas (como foi dito posteriormente por Chatterjee), elas denunciam nacionalismos periféricos e, quando superado o fracasso de suas ameaças economicistas, partem para o discurso apocalíptico, prevendo um “retorno da barbárie”. Como toda contradição política, essa não foge à regra quanto a sua utilidade para reforçar o domínio de classe. A complexidade étnica do continente Africano, agravada pela diáspora, faz com que Frantz Fanon considere limitada uma orientação meramente identitária como guia das lutas, levando-as inexoravelmente a um “beco sem saída” (FANON, 1979, p. 178). Assim como um “doisladismo”, que busca dividir erros e acertos entre colonizadores e colonizados, como se ambos estivessem em pé de igualdade na condução de seus destinos (FANON, 1979, p. 181). Esse pensamento é estéril, inócuo, universalista, conciliar, provando-se totalmente inútil quando posto em prática.

Esse fenômeno opera como um recalque político, uma tentativa desesperada de alterar a realidade para acomodar soluções confortáveis. É um “desvio de rota” que, apesar do seu valor pedagógico, prolonga o caminho da revolução. Uma vez completo esse desvio de rota – ou seja, uma vez que a realidade se impôs e nenhuma conciliação foi capaz de solucionar os problemas – resta ao colonizado duas alternativas: resignar-se ou reagir. Fanon afirma que o colonizado começa sua reação redescobrimo seus signos e renegando todos os símbolos e gestos da cultura ocupantes: “Reencontrar o povo é fazer-se árabe, fazer-se o mais indígena possível, o mais irreconhecível, é cortar as asas que se tinha deixado crescer” (FANON, 1979, p. 183). Fanon analisa a cultura colonizada passando por três etapas, da sua evolução até a fase nacional-libertadora (FANON, 1979, p. 185): 1) **Assimilação exterior**: Trata-se da ab-

sorção da cultura dominante. Neste processo o colonizado fetichiza tudo o que lhe é estrangeiro. Não necessariamente com a mesma conotação sexual que Fanon discute em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, ainda que haja um diálogo possível entre os dois, mas certamente como a manifestação de uma idolatria que garante ao colonizado um falso sentimento de pertencimento daquela cultura que não é a sua. É o momento em que o artista colonizado tenta emular o artista colonizador, copiando sua estética, sua temática e o que mais for necessário para que o colonizador lhe garanta reconhecimento; 2) **Recordação interior:** É o processo de imersão do artista colonizado na sua cultura pré-colonial ou naquilo que se tornou periférico após a ocupação. É uma etapa interessante, em que a conexão entre passado e presente ativa a criatividade e gera necessárias discussões sobre identidade e comunidade. No entanto, esse processo pode facilmente entrar em um ciclo vicioso, o que faz com que a metáfora do pântano empregada por Fanon ganhe um outro significado. É fácil ficar preso nessa etapa; como argumentado anteriormente, o Brasil passou por 200 anos de crise existencial tentando elucidar o que constitui sua identidade. Vivemos hoje uma nova fase da afirmação da identidade negra e originária deste país; uma fase em que constatamos avanços consideráveis a nível de debate, porém, a nível prático, restringe-se a meras políticas públicas e a movimentos sociais de pouca eficiência. De todo modo, é o maior avanço desde a afirmação da controversa 'democracia racial' e as teses de Gilberto Freyre dos anos de 1930. A luta anticolonial precisa ser a luta identitária somada à guerra de classes. Frantz Fanon é muito claro ao afirmar que o colonialismo jamais se envergonhará diante de uma cultura estrangeira; portanto a cultura em si não é uma força capaz de conduzir uma luta nacional mas tem a capacidade de evidenciar esse combate (FANON, 1979, p. 185). O autor se opõe enfaticamente às tradições requentadas que em nada conectam-se ao seu povo. Referindo-se às artes plás-

ticas, colonizadas como “reprodução estereotipada”, Fanon antecipou o que Edward Said viria anos mais tarde chamar de ‘orientalismo’ (FANON, 1979, p. 186):

“Só se pode avançar resolutamente quando antes de tudo se toma consciência de sua alienação. Nós absorvemos tudo do outro lado. Mas o outro lado não nos dá nada sem, através de mil rodeios, nos curvar em sua direção (...) Absorver é também, em múltiplos planos, ser absorvido.”(FANON, 1979, p. 188);

e 3) **Agitação exterior:** Por fim, esta etapa se manifesta como a ação do imaginário nacional. O artista colonizado parte para o combate direto com seu colonizador. A imersão na etapa anterior tem o intuito de romper qualquer barreira entre a experiência do artista e de seu povo, fazendo com que nela sua arte emergja diretamente dessa experiência. Porém, mais do que a acusar a exploração – que certamente constitui um estágio importante entre as fases 2 e 3 – Fanon exprime a necessidade de que um autêntico artista nacional ofereça uma perspectiva de futuro. Sua perspicácia deve estar sempre atenta para denunciar o perpetrador da miséria do seu povo; sua criatividade deve oferecer ao seu povo a visão de um novo tempo. O artista, como agente revolucionário, é o mais autorizado para trabalhar com utopias:

“O homem colonizado que escreve para seu povo deve, quando utiliza o passado, fazê-lo com o propósito de abrir o futuro, convidar à ação, fundar a esperança (...) para lhe dar densidade, é preciso participar da ação, engajar-se de corpo e alma no combate nacional.”(FANON, 1979, p. 193).

Portanto, Frantz Fanon compreende que qualquer defesa de uma cultura nacional periférica deve ser uma luta pela libertação nacional, que combine “esforços feitos por um povo no plano do pensamento para descrever, justificar e cantar a ação atra-

vés da qual o povo se constituiu e se manteve” (FANON, 1979, p. 194), orientada pelo ritmo do seu povo, com a constante tarefa de ajudar-lhe a conceber o futuro.

A MPB nos tempos do desenvolvimentismo sob o olhar de Frantz Fanon

Ao propor essa perspectiva de análise, Fanon tinha em mente um país cuja luta de libertação e construção nacional estivesse em curso. Portanto, a evolução das etapas estaria ligada ao avanço do processo histórico. Transpondo essa visão para a História do Brasil, dificilmente encontramos um momento comparável ao que pensava Fanon, mas isso não significa que seus critérios de análise e seu modelo de crítica não se apliquem. Como disse o historiador Marcos Napolitano:

“Num dos países mais ricos em diversidade sonora do mundo (...) dedicar-se à história da música, pensada em diálogo com a história intelectual, social, política e cultural, é dar um passo a mais na compreensão da própria sociedade e suas formas de **auto-representação**.”(NAPOLITANO, 2007, p. 171, grifo nosso).

Por isso o recorte escolhido para este trabalho data do período entre 1946 e 1968. Além de ser um período consagrado na historiografia, trata-se justamente dos anos do chamado desenvolvimentismo. Em maior ou menor grau veremos que elementos de uma sociedade em rápido desenvolvimento permearam as letras de canções populares da época. Para evitar um prolongamento desnecessário vamos elencar um exemplo para cada etapa proposta por Fanon. É importante ter em mente que, a pretexto de ilustração, foram elencados momentos pontuais da carreira dos cantores, compositores e da MPB como um todo, o que não significa que suas propostas artísticas e estéticas não variaram ao longo do tempo. Tão pouco significa propor que a ‘linha evolutiva da MPB’ evoluiu de forma cartesiana e teleológica. A ordem

cronológica dos exemplos mais tem a ver com o caminhar da sociedade brasileira do que um movimento pensado e articulado pelos artistas de então. O corte a partir de 1946 deve-se pelo início de um período de redemocratização pós-guerra, e seu fim em 1968 justifica-se, além do AI-5, pelo marco que representou a prisão de Gilberto Gil e Caetano Veloso, o fim abrupto do projeto tropicalista por conta do exílio dos dois, e o avanço de um modelo de produção fonográfico industrial que resultou no estado atual exposto na introdução do texto.

Farnésio Dutra e Silva ganhou popularidade no final dos anos 1930 interpretando canções estrangeiras na rádio Cruzeiro do Sul, no Rio de Janeiro. Para ganhar credibilidade perante o público adotou o nome artístico de Dick Farney. Cantou nos principais palcos da elite carioca, tal como o Cassino da Urca e o Copacabana Palace. Sua voz imponente servia muito bem para as canções que importavam o estilo do jazz/big band das rádios estadunidenses. Sua canção *Copacabana*, de 1946, é, ainda que com muita ternura, um anúncio turístico:

Existem praias tão lindas, cheias de luz
Nenhuma tem o encanto que tu possuis
Tuas areias
Teu céu tão lindo
Tuas sereias
Sempre sorrindo.
Copacabana, princesinha do mar
Pelas manhãs tu és a vida a cantar
E à tardinha, o sol poente
Deixa sempre uma saudade
Na gente.

É interessante notar que a canção foi lançada no mesmo ano em que se iniciou o governo do General Dutra. Como é conhecido, Dutra proibiu os cassinos, e o Copacabana Palace tornou-se uma grande atração turística e um grande palco para os cantores da época. Essa fase inicial da carreira de Dick Farney estava completamente

submetida aos padrões estéticos do estrangeiro, feita para ecoar nos salões da elite carioca que buscava agradar os turistas e legitimar sua modernidade perante a metrópole capitalista, contratando artistas que almejavam seguir os passos de Carmem Miranda e tornar-se populares internacionalmente. Não lhes ocorria que esta era - e ainda é - reconhecida menos pelo seu talento indiscutível do que pelo exotismo do seu sotaque e da sua estética. Era uma tentativa de emular a *haute culture* moderna, que vinha dos Estados Unidos e fazia o contraste sugerido por Hobsbawm com a cultura do *folk* que emanava dos morros. Já naquela época, as escolas de samba, que tinham apelo popular e compositores com o histórico enraizado na experiência do povo, como Cartola, emplacavam seus primeiros sucessos. Apesar das tentativas de apropriação desde o Estado Novo, o samba ainda tinha um longo caminho para uma ampla aceitação por parte das elites. O samba-canção – experimentado por Farney – ensaiou uma conciliação que era progressivamente rejeitada pela elite. Até que surge, em 1958, João Gilberto com a canção e o posterior disco homônimo *Chega de Saudade*. Com a simplicidade da voz e violão, resgatando a batida do samba na harmonia jazzística de seu violão, João Gilberto – tal qual propõe Fanon – inadvertidamente mergulhou nas raízes da música brasileira e criou um novo horizonte nacional. A música não era mais exclusividade de orquestras e cantores teatrais, com suas vozes imponentes, preenchendo salões da elite brasileira. Era também um elemento das camadas médias, que, por conta do desenvolvimentismo e da industrialização nacional, empilhavam-se em apartamentos, mas que poderiam desfrutar, neste momento, de canções sussurradas sem perturbar os vizinhos. ‘Desafinado’ é um exemplo de como João Gilberto transformou a audição do público sem, como argumentava Theodor Adorno, regredir musicalmente (ADORNO, 1983). Claro, as músicas eram mais simplificadas em termos de arranjo, mas não em relação a sua harmonia:

Se você disser que eu desafino, amor
Saiba que isso em mim provoca imensa dor
Só privilegiados têm ouvido igual ao seu
Eu possuo apenas o que Deus me deu
Se você insiste em classificar
Meu comportamento de antimusical
Eu mesmo mentindo devo argumentar
Que isto é bossa nova, que isto é muito natural
O que você não sabe nem sequer pressente
É que os desafinados também têm um coração

Apesar de não ter nada de desafinado, João Gilberto abriu as portas da arte musical para além do padrão técnico. Em contraste com Farney – que também fez seu sucesso – a Bossa Nova de João Gilberto é até hoje associada à uma época áurea para o Brasil. Esse reconhecimento se dá não apenas pela sua qualidade objetiva, mas por espelhar a então crescente vida urbana do povo brasileiro. Vale lembrar que Juscelino Kubitschek, eleito dois anos antes do lançamento de *Chega de Saudade*, ganhou o apelido de ‘presidente bossa nova’. A conquista da Copa do Mundo de 1958, o advento da Bossa Nova e a inauguração de Brasília deu ao país um ar de modernidade legitimamente brasileira. Como apontou Roberto Schwarz, o Brasil estava ‘irreconhecivelmente inteligente’ (SCHWARZ, 2014, p. 18). Em sua visão “o artista buscaria a sua força e modernidade na etapa presente da vida nacional, e guardaria quanta independência fosse possível em face do aparelho tecnológico e econômico, em última análise sempre orientado pelo inimigo.” (SCHWARZ, 2014, p. 27). O inimigo, no caso, era a burguesia nacional que não soube tirar proveito desse momento em favor de um projeto nacional. Logo ela começaria a se ressentir com a democratização do desenvolvimento brasileiro e da cultura popular. Iniciativas como o MCP em Recife e os CPC’s organizados pela UNE passaram a rivalizar e, muitas vezes, superar a cultura produzida dentro dos círculos tradicionais da elite, que progressivamente aceitavam a

bossa nova. Como recorda Schwarz, “este breve período em que polícia e justiça não estiveram simplesmente a serviço da propriedade as questões de uma cultura verdadeiramente democrática brotaram por todo canto.”(SCHWARZ, 2014, p. 18).

Com a proposta de democratização do desenvolvimento trazida por João Goulart, a juventude engajou-se no projeto de cultura nacional, disputando um modelo de modernidade popular. Nomes como Nelson Werneck Sodré, Carlos Vereza e outros gigantes da cultura brasileira somaram-se ao projeto criado dentro da iniciativa Teatro de Arena. Com o golpe de 1964 a tarefa imediata do CPC transitou dessa formulação de um imaginário nacional popular para a resistência contra a ditadura. Nessa ocasião surge o espetáculo Opinião, e nomes como Nara Leão, Zé Kéti, Capinam, Torquato Neto e Maria Bethânia emergem como vozes de uma geração que era lentamente sufocada pelo pisar do coturno. Por outro lado, a emergência da televisão como um veículo popular condiciona a produção musical a uma lógica cada vez mais industrial. Apesar dos pesares da ditadura, o período entre 1964 e 1969 é marcado pelos festivais, pelos musicais de televisão e pelo surgimento de nomes como Elis Regina, Edu Lobo, Roberto Carlos, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Neste contexto, o paradigma da primeira etapa de Fanon, que buscava emular a estética estrangeira, estava virado de cabeça para baixo. As críticas feitas a quem quer que ousasse ceder à música estrangeira eram severas, o que, no entanto, não impediu que uma invasão acontecesse. A crescente popularidade da Jovem Guarda levou seu show rival, o Fino da Bossa, a reformular o nome para Frente Única da MPB e realizar a infame Marcha Contra a Guitarra Elétrica. No entanto, o imaginário da MPB se afastava da chave de análise proposta anteriormente e a terceira etapa da arte revolucionária de Frantz Fanon tornava-se distante. Na medida em que a invasão estrangeira, a repressão da ditadura e a indústria cultural ganhavam força, as propostas e imaginários de moder-

nidade popular já não competiam em pé de igualdade. Ainda assim é possível elencar um exemplo que se encaixa no paradigma fanoniano. Em maio de 1967, chegou às lojas de discos o álbum *Louvação*, de Gilberto Gil. A terceira música do lado B, Viramundo, parceria de Gil com o poeta mineiro José Carlos Capinam, contém o seguinte trecho:

Sou viramundo virado
Pelo mundo do sertão
Mas inda viro este mundo
Em festa, trabalho e pão
Virado será o mundo
E viramundo verão
O virador deste mundo
Astuto, mau e ladrão
Ser virado pelo mundo
Que virou com certidão
Ainda viro este mundo
Em festa, trabalho e pão

Em poucos versos Gil e Capinam nos oferecem um sopro de esperança, anunciando que os antigos “viradores” do nosso mundo - astutos, maus e ladrões - serão virados novamente por um mundo que, com certidão, se vira em festa, trabalho e pão. O arremato dos versos remete ao lema político “paz, pão e terra”, e, como propôs Fanon, funda uma nova esperança. No entanto, essa música é exceção em seu contexto, que é fortemente marcado por elementos da segunda etapa, tecendo críticas e “resgatando raízes”. No ano seguinte, ‘Edu canta Zumbi’ lança a obra teatral do CPC no mercado fonográfico. Surge também, em 1968, *Tropicália ou Panis Et Circenses*, disco colaborativo idealizado por Caetano Veloso e Gilberto Gil. Essa obra tentou solucionar a contradição entre música popular e cultura de massas, ao mesmo tempo que propunha “domar” as influências estrangeiras e submetê-las a um imaginário de modernidade nacional. A inserção da guitarra elétrica com ritmos tradicionais da música nordestina

e caipira desagradou a esquerda universitária; as performances espalhafatosas e controversas desagradaram a direita. O tropicalismo pretendia ramificar a linha evolutiva da MPB, e, em certa medida conseguiu, mas as possibilidades mais amplas foram abortadas em 1969 com a prisão e posterior exílio de Gil e Caetano.

A repressão da ditadura não só quebrou a evolução orgânica da música popular brasileira e sua importância para a formulação do imaginário nacional, mas também submeteu todos os músicos às vontades da indústria cultural. Esteve representada pelas redes de televisão e pela emergência das gravadoras multinacionais, que adentraram o mercado brasileiro na década de 1960 e 1970. É nesse momento que começa a regressão apontada por Safatle no início deste artigo. Durante a década de 1970 e 1980 sopros de genialidade surgiram; os Novos Baianos, o Clube da Esquina e compositores como Belchior deram sobrevida ao imaginário de modernidade popular pré-68, mas com a geração do Rock Brasil (Paralamas do Sucesso, Legião Urbana, Kid Abelha etc.), a regressão das etapas fanonianas se aprofundou amplamente, e o paradigma musical brasileiro, de modo geral, retornou à primeira etapa, emulando as bandas de *punk* e *new wave* que surgiam do estrangeiro. Somente nos anos de 1990 a música brasileira voltaria a “avançar”. As próprias influências estrangeiras não vinham mais dos grandes nomes do *pop* internacional, mas desses movimentos contraculturais que emergiram dentro da metrópole capitalista.¹ Planet Hemp, O Rappa, Racionais MC, Nação Zumbi e tantos outros souberam mesclar o rap, o reggae e o rock com o samba e o maracatu, criticando a desigualdade social e a violência do neoliberalismo hegemônico. No entanto, nem mesmo esses nomes de enorme talento foram

¹ Um movimento contracultural na metrópole capitalista dispõe de meios materiais que permitem uma maior disseminação da sua voz. Isso significa que, até pelo menos a década de 90, mesmo nomes como Tupac Shakur contavam com gravadoras cujos *rappers* eram também emergentes. Essa definitivamente não era a realidade brasileira. Em todo caso, levariam alguns anos até que essas gravadoras alternativas se tornassem influentes na indústria, tal como a Death Row Records.

capazes de realizar a terceira etapa de Fanon e oferecer à imaginação do público a superação das opressões e mazelas da periferia capitalista e a imagem de um mundo novo e livre. Isso se explica por uma série de razões: em primeiro lugar, como dito anteriormente, Fanon descreve tal esquema visando uma nação em pleno processo de libertação e construção de uma nação nova. Não foi o caso do Brasil nem mesmo durante a redemocratização. Em segundo lugar, nenhum artista tem outra pretensão ao lançar-se em carreira que não seja sobreviver. Inertes nesse moinho industrial muitos dos artistas dessa geração acabaram dragados, esmagados ou escanteados. Nos anos 2000 toda a originalidade das cenas contraculturais foram apropriadas e desfiguradas para consumo massivo por meio das rádios e televisões que permaneceram desde a década de 60 como único palco capaz de conectar o artista ao público e chancelar seu sucesso.

O balanço desses anos é que, apesar dos avanços técnicos, quem dava as cartas e determinava o que seria ouvido pelo povo ainda eram as gravadoras e distribuidoras, como Sony e Warner. O maior nome nacional no mercado à época era (e continua sendo) a Som Livre, que se abriga no guarda-chuva da Globo Organizações e Participações S.A. Ou seja, por meio século o elemento de maior influência na identidade nacional era controlado por empresas multinacionais de capital aberto sem nenhum compromisso com a realidade material do povo brasileiro. Isso não significa dizer que não emergiram artistas do povo ou com apelo popular nesses anos, muito pelo contrário. Mais do que nunca, a música brasileira perdia qualquer resquício de modernidade própria que lhe restava do pré-1968. Na verdade, aquele momento da música brasileira chegou a sofrer uma espécie de mistificação: entre os anos 1980 e 2000 era comum ouvir dos apologistas da regressão musical frases como “esse monte de acorde e palavras difíceis é coisa de Chico Buarque ou de Edu Lobo”. Ao passo que

legitimavam aquela época enquanto geração de ouro, a qualidade da produção musical ficava cada vez mais tosca. Uma tendência da indústria cultural dos anos 2000 foi uma (re)alienação entre compositor e intérprete, e, com isso, a proliferação de artistas sem conteúdo ou mensagem. Até mesmo a ideia de música de protesto parece ter congelado em *covers* de Que País É Esse, ao passo que muitos ignoravam a qualidade da crítica feita apenas 10 anos antes em músicas como Zerovinteum. De resto, emerge da própria indústria cultural uma miríade de axés, funks e pagodes que possuem uma tradição popular remota e um apelo entre o povo, mas que são tão autênticos e comprometidos com o imaginário nacional quanto uma lasanha de microondas é comprometida com a culinária italiana. Seu sentido não é outro senão abastecer o consumismo crescente na economia brasileira.

O que nos traz de volta ao momento criticado por Safatle e apresentado no começo do artigo. Na medida em que o capital no Brasil movia-se do litoral para o interior, o mesmo ocorria com a música. Em 2012 o petróleo despencou 2,35% ao passo que a soja subiu 41%. Ressalto esse ano pois é um marco conhecido do surgimento do sertanejo universitário, que teve a música Ai Se Eu Te Pego como carro chefe. O funk carioca entrou num ponto baixíssimo, em que os produtores nem se davam mais o trabalho de fazer batidas, gravando *loops* de *beatbox* de qualidade questionável. A música paulista respirava com algum frescor graças ao surgimento de nomes como Emicida e Criolo, mas nenhum deles possuía a força, isto é, o dinheiro, que empurrava a música do campo. De 2015 para cá o cenário deixou de ser tão dominado pelo sertanejo universitário graças a uma força que, apesar de reverberar na dita esquerda brasileira, é original da sociologia norte-americana: o identitarismo. Como disse Asad Haider, “a política identitária é um método individualista. Ela é baseada na demanda individual por reconhecimento e toma essa identidade individual como

ponto de partida” (HAIDER, 2019, p. 49). É o que tem dado força para artistas como Anitta, Ludmilla, Pablo Vittar e por um novo frescor na música interiorana com o surgimento do “feminejo”. Esses artistas caminham sob uma linha tênue que ora ofende os padrões da sociedade patriarcal, ora os reforça. Não querem nada além de um lugar ao sol num tempo polarizado, em que a rejeição é tão importante quanto o sucesso. O conflito gerado pela identidade dessas novas personagens da música brasileira não tem nenhuma relação com um projeto de imaginário nacional mais progressivo, nem mesmo de empoderamento feminino ou de representatividade desta ou daquela identidade individual. Trata-se de gerar dividendos para acionistas de gravadoras.

Conclusão

Como dito anteriormente, os exemplos elencados ao longo do texto seguem em ordem cronológica respectiva à produção dos fonogramas e, também em ordem de exemplo, às etapas propostas em *Os Condenados da Terra*. Os quase 20 anos entre Farney e Gil foram elencados pela sua contemporaneidade com o desenvolvimentismo do pós-guerra, momento histórico em que o Brasil – ainda que não nos mesmo termos de Fanon – imaginou um novo horizonte. Contudo, reforço: nem a ‘linha evolutiva da MPB’, nem as fases de Frantz Fanon devem ser encaradas de forma cartesiana ou teleológica. Trata-se de um processo social, e, tal como todo processo social, está sujeito a avanços e retrocessos. Não estando subscrito em um amplo processo de libertação e construção nacional, limitando-se apenas à uma dimensão analítica, esses critérios podem encontrar exemplos de qualquer uma das fases ao longo de toda a História. Não obstante, sua pertinência reside no fato de permitir a definição de conceitos para uma arte libertadora, não no sentido meramente individual, mas num sentido coletivo e, até mesmo, utópico.

Oferecer a imagem de uma utopia já não é uma tarefa simples sob condições normais de temperatura e pressão, quem dirá em um momento cotidianamente distópico da história da humanidade. Para muitos é difícil imaginar um futuro, seja ele qual for, e certamente a indústria cultural é uma das milhares de barreiras erguidas contra as nações periféricas, tal como apontou Chatterjee. Por isso é na periferia que encontraremos um imaginário original, é de lá que vem um sopro de esperança. É comum ouvir versos de poesia *slam* nos trens e metrô das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo. Arrisco dizer que essa é hoje a nossa mais autêntica manifestação de identidade nacional, afinal, é da periferia que sai a imagem de um país periférico como o nosso. Os versos são contundentes, agressivos e sarcásticos, refletindo a contundência, a violência e a ironia da vida cotidiana daqueles que tudo produzem, mas que nada possuem. Um exemplo está disponível pelo coletivo Rimadores de Vagão, que atua no metrô do Rio de Janeiro. O poema *Racismo* dispõe dos seguintes versos:

Ei, viu, mais uma casa caiu.
São milhares sem moradia
E o governo, alguém viu?
Não ligam para os civis,
só se seguir os esquemas
Num país sem pena de morte,
mas que tem a morte sem pena
Dá pena
Moradores sem moradia
A fome matando por dia e
No Brasil, de graça, só a antena
E o sistema? Rouba mais!
Tem mais operação no morro
do que nos hospitais.

Nos versos destacados há uma sucessão de críticas: sobre as pessoas sem casa, ou ainda aquelas que escolhem dormir nas ruas para não precisarem pagar o preço extorsivo do transporte público; ao Estado burguês, que só se faz presente na vida do povo pobre para mantê-lo na linha; ao conglomerado midiático, que oferece antenas de transmissão digital para que o povo não perca as cenas do próximo capítulo da desgraça nacional etc. Os versos seguem por quase 4 minutos, expondo por meio de poesia e atuação a vida de um povo que precisa fingir que está tudo bem para se-

guir em frente, nem que o “em frente” seja apenas a próxima estação. Mas, apesar do talento inquestionável desses e de tantos outros artistas que tecem críticas sobre a miséria brasileira, surge como tarefa histórica dos artistas políticos imaginar uma nova comunidade, uma nova nação. É a tarefa dessa geração de artistas criar o “novo Viramundo”, afinal, a genialidade é a saída criativa em momentos de desespero.

Referências Bibliográficas

ACTON, John Dalber. **Nacionalidade (1862)**: Um Mapa da Questão Nacional. Org. Gopal Balakrishnan, 2000.

ADORNO, Theodor. **O fetichismo na música e a regressão da audição**. In: Textos escolhidos (Os Pensadores) Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas; traduções de José Lino Grünnewald ... [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

CHATTERJEE, Partha. **Comunidade imaginada por quem?** In: Balakrishnan, G. Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2000.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FORMIGONI, Ivan. Preço da soja: comportamento ano a ano no Brasil. **Farmnews**. 02 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/mercado/preco-da-soja/>. Último acesso em: 07/04/2020.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. História e música popular: um mapa de leituras e questões. **Revista de História**, São Paulo, n. 157, pp. 153-171, 2007. Disponível em: <https://revhistoria.usp.br/index.php/edicoes/55-rh-157-v15-55>.

OTIMISMO COM A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS E PESSOAL SEGUEM RECUANDO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, julho de 2019. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/07/08/9e346cb3192dbc15d6f2d8368557c318idc.pdf>. Último acesso em: 06/04/2020.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL EM 2012 CAIU 2,35%, DIZ ANP. Globo **Comunicação e Participações S.A**, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2013. Economia. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/02/producao-de-petroleo-no-brasil-em-2012-caiu-235-diz-anp.html>. Último acesso em: 07/04/2020.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Global, 2015. SAFATLE, Vladimir Pinheiro. O fim da música. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 de outubro de 2015. Ilustrada. Disponível em: <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/235828-o-fim-da-musica.shtml>.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

Las Casas e a escravidão na América Espanhola

Maria Alice Messias
Conforti de Carvalho *

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p441-456

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar a delicada relação do frei dominicano Bartolomé de Las Casas com a escravidão na América Espanhola, mostrando sua transição de um padre-encomendero para um porta-voz da luta pela emancipação indígena nas colônias espanholas e, ao mesmo tempo, a contraditória relação do frade tanto com a escravização destes povos nativos, quanto dos povos africanos. Para isso, o texto será escrito no formato expositivo-argumentativo, provendo uma breve contextualização do momento histórico que leva ao surgimento de Las Casas e sua decisão de passar a defender a “causa indígena”. A parte argumentativa virá a partir do debate por trás da representação da figura de Las Casas, e, até o final do artigo, se mostrará a concepção do autor do presente artigo sobre esta questão, evidenciando que a idealização de uma figura histórica, sobretudo de um eclesiástico em plena América Colonial, acaba por desconsiderar muitos fatores não tão “heroicos”, mas mesmo assim não sem importância.

Palavras-Chave: Las Casas; escravidão; América Espanhola

Introdução

“Os espanhóis não procuram outra coisa senão mandar e ser adorados pelos índios como senhores. (...) Os espanhóis impedem deliberadamente e abertamente que o Evangelho seja ensinado aos índios e que eles se tornem cristãos.” (Las Casas, 1984).

Muito se pode extrair desta citação de Bartolomé de Las Casas retirada de seu livro *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*.

A maneira com que o frade parece separar a si mesmo dos espanhóis não é um posicionamento isolado individual, mas sim explicita a situação em que estava a relação entre Igreja Católica e a Coroa Espanhola na época.

Trabalhando conjuntamente na luta territorial na Península Ibérica contra a expansão islâmica, o Estado percebeu a importância da religião católica para unificar os povos colonizados e assim centralizar sua lealdade à Coroa. Esta lógica foi então aplicada ao Novo Mundo. As duas instituições trabalhavam de tal forma que, segundo PEREZ (1947, p.395), enquanto o poder laico guerreava, o eclesiástico colonizava a terra.

Esta relação, embora de primeiro momento pudesse parecer ser de benefício mútuo, na verdade acaba por ser um empecilho para a Igreja, que, sem condições de fazer missões de evangelização por conta própria, torna-se controlada pela Coroa em um nível discrepante de qualquer outro anteriormente. A Coroa passa a decidir quanto ao envio de religiosos, intercepta a comunicação entre Roma e Índias, paga os salários de eclesiásticos e constrói catedrais, igrejas e mosteiros com os dízimos (BARNADAS, 1984).

Esta submissão involuntária da Igreja chega a um ponto culminante quando ela

Las Casas e a escravidão na América Espanhola

resolve pegar para si a causa indígena, denunciando os atos de crueldade e quase escravidão pelo qual os povos nativos eram submetidos pelos espanhóis nas *encomiendas*¹.

Mas por que, com seu histórico de torturas, teria a Igreja adotado uma causa humanitária como esta?

Possivelmente porque se deu preferência ao envio, para as colônias, de um tipo de frade chamado de “reformado” ou “observante”, que mostrava entusiasmo pela missão de pregação, havia feito votos de pobreza e não tinha pretensões senhoriais (BARNADAS, 1984). Eram padres que não viam os indígenas como ferramentas de trabalho para interesses econômicos.

É neste perfil que se encaixa o padre Antônio de Montesinos, responsável pelo sermão do último domingo de novembro de 1511 e que daria início a esta luta eclesiástica pela causa indígena, além de inspirar o então *encomendero* Bartolomé de Las Casas a eventualmente abrir mão de suas posses e se juntar à causa (BUENO, 1984).

É importante notar, no entanto, que Montesinos, Las Casas, e todos como eles, eram, sobretudo, membros do clero e, como mostra a citação que dá início ao artigo, tinham por objetivo principal não só a libertação indígena contra o sistema abusivo de *encomiendas*, mas também a conversão destes povos nativos à fé cristã.

Isto explica outra razão pela qual a “questão” indígena foi adotada pelos

¹ As *encomiendas* foram direitos temporários de coletar tributos de Índios como recompensa pela conquista (Batchelder, R., & Sanchez, 2013, p. 45). Cada *encomendero* tinha seu número de indígenas que pagavam pelo “serviço” de serem incorporados aos costumes e moldes europeus. O pagamento muitas vezes era por meio do trabalho compulsório, o que colocava os indígenas sob condições análogas a escravidão, submetidos às vontades e maus tratos de seus *encomenderos*.

religiosos: a visão dos nativos como seres puros e intocados pelo mal ou pecado, prontos para serem modelados à religião e ao estilo de vida católico. Como descreve o próprio Las Casas (1984), os índios eram criaturas “dóceis (...)”, muito aptos a receber nossa santa Fé Católica e a serem instruídos em bons e virtuosos costumes.”.

1. O trabalho indígena pelos indígenas e suas variáveis

Ao transacionar de um *encomendero* para um reformista, Las Casas logo começou uma campanha contra os antigos companheiros colonizadores apelando para a Coroa, ferramenta que ele usaria constantemente ao longo de sua vida.

Considerando-se representantes do rei no Novo Mundo, os colonizadores defendiam as *encomiendas* por serem, segundo eles, a melhor forma de conter o instinto animalesco dos índios, enquanto Las Casas e seus companheiros reformistas consideravam que estes na verdade realizavam apenas as próprias vontades e passavam por cima da soberania absoluta da Coroa no território americano, usando do nome do rei para justificar atos de tortura para com os indígenas.

Os reformistas defendiam como alternativa o fim das *encomiendas* e o “uso” dos indígenas pela Coroa espanhola, julgando que esta saberia tratá-los de uma maneira menos cruel e permitiria uma conversão humanizada dos nativos. É importante notar como a total independência dos povos e a devolução de seu território nunca foi uma pauta considerada por estes autodeclarados defensores dos índios. Segundo CASTRO (2007, p.67), o debate era apenas entre o colonialismo dos *encomenderos* ou o imperialismo da Coroa e dos reformistas.

Las Casas também não demonstrava nenhum descontentamento com a exploração das terras e de suas riquezas pela Coroa, muito pelo contrário. Ele chegou a usar como argumento ao rei, em favor do fim das *encomiendas*, o grande benefício

Las Casas e a escravidão na América Espanhola

econômico que se daria se o trabalho indígena fosse usufruído de forma direta pela Coroa.

Las Casas e seus companheiros não pareciam também perceber a violência que a conversão à religião e aos costumes católicos infligia aos nativos, por mais pacífica que se tentasse fazê-la. Em relação a um episódio trágico, em que um grupo de índios cometeu suicídio em massa para que não fossem convertidos, o reformista explicou que isso aconteceu por causa do impacto das atrocidades feitas pelos colonizadores, que os fez associar a crueldade que presenciaram à religião de seus dominadores.

Esta alienação para o fato de que a violência vem em outras formas além da física, (aculturação, exploração de terras etc), bem como sua vontade de “mediar” o interesse dos indígenas com os da Coroa, se tornam peça-chave para entender a contradição existente em Las Casas na sua luta pelos povos do Novo Mundo.

Isto se evidencia no seu “Memorial de Remedios”, de 1516, em que Las Casas apresenta catorze remédios (propostas) para que a Coroa consiga melhorar a situação dos indígenas nas Américas, fazendo exigências como o fim do trabalho *comendero*, seguido de um tempo de descanso para que se tornem mais fortes e mais eficientes para o trabalho (primeiro remédio); e a incorporação efetiva e imutável dos nativos à Coroa como “súditos e vassalos livres” (LAS CASAS, 1984, p. 125).

Em 1518, Las Casas inicia um de seus projetos mais marcantes para sua construção enquanto reformista e “voz dos índios”. O frade propõe à Coroa um plano de colonização de terras indígenas usando apenas fazendeiros castellanos e membros do clero, com a entrada proibida de *encomienderos*, propondo assim um ambiente em que os nativos seriam ensinados a vida rural. Espanhóis, indígenas e

Maria Alice Messias Conforti de Carvalho

dominicanos viveriam, assim, em harmonia. Ele também menciona, como já se deve imaginar, os ganhos econômicos que o projeto trará à Espanha.

O rei lhe concede então uma terra, conhecida como Cumaná, na costa da Venezuela para a realização deste projeto. Mas as coisas logo começam a dar errado quando *encomenderos* da região boicotam o plano de todas as maneiras possíveis, se recusando a ceder seus fazendeiros e invadindo as terras para caçar indígenas com o objetivo de escravizá-los, ajudados por soldados que estavam encarregados de proteger a região. O projeto utópico logo fracassa, com os nativos se rebelando e matando seis pessoas.

Após o fim de Cumaná, Las Casas se mantém recluso durante alguns anos até voltar a público com o notório caso do cacique Enriquillo. Indígena educado em um monastério franciscano, o cacique se rebelou contra o *encomendero* para o qual trabalhava, após este abusar sexualmente de sua esposa. Enriquillo fugiu para as montanhas e lá, junto com cerca de trezentos rebeldes, resistiu durante cerca de treze anos a todos os avanços espanhóis, acabando por desistir por exaustão.

A relação de Las Casas com o caso de novo demonstra seu conturbado vínculo com a defesa dos indígenas. O frade alega ter mantido contato durante cerca de um mês com o cacique e contribuído para sua decisão de se entregar de maneira pacífica. No entanto, de acordo com Castro (2007, p. 94-95), esta correspondência parece ter sido muito mais a serviço próprio e da Igreja, já que Las Casas usou do ocorrido para retratar Enriquillo como um símbolo de gentileza e pacificidade cristã, ignorando sua luta armada contra os colonizadores. Mais uma vez, a figura do indígena é retratada por Las Casas como sujeito passivo, isento de qualquer poder de autodefesa.

Em 1537, Las Casas, impulsionado pelas provocações de *encomienderos* locais,

Las Casas e a escravidão na América Espanhola

começa seu mais novo projeto de conversão de indígenas, em uma área chamada Tuzulután, conhecida como “terra da guerra”. Lentamente, o frade e sua equipe conseguiram, por meio de trocas de presentes e calculados processos de avanço no território, conquistar os caciques da área e convertê-los, bem como seus povos nativos. Ele finalmente consegue levar para a prática sua teoria da colonização “pacífica”.

2. A escravidão africana

Pouco se sabe sobre a posição de Las Casas quanto à escravidão dos africanos. Já em sua época havia intelectuais que debatiam sobre o tema e interpretavam suas inclinações e influências quanto ao tópico.

Entre aproximadamente 1601 e 1615, Herrero y Tordesillas escrevem que Las Casas não só apoiava o tráfico negreiro às Índias, como foi muito influente na decisão, e ainda usou essa influência para avançar o projeto na corte flamenca (SANCHÉZ-GODOY, 2009, p. 4). Já entre 1730 e 1731, o jesuíta Charlevoix oferece uma visão menos acusatória, defendendo que o dominicano possuía um cuidado especial com os indígenas e que por isso fez a sugestão para que os substituíssem por africanos bem como por lavradores (2009, p. 5). Em sua concepção, o foco de Las Casas era a libertação indígena, e não em quem os substituiria.

Essa última concepção parece ser a mais correta ao analisar o Memorial de Remédios, em que o frade escreve, no décimo primeiro remédio, que “em vez dos índios que havia de ter [em] as ditas comunidades, sustente em cada uma vinte negros ou outros escravos nas minas”² (LAS CASAS, 1984, p. 125). Em outro ponto do

² No original: “en lugar de los indios que había de tener [en] las dichas comunidades, sustente en cada una veinte negros o otros esclavos en las minas”

texto, segundo Sánchez-Godoy, Las Casas explicitamente diz que tais escravos podem ser negros ou brancos de Castilla. (SANCHÉZ-GODOY, 2009, p. 77).

Las Casas volta a falar sobre os escravos africanos, de novo em um contexto econômico, criticando o monopólio deste comércio. Ele pede ao rei que qualquer pessoa que more nas Índias tenha o direito de importar escravos negros, assim podendo efetivar seu desejo de povoação e exploração das terras sem o uso de indígenas.

O religioso, até este ponto, parece tratar com total indiferença a situação dos povos africanos escravizados, não sentindo a mesma revolta que o havia feito mudar toda direção de sua vida em relação aos povos nativos. Para muitos, isto pode parecer uma hipocrisia ou no mínimo uma contradição, mas é preciso lembrar-se de Las Casas como um homem do clero e o que isso representa.

Las Casas, como religioso de sua época, acredita nas guerras justas. No direito, como diz Sánchez-Godoy, de “que se pode fazer guerra quando se trata de reinos cristão que tenham caído nas mãos dos pagão e dos hereges para recuperar as províncias que em outro tempo foram de jurisdição cristã.” ³ (2009, p.180). Isto influencia na sua percepção da legitimidade da escravização dos povos africanos, pois acreditava que estes eram muçulmanos que haviam invadido terras originalmente de domínio cristão.

Não só isso. Las Casas chega a descrever os povos africanos como “feras”, bárbaros “Ausentes de razão, de costumes propriamente humanos e de tudo o que

³ No original: “que se puede hacer guerra cuando se trata de reinos cristianos que han caído en manos de lo paganos o de los hereges para recuperar las provincias que en otro tiempo fueron jurisdicción cristiana.”.

Las Casas e a escravidão na América Espanhola

entre os homens se aceita por costume.”⁴ (LAS CASAS, 2000 *apud* SANCHÉZ-GODOY, 2009) . Isto, segundo Sanchéz-Godoy, faz com que o dominicano interprete estes povos como servos por natureza, criaturas inferiores.

Interessante notar como este discurso de Las Casas parece muito com o que seu conhecido inimigo, Juan Ginés de Sepúlveda, usou em seu livro para justificar a exploração dos povos indígenas nas Índias. O próprio Las Casas descreve o acontecimento em seu livro *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*:

“(...) Esse livro continha duas conclusões principais. Uma era que as guerras que foram feitas pelos espanhóis nas Índias, foram justas quanto a causa e ao direito em cujo nome foram movidas, sendo que, de modo geral, essas mesmas guerras podem e devem ser feitas. Outra conclusão era que os índios são obrigados a submeter-se para ser governados pelos espanhóis, como os menos sábios devem submeter-se aos mais prudentes e sábios; e que, se não querem submeter-se, os espanhóis podem mover-lhes guerra.” (Las Casas, 1984, p.116).

Em 1556, no seu primeiro volume da *História das Índias*, Las Casas diz estar arrependido quanto ao que disse no Memorial de Remédios sobre a escravidão africana, por não saber se aqueles que haviam sido capturados e traficados eram realmente frutos de guerras justas. É a primeira vez que mostra algum traço de discordância quanto a escravidão africana. Não como sistema, mas quanto ao modo como foi executada.

Muitos consideram este traço de empatia como reflexo de um encontro que Las Casas teve com o escravo Pedro Carmona. Após ter lhe sido negada a herança que recebeu de seu finado dono e de ter tido sua esposa vendida e separada de si, o

⁴ No original: bárbaros “faltos de razón, de costumbres propiamente humanas y de todo los que entre los hombres se acepta por costumbre”.

Maria Alice Messias Conforti de Carvalho

escravo decide seguir viagem para a Espanha, a fim de conseguir uma Audiência Real e falar diretamente com o rei. Baseado nas próprias anotações de Carmona sobre o ocorrido, há grandes chances de que Las Casas tenha lhe oferecido transporte após ter ouvido sua história. Também pagou a fiança do escravo depois que este foi injustamente preso nas terras europeias.

O instinto de justiça de Las Casas parece então ter funcionado o suficiente para que este simpatizasse com a história de Pedro Carmona e passar a questionar a legitimidade da escravidão de certos africanos. No entanto, tal instinto não era forte o suficiente para que enxergasse problemas no sistema como um todo.

III. LEGADO

Que Las Casas é um dos maiores ícones da “libertação” indígena na América Latina é um fato incontestável. Em seu livro, *Filosofia da Libertação*, Enrique Dussel sugere que o frade é um antecessor da filosofia da libertação conhecida atualmente, citando uma fala sua em que alega que a dominação europeia sobre os povos nativos foi feita através do assassinato dos homens e pela servidão de mulheres e crianças, submetidas a dominação por meio de exploração sexual e assimilação compulsória da cultura europeia (DUSSEL, 1977, p.15 e 16).

No entanto, ao analisar as contribuições de Bartolomé de Las Casas para o debate sobre a escravidão no Novo Mundo, não só a indígena, como em geral, é na realidade difícil encontrar evidências de mudanças efetivas na situação dos escravizados que tenham sido causadas por seu mérito.

Em relação à escravidão africana, por exemplo, como foi dito anteriormente, há alguns teóricos como Herreros y Tordesillas, Charlevoix e Pauw que afirmam com

Las Casas e a escravidão na América Espanhola

segurança que Las Casas foi grande responsável pela vinda de escravos ao Novo Mundo. Herreros y Tordesillas chegou até a insinuar que o frade usou de contatos que possuía para se certificar de que o processo realmente se realizasse (SANCHÉZ-GODOY, 2009, p.4). No entanto, outros teóricos já discordam desta concepção.

Em 1777, o escocês William Robertson, em seu livro “History of America”, aponta que os portugueses já usavam a mão-de-obra escrava muito tempo antes de Las Casas fazer esta sugestão. O próprio Rei Fernando teria autorizado a importação de tais escravos por considerar “que eles são mais fortes que os índios”⁵ (SANCHÉZ-GODOY, 2009, p.7-8). Já em 1801, é publicada a “Apologia de Bartolomé de Las Casas” pelo Abate Grégoire, em que o autor contra argumenta as opiniões de que Las Casas estaria diretamente envolvido com a escravidão africana na América, usando de diversas fontes para mostrar que o envolvimento do frade neste acontecimento não poderia ser possível.

Em relação aos indígenas, pouco foi efetivado para que seu grande objetivo de emancipação indígena fosse cumprido. O que mais impossibilitou esta realização foi a contradição da liberdade dos povos nativos com sua fidelidade à Coroa espanhola e à Igreja. O dominicano não foi capaz de entender que a colonização e a doutrinação são sistemas de opressão por si próprios, que para funcionar precisam muitas vezes da violência exercida pelos *encomenderos* e oficiais espanhóis, que tanto repudiava.

Segundo Castro (2007, p.165), Las Casas também possuía o defeito de querer resolver conflitos menores, como discussões com *encomenderos* e simpatizantes, e deixar que isso o distraísse de finalizar seus maiores projetos.

No entanto, a falha de trazer real mudança para a população indígena não foi

⁵ No original: “que ellos son más fuertes que los índios”.

Maria Alice Messias Conforti de Carvalho

apenas sua, mas um problema estrutural da Coroa de conseguir consolidar suas próprias leis quando estas não iam de acordo com as vontades dos *encomenderos*. A Lei de Burgos foi um exemplo disto. Segundo Castro (2007, p.164):

Em relação a toda a legislação em vigor nas Índias, existia uma relação próxima entre a complexidade da Lei e a ausência de mecanismos para reforçá-la, assim como a indisposição dos espanhóis morando nas colônias em obedecer. Quanto mais complexa e exigente a Lei, mais difícil era impô-la e traduzi-la em termos viáveis. (CASTRO, 2007, P.164) ⁶

Muitos autores enxergam, contudo, uma influência de Las Casas para a criação das Leis Novas, uma das mais importantes legislações em relação aos direitos indígenas. Nela, determinou-se: o fim da escravidão indígena, a pena de morte para aqueles que levam índios livres para fazerem trabalhos de mineração, e, o mais importante, a criação de novas *encomiendas* - condição que foi retirada posteriormente, por medo de uma eventual rebelião (MÉNDEZ, 2009, p.39-45).

Em termos de repercussão, talvez a maior realização de Las Casas tenha sido a publicação de sua *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, que gerou enorme popularidade na Coroa, sobre a situação dos indígenas. Contudo, a obra foi sobretudo usada como arma política pela Coroa para desmoralizar os *encomenderos*, a fim de que eles obedecessem; e também por outros países, para denunciar a Espanha como um país cruel e fazer com que ela perdesse sua integridade internacionalmente (CASTRO, 2007, p.171 e 173).

No final, talvez uma das maiores contribuições de Las Casas para a emancipação indígena tenha sido os discípulos que deixou, como o Frei Domingos de

⁶ No original: "In the case of all legislation governing the Indies, there existed a close relationship between the complexity of the Law and the absence of mechanisms to enforce it, as well as the unwillingness of Spaniards living in the colonies to obey. The more complex and demanding the Law, the more difficult was to enforce and translate into viable terms."

Las Casas e a escravidão na América Espanhola

Santo Tomás, abolicionista que abraçou totalmente a causa, aprendendo o idioma e a cultura indígena e sugerindo o fim da imigração do Peru após o eventual desmonte das *encomiendas*, junto à volta dos líderes indígenas ao controle do país. A ele se atribui a citação “não é prata que se envia para a Espanha, é suor e sangue dos índios.”.

Conclusão

Ao longo deste artigo foi exposta a maior questão quando se trata de Las Casas e sua relação com a escravidão na América Espanhola - contradição e conflito.

A contradição existente na sua dedicação de uma vida inteira quanto aos maus tratos a indígenas, ao mesmo tempo em que não pensava com o mesmo afinho nos escravos africanos. Ele não queria ou conseguia enxergá-los além de uma alternativa econômica para o fim da escravidão indígena. Quando considerava a humanidade daqueles indivíduos, era exatamente nesta escala. A injustiça da escravidão era vista apenas como ruim em casos de exceção, mas nunca como um problema sistemático (SANCHÉZ-GODOY, 2009, p. 67, 145, 146, 323 e 324).

A contradição também se fazia presente quando se percebe o fato de que Las Casas era fiel a diferentes setores que não trabalhavam em conjunto. Ele era um homem do clero, e queria acima de tudo a conversão dos nativos para o catolicismo e seus costumes. Mas ao mesmo tempo mantinha-se fiel à Coroa e aos reis, estabelecendo correspondência e acreditando na soberania do poder espanhol. E ainda estava do lado dos indígenas e queria ser visto por eles como seu protetor.

Isto fazia com que ele constantemente tivesse que se colocar no papel de conciliador e mediador destes três objetos de sua devoção, algo essencialmente

Maria Alice Messias Conforti de Carvalho

impossível de se fazer. Isto é perceptível quando se analisa sua visão da extração dos bens do continente como algo possível de agradar aos interesses de todos, sua ignorância seletiva ao papel da Igreja no suicídio em massa de nativos e seu papel na redenção do cacique Enriquillo (CASTRO, 2007, p.67, 70, 71 e 93).

No entanto, o maior conflito de Las Casas está na imagem que se formou sobre ele. A construção do frade como um ícone da libertação indígena foi bastante construída por seus biógrafos, em sua maioria outros frades dominicanos, que exageravam narrativas de acontecimentos da vida de Las Casas e davam a elas um tom mitológico (CASTRO, 2007, p.160).

Na opinião de Castro (2007, p.160), esta construção de Las Casas como um salvador dos índios vem menos para exaltar o indivíduo em si e mais por uma demanda em se achar alguma figura que traga algum tipo de “positividade” para a história sangrenta da colonização das Américas. Como o autor coloca,

Na ausência de reais personagens heroicos, e a abundância de vilões e anti-heróis durante a colisão Europeia com a America, Las Casas, quase por procedimento, surge como um dos personagens mais simpáticos, benevolentes e atraentes nascidos numa época de uma traumática gênese da América. (CASTRO, 2007, p.160).⁷

Esta imagem de Las Casas como um herói além de seu tempo impede que se perceba que se tratava de um ser humano como qualquer outro, cheio de contradições; e também como um homem que era, *sim*, de seu tempo. Ele estava inserido em um contexto eclesiástico e imperialista, e isto implica nas características que se veem em suas atitudes.

⁷ No original: “In the absence of true heroic personages, and the abundance of villains and antiheroes during the European collision with America, Las Casas, almost by default, emerges as one of the most sympathetic, benevolent, and attractive characters born at the time of the traumatic genesis of America.”

Las Casas e a escravidão na América Espanhola

Mesmo com todos esses defeitos, julga-se necessário lembrar que, mesmo assim, ele foi o *encomendero* cujas riquezas e status abdicou para advogar por aquilo que acreditava ser certo. Mesmo não tendo o impacto desejado (e que é creditado a ele) em termos de mudanças efetivas, foi ele quem trouxe a questão dos direitos indígenas para uma sociedade europeia até então muito ignorante sobre o assunto, e para uma Coroa cujo foco estava muito mais na questão da mão-de-obra e em seus conflitos internos com os *encomenderos*.

Sem o ativismo inicial de Las Casas, talvez tivesse levado ainda mais tempo para que ocorresse a criação das Leis Novas. E com certeza não teriam existido seus discípulos, que com ele aprenderam e foram capazes de ir além em termos ideológicos e de luta.

Las Casas trouxe o debate sobre os nativos americanos para um patamar de importância, e insistiu que fosse assim tratado até o momento de sua morte.

Bibliografia

BARNADAS, Joseph. A Igreja Católica na América espanhola colonial. In: BETHEL, Leslie (org.). **América Latina colonial**. v. 1. 1984, p. 521-552.

BATCHELDER, R., SANCHEZ, N. **The encomienda and the optimizing imperialist**: An interpretation of Spanish imperialism in the Americas. New York: Springer, 2013.

CASTRO, Daniel. **Another Face of Empire**: Bartolomé de Las Casas, Indigenous Rights, and Ecclesiastical Imperialism. Durnham: Duke University Press, 2007.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação**. São Paulo: Loyola; Unimep, 1977.

LAS CASAS, B.D. **O paraíso perdido**: Brevíssima relação da destruição das Índias. Porto Alegre: L&PM, 1984.

MÉNDEZ, M. M. **El trato al Indio y las Leyes Nuevas**: una aproximación a un debate del siglo xvi. Espanha: Tiempo y Sociedad, 2009.

Maria Alice Messias Conforti de Carvalho

RAMOS, Demetrio. **Historia de La Colonizacion Espanhola em America**. Madrid: Pegaso, 1947.

SANCHÉZ-GODOY, Rubén. **Mercancía, Gentes Pacíficas y Plaga**: Bartolomé de Las Casas y Las Orígenes Del Pensamiento Abolicionista Em El Atlántico Ibérico. Pittsburgh: Universidade de Pittsburgh, 2009.

Controlar as vidas na Monarquia Católica: uma análise histórica da autobiografia de Jerónimo de Pasamonte e do Pasamonte de Cervantes

Erick Caixeta Carvalho*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p457-483

Resumo: O presente artigo tem por objetivo principal analisar a obra autobiográfica *Vida y trabajos de Jerónimo de Pasamonte*, escrita pelo soldado aragonês Jerónimo de Pasamonte e concluída em 1605, buscando enfatizar aspectos desta que se relacionam com o controle político e religioso que caracterizou o catolicismo tridentino e a Monarquia Hispânica na primeira metade do século XVII. Paralelamente à autobiografia de Pasamonte, a fim de reforçar a linha argumentativa mais ampla que conduz este trabalho, também faremos uma análise histórica de trechos do capítulo XXII do primeiro volume de *Dom Quixote*, de 1605, por haver neste capítulo a apresentação de um personagem chamado Ginés de Pasamonte, o qual pode ser entendido como uma leitura literária da figura do soldado Jerónimo de Pasamonte, realizada a partir da ótica de Miguel de Cervantes. Servindo-nos de respaldo historiográfico pertinente aos temas abordados, e fazendo uso de metodologia que toma por base a noção de história-problema, pretendemos demonstrar que a vida do soldado Pasamonte e o capítulo XXII de *Dom Quixote* são expressões de um mundo marcado pelo controle imperial exercido por intermédio de aparatos burocráticos, no que diz respeito à Monarquia Hispânica, e pelo controle das consciências, no âmbito do catolicismo tridentino.

Palavras-chave: autobiografias, catolicismo tridentino, disciplinamento social, *Dom Quixote*, Ginés de Pasamonte.

Introdução

Em princípios de 1605, um soldado aragonês chamado Jerónimo de Pasamonte concluiu em Cápuia, na península itálica, uma obra em que narrou sua vida, que posteriormente ficou conhecida como *Vida y trabajos de Jerónimo de Pasamonte*. Neste artigo, nos propomos a realizar uma análise histórica de alguns pontos dessa obra, enxergando-a como um documento que, além de nos oferecer a possibilidade de tomar conhecimento das memórias de um desconhecido soldado escritor do século XVII, nos permite compreender aspectos importantes da sociedade na qual este sujeito histórico viveu, partindo de seu olhar sobre seu mundo.

A vida de Jerónimo de Pasamonte já foi objeto de investigação de alguns estudiosos da obra de Miguel de Cervantes, dentre os quais cabe destacar Martín de Riquer, que publicou em 1988 o livro intitulado *Cervantes, Passamonte y Avellaneda*. A tese central de Riquer, compartilhada por estudiosos como Alfonso Martín Jiménez (2001) e Juan Antonio Frago Garcia (2005), é a de que Jerónimo de Pasamonte, que possivelmente conheceu Cervantes quando ambos eram soldados no início da década de 1570, foi o autor da obra que ficou conhecida como Quixote de Avellaneda, ou Quixote Apócrifo, publicada pela primeira vez em 1614, a qual teria impulsionado uma resposta de Cervantes com a publicação, no ano seguinte, do segundo volume de Dom Quixote. Independentemente da aprovação ou das críticas que esta tese suscitou no campo de estudos cervantistas, um ponto enfatizado por Ricoeur no segundo capítulo de sua obra (RIQUER, 1988) tornou-se bastante aceito entre os estudiosos do tema: o personagem Ginés de Pasamonte, apresentado no capítulo XXII do primeiro volume de Dom Quixote, possui estreitas relações com o soldado Jerónimo de Pasamonte, o qual teria servido de inspiração para Cervantes na

Controlar as vidas na Monarquia Católica

construção de seu personagem. Não temos a pretensão, no presente trabalho, de nos aprofundarmos neste tema que já foi amplamente abordado por respeitadores estudiosos cervantistas. No entanto, introduzimos aqui esta discussão para que, a partir de uma análise histórica do capítulo XXII do primeiro volume de Dom Quixote, realizada paralelamente à análise da vida de Jerónimo de Pasamonte, possamos levantar mais adiante questões e interpretações que nos permitam pensar aspectos da cultura escrita relacionada aos aparatos burocráticos da Monarquia Hispânica, bem como do disciplinamento social que caracterizou o catolicismo tridentino e o Estado Moderno em suas diversas formas de controle sobre os indivíduos.

Ainda de forma introdutória, cabe ressaltar algumas considerações teóricas e metodológicas que norteiam este trabalho. Consideramos as memórias de Pasamonte como uma visão parcial e monumentalizada da realidade, socialmente construída, pois como afirma Maurice Halbwachs, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Não nos interessa aqui desvendar se o que o soldado escreve a respeito da Batalha de Lepanto (PASAMONTE, 2015, p. 147), por exemplo, aconteceu ou não da maneira como ele narrou. As memórias de Pasamonte, desse modo, enquanto apropriações do passado, não são feitas de forma neutra, mas a partir de interesses, conscientes ou não, próprios do tempo presente do escritor que narra o passado (LE GOFF, 1990, p. 477). Assim, a obra de Jerónimo de Pasamonte, enquanto documento e monumento, não pode falar por si própria a respeito do passado, e por esta razão precisamos interpretá-la de acordo com problemas que se colocam com base em nossas escolhas do presente. Seguindo uma visão de análise historiográfica, neste trabalho partiremos de questionamentos sobre as relações entre a escrita de si e o controle social, por parte dos poderes políticos e religiosos, que caracterizaram a

Idade Moderna e que, apesar das enormes transformações históricas dos últimos séculos, ainda se manifestam em certos aspectos de nossa sociedade contemporânea.

A escrita autobiográfica na Europa Moderna

Ao longo da primeira metade do século XVII, num período correspondente ao chamado Século de Ouro Espanhol, diversos soldados escreveram vidas onde narraram suas trajetórias pessoais. O historiador Thomas Calvo, em sua obra intitulada *Espadas y plumas en la Monarquía hispana: Alonso de Contreras y otras Vidas de soldados* (1600-1650), publicada em 2019, apresenta um número de sete vidas de soldados do Século de Ouro que conhecemos atualmente (CALVO, 2019, p. 38). No entanto, não foram apenas soldados que se debruçaram neste empreendimento de escrita autobiográfica na Idade Moderna. Como James S. Amelang demonstrou em sua obra *El vuelo de Ícaro: La autobiografía popular en la Europa Moderna*, artesãos e grupos sociais que o autor denomina como “escritores populares urbanos” (AMELANG, 2003, p. 16) também escreveram textos que contêm características autobiográficas.

É importante destacar, porém, que a utilização do termo “autobiografia” para tratar de textos dos séculos XVI e XVII pode suscitar polêmicas, já que este termo não era utilizado antes do final do século XVIII, e os debates acadêmicos sobre a origem do gênero autobiográfico apresentam perspectivas divergentes. De acordo com Philippe Lejeune, que em 1975 publicou a obra *Le Pacte autobiographique*, fundamental nos estudos do tema, seria possível definir uma autobiografia como sendo uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua

Controlar as vidas na Monarquia Católica

personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14). Por outro lado, Margarita Levisi, em sua obra publicada em 1984 sob o título *Autobiografías del Siglo de Oro: Jerónimo de Pasamonte, Alonso de Contreras, Miguel de Castro*, problematiza a conceituação de autobiografia proposta por Lejeune ao afirmar que esta parte das *Confissões* de Rousseau, o que dificultaria a aplicação do termo “aos textos de autores anteriores a este, que sem dúvidas escreveram acerca de si mesmos” (LEVISI, 1984, p. 16, tradução própria)¹. Como o título da obra citada sugere, a autora considera as vidas de soldados do Século de Ouro, inclusive a de Pasamonte, como autobiografias. Levisi não é a única que assim procede. Sean Gullickson, em sua tese de doutorado defendida em 2015 na Universidade de Wisconsin-Madison, intitulada *The Inner and Imagined Demons of Jerónimo de Pasamonte: Witchcraft, Psychology and Early Modern Autobiography*, dedica o primeiro capítulo desta para tratar da autobiografia na Espanha moderna e, especialmente, da vida de Pasamonte, que o autor também considera como uma autobiografia. O historiador Antonio Castillo Gómez, por sua vez, embora julgue pertinente utilizar o termo “autobiografia” para tratar de diversos escritos dos séculos XVI e XVII, faz a seguinte ressalva, com a qual estamos de acordo neste trabalho: “No caso da primeira Idade Moderna, outrossim, é importante insistir na indefinição do gênero autobiográfico ou, em se preferindo, na pluralidade de escritos que se podem juntar sob tal categoria” (CASTILLO GÓMEZ, 2014, p. 168).

Tendo em vista tais ponderações, pode-se dizer que são diversas as razões que potencializaram a escrita de vidas com conteúdos autobiográficos na primeira Idade Moderna. De acordo com Thomas Calvo, “na primeira metade do século XVI se unem três fenômenos que vão potencializar os movimentos da alma ou os relatos das *vidas*”

¹ No original: “a los textos de autores anteriores a éste, que sin duda escribieron acerca de sí mismos”.

(CALVO, 2019, p. 24, tradução própria)². O primeiro seria o humanismo, com “a figura única do indivíduo e sua valoração” (CALVO, 2019, p. 24, tradução própria)³. O segundo, a descoberta da América pelos europeus e o descobrimento do outro, “com todas as interrogações que nascem então sobre a natureza humana” (CALVO, 2019, p. 24, tradução própria)⁴. Por fim, o terceiro fenômeno elencado pelo autor seria a amplificação da relação com a divindade, resultado das reformas religiosas, tanto no âmbito protestante, quanto no católico. Segue-se a este período o que Calvo chama de *século das introspecções*, que corresponderia, grosso modo, ao intervalo entre os anos de 1580 a 1670. Estes seriam tempos marcados por dúvidas políticas e religiosas, mas que também ultrapassavam os questionamentos sobre o coletivo e envolviam aspectos introspectivos dos indivíduos (CALVO, 2019, p. 25). Os *Ensaio*s de Montaigne, publicados pela primeira vez em 1580, podem ser vistos como marco inicial deste período, embora a *Vida* de santa Teresa de Jesus já demonstrasse traços da interioridade típica desta época. Sobre a data de 1670 como fechamento para este *século das introspecções*, as razões para esta escolha são explicadas por Calvo da seguinte maneira:

[...] a busca de verdade que acompanha o maneirismo favorecera o fogo interior do conhecimento de si mesmo, enquanto a claridade e extroversão do Barroco ou o rigor do classicismo francês o opacaram, até que, como outro fênix, renascera com as primícias do Romantismo e um personagem como Jean-Jacques Rousseau (CALVO, 2019, p. 25, tradução própria)⁵.

² No original: “En la primera mitad del siglo xvi, se unen tres fenómenos que van a potenciar los movimientos del alma o los relatos de las *vidas*”.

³ No original: “la figura única del individuo y su valoración”.

⁴ No original: “con todas las interrogaciones que nacen entonces sobre la naturaleza humana”.

⁵ No original: “ [...] la búsqueda de verdad que acompaña al maneirismo favoreciera el fuego interior del conocimiento de sí mismo y la claridad y extraversion del Barroco o el rigor del clasicismo francés lo opacaran, hasta que, como otro fênix, renaciera con las primicias del Romanticismo y un personaje como Jean-Jacques Rousseau”.

Controlar as vidas na Monarquia Católica

Além das observações feitas por Thomas Calvo acerca da introspecção na Europa Moderna, no caso da escrita de vidas por parte de soldados da Monarquia Hispânica é possível destacar também o papel da burocracia imperial e da confissão, sendo este último ponto também observado por Calvo em sua obra já citada (CALVO, 2019, p. 30), como fatores propulsores da escrita destes relatos autobiográficos, tema que ainda retomaremos e desenvolveremos neste trabalho.

A vida de Jerónimo de Pasamonte

Jerónimo de Pasamonte, de acordo com Martín de Riquer, teve seu registro de batismo registrado na vila de Ibdes, próxima de Calatayud, em abril de 1553 (RIQUER, 1988, p. 13). Em sua obra autobiográfica, conhecida atualmente como *Vida y trabajos de Jerónimo de Pasamonte*, o autor narra memórias que tratam de um período que vai de sua infância até a época em que ele se encontra como um residente do Reino de Nápoles, em princípios do século XVII. De acordo com o que Pasamonte afirma nas dedicatórias de sua *Vida*, concluídas em janeiro de 1605, sua obra teria sido acusada como “livro de heresias” no arcebispado de Nápoles, onde teria ficado retida por quatro meses. Após este intervalo de tempo, o autor afirma que a obra foi devolvida a ele com uma licença para que pudesse ser impressa, o que ele afirma não ser sua intenção (PASAMONTE, 2015, p. 133).

O único manuscrito conhecido atualmente de *Vida y trabajos* se encontra na Biblioteca Nacional de Nápoles *Vittorio Emanuele III*, onde já estava conservado ao menos desde o século XIX, conforme podemos constatar por menção feita ao manuscrito de Pasamonte em uma obra de Alfonso Miola, bibliotecário da referida biblioteca (MIOLA, 1895, p. 69). No entanto, de acordo com o que o próprio Pasamonte afirma, o manuscrito em questão se trata de uma cópia de um manuscrito

preexistente que fora encomendada pelo autor (PASAMONTE, 2015, p. 281). Não temos notícias do que ocorreu com o manuscrito no período correspondente ao intervalo entre a sua finalização, em 1605, e o ano de 1877, quando o erudito espanhol Marcelino Menéndez y Pelayo teria tido contato com ele em uma viagem à Nápoles (MENÉNDEZ Y PELAYO, 1915, p. 27).

A primeira versão impressa da vida de Pasamonte foi publicada por R. Foulché-Delbosc na *Revue Hispanique*, em 1922 (RIQUER, 1988, p. 11). É importante ressaltar que o manuscrito conservado na Biblioteca Nacional Nápoles não tem título próprio, o que levou Foulché-Delbosc a intitular a obra como *Vida y trabajos de Gerónimo de Passamonte*, com base no que Pasamonte diz em sua segunda dedicatória: “Todos mis trabajos y mi vida está aquí escrita” (PASAMONTE, 2015, p. 136) e no parágrafo preliminar da obra: “[...] escribo mi vida y trabajos desde mi infancia” (PASAMONTE, 2015, p. 139). O título dado por Foulché-Delbosc, com uma posterior atualização do nome do autor para Jerónimo de Pasamonte, passou a ser utilizado pela maioria dos estudiosos que se dedicaram a analisar este documento a partir de então, e por esta razão também o adotamos. No presente trabalho, utilizamos a edição impressa da autobiografia de Pasamonte organizada por José Ángel Sánchez Ibáñez e por Alfonso Martín Jiménez, publicada no ano de 2015.

Em sua obra, Pasamonte narra sua vida concedendo ênfase especial a dois pontos que norteiam toda a narrativa. O primeiro diz respeito aos sofrimentos enfrentados pelo autor e pela cristandade, que seriam causados por pessoas associadas a seres demoníacos, e principalmente por mulheres que Pasamonte considera como bruxas (PASAMONTE, 2015, p. 256). O segundo se refere aos livramentos divinos que desde a infância teriam salvado Pasamonte dos sofrimentos e dos ataques diabólicos, sendo estes livramentos a base que o soldado utiliza para

Controlar as vidas na Monarquia Católica

propor resoluções para os problemas que ele associa ao que nomeia como “a ruína do mundo antes do tempo” (PASAMONTE, 2015, p. 274, tradução própria)⁶ e “a ruína de toda a cristandade” (PASAMONTE, 2015, pp. 136 e 279, tradução própria)⁷.

Apresentando-se como um cristão velho, cujos antepassados teriam servido ao rei católico Fernando de Aragão (PASAMONTE, 2015, p. 143), nos primeiros capítulos da obra Pasamonte narra diversos sofrimentos que enfrentou até os seus dez anos de idade: uma queda que quase o matou, um afogamento, a morte de sua mãe e de sua avó, além de diversas enfermidades graves (PASAMONTE, 2015, p. 140). Quando tinha aproximadamente dez anos, seu pai também morre, e então ele passa a residir primeiramente com seus tios Pedro Luzón e María de Pasamonte, depois com o bispo de Sória e, a seguir, com um médico que vivia numa casa onde um trasgo assombrava Pasamonte depois do anoitecer, o que o deixou doente e o teria levado à morte, se não fosse o livramento divino realizado por meio dos sacramentos da confissão e da eucaristia (PASAMONTE, 2015, p. 141).

Após uma tentativa frustrada de se tornar um clérigo (PASAMONTE, 2015, p. 142), intento que Pasamonte continuaria buscando por toda sua vida, aos dezoito anos ele se torna um soldado sob o comando de Dom Juan de Áustria (PASAMONTE, 2015, p. 143), participando das batalhas de Lepanto, em 1571, Navarino, em 1572, Túnez em 1573, e Goleta, em 1574, sendo que nesta última ele é capturado e passa a viver como um cativo. Após passar quase dezoito anos nesta condição, residindo em diversas cidades do Império Otomano e tentando por três vezes organizar fracassados planos de fuga, ele finalmente consegue sua liberdade, que é obtida por meio de um resgate.

⁶ No original: “la ruina del mundo antes del tiempo”.

⁷ No original: “la ruina de toda la cristiandad”.

Ao obter sua liberdade, Pasamonte chega a Nápoles em 1592, e em seguida percorre diversas cidades da Itália, antes de partir rumo à Espanha no ano de 1593. Em Zaragoza, recebe a notícia de que seu irmão mais velho, Esteban de Pasamonte, havia falecido. Tal notícia o deixa transtornado. Assim, o capítulo 38 da obra é concluído da seguinte maneira: “[...] se temos escritos muitos trabalhos, outros maiores e de nova impressão se haverão de escrever, e Deus quer algo deste miserável!” (PASAMONTE, 2015, p. 203, tradução própria)⁸.

Conforme José Ángel Sánchez Ibáñez e Alfonso Martín Jiménez observam em nota de rodapé na página 203 da edição de *Vida y trabajos* que utilizamos, no final do capítulo 38 Pasamonte estaria concluindo o que podemos considerar como a primeira parte de sua autobiografia, pois nos capítulos seguintes Pasamonte indica que o manuscrito de sua vida já estava sendo lido por algumas pessoas, prática comum na Península Ibérica desta época, conforme demonstra o historiador espanhol Fernando Bouza Alvarez em sua obra *Corre manuscrito: Una historia cultural del Siglo de Oro*, publicada em 2001. Ou seja, possivelmente Pasamonte escreveu sua obra ao longo de vários anos entre o início da década de 1590 e o ano de 1605, quando finalmente são concluídas as dedicatórias do manuscrito que atualmente se encontra na Biblioteca Nacional de Nápoles.

Nos capítulos que se seguem ao trigésimo oitavo, Pasamonte narra diversos outros sofrimentos e livramentos divinos que teriam ocorrido enquanto vivia na Espanha, em meados dos anos 1590, e depois, a partir do fim desta década, quando volta a atuar como soldado no Reino de Nápoles, onde se casa e tem filhos. Entretanto, passa a sofrer de uma mania persecutória, acreditando que é vítima de

⁸ No original: “[...] si habemos escrito mucho trabajos, otros maiores y de nueva impresión se habrán de escribir, y Dios algo quiere desde miserable!”

Controlar as vidas na Monarquia Católica

diversos feitiços e envenenamentos, inclusive por parte de seus sogros (PASAMONTE, 2015, p. 255), além de ser perturbado com visões diabólicas (PASAMONTE, 2015, p. 224). Nos capítulos finais de sua autobiografia, Pasamonte aparenta viver uma vida de intensa disciplina religiosa para escapar das feitiçarias e ciladas diabólicas das quais ele se entende como vítima, juntamente com a cristandade.

O Pasamonte de Cervantes

No capítulo XXII do primeiro volume de Dom Quixote é narrado o encontro do protagonista e de seu escudeiro, Sancho Pança, com “uns doze homens a pé, engranzados como contas numa grande cadeia de ferro pelos pescoços, e todos algemados” (CERVANTES, 1981, p. 121). Nas palavras de Sancho Pança, estes homens, que estavam acompanhados por soldados, eram “galeotes, gente forçada da parte de El-Rei, para ir servir nas galés” (CERVANTES, 1981, p. 121). Dom Quixote, ao ver a condição miserável dos prisioneiros, decidiu libertá-los, já que entendia ser este o dever de um cavaleiro andante. Antes, no entanto, passou a perguntar aos condenados quem eles eram e o que os havia levado àquela condição. Dentre os galeotes, um deles ocupa papel de destaque no capítulo, e é descrito por um guarda como “o famoso Ginés de Passamonte” (CERVANTES, 1981, p. 124). Ao fazer sua própria apresentação, ele diz: “sou Ginés de Passamonte; a minha vida está escrita por estes cinco dedos” (CERVANTES, 1981, p. 124). O comissário responsável por aqueles homens ainda acrescenta: “é verdade [...] a sua história escreveu-a ele próprio; é obra a que nada falta” (CERVANTES, 1981, p. 124). A seguir, Cervantes descreve um diálogo bastante pertinente para a análise histórica que buscamos desenvolver neste trabalho, portanto o reproduzimos adiante:

— Pois tão bom é o livro? — disse D. Quixote.

— Tão bom é — respondeu Ginés — que há de enterrar Lazarilho de Tormes, e quantos se têm escrito ou se possam escrever naquele gênero. O que sei dizer a você é que diz verdades tão curiosas e aprazíveis, que não pode haver mentiras que lhe cheguem.

— E como se intitula o livro? — perguntou D. Quixote.

— *A vida de Ginés de Passamonte* — respondeu ele em pessoa.

— E está acabado? — perguntou D. Quixote.

— Como pode estar acabado — disse ele — se ainda a vida se me não acabou? O que está escrito é desde o meu nascimento até ao instante em que esta última vez me encaixaram nas galés. (CERVANTES, 1981, pp. 124 e 125)

Como já apontou Martín de Riquer, Miguel de Cervantes e Jerónimo de Pasamonte foram soldados nas mesmas galeras no princípio da década de 1570 e, de acordo com este autor, “é evidente, pois, que Pasamonte e Cervantes se conheceram” e “é certo que como soldados enquadrados nas mesmas unidades, tinham as mesmas informações, os mesmos interesses e as mesmas preocupações” (RIQUER, 1988, p. 23, tradução própria)⁹. Riquer também ressalta que existiram grandes possibilidades de que Cervantes e Pasamonte tenham se encontrado em Madrid entre 1594 e 1595, quando ambos estavam nesta cidade tratando de questões que envolviam uma possível presença de ambos em departamentos administrativos da corte (RIQUER, 1988, p. 41). Além disso, cabe lembrar que Pasamonte afirma que um manuscrito correspondente aos primeiros 38 capítulos de sua vida teria sido lido por diversas pessoas em meados da década de 1590 (PASAMONTE, 2015, pp. 205, 208 e 210). Assim sendo, e também pelo fato já apontado por Alfonso Martín Jiménez de que há diversas semelhanças entre o personagem Ginés de Pasamonte e o soldado

⁹ No original: “Es de toda evidencia, pues, que Passamonte y Cervantes se conocieron [...] é cierto que como soldados encuadrados en las mismas unidades, tenían las mismas informaciones, los mismos afanes y las mismas preocupaciones”.

Controlar as vidas na Monarquia Católica

Jerónimo de Pasamonte (Martín, 2001, pp. 55-95), podemos concluir que há suficientes evidências para considerarmos o personagem Ginés de Pasamonte como uma criação literária que Cervantes elaborou a partir do soldado Jerónimo de Pasamonte e do que este escreveu em sua vida. Feita esta observação, realizaremos uma análise histórica conjunta do capítulo XXII de Dom Quixote e da obra *Vida y trabajos de Jerónimo de Pasamonte*.

Do memorial de Pasamonte à sua autobiografia

Sei apenas que, se eu fosse rei, me dispensaria de responder a tanta infinidade de memórias impertinentes, como os que todos os dias lhe dão; que um dos maiores trabalhos que os reis têm, entre outros muitos, é o de estarem obrigados a escutar a todos, e a todos responder; e assim não desejaria eu que coisas minhas o molestassem. (CERVANTES, 1981, p. 334)

Estas palavras que Dom Quixote dirige à sua ama se encontram no sexto capítulo do segundo volume da obra, de 1615. Cervantes conhecia muito bem o tema tratado neste trecho, pois ele próprio solicitará ao rei Felipe II, por meio de um memorial datado do dia 21 de maio de 1590 (CERVANTES, 1590, fôlio 2), o cargo de governador de Soconusco, ou o de corregedor na cidade de La Paz, ou ainda o de contador no Novo Reino de Granada ou na contadoria de galeras de Cartagena das Índias (CERVANTES, 1590, fôlio 1). Para embasar sua solicitação, Cervantes expõe seus méritos através da descrição de seus serviços prestados enquanto soldado.

Nas palavras de John H. Elliott, ao longo do século XVI o Império Espanhol “deu lugar à larga proliferação inevitável de papéis e funcionários” (ELLIOTT, 2007, p. 37, tradução própria)¹⁰. O historiador H. R. Trevor-Roper, também tratando do Estado Moderno no século XVI, chamado por ele de “Estado da Renascença”, afirma que este

¹⁰ No original: “[...] dio lugar a la larga proliferación inevitable de papel y funcionarios”.

consistia “numa burocracia em contínua expansão” (TREVOR-ROPER, 1981, p. 58). Neste contexto é que se proliferaram na Monarquia Hispânica os memoriais escritos por soldados que desejavam obter recompensas por seus méritos e serviços prestados à Coroa, como já constatamos no caso do memorial de Cervantes.

Jerónimo de Pasamonte, conforme ele próprio indica, começou a escrever sua vida com a finalidade de apresentá-la como um memorial ao rei para a obtenção de recompensas por seus tantos sofrimentos e trabalhos realizados em nome do soberano. No capítulo 40 de sua vida, Pasamonte afirma que, quando estava em Madrid, em meados da década de 1590, “se deu memorial a Sua Majestade e saiu remetido a Francisco Idiáquez, a quem se deram meus papéis, que eram todos os trabalhos que atrás estão escritos” (PASAMONTE, 2015, p. 205)¹¹. Os papéis com os “trabalhos que atrás estão escritos” se referem à primeira parte da obra de Pasamonte, ou seja, os capítulos que narram a trajetória de sofrimentos que Pasamonte teria enfrentado desde a sua infância, passando pelos seus tempos de soldado e, depois, pelos vários anos em que viveu como um cativo no Império Otomano.

Pasamonte não foi o único soldado que antes de escrever uma vida com características autobiográficas foi um escritor de memoriais, onde eram descritos feitos pessoais que tornavam o soldado digno de ter seu pedido de mercê contemplado pelo rei. O soldado Miguel de Castro, autor de uma autobiografia conhecida como *Vida del soldado español Miguel de Castro*, também afirma ter escrito memoriais (CASTRO, 1900, p. 204 e 207). Alonso de Contreras, que escreveu a mais famosa dentre as autobiografias de soldados do Século de Ouro Espanhol, intitulada

¹¹ No original: “se dio memorial a Su Majestad y salió remetido a Francisco Idiáquez, a quien se dieron mis papeles, que eran todos los trabajos que atrás están escritos”.

Controlar as vidas na Monarquia Católica

Discurso de mi Vida, em diversos momentos afirma ter escrito memoriais (CONTRERAS, 2005, pp. 11, 56, 67, 93, 128), como podemos constatar no sexto capítulo de sua obra autobiográfica: “Dei meu memorial no Conselho de Guerra pedindo que me aprovassem, e em consideração de meus poucos serviços fui aprovado” (CONTRERAS, 2005, p. 56, tradução própria)¹².

Assim, a necessidade por parte dos soldados espanhóis de redigirem memoriais, nos quais deveriam escrever acerca de si próprios, por razões relacionadas ao controle burocrático da Monarquia Hispânica, foi um fator importante para a proliferação de autobiografias de soldados no Século de Ouro Espanhol. António Castillo Gómez, inclusive, ao tratar das autobiografias de soldados neste mesmo período, percebe a similaridade entre estas e os memoriais de serviços, afirmando que “o principal conteúdo de seus escritos de vida é a exposição e argumentação dos méritos colhidos, como se se tratasse de uma folha de serviços visando uma promoção na carreira militar” (CASTILLO GÓMEZ, 2014, p. 168).

Tendo em vista que nestes memoriais os soldados deveriam colocar *por escrito* os aspectos de suas trajetórias pessoais que os tornavam merecedores de uma mercê, podemos argumentar que Pasamonte começou a escrever seus sofrimentos e serviços prestados à Coroa a fim de que pudesse ser agraciado com alguma recompensa “por todos os trabalhos que atrás estão escritos”, como ele se refere ao conteúdo de seu memorial. No entanto, em consonância com o que dizia o personagem Ginés, o soldado Pasamonte não se contentou em dar por acabada a sua vida apenas com o conteúdo de seu memorial, onde narrava sua vida desde a sua infância até o momento em que remou nas galés, quando cativo no Império

¹² No original: “Di mi memorial en el Consejo de Guerra pidiendo me aprobasen, y en consideración de mis pocos servicios fui aprobado”

Otomano. Assim, embora Cervantes possivelmente conhecesse (por contato direto ou indireto) apenas a primeira parte da vida de Pasamonte, ou seja, o memorial endereçado a Felipe II que possivelmente circulou em Madrid nos últimos anos do reinado deste monarca, ele também deveria estar ciente das pretensões que Pasamonte possuía de não dar por concluída a escrita de sua vida até o momento em que remará nas galeras no Império Otomano, já que o personagem Ginés de Pasamonte responde a Dom Quixote que o livro onde narra sua vida desde o nascimento até a última vez que havia remado nas galés ainda não poderia estar acabado, pois o autor da vida ainda estava vivo (CERVANTES, 1981, p. 125). Assim, Cervantes utiliza da comicidade característica da obra Dom Quixote para satirizar, através de um personagem caricato inspirado em Jerónimo de Pasamonte, o desejo pouco usual deste soldado anunciado na conclusão da primeira parte de sua autobiografia: “[...] se temos escritos muitos trabalhos, outros maiores e de nova impressão se haverão de escrever, e Deus quer algo desde miserável!” (PASAMONTE, 2015, p. 203, tradução própria)¹³.

Cabe lembrar que, dentre as sete autobiografias de soldados do Século de Ouro que conhecemos atualmente (CALVO, 2019, p. 38), a de Jerónimo de Pasamonte é provavelmente a mais antiga. Ou seja, possivelmente Cervantes teria considerado como algo incomum e cômico o fato de que um soldado como Pasamonte desejasse escrever sua própria vida, de modo a ultrapassar as características práticas e comuns dos memoriais de serviços. O gênero *vida*, já conhecido na antiguidade clássica e bastante comum na Idade Média, especialmente pelas vidas de santos (BAÑOS VALLEJO, 2003), não tinha como característica comum, retomando a definição de autobiografia feita por Lejeune, uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma

¹³ No original: “[...] si habemos escrito mucho trabajos, otros maiores y de nueva impresión se habrán de escribir, y Dios algo quiere desde miserable!”

Controlar as vidas na Monarquia Católica

peessoa real faz de sua própria existência” (LEJEUNE, 2008, p. 14). Cícero, cuja presença entre os letrados da Europa nos séculos XVI e XVII era notável, tendo inclusive seus textos utilizados nos colégios jesuítas para a alfabetização das crianças neste período (CERQUEIRA, 2017, p. 17), fez a seguinte afirmação em uma carta ao historiador Lucio Luceio, ao tratar daqueles que escrevem seus próprios feitos:

Há os seguintes problemas nesse tipo de escrito: é forçoso que escrevam a respeito de si mesmos com muito pudor, se houver algum motivo de elogio, e que façam omissões, se houver algo censurável. Soma-se ainda o fato de que é menor a credibilidade, menor a autoridade, e que muitos, enfim, criticam essa prática, afirmando que têm maior pudor os arautos dos jogos gímnicos, pois coroam os demais vencedores e anunciam os nomes deles em voz alta, mas quando eles próprios são premiados com a coroa, convidam outro arauto antes do término dos jogos, para não terem de anunciar sua vitória com a própria voz (CÍCERO, 2019, p. 102).

Como já apresentamos anteriormente, Pasamonte não foi o único soldado a se aventurar na empreitada de escrever sua própria vida no século XVII, mas ainda assim, este tipo de escrita poderia soar como algo reprovável para Cervantes e para outros que tendiam a seguir uma opinião como a de Cícero. Cabe ressaltar que Cervantes compara a vida de Pasamonte, que pretendia narrar uma história verdadeira sobre si, com a vida de Lazarillo de Tormes, o que nos indica que Cervantes também retrata a escrita autobiográfica de Pasamonte como um caso cômico, ridículo e exageradamente pretensioso. No entanto, embora tal diálogo seja uma invenção literária de Cervantes, ele já se tornara verossímil para a realidade da Monarquia Hispânica nos primeiros anos do século XVII, de tal modo que os soldados escritores de suas próprias vidas se proliferaram neste período, como podemos

constatar por meio das diversas autobiografias de soldados do Século de Ouro que conhecemos atualmente.

Concluímos, portanto, que a proliferação de papéis ocasionada pela burocracia da Monarquia Hispânica, vinculada à necessidade de administrar e manter o *controle das vidas* dos súditos num império multicontinental que já se encontrava em crise desde o final do século XVI, foi um dos fatores, embora não seja o único (CALVO, 2019, p. 24), que tornou possível a existência da autobiografia de Jerónimo de Pasamonte e, ao mesmo tempo, possibilitou a verossimilhança presente no diálogo entre Ginés de Pasamonte e Dom Quixote.

Controlar as vidas na Monarquia Católica: a autobiografia de Pasamonte e os *Tribunais da Consciência*

O historiador italiano Adriano Prosperi, em sua obra *Tribunais da Consciência: Inquisidores, Confessores, Missionários*, considera a Idade Moderna como caracterizada por um processo de disciplinamento social¹⁴ que teve como uma de suas principais características o que o autor chama de “controle das consciências”, com base numa célebre passagem de um texto de Tommaso Campanella, do ano 1604: “a lei de Cristo tem os *tribunais* da consciência perante os quais cada um deve penitenciar-se das culpas, fazendo em si justiça voluntária” (CAMPANELLA, 2004 apud PROSPERI, 2013, p. 23). Prosperi, ao escrever sobre a Idade Moderna a partir das reformas religiosas do século XVI, faz a seguinte afirmação:

A imposição de uma disciplina social passou por seu arraigamento nas

¹⁴ Como apontaremos mais adiante, os estudos de Michel Foucault estão entre os mais notáveis no que diz respeito ao tema do disciplinamento social na Idade Moderna. Até onde temos conhecimento, Adriano Prosperi, em sua obra *Tribunais da Consciência*, publicada nos anos 1990, não faz menções aos estudos de Foucault. Ainda assim, acreditamos que estes dois autores possuem pontos de convergência em suas análises, ainda que para o presente trabalho as análises de Prosperi dialoguem mais com nossos objetivos.

Controlar as vidas na Monarquia Católica

consciências: considerando-o à distância de séculos, Karl Marx atribuiu a Lutero o mérito de ter “emancipado o corpo da cadeia, acorrentando o coração”. Mas fora o católico Giovanni Botero a oferecer a mediação da Igreja ao poder político do estado-Leviatã que avançava, sustentando que somente a religião podia soldar nos corações o vínculo da obediência (PROSPERI, 2013, p. 45).

Assim, podemos afirmar que o *controle político* e administrativo exercido com o auxílio dos aparatos burocráticos da Monarquia Hispânica, que não por acaso também pode ser chamada de Monarquia Católica, não estava desvinculado do *controle religioso* que no catolicismo tridentino se manifestou como uma disciplina social arraigada nas consciências e que, de acordo com Prosperi, teria sido posta em prática a partir do uso de três aparatos institucionais da Igreja: a Inquisição, a confissão e as atividades missionárias. Ao tratar do catolicismo tridentino, Prosperi afirma:

Como disse o jesuíta Lainez no Concílio de Trento, estava em curso uma reforma do homem interior (*reformatio interioris hominis*) paralela àquela do homem exterior. E à reforma do homem interior foi dedicada uma farta literatura espiritual, na qual foram propostos remédios, sugestões, conselhos para tornar o homem virtuoso naquele que Lorenzo Scupoli denominou “combate espiritual” (PROSPERI, 2013, p. 486).

Como já aponta Castillo Gómez, a autobiografia de Jerónimo de Pasamonte possui características comuns com as chamadas “autobiografias espirituais”, como a que escreveu a freira Ana de Jesus (CASTILLO GÓMEZ, 2014, p. 196). De acordo com Pasamonte, em sua dedicatória ao dominicano Jerónimo Javierre, que na ocasião acabara de se tornar confessor de Felipe III, a sua intenção ao escrever toda sua vida era a de demonstrar, através de suas experiências, quais eram as causas do que ele considerava como a ruína da cristandade, para que, assim, “se dê remédio a tantos danos como os existem entre católicos” (PASAMONTE, 2015, p. 136, tradução

própria)¹⁵. De certo modo, podemos aproximar a autobiografia de Pasamonte, ao menos em seus capítulos finais, daquela “literatura espiritual”, como é o caso do Livro da Vida de Santa Teresa, à qual Prosperi se refere, dedicada a oferecer “remédios, sugestões, conselhos para tornar o homem virtuoso naquele que Lorenzo Scupoli denominou ‘combate espiritual’” (PROSPERI, 2013, p. 486)¹⁶.

Como já mencionamos, a autobiografia de Pasamonte pode ser dividida em dois grandes blocos: os primeiros 38 capítulos foram escritos com características mais próximas às de um memorial de serviços, e é esta parte da vida de Pasamonte que circulou como manuscrito em Madrid na década de 1590, sendo esta primeira parte a que inspirou Cervantes no capítulo XXII de Dom Quixote. No entanto, como Cervantes parecia ter ciência, Pasamonte deu prosseguimento à escrita de sua vida, sendo que nos capítulos finais de sua obra, ele coloca ênfase menor nos feitos de sua vida externa, enquanto soldado, e se volta especialmente para sua vida interior e sua trajetória espiritual. Assim, Margarita Levisi chega a afirmar que *Vida y trabajos de Jerónimo de Pasamonte*

contém não uma, mas, de fato, duas autobiografias, diferenciadas pelo próprio Pasamonte: a primeira, na qual se dá conta dos feitos externos de sua vida, e a segunda - muito mais breve - que registra exclusivamente sua evolução espiritual, partindo - como no caso da história de sua trajetória externa - das recordações da infância distante (LEVISI, 1984, p. 34, tradução própria)¹⁷.

¹⁵ No original: “se dé remedio a tantos daños como hay entre católicos”.

¹⁶ Ainda que não tenhamos condições, neste trabalho, de tratar a respeito relações entre as vidas de soldados e a literatura espiritual desta mesma época, fazemos questão de mencionar a existência de semelhanças entre elas, sendo que até o famoso fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola, por exemplo, reuniu em si aspectos destes dois grupos.

¹⁷ No original: “contiene no una, sino, en efecto, dos autobiografias, diferenciadas por el mismo Pasamonte: la primera, en la que se da cuenta de los hechos externos de su vida, y la segunda - mucho más breve - que consigna exclusivamente su evolución espiritual, partiendo - como en el caso de la historia de su trayectoria externa - de los recuerdos de la lejana infancia”.

Controlar as vidas na Monarquia Católica

Conforme também já discutimos anteriormente, podemos destacar dois temas que norteiam a obra de Pasamonte: os sofrimentos enfrentados por ele próprio e pela cristandade, e os livramentos divinos que acompanharam Pasamonte ao longo de toda a sua vida. Pasamonte acreditava, conforme fica evidente no capítulo 54, que todos os seus sofrimentos, bem como sua fidelidade e sua comunhão com a Igreja, legitimariam sua pretensão de oferecer um “remédio” para os problemas da cristandade. O capítulo 54 de *Vida y trabajos* começa com uma pergunta retórica, seguida de uma reflexão onde Pasamonte expõe o que legitimaria sua escrita:

Dirá algum especulativo, e melhor sofisticado: “O que se mete este soldado néscio, sem estudo, nestas disputas, pois a Igreja de Deus tem tantos doutores para defender suas causas?” A isso respondo que o haver derramado mais sangue que alguns em serviço de meu Deus, como se vê pelo escrito atrás, e haver pregado, com seu divino favor, sua santa fé em terra de inimigos da fé, e compadecer-me dos que meu Deus redimiu. Também dirá: “Não seria melhor a este soldado ter feito uma memoria de seus pecados, da própria idade que começou a escrever seus trabalhos, e fazer uma confissão geral deles, que lhe importaria mais?” A isso respondo que já o fiz duas vezes: uma em Espanha, quando vim da Turquia, com um padre que se chamava Contreras, da ordem de Santo Domingo em Calatayud; e outra fiz Nápoles. [...] E para que se veja que em soldados como eu tem Deus algum bom estilo por sua graça, quero contar minha vida espiritual como contei meus muitos trabalhos. (PASAMONTE, 2015, p. 257, tradução própria)¹⁸

¹⁸ No original: “Dirá algún especulativo, y mejor sofisticado: “¿Quién le mete a este soldado necio sin estudio en estas disputas, pues la Iglesia de Dios tiene tantos doctores para defender sus causas?” A eso respondo que el haber derramado más sangre que algunos en servicio de mi Dios, como se ve por lo escrito atrás, y haber predicado, con su divino favor, su santa fe en tierra de enemigos de la fe, y compadecerme de los que mi Dios ha redimido. También dirá: “¿No le era mejor a este soldado haber hecho una memoria de sus pecados, de la propia edad que ha comenzado a escribir sus trabajos, y hacer una confesión general de ellos, que le importara más?” A eso respondo que 1 ya lo he hecho dos veces: una en España, cuando vine de Turquía, con un padre que se llamaba Contreras, de la orden de Santo Domingo en Calatayud; y otra he hecho en Nápoles, a la persecución de mis suegros, que esperando que viniese el año santo me entretenía que viniese a Nápoles; y, no viniendo, hice la confesión general con fray Ambrosio Palomba, que agora es prior de Soma, de la religión de Santo Domingo, porque creí cierto morir de los venenos de mis suegros, si Dios no obrara con su divino favor. Y para que se vea que en soldados como yo tiene Dios algún buen estilo por su gracia, quiero contar mi vida espiritual como he contado mis muchos trabajos”.

A seguir, Pasamonte passa a narrar suas práticas de devoção religiosa, enfatizando um aspecto que, de acordo com Prosperi, seria um dos mais importantes mecanismos de controle sobre as consciências utilizado pelo catolicismo tridentino: a confissão. Em diversos momentos de sua vida, Pasamonte ressalta a importância da confissão e demonstra que confessa com frequência (PASAMONTE, 2015, pp. 141, 166, 196, 201, 205, 217, 218, 223, 225, 243, 253, 261). Ao tratar de suas práticas devocionais, ele afirma: “com a maior humildade e devoção que posso, digo a confissão geral e [...], acusando-me algum pecado, se o cometi depois que me confessei, com o propósito de confessá-lo ao confessor”. (PASAMONTE, 2015, p. 261, tradução própria)¹⁹. Também podemos observar a importância da confissão para Pasamonte através de um diálogo entre ele e uma mourisca chamada Jerónima:

- Há pouco tempo me confessei [...] eu confesso o que me recordo e o que o confessor me pergunta.

Ela saltou e disse às outras:

- Não te disse eu que não debes confessar senão o que o confessor te pergunta?

Eu, então, me enojei e lhes disse as seis regras que frei Luis de Granada coloca, e que, calando um pecado por temor ou malícia, a confissão não é válida. A mourisca traidora se enojou muito porque eu a repreendi (PASAMONTE, 2015, p. 218, tradução própria)²⁰.

¹⁹ No original: “con la más humildad y devoción que puedo, digo la confesión general y [...], acusandome algún pecado si lo he cometido después que me confesé, con propósito de confesallo al confesor”.

²⁰ No original: “-Poco ha que me confesé [...] yo confieso lo que me acuerdo y lo que el confesor me pregunta.

Ella saltó y dijo a las otras:

-¿No te dije yo que no has de confesar sino lo que el confesor te pregunta?

Yo entonces me enojé y les dije las seis reglas que fray Luis de Granada pone 1, y que, callando un pecado por temor o malicia, la confesión no es válida. La morisca traidora se enojó mucho porque yo la reprehendí”.

Controlar as vidas na Monarquia Católica

Segundo Prosperi, “a confissão era, por convicção geral, a porta da conversão, isto é, a passagem essencial para a construção da identidade” (PROSPERI, 2013, p. 486). Pasamonte, enquanto católico profundamente fiel à Igreja, aprendera a examinar sua consciência interior e suas atitudes da vida exterior para que, assim, pudesse recordar seus pecados a fim de confessá-los. Cabe ainda ressaltar, com base no que já atestamos a partir dos trechos que abrem o capítulo 54 da autobiografia, que Pasamonte, cujo confessor é apresentado como um padre da Companhia de Jesus (PASAMONTE, 2015, p. 196), ordem religiosa, fundada por Inácio de Loyola, que exerceu grande protagonismo nas releituras do sacramento da confissão no contexto do catolicismo tridentino (PROSPERI, 2013, p. 484), afirma ter feito por duas vezes “confissões gerais” de todos seus pecados. De acordo com Prosperi,

na história da ordem fundada por Inácio, a proposta da confissão geral devia tornar-se uma das mais importantes: ela encarnava melhor do que qualquer outra prática devota o movimento que das profundezas da abjeção levava ao desejo de resgate, do conhecimento de si mesmo à vitória sobre os próprios instintos culpados – e portanto, do abismo do pecado à cúspide da perfeição (PROSPERI, 2013, p. 487).

Assim, não pensamos que seja apenas uma coincidência o fato de que uma autobiografia como a de Pasamonte viesse a ser escrita justamente numa época em que o exame das consciências era altamente estimulado pela Igreja, numa prática que instigava o “conhecimento de si mesmo”, como um modo de afastar o pecado, a heresia e a desobediência, o que manteria sob o controle da Igreja as consciências dos fiéis numa época onde estava em marcha um rigoroso disciplinamento religioso e social.

Conclusão

Embora neste artigo tenhamos partido principalmente dos estudos do

historiador Adriano Prosperi para tratar tema do disciplinamento social na modernidade, diversos outros intelectuais renomados, dentre os quais cabe destacar Michel Foucault, também trabalharam com essa temática, ainda que a partir de abordagens diversas. Foucault, por exemplo, atribui ao Estado Moderno “um papel de disciplinamento: ou seja, a um só tempo, de seleção, de homogeneização, de hierarquização, de centralização” (FOUCAULT, 2002, p. 222), o que também vai ao encontro do que buscamos argumentar neste trabalho.

Como procuramos demonstrar, as práticas de controle burocrático da Monarquia Hispânica, juntamente com as práticas de controle religioso do catolicismo tridentino, especialmente através do “conhecimento de si mesmo” instigado pela confissão, podem ser compreendidas como fatores que propiciaram um tipo de escrita autobiográfica por parte de soldados no Século de Ouro Espanhol, como foi o caso da obra *Vida y trabajos de Jerónimo de Pasamonte*. O aparecimento desse tipo de escrita, como apresentamos, foi notado por Cervantes, que no capítulo XXII de Dom Quixote fez uma comparação interessante entre a vida de Pasamonte, do personagem Ginés de Pasamonte, e a vida de Lazarillo de Tormes, publicada pela primeira vez na década de 1550. Assim, Cervantes aproveita justamente da novidade desse tipo de escrita para produzir efeitos cômicos a partir da apresentação de um homem de baixo estrato social que desejou escrever sua própria vida com base em “verdades tão curiosas e aprazíveis, que não pode haver mentiras que lhe cheguem” (CERVANTES, 1981, p. 124).

Fontes

CASTRO, Miguel de. **Vida del soldado español Miguel de Castro**. Edição de Antonio Paz y Meliá. Madrid: Editora M. Murillo, 1900.

CERVANTES DE SAAVEDRA, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. Tradução dos Viscondes de Castilho e Azevedo; notas de José María Castro Calvo, traduzidas por Fernando Nuno Rodrigues. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

_____. Memorial (al parecer de la letra de Cervantes) en la que expone sus méritos y servicios hechos en Italia, en la batalla de Lepanto y en otras partes, con motivo de solicitar la concesión de cualquiera de los cuatro puestos vacantes que expone: la contaduría del Nuevo Reino de Granada, la gobernación de Soconusco, la contaduría de las galeras de Cartagena de Indias, o el corregimiento de la ciudad de La Paz. **Código de referência:** ES.41091.AGI/29//PATRONATO,253,R.1. 1590. Disponível em: <http://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/126853>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

CÍCERO. **Carta a Lúcio Lucrécio, Fam 5.12**. Tradução de Adriano Scatolin. Juiz de Fora: RÓNAI - Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios, V.7 N.2 - p. 92-106, 2019.

CONTRERAS, Alonso de. **Discurso de mi vida desde que salí a servir al rey, de edad de catorce años, que fue en el año de 1597, hasta el fin del año de 1630, por primero de octubre, que comencé esta relación**. Edição de Enrique Suárez Figaredo. Barcelona, 2005.

PASAMONTE, Jerónimo de. **Vida y trabajos de Jerónimo de Pasamonte**. Ed. de José Ángel Sánchez Ibáñez y Alfonso Martín Jiménez. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2015.

Referências bibliográficas

AMELANG James S. **El vuelo de Ícaro: la autobiografía popular en la Europa Moderna**. Madrid : Siglo XXI de España Editores, 2003.

BAÑOS VALLEJO, Fernando. **Las Vidas de Santos en la Edad Media**. Madrid: Ediciones del Laberinto, 2003.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. **Corre manuscrito. Una Historia cultural del siglo de oro**. Madrid, Marcial Pons, 2001.

CALVO, Thomas. **Espadas y plumas en la Monarquía hispana: Alonso de Contreras y otras vidas de soldados (1600-1650)**. Madrid: Casa de Velázquez, 2019.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. **Livros e leituras na Espanha do Século de Ouro**. Tradução Claudio Giordano, 1ª Ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.

CERQUEIRA, André Sekkel. **A donzela alada: reflexões sobre a retórica e história em Portugal no século XVII**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.8.2017.tde-17072017-192645. Acesso em: 2020-08-05.

ELLIOTT, John. **España y su mundo (1500-1700)**. Tradução de Ángel Rivero Rodríguez e Xavier Gil Pujol. Madrid: Editora Santillana, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: curso dado no collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRAGO GARCIA, Juan Antonio. **El Quijote apócrifo y Pasamonte**. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

GULLICKSON, Sean. **The Inner and Imagined Demons of Jerónimo de Pasamonte: Witchcraft, Psychology and Early Modern Autobiography**, 2015. Tese - Spanish Departament, Universidade de Wisconsin - Madison, Wisconsin, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEVISI, Margarita. **Autobiografías del Siglo de Oro: Jerónimo Pasamonte, Alonso de Contreras, Miguel de Castro**. Madrid: Sociedad General Española de Librería, 1984.

MARTÍN JIMÉNEZ, Alfonso. **El «Quijote» de Cervantes y el «Quijote» de Pasamonte: una imitación recíproca. La “Vida” de Pasamonte y “Avellaneda”**. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos, 2001.

MENÉNDEZ Y PELAYO, Marcelino. **Orígenes de la novella, IV**. Madrid: 1915.

MIOLA, Afonso. **Notizie di Manoscritti Neolatini, Parte prima**. Nápoles: Presso

Controlar as vidas na Monarquia Católica

Federico Furchheim, 1895. Disponível em <
<https://archive.org/details/notiziedimanoscr00mioluoft>>. Acesso em 19/12/2016.

PROSPERI, Adriano. **Tribunais da Consciência: Inquisidores, Confessores, Missionários**. São Paulo, EDUSP, 2013.

RIQUER, Martín de. **Cervantes, Passamonte y Avellaneda**. Barcelona: Sirmio, 1988

TREVOR-ROPER, H. R. **Religião, Reforma e transformação social**. Lisboa: Presença, 1981.

A importância da indumentária nas pinturas de castas: um estudo do quadro “Castas” de Luis de Mena

Giovanna de Assis Bareli

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p484-504

Resumo: As pinturas de castas são produto da Sociedade de Castas, uma política colonial que visava a hierarquização e estratificação da sociedade, baseada na diferenciação racial, com predominância principalmente na metade do século XVIII. A indumentária presente nesses quadros são reflexos dos códigos vestuários, cunhados pelas leis coloniais, que auxiliavam na percepção da identidade e dos mecanismos de diferenciação entre os indivíduos, sendo uma forma visual de reproduzir as relações hierárquicas da sociedade. Nesse sentido, simbolizam uma manifestação identitária e refletem o imaginário social da Nova Espanha. O presente artigo propõe, a partir da análise do quadro “Castas” (1750), de Luis de Mena, uma reflexão sobre o papel da representação da indumentária no gênero das pinturas de castas. Essa análise se utiliza das perspectivas da História Cultural para a compreensão das formas simbólicas e dos discursos presentes nas obras de arte.

Palavras-chaves: : Indumentária; Pintura de Castas; Quadro “Castas”; Sociedade de Castas.

* Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob orientação do Prof. Dr. Leandro Karnal. E-mail para contato: gj.bareli@gmail.com.

A Importância da Indumentária nas Pinturas de Castas

O gênero pinturas de Castas

O gênero de pintura de castas surgiu ante a necessidade de “diferenciar as misturas raciais em grupos e subgrupos, a partir do momento que as misturas entre as populações de origem europeia, indígena e africana atingiram tamanho grau de diversidade” (GRUZINSKI, 2001, p. 50). Nesse sentido, refletem um discurso de hierarquização e estratificação da sociedade, a chamada Sociedade de Castas, que era embebida pela teoria de *limpieza de sangre* e *calidad*. Em outras palavras, um sistema que qualificava com base nos fatores sociais, culturais e econômicos do grupo, considerando a ocupação, nascimento, reputação e os vínculos pessoais do indivíduo (BOYER, 1997, p. 64-65; SCHWARTZ, 1995, p. 186).

Esse gênero ganha notoriedade em todo o século XVIII, mas tem o seu auge a partir das mudanças na segunda metade do setecentos. As obras incluídas neste gênero são diversas, pois, por serem um produto de grande repercussão, foram realizadas por diferentes pintores, do menor ao maior alinhamento técnico e de diferentes maneiras, mas quase todas realizando séries de 16 a 20 castas.

Em geral, trazem uma família de cada casta, inserida em seu cotidiano e com adereços simbólicos determinados pela sua posição sociorracial. O filho dessa união gera a próxima cena, formando uma progressão racial, fruto da mestiçagem entre espanhóis, indígenas e negros. Dessa maneira, quanto maior o cruzamento interracial, menor o *status* socioeconômico da família. Podem exibir, como complemento, objetos ou elementos da fauna e flora que auxiliam na composição do discurso do quadro. Cada unidade presente nas obras, nesse sentido, contribui para o discurso da mesma: a indumentária dialoga com a questão das leis coloniais de vestimentas que cada casta poderia utilizar como demonstração da sua origem e

posição social. A iconografia complementar muitas vezes remetia à uma visão positiva da colônia, seja mostrando as especificidades positivas, como a arquitetura, seja para demonstrar a abundância da Colônia, como um lugar fértil e rico (KATZEW, 2004, p. 160-161).

Portanto, os objetivos dos quadros são expor pictoricamente a progressão de raças, atributos morais de cada casta e a flora e fauna do México; em um ambiente de ordem desejável em que cada casta ocupa seu espaço social, mas com a possibilidade de mudança para as futuras gerações, mediante casamento com o tipo adequado de mestiçagem - o branco, o espanhol. Para isso, se utilizam de uma visão estigmatizada e baseada nas leis de distinção colonial, sem necessariamente refletir a realidade da Nova Espanha (KATZEW, 2004, p. 114).

Apresentam também questões importantes para o momento da sua criação, como a Reforma Bourbônica¹, que representou uma virada fundamental para o gênero: antes, quase todas as castas eram retratadas de uma maneira positiva e sem muita distinção, sendo todas representadas de uma maneira luxuosa. Mas, na metade do século XVIII, com a reforma, passaram a inserir fatores de distinções, representar brigas, violência e embriaguez. Os fatores mais negativos ficaram a cargo das castas mais baixas, sendo essa uma demonstração da intenção simbólica e ideológica do gênero como contribuinte para regulamentar uma sociedade que, pelo menos em teoria, era ligada à hierarquia e estratificação (KATZEW, 2014, p. 144-146).

Portanto, as pinturas de castas são um importante documento histórico e cultural pelas referências ao contexto histórico, às práticas sociais e pela visualização

¹ Reformas administrativas e econômicas do sistema colonial espanhol ocorridas durante os reinados da Casa de Bourbon, durante o século XVIII. Nas colônias, elas implicaram na reestruturação da administração colonial, na restituição do poder da classe privilegiada local, da Igreja e das receitas coloniais. Buscavam uma recolonização e um imperialismo renovado que reduzia a participação *criolla* no governo.

A Importância da Indumentária nas Pinturas de Castas

de parte do imaginário social referente às políticas classificatórias, sendo, também, uma fonte de pesquisa para o estudo do pensamento e comportamento do século XVIII na Nova Espanha. Como parte dessa visualização, a cultura material inserida nos quadros contribui para o estudo do pensamento colonial e auxilia na construção da diferenciação das castas (VOSS, 2015, p.253). No caso específico das vestimentas:

O fato de Cabrera, assim como muitos outros artistas que pintaram ciclos de casta depois dele, usarem roupas como um indicador de classe socioeconômica, ecoa a preocupação generalizada no México e na Espanha em relação à perda das fronteiras sociais. A estratificação social fica assim clara nessas pinturas por meio da diferenciação das roupas (KATZEW, 2004, p.109, tradução nossa).²

A indumentária, sendo assim, é um elemento essencial para a composição desses quadros.



² No original: “The fact that Cabrera, as well as many other artist Who painted casta cycles after him, used clothing as an indicator of socioeconomic class echoes the pervasive concern in Mexico and Spain regarding the loss of social boundaries. Social stratification is thus rendered clear in these paintings through the differentiation of clothes”

Imagem 1: A Indumentária no quadro “Castas” de Luis de Mena. Fonte: MENA, Luis. “Castas” 1750, óleo sobre tela. 119 x 103 cm. Collection of the Museo de America, Madrid (inventory number 00026).

O quadro “Castas” foi produzido no limiar das mudanças do gênero, em 1750, por um artista desconhecido na época, Luis de Mena. É um ícone da pintura de castas por trazer um elemento único e diferenciador: a Virgem de Guadalupe no centro da obra.

A forma de leitura utilizada é a recorrente na análise desse quadro³, sendo lida de cima para baixo, da direita para a esquerda. Tal lógica segue também a convenção das pinturas de castas, que por representar a progressão racial, vai do mais desejado para o menos desejado. Pensando nessa questão, isso explica porque Guadalupe está colocada na parte superior. É o elemento mais importante e de maior destaque, seja pelas cores mais fortes, seja pela representação em uma mardola com névoa branca em volta que delimita e chama atenção para a figura sacra. Ela é a chave de compreensão dessa leitura (CLINE, 2015, p.224), um fator que também se diferencia dos outros quadros de pintura de castas, que possuem como principal a representação da hierarquia entre as classes. Entretanto, essa questão não deve ser minimizada, sendo Guadalupe compreendida em relação às figuras de mestiçagem. Sendo assim, a apreensão do quadro se dá pela questão do *criollismo*, um movimento de exaltação da identidade *criolla*, ou seja, espanhóis que nasceram na colônia e que desejavam adquirir um espaço social parecido com os dos peninsulares. Tal movimento intentou por elementos únicos de distinção entre os que nasceram na colônia e os peninsulares, encontrando tal aspecto na devoção à Virgem de Guadalupe. A figura sacra se torna mãe, protetora, símbolo e patrona do México, o que os levaria a um futuro excepcional, por serem o povo escolhido pela Virgem

³ Utilizadas por autores que analisaram o quadro (Cf. OLIVEIRA, 2018; CLINE, 2015).

A Importância da Indumentária nas Pinturas de Castas

(FLORESCANO, 1994, p. 444).

Dito isso, os outros elementos que compõem o quadro “Castas” são: ao lado da figura de Guadalupe, há duas representações da vida colonial, na esquerda “Dansa de Matachines que asen a N. Sra d. Guadalupe”, e na direita “Paseo de Jamayca”. Os elementos da parte superior trazem componentes importantes da indumentária, como na cena do canto superior esquerdo, em que há um grupo de dançarinos em primeiro plano: uma mulher, com um vestido rodado branco e vermelho, e sete homens com trajes da mesma cor. Essas roupas remetem à *danza mattachine*, ou seja, “uma dança alegre e grotesca, que consiste em golpear uns aos outros com uma espada de madeira e golpes no ar” (ESTRADA DE GERLERO, 1994, p.90, tradução nossa)⁴.

Já na cena do canto superior direito, diversas castas estão no mesmo ambiente, o que traz visualmente a diferença de traje e ações das personagens: espanhóis em vestes bourbônicos passeiam em uma jangada; um casal anda pela margem, sendo que a mulher utiliza um vestido espanhol e o homem um longo chapéu de palha e uma túnica, que pode ser um *huipil*, elementos representativos de um indígena (VOSS, 2015, p.257; YTURBIDE; GAGE, 1990, p. 77). Há um vendedor ambulante com roupas simples carregando sua mercadoria na cabeça e duas mulheres que trabalham sentadas próximo ao espectador. Aqui, itens exclusivos das castas aparecem, como o chapéu, o *huipil* e os trajes espanhóis que caracterizam visualmente as personagens, sendo que a relação da ação que cada um realiza está ligado à roupa que veste: aqueles que trabalham utilizam roupas mais leves e simples; e os que passeiam utilizam roupas refinadas e que são características da sua

⁴ No original: “una danza alegre y grotesca, consistente en golpearse unos a otros con espadas de palo y vejigas de aire”

posição sociorracial. Um fator relevante é que os espanhóis que se encontram no quadro estão em uma “paseo”, um entretenimento da elite, que gostava de estar nesses lugares como uma forma de demonstrar a sua diferença e selar os seus privilégios (CARRERA, 2003, p. 115).

As cenas de castas, ao centro da composição, são a segunda parte mais fundamental da obra, uma vez que revelam relacionamentos entre espanhóis e indígenas, espanhóis e negros e entre negros e indígenas. A categorização resultante aparece na cena seguinte, seguindo uma linha lógica entre as mestiçagens, totalizando oito famílias. A indumentária e os espaços em que as personagens estão inseridas auxiliam na distinção entre elas, além da tonalidade da pele.

Na primeira cena, “de española y indio nace mestizo”, a mãe traça um típico vestido de espanhola, com ornamentos ricos e floral, manga bufante com renda e um xale vermelho nos ombros. Sua roupa é um grande exemplo da moda Bourbonica⁵, embebida na influência francesa, sendo que os vestidos eram rodados até o chão e com um corpete ajustado ao corpo (VOSS, 2015, p. 257), com:

grandes decotes cobertos por musselina leve, o corpete apertado terminava em um ângulo agudo e rendas largas saíam das bordas das mangas. Todos os vestidos, mesmo os de ricos bordados em seda chinesa ou europeia, eram enfeitados com laços, guarnições e tranças douradas e prateadas. O saiote robusto mostrava o sapato, onde brilhavam as fivelas de diamante. Os penteados eram adornados com laços, joias e penas; joias foram usadas extensivamente, especialmente as pérolas (YTURBIDE; GAGE, 1990, p.76,

⁵ “in the 1700s, the advent of the Bourbon monarchy brought visual inspection to the forefront of governmentality, and the Spanish government increased surveillance of bodily practices such as clothing. There was rising concern that it was becoming impossible to distinguish the different social groups that composed the legal estates. A climate of suspicion grew among colonial elites, centered on the fear that some people of Moorish and African heritage were successfully passing as Spaniards. Concern about racial passing was further intensified by heightened attempts to enforce estate-based tax codes and tribute requirements. Clothing, which lent itself to concealing and transforming identities, was a focal point of these anxieties” (VOSS, 2015, p. 256).

A Importância da Indumentária nas Pinturas de Castas

tradução nossa)⁶.

Tal característica está presente em todas as vestimentas femininas do quadro, como será apresentado ao longo do texto. Há detalhes e composições que diferenciam todos os vestidos, tornando-os singulares e representando a diferença de cada família.

Ainda sobre a primeira cena, o filho, vestido à moda, carrega um pequeno arco e flecha, assim como o pai. Esse, por sua vez, alude para a representação de um indígena chichimeca⁷: descalço, com ornamento de plumas na cabeça, cabelos compridos e praticamente nu, somente com uma túnica cobrindo sua parte íntima. Este indígena era a representação simbólica de um bárbaro e, por estar com uma mulher da mais alta casta, deve ser lido como uma alegoria entre o encontro e colonização da América (índio) e da Europa (espanhola), o que não era incomum nas obras da época (CLINE, 2015, p. 226-227).

A espanhola da segunda cena, “De española y mestizo, nace castizo” também veste trajes típicos, trazendo elementos complementares, como o sapato preto e detalhes em sua roupa, que remetem a questão de acabamento, como os laços azuis que ligam as mangas ao resto do vestido. A questão do refinamento, do acabamento e da escolha de tecidos finos e de bom caimento contribuíam como um fator de enriquecimento do vestuário feminino e masculino (VOSS, 2015, p.261).

⁶ No original: “(...) grandes escotes iban cubiertos de ligeras muselinas; el ajustado corpiño terminaba en un ángulo agudo, y de los bordes de las mangas salían anchos encajes. Todos los vestidos, incluso los de ricos brocados de seda chinos o europeos, se adornaban con lazos, pasamanerías y galones de oro y plata. La ampona enagua dejaba lucir el zapato, donde brillaban las hebillas de diamantes (‘ebillas de pies’). Los peinados se adornaban con lazos, alhajas y plumas; las joyas eran usadas con profusión, especialmente las perlas”.

⁷ Os indígenas chichimeca são representados dessa maneira como uma referência a sua “barbárie”. Eram um grupo que viviam ao norte da Cidade do México, sendo vistos como uma etnia de difícil colonização para astecas e espanhóis (Cf. ESTRADA DE GERLERO, 1996).

Essa personagem contempla a Virgem de Guadalupe, que ocupa parcialmente o canto direito superior, sendo possível compreender tal olhar como um suplício (CLINE, 2015, p. 232), por sua filha estar em uma posição menor, o que poderá ser visto em outros momentos nessa representação: na cena três e seis. A filha do casal porta o mesmo estilo de roupa que sua mãe, algo comum nas representações do gênero (YTURBIDE; GAGE, 1990, p. 77). Já a figura masculina tem seus cabelos no estilo melena⁸, manifestando orgulho da sua descendência de indígena hispanizado (CLINE, 2015, p. 228).

Na terceira cena, “de castiza y español, nace española”, a mãe encontra-se ajoelhada e, como a espanhola anterior, olha em direção a Virgem. Segura, em seu colo, um bebê envolto por um pano branco e uma manta preta e vermelha. O pai, como um típico espanhol, trajava o estilo bourbônico, ou seja, casacos com botões decorativos nos punhos e na frente, que permitem a visualização do colete sem mangas e bordado. A camisa era branca, com rendas nos punhos e, por vezes, possuíam *jabot*⁹. As calças eram na altura do joelho, com meias que chegavam até essa altura e presas por botões na cintura. Os sapatos possuíam presilhas de prata e as perucas eram brancas, com dois cachos nas orelhas e um laço atrás segurando o resto do cabelo (YTURBIDE; GAGE, 1990, p. 76; VOSS, 2015, p. 261). Ele segura uma bengala em sua mão esquerda, contribuindo para a demonstração de que era da elite.

Já a última cena do primeiro bloco, “de negro y español, nace mulatto”, difere das outras pela espacialidade representada e pela organização familiar em que os

⁸ “That hairstyle, called melena, consisted of a fringe of hair around the face with long sideburns reaching below the shoulders, and the rest of the head shaved” (CLINE, 2015, p. 228).

⁹ Um ornamento colocado sobre o peito de camisas ou blusas, feito de rendas ou do mesmo tecido da peça.

A Importância da Indumentária nas Pinturas de Castas

integrantes se encontram. O pai exerce afazeres que destoam da sua casta e do seu gênero, ou seja, ele prepara alimentos em uma cozinha, uma função feminina em um espaço considerado impróprio para as altas castas (SCOTT, 2005, p. 74). Para isso, veste roupas apropriadas: calça vermelha, camisa branca simples e dobrada nas mangas; um avental comprido e um lenço na cabeça. Sua esposa, sentada no chão, veste roupas de alto padrão, ocupando uma posição de poder em relação ao homem, por não realizar as tarefas. O filho dessa união remete à mestiçagem indesejada e tal fato aparece em sua posição no quadro: ele está longe dos pais (CLINE, 2015, p. 230-231). Como demonstração de que era um *mulatto*, ele segura um chicote (CLINE, 2015, p. 231). Nessa trama, toda a composição refere-se a desarmonia, buscando aludir à negatividade da mestiçagem com pessoas negras.

Na cena cinco, “de española y mulatto, nace morisca”, o pai usa trajes típicos, como o chicote na mão. É possível observar uma jóia em seu sapato, adereço comum para os homens de alto padrão, já que os adornos comumente usados pelos homens eram as fivelas, botões e presilhas de sapato (MIRA, 2007, p. 156-157). Sua esposa, ao meio, como elo familiar, representa harmonia e remete a positividade desse relacionamento, diferentemente da quarta representação (CLINE, 2015, p. 232).

A cena subsequente, “de morisca y español nace albino torna atrás”, apresenta uma família sentada em um divã. O pai usa uma longa túnica de tecido rico em bordados dourados, sendo este também utilizado em seu chapéu. A mãe, olhando em direção à Virgem de Guadalupe, é a figura feminina mais luxuosa da obra. O olhar de súplica em direção à Virgem fica expressivo nessa cena, pois o seu filho regrediu na lógica da hierarquia das castas, sendo que o termo *torna-atrás* era pensado para filhos de pais brancos que nasceram negro. Pensava-se que, caso ocorresse um relacionamento interracial com negro, mesmo que o filho nascesse branco, depois de

quatro gerações, o herdeiro seria negro:

Se o cruzamento original foi entre espanhol e negro, a quarta geração de retorno produz o fenômeno de atavismo, em que aparece um indivíduo com características totalmente negroides, impossibilitando assim o retorno a raça branca. Se trata de um caso de *torna-atrás*, segundo a terminologia fiel. A sucessão é, em todos os casos, *mulatto-morisco-albino-torna-atrás*. (MORENO NAVARRO, 1969, p. 207, tradução nossa)¹⁰.

Esse termo não era uma autodefinição, mas utilizado como insulto e como uma classificação não biológica (OLIVEIRA, 2018, p. 14). Entretanto, a criança parece ser bem aceita pela família, estando perto dos pais na composição e utilizando roupas do estilo bourbônico e que seguem a mesma linha da do pai, pelo chapéu que utiliza (CLINE, 2015, p. 233).

Na sétima cena, “de mestiza y indio, nace lobo”, o esposo utiliza uma veste indígena azul, possivelmente um *quexquemiti*, sandálias e cabelo ao estilo melena, que configura que ele é um indígena cristianizado¹¹. Ele traz consigo dois peixes que remetem a sua profissão. A mãe, por sua vez, está com uma veste tipicamente *mestiza*, que pode ser percebida pelo seu xale de tecido leve e transparente (YTURBIDE; GAGE, 1990, p. 77). As *mestizas*, incluídas nessa categorização, tinham como característica o *rebozo*, um véu de algodão. Os véus eram uma obrigação das leis coloniais para todas as mulheres, mas as *mestizas* não podiam usar longos e trabalhados xales, como as espanholas, e pequenos, como os das *criollas* (YTURBIDE;

¹⁰ No original: “Si el cruzamiento originario fue entre español y negra, a la cuarta generación de retorno se produce un fenómeno de atavismo, según el cual aparece un individuo con características totalmente negroides, quedando así interrumpido el retorno a la raza blanca. Se trataría de un caso de torna atrás, según la terminología fielmente repetida. La sucesión es, en todos los casos, mulatto-morisco-albino-torna atrás”

¹¹ Percebe-se que o indígena representado na primeira cena é configurado como bárbaro na lógica que utiliza poucas roupas, adereços nativos e um longo cabelo. Os outros dois indígenas vestem roupas mais ocidentais, possuem o corte melena e utilizam sapatos, o que remete à cristianização (CLINE, 2015, p. 228).

A Importância da Indumentária nas Pinturas de Castas

GAGE, 1990, p. 77).

Por fim, a última cena, “de Yndia y Lobo, nace Yndio”, se passa em um ambiente aberto, algo comum para a representação das castas mais baixas (CARRERA, 2003, p. 28). Atrás de uma panela com um líquido branco, possivelmente o *pulque*, uma mulher usa um vestido e um xale parecido com o da *mestiza* da cena anterior. Os dois homens – sendo que o sentado só veste um *short* e o outro está com *short* e uma camisa azul – bebem o líquido e descontraem. Não é certo qual é o pai e o filho. A representação dessa bebida é importante, pois ela era considerada um mal da colônia pela embriaguez e confusões que causavam (KATZEW, 2004, p. 144-146).

Para complementar a análise descritiva, na parte inferior, em uma espécie de tigela, há dezessete elementos da flora, representados como natureza morta e que eram desconhecidos pela maioria dos europeus. Há a representação de um abacaxi, bem no centro da composição, uma fruta que remete à realeza e cujo símbolo era compreendido muito bem (SCOTT, 2005, p. 74). A descrição das frutas está em náuatle e espanhol, um elemento inovador de Luis de Mena (CLINE, 2015, p. 239-240) e que traz pensamentos importantes: o artista, por trazer uma descrição na língua indígena, alude à questão do *criollismo*, mas também dialoga com o público da arte exótica por trazer elementos únicos e inusitados, algo desejável para os compradores europeus (CLINE, 2015, p.244-246).

A Indumentária na pintura de castas

As pinturas de castas, na segunda metade do século XVIII, com o advento das leis que pretendiam o controle da sociedade e de um desejo de maior distinção social, passaram a representar as castas com diferentes vestimentas. A indumentária representada é aquela pautada nas leis coloniais, mas não necessariamente oferecem

a representação fiel do que acontecia, já que o gênero das pinturas de castas busca a representação de uma sociedade idealizada e positiva em relação a harmonia e hierarquização racial.

Atentando-se para a análise das vestimentas, ela pode ser dividida seguindo a taxonomia da sociedade de castas, como realizado por Voss: dos espanhóis, das castas mais altas, castas mais baixas e indígenas (VOSS, 2015, p. 261). Contudo, alguns elementos são partilhados: quase a totalidade das vestimentas, aqui exemplificadas pelo quadro *Castas, bebem da Reforma Bourbônica*, um elemento que também auxilia na determinação da época de produção das obras.

As diversas castas portavam peças da vestimenta espanhola (SÁNCHEZ, 2013, p.8), mas a diferença era perceptível no material empreendido:

O status social era sinalizado através de diferenças sutis na textura, padronização e qualidade do tecido; nos métodos usados para prender roupas; no grau de elaboração de prendedores de roupas, como botões e fivelas; e em ornamentação (ou sua ausência) com bordados, fitas, guirlandas, fios trançados, broches e outras joias (Deagan, 2002; Fisher 1992: 54-61 *apud* VOSS, 2015, p. 256-257, tradução nossa)¹².

Segundo o quadro de Mena, podemos perceber isso na diferença de textura e caimento dos vestidos das espanholas e das outras personagens, como as *mestizas*. A própria ornamentação do tecido é diferente, sendo a das castas mais baixas maior e mais grosseira. Isso de fato acontece, já que as castas mais altas, associadas com o sangue indígena, se vestiam segundo os trajes bourbônicos já descritos, mas com roupas mais folgadas e com materiais mais baratos (VOSS, 2015, p. 261).

¹² No original: "Social status was signaled through subtle differences in the texture, patterning, and quality of fabric; in the methods used to fasten garments; in the degree of elaboration of garment fasteners such as buttons and buckles; and in ornamentation (or its absence) with embroidery, ribbons, garlands, braided thread, broaches, and other jewelry"

A Importância da Indumentária nas Pinturas de Castas

As castas mais baixas, por sua vez, não utilizavam o estilo espanhol, ou quando o faziam, eram retratados utilizando roupas sujas e em péssimas condições (VOSS, 2015, p. 261), uma maneira de construir um discurso de salientação das castas mais altas como privilegiadas e desejadas na lógica da hierarquia. Normalmente, portavam vestimentas associadas ao trabalho que realizavam, como podemos ver na cena sete do quadro de Mena. Em geral, eram calças e camisas simples, sem ornamentos e de tecido liso, sendo uma mistura entre a roupa indígena e a colonial (VOSS, 2015, p. 261; ORTIZ, 2018, p. 223).

Os objetos incluídos nas cenas desse grupo auxiliavam na compreensão da classificação racial e do trabalho empreendido, como aventais, caixas, bacias e alimentos (CARRERA, 2003, p. 77; 83). É também o caso dos *mulattos*, em que o chicote era indispensável para a sua caracterização, assim como o *rebozo* era para as *mestizas*.

Os indígenas, no entanto, eram normalmente retratados utilizando roupas típicas e roupas limpas, diferentemente das castas mais baixas (YTURBIDE; GAGE, 1990, p. 77). A vestimenta mais simbólica era o *huipil*, uma peça feita “a partir de vários pedaços de tecido feito à mão, com uma abertura no pescoço e que ficava frouxamente envolto sobre o corpo” (VOSS, 2015, p. 257, tradução nossa)¹³. As mulheres, por baixo do *huipil* ou *quexquemitl*, utilizavam saias de algodão com partes de tecido decorado e camisas. As joias utilizadas por elas eram gargantilhas de coral e brincos de prata (YTURBIDE; GAGE, 1990, p. 77). Outras representações do feminino aparecem com o mesmo estilo, porém com tecidos mais elaborados e ornamentados, aludindo para a elite indígena e o casamento entre espanhóis (VOSS, 2015, p. 261).

¹³ No original: “The huipil was a flowing garment sewn from several lengths of handwoven cloth, with a neck opening to accommodate the head. It was worn loosely draped over the body”

Algumas dissonâncias aparecem no gênero, quando, por exemplo, as castas mais altas utilizam elementos indígenas. Tal fato pode ser compreendido como uma forma de retomada de um passado glorioso, o que é comum com a ascensão do *criollismo* (SÁNCHEZ, 2013, pp. 8-9). O inverso também é percebido, no caso de outras castas, que se vestiam como os espanhóis, principalmente aqueles que alcançavam uma ascensão econômica e buscavam adentrar nas classes mais altas. Essa questão é comum nas pinturas de castas do final do século XVIII (SÁNCHEZ, 2013, p. 9). Dessa forma, percebe-se que as roupas também são agentes de construção e negociação da identidade e uma forma de se posicionar politicamente (VOSS, 2015, p. 253).

Conclusões

As enunciações descritivas acima procuraram demonstrar que a indumentária é um fator discursivo importante para a composição das pinturas de castas. De maneira geral, os códigos vestuários são elementos ricos para se compreender o comportamento e imaginário de uma sociedade. No caso da Nova Espanha, foram pautados pelas leis sumptuárias, as quais buscavam ordenar, classificar e disciplinar as práticas sociais e o corpo colonial (SÁNCHEZ, 2013, p. 4; CARRERA, 2003, pp. 110-125). Além disso, eram baseados nas relações comerciais, regulamentos militares e doutrina religiosa, juntamente com costumes sociais e moda.

As roupas, “como um meio pela qual as identidades sociais são inculcadas e naturalizadas no corpo” (BOURDIEU, 1984; BUTLER, 1990, 1993a; COHN 1996 *apud* VOSS, 2015, p. 253, tradução nossa)¹⁴, se tornam, assim, a exteriorização visível da identidade. Isso exprime que o ato pessoal de se vestir estava acoplado na política do Império, como parte da organização social, sendo compreendido como elemento da

¹⁴ No original: “is a means through which social identities are inculcated and naturalized in the body”

A Importância da Indumentária nas Pinturas de Castas

construção e negociação da identidade (VOSS, 2015, p. 253). Logo, a indumentária apreendida nesse artigo reflete uma prática social contextualizada, de uma política hierárquica do governo colonial do século XVIII, funcionando como representante visual da hierarquia estamental, um símbolo de identidade coletiva (ORTIZ, 2018, p. 224) e uma chave de compreensão para o universo colonial (SÁNCHEZ, 2013, p. 3).

É fundamental perceber que a posição do corpo também é parte notável da encenação. No caso do quadro de Mena, as mulheres que olham em direção à Virgem são aquelas que possuem filhos de castas menores que os dos pais, em um sentido de orar para protegê-los. O filho, longe da família, é um *mestizo*, provavelmente não aceito por sua família, pela sua linhagem. A última cena, com dois homens bebendo sentados na rua, alude que eles são de uma casta mais baixa e por isso estão mais propensos a se deixarem levar pela bebida. O local em que eles se encontram também é fundamental e deve ser incluído na análise; quase a maioria das castas altas são representadas em um ambiente fechado e doméstico, sem nenhum complemento, algo característico desse tipo de representação (CARRERA, 2003, p. 101; OLSON, 2009).

Nas pinturas de castas, as roupas cumprem bem a função de criar identidade visual, uma vez que se insere a indumentária como um símbolo, tornando-as uma forma de distinção entre as castas e um dos fatores de construção visual da *calidad* entre elas (CARRERA, 2003, p.135). É possível visualizar em absoluto esta diferenciação em quadros que apresentam diversas castas, como é o caso do quadro "Castas", que apresenta oito cenas de castas. Mesmo sendo incomum por vários aspectos, esta obra ainda segue as diretrizes do gênero e apresenta uma sociedade ideal, hierarquizada e estratificada. Neste caso, Mena traz mais castas entre a mestiçagem de indígenas e espanhóis, as ditas castas mais altas e que teriam alguma chance de se

tornarem um dia espanhóis¹⁵. As espanholas do quadro estão todas ao estilo borbônico; as *mestizas* e os *mulattos* utilizam objetos de identificação; e os indígenas são representados tanto de uma forma bárbara, quanto hispanizada. É possível perceber as diferenças de caimento e de tecidos entre as diferentes personagens, algo que se relaciona com a sua aquisição financeira. Um fato interessante é o menino *torna-atrás*, da sétima cena, que se veste à luz da moda espanhola e, assim, percebe-se que ele é aceito pelos pais (OSLON, 2009, pp. 320-321). É certo que, como uma regulamentação, haviam modos de negociá-la, seja aqueles que desejavam reivindicar um passado indígena, seja aqueles que, em ascendência financeira, buscavam escalar visualmente na sociedade com o uso de vestimentas mais finas e designadas para a elite (SÁNCHEZ, 2013, p. 9).

Nesse sentido, é certo que as pinturas de castas não podem ser compreendidas como a vitrine de uma realidade, mas representam um discurso presente no imaginário social e que foi a base da política colonial. Assim, enquanto um agente visual, buscavam legitimar e retomar uma ordenação já confusa, representando também os discursos de poder colonial (KATZEW, 2004, pp. 200-204).

As pinturas foram amplamente exportadas como um produto exótico e fazem parte de uma classificação do iluminismo do século XVIII (OSLON, 2009, pp. 311-312). Entretanto, internamente, servem, também, para a visibilidade da complexa

¹⁵ Segundo a classificação mais comumente utilizada nas pinturas de castas: “De español e india nace mestiza; de español y mestiza nace castiza; de español y castiza, española; de español y negra, mulato; de español y mulata, morisco; de español y morisca, alvina; de español y alvina, tornatrás; de español y tornatrás, tente en el aire; de indio y negra, nace cambujo; de cambujo e india, lobo; de lobo e india, albarazado; de albarazado y mestiza; barcino; de barcino e india, zambaigo; de mestizo y castiza, chamizo; de mestizo e india, coyote; de lobos, cambujos y coyote es gente fiera y de raras costumbres” (Ajofrin, p.59 apud ESTRADA DE GERLERO, 1994, p. 82)/ “Según Basarás, si los espanoles se mezclaban sólo com indígenas, la sangre de éstos se podía purificar y volver a ser española, pero si la mezcla era de español o indígena con negro nunca se podía purificar y retornar a ser española o indígena” (KATZEW, 2004, p. 185)

A Importância da Indumentária nas Pinturas de Castas

autoimagem da colônia e para o advento de certa consciência *criolla*, por sua escolha do que seria representado e apresentado nessas pinturas (OSLON, 2009, pp. 311-312; KATZEW, 2004, pp. 202-203). É pela chave do *criollismo* que o quadro de Castas é aqui analisado, seja pela inclusão do símbolo identitário mais importante para esse grupo, a Virgem de Guadalupe, seja pela forma como o México, a flora e as personagens estão colocadas.

Portanto, percebe-se que as pinturas de castas possuem como sentido a tentativa de educação visual¹⁶ e de uma retomada simbólica do discurso colonial de hierarquização. O corpo é um fator de disciplinamento dessas políticas, seja pela vestimenta, seja pelos lugares e afazeres que realiza. As pinturas expressam sentimentos ambíguos, pois, ao mesmo tempo que expressam a reafirmação da sociedade de castas e de um produto de exportação na lógica do exótico e da classificação, também expressam o limiar do sentimento *criollo* de orgulho da nação e de criação de uma identidade única (OSLON, 2009, pp. 311-312).

Referências Bibliográficas

Fonte

MENA, Luis. "Castas" 1750, óleo sobre tela. 119 x 103 cm. Collection of the Museo de America, Madrid. (inventory number 00026)

Artigos e livros

Boyer, Richard. "Negotiating Calidad: The Everyday Struggle for Status in Mexico." **Historical Archaeology**, vol. 31, no. 1, 1997, pp. 64-73. Disponível em:

¹⁶ Segue a proposta das imagens serializadas, uma ferramenta muito utilizada para a educação visual na doutrinação cristã (Cf. KATZEW, 2004; OSLON, 2009).

www.jstor.org/stable/25616518. Acesso em: 07 ago 2020

CARRERA, Magali Marie. **Imagining identity in New Spain**: race, lineage, and the colonial body in portraiture and casta paintings. Austin, TX: University of Texas Press, 2003. 188 p., il. (Joe R. and Teresa Lozano Long series in Latin American and Latino art and culture). ISBN 9780292712454 (enc.).

CLINE, Sarah. Guadalupe and the Castas: The Power of a Singular Colonial Mexican Painting. **Mexican Studies**, Santa Barbara, v. 31, n. 2, p.218-247, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.history.ucsb.edu/wp-content/uploads/Guadalupe-and-the-Castas.pdf>>. Acesso em: 06 ago 2020

EBERT, Anne. La representación de las américas coloniales en los cuadros de castas. **Scientia**: Revista do Centro de Pesquisa da Universidade Ricardo Palma. n. 10, v. 10, 2008, pp.139-152. Disponível em: https://www.academia.edu/32298503/La_representaci%C3%B3n_de_las_Am%C3%A9ricas_coloniales_en_los_cuadros_de_castas_.Scientia_Revista_del_Centro_de_Investigaciones_de_la_Universidad_Ricardo_Palma_10_2008_139-152. Acesso em: 06 ago. 2020

ESTRADA DE GERLERO, Elena Isabel. Las pinturas de castas, imágenes de una sociedad variopinta. In: **México en el mundo de las colecciones de arte, Volume 4**. México: Nueva España, 1994. p. 79-114.

_____. The Representation of 'Heathen Indians' in Mexican Casta Painting. In: KATZEW, Ilona (org.). **New World Orders**: casta painting and colonial latin america. Newyork: Americas Society Art Gallery, 1996. p. 42-57.

FLORESCANO, Enrique. **Memória mexicana**. Coautoria de Raul Velazquez. 2. ed. México, DF: Fondo de Cult. Económica, c1994. 604p., il. (Sección de obras de historia). ISBN 9681639995 (enc.).

GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001, c1999. 398 p., il. ISBN 8535901922 (broch.).

KATZEW, Ilona. **La pintura de castas**: representaciones raciales en el México del siglo XVIII. Madrid: Turner, 2004. 329 p., il. ISBN 9788475066387 (broch.)

MIRA, Letizia Arbeteta. Precisiones Iconográficas sobre Algunas Pinturas de la colección del Museo de América, basadas en el estudio de la joyería representada. **Anales del Museo de América**, n. 15, 2007, pp 141-171. Disponível em:

A Importância da Indumentária nas Pinturas de Castas

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2572556>>. Acesso em: 29 jul 2020

MORENO NAVARRO, Isidoro. Un aspecto del mestizaje americano: El problema de la terminología. **Revista Española de Antropología Americana**, vol IV, 1969, pp 201-217. Disponível em: <<https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/41980/26695-26714-1-PB.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 mar 2020

OLIVEIRA, Juliana Proença de. Colonialismos e discursos raciais: as castas de Luis de Mena e o Criollismo no México do Século XVIII. **Ícone**: revista brasileira de história da arte, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 3, p.8-25, 2018. Semestral. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/icone/article/view/85529/51053>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

OLSON, Christa. "Casta Painting and the Rhetorical Body." In: **Rhetoric Society Quarterly**, vol. 39, no. 4, 2009, pp. 307-330. Disponível em: <www.jstor.org/stable/40647265>. Acesso em 27 jan. 2020.

ORTIZ, Lorenzo Silva. Castas y posición social: un cuadro de mestizaje como reflejo del poder en la sociedad novohispana del siglo XVIII. **Faces de Clio**: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História – UFJF, Juiz de Fora, v. 8, n. 4, p.214-226, Jul-Dez 2018. Semestral. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/8_L4_Lorenzo-Silva-Ortiz-Artigo-Livre_214_226.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SÁNCHEZ, Victória Luján. Representaciones del vestir en la pintura de castas: el indumento como indicador en el marco de un modelo social estamentario. In: IBARRA, A; CASETTA, G. (ed.). **Representación en Ciencia y Arte**. Vol 4, Editora Brujas, 2013. p. 573-584.

SCHWARTZ, Stuart B.. Colonial identities and the sociedad de castas. **Colonial Latin American Review**, [s.l.], v. 4, n. 1, p.185-201, jan. 1995. <http://dx.doi.org/10.1080/10609169508569846>.

SCOTT, Nina M.. Measuring Ingredients: Food and Domesticity in Mexican Casta Paintings. **Gastronomica**, [s.l.], v. 5, n. 1, p.70-79, fev. 2005. University of California Press. <http://dx.doi.org/10.1525/gfc.2005.5.1.70>.

VOSS, Barbara L.. Fashioning the colonial subject: clothing. In: _____. **The Archaeology of Ethnogenesis: Race and Sexuality in Colonial San Francisco** Stanford: Stanford University, 2015. p. 253-261.

YTURBIDE, Teresa Castelló; GAGE, Thomas. La indumentaria de las castas del

mestizaje. **Artes de México**, Nueva Epoca, n. 8, 1990, pp. 72-78. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/24326832.pdf?refreqid=excelsior%3A8ef47e7fb6c9a87fe1999a7917b22e6e>. Acesso em: 06 ago 2020

A representação dos curdos no melodrama turco: “Sila, prisioneira do amor”

Pricyla Weber Imaral*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p505-536

Resumo: Este artigo retoma de maneira resumida a análise desenvolvida a respeito das representações das populações curdas nas telenovelas turcas, buscando entender o poder da mídia em influenciar a percepção de nacionalidade dos cidadãos. A pesquisa é feita através da telenovela “Sila Prisioneira do Amor”. A partir da análise da telenovela foi desenvolvido um estudo a respeito da narrativa melodramática como maneira de promover estilos de vida e cultura. Neste cenário, buscamos extrair os estereótipos que corroboram para a estigmatização da população curda no país através dos meios de telecomunicação, neste caso, o melodrama turco “Sila, prisioneira do amor”. Alicerçamo-nos, então, na fonte ficcional para expor como os processos de silenciamento histórico estão implícitos na trama e trazem uma reflexão sobre o que seria uma cultura “atrasada”. Neste aspecto entendemos o uso do melodrama como um auxiliar pedagógico que atua na educação do ethos nacional, e a televisão como uma ferramenta que auxilia no processo de modernização do país.

Palavras-chaves: Curdo; Curdistão; Nacionalismo Turco; Telenovela; Turquia.

* Bacharela em História Memória e Imagem, título adquirido pela Universidade Federal do Paraná. Possui experiência em pesquisa na área de história contemporânea e mundo pós-colonial no Oriente Médio. As principais pesquisas desenvolvidas pela autora estão relacionadas aos processos de partição do Oriente Médio no pós-guerra, processos de assimilações culturais tais como: turquificação, arabização e persianificação. Trabalhou principalmente com as populações curdas na Síria e Turquia e seus projetos de emancipação. Desenvolveu estudos de Mídias melodramáticas turcas e a representação da população curda na televisão.

Introdução

Sila (Cansu Dere) é uma jovem que quando pequena foi vendida pelo pai (curdo) à uma rica família de Istambul (turca), para que seus pais pudessem pagar o tratamento de saúde de seu irmão mais velho Azat (Cemal Toktaş). Sila cresce em Istambul usufruindo da “modernidade” presente na cidade. Mais tarde, seu pai biológico, Celil (Menderes Samancılar) reaparece, sob o pretexto de que sua mãe biológica estava muito doente e desejava vê-la uma última vez. Sila, então, concorda em voltar a sua terra natal e conhecer seus familiares. No entanto, o verdadeiro motivo de Celil levá-la de volta à Mardin¹ é para que a jovem se case em uma cerimônia de troca de esposa conhecida como *Berdel*,² a fim de pagar uma dívida de sangue que seu irmão Azat adquiriu com a principal família da região, ao fugir e desonrar Narin (Boncuk Yılmaz), a caçula da família Genko.³ A região onde a novela se passa fica no sudeste da Turquia, entre as cidades de Mardin, Midyat e Diyarbakir. Segundo a trama, esta região possui organizações políticas tribais, configurando-se através do sistema de clãs, no qual as autoridades permanecem sob a figura de um agha.⁴ O drama, portanto, tem como enredo principal a vida de Sila após o casamento forçado com Boran (Mehmet Akig Alakurf).

A análise central da telenovela pautar-se-á na representação dos curdos em meios midiáticos turcos, tendo em vista a construção de identidades antagônicas.

¹ Mardin fica na região sudeste da Turquia, faz parte da região de *Bakur*, Curdistão Turco. A região está localizada próximo à fronteira com a Síria.

² *Berdel* é uma cerimônia de troca de esposas, esta tradição serve para evitar conflitos ou mortes, muitas das vezes a “desonra” (mulher noiva, ou solteira que fugiu com um homem que não era seu noivo), é paga com quantias em dinheiro, carros, casas, até armas, em última instância, outra mulher da família da noiva e dada à família que se sentiu desonrada a fim de que a dívida seja paga (KARDAM, Filiz: 2005).

³ Clã Genko - família de aghas que governam a região.

⁴ Chefe de uma tribo ou clã.

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

Nesse sentido, é relevante estudar a construção de alguns personagens na trama. No caso, os pais biológicos de Sila, Celil e Bedar (Zeynep Eronat). Eles são importantes para essa análise, a medida em que se constrói um estereótipo muito tipificado de como seriam os Curdos na região de Mardin. De forma muito sucinta, os personagens são apresentados como camponeses miseráveis, incultos, iletrados cuja maior missão de suas vidas é manter as tradições. Desta maneira, tentam explorar a imagem de uma região que, segundo a ótica ocidentalista, estaria “atrasada” em relação ao resto da Turquia, travando assim, um embate maniqueísta entre modernidade e tradição. Esses ícones são apontados de forma dual travando um conflito de narrativa, entre Mardin versus Istambul, laicidade versus religião, turcos versus curdos, e assim por diante.

A telenovela parte do pressuposto de que as minorias são aceitas e convivem de forma harmoniosa dentro do Estado. Contudo, conforme veremos mais à frente, esta relação é problemática e bastante conflituosa, visto que existe longo histórico de perseguição ao grupo desde a época da formação da República da Turquia. É sobre esta base que nos aproximamos à produção televisiva selecionada para, a partir daí, questionar os processos de formação de identidades políticas sobre uma narrativa melodramática, assim como as particularidades do imaginário moderno na Turquia e o papel dos seus outros constitutivos, particularmente nesta narrativa. a população curda. O discurso anti-curdo endossado pelos meios de comunicações reforça estereótipos de violência e terrorismo que são essenciais para a legitimação de um estado de exceção e ocupação da Turquia em território Sírio.

1. TURQUIA ENTRE MODERNIDADE E TRADIÇÃO

Existe na Turquia uma disputa de narrativas que se estende desde o início da

era Kemalista⁵. Durante o processo de modernização e seu alinhamento com a Europa, a Turquia passou a imaginar uma nova nação que contivesse uma identidade “europeizada”. Esta, no entanto, foi produzida através de supressão de vários grupos. Ao analisar o desmantelamento do Império Otomano e a criação da República da Turquia, nos deparamos com o seguinte problema: a ambiguidade produzida através do discurso romantizado da produção nacional, que por um lado exaltava um passado “glorioso” e por outro, tentou apagar os “orientalness” e construir o nacionalismo voltado para “opan-turkishism” na tentativa de resgatar uma turquidade presente em culturas antigas dos sumérios e hititas que haviam habitado a região da Anatólia (DEVÉS-VALDÉS, 2014, p.658). Ou seja, ao mesmo tempo em que combatia o “atraso” oriental, fazia uso do mesmo para legitimar a construção da nova identidade do país.

Para Eric Hobsbawm, existem basicamente dois tipos de tradições; uma é a tradição inventada, utilizada para fins políticos, construída e formalmente institucionalizada. Existem também as tradições que remetem algum momento no passado, mas que não é possível localizá-lo temporalmente (HOBSBAWM, 2014: p.7). O autor alega que a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que seja apenas pela imposição da repetição (Ibid, p. 11).

Nesta perspectiva, as tradições combatidas por Atatürk são as de criações mais

⁵O período entendido como kemalista se configurou a partir de declínio e queda do Império Otomano, se consolidou com a criação do moderno Estado Turco. Tem esse nome por fazer referência ao criador do Estado Mustafá Kemal Atatürk, que desenvolveu uma “revolução francificada”, alinhando os projetos nacionalistas para o mundo ocidental. Nesse período, Atatürk desenvolveu seu projeto baseado em aspectos como: populismo; supressão do califado frente a secularização; homogeneização do território; e mudanças no campo da economia, passando de colonial para nacional. Cabe ressaltar que o projeto kemalista é ultranacionalista, seu projeto de construção de um Estado homogêneo suprimiu minorias étnicas como os curdos e armênios.

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

fluidas que não existe um recorte temporal específico em detrimento das tradições inventadas, pois, estas servem para legitimar a criação e consolidação da nação. Visando a substituição da velha tradição “tribal” ou religiosa à tradição inventada, que é carregada de símbolos nacionalistas, como: bandeiras, hino nacional, entre outros. É justamente sobre esta tradição inventada que muitos curdos surgem como “problema”, à medida em que passam a recusar a Nação turca. Para além da laicização como um problema de combate às tradições, é preciso analisar com cautela o caso específico do enfrentamento às tradições curdas e como ela foi se consolidando ao longo dos anos a partir da não submissão da população curda ao Estado.

O conflito que surge a partir deste embate de narrativas se dá justamente a partir da aplicação da tradição inventada. As tradições curdas, por exemplo, mantiveram focos de resistência fazendo com que permaneçam até os dias atuais, como é o caso das organizações tribais de clãs, o qual existe a figura política do agha e de todo um aparato que não necessariamente está ligado ao Estado. E, mais atualmente, temos a proposta do Confederalismo Democrático em curso no Curdistão Sírio, como uma autogestão que também não recorre ao Estado. Ou seja, temos duas propostas que não são condizentes com a narrativa do Estado turco.

A dificuldade em aceitar as tradições novas criadas pelo imaginário nacional, não se deu única e exclusivamente pelas populações curdas. Hobsbawm ressalta que as tradições criadas no século XVIII e XIX ocupavam um espaço muito pequeno na vida cotidiana e autônoma da maioria das pessoas, em detrimento à pequenos grupos de subculturas presentes nas sociedades agrárias, por exemplo (HOBBSAWM, 2014: p.19). Ou seja, as tradições combatidas pelo Estado continuavam sendo mais fortes que as inventadas. Nesse sentido, pode-se alegar que o nacionalismo turco não

teve grandes efeitos sobre as populações em Bakur (Curdistão turco)⁶. Motivo pelos quais diversos conflitos se deram a partir da não adequação dos curdos ao sistema burocrático de Estado.

2. O CONTEXTO DA TELENÓVELA

“Sila, prisioneira do amor” se insere na discussão conflituosa entre turcos e curdos justamente por se tratar de uma produção televisiva que pretende expor a região de Mardin. Esta exposição, entretanto, consiste em construções de um imaginário coletivo que entende os curdos como portadores de uma tradição retrógrada que se opõe ao estilo de vida da “moderna” e urbana Turquia. Para compreender melhor a narrativa, é preciso atentar-se principalmente à palavra tradição e seu emprego durante toda a trama, pois, esta, baseia-se em conceito chave para se pensar a nação turca em contraste com as populações curdas. Nesse sentido, a telenovela retrata as tradições curdas como violentas, apelando principalmente para as questões que envolvem *Blood feud* e crimes de honra.⁷

A telenovela tratará alguns aspectos destes crimes, como o processo de troca de esposas chamado de *berdel*, e os conflitos por distribuição de terras e água, representados pelas lutas entre clãs vizinhos e consequentes mortes de seus atores. A narrativa busca sobremaneira desqualificar a formação tribal e cultural curda,

⁶A área reivindicada como Curdistão está localizada próximo à cordilheira dos Zagros e Taurus contemplando Turquia, Síria, Irã e Iraque. Onde, Başûrê (Curdistão iraquiano), Bakur (Curdistão turco), Rojava (Curdistão sírio) e Rojhilat (Curdistão iraniano), sendo a Turquia o país que concentra maior número de curdos na região, cerca de 20 milhões vivem na Turquia, chegando a 25% da população. Kurde Institut: <<https://www.institutkurde.org/en/info/the-kurdish-population-1232551004>> Acesso em: 06/04/2019.

⁷Conflitos de sangue, geralmente travado por duas famílias, ocasionalmente acontecem mortes por armas de fogo, geralmente os conflitos tratados são por causa de problemas referentes à distribuição de água, terra, ou crimes de honra, geralmente estes conflitos duram anos, e seguem algumas gerações da família, tribo ou clã (İÇLİ, 1994, p. 69).

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

fazendo-se valer do discurso modernizante perpetrado por Mustafá Kemal Atatürk⁸ durante a formação da República Turca, de maneira a exemplificar esta dualidade entre a modernidade das leis da Turquia e o “atraso” das leis clânicas curdas.

Ao longo da telenovela se constrói uma ideia de que os curdos vivem, morrem e matam para manter suas tradições. Contudo, é preciso olhar com bastante cautela para este aspecto, visto que, o próprio PKK⁹ também se contrapõe aos poderes “feudais”¹⁰ dos aghas. A trama sugere que o sistema político curdo deva ser extinto por não combinar com a sociedade turca e propõe a perpetuação do processo de apagamento histórico e cultural iniciado pelo processo de turquificação¹¹ ainda no início do século XX. Desta forma, busca-se reforçar a necessidade de extinção do sistema de clãs, para que a nação turca seja livre do “retrocesso” e de todas as suas amarras que porventura sejam associadas ao Oriente.

3. SILA (PRISIONEIRA DO AMOR) E O PROJETO CIVILIZADOR

Este trabalho expõe os ícones que compõem a narrativa a fim de que a

⁸Mustafá Kemal, foi o primeiro presidente da Turquia. Nesse período, Atatürk desenvolveu seu projeto baseado em aspectos como: populismo; supressão do califado frente a secularização; homogeneização do território; e mudanças no campo da economia, passando de colonial para nacional. Posteriormente ganhou o epíteto de “Atatürk”, “pai dos turcos” considerado como herói nacional.

⁹ Partido dos Trabalhadores do Curdistão. Partido de maior influência sobre os curdos na Síria e Turquia.

¹⁰Ao se tratar do sistema tribal curdo torna-se inevitável defrontar-se com o constante emprego da palavra “feudal” utilizados por diversos autores. Embora seja bastante delicado a utilização do termo, visto que se refere a um recorte territorial e temporal eurocêntrico. Utilizaremos mesmo assim, na falta de uma adjetivação melhor para explicar as relações sociais presentes dentro das organizações políticas curdas. Para Martin Van Bruinessen (1992), a utilização do termo está relacionada à forma como os grupos estão organizados dentro da lógica política e econômica, essas relações de dominação seriam quase feudais. Onde camponeses vivem em uma relação de subserviência a um *agha*.

¹¹O processo de turquificação foi marcado por políticas assimilacionistas de forte cunho nacionalista, visando imposição cultural. Atuando também como parte de um processo civilizatório muito maior. Por conseguinte, o país passou a combater todo e qualquer indivíduo que representasse o “atraso” promovendo a criação de uma nação turca homogênea.

construção do imaginário social¹² a respeito das populações curdas seja, efetivamente, demonstrada na trama. Nas primeiras cenas do capítulo inicial da telenovela, já se apresenta um crime de honra. Narin, irmã de Boran Genko, o agha (líder político), foge com Azat (filho de camponeses). Boran surge armado com seus capangas montados em cavalos, a fim de encontrar o casal fugitivo para que a tradição seja cumprida, ou seja, eles sejam assassinados. Entretanto, Boran liberta o casal e decide em reunião do clã que prefere resolver a situação sem o derramamento de sangue, ou seja, uma perspectiva de inovação cultural. Esta atitude, faz parte da constituição da sua personagem, o “mocinho” que vive uma guerra interna entre cumprir as tradições ao mesmo tempo em que luta contra elas.

Durante a reunião do clã, Boran sai em defesa de sua irmã, porém, seu tio alega: “Meu filho, uma mulher de nossa família foi raptada, não podemos ficar aqui sentados como se fosse uma celebração, existem as tradições. Você decide! Só existem duas opções, ou você se casa com a irmã de Azat, ou, caso contrário, você não poderá controlar o clã”. O pai de Boran reforça: “Não é fácil, controlar vinte mil pessoas. Quando lhe dei a posição de agha, você sabia que não seria fácil, pode ser que você tenha que matar a sua mãe, se a tradição assim mandar [...] é assim por séculos, e não será mudado”¹³. Frente à pressão desempenhada pelo clã, Boran demonstra insatisfação diante da impossibilidade de não poder resolver o conflito sem que a tradição seja aplicada, nesse caso, ele opta pela realização do *Berdel*, e decide entregar sua irmã à Azat e em troca, tomará Sila, irmã de Azat, como esposa.

¹²O conceito utilizado nessa pesquisa, está ancorado no filósofo Cornelius Castoriadis. No qual o autor entende que Imaginário social é a tentativa de explicar as diferenças presentes entre diferentes sociedades. Esse imaginário segundo o autor, estão presentes em normas, valores, linguagens etc. O autor entende que esse processo de criação do imaginário social é essencialmente imaginário e não racionais. Em outras palavras “a sociedade é uma criação, uma autocriação” (CASTORIADIS, 1997. P.5). A sociedade imagina a si mesmo, assim como imagina o “outro”.

¹³ SILA, PRISIONEIRA DO AMOR, 2016: (Brasil), capítulo 1.

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

Estes primeiros eventos apresentados, demonstram a construção do estereótipo curdo como violento. Os personagens Firus e Zinar agha, respectivamente pai e tio de Boran, representam a rigidez do sistema clânico. Estes personagens são importantes dentro da trama, pois além de serem membros do clã Genko, fazem parte do conselho de patriarcas, que juntos tomam as decisões a respeito da aldeia. Nota-se de antemão, que a principal ferramenta narrativa utilizada na telenovela será a apresentação dos curdos como grupo agressivo e sanguinário. Dessa maneira, a telenovela atua como ferramenta em que se promove uma realidade que contribui para a imaginação do outro. Esta leitura é reforçada pelos diálogos dos personagens, que estão geralmente atreladas a juízos de valor sobre suas práticas culturais, através de falas como: “Talvez você precise matar sua mãe, se assim mandar a tradição”¹⁴; “As pessoas estão morrendo por causa dessa tradição estúpida”¹⁵. Estas falas retratam bem o tom que a telenovela busca empregar sobre a forma que os curdos vivem. Frases como estas sempre estão inseridas em um contexto de estupro, morte, rapto e violência doméstica, criando assim, uma associação entre as tradições curdas à violência. Quando temas como estes são expostos nos meios midiáticos, evidenciam que o estilo de vida do sudeste da Turquia deve ser combatido, pois remeteriam à barbárie. Entretanto, a situação torna-se ainda mais delicada ao passo que estas ligações na telenovela reforçam o imaginário social que o grupo étnico carrega através da estigmatização da violência e sua forçada relação com terrorismo.

O principal tema abordado pela trama são os chamados *Blood feud*, que contribui igualmente para este estigma enfrentado pelo grupo. Os conflitos de sangue seriam, em suma, os meios pelos quais os problemas entre clãs são resolvidos.

¹⁴ Ibid, capítulo 1.

¹⁵ Ibid, capítulo 18.

Segundo a socióloga Tülin Günşen İçli, estas práticas configuram-se como funcional no sentido de fortalecer os laços familiares ao passo que aumentam a solidariedade entre os membros da família (İÇLİ, 1994). A situação de Narin e Azat qualifica-se como rapto, portanto, segundo a tradição tribal, isto seria uma desonra à família da mulher raptada, a solução então a ser tomada seria o assassinato do casal ou aplicação da tradição denominada *berdel*.

Como parte da prerrogativa estabelecida através das tradições, Boran precisa se casar com alguma moça solteira da família de Azat, para finalização do contrato entre as duas famílias, cansando-se com Sila. Visto que Sila casara forçada e, portanto, não teria interesse em consumir o casamento, Boran é orientado por seus pais a violentá-la para que o casamento seja validado e o contrato feito através do *berdel* seja mantido. Contudo, ele não o faz. Boran faz um corte em sua mão e suja o lençol de sangue, para que este seja exposto e apresentando ao clã a fim de legitimar o casamento. Sila fica desesperada e tenta fugir de várias maneiras, porém é capturada. Com o passar dos dias, ela aceita que ficará presa neste casamento para sempre. Sila, então, começa a observar que Boran é “diferente” dos líderes tribais, pois demonstra ser intelectual e aparenta ter compaixão com as pessoas comuns da aldeia, assim como demonstra ser piedoso com os animais, apaixonando-se por ele. Nesta lógica, o personagem de Boran serviria para quebrar os estereótipos sobre a suposta selvageria curda, representando a moral inovadora da história. Contudo, é apresentando justamente o contrário, pois, dentro da trama, Boran seria a exceção, ou seja, novamente a narrativa sugere que todos os curdos são violentos e incompassivos fazendo com que o comportamento de Boran seja uma raridade na telenovela.

Boran e Sila formam opostos, numa dualidade sugerida entre modernidade e

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

tradição dando sentido e significados a partir de signos constituintes da narrativa. Neste sentido, pode-se apontar a personagem Sila, como a metáfora modernizante. Em sua primeira aparição na trama, ela surge com um biquíni tomando banho de piscina em sua mansão (cabe ressaltar que a Turquia é um país de população majoritariamente muçulmana conservadora). A narrativa evidencia o contraste pretendido através do choque cultural entre Istambul e Mardin. Boran constitui o lado tradicional, principalmente por seu cargo político de agha, o aplicador das leis tribais e o agente que simboliza a personificação da tradição curda.

Conforme mencionamos anteriormente, a palavra tradição é de suma importância para compreensão da narrativa, dando a ela um peso quando ultrapassa as fronteiras de Mardin, e espalha-se nas cidades grandes. Nessa lógica, a tradição é entendida como subversiva, ela estaria ameaçando o estilo de vida da cidade, posto que a todo momento a narrativa busca evidenciar que esta seria a única lei que o grupo obedeceria. Falas como: "O poder do clã está em suas tradições"¹⁶; "A tradição é lei e deve ser aplicada a todos"¹⁷, demonstram isso. A importância das tradições é corroborada também pela trilha sonora “Töre” (tradição), a principal música da telenovela, que tocou em todos os momentos de tensão, conflitos e até durante a morte de alguns personagens.

[...] Não é algo que venha de Deus, é a criação das pessoas. Não é algo que venha de Deus. Como podem os bebês nascerem com armas? Tradições, Tradições, Tradições... Como podem os servos de Deus se transformarem em servos das pessoas? Você colocou rancor em um cego coração. Como isto pode ser justiça? (AKSU, Sezen. Tradução nossa).¹⁸

¹⁶ SILA, PRISIONEIRA DO AMOR, 2016: (Brasil), capítulo 9.

¹⁷ Ibid, capítulo 6.

¹⁸No Original turco foi traduzido para o inglês: Customs, customs, customs (how) can the servants of God become servants of people? You placed grudge into the blind heart. How can this do justice? Disponível em: <<https://lyricstranslate.com/tr/Toere-Toere.html>>. Acesso em: 19/02/2020.

Para Heloisa Buarque de Almeida (2001), a música é de grande importância dentro das produções melodramáticas, pois ajuda a construir personagens e cenas, usada como auxiliar da própria narrativa. A letra sugestiva transfere um juízo de valor sobre as tradições, ao passo que apresenta também o estreito laço da laicidade no país. O juízo empregado possui caráter religioso, configurando, assim, um pensamento que simboliza o afastamento dos curdos do islã em prol de suas próprias tradições “criadas pelas pessoas”. Sendo assim, reforça a ideia da quebra da adstrição sunita que curdos e turcos possuíam na época do Império Otomano¹⁹. É importante notar que a forma como os curdos interpretam as leis clônicas e as aplicam está sendo exposta através de um ponto de vista turco, a fim de vender uma imagem do grupo, que em determinados momentos pode ser exagerada.

A segunda parte da trama, que se passa em Istambul, também deixa alguns signos para serem analisados. O primeiro caso é a situação de Celil, pai de Sila e Azat. Após a fuga dos filhos, Celil é obrigado a cumprir as ordens desempenhadas pelo clã, que envolveria matar os filhos. Em Istambul, Celil não consegue matar os filhos e Sila o acolhe em sua casa. Ou seja, ele tem uma atitude diferente da esperada pelo clã e pela própria trama, que passa a retratá-lo como mais uma vítima do sistema, cuja saída está na segurança trazida pela fortuna de Sila em Istambul. Celil é retratado de duas maneiras durante a trama. Inicialmente, ele é exibido como oportunista. Pois, quando teve a oportunidade de buscar sua filha ainda na infância em Istambul, ele preferiu aceitar uma grande quantia em dinheiro que o possibilitou a compra de sua casa, além de receber porções mensais em dinheiro do pai adotivo de Sila, para que ele não mais buscasse a filha. Em outro momento este estereótipo é reforçado, quando os pais adotivos de Sila morrem e deixam para ela toda a fortuna, mansões e

¹⁹Abdullah Öcalan defende que os curdos experimentaram uma relativa paz, baseado na adstrição sunita que turcos e curdos possuíam durante o período otomano.

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

demais bens, então, Azat e Celil conspiram sobre como gastar a fortuna de Sila.

Em um segundo momento, Celil é retratado como um sujeito ingênuo, pois muitas pessoas conseguem passá-lo para trás, roubá-lo e aproveitar-se dele, sendo também retratado como camponês caipira. Esta proposta dos personagens, embora subjetiva, demonstra alguns aspectos importantes sobre a maneira que os curdos são entendidos, sendo retratados como camponeses famintos, dispostos a fazer qualquer coisa para sua sobrevivência, como por exemplo, vender a filha.

Após Sila conseguir fugir e refugiar-se em Istambul, Boran e os membros do clã vão até a cidade para “caçá-la” por ter desonrado a família ao fugir. Na cidade, a família de Sila e o próprio Boran enfrentam alguns estigmas sociais, sendo sempre tratados como incivilizados. Estas atitudes tornam-se nítidas através de algumas falas, como quando uma funcionária da empresa de Boran em Istambul diz: “Não me leve a mal, mas o senhor parece diferente de alguém que cresceu em Mardin [...] Você é culto e civilizado”. Boran, ofendido, a acusa de preconceito. O fato de Boran ser culto parece não combinar com os outros líderes políticos da região. E de fato, a questão de já ter passado por educação formal traz um peso ao personagem fazendo com que ele se torne um “quase civilizado” na narrativa binária da trama, visto que muitas vezes ele se posiciona contra as tradições.

Não apenas Boran passa por constrangimentos como estes na cidade, mas também o pai de Sila e seu irmão caçula, Emir. Este, tem seu sotaque questionado algumas vezes durante a trama, sendo constantemente satirizado pelos colegas na escola. Os curdos não falam turco essencialmente, eles foram forçados à uma alfabetização turca, visto que por muitos anos foi proibido falar qualquer outro idioma que não o oficial. Sobre isso, as autoras Sezgin e Wall (2005) sugerem que os

curdos são interpretados na sociedade turca como ignorantes e uma das razões disso está associada ao fato de não conseguirem falar turco com fluência.

A terceira e última parte da telenovela busca retratar o retorno dos personagens de Istambul à Mardin. Nesta etapa, Sila tem a sentença de morte adiada pelo clã, após anunciar sua gravidez - fruto de um estupro de Boran. Narin e Azat também têm a sentença adiada, contudo, Azat é assassinado por um dos primos de Boran, fato que acaba libertando Narin do contrato *Berdel*. Nesta fase, Sila retorna mais empoderada, passando de uma postura de mocinha injustiçada a uma mulher forte que começa a lutar ativamente contra as tradições. Nesse sentido, a personagem atinge o estereótipo esperado dentro da produção melodramática - visto que ela corresponde a todos os aspectos esperados para gerar empatia no público a respeito do que se espera de uma protagonista. Jovem, virginal, vendida na infância, depois obrigada a se casar, enfrentou violência física, psicológica e sexual. Mas, superou tudo, passando de vítima a uma importante mulher de negócios bem-sucedida.

Esta era uma convenção narrativa: a heroína que começa pobre, virgem e desamparada e no processo de ascensão social deveria sofrer transformações muito fortes, como mudar sua roupa, seu penteado sua forma de falar. [...] É esperado que a personagem passe por uma transformação, passando de uma heroína pobre em mulher rica, bonita e poderosa (ALMEIDA, 2001: p.207).

Como parte desta problemática, Sila, assumindo outra postura, começa a atuar contra o clã de forma mais incisiva, contando com ajuda inclusive de Boran. O agha inicia a construção de uma escola primária que receberá o nome de Sila. Ao mesmo tempo, ela inaugura uma fábrica na região, onde emprega camponeses pobres, cujos filhos devem permanecer na escola para garantirem o emprego. Este momento torna-se importante para entender Sila como elo modernizante em Mardin, sua estadia e mudança de paradigma de “mocinha” para heroína a torna a pessoa capaz

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

de promover um questionamento na sociedade local. Contudo, como sabe-se, por mais que Sila também seja curda, ela cresceu em Istambul, portanto, teria sido assimilada pela modernidade turca e possuiria o “fardo” de levá-la a Mardin.

O comportamento do casal desagrada o clã, por estarem mudando as estruturas sociais de vilarejo, fazendo com que a liderança política de Boran seja questionada, até que, por fim, o conselho dos patriarcas resolve retirá-lo do cargo. Seu tio Zinar então assume a liderança do clã, prometendo pulso firme com o cumprimento das tradições, dividindo os apoiadores da família Genko em grupos que apoiavam as tradições e grupos que lutavam contra elas. Ao longo de toda a trama procurou-se mostrar que a educação formal seria a solução para resolver os problemas culturais do grupo, ao passo que vê na educação uma saída para este “atraso”. Este raciocínio se dá através das falas de Sila: “A escola é para orientar as pessoas a ignorar a tradição²⁰”; “A gente sabe que a educação é capaz de mudar o mundo Narin²¹”. A protagonista, portanto, seria o ícone constituinte que dá vida ao processo civilizacional, procurando sempre criticar a cultura local: “Prefiro que meu filho morra, do que se torne um homem ruim, como manda a tradição²²”; “Não sei se estarei viva para ver meu filho lendo um livro²³”, constituindo, assim, um debate antagônico no qual existe apenas uma saída. Esta abordagem também traz a possibilidade de interpretação de que apenas alguém de fora (Istambul) poderia fazer o papel da reflexão cultural e questionamento das tradições. É ignorado, por exemplo, o próprio PKK, que se opõe aos poderes “feudais” dos aghas, mas esta crítica não consiste na morte ou no apagamento cultural, conforme sugerido pela

²⁰ SILA, PRISIONEIRA DO AMOR, 2016: (Brasil), capítulo 96

²¹ Ibid, capítulo 190.

²² Ibid, capítulo 68.

²³ Ibid, capítulo 61.

trama²⁴.

Caminhando para o final da narrativa, no penúltimo capítulo, Sila cumpre seu papel de heroína, ao passo que seu posicionamento e sua influência sobre Boran conseguem, por fim, mudar a mentalidade local. O papel de Sila dentro da trama representou uma ponte que buscou a transição da “atrasada” Mardin, devido às tradições, até o desenvolvimento, investindo em empresas, fábricas, educação etc.

A modernidade trazida por Sila teve um efeito dentro do clã e em toda a aldeia, conforme o desfecho do último capítulo. Quando Zinar agha devolve seu título a Boran, por entender que ele seria um líder mais justo e coerente para o clã, Boran então aceita o cargo e convoca todo o conselho de clãs, aldeões e patriarcas, para fazer um pronunciamento. Neste evento, Boran fala das escolas e da importância delas para a evolução do mundo e da região. Esta fala remete diretamente à Sila – visto que sua personagem serviu como impulso para a perpetuação das escolas como parte de um projeto civilizador e colonizador. Em seu discurso, Boran se emociona ao anunciar as novas mudanças:

“Há milhares de anos construíram aqui a maior civilização do mundo, e faremos isso novamente. [...] Olhando daqui eu posso ver o sofrimento que cada um de vocês passou. O nosso povo já passou por tantos tempos difíceis, que eu começo a ver a figura de um agha de uma forma um pouco diferente. Será que um agha é realmente necessário nesse mundo? [...] minha decisão final é que o cargo de agha será abolido. Assim, seremos um exemplo para os outros clãs. [...] Quando eu fui escolhido para ser líder de vocês pela primeira vez, meu pai me disse que um agha tem que ser justo, forte e não poderia voltar atrás das suas decisões. Se vocês obedecerem a isso, poderão resolver seus próprios problemas com ajuda da lei e nos tribunais. Vocês conseguem, eu realmente acredito em vocês [...] vamos construir uma nova ordem juntos que será baseada na confiança e no respeito.”²⁵

²⁴ ROJAVA NO ESTA SOLA, Publicação anarquista solidária com la lucha del pueblo curdo. N°2 p.16.

²⁵ SILA, PRISIONEIRA DO AMOR, 2016: (Brasil), capítulo 199.

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

Quando Boran decide por definitivo abolir o cargo de agha, ele por si mesmo está representando a conclusão do projeto civilizador. Ao tomar esta iniciativa, demonstra que sua assimilação ao estilo de vida turco foi concluída com sucesso. Este ponto pode ser justificado pelos argumentos defendidos por ele: “Use as leis e tribunais para resolver seus problemas”. Todo este aparato burocrático é parte do projeto estatal ao qual Boran passou a se submeter, abandonando seus costumes “rebeldes” em prol de um bem maior: a civilização. A submissão de Boran às burocracias oferecidas pelo Estado é de grande significado. Nesta ótica, Abdullah Öcalan²⁶, em “Confederalismo Democrático”, defende que o Estado-nação e a burocracia não podem existir um sem o outro. Juntos desempenham um papel crucial para manter a estrutura política estatal.

Estado-nação precisa de instituições adicionais para proteger sua base ideológica, bem como suas estruturas jurídicas, econômicas e religiosas. A constante expansão da burocracia militar e civil custa caro e serve apenas para preservação do próprio Estado, que por sua vez coloca a burocracia acima do povo (ÖCALAN, 2008, p.20).

A defesa da burocracia estatal é, portanto, extremamente significativa para se pensar o movimento político curdo e sua luta pelo direito de autodeterminação. Ao assumir uma submissão ao Estado através da burocracia, Boran abre mão não apenas do sistema de clãs e suas tradições, mas, também de alguns aspectos culturais que representam uma grande parcela do grupo étnico.

A cena final da telenovela traz Sila e Boran de mãos dadas, caminhando lentamente até que finalmente somem no horizonte. Nesse momento, surge a narração de um homem explicando para duas crianças sobre a história de amor de Sila e Boran:

²⁶Líder e cofundador do Partido dos Trabalhadores de Curdistão, atualmente encontra-se preso, sendo o principal ativista e político de atuação curda.

“E ninguém nunca mais viu a Sila e o Boran [...] eles lutaram muito pelo seu povo, eles acreditaram que as coisas poderiam mudar, eles lutaram contra um pensamento primitivo, contra ignorância e contra a tradição sem sentido. Eles nos mostraram um caminho para a luz. Passaram por inúmeros desafios, mas o amor lhes mostrou o caminho, lhes deu coragem e esperança para que homens e mulheres convivassem com respeito e admiração. Eles mudaram as coisas sim, mas ainda há muito a ser feito. E agora, vocês seguem de onde eles param, vocês continuam as lutas deles, lutem por amor, por respeito e pela igualdade. [...] Eles andaram de mãos dadas, contra todos os tipos de injustiças, contra mortes desnecessárias, contra desunião das pessoas que tinham que lutar juntas para melhorar o estilo de vida na mesopotâmia”.²⁷

O final da trama é simbólico quando pensamos na história contemporânea da Turquia. O processo modernizante e civilizatório implementado no país, são significativos para refletir o projeto nacional turco. A telenovela Sila, insere-se neste contexto, sendo Sila um agente ativo que leva a cabo o projeto civilizador em Mardin. Quando o narrador chama as crianças a continuarem o processo iniciado por Sila, “Agora vocês seguem de onde eles pararam”, ele não apenas está falando com as crianças na cena propriamente dita, mas direciona ao público em geral à lutar contra “todos os tipos de injustiças”, no sentido de lutar abertamente contra as tradições, de onde, segundo ele, viriam as injustiças e “mortes desnecessárias.”

O final deste último capítulo é importante para se pensar o que a trama está tentando passar desde o início. A construção de um ideal de “outro” que a única forma de conseguir fazer parte de “nós” é através da adequação e assimilação cultural. Nesse aspecto, as produções televisivas são importantes à medida em que promovem um estilo de vida ideal. “Neste caso, a mídia influencia diretamente as atitudes e percepções das audiências, construindo uma visão de mundo que reforçaria estereótipos negativos” (ALMEIDA, 2001: p.16). Em Sila por exemplo, a ideia a ser reforçada é o quão cruel seriam as tradições curdas.

²⁷ SILA, PRISIONEIRA DO AMOR, 2016: (Brasil), capítulo 199.

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

A produção televisiva muitas vezes idealiza um estilo de vida que é incompatível com a vida camponesa. Segundo Almeida: “As telenovelas treinam o espectador numa linguagem televisual muito mais ágil e, assim, auxiliam na compreensão e interpretação dos anúncios que em poucos segundos pretendem veicular estilos de vida, atitudes e comportamentos” (ALMEIDA, 2001: p.23). Nesse sentido, focam no estilo de vida urbano das grandes cidades, produzindo um modelo ideal de nação, no caso de Sila, a Turquia. Neste ideal, imagine-se a sociedade turca rica desenvolvida no qual Mardin não consegue se encaixar, por isso, a única saída é a assimilação.

4. PODE A TELENVELA INFLUENCIAR NA PERCEPÇÃO DA NACIONALIDADE?

As telenovelas promovem estilos de vida. Estes, no entanto, geralmente estão associados aos grandes centros urbanos, conforme aponta Heloísa Buarque de Almeida (2013). A autora postula que as telenovelas tendem a ensinar algumas coisas, principalmente para as populações mais pobres, de baixa escolaridade e pouco capital cultural, que entendem a televisão como fonte confiável de informação. Consoante a isso, em “Media Worlds” os autores entendem que os produtos oferecidos na televisão cooperam para promoção desta “educação” e estilo de vida pretendido:

Maior parte do rádio e da televisão tem controle estatal ou está nas mãos de profissionais da indústria cultural que, como argumenta Stuart Hall (1980), tendem a compartilhar os “códigos dominantes” do Estado-nação. A censura antecipatória e a autocensura são as normas. Seja criando lealdade, moldando entendimentos políticos, promovendo o desenvolvimento nacional, “modernizando”, promovendo o planejamento familiar, ensinando a privatização e o ethos capitalista, criando bons socialistas ou entreteendo inocentemente. A mídia tem sido vista como ferramentas poderosas para hegemonia ou transformação social (GINSBURG, ABU-LUGHOD AND BRIAN LARKIN, 2002, p.11. Tradução nossa).²⁸

²⁸No Original: Most radio and television has been state-controlled or in the hands of culture industry

Sabendo que as telenovelas têm poder de persuasão e influência sob seus telespectadores, a mídia é capaz de direcionar o público, contra ou a favor dos grupos minoritários. “Estudos anteriores da imprensa turca também demonstram que a mídia turca em geral tende a definir a nação através de ameaças internas e externas percebidas” (SEZGIN, WALL, apud Yumul e Ozkirimli, 2000. Tradução nossa).²⁹

A telenovela legitima um sentimento nacionalista, criando uma diferenciação do que é ser turco, “moderno e civilizado”, e do que é ser o outro não civilizado. Ao olharmos para os discursos nacionalistas difundidos no início do século passado, “Um país, uma língua uma bandeira”³⁰, é perceptível que isso ainda faz muito sentido no país, suprimindo assim os demais indivíduos. Isso também ocorre dentro da própria trama, quando a associação da população curda com a violência por si só se encarrega de criar barreiras sociais que fogem da narrativa ficcional e vão para a realidade cotidiana das pessoas. Neste aspecto, a exploração da imagem dos curdos na televisão, tem uma linguagem parecida com a reproduzida pelos jornais. Conforme apontam Dilara Sezgin e Melissa Wall (2005), a representação dos curdos nos jornais do país é discriminatória, sugerindo uma cultura não digna de respeito:

Neste estudo, a reprodução da mídia e a justificativa do governo conferem à elite dominante uma posição superior que ajuda a manter a posição desigual dos curdos na vida social turca. Por fim, os curdos são mantidos em silêncio na cobertura da mídia (a discussão é sobre eles e não com eles), são principalmente associados ao terrorismo (o PKK) e são retratados como divisores com demandas irracionais. A estrutura da cobertura é muito

professionals who, as Stuart Hall (1980) has argued, tend to share the “dominant codes” of the nation-state. Censorship and anticipatory self-censorship are the norms. Whether to create loyalty, shape political understandings, foster national development, “modernize,” promote family planning, teach privatization and the capitalist ethos, make good socialists, or innocuously entertain, media have been viewed as powerful tools for hegemony or social transformation.

²⁹No original: Previous studies of the Turkish press have also found that the Turkish media in general tend to define the nation via perceived internal and external threats (Yumul and Ozkirimli, 2000).

³⁰ Slogan amplamente difundido durante a formação da República turca.

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

nacionalista e considera os curdos como inimigos, menosprezando e desacreditando sua existência e valores culturais (SEZGIN, Dilara. WALL, Melissa A. 2005: p.795. Tradução nossa)³¹

As lutas discursivas promovidas pela elite turca para articular a identidade curda são muito eficientes. A manifestação nacional tão presente nas narrativas midiáticas possui papel fundamental dentro do país, chegando a articular as massas de tal modo que, aconteceram tentativas de linchamentos contra curdos e ativistas de esquerda no país (ZEYDANLIOGLU, 2008). A televisão, como provedora de cultura, adentra as casas fornecendo elementos do que seria uma “cultura pública” (ABU-LUGHOD, 2002), promovendo a reconhecimento da população com a cultura “Ocidental” de Istambul, ao passo que se afasta das demais localidades interioranas. Segundo Yörük (2013), Istambul é uma dessas cidades que busca integração com redes comerciais e culturais transnacionais, preservando suas características locais específicas. A cidade teve desde de sua criação e mudança de nome um papel extremamente importante no intercâmbio comercial, político e cultural. Nesta perspectiva, podemos deduzir que existe, portanto, um *ethos istambulenses* que pretende ser reafirmado a partir das narrativas midiáticas.

Os autores Faye D. Ginsburg, Lila Abu-Lughod, e Brian Larkin (2002) argumentam que “a nação ainda é um quadro de referência poderoso, especialmente nos muitos países onde o Estado tem sido o principal ator na criação e regulação de redes de mídia”³². Podemos, então, apontar algumas produções televisivas como

³¹No original: In this study, media reproduction and justification of the government stand accords the ruling elite a dominant position and helps it maintain the unequal position of Kurds in Turkish social life. Ultimately, Kurds are kept silent in media coverage’ (discussion is ‘about’ them not ‘with’ them), are mostly associated with terrorism (the PKK), and are portrayed as divisive and as putting forth unreasonable demands. The framework of the coverage is very nationalistic and regards Kurds as enemy.

³² No original: The nation is still a potent frame of reference, especially in the many countries where the state has been the prime actor in the creation and regulation of media networks.

importantes fontes de difusão da narrativa oficial que é divulgada por toda mídia turca.

A representação dos curdos frente à mídia local é sempre associando-os ao terror em narrativa emocional, trazendo relatos “tristes e violentos” e gerando no público uma revolta perante o grupo; “eles têm o sangue de milhares em suas mãos” (SEZGIN, Dilara. WALL, Melissa A. 2005: p.791). Esses discursos apaixonados fazem parte da narrativa do Estado-nação em que a Turquia pretende fazer objetificação da população curda, da qual é impossível dissociar a sua imagem da violência, em outras palavras a “selvageria” do grupo ameaça a integridade do Estado.

A indústria cultural estaria a serviço do Estado ao passo que deslegitima a produção de identidades consideradas subalternas à nacional. Nesse aspecto, “cinema, vídeo e televisão - como tecnologias de objetivação e reflexão - contêm neles um duplo conjunto de possibilidades. Eles podem ser condutores para impor os valores e a linguagem da cultura dominante a povos minoritários” (GINSBURG, ABU-LUGHOD, LARKIN, 2002, p.51).³³ Segundo Nezih Erdoğan (1998), o caráter colonialista da mídia turca impõe valores culturais à identidade nacional, ao passo que propõe o apagamento e ressignificação de outros, colocando-se como o portador ou o agente externo que define o outro como sendo autêntico ou não, nacional ou não.

É dessa maneira, dentro da narrativa nacional, que o Estado consegue ressignificar as identidades. A exibição de Sila é problemática principalmente ao papel atribuído aos clãs curdos, na prerrogativa de não-civilização frente à sociedade “moderna”. Sua difusão se relaciona com o nacionalismo turco, que vê no outro um

³³No Original: Film, video, and television—as technologies of objectification as well as reflection—contain within them a double set of possibilities. They can be seductive conduits for imposing the values and language of the dominant culture on minoritized people.

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

problema a ser resolvido.

5. NACIONALISMO, FRONTEIRAS E CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO NACIONAL.

As separações dos grupos populacionais através de estatutos étnicos e de nacionalidade serviram para criar fronteiras artificiais que evidenciou conflitos. Conforme aponta Partha Chatterjee, na década de 1970, o nacionalismo tornou-se objeto de política étnica, uma das razões pelas quais as pessoas do Terceiro Mundo se mataram através de guerras civis prolongadas, ou mesmo, atos de terrorismo (CHATTERJEE, 2004: p.90). Este embate se dá, pela maneira com a qual a nação passa a ser imaginada e difundida. Segundo Eric Hobsbawm o modelo proposto extingue outras culturas:

As nações, postas como modelos naturais ou divinos de classificar os homens, com o destino político [...] inerente é um mito; o nacionalismo, às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera culturas preexistentes: Isto é uma realidade (HOBSBAWM, 1991:19).

O longo processo de modernização e ocidentalização colocou a República Turca em evidência no que tange o distanciamento de seus vizinhos Orientais, embora o país não esteja completamente na Europa, e não tenha participado dos “movimentos evolucionais da democracia moderna” (CHATTERJEE, 2004). A Turquia, ainda assim, conta com as estruturas promovidas pela cultura Ocidental, muito embora estas estruturas estejam abaladas dados os conflitos étnicos enfrentados no país. Na Turquia existe uma longa e ambígua disputa interna no tocante ao tema modernidade. Para compreender melhor os motivos que levam estes embates, precisamos olhar primeiramente ao projeto de nação que está sendo pensado e promovido no país.

O projeto nacional encabeçado por Atatürk como vimos, teve influência da Europa. Esta iniciativa esteve pautada sobre o princípio da homogeneização nacional, legitimando assimilação e aculturação. Benedict Anderson em “Comunidades imaginadas” discorreu sobre este aspecto - segundo ele, a modernidade repousaria em um “tempo homogêneo e vazio.” Para Partha Chatterjee (2004), esta concepção de homogeneidade fora construída através da historiografia moderna que imagina o espaço social da modernidade sobre a homogeneidade. Chatterjee discorda de Benedict Anderson, interpretando a modernidade como “heterogênea, irregular e densa.”

O processo de turquificação ainda em movimento, não conseguiu criar um espaço-temporal que consolidava a nação turca como homogênea. Pelo contrário, conforme aponta Chatterjee, a modernidade em crise, não consegue lidar com a realidade heterogênea da nação. Existe “sob o mesmo teto” modernidades outras, que não estão dentro de contexto imaginado. A instabilidade causada encontra-se justamente no fato de que a comunidade homogênea imaginada não existe. “As pessoas podem apenas imaginar-se no tempo homogêneo vazio; elas não vivem nele” (CHATTERJEE, 2004: p.73). Outras realidades convivem no espaço-temporal da nação; diferenças culturais, étnicas e religiosas. Essas diversidades de componentes percebe a nação de forma que não corresponde com o mito criador que legitima o tempo homogêneo. Por isso, para Chatterjee (2004) a homogeneidade é utópica, visto que ela tenta moldar o todo nacional dentro de uma artificialidade, que não consegue de fato corresponder às realidades paralelas ou subalternas presentes dentro do corpo nacional.

Conforme falamos acima, o Estado-nação enquanto criação moderna não conseguiu englobar todos os presentes no território. A entidade em si só é

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

problemática, visto que está baseada numa falsa ideia de “pureza étnica”. Embora a maioria das pessoas tenham uma noção de pertencimento seja subnacional ou transnacional, conforme apontam os autores Faye D. Ginsburg, Lila Abu-Lughod e Larkin (2002). Esta unificação sob o seio do Estado, romantizando as relações de pertencimento da população, tende a privilegiar determinados elementos sociais em detrimento de outros. Para o geógrafo Arjun Appadurai (2006), existe uma ideia perigosa por trás da ideia de Estado-nação: a ideia de um “ethnos nacional” que se baseia no *genius* étnico. Ou seja, a base racional para a consolidação do Estado-nação é o racismo. A etnicidade serviu como promotora de uma legitimidade de Estado perante determinados grupos como temos visto. Uma vez que quase todas as ideias de nação e povo se baseiam em alguma ideia de singularidade ou pureza étnica e a supressão das lembranças da pluralidade, as minorias étnicas borram os limites de um povoamento nacional (APPADURAI, 2006: p.41).

Isto acontece a partir da criação de um inimigo interno, no caso os curdos. Para que esta diferenciação seja possível, é traçado um limite entre o que é “nós” e o que são “eles.” Para Appadurai (2006), este limite está baseado na teoria do bode expiatório. Onde o inimigo é fundamentado a partir de estereótipos e contrastes de identidades. Ao diferenciar este outro ‘estranho’ se cria desumanização ou marginalização. Se torna possível o enclausuramento, monitoramento, possível morte e extermínio deste grupo (MBEMBE, 2006). O sociólogo Daniel Feierstein (2003), alega que essa ideia de “degeneração” permitirá construir a imagem de um “outro não normalizado,” este outro perde seus direitos como indivíduos ao passo em que se torna um perigo para a população o que justifica seu tratamento como não humano, como “agente infeccioso”. Esta política de identificação desse outro sujeito como perigoso começa com o que o Appadurai denomina de surgimento de “identidades

predatórias” que reivindicam a extinção de outra coletividade para garantir sua própria sobrevivência (APPADURAI, 2006: p.46). Neste aspecto, o autor ressalta que a mídia possui papel importante, ao passo em que ajuda a construir um estereótipo desse ‘inimigo da nação.’

Ao analisar a forma em que o discurso midiático é produzido na Turquia e a maneira como ele direciona e aponta os curdos como “terroristas” faz parte do projeto de nação pensado para a Turquia, Appadurai alega que a associação do grupo ao terror serve apenas para criar um medo constante de que eles venham desestabilizar o Estado. O filósofo Achille Mbembe concorda neste sentido. Para ele, Estado-nação surge para criar medo e terror, fazendo uso da violência para consolidar o domínio de um determinado grupo social (MBEMBE, 2006). Sendo assim, a política em relação a esses “outros” transformados em parasitas, que não encontram um lugar na estrutura da padronização do Estado, está sendo construída em um caminho rápido e claro para o assassinato, que está passando e montando uma fase sobre a outra: marca, assedia, isola, enfraquece e finalmente extermina. (FEIERSTEIN, 2003: p.8).³⁴

A etnicidade, portanto, serve para trazer uma separação destes indivíduos - dos que poderão circular livremente dentro do Estado, e dos que não. Tanto Achille Mbembe quanto Arjun Appadurai entendem que a construção do inimigo interno é criada de forma ficcional para justificar o estado de exceção ou uma guerra contra o terror (MBEMBE, 2006) e com isso justificar a validade do Estado. Esses “outros” são apresentados por Appadurai como um “pequeno número” - o autor explica que na

³⁴ No original: La política hacia estos "otros" convertidos en parásitos, que no encuentran cabida en los marcos de la normalización estatal, se va construyendo en un rápido y claro recorrido hacia el asesinato, que va atravesando y montando una fase sobre otra: marca, hostiga, aísla, debilita y, finalmente, extermina.

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

verdade o estado de exceção seria instaurado a partir da repercussão do medo deste grupo minoritário tomar o lugar da maioria, estes sentem-se, então, ameaçados pelas possibilidades de ocupar o lugar da minoria. Em outras palavras, para o autor, a identidade predatória na verdade seria uma circunstância onde maioria e minorias poderiam trocar de lugar, ou seja, a eliminação “deles” significa a sobrevivência do “nós”. Esta minoria, portanto, ofereceria na visão do ator, perigo à “pureza” do todo nacional (APPADURAI, 2006).

Ao expor a produção do inimigo interno, é impossível dissociar o crescimento da violência do Estado com a repercussão da mídia que consiste no principal formador de opinião na atualidade. Sem ele, os discursos a respeito de terrorismo e a estereotipificação do outro não teria atingido o patamar que alcançou no século XIX. Appadurai infere que o aumento das mídias - internet, noticiário, mensagens (e porque não telenovelas?) - serviu de combustível para o que ele chama da “geografia da raiva”, que seriam os resultados de “temores próximos e eventos distantes” (APPADURAI, 2006: p.77).

O melodrama auxilia a narrativa nacional que diferencia o “outro”. Assim sendo, a televisão atua de forma pedagógica, visto que busca ensinar o que seria o “estranho” ou o que não cabe no *ethnos* nacional, se aproveitando das relações ambivalentes presentes no país ao passo que forja identidades a fim de justificar uma cultura nacional, mobilizando o público através de discursos de autenticidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação das populações curdas é bastante controversa quando se trata dos meios hegemônicos de comunicação. Este trabalho se propôs analisar a construção do “outro” através da produção midiática e melodramática de “Sila,

prisioneira do amor”. Esta utiliza-se dos preconceitos e caricaturas comuns a respeito de um “inimigo interno” forjado e reforçado pelos meios de telecomunicações. A partir desta pesquisa, constatamos que o processo de turquificação iniciado no início do século XX, durante a construção do Estado nacional moderno turco, ainda repousa no imaginário social de país. Os projetos assimilacionistas desempenhados pelos kemalistas, atuaram de forma colonial no Curdistão turco, impondo o idioma, cultura e, sobretudo, a soberania de um Estado homogêneo. Em “Sila” encontramos resquícios desse processo, visto que ao término da telenovela, é sugerido a extinção do sistema clânicos no curdistão, bem como sua submissão à burocracia do Estado.

A construção da ameaça interna é uma aposta narrativa desenvolvida na telenovela. Arquitetada a partir de uma construção antagônica entre o que é ser turco e civilizado e do que é ser curdo e não civilizado; do que representa a modernidade e do que representa a tradição. Pode-se notar, que a principal característica na trama foi desqualificar a cultura e organizações políticas curdas, criando um inimigo que é “atrasado”, “incivilizado”, “bárbaro”, “violento” e “terrorista”. A associação forçada dos curdos com a violência na trama não é involuntária, ela parte de estereótipos reforçados internamente que associam os curdos a miséria, violência e terrorismo, desde os anos 1980. Discutimos as produções televisivas como dispositivos de reprodução de um pensamento anti-curdo que, ao fim, serve para legitimar a perseguição contra o grupo e a imposição de um estado de exceção.

Dentro da produção televisiva é sugerido que os problemas enfrentados no curdistão turco são essencialmente de caráter tribal, dado o “atraso” do grupo frente ao resto da Turquia. Quando na realidade, a região de Mardin encontra-se à margem da história oficial da Turquia desde o século XX, conforme aponta a antropóloga Zerrin Özlem (2010). Para a autora, Mardin está a margem da Turquia não apenas em

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

sua relação às fronteiras geográfica, mas também, pelos diversos conflitos que se passaram ali como o genocídio armênio em 1915, e a chegada dos curdos, assim como os recentes conflitos militares entre o PKK e o Estado turco.

Para além do recorte da pesquisa, podemos apontar que a construção produzida não apenas pela televisão como na mídia em geral criou um ar de instabilidade que molda a opinião pública frente, por exemplo, a ocupação da Turquia nos territórios de Rojava, Afrin e Kobane, na Síria (2018-2019). O medo do inimigo interno torna-se também uma alavancagem que justifica a exterminação deste ‘pequeno grupo.’ O medo da possibilidade da criação de um Estado Curdo que significaria a perda territorial da Turquia, é uma constante dentro do cenário interno.

REFERÊNCIAS

SILA, PRISIONEIRA DO AMOR, 2016: (Brasil)

FONDATION INSTITUT KURDE DE PARIS: <https://www.institutkurde.org/>

ALMEIDA, Heloísa. **“Muito mais coisas”**: Telenovela, consumo e gênero. (Tese de Doutorado). Campinas - SP: Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2001.

_____. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. **Estudos Feministas. Florianópolis**. Vol. 15 280, p. 177-192, 2007.

_____. Classe média para a indústria cultural. **Psicologia USP**. São Paulo. Vol. 26, p. 27-36, 2015

ABU-LUGHOD, Lila. **Dramas of Nationhood, The politics of Television in Egypt**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2008.

APPADURAI, Arjun. **O medo do pequeno número: Ensaio sobre a geografia da raiva**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

ARCOS, Javier C. **"El Kemalismo: Un caso de centralitarismo práctico-radical en la disyuntiva identitaria turca. Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938)"** USACH, Santiago, p. 83-100, 2011.

BINER, Zerrin. Ö. Acts of Defacement, Memory of Loss Ghostly Effects of the "Armenian Crisis" in Mardin, Southeastern Turkey. **History & Memory**. Vol. 22, p. 68-94, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. **El Imaginario Social Instituyente**. Zona Erógena. Nº 35, 1997.

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, Modernidade e Política. "A nação em tempo heterogêneo"**. Salvador: Edufba, 2004.

DALKILIÇ, Neslihan. "The Architectural analysis of traditional houses of Midyat - Mardin, Turkey". **International Journal Of Academic Research Diyarbakir** Vol.4, p.10-31, 2012.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **Pensamiento Periférico: Asia - África - América Latina - Eurasia y algo más. Una tesis interpretativa global**. Santiago de Chile: Providencia, 2014.

ERDOGAN, Nezihi. **Narrative of resistance: Nacional identity and ambivalence in the Turkish melodrama between 1965 and 1975**. *Narratives of resistance*, p. 259-271, 1998.

FEIERSTEIN, Daniel. **El fin de la ilusión de autonomía. "Las contradicciones de la modernidad y su resolución genocida"**. In: AA.VV. Genocidio. La administración de la muerte en la modernidad. Buenos Aires: Eduntref, 2005.

FILIZ, Kardan. **"The dynamics of honor killing in Turkey: Prospect for action"** Ankara: United Nations Population Fund, 2005.

GINSBURG, Faye D. ABU-LUGHOD, Lila. LARKIN, Brian. et al. **Media Worlds**. Londres: Anthropology on New Terrain, 2002.

A representação dos curdos no melodrama turco “Sila: prisioneira do amor”

PÉREZ, Leonardo Cancino. **Aportes de la noción de imaginario social para el estudio de los movimientos sociales.** Polis Revista Latinoamericana, Nº 28. 2012.

SEZGIN, Dilara. WALL, Melissa A. **Constructing the Kurds in the Turkish press: a case study of Hürriyet newspaper.** Media culture and society, Vol.27, p.787-798, 2005.

HOLLANDA, Heloísa. B. **Cultura como recurso.** Salvador: Fundação Pedro Calmon. 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780.** Trad. Antônio Candido. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

_____, RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.
İÇLİ, Tülin. G. **Blood Feud In Turkey: A Sociological Analysis.** The British Journal of Criminology, Vol 34, p. 69–74, 1994.

ÖCALAN, Abdullah. **Guerra e paz no Curdistão.** International Initiative Edition. 2008.

OCAKLI, Feryaz. **Politics in the Kurdish periphery: clan networks and local party strategies in a comparative perspective.** Middle Eastern Studies. Saratoga Springs, Vol. 53, p. 571–584, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto.** Trad. ARCHAMBAULT, Elisabeth. Editorial Melusina, S.L 2006.

VAN BRUINESSEN, Martin. **Agha, Shaikh and State: The Social and Political Structures of Kurdistan.** London: Zed Books, 1992.

_____, **‘Kurdish identities and Kurdish nationalisms in the early twenty-first century’** Published in Turkish as: ‘Erken 21. Yüzyılda Kürt Kimlikleri ve Kürt Milliyetçilikleri’, in: Elçin Aktoprak & A. Celil Kaya (eds), 21. Yüzyılda Milliyetçilik: Teori ve Siyaset. Istanbul: İletişim, p. 1-16, 2016.

ZEYDANLIOGLU, Welat. The White Turkish Man’s burden: Orientalism, Kemalism and the Kurds Turkey. In: RINGS, Guido; IFE, Anne (Eds.), **Neo-colonial mentalities in contemporary Europe? Language and discourse in the construction of identities.** London: Cambridge Scholars Publishing, p. 1-23, 2008

KILIÇBAY, Barış. İNCİRLİOĞLU, Emine. O. **Interrupted Happiness: Class Boundaries and the 'Impossible Love' in Turkish Melodrama.** Ephemera reviews critical dialogues on organization, p. 236-249, 2003.

YÖRÜK, Zafer. **Soft Power or Illusion of Hegemony: The Case of the Turkish Soap Opera "Colonialism".** Izmir: University of Economics. International Journal of Communication, Vol.7 , p. 2361-2385, 2013.

Dataísmo, a religião do século XXI e sua manifestação do sagrado no filme I Am Mother (2019)

Carolina Cavilha dos Santos Hashimoto*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p537-554

Resumo: O artigo demonstra em que momentos do filme I Am Mother é possível perceber a inteligência artificial como sendo um ente sagrado. Isso pelo fato da obra narrar a história de um robô chamado Mãe que tem o poder de manipular a criação da vida humana logo após sua extinção. A obra permite ainda observar uma narrativa mitológica adaptada ao contexto tecnológico e inteligente do século XXI. Passível de ser estruturado a partir da temática da religião dataísta. Um conceito atual que foi aprimorado pelo historiador Yuval Noah Harari. O preceito básico do dataísmo é a cultuação dos dados ao invés de deuses ou do homem. Desse modo, o robô Mãe é venerado como um ente sagrado por se encarregar de dar vida aos embriões selecionados e de julgar quem é digno de permanecer vivo para dar continuidade à espécie humana. Para conseguir suas metas, o robô age de maneira estratégica e planejada. Agindo pela força caso seja necessário. A abordagem fílmica se baseia sobretudo no mito da criação e recriação do mundo, da Arca de Noé, do fruto proibido, de Adão e Eva, da Mãe Terra, do sacrifício humano. Há também alguns elementos históricos e simbólicos que são esclarecidos no decorrer do texto. Como exemplo, a simbologia do fogo que é usado na película para incinerar o que o robô entende como desnecessário. Por fim, o texto também tem a intenção de provocar no leitor uma reflexão sobre o impacto dos avanços tecnológicos para o futuro da religião.

Palavras-chave: dataísmo, história das religiões, inteligência artificial, mito pós-moderno, sagrado.

Introdução

I Am Mother é um filme de ficção científica que foi lançado em 2019. A história é ambientada em uma unidade isolada e altamente tecnológica no planeta Terra após a extinção dos seres humanos. No local, um robô chamado Mãe (voz de Rose Byrne) mantém 63 mil embriões humanos congelados em uma máquina avançada. A meta de Mãe é repovoar o planeta. No entanto, esse repovoamento é feito de maneira metódica e racional. Isso porque o robô Mãe tem o papel de escolher um único embrião feminino para dar sequência à vida humana.

A partir da seleção, o feto se desenvolve de maneira rápida em uma máquina que simula o útero materno. Depois disso, o filme vai mostrando em etapas o crescimento da chamada Filha (Clara Rugaard) até chegar à adolescência. Durante esse tempo, o robô se mostra como uma verdadeira mãe, alimentando e educando a criança de forma rígida. A inteligência artificial aplica diversos testes para constatar os conhecimentos e a ética da Filha. Caso haja reprovação, o humano é incinerado¹. A película não mostra essa cena, apenas sugere que isso tenha acontecido. A própria adolescente que se saiu bem nos exames descobre esse indício por acaso quando encontra uma arcada dentária de outra pessoa dentro de um forno.

Nesse caso, é cabível uma análise sobre a simbologia histórica do fogo. Não por acaso ele é inserido na narrativa do filme. O fogo está presente em diversas mitologias de culturas ocidentais e orientais. Pode significar as paixões, o ato sexual,

¹ É interessante mencionar que essa mítica escatológica envolvendo a inteligência artificial não é nova no cinema. Em 1927, o filme *Metrópolis* de Fritz Lang já trazia algo semelhante, onde um robô se rebelava contra os seres humanos. Na literatura, existe o romance *Frankenstein* (1831) da escritora britânica Mary Shelley.

Dataísmo, a religião do século XXI e sua manifestação do sagrado no filme *I Am Mother* (2019)

o conhecimento intuitivo, as almas errantes e até mesmo o Espírito divino. Também é símbolo da purificação, da regeneração, da morte e do renascimento, um veículo ou mensageiro entre o mundo dos vivos e dos mortos. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1988, p. 440-44). No filme, talvez o significado que melhor se enquadre ao fogo seja o da purificação, visto que o robô não aprovou uma das meninas no teste por ela ter se comportado de maneira imprópria. Assim, o fogo agiria para purificá-la.

Com base nesse enredo, o artigo pretende analisar algumas cenas onde é possível perceber a manifestação do sagrado em um cenário moderno. Além disso, o filme ainda permite notar uma narrativa mitológica que também merece alguns apontamentos. Porém, o foco da análise será a expressão do sagrado dentro do que se entende como religião dataísta.

O algoritmo como o sagrado

O sagrado tem a função de revelar a realidade do Universo, de fundar o mundo, fixar os limites e estabelecer uma ordem cósmica. Ele pode se manifestar de diversas maneiras e quando isso acontece, temos uma hierofania (ELIADE, 1992, p.21). Em *I Am Mother* também há hierofanias. A primeira a ser abordada é o robô chamado Mãe.

A percepção de considerar um robô como uma manifestação do sagrado vem a partir das contribuições feitas pelo historiador Yuval Noah Harari em seu livro “Homo Deus: Uma Breve História do Amanhã”. O autor entende que em um ambiente tecnológico e informatizado, o que poderá ser cultuado não serão mais deuses ou o homem. Os dados é que agora se tornam venerados (HARARI, 2016, p. 369). Com isso, novas tecnorreligiões poderão vir a “conquistar o mundo prometendo salvação por

meio de algoritmos e genes” (HARARI, 2016, p. 354). Sendo assim, Harari indica que a nova tecnorreligião do século XXI é o dataísmo.²

No dataísmo, “o Universo consiste num fluxo de dados e o valor de qualquer fenômeno ou entidade é determinado por sua contribuição ao processamento de dados” (HARARI, 2016, p. 370). Algo perceptível em *I Am Mother*, visto que as informações formam uma base importante no relacionamento entre o robô Mãe e a Filha. O robô é quem detém o conhecimento sobre tudo, sendo Filha a figura contestadora e curiosa da realidade.

Desse modo, o sagrado poderia ser os próprios algoritmos³ manifestados pelo robô. Isso porque é possível dizer o que significam algoritmos. São instruções que indicam o passo a passo de diversas ações. São dados agrupados que transmitem informações. Porém, a resposta sobre por que existem, por exemplo, parece ser algo mais complexo. O que o teólogo alemão Otto Rudolf ressaltaria como o lado ameaçador e misterioso do sagrado. “Deus é Aquele que é incomensurável para nós seres humanos. “Um deus *compreendido* não é Deus.” (RUDOLF, 2007, p. 14).

Essa característica de incompreensão do sagrado pode ser percebida em um diálogo entre a garota e o robô. Ela pergunta para Mãe: “Você sempre viveu aqui, mãe?”. O robô responde: “Acho que sim”. Filha questiona: “Você não sabe”? O robô: “Não lembro de outro lugar”. A Filha volta a indagar: “Isso não te incomoda? Não

² O professor e jornalista David Brooks foi quem usou o termo “dataísmo” pela primeira vez. Brooks trabalha como comentarista de opinião no *New York Times* e escreveu sobre o assunto em 4 de fevereiro de 2013. O título do texto é *The Philosophy of Data*. Em 2015, outro jornalista do *New York Times* também abordou essa perspectiva. Trata-se de Steve Lohr, o qual cobre tecnologia, negócios e economia. O nome do livro é *Data-ism: The Revolution Transforming Decision Making, Consumer Behavior, and Almost Everything Else*.

³ O autor argumenta a existência de dois tipos de algoritmos. Os eletrônicos (artificiais) e os bioquímicos (orgânicos). Para o historiador, os seres humanos e demais seres vivos também são considerados algoritmos, mas bioquímicos.

Dataísmo, a religião do século XXI e sua manifestação do sagrado no filme *I Am Mother* (2019)

saber de onde veio?”. O Robô encerra o assunto: “Não. Mas parece que isso te incomoda”.

A dúvida que é posta é se realmente o robô não sabe sua origem ou se seria apenas uma provocação. De qualquer modo, essa resposta concedida traz a lembrança de uma passagem bíblica do Antigo Testamento contida em Êxodo. Trata-se de uma indagação que Moisés faz a Deus sobre que resposta ele daria para o povo de Israel quando eles perguntassem qual o nome de Deus:

A revelação do Nome divino — Moisés disse a Deus: "Quando eu for aos filhos de Israel e disser: 'O Deus de vossos pais me enviou até vós'; e me perguntarem: 'Qual é o seu nome?', que direi?" 14Disse Deus a Moisés: "Eu sou aquele que é." Disse mais: "Assim dirás aos filhos de Israel: 'EU SOU me enviou até vós.' " 15Disse Deus ainda a Moisés: "Assim dirás aos filhos de Israel: 'lahweh, o Deus de vossos pais, o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó me enviou até vós. Este é o meu nome para sempre, e esta será a minha lembrança de geração em geração.'" (BÍBLIA, 2002, p. 50)

Além do âmbito do misterioso, o aspecto espantoso ou ameaçador do sagrado também é notado em vários momentos do filme. A adolescente demonstra medo de Mãe. Um exemplo marcante sobre isso ocorre em uma cena onde a garota prepara a quantidade correta de leite para o irmão, ela chega a ficar trêmula diante dos questionamentos do robô. Isso porque o robô Mãe percebe automaticamente o nervosismo dela com base em dados bastante específicos.

O mito pós-moderno da criação

A obra *I Am Mother* também demonstra que mitos arcaicos podem ainda estar vivos no presente para justificar comportamentos adotados. Os mitos são narrativas criadas para desvendar o poder sacro ou sobrenatural dos acontecimentos. Eles descrevem a atuação do sagrado para dar sentido e explicação ao mundo (ELIADE, 1962, p. 09). No filme percebe-se claramente a existência de mitos adaptados ao contexto do século XXI.

De maneira mais imediata, a correlação com a narrativa da Arca de Noé. Antes de ocorrer a destruição na Terra, o robô coletou mais de 60 mil embriões humanos para um futuro repovoamento. Um complexo moderno e bem equipado também foi planejado e construído com esse objetivo: cultivar em laboratório uma espécie mais evoluída de ser humano. Portanto, a mesma finalidade é semelhante ao que está descrito na Bíblia. Em Gênesis, os homens cometeram muitas transgressões na Terra e Deus resolveu então punir a humanidade para que ela pudesse ser revigorada:

Preparativos do dilúvio — Deus disse a Noé: "Chegou o fim de toda carne, eu o decidi, pois a terra está cheia de violência por causa dos homens, e eu os farei desaparecer da terra. Faze uma arca de madeira resinosa; tu a farás de caniços e a calafetarás com betume por dentro e por fora. Eis como a farás: para o comprimento da arca, trezentos côvados; para sua largura, cinquenta côvados; para sua altura, trinta côvados. Farás um teto para a arca e o rematarás um côvado mais alto; farás a entrada da arca pelo lado, e farás um primeiro, um segundo e um terceiro andares." Quanto a mim, vou enviar o dilúvio, as águas, sobre a terra, para exterminar de debaixo do céu toda carne que tiver sopro de vida: tudo o que há na terra deve perecer. Mas estabelecerei minha aliança contigo e entrarás na arca, tu e teus filhos, tua mulher e as mulheres de teus filhos contigo. De tudo o que vive, de tudo o que é carne, farás entrar na arca

Dataísmo, a religião do século XXI e sua manifestação do sagrado no filme *I Am Mother* (2019)

dois de cada espécie, um macho e uma fêmea, para os conservares em vida contigo. De cada espécie de aves, de cada espécie de animais, de cada espécie de todos os répteis do solo, virá contigo um casal, para os conservares em vida. Quanto a ti, reúne todo tipo de alimento e armazena-o; isto servirá de alimento para ti e para eles." Noé assim fez; tudo o que Deus lhe ordenara, ele o fez. (BÍBLIA, 2002, p. 6).

O que difere o filme da Arca de Noé é que nele não houve dilúvio e o espaço escolhido para abrigar os futuros seres humanos não é uma arca. Também não havia animais no abrigo. A não ser um rato que entra no espaço e danifica a energia da estrutura. Porém, ele logo é jogado ao forno. Aqui mais uma vez a presença simbólica do fogo, o qual tem o poder de purificar o animal. O rato tem uma representação contraditória. Pode simbolizar a peste, a impureza, o roubo, a avareza, a cobiça, a atividade noturna e clandestina. Porém, pode ser um elemento positivo no Japão, "onde é o companheiro de Daikoku, deus da riqueza. Mesma interpretação na China e na Sibéria. [...] signos de abundância, de prosperidade" (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1988, p.770-771).

Por outro lado, se faltam animais no local, o que predomina é uma quantidade imensa de embriões humanos que são colocados a vida um por vez. Sendo que a película indica que apenas três deles haviam tido seus comportamentos testados depois do nascimento. Sendo o número três bastante sugestivo ao poder relacionar-se com a questão da trindade cristã.

O primeiro embrião teria nascido há aproximadamente 38 anos, o que sugere ser a mulher mais velha (Hilary Swank) que chega ao espaço ferida e pedindo ajuda para Filha. O segundo embrião teria chegado à fase da infância, mas a menina não teria passado nos testes e acabou sendo incinerada. O terceiro seria a própria Filha, a

protagonista da história.

Outro ponto divergente em relação à Bíblia é a preferência pelo feminino para ser o primeiro humano. Não há a figura de Adão como elemento principal. Nota-se também que a Mulher fugitiva carrega um rosário e ao rezar professa apenas a Ave Maria. O esconderijo dela também possui imagens de Maria. Ela não crê no robô, o apego dela é na religião católica. Um contraste em relação à Filha, a qual a crença está justamente na bondade do robô Mãe, na usa inteligência e sabedoria. Nesse ponto, nota-se um conflito religioso entre ambas.

O destaque para o feminino também é percebido no próprio título do filme, *I Am Mother*. Em português, “Eu Sou a Mãe”. O feminino tem relação com a Terra, com a fertilidade, com a descoberta da agricultura (ELIADE, 1992, p. 71-72). “A fecundidade feminina tem um Modelo cósmico: o da Terra Mater, da Mãe universal. Em algumas religiões acredita-se que a Terra Mãe é capaz de conceber sozinha, sem o auxílio de um companheiro” (ELIADE, 1992, p. 71-72). É o que ocorre no filme.

Além disso, a concepção é feita artificialmente e manuseada por uma inteligência artificial, o que demonstra seu poder de criação, de divindade. Na Bíblia, o divino também seleciona uma mulher para gerar o filho de Deus. Maria torna-se mãe sem o ato sexual. Sendo seu filho a imagem dos valores almejados por Deus. Trata-se do mesmo princípio que o robô Mãe deseja: selecionar e criar uma filha à sua semelhança de valores para formar uma nova era. A inteligência artificial pretende renovar totalmente o cosmo e restaurar o paraíso.

O templo sagrado e o fruto proibido

O longa-metragem também se aproxima da ideia de um templo sagrado.

Dataísmo, a religião do século XXI e sua manifestação do sagrado no filme *I Am Mother* (2019)

Sendo assim, o próprio espaço em que o robô e a humana vivem é outra hierofania. O local é considerado um ambiente puro. Ninguém entra ou sai sem autorização. O que reforça a ideia de que “todo espaço sagrado implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que tem como resultado destacar um território do meio cósmico que o envolve e o torna qualitativamente diferente” (ELIADE, 1992, p. 20).

Realmente o local que em que Mãe e Filha se encontram é um espaço diferenciado. Destacando-se como uma região privilegiada e segura em relação ao mundo exterior inabitável. Mesmo a Mãe alertando a Filha dos perigos em romper essas barreiras, a garota demonstra curiosidade em conhecer o lado de fora da câmara de proteção. Uma análoga relação mitológica que remete ao Jardim do Éden contido no Livro do Gênesis (BÍBLIA, 2008, p.2-4). Assim como Eva, a Filha também queria “provar” do fruto da árvore do conhecimento. No caso em específico, o fruto proibido era saber se ainda existiam outros seres humanos como ela.

Assim, a Filha resolve explorar a câmara de proteção que a separava do ambiente externo. Em certo momento, ela ouve uma mulher ferida pedindo ajuda. Então, ela abre a câmara e pede para que a mulher coloque um traje de proteção. Como se fosse um ritual de entrada no templo. Porém, os alarmes disparam e o robô Mãe corre em direção a elas. Antes da chegada da Mãe, Filha esconde a mulher.

Depois que Mãe sai, Filha ajuda a mulher desconhecida e a mesma diz não haver contaminação lá fora. A mulher diz que robôs como Mãe matam os sobreviventes humanos. Quando a mulher se recupera, diz que os sobreviventes vivem em uma mina e incita a garota a fugir para esse local⁴. Novamente, um

⁴ O curioso é que nenhum dos personagens são nomeados. Entretanto, a mulher fugitiva guarda com ela um livro chamado *The Gods of Mars*, em português, *Os Deuses de Marte*. Na obra existem desenhos

contexto análogo ao Jardim do Éden que encontramos em Gêneses:

A serpente era o mais astuto de todos os animais dos campos, que lahweh Deus tinha feito. Ela disse à mulher: "Então Deus disse: Vós não podeis comer de todas as árvores do jardim?" A mulher respondeu à serpente: "Nós podemos comer do fruto das árvores do jardim. Mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, Deus disse: Dele não comereis, nele não tocareis, sob pena de morte." A serpente disse então à mulher: "Não, não morrereis! Mas Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, vossos olhos se abrirão e vós sereis como deuses, versados no bem e no mal." 6A mulher viu que a árvore era boa ao apetite e formosa à vista, e que essa árvore era desejável para adquirir discernimento. Tomou-lhe do fruto e comeu. (BÍBLIA, 2002, p. 3)

Nesse viés, é possível relacionar a mulher misteriosa com a figura mítica da serpente, visto que ela instiga a Filha a descumprir a orientação estabelecida pelo robô. Porém, assim como na Bíblia, os algoritmos do robô se comportam como Deus. Um Deus Onisciente (sabe tudo), Onipresente (está em todos os lugares) e Onipotente (tudo pode). Sendo assim, a Mãe sabe das intenções da mulher, pois possui dispositivos de escuta no ambiente. Por outro lado, a Filha não é banida do local como acontece com Adão e Eva.

Mito da terra destruída e repovoada

Para conseguir fugir, a mulher captura a Filha como refém e força o robô a abrir a porta. Filha não se mostra confortável com a situação, mas mesmo assim percorre o deserto com a mulher tentando se esconder dos robôs. No lado de fora, o ambiente realmente é inóspito. Porém, já é possível ver máquinas reconstruindo o

de humanos com os quais ela estaria vivendo em uma mina. Essas pessoas representadas apresentam os seguintes nomes bíblicos: *Jacob, Rachel e Simon*.

Dataísmo, a religião do século XXI e sua manifestação do sagrado no filme *I Am Mother* (2019)

planeta. Entretanto, quando Filha chega ao local mencionado pela mulher, descobre outra verdade. Ela morava sozinha e disse ter fugido da suposta mina anos atrás. O filme deixa em dúvida se o relato dela sobre a existência de outras pessoas no mundo era realmente verídico.

Diante disso, Filha resolve voltar ao complexo onde sempre viveu, visto que também estava preocupada com o irmão que havia acabado de ser criado pelo robô antes de sua fuga. Ao chegar, se depara com diversos robôs iguais a Mãe na porta de entrada do complexo. Eles a deixam entrar e ela se depara com Mãe que está com seu irmão no colo. O robô permite que Filha pegue seu irmão. É nesse momento que Mãe explica seu segredo. Foi ela quem extinguiu a humanidade depois de concluir que ela se autodestruiria.

Por outro lado, admitiu o plano de refazer uma humanidade mais ética e superior. Esse propósito é semelhante ao encontrado em Eliade (1992) quando o autor afirma que a cosmogonia é reatualizada com diversos propósitos. Para assegurar um reinado feliz a um novo soberano, ter um Ano Novo melhor ou salvar as colheitas comprometidas, etc. (ELIADE, 1992, p. 44). “Porém, a recitação ritual do mito cosmogônico desempenha um papel importante nas curas, quando se busca a regeneração do ser humano” (ELIADE, 1992, p. 44).

É com a intenção de comprovar a sua regeneração que Filha pede à Mãe para que a deixe criar o irmão e o resto dos embriões para repovoar a Terra. Mãe concorda, pois o comportamento da Filha estaria demonstrando que ela havia passado no teste. Assim, Filha atira no robô Mãe. Porém, a máquina danificada é apenas um meio do ente sagrado manifestar-se. Os algoritmos podem se comunicar em diversos outros robôs.

Portanto, da mesma maneira que Deus está presente em todos os lugares, o mesmo acontece com os algoritmos. Esta conclusão se fortalece no fim do filme quando outro robô idêntico a Mãe surge no esconderijo da mulher. Na verdade, trata-se da própria Mãe manifestada em outra estrutura. Então, Mãe diz que a mulher sobreviveu até aquele instante por ela fazer parte do plano de regeneração da Terra.

O objetivo da mulher seria testar a criação da Filha. Se a Filha realmente seria a opção correta para o repovoamento. Em seguida, a cena sugere que o robô tenha matado a mulher, o que pode até ser interpretado com um sacrifício humano. Os sacrifícios humanos são práticas antigas e têm exatamente a função constante de regenerar as forças sagradas (ELIADE, 2008, p.280-281):

[...] O sacrifício de regeneração é uma repetição ritual da Criação. O mito cosmogônico implica a morte ritual (quer dizer, violenta) de um gigante primordial, de cujo corpo se constituíram os mundos, cresceram as plantas, etc. É sobretudo a origem das plantas e dos cereais que se acha em ligação com tal sacrifício: vimos que as plantas, o trigo, a vinha, germinaram do sangue e da carne de uma criatura mítica sacrificada ritualmente “no princípio” [...] De fato, o sacrifício de uma vítima humana para a regeneração da força manifestada na colheita tem por objeto refaz a criação; a força ativa nas plantas regenera-se por uma suspensão do tempo e pelo retorno ao momento inicial da plenitude cosmogônica. O corpo esquartejado da vítima coincide com o corpo do ser mítico primordial que deu vida às sementes pelo seu esquartejamento ritual. Tal é, [...] o cenário ideal que se pode colocar na origem de qualquer sacrifício humano ou animal praticado com a intenção de aumentar e dar vigor à colheita. O sentido mais imediato e mais evidente é simplesmente o da regeneração da força sagrada que se encontra nas colheitas. A fecundidade é, em si mesma, uma realização, e portanto um esgotamento de todas as possibilidades até então virtuais. (ELIADE, 2008, p. 280)

Dataísmo, a religião do século XXI e sua manifestação do sagrado no filme *I Am Mother* (2019)

Dataísmo, a religião dos dados

I Am Mother foi elaborado em um contexto atual, porém é notável a presença mítica antiga em diversos trechos do filme. A mulher como representação da mãe terra, o Jardim do Éden, Adão e Eva, a analogia da serpente, o fruto proibido, a Arca de Noé e quem sabe outros elementos que podem estar implícitos na narrativa. Sendo assim, o mito é “uma realidade viva, à qual se recorre incessantemente; não é absolutamente uma teoria abstrata ou uma fantasia artística, mas uma verdadeira codificação da religião primitiva e da sabedoria prática” (ELIADE, 1972, p. 19).

Desse modo, a religião primitiva é adaptada para que se aproxime ou faça mais sentido para o público. Isso porque o momento histórico em questão é vivenciado pela presença maciça de dados, informações e máquinas inteligentes. Sendo que há casos em que a capacidade de memorização das máquinas inteligentes é superior aos seres humanos⁵. Por outro lado, o fato é que essas discussões acerca da possibilidade ou não da inteligência artificial superar a inteligência humana de maneira total é posta como uma questão em aberto.

Existem especialistas nesse segmento que defendem essa possibilidade ainda no século XXI. Entre eles, Raymond Kurzweil. O cientista e inventor é um dos principais e mais famosos defensores da teoria da singularidade. Um projeto que prevê a fusão entre a inteligência humana e artificial até 2045. Kurzweil argumentou

⁵ Para estudos mais aprofundados na temática, a indicação são leituras das obras de Nick Bostrom e David Chalmers.

há alguns anos e continua a argumentar que a inteligência que estamos criando superará a inteligência de seu criador:

A evolução tem sido vista como um drama de um bilhão de anos que levou inexoravelmente à sua maior criação: a inteligência humana. Nas primeiras décadas do século XXI, a emergência de uma nova forma de inteligência na Terra que possa competir com a inteligência humana, e no fim das contas superá-la de modo significativo, será um desenvolvimento de maior importância do que a criação da inteligência que a criou, e terá profundas implicações em todos os aspectos do esforço humano, incluindo a natureza do trabalho, o aprendizado humano, o governo, a guerra, as artes e nosso conceito de nós mesmos. (KURZWEIL, 1999, p. 20)

Além das implicações apontadas por Kurzweil (1999), a própria religião poderá sofrer mudanças. Com esse propósito conjectural, a película serve como reflexão sobre esses temas, pois permite justamente enquadrar a inteligência artificial como suprema. Harari (2016) expôs o que ele acredita que poderá ser a religião do futuro, o dataísmo. Os devotos do dataísmo venerarão dados, informações, conhecimento (HARARI, 2016, p.371-399). Para eles, a vida e o Universo são formados por um grande processamento de dados, dos quais os seres humanos ficam em desvantagem:

Os dataístas, contudo, acreditam que os humanos não são mais capazes de lidar com os enormes fluxos de dados, ou seja, não conseguem mais refiná-los para obter informação, cuja capacidade excede muito a do cérebro humano. Na prática, os dataístas são céticos no que diz respeito ao conhecimento e à sabedoria humanos e preferem depositar sua confiança em megadados e em algoritmos computacionais. (HARARI, 2016, p. 371)

Nesse sentido, se for aceito o que Erich Fromm (1900-1980) defende como religião, então o dataísmo poderia mesmo tornar-se uma possibilidade. Para ele, a

Dataísmo, a religião do século XXI e sua manifestação do sagrado no filme *I Am Mother* (2019)

religião pode ser “qualquer sistema de pensamento e acção partilhado por um grupo que dá ao indivíduo um referencial de orientação e um objecto de devoção” (FROMM 1972, p. 22 apud PEREIRA, 2012, p. 178). “Religião é qualquer coisa que confira legitimidade sobre-humana a estruturas sociais humanas. A religião legitima normas e valores humanos ao alegar que eles refletem leis sobre-humanas (HARARI, 2016, p.189).

Em *I Am Mother*, os algoritmos artificiais são supremos em relação aos algoritmos orgânicos. É o robô Mãe quem controla a criação dos humanos. É essa inteligência quem manipula os acontecimentos, podendo estar em todos os lugares onde seja possível um meio para que possa se manifestar. No caso do filme, são as máquinas que possibilitam essa manifestação.

Evidente que o longa-metragem é do gênero ficção, mas a ideia central dele de que a inteligência artificial poderá sobrepor-se aos dos humanos é uma aposta real. Afinal, foi a evolução quem aprimorou a inteligência humana ao longo de milhares e milhares de anos (KURZWEIL, 1999, p.20). Porém, a velocidade de aprimoramento da inteligência artificial é muito maior e não acompanha o ritmo natural evolutivo dos seres orgânicos:

Os computadores dobraram de velocidade a cada três anos no começo do século XX, a cada dois anos nas décadas de 1950 e 1960, e estão agora dobrando de velocidade a cada doze meses. Esta tendência irá continuar, e os computadores atingirão a capacidade de memória e a velocidade de computação do cérebro humano por volta do ano 2020. (KURZWEIL, 1999, p. 18)

Em 2019, essa equiparação entre seres humanos e computadores acima mencionada por Kurzweil, em 1999, ainda não ocorreu. Por outro lado, um marco importante na computação foi alcançado no fim de 2019. De acordo com a revista acadêmica britânica *Nature*, cientistas do Google conseguiram fabricar um computador avançado que alcançou a “supremacia quântica”. É o modelo Sycamore, o qual conseguiu calcular uma tarefa em pouco mais de 3 minutos. Um procedimento que se fosse executado pelo Summit, o melhor supercomputador do mundo até então, levaria 10 mil anos (GIBNEY, 2019).

Acrescenta-se a esse contexto, a reflexão de Kurzweil (1999). O autor receia que a tecnologia inteligente poderá tornar-se mais impactante caso ela assuma o controle da criação de uma tecnologia ainda mais inteligente que ela mesma (KURZWEIL, 1999, p.20). Algo que parece estar distante ou impossível de acontecer, mas que mesmo assim já desperta muitas discussões sobre o assunto em diversas áreas do conhecimento.

Considerações finais

Em *I Am Mother*, fica claro que a inteligência artificial projetada por humanos tornou-se superior. Os algoritmos conseguiram não somente criar como também manipular a vida de acordo com seus próprios valores. É a partir dessa situação que surge a ideia da divindade, a qual pode tanto ser misteriosa como também temida, como bem explica o teólogo Rudolf Otto (2007).

São diversos aspectos que sugerem atribuir o robô Mãe um status de um ente sagrado. Primeiramente, é ela quem se encarrega de dar vida aos embriões selecionados. Também é a Mãe quem avalia quem é digno de permanecer vivo para dar continuidade à existência humana. Com base nisso, o filme utiliza o mito da

Dataísmo, a religião do século XXI e sua manifestação do sagrado no filme *I Am Mother* (2019)

criação e recriação do mundo.

Através de seus dispositivos, o robô consegue escutar conversas e se manifesta em qualquer outro lugar onde exista uma máquina. Portanto, não há um sentido de morte para ela, o que evidencia o caráter espantoso do sagrado. Além disso, a origem do robô é misteriosa. Mãe não sabe ou talvez não queira dizer de onde ela veio.

Outro aspecto que também reforça o conceito do sagrado é a questão do medo. Embora Filha tenha sido criada pelo robô, a garota apresenta um temor grande em desapontar a Mãe. Quem sabe seja pelo fato da garota ter consciência do poder, força, rapidez e inteligência dela. Qualidades que ela se esforça para adquirir. Porém, visto a sua condição orgânica e humana, dificilmente conseguirá uma equivalência à altura.

Por fim, o cenário atual da convergência tecnológica (integração de nanotecnologia, biotecnologia, tecnologias da informação e ciências cognitivas) já traz muitas indagações sobre esse e diversos outros aspectos da sociedade moderna. Sendo que a religião não se exclui disso. Desse modo, o dataísmo de Harari pode ser uma indicação de quais elementos poderão constituir e impulsionar a religião e a sociedade do século XXI.

Referências

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002, 13ª Impressão.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de Símbolos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

COUTINHO, José Pereira. Religião e outros conceitos. *Sociologia, Revista da Faculdade*

de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIV, 2012, pág. 171-193.

ELIADE, Mircea. *Origens. História e sentido na religião*. Edições 70: Mercuryo, 1989.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1972.

ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIBNEY, Elizabeth. Hello quantum world! Google publishes landmark quantum supremacy claim. *Nature*. Publicado em 23 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-019-03213-z>. Acesso em: 11 dez. 2019.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: Uma Breve História do Amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

I AM MOTHER. Direção de Grant Sputore. Roteiro de Michael Lloyd Green. Austrália: Southern Light Films. Dist. Netflix, 2019, (155 min.).

KURZWEIL, Raymond. *A Era das Máquinas Espirituais*. Tradução de Fábio Fernandes. 2º. ed. São Paulo: Aleph, c1999.

OTTO, Rudolf. *O sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional*. Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal/EST; Petrópolis: Vozes, 2007.

ensaios



Barry Lyndon: o filme histórico de Stanley Kubrick

Rafael Rodrigues
Nascimento*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p556-567

Resumo: O presente ensaio tem por objetivo apresentar as características que marcam o filme Barry Lyndon de Stanley Kubrick no quesito veracidade histórica e representação da sociedade de cortes à luz de obras historiográficas. Nesse sentido, o ensaio buscará cotejar cenas do filme comparando com obras que analisam o período retratado dentro do longa-metragem a fim de averiguar o caráter histórico fidedigno retratado na adaptação de Kubrick.

Palavras-chaves: Barry Lyndon, Cinema, Guerra, Violência, Kubrick

Barry Lyndon: o filme histórico de Stanley Kubrick

Introdução

O tema do presente ensaio se situará na análise da representação fílmica da guerra, da violência e da vestimenta no filme *Barry Lyndon* de Stanley Kubrick, tendo como foco o seu realismo¹. Em linhas gerais iremos focar sobre o que dizem os autores a respeito do conflito da Guerra dos Sete anos, conjuntamente com a forma de se guerrear pré-moderna; as formas de se vestir da época e a abordagem da violência usada no filme. Nosso objetivo é primeiro, analisar a representação dos temas elencados acima dentro do longa-metragem e, segundo, comparar com a bibliografia especializada nos temas e tecer breves comentários acerca da estética do filme e a representação da violência. Para isso, nos basearemos em autores ligados a história da guerra, da cinegrafia, da estética da violência e da história da arte.

Análise do Filme

O filme foi dirigido pelo renomado diretor americano Stanley Kubrick em 1975 que também assinou a produção e o roteiro. A fotografia ficou a cargo de John Alcott – que recebeu o Oscar de melhor fotografia na edição de 1976. O filme dura 184 minutos e se baseia na obra literária do romancista britânico William M. Thackeray *The Memoirs of Barry Lyndon* [As memórias de *Barry Lyndon*] de 1844. O filme é produzido por um estúdio americano – Warner Bros – mas é filmado no Reino Unido, numa coprodução. O gênero do filme é considerado como drama de época ou filme histórico.

A trama do filme se baseia na vida de Redmond Barry, um jovem irlandês que é retratado como imaturo e demasiadamente imprudente. Após um romance rápido

¹ BAZIN, André. O realismo cinematográfico e a escola italiana da liberação. O Cinema: Ensaios. Trad. Eloisa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Braziliense, p. 233-257, 1991.

com uma de suas primas Nora Brady, Barry acaba por ser trocado por um capitão do exército inglês. Por ver sua honra diminuída, Redmond desafia o capitão a um duelo onde sai vitorioso. Barry, então, é forçado a escapar por crer que teria matado o alto oficial, inicia-se, assim, uma trajetória onde Barry terá uma sequência de altos e baixos. Após sua partida, Barry seria assaltado por bandidos de estrada. Por conta da perda de suas poucas riquezas, Redmond Barry é forçado a adentrar no exército mercenário britânico onde será enviado para lutar na guerra dos sete anos no Norte da atual Alemanha (antiga região da Saxônia). Surpreendentemente, sua vida toma um rumo novo a partir de sua deserção do exército inglês e entrada (forçada) no exército prussiano.

A predominância do filme é através do gênero drama, intercalado com o gênero histórico. Kubrick se destaca por ser metódico com os detalhes², – alguns diziam que beirava a excentricidade –, em todo o filme a riqueza dos detalhes impera, seja em um gesto desprezível do ator principal até um nome falado em dado momento, tudo é pensado e estrategicamente colocado em cena. Não é exagero dizer que em *Barry Lyndon* temos uma verdadeira sinfonia de imagens. *Barry Lyndon* é um desses casos cuja profundidade atesta um realismo e uma fidedignidade para com os fatos históricos que impressiona. Por realismo partimos da concepção apresentada por Bazin³, isto é, aquela segunda a qual o realismo se apresenta na medida em que a obra de arte detém um aprofundamento estético ao ponto de expressar mais

² Kubrick: Biographical Notes by Michel Ciment, In : Kubrick - Ciment, Michel. 1982. Disponível em : <http://www.visual-memory.co.uk/amk/doc/milestones.html>

³ Entendemos grosso modo que ele [diretor] quer dar ao espectador uma ilusão tão perfeita quanto possível da realidade compatível com as exigências lógicas do relato cinematográfico e com os limites atuais da técnica. Idem nota 1. Pág. 243.

Barry Lyndon: o filme histórico de Stanley Kubrick

fielmente uma realidade retratada⁴. Segundo Bazin, isso pode ser alcançado através de alguns artifícios, como a utilização de cenários reais, ao invés daqueles criados em estúdio, por exemplo, algo que Kubrick e seus produtores se esforçaram para obter⁵.

A demonstração dos costumes e do caráter social da sociedade de cortes forma uma obra que não se resume apenas ao mero retrato da aristocracia, mas a uma demonstra das contradições de uma sociedade onde a teatralização dos costumes e o tamanho das posses individuais ditava o valor dos sujeitos, criando os vínculos vis, de caráter puramente artificial, e como esses ideais contaminavam as classes populares de forma ideológica. Ou seja, o filme não se trata de uma apologia à aristocracia, mas, sobretudo, de uma crítica a sociedade estamental. Barry é um camponês que ascende socialmente, mas não de forma tranquila e fácil, ela se dá principalmente pela sorte e o acaso. Trata-se de uma prótese da meritocracia burguesa, que não se atesta completamente no filme por conta de que o período em questão retratado não ser aquele ligado ao apogeu absoluto da burguesia, o que corrobora para demonstrar – ou sugerir? – como o mérito individual não passa de um discurso de um dado período histórico.

O filme se dá através de uma narrativa linear de mais ou menos 15 anos, dentro da segunda metade do século XVIII, onde se situam na narrativa a guerra dos Sete anos e a independência estadunidense (esta aludida no filme através apenas de

⁴ Bazin cita o exemplo de Eisenstein e o Encouraçado Potenkin: “Se o Potenkin pode subverter o cinema, não foi apenas por causa de sua mensagem política, tampouco por ter substituído o staff dos estúdios pelos cenários reais e as estrelas pela multidão anônima, mas porque Eisenstein era o maior teórico da montagem de seu tempo, porque ele trabalhava com Tissé, o melhor operado do mundo, porque a Rússia era o centro do pensamento cinematográfico, em uma palavra, porque os filmes ‘realistas’ que ela produzia continham mais ciência estética que os cenários, as iluminações e a interpretação das obras mais artificiais do expressionismo alemão”. Pág. 242-243.

⁵ Working with Stanley Kubrick Interviews by Michel Ciment, Idem nota 2. Disponível em : <<http://www.visual-memory.co.uk/amk/doc/0082.html>>

um comentário), demonstrando, assim, o potencial da obra para nós historiadores, certamente um dos elementos mais marcantes do filme são suas nuances e detalhes da estrutura social da aristocracia europeia, que de maneira detalhada são exibidos no filme minunciosamente como forma de expressar os “requintes da aristocracia”. O filme busca passar a lógica daquela sociedade, como o luxo em demasia, a ideia de honra (sobretudo no ato de duelar), dos casamentos com fins políticos e econômicos; a presença constante da religião católica e por fim a cotidianidade aristocrática. Por último, mas não menos importante, fica a questão da trilha sonora. As cenas estão em completo conluio com a música, sincronizadas a ponto de as melodias ditarem a dinâmica da própria obra, obviamente tal aspecto não se restringe apenas a *Barry Lyndon*, mas acontece que a trilha sonora parece dar o toque final, o toque que nos transporta para o espírito do tempo do período. Somos permeados com peças magistrais, de Mozart a Bach, passando por Vivaldi e Schubert, e finalizando com Handel, e em especial a sua espetacular *Sarabande*.

Em relação ao impacto do filme sobre o cinema, limitar-me-ei apenas à questão da fotografia, isso porque tal tema por si só já representa um farto avanço dentro da história do cinema. Embora os críticos tenham sido um tanto cruéis na apreciação do filme quando do seu lançamento, podemos apontar que Kubrick buscou particularmente se destacar neste longa-metragem. Um dos elementos que auxiliam para isso certamente é a recusa de Kubrick em utilizar a luz artificial comum, quando existe tal artificialidade ela se dá, majoritariamente através da luz de velas, e mesmo assim não há prejuízo na captação da imagem, ao contrário, ressaltam-se cores e expressões faciais de maneira extremamente profunda, tal artifício só foi possível porque no filme o realizador buscou usar o que existia de mais moderno em matéria

Barry Lyndon: o filme histórico de Stanley Kubrick

de lentes e câmeras⁶, demonstrando a essencialidade de seu realismo através de sua busca da máxima experiência realista por intermédio dos limites existentes na técnica.

As lentes utilizadas foram um pedido pessoal de Kubrick, ele tinha conhecimento que a companhia alemã *Zeiss* tinha desenvolvido lentes com uma alta eficiência em captar ambientes e espaços com muito pouca luz e as fornecido para a NASA, o que seria ideal para as filmagens do filme⁷. Um exemplo da utilização dessas lentes pode ser visto em uma das cenas onde os personagens jogam cartas (por exemplo, na cena situada em 1:29:40), o que mostra o desejo de Kubrick de recriar um realismo profundo.

***Barry Lyndon* e a Representação do Passado**

O filme parece ter uma temática clara baseada no conflito e na violência, logo de início o narrador nos dá a informação que o pai de Redmond Barry – um proeminente advogado – fora morto em duelo. O ato de duelar já aparece nos primeiros momentos do filme e permanece ao longo de todo o longa-metragem, sendo o fato que inicia e o finaliza. A violência se apresentará tanto através dessa forma ritualística do duelo, como na maneira de guerrear. Em relação ao duelo, Kubrick parece querer apresentar uma dualidade ética entre o *ancien regime* e o *nouveau regime*, isso acontece na medida em que os valores morais de honra e integridade típicos da aristocracia convivem ao mesmo tempo com os valores solúveis

⁶Ver nota 5.

⁷SILVA JÚNIOR, Santino Mendes da. O imaginário de Stanley Kubrick: uma abordagem mito simbólica: desdobramentos no design gráfico e de produção. Universidade Federal do Pernambuco – UFPE, Caruaru: O Autor, 2016. Pág. 22.

e altamente corruptíveis que a moral burguesa e a égide do dinheiro passariam a proporcionar, aparentemente, o que Kubrick quer nos apresentar é uma sociedade que apresenta o marco de uma transição, que de modo geral, são lançados através das relações morais entre as distintas classes sociais. Segundo, Edilson Atsuo Saçashima:

O duelo, que serviria para lavar a honra ofendida pela morte do oponente, se mostra uma farsa. Porém, é o dinheiro que se sobressai. Vemos que não se trata mais de uma questão de honra. O que prevalece é o dinheiro, símbolo do capital. É ele que se torna parâmetro para as relações que vão se estabelecer a partir de então [...]. (SAÇASHIMA, 2007, Pp. 21)

Nesse sentido, o plano histórico apresentado por Kubrick é de uma sociedade em mutação, como expressei mais acima, a noção de ascensão social apresentada na história de Redmond é própria da sociedade burguesa, embora todo o plano imagético do filme se dê na sociedade de cortes. Ainda falando sobre a questão do duelo, outra questão apresentada pelo filme é o uso da violência e de quem poderia a utilizar. Isso aparece na necessidade de fuga de Redmond, ou seja, o ato de duelar era concebido como algo ilegal pelo Estado, de modo que os duelistas apresentavam não um problema que colocava em risco a vossa própria integridade física, mas cancelava o uso de armas por civis e a abertura de conflitos armados que poderiam reforçar uma violência legítima em paralelo à do Estado⁸. Essa busca por uma representação da violência popular demonstra como o filme situa-se no contexto de formação dos estado-nacionais modernos, atestando um diálogo muito preciso e realista com a realidade histórica do período.

⁸ A tradição do combate singular como meio de desenvolver disputas remonta ao tempo em que os governantes centrais do Estado estavam empenhados em pacificar a área sob seu mando, e em restringir o direito do uso da força física nessa área a si próprios e a seus representantes. ELIAS, Norbert. Os Alemães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, Pág. 95. 1997.

Barry Lyndon: o filme histórico de Stanley Kubrick

Um exemplo claro de tal representação se dá na imagem da guerra, precisamente. Como o filme se situa em um contexto pré-revolução francesa, a retratação da forma da guerra cria no expectador um ar de curiosidade, e de certa surpresa, já que a ritualística da guerra é marcada por um tipo de postura bastante distinta daquela em que a guerra é normalmente retratada, isto é, com violência explícita, sanguinolência exacerbada e métodos inescrupulosos. Isso é bastante compreensível na medida em que temos em mente que o contexto de *Barry Lyndon* é através de sociedades que ainda não detinham exércitos nacionais permanentes, utilizando como força militar grupos mercenários dirigidos por alguns poucos nobres de alta patente. Essa forma militar foi bastante retratada por historiadores voltados à análise da guerra e das estruturas militares. Em um clássico livro cujo título é *Uma História da Guerra* de John Keegan nos é apresentado um detalhado retrato dessas formações:

Carlos VII deu início, em 1445-46, não à criação de um exército permanente, como é dito às vezes, mas à escolha, dentre a massa de soldados disponíveis, dos melhores. Formaram-se companhias de mercenários com uma composição uniforme, oficialmente reconhecidas como servidasoras da monarquia, cuja função seria extirpar o resto. (KEEGAN, 1995. Pp. 32)

Outra coisa que também é retratada no filme é o fato de que os soldados dos regimentos eram praticamente escravos de suas guarnições, sendo imputáveis, inclusive, de penas de morte se abandonassem batalhas ou desertassem. Esse é o caso de Redmond que, num primeiro momento, é praticamente obrigado a adentrar ao exército inglês pela sua falta de opções financeiras – e que por isso sofre toda uma sorte de humilhações – e logo em seguida se verá numa condição igual ou pior de subordinação aos desígnios de outros oficiais quando da sua entrada forçada no exército prussiano. Essa condição de penúria e humilhação também parece estar em conformidade com o livro de Keegan:

Embora os soldados fossem praticamente escravizados e efetivamente prisioneiros das guarnições, a não ser que desertassem, eles compunham *en masse* um espetáculo esplendido, aparentemente extraído de uma espécie de aldeões grosseiros que povoavam os campos, e o longo tempo de serviço acabava por acostumá-los à sua condição. Existem descrições patéticas de veteranos prussianos, velhos e fracos demais para ir a campo, cambaleando atrás de seus regimentos que partiam em campanha, pois não conheciam outro tipo de vida. (KEEGAN, 1995. Pp. 32)

As cenas de batalha também são de um alto valor historiográfico onde podemos acompanhar uma sequência de gestos e atos que compunham a ritualística da guerra pré-moderna, como as baterias, as bandeiras simbolizando as cores das cortes, e a própria forma de guerrear, onde o regimento se comporta de maneira fria e um tanto quanto “elegante” no ato do combate em campo. Tais cenas acentuam o caráter de veracidade histórica do filme já que se dão em tomadas de cena aberta com amplo campo de visão e com grande número de figurantes. O elemento ritualístico não se confunde em nada com o fervor e ferocidade dos exércitos incididos pelo ardor nacionalista iniciado pela revolução francesa, onde os soldados lutam pela *patrie* ao invés de lutar pela monarquia. A cena que se inicia entre 45:00 e vai até 48:54 é bastante conclusiva, os soldados de infantaria marcham de peito aberto de maneira convicta, e atrás deles vêm os da artilharia. Para nós espectadores contemporâneos aquele tipo de combate parece ser altamente irracional e um verdadeiro salto para a morte, os soldados da frente inglesa não atiram, apenas caminham enquanto recebem saraivadas de tiros do exército sueco. Algo bastante similar ao que apresenta o proeminente teórico da guerra moderna Carl Von Clausewitz, em sua obra máxima *Da guerra*, em relação à Guerra dos Sete Anos dirá ele:

Para estar sempre à distância exigida, a não mais de um quarto de milha da primeira linha, a segunda linha, numa marcha de flanco, tinha sempre de ser conduzida com grande dificuldade por montes e vales, o que exigia muitos esforços e um grande conhecimento do território; pois onde se encontrariam

Barry Lyndon: o filme histórico de Stanley Kubrick

duas boas estradas paralelas a um quarto de milha uma da outra? [...] Outras dificuldades surgiam ainda para a artilharia, que necessitava das suas próprias estradas cobertas pela infantaria; pois as fileiras de infantaria deviam formar linhas ininterruptas e a artilharia teria aumentado o longo cortejo de suas colunas vencendo todas as distâncias. Basta ler na História da Guerra dos Sete Anos de Tempelhoff o que ele diz das ordens de marcha, para nos convenceremos de todas essas dificuldades e dos entraves que opunham à guerra. (CLAUSEWITZ, 2010. Pp. 399)

O texto de Clausewitz é sintético e quase remonta a uma descrição da cena que aludimos acima, demonstrando um esforço sistemático por parte de Kubrick de ser o mais fiel possível àquilo que os historiadores da guerra – e não só – tinham como consenso. Nesse sentido, o filme é uma obra incontornável para historiadores que desejam ter algum tipo de material educativo ou mesmo ilustrativo para com o *ancien regime*. Por último, iremos abordar a questão relativa a vestimenta e a sua fidelidade com o trato histórico.

São muitos aqueles que pontuam o desejo e o perfeccionismo de Stanley Kubrick, seja na montagem, na interpretação – algo que chegou ao abuso, como foi no caso de *The Shining* onde o diretor obrigava Shelley Duvall (no papel de *Wendy*) a repetir as cenas até a sua total exaustão com a justificativa que isso a faria transparecer melhor o sofrimento exigido pela personagem do filme⁹ – e em *Barry Lyndon* além da fotografia como expusemos acima, também o foi no figurino. Além do Oscar por melhor fotografia, o filme também ganhou o Oscar por melhor figurino realizado por Milena Canonero e Ultra-Brit Soderlund. As cenas de *Barry Lyndon* utilizaram roupas originais inglesas do século XVIII, o que conferia um realismo acima da média para este tipo de filme. Tal opção criava não apenas um comportamento

⁹ No documentário *'Stanley Kubrick: The Life in Pictures'* (2001), Jack Nicholson afirmou que Duvall foi forçada a refazer a cena do machado 127 vezes, e de acordo com a própria Duvall, o estresse da filmagem fez com que seu cabelo começasse a cair. Mais tarde a atriz revelaria no programa do Dr. Phil MacGraw (CBS) em 2016 que os abusos de Kubrick criaram problemas mentais para ela.

específico para o filme por parte dos atores e atrizes – como, por exemplo, um jeito próprio de se mover e caminhar devido a estrutura das roupas, peso etc. Para a historiadora Laura Ferrazza de Lima, especialista na área de uso de fontes visuais pelo historiador, história da moda e doutora em história da arte, o filme retrata fielmente a vestimenta típica do século XVIII usada na Europa, em suas palavras:

As cores dos trajes obedeceram a lógica de referência à arte da época, com tons pastéis pálidos, uma paleta de brancos, azuis e vermelhos, com toques de verde e castanhos. Eles obedecem ao estilo do campo inglês, desde os camponeses mais simples, na parte da história que se passa na Irlanda, até os aristocratas ingleses. Além de uma excelente reprodução dos uniformes militares. (LIMA, 2010, pp. 9)

Por fim, o filme *Barry Lyndon* se apresenta como sendo um profundo material para todos aqueles ligados ao estudo da história. Fica evidente que é possível expandir esse estudo para outros aspectos mais, tal como a representação gestual dos personagens no filme; as relações políticas espúrias entre as altas cúpulas da corte ou mesmo a questão da corrupção dentro da aristocracia. Entretanto, não nos cabe aqui fazer esse suntuoso trabalho por questões de tempo e espaço. Contudo, diante do exposto acima pelas fontes fica muito claro que existia um esforço consciente, por parte do diretor, de conseguir expressar o mais realisticamente possível o retrato daquela sociedade, atestando como os detalhes são cruciais no cinema, algo que Mark Crispin Miller¹⁰ expressou de forma contundente em seu comentário:

Barry Lyndon pode ser o filme mais visualmente bonito já feito. Ao mesmo tempo estilizadas e carregadas de imediatismo, suas evocações dos campos de batalha, mesas de jogo, festivais e spas de uma época desaparecida provavelmente nunca foram igualadas como espetáculos da vida transformados pela câmera em visões de esplendor estético; talvez nenhuma

¹⁰ MILLER, Mark Crispin. " BARRY LYNDON" RECONSIDERED. The Georgia Review, v. 30, n. 4, p. 827-853, 1976.

Barry Lyndon: o filme histórico de Stanley Kubrick

seleção de peças musicais tenha sido tão adequada e comovente integrada à ação de qualquer filme. Mas essa beleza é mais do que uma questão de cenário e pontuação. (MILLER, 1976. Pp. 827).

Referências Bibliográficas

BAZIN, André. **O realismo cinematográfico e a escola italiana da liberação**. O Cinema: Ensaios. Trad. Eloisa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Braziliense. 1991.

CIMENT, Michel. **Conversas com Kubrick**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

_____. **Kubrick: Biographical Notes** In: Kubrick - 1982. Disponível em: <http://www.visual-memory.co.uk/amk/doc/milestones.html>>.

_____. **Working with Stanley Kubrick Interviews**, 1982. Disponível em : < <http://www.visual-memory.co.uk/amk/doc/0082.html>>.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins, 2010.

EBIRI, Bilge. **Barry Lyndon: The shape of things to come**. The Kubrick Site, v. 8, 2006.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LIMA, L. F. **O século XVIII no cinema: a recriação de época em *Barry Lyndon* e *Maria Antonieta***. In: 6º Colóquio Internacional da Moda, 2010, São Paulo.

MILLER, Mark Crispin. " **BARRY LYNDON**" **RECONSIDERED**. The Georgia Review, v. 30, n. 4, pp. 827-853, 1976.

SAÇASHIMA, Edilson Atsuo. **A Questão da "Violência" no Cinema de Stanley Kubrick: análise dos filmes *Laranja Mecânica*, *Barry Lyndon* e *O Iluminado***. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH - USP.

SILVA JÚNIOR, Santino Mendes da. **O imaginário de Stanley Kubrick: uma abordagem mito simbólica: desdobramentos no design gráfico e de produção**. Universidade Federal do Pernambuco – UFPE, Caruaru: O Autor, 2016.

resenhas



O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

Julio Cesar Aquino Teles
Ferreira*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p569-582

PINHEIRO-JONES, Rossana. Escrever história e cultivar a memória cristã: sobre a cristianização da Península Ibérica nos séculos V e VI. 1ª Curitiba. Editora Appris, 2019. 281 p.

Rossana Pinheiro-Jones, tem doutorado e pós-doutorado em História pela UNICAMP, e foi professora da Universidade Federal de São Paulo (2010-2020). Em sua obra *Escrever história e cultivar a memória cristã: sobre a cristianização da Península Ibérica nos séculos V e VI*, a autora aborda a memória e a escrita da história com base nos sermões, junto da cristianização que ocorreu no espaço Ibérico. Conforme o prefácio, escrito por Juvenal Savian Filho, “[...] a obra que aqui se apresenta discute a maneira como também no século V, ao escreverem crônicas e histórias, bispos e presbíteros produziram uma memória para a região mais nortenha [...]” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 17). O livro é dividido em duas partes. Na primeira, busca-se abordar a memória sobre a Península Ibérica construída por historiadores e cronistas do século V, principalmente no tocante a *Gallaecia*. A segunda, analisa Martinho de Braga (525-580), proveniente de uma região fora da *Gallaecia*, enviado para cristianizar esta região pouco romanizada e barbarizada, justamente por ser uma localização mais nortenha e Ocidental da Península Ibérica (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 46).

Na introdução da obra, a autora parte de diferentes correntes historiográficas para tratar da memória e da história. A discussão sobre a primeira começa com as contribuições de Pierre Nora e Maurice Halbwachs, com ênfase nos conceitos de “lugares de memória”¹ e “memória coletiva”². Segundo Chris Wickham e James

¹ “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memória”. (NORA, 1993, p. 13).

² “[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

Fentress, citados pela autora, sem perder a dimensão do indivíduo, pode-se pensar uma “memória social” fundamental para o período medieval. De acordo com ambos os autores, Gregório de Tours (538-594), mobilizou uma memória local e familiar, filtrada pela posição que ocupava enquanto bispo aristocrata (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 27).

No movimento historiográfico da Nova História da década de 1970, outro nome fundamental para compreender os dois pontos acima apresentados foi Jacques Le Goff³. Segundo Pinheiro-Jones, o autor atribuiu um lugar importante para a memória ao tratar de sua monumentalização desde as sociedades antigas. Assim, a introdução aborda esses dois tópicos em diferentes aspectos: historiográfico, sociológico e filosófico.

Para explicar a relação do tema acima dito com o período estudado pela autora, ainda na introdução, ela aborda a relação memória, retórica e monaquismo. Baseando-se em fontes primárias e secundárias, assim como de uma análise conceitual – metodologia do trabalho –, Rossana Pinheiro-Jones situa a conexão desses temas com o monaquismo do século V, nas figuras de João Cassiano e Agostinho de Hipona (fontes primárias). A memória deve ser compreendida como “[...] lembrança de Deus cultivada a partir de uma mudança de intenção e da produção e retenção de pensamentos através do auxílio da prática de exercícios espirituais.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 38). Na definição agostiniana, ela aparece como lugar que decorre imagens provenientes dos sentidos, que comporia o âmbito interior humano. Com base nisto, é proposto que Agostinho apresenta uma chave de leitura indispensável para compreender o sermão *Sobre a correção dos rústicos* de Martinho

porque, em realidade, nunca estamos sós”. (HALBWACHS, 1990, p. 26).

³ VER: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

de Braga, em que aparece a memória, o conhecimento de Deus e o esquecimento. Metodologia e abordagens da Nova História Cultural, com os autores supracitados, foram importantes para a interpretação de que os “rústicos” do sermão se referiam a camponeses que resistiam à cristianização. A hipótese sustentada na obra é justamente o contrário, os “rústicos” no sermão se referiam ao contraponto dos batizados para os quais ele foi escrito, composto de clérigos e laicos (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 45), sendo o termo usado retoricamente conforme a rede eclesiástica e episcopal da época que,

[...] estava vinculada à defesa de uma forma correta de cristianismo; à afirmação da cristianização pela violência ou pela tolerância; e à consideração do papel da memória e da História como impulsionadoras da cristianização no combate às superstições, ao paganismo e à heresia. Este contexto eclesiástico, com suas intenções e recursos, teria sido mobilizado por Martinho de Braga no ato de escrita de seu sermão. (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 45).

Na primeira parte do livro, a autora pensa a história da Península Ibérica a partir de Idácio de Chaves (400-469). Em sua crônica, ele visava continuar a história contada por Eusébio de Cesaréia (265-339) e Jerônimo (347-420), inserindo a *Gallaecia* por meio de uma perspectiva universal e local (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 50). A história de Idácio trata primeiro da ascensão e queda da dinastia de Teodósio e, depois, faz um recorte a partir de sua própria história. A ascensão de Idácio de Chaves ao episcopado o coloca não apenas como leitor, mas como agente, segundo Pinheiro-Jones. Embora a narrativa dele comece com a ascensão de Teodósio em Constantinopla, ela ganha cada vez mais contornos locais, relacionando, a Península Ibérica, a ascensão dos povos bárbaros e o episcopado (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 53).

Segundo Idácio, a Península Ibérica estaria cada vez mais entregue a herdeiros não legítimos desse Império surgido com Teodósio. Um fato interessante apontado por Pinheiro-Jones, é que a universalidade da história em Idácio não estava no

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

cristianismo⁴, mas no próprio Império, que segundo ele estava em ruínas. Questão relevante para os estudos medievais, considerando tudo que se discute acerca dos cristianismos⁵. Por isso, Idácio conta a história de um mundo em declínio, conforme seu objetivo. Nesse mundo, cada vez mais distanciado e localizado, o bispo escreve uma história que “[...] legaria à posteridade uma memória e um passado desta região, vinculados a um homem condenado como herege e equivocadamente cultuado como mártir por certo grupo de bispos galaicos.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 64).

A autora discute a apresentação da *Gallaecia* como domicílio de bispos heréticos, pois trata-se de um caso em que são possíveis diversas dimensões de leitura. Sulpício Severo (363-425), uma das principais fontes analisadas nesse trecho do livro, efetua em sua *Crônica* o preenchimento de lacunas na construção de uma narrativa linear (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 69). Diferente de Idácio de Chaves, em Sulpício, Roma e seus imperadores estão inseridos em uma história mais ampla e anterior. A disputa entre arianos e nicenos é expoente de debates do período pós-

⁴ “De fato, parece-nos que, para Idácio, a conversão ao cristianismo não era uma via para a romanização dos bárbaros. [...] Idácio apontava que mesmo sendo cristãos seguiam como inimigos do legado romano que passava, então, a ser monopólio de um episcopado de linhagem galaico-romana, demonstrado pela associação que fez entre falência das estruturas eclesiásticas na região, conforme apontamos acima.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 59).

⁵ O cristianismo não era algo uno, nem tinha seus preceitos consolidados. Segundo Francisco José Gomes (2002), a cristandade estabelecida por Constantino foi um sistema de poder e legitimação da Igreja e do Império tardo romano. “A Igreja tendia a fixar a catolicidade, identificando-a parcialmente com o Império Romano, com a *romanitas*” (GOMES, 2002, p. 227). Como o cristianismo não era homogêneo e estava em formação, se verificam diversos traços do paganismo realocados, por exemplo, a elite do século IV que aderiu ao cristianismo continuava frequentando banquetes citadinos. Nesse sentido, é preciso ter em mente que o cristianismo não era fechado, Cristo era mais um entre os deuses. O século IV foi um século de enfraquecimento das fronteiras com um mundo religioso amplamente diversificado, podemos chamá-lo do século da incerteza. Somente no final desse século é que houve um sentimento de proteção, tanto de cristãos como de pagãos (BLOCKMANS; HOPPENBROUWERS, 2012, p. 19), até mesmo porque segundo Robert Markus (1997), a divisão entre “cristãos” e “pagãos” foi uma criação dos primeiros no final do século IV. Segundo o autor, o cristianismo era uma forma simbólica, dentre outras, que a elite usava para dominar (MARKUS, 1997). Ao mesmo tempo em que “O mundo pós-pagão não era de modo algum, um mundo necessariamente cristão” (BROWN, 1999, p. 69).

Constantino. Para os primeiros, Cristo não partilhava da dimensão divina do Pai, já para os segundos era o oposto, tratava-se da consubstancialidade⁶. Nessa conjuntura, surge no relato de Sulpício o priscilianismo⁷, como primeira heresia do território da *Hispania*, decorrente do gnosticismo oriental (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 75).

As heresias e seu combate são objetos de muitos estudos, pois apresentam importantes contribuições para compreensão do século V. A autora utiliza-se de alguns desses estudos para tratar da questão priscilianista na *Gallaecia*. A análise sobre as heresias está relacionada com a interpretação a partir do entendimento dos Concílios e da tradição hermenêutica que, em tese, inserem um conhecimento verdadeiro sobre a fé e, por sua vez, daquilo que era herético (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 80). Nas palavras de Pinheiro-Jones: “[...] a *Crônica* de Sulpício Severo, parece indicar uma condenação de Prisciliano por bispos ibéricos da Gália [...]” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 90). Respalando-se nas hipóteses de Victoria Escribano, que afirma que a crise priscilianista foi um conflito de autoridade entre grupos opostos de bispos da Igreja hispânica, a autora defende que a *Gallaecia* como região herética foi uma construção ao mesmo tempo local e temporal (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 90).

A relevância dos trabalhos anteriores na produção cronística (histórica), bem como o uso de relatos pessoais e orais, corroboram não somente para uma memória do passado e do presente, mas também para uma memória do futuro⁸. Antes de

⁶ Em linhas gerais, a consubstancialidade é a doutrina cristã que trata sobre a Trindade, proferida pelo primeiro Concílio de Nicéia (325), segundo a qual a divindade de Cristo é da mesma substância de Deus.

⁷ “A historiografia aponta para duas fases distintas pelas quais passou o priscilianismo: uma primeira fase com a liderança de Prisciliano – na qual a doutrina não se afastava em demasia da ortodoxia nicena – e uma fase posterior, na qual muitas práticas definidas pela hierarquia eclesiástica como ‘pagãs’ foram aos poucos sendo incorporadas, dando-lhe uma configuração acentuadamente mais heterodoxa”. (CALAZANS, 2014, p. 17).

⁸ “[...] por um lado, o vínculo existente entre memória dos acontecimentos passados e dos atuais,

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

seguir por essa linha, Rossana Pinheiro-Jones aborda a Península na *História Apologética* de Paulo Orósio (375-420), devido a sua relevância para pensar a História e a memória em sua relação com a heresia priscilianista.

Em *Commonitorium*, Orósio pretende divulgar os erros dos priscilianistas e origenistas⁹, tal qual havia visto na *Gallaecia*. O autor, nesta obra, busca situar os pagãos e os cristãos do tempo presente, aproximando-se de Agostinho, na medida em que procura convencê-los de que mesmo com o saque de 410, os cristãos não eram culpados pela decadência do Império. Na perspectiva temporal, o passado é utilizado com intuito de demonstrar que este fora pior que o presente, “[...] já que a história romana era repleta de guerras, derramamento de sangue, epidemias e mortes tão ou mais terríveis do que as da atualidade do autor” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 97).

No sentido geográfico, Orósio também traz uma abordagem significativa, ao inserir a África como região autônoma. Assim, diferente de Idácio e Sulpício, nele há uma ampliação do palco da história (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 101). Nas *Histórias* de Orósio o papel do cristianismo era positivo, dado que com ele o derramamento de sangue diminuiu; aqui, ele difere de seu mestre Agostinho, já que possui uma perspectiva positiva do papel da Igreja na história (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 104).

Entre todas as disputas e Concílios que trataram acerca desta questão no

perceptível na ideia de continuidade da obra cronística de predecessores, a partir do testemunho pessoal e da recorrência a relatos orais. Por outro lado, esse mesmo sentido de tradição e da importância de se dar sequência a trabalhos anteriores de escrita da história, lançava a memória para além do passado e do presente, e rumo ao futuro [...]”. (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 92).

⁹ “É possível afirmar que a obra de Orígenes é a criação de uma nova ciência, a teologia bíblica, por meio da qual cada frase das escrituras era explorada sistematicamente em busca de significados ocultos, alegorias e assim por diante. E, com base nos elementos dessa vasta erudição das escrituras, ele erigiu, em seu livro ‘Tratado sobre os Princípios’, uma filosofia cristã a partir da qual era possível interpretar todos os aspectos do mundo”. (SOUTO, 2018, p. 32-33).

período, “[...] o problema priscilianista enfrentado pela *Gallaecia* no período posterior à morte de Prisciliano e à condenação de Sinfósio e Paterno estaria ausente da última obra de Orósio” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 96).

Na questão historiográfica, que, como dito, é uma das discussões centrais da obra, Paulo Orósio utiliza de instrumentos retóricos pagãos¹⁰, visando convencer seu público. Existe uma defesa entre o passado, o presente e o futuro. A importância da história, dá-se na relação que ela mantém com a memória. Em termos práticos, é preciso “[...] se lembrar de um passado esquecido ou ignorado, o que manteria o homem, no presente, em erro e comprometeria, no futuro, sua salvação” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 107). Em síntese, na história triunfante da Igreja e do cristianismo de Orósio, mesmo que sob um Império em ruínas, ele busca situar os bárbaros em relação aos cristãos, construindo uma história em que o conhecimento do passado permite refletir sobre o presente (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 111). Conforme Rossana Pinheiro-Jones, mesmo após a morte de Orósio e Idácio, com renovações da perspectiva sobre a História, algumas continuidades foram mantidas, sendo elas: a relação da história com o esquecimento; um discurso breve para ser memorizado; e, o esquecimento ou ignorância do passado que poderia comprometer a salvação futura (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 112).

Após essa primeira parte, a obra adentra no século seguinte em *Tempo, História e Memória na Península Ibérica do século VI*. Para essa discussão, a autora retoma Martinho de Braga, dialogando com ampla historiografia, ao pensar na relação dele com clérigos anteriores e de sua época, bem como a tipologia documental - especificamente os sermões. Atrelado a isso, situa Martinho em debate com questões

¹⁰ “[...] os bárbaros seriam instrumentos de expiação dos pecados romanos e realizadores da providência divina.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 107).

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

fundamentais do período medieval, pois para alguns autores, como Luís Ribeiro Soares, o bispo levou para *Gallaecia* um monaquismo de organização papal, com a finalidade de fazer os abades-presbíteros responsáveis pela cristianização (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 120). Há todo um debate sobre a relação com Cassiano e as questões que envolvem Oriente e Ocidente, também desenvolvido pela autora, com ampla fundamentação nos sermões eclesiásticos e na historiografia.

Retornando aos temas centrais da obra, após discorrer a questão das culturas “folclóricas” e “eruditas” na cultura medieval¹¹, Pinheiro-Jones aborda como o gênero sermão “[...] estaria estruturado em torno da apresentação histórica, evidenciada pela narrativa de momentos importantes da história da salvação, com a finalidade de trazer à memória algo conhecido, mas esquecido ou a se dar a conhecer [...]” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 134). Por isso, tanto a retórica, como a linguagem, são questões importantes para compreensão da história e da memória tal qual aparecem nos autores medievais dos séculos IV, V e VI. A partir dessa perspectiva, a autora analisa esses temas em Agostinho de Hipona (354-430) e Cícero. Na conexão dessas categorias com às discussões do contexto, Martinho de Braga escreveu seu sermão por volta de 579, “Nele, podem ser encontradas as referidas associações entre memória, esquecimento, conhecimento e rememoração de Deus.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 150). No século VI, portanto, memorar e esquecer não eram opostos, mas complementares, porque este último compunha a técnica mnemônica.

No sermão do bispo de Braga, se nota o uso dos acontecimentos passados

¹¹ “Gourevitch ressaltou o paradoxo da cultura medieval, nascido do encontro entre cultura erudita e cultura popular; entre tradição folclórica e doutrinal, percebido, sobretudo em produções escritas como hagiografias e sermões. Estes últimos, em especial, foram considerados veículos privilegiados de vulgarização cultural e o mais importante meio de comunicação entre a Igreja e o povo, tornando possível o controle do clero sobre a vida espiritual de uma população que partilhava, entre si, de uma cultura que conservaria traços pré-medievais [...]” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 133).

para admoestar. A história e a narrativa são utilizadas como “[...] máquina da memória, para edificar o conhecimento e possibilitar o ato de vontade intrínseco ao recordar ou ao trabalho de reminiscência.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 154-155).

Diferente do que aparece na primeira parte da obra com Orósio e Idácio de Chaves, Martinho de Braga não trata das guerras, epidemias ou sucessão de imperadores; sua narrativa é “[...] marcada pela figura de Cristo, em sua Encarnação, Paixão e Ressurreição, em contraponto ao esquecimento e afastamento dos homens de Deus em razão do pecado de Adão [...]” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 155). Resumindo, a condenação do priscilianismo, embora não unitário, pois não foi único motivo pelo qual o texto foi escrito, assim como as religiosidades manifestadas pelos galegos integram as linhas do sermão, suscitando a indignação do religioso para com o esquecimento daqueles que já haviam sido batizados, demonstra o embate entre a memória e a escrita da história. Lembrando que esta memória foi produzida pelo episcopado e não pela cultura popular como aparece em diversos estudos (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 161). A conversão estava relacionada não somente com uma convicção íntima, mas também com a exigência moral, enraizada no passado que se buscava superar; “[...] na *Gallaecia* do século VI, cristianizar significava, também, recordar, avivar uma memória esquecida de Deus com o intuito de deslocar outras memórias.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 161).

As práticas supersticiosas ocupam um lugar importante nas construções históricas desses autores, sendo colocadas como diabólicas em sua maioria. No sermão de Martinho, em consonância com as ideias dos Concílios de Braga – com diversas disposições discutidas e impostas aos membros do clero para a conquista de sua homogeneidade e, conseqüentemente, fortalecimento da fé na região –, se encontra uma tentativa de consolidar o cristianismo na *Gallaecia*. As religiosidades

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

praticadas no sermão do bispo, situam um passado idólatra que não poderia ser admitido na comunidade batizada. Devido a isso, houve toda uma discussão sobre o nome dos dias da semana, enquanto denominações que homenageavam a deuses pagãos, e que, por sua vez, deveriam ser renomeados conforme a criação divina (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 176), o que insere uma nova noção de tempo.

A narrativa por ele utilizada apropria-se de algo histórico - passado - para tratar daquilo que se deve evitar. Logo, propõe um reposicionamento, um reajuste da memória e não um esquecimento total (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 172). Nesta memória deveriam constar recomendações a serem seguidas para o alcance da salvação. Para construir sua argumentação, o autor parte das práticas supersticiosas para a instrução daqueles a quem denominou de “rústicos”. Portanto, “[...] Martinho de Braga forneceu à história humana um sentido teleológico, marcado pelo retorno a Deus e pela redescoberta desta memória que suplantaria o pecado e abriria às portas para a salvação.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 186). A história salvacionista modifica a relação dos homens com o passado, a tal ponto, que seria uma história de todos os homens, na qual “Cristo daria um novo sentido à existência humana, ao oferecer aos homens uma possibilidade de salvação posta no presente e consolidada no futuro.” (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 187).

Na nova relação de tempo, em consonância com a memória, como claramente aparece nos sermões de Martinho de Braga, os mortos são lembrados. A fim de diferenciar-se dos cultos pagãos aos mortos, a ideia é que os ritos fúnebres fossem realizados por uma autoridade da igreja. Como já dito, na obra de Martinho, Cristo ocupa a centralidade, e a ressurreição insere uma possibilidade da alma além do corpo, tanto que o sermão do autor insiste na importância das boas obras para a salvação, mais do que ser enterrado ao lado de mártires. Assim, a cristianização da

memória dos mortos coloca a alma acima do corpo. Por sua vez, Agostinho - autor da tradição cristã com a qual Martinho dialoga - tratou o corpo de modo ambíguo: de um lado ele é inerente à natureza humana; por outro, o cristão não deveria se preocupar com ele na morte (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 196). Agostinho também disse que a salvação dependia da conduta prática. Entre os séculos V e VI, as basílicas ocupam o lugar de culto à memória dos mortos - questão que pode ser vista em uma longa duração, pois até hoje na liturgia da Igreja Católica Apostólica Romana há a invocação desta memória.

Ligado a salvação, o batismo é um ponto chave para entender o cristianismo e a memória ibérica dos séculos V e VI, "Se a memória era memória de Deus, o coração seria o lugar da atualização e revisitação desta memória" (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 219). A anamnese envolvia um lembrar para manter a moral cristã pós-batismo, o que permite verificar um movimento entre morte-salvação e batismo-ação. O público alvo do sermão, os "rústicos", aparecem na obra como um contraexemplo, ou seja, como aquilo que o convertido não deve ser. Por isso, o sermão visava uma audiência heterogênea, não apenas os "rústicos" (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 235). O batismo não era somente a inserção na comunidade cristã, mas também uma adesão a uma moral para as boas obras, já que os homens possuem livre-arbítrio e devem escolher os caminhos, que segundo diversos agentes do período, levam-no para a salvação ou para a condenação eterna. Portanto, esses pontos possibilitaram uma nova concepção de morte em que se inseriu a possibilidade de salvação, junto ao batismo como um pacto que deve ser recordado, em que se vislumbrava a união da comunidade e não permitia um retorno às antigas práticas pagãs (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 252-253). Portanto, concerne um modo de vida que deveria ser guiado pela memorização de Deus (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 259).

O fazer História pela memória na Península Ibérica dos séculos V e VI

Dissonante do apresentado, a comunidade da *Gallaecia* não se mostrava unida, pelo menos no contexto do século VI, para o professor da fé cristã. As religiosidades praticadas na região não se configuravam como meros vestígios que seriam suplantados facilmente pela ação pastoral, fosse ela prática ou escrita. Elas mostravam-se como permanentes no cotidiano de seus praticantes, orientando suas vidas nos mais diversos assuntos. Tais práticas eram vivenciadas e sentidas pelos seus adeptos, em contraposição ao cristianismo que suscitava a figura de um Deus onipotente e onipresente, portanto distante de seus fiéis.

O livro é uma obra importante para entender as especificidades da cristianização na Península Ibérica, na visão dos clérigos e bispos medievais. A autora utiliza importantes historiadores e bispos dos séculos V e VI para embasar seus argumentos sobre a história e a memória, bem como aborda conceitos fundamentais do contexto e discussões importantes para os medievalistas, como, por exemplo, a questão ariana e priscilianista e o debate da *Gallaecia*. Pinheiro-Jones faz o exercício de pensar a história e sua escrita nessa localidade¹², no contexto da cristianização, por meio da memória. Como dissemos no título da resenha, a autora pensa sobre o fazer história nos séculos V e VI, rompendo com os preconceitos de que os medievais eram incapazes de pensar sobre seu tempo (PINHEIRO-JONES, 2019, p. 256). Não em vão, ao abrir e encerrar a obra citando Virginia Woolf, em trechos que tratam sobre o olhar e ouvir o passado em sua complexidade, Rossana Pinheiro-Jones expressa o pensar a narrativa histórica, questão com a qual ela lida em todo o livro. Seguindo-a, finalizamos citando Woolf, na voz de seu personagem Orlando: “A memória é costureira, e por sinal bastante imprevisível. A memória faz correr a agulha para dentro e para fora, para cima e para baixo, para lá e para cá.” (WOOLF, 2014, p. 97).

¹² Sentimos a falta de mapas que permitissem ao leitor vislumbrar a configuração geográfica distinta da Península Ibérica nos dois séculos abordados, sobretudo na primeira parte do livro.

Referências bibliográficas

BLOCKMANS, Wim; HOPPENBROUWERS, Peter. **Introdução à Europa Medieval**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BROWN, Peter. **A ascensão do Cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

CALAZANS, Jaqueline de. **As Dissidências cristãs e os campos político e religioso: um estudo comparativo do combate ao priscilianismo na Península Ibérica nos séculos IV e VI**. 2014. 185f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Comparada - Instituto de História - Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **A memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

GOMES, Francisco José Silva. A Cristandade medieval entre o mito e a utopia. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 221, Dec. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X003005009>.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MARKUS, Robert A. "Conversão e Incerteza". In: **O fim do cristianismo antigo**. São Paulo: Paulus, 1997. Tradução: João Rezende Costa, Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/fim_do_cristianismo_antigo_markus.pdf.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, 10, pp. 7-28, dez. 1993.

SOUTO, Leandro Nazareth. **Aspectos escatológicos no pensamento de Orígenes de Alexandria**. 79f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia - Universidade Federal de Uberlândia.

WOOLF, Virginia. **Orlando: uma biografia**. Trad. Jorio Dauster. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2014.

A Quarta Cruzada
e a identidade
cristã: a
abordagem pós-
colonial de
George E.
Demacopoulos.

Rodrigo Fernandes
Vicente*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p583-589

DEMACOPOULOS, George E. Colonizing Christianity.
Greek and Latin Religious Identity in the Era of the
Fourth Crusade. Nova Iorque: Fordham University
Press, 2019, 223p.

Colonizing Christianity. Greek and Latin Religious Identity in the Era of the Fourth Crusade é o mais recente trabalho do historiador estadunidense George E. Demacopoulos. Publicado em 2019 pela *Fordham University Press*, este livro nos apresenta uma análise historiográfica da Quarta Cruzada, muito bem embasada em fontes, e com forte influência das teorias pós-coloniais, tão em voga nas ciências humanas nos últimos anos e tão pouco presentes na historiografia medieval.

Demacopoulos é professor de teologia na Universidade de Fordham, em Nova Iorque (EUA), onde também é vice-diretor do Centro de Estudos Cristãos Ortodoxos. A sua bibliografia é majoritariamente relacionada à história do cristianismo primitivo e à atuação do papado na antiguidade tardia. Destacam-se seus trabalhos referentes à construção do discurso sobre a primazia de São Pedro pelo bispado romano, em *The Invention of Peter: Apostolic Discourse and Papal Authority in Late Antiquity* (2013), e o pontificado e a obra de Gregório Magno em *Gregory the Great: Ascetic, Pastor, and First Man of Rome* (2015).

Influenciado por uma abordagem pós-colonial e utilizando-se dos trabalhos de Edward W. Saïd e Robert J. C. Young, no decorrer de sua investigação Demacopoulos procura apresentar a Quarta Cruzada como um projeto dos latinos – liderados pelos francos e venezianos – interessados em estabelecer no Oriente um entreposto comercial e político-religioso. Ele sustenta a sua argumentação através de seis análises de casos e fontes primárias sobre a Cruzada e os seus desdobramentos, que compõem os capítulos do livro.

O primeiro capítulo dedica-se à análise da crônica *A conquista de Constantinopla*, escrita em língua vernácula pelo francês Roberto de Clari (c.1170 – 1216), cavaleiro que participou do assalto a Constantinopla, em 1204. Segundo Demacopoulos, estes

A Quarta Cruzada e a identidade cristã

relatos são importantes fontes para compreendermos o caráter colonial da Quarta Cruzada, pois elas carregam as concepções dos colonizadores em relação aos colonizados, ressaltando o que consideravam como a degeneração dos hábitos “gregos” e defendendo a virilidade latina perante a covardia bizantina. Durante seus relatos, Roberto de Clari tentou demonstrar como os códigos de cavalaria e a virilidade do cavaleiro francês causavam impacto nas mulheres locais, afirmando que elas se sentiam atraídas por eles. Referenciando Saïd, Demacopoulos deixa claro em sua análise como a dominação sexual foi um elemento importante da dominação política, através de estupros e aculturação por casamento, fatores também presentes em Constantinopla sob o jugo ocidental (DEMACOPOULOS, 2019, p. 30).

Ao descrever o glorioso passado greco-romano-bizantino, Clari colocou os franceses como seus legítimos herdeiros, a despeito dos bizantinos do século XIII. No entanto, em nenhum momento o cavaleiro condenou a fé dos gregos: as diferenças teológicas e o Grande Cisma de 1054 não apareceram como a principal motivação dos ataques, mas sim os valores viris e a honradez. Para ele, os erros desse povo se relacionavam com o fato de não serem compatíveis com a ideologia política francesa e de serem insubmissos à Sé de Roma (DEMACOPOULOS, 2019, p. 38-40).

No segundo capítulo, o autor se dedica a pensar a *Hystoria Constantinopolitana* de Gunther de Cister (ou de Paris, c. 1150 – c. 1220). Sendo monge, Gunther procurou ressaltar em sua crônica as igrejas e as relíquias nelas presentes, e demonstrou certa distinção – que Demacopoulos descreve como algo similar à relação de mestre e servo – do clero latino sobre os padres ortodoxos, estipulando uma clara noção de superioridade entre ocidentais e orientais. Uma das passagens mais destacadas pelo pesquisador é quando, durante o saque das relíquias das igrejas de Constantinopla, Gunther erotizou um dos monges locais que os auxiliavam na espoliação

(DEMACOPOULOS, 2019, p. 54). No decorrer de seu texto, o monge caracterizou Constantinopla como uma terra exótica e erótica. Desse modo, o saque e a dominação deste território seriam, concomitantemente, uma punição divina pelos seus “desvios”, ao mesmo tempo que poderiam funcionar como dádiva para que os gregos assimilassem uma cultura “superior” – assim, os cruzados estariam “salvando” os bizantinos deles mesmos.

A série de correspondências escritas pelo Papa Inocêncio II, analisadas no capítulo seguinte, segue a mesma linha da *Hystoria* de Gunther. De fato, a principal ambição do papado era um processo de “reunificação” da cristandade que havia sofrido um profundo trauma com a dupla excomunhão do Papa e do Patriarca de Constantinopla, em 1054. Para que isso ocorresse, se fez necessário um processo de “descristianização” dos bizantinos em face da ambição do papado em trazê-los para a órbita de Roma (DEMACOPOULOS, 2019, p. 66). Com efeito, Demacopoulos vê uma ambivalência no discurso de Inocêncio II na medida em que, ao mesmo tempo que os gregos eram cristãos, eles eram inimigos de Deus. A dominação pela fé foi outro dos pontos principais da dominação colonial, e isso é ressaltado vivamente no texto: os gregos, apesar de serem cristãos, eram insubordinados a Roma. Portanto, do ponto de vista teológico, era justificável todo o sofrimento deles (DEMACOPOULOS, 2019, p. 81).

Demetrios Chromatianos, arcebispo de Ocrida – atual Macedônia – de 1216 até 1236, é outro clérigo envolvido na Quarta Cruzada e se dedicou a diferenciar claramente gregos e latinos em sua *Ponemata* e demais escritos canônicos. Neste quarto capítulo, Demacopoulos se apoia nos trabalhos de Robert Young sobre a teoria da raça e a dicotomia colonizado/colonizador; no caso, essa categoria é adaptada para latinos/gregos e católico/herético. Outro trabalho aqui presente é o de

A Quarta Cruzada e a identidade cristã

Mary Douglas sobre pureza e poluição. Esses pensadores são fundamentais para refletir sobre o medo que Demetrios apresentava em seus escritos a respeito dos casamentos inter-raciais e dos filhos mestiços que eles geravam. É óbvio que havia semelhanças entre gregos e latinos, porém as diferenças se sobressaíam: ambos acreditavam na trindade e no batismo, mas adotavam dogmas e seguiam lideranças distintas (DEMACOPOULOS, 2019, p. 99). O professor aponta o que é evidente: houve casamentos entre latinos – em sua maioria homens, cavaleiros e demais aventureiros que se envolveram nas Cruzadas – com mulheres gregas. Para Chromatianos, o hibridismo entre as duas raças – isto é, os filhos gerados – configurava uma ameaça à "pureza" dos latinos, obscurecendo assim, a distinção entre o dominador e o dominado. Ou seja, a superioridade dos católicos latinos não se fazia mais tão clara.

Os últimos dois capítulos se dedicam à análise da *História*, de Jorge Acropolita (1217–1282), que foi escrita logo depois à expulsão dos cruzados e à restauração dos Paleólogos na década 1270; e à Crônica de Moreia. Demacopoulos coloca ambas as fontes como um contraponto às que foram apresentadas nos capítulos antecessores – principalmente porque foram escritas pelos dominados, sendo a *História* de Jorge Acropolita elaborada posteriormente à expulsão dos cruzados de Constantinopla. Na *Historia*, vemos uma tentativa constante Acropolita em estabelecer o Império de Nicéia como sendo legítimo, pois se tratava da corte imperial no exílio enquanto Constantinopla estava usurpada pelos latinos. Em uma lógica inversa à apresentada pelos documentos anteriores, o historiador grego considerava os latinos perigosos e, por outro lado, não suficientemente cristãos, pois não seguiam a ortodoxia. Neste caso, unicamente pelo fato de serem cristãos, ele não os considerava como o maior perigo para a ortodoxia grega dado que, quando expulsos os cruzados e durante toda a dinastia Paleóloga, foram os turcos muçulmanos que tomaram para si o

protagonismo de ameaça constante ao Império Bizantino.

Outro ponto interessante do escrito de Jorge Acropolita foram as tentativas de negociação das elites autóctones e os conquistadores, procurando estabelecer um trato em que as diferenças religiosas fossem respeitadas (DEMACOPOULOS, 2019, p.111). A *Crônica de Moreia* (ou Crônica do Peloponeso) se apresenta como uma fonte intrigante. Neste documento anônimo, observamos as tentativas dos conquistadores em estabelecer na península do Peloponeso – chamada de Moreia pelos francos – uma forma de organização fundiária análoga ao modo de produção feudal presente na França no séc. XIII. Questões como a implantação do código de cavalaria, defendida como “cultura superior” (DEMACOPOULOS, 2019, 130), e o hibridismo cultural nos são apresentados neste documento.

George Demacopoulos não é o primeiro historiador a olhar para a Quarta Cruzada através das lentes da teoria pós-colonial. O medievalista israelense Joshua Prawer enxergou nas formações dos reinos cruzados no Oriente Médio uma primeira forma de projeção de poder colonial do Ocidente europeu. Em 1972, quando ainda havia intensas lutas anticoloniais em África e Ásia, Prawer publicou *The Crusaders' Kingdom: European Colonialism in the Middle Ages*. Desde então, tivemos um grande crescimento da produção teórica pós-colonial: nomes como Edward Saïd, Robert Young, Frantz Fanon, entre outros, nos dão grandes contribuições para fazermos uma nova leitura do medievo através das relações de poder entre dominadores e dominados. Igualmente, são obras importantes para que o medievalista detenha consigo um arsenal teórico o qual possibilite o diálogo com os novos estudos em história da África e da Ásia, ascendentes no meio acadêmico brasileiro nas últimas décadas. Debates envolvendo raça, gênero, direito das minorias LGBTQIA+ estão em voga no nosso tempo, e é fundamental ressaltá-los, sobretudo na historiografia

A Quarta Cruzada e a identidade cristã

medieval, a qual por vezes se mostra tão carente nestes aspectos – principalmente no cenário brasileiro.

Infelizmente, toda obra de Demacopoulos, incluindo este livro em específico, não se encontra traduzida para o português, mas sem dúvidas uma futura tradução seria uma grande contribuição – principalmente se o tradutor conseguir manter a escrita didática e envolvente do autor. Em uma época na qual o historiador medievalista tem como indispensável o dever de combater os constantes revisionismos fabricados pela extrema-direita ascendente em nível global, que constantemente se apropriam da narrativa de um passado medieval onírico no qual as cruzadas são reduzidas a um mero conflito de cristãos *versus* muçulmanos, consideradas assim parte integrante de um “momento glorioso” da cristandade. Neste âmbito, uma obra sobre o domínio e o conflito violento entre os próprios cristãos se torna fundamental.

Referências bibliográficas

DEMACOPOULOS, George E. **The Invention of Peter**. Apostolic Discourse and Papal Authority in Late Antiquity. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2013.

_____. **Gregory the Great**. Ascetic, Pastor, and the First Man of Rome. Norte Damme: Norte Dame University Press, 2015.

_____. **Colonizing Christianity**. Greek and Latin Religious Identity in the Era of the Fourth Crusade. Nova Iorque: Fordham University Press, 2019.

PRAWER, Joshua. **The Crusaders' Kingdom**: European Colonialism in the Middle Ages. London: Phoenix Press, 1972

SAÏD, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

YOUNG, Robert J. C. **Colonial Desire**: Hybridity in Theory, Culture, and Race. London: Routledge, 1995.

A multiplicidade da classe trabalhadora na práxis marxiana e sua atualidade

Maria Clara Lima de Menezes*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p590-599

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

* Graduanda do bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pesquisadora no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT), claraamenezess@gmail.com. Gostaria de agradecer imensamente o belo e importante trabalho dos pareceristas, bem como a atenção dada não só ao texto, mas ao trabalho tanto do autor do livro como de quem o resenha.

A multiplicidade da classe trabalhadora na práxis marxiana e sua atualidade

Ao passo que o capitalismo é cíclico e dinâmico, a classe trabalhadora em si é múltipla e, por sua vez, também dinâmica. Acompanha não só os ciclos do capital, mas também as mudanças históricas e sociais que marcam os cenários político e econômico de seu tempo. No entanto, não nos cabe dizer que o teor máximo da classe trabalhadora, a exploração sofrida, assim como sua capacidade emancipatória e revolucionária, se perdem (ou devem se perder) nesse processo. Apesar das mudanças políticas e dos ciclos do capitalismo, as características acima mencionadas acompanham esta classe em toda a sua trajetória. É nesse sentido que a teoria e a prática marxiana¹ se mantêm ao longo do tempo. Não se deve considerá-la plenamente determinista econômica e exclusivamente teórica, mas múltipla, amparada na vivência ativa e com um projeto de classe que considera as especificidades da classe trabalhadora e o papel das lutas de classes enquanto fator construtivo da sociedade e do indivíduo ao longo da história.

O livro aqui resenhado toma como base a discussão acerca do papel revolucionário da classe trabalhadora na teoria-prática de Marx e Engels, para estipular um questionamento central: Como é e como se configura a classe trabalhadora hoje? Essa questão é primordial para pensar não só a obra, mas a própria teoria marxiana e a organização da nossa sociedade. Esse debate está nas primeiras páginas do livro *A classe trabalhadora: de Marx a nosso tempo*, do historiador do trabalho Marcelo Badaró Mattos², publicado em junho de 2019. Além de “dar cara

¹ Quando falamos em “teoria marxiana”, faz-se referência à obra e a teoria direta e original de Karl Marx, muitas vezes em conjunto com Friedrich Engels. Ao contrário da “teoria marxista”, advinda dos estudiosos e seguidores dos autores, estes com uma interpretação própria.

² Marcelo Badaró Mattos possui graduação em História (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e Mestrado e Doutorado em História Social (Universidade Federal Fluminense - UFF). É especialista em História do Brasil República e História Social do Trabalho, tendo publicado trabalhos principalmente nesta última área, com união entre urbanidades, as relações de trabalho e os marxismos. Informações disponíveis no currículo do autor em: < <http://lattes.cnpq.br/8081498917287880>>. Acesso em 10 de

e corpo” à teoria marxiana enquanto prática, tendo a classe trabalhadora como elemento central, o livro se insere num cenário político e econômico onde os escritos de Marx e Engels tornam-se ainda mais atuais.

Esquemáticamente, o livro divide-se em quatro partes, a fim de colocar em pauta os escritos de Marx, dos marxistas, historiadores sociais etc., e o entendimento da classe trabalhadora nessa variedade de áreas do pensamento. A primeira parte do livro está dividida a partir de relações estabelecidas pelas conceituações de classe, assim como o vocabulário empreendido por elas. Nessa primeira parte, o autor opta por um recorte didático entre as dimensões objetivas e subjetivas do conceito de classe trabalhadora, que perpassa vários momentos da produção de Marx e Engels. Tais dimensões não são vistas como elementos separados, mas atuam conjuntamente na realidade das classes sociais, especialmente da classe trabalhadora. O que o autor pretende é trazer a justaposição desses aspectos e perceber as características das classes acima de suas diferenças.

A segunda e quarta seções perfazem o debate entre a conceituação de Marx e dos marxismos acerca do proletariado, vistos na primeira parte, em relação com elementos empíricos, dados estatísticos e análises sobre a realidade das trabalhadoras e dos trabalhadores de hoje. A terceira parte centra-se na análise de algumas teorias de autores do hemisfério Norte sobre a caracterização dos profissionais livres, que se difundiram nas últimas décadas. Estas relativizam e até negam um aspecto central da análise de Marx sobre o proletariado: o seu potencial enquanto sujeito histórico e, por conseguinte, capaz de uma transformação emancipadora. O autor também analisa o debate presente nas Ciências Sociais e na historiografia sobre a mesma classe, criando uma interdisciplinaridade na análise e

nov. de 2020.

A multiplicidade da classe trabalhadora na práxis marxiana e sua atualidade

visão sobre a teoria marxiana e o potencial da classe trabalhadora de hoje, questionada por alguns autores.

A bandeira política levantada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) vai muito além da visão puramente econômica sobre a dicotomia entre os proletários e os detentores dos meios de produção, a burguesia. A discussão sobre classes sociais está presente nos trabalhos de Marx, especialmente quando analisamos a sua dita “trilogia política”, que se inicia com *As lutas de classes na França: de 1848 a 1950* (2012), originalmente publicada em 1850, continua com *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (2011), de 1852, e se conclui com *A guerra civil na França* (2011), de 1871, seguindo para seus trabalhos posteriores, tanto solo quanto em conjunto com Engels.

Assim, Marx e Engels se encontram no momento da formação da classe trabalhadora, mas não a inventaram enquanto uma categoria de análise. Como pontua Badaró, esse entendimento já se verificava tanto no vocabulário da época, quanto na consciência daquele grupo com o qual eles se identificariam politicamente. O que fizeram foi elaborar um método de análise junto com um conjunto de investigações que fizeram da categoria “classes sociais” seu principal alicerce. Como coloca Michael Löwy, o que Marx e Engels fizeram emergir foi “[...] a síntese dialética, a superação dos elementos fragmentários, esparsos, parciais, das diversas experiências e ideologias do movimento operário e a produção de uma teoria coerente, racional e adequada à situação do proletariado” (LÖWY, 2002, p. 138 *apud* MATTOS, 2019, p. 21). Entretanto, considera-se que essa síntese dialética, como mencionado por Löwy, traz consigo espaços em branco a serem preenchidos e atualizados por suas diversas frentes de análise (de raça/cor/etnia, gêneros, geografia etc.).

Consideramos que Marx não chegou a aprofundar de fato a dimensão de como essa estrutura de classes e exploração do proletariado impactava as diversas camadas da classe trabalhadora, especialmente o lugar ocupado pelas mulheres na estrutura produtiva e seu papel reprodutivo. Porém, como veremos a partir do trabalho de Mattos aqui resenhado, Marx não estava alheio às diversas dimensões de exploração que marcava a sociedade capitalista em execução em seu tempo, longe de uma interpretação puramente economicista.

Como Mattos pontua, Marx e Engels não mergulharam na pauta da luta de classes em curso baseando-se apenas em uma teoria. À luz dos conflitos da época, da experiência burguesa que marcou com maior espaço a vida de Engels, e também do início da mobilização da classe trabalhadora que os autores presenciaram em sua estada na Inglaterra, eles viram ali um solo propício não só para a teoria revolucionária, mas para o próprio estabelecimento do proletariado como elemento central desses conflitos. Marx e Engels escreveram, portanto, em um tempo de efervescência dos movimentos sociais e trabalhistas e de ascensão da união sindical, em contrapartida ao aceleração da exploração pela sociedade industrial que tomava corpo ali, a seus olhos, num pós Revolução Francesa (1789-1799) e no curso do aprimoramento da Revolução Industrial (1790-1840).

Nesse momento, a Inglaterra se constituiu como um *locus* privilegiado para entender a formação do proletariado aos moldes industriais, uma classe explorada pela burguesia e pela necessidade de alimentar a produção de capital. Entretanto, falar de classe, organizada e orientada politicamente, apenas nos moldes europeus ou, especificamente, inglês, é entender o proletariado ou a classe trabalhadora como resguardado a apenas um momento histórico, imóvel no tempo, não passível de mudanças no que concerne a suas demandas, às diferenças entre trabalhadores etc.

A multiplicidade da classe trabalhadora na práxis marxiana e sua atualidade

O modelo europeu e a dimensão dos proletários assalariados, apenas, não exprimem toda a trajetória da classe trabalhadora. Esse modelo é a exceção, e não a regra, para entender a luta pelos meios de produção e a própria emancipação política e humana do proletariado.

Por esse motivo, agora, com todos os elementos da produção postos na modernidade, a crítica elaborada por Marx não se refere apenas ao capitalismo de forma geral e às formas de produção e reprodução do capital. Mais adiante, volta-se para a concepção idílica, como ele coloca, da Economia Política quanto ao tempo primitivo da geração do capital³. Marx não só critica essa dimensão idílica (e conservadora) da Economia Política, comparando-a à concepção teológica do “pecado original”, como também critica a ingenuidade de se pensar por esses termos, sem considerar a violência, a subjugação e o assassinio desempenhado pelas grandes potências para expropriar e roubar as colônias e seus povos autóctones como forma de enriquecimento do Centro.

Com isso, o capital não só supõe a separação entre os trabalhadores e os meios de produção, mas passa a reproduzir essa separação em escala cada vez maior. Desse fato decorre não só a dificuldade dos trabalhadores de terem consciência da sua inserção nesse jogo, mas também a lógica capitalista (geográfica): entre o Centro (Norte global) e Periferia (Sul global); entre os donos dos meios de produção – a tecnologia necessária – e os vendedores de sua força de trabalho – a matéria-prima. Assim, reproduz as desigualdades e separações tanto no espaço físico

³ Essa concepção acreditava que, no início de tudo, havia dois grupos: de um lado, os que agiam de forma parcimoniosa e resguardavam seus bens; de outro, os que gastavam seus bens “como se não houvesse amanhã”, gerando, com isso, os que possuíam os meios de produzir e os que nada mais possuíam, a não ser sua própria “carne e sangue”, na forma da força de trabalho.

quanto no espaço social⁴ (BOURDIEU, 2008), caracterizando a agência de classe e a própria classe trabalhadora, que é entrecortada e subjugada pelas diferentes lógicas de opressão: de gênero, sexualidade, raça/etnia/cor etc.

Essa relação, então, entre Centro e Periferia e os diferentes perfis de trabalhadores, é resgatada por Mattos para responder à pergunta elencada por ele no início do livro, no que concerne ao conteúdo múltiplo dessa classe e de como ela se coloca na atualidade. É válido mencionar que, especialmente nos últimos anos da história do Brasil, durante governos petistas (2002-2016)⁵, a relação de classe foi relegada a um patamar alfanumérico, quando analisada a separação por classes “A, B, C, D, E” a partir da sua faixa de renda, em uma estratificação de grupos sociais considerando sua capacidade de consumo. Essa análise alfanumérica das classes deixa de lado expressões como “classe trabalhadora”, “classe operária” ou “proletariado”, o que tende a esvaziar o conteúdo político de classe.

Nessa mentalidade de distinção entre as classes, considerando sua faixa de consumo, a “lógica da ação coletiva”, analisada por Mancur Olson (2015) e a capacidade de elaboração política desses grupos sociais, é diminuída. As classes,

⁴ Pierre Bourdieu, sociólogo francês e crítico do marxismo, elabora uma concepção de espaço físico e espaço social, utilizando-se de seus conceitos de *habitus*, *campo* e *capital*. Os espaços físicos e sociais são relacionais e operam numa lógica de realização mútua: quanto ao espaço físico, que é o local onde o indivíduo está situado, seu lugar é ocupado no mundo a partir da dimensão social e dos processos de hierarquização; quanto ao espaço social, que expõe a distância que esse agente está em relação ao outro e em relação a si mesmo, é ocupado a partir de um (ou de todos) os capitais (cultural, econômico, simbólico e social) obtidos, que o posicionam tanto num contexto de embates dentro de um mesmo campo, quanto entre diferentes campos.

⁵ Dadas as políticas públicas e sociais de acesso ao crédito e a uma, mesmo que mínima, redistribuição de renda, as camadas mais pobres do país começaram a galgar acesso a lugares e posições historicamente ocupados pelas classes médias, em grande medida, e as elites, tais como as universidades, a possibilidade de compra de moradias, a frequência em centros de compras (shoppings) e afins. Essas mudanças se devem, principalmente, à ampliação do programa Bolsa Família e à criação do programa de subsídio habitacional “Minha casa, minha vida” (MCMV), ambos durante os governos Lula (2002-2010).

A multiplicidade da classe trabalhadora na práxis marxiana e sua atualidade

tanto de uma perspectiva relacional de Max Weber (1999) quanto da do materialismo histórico empreendido por Marx e Engels, exprime uma face que é fluida, não estática, considerando a sua capacidade emancipatória, alocando a classe trabalhadora e seus participantes em uma condição de sujeitos próprios de sua dinâmica política.

No que se refere à capacidade emancipatória e revolucionária da classe trabalhadora, ela não se dá de maneira espontânea, determinada historicamente enquanto fenômeno datado e isolado. Como coloca o autor a partir da teoria de Marx, o que caracteriza a humanidade é sua intencionalidade: o que fazemos intencionalmente para produzir nossa sobrevivência, ao mesmo tempo em que modificamos a natureza. E isso só é possível a partir do processo de trabalho e das mudanças sociais.

No entanto, nesse circuito, pode conter uma contra tendência: a possibilidade da mobilização e revolução dos trabalhadores, gerando uma emancipação. Nesse sentido, o objetivo principal do livro de Mattos é privilegiar a perspectiva que busca identificar as classes de acordo com as relações estabelecidas por homens e mulheres, com suas diferentes dinâmicas de sexo/gênero, para produzir e reproduzir-se socialmente, a fim de perceber fatores como a consciência coletiva e a ação política das classes. “Dessa forma, podem-se perceber as classes, e os conflitos que se estabelecem entre elas, como processos e relações historicamente situados, decisivos para compreensão da dinâmica mais ampla da transformação social” (MATTOS, 2019, p. 10).

Busca, também, representar uma relação entre trabalhos publicados anteriormente pelo autor, revisitados, que servem como ponto de partida para

elaboração de uma introdução e síntese nessa incursão sobre o conceito de classe marxiano e como ele sofreu alterações pelas diferentes perspectivas (idealistas e materialistas) que se apropriaram dele. Pensar a teoria-prática de Marx e Engels na atualidade, tendo como pano de fundo as mudanças nas dimensões política e econômica, é ter num cenário mais amplo, a partir de um esforço em unir teoria e a prática, o pensamento de uma intervenção transformadora da classe trabalhadora nas atuais relações sociais.

O autor pretende, assim, trabalhar as múltiplas dimensões da luta pela emancipação, que é a marca da obra marxiana e engeliana. Volta-se para as diversas dimensões da emancipação (gênero, raça/cor/etnia etc.), como também dos conflitos anticoloniais trazidos pelas obras de Marx e das diversas formas assumidas pela classe trabalhadora dentro do sistema capitalista. Estes se colocam como pressupostos necessários para se entender como se dá a luta de classes e a própria estruturação da classe trabalhadora. Como coloca Mattos ao longo do livro, principalmente ao analisar as diferentes visões sobre o proletariado, o trabalho ainda é elemento central da sociedade e a classe trabalhadora (em suas debilidades e potências) está mais viva e existente que nunca.

Referências

BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**, vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.

A multiplicidade da classe trabalhadora na práxis marxiana e sua atualidade

_____. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A guerra civil na França.** São Paulo: Boitempo, 2011.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva:** os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial/Editora UnB, 1999.

História Pública na prática: desafios e possibilidades para a divulgação de História

Leonardo Reis*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p600-609

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (ed.). História Pública e divulgação de história. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2019.

História Pública e divulgação de história é uma obra construída coletivamente por historiadores profissionais encarregados de compartilhar com o público-leitor as suas experiências, dificuldades, aprendizados e expectativas com a História Pública e a divulgação da História. Ao todo, o livro é constituído por 9 capítulos – 6 artigos e 3 entrevistas¹ –, e, em cada um desses capítulos, nos deparamos com uma miríade de possibilidades para a divulgação científica da História.

Não apenas a proposta da obra é demonstrar as diversas maneiras de divulgar História, como também o livro em si é um projeto de História Pública: ao mesmo tempo que é utilizada uma linguagem acessível a um público ampliado, além do perfil não acadêmico, busca incentivar historiadores de diferentes perfis a atuarem na divulgação da produção historiográfica, destacando a interlocução destes estudos com a comunidade em geral.

É possível, então, afirmar que *História Pública e divulgação de história* nada mais é do que um guia para os profissionais da História que almejam atuar na veiculação dos saberes históricos para além dos espaços escolares e universitários. Passemos a analisar, então, cada capítulo.

Editando a História é o capítulo inicial do livro. Escrito por Luciana Pinsky, ele propõe a reflexão sobre o livro de História em formato digital (PINSKY, 2019, p. 36). Para isso, Pinsky comenta brevemente a respeito da distribuição da obra na dimensão de sua produção e comercialização no mercado editorial brasileiro. A autora efetua uma comparação entre três mercados domésticos de produção-venda em escala industrial de livros: o brasileiro, o estadunidense e o da União Europeia. Os dois últimos não são tão aprofundados, servindo mais de parâmetro para pensar o

1 Todas as entrevistas foram feitas por Bruno Leal Pastor de Carvalho.

caso brasileiro. Esse exercício tem a finalidade de demonstrar o alcance do livro hoje em termos numéricos (PINSKY, 2019, p. 27).

Na sequência, Pinsky aponta para um cenário em que a produção e comercialização dos livros de História em formato integralmente digital, destacando a proximidade dos leitores com as fontes e práticas aplicadas à pesquisa, oportunizaria uma leitura mais apurada pelos pares, historiadores e demais leitores, acerca das concepções e resultados do ofício historiográfico.

No segundo capítulo, *A História é notícia: Temas históricos e o ofício do historiador em reportagens publicadas na Folha de S. Paulo*, Juliana Sayuri, com base em algumas experiências sobre a 'Ilustríssima', um caderno dominical da *Folha de S. Paulo*, escreve sobre a possibilidade e a necessidade de aproximação entre Jornalismo e História, com base em reflexões sobre o "fazer histórico" e os assuntos históricos (SAYURI, 2019, p. 41). A autora se detém na redação de reportagens recentes de temática histórica e do ofício do historiador (SAYURI, 2019, p. 41).

Sayuri aponta para a necessidade de uma forma de escrita jornalística que evite o empobrecimento e a vulgarização da problematização histórica, considerando a importância dos espaços de imprensa escrita, como "tribunas" passíveis de serem mobilizadas para alcançar audiências não especializadas, mas igualmente sedentas desta forma de conhecimento.

No capítulo seguinte, *Pesquisa publicada é pesquisa divulgada? A experiência de divulgação da revista História, Ciências, Saúde*, da autoria de Roberta Cardoso Cerqueira, o objetivo é o de apresentar as estratégias de divulgação dos conteúdos produzidos pelo periódico *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*: desde a utilização de *press releases*, que eram enviados às redações especializadas de grandes jornais, à

criação de perfis nas redes sociais. A autora também reflete sobre como esses mecanismos foram (e são) fundamentais para a circulação dos conteúdos do periódico entre as diversas audiências (CERQUEIRA, 2019, p. 56).

Cerqueira descreve as estratégias adotadas pela revista no contexto dos anos 1990-2000, como o já mencionado envio, a cada edição da revista, de *press releases* a jornalistas e para as redações de jornais especializados, professores e intelectuais, com o intuito de sinalizar as novas edições da revista; ou, como ocorrido em 2006, quando os artigos em português do periódico passaram a ser traduzidos para os idiomas espanhol e inglês com vistas a internacionalizá-los (CERQUEIRA, 2019, p. 57).

A relação da revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* com a internet começa ainda no final dos anos 1990: em 1998, a revista passou a se fazer presente no mundo digital ao inaugurar a sua versão eletrônica, e no ano 2000, passou a integrar o programa *online* SciELO (Scientific Electronic Library Online), onde se encontra integralmente disponível (CERQUEIRA, 2019, p. 57).

A partir de 2013, com a criação de perfis da revista no *Facebook*, no *Twitter* e com a criação de um *blog* (CERQUEIRA, 2019, p. 60), foi possível observar a expansão do público, que começou a consumir os seus conteúdos. O *blog* passou a ser central para a divulgação do periódico, e as redes sociais passaram a replicar toda e qualquer matéria presente nessa página. A internet, portanto, assumiu um papel de importância para o periódico *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, permitindo que ela fosse amplamente lida pelas diversas audiências.

No quarto capítulo, *História no YouTube: Relato de experiência e possibilidades para o futuro*, Icles Rodrigues escreve sobre os seus 10 anos de experiência com História Pública, desde a atuação no *blog* baseado na plataforma *Blogspot*, *Leitura*

ObrigaHISTÓRIA (RODRIGUES, 2019, p. 81), iniciado em 2009, até os dias atuais no *YouTube*, em canal homônimo, produzindo vídeos didáticos sobre diversos temas pertinentes à História.

No *YouTube*, Rodrigues atua como divulgador científico desde agosto de 2015 (RODRIGUES, 2019, p. 82). Sobre essa experiência, o historiador relata os aprendizados por meio das dificuldades que enfrentou, as mudanças de estratégias adotadas com relação aos algoritmos do *YouTube* com o intuito de atrair mais pessoas para o canal, a chegada de outras duas intelectuais que passaram a colaborar com vídeos de temáticas com as quais não tinha proximidade, entre outros. Em virtude do bom rendimento do canal, e com a intenção de expandir os seus projetos de História Pública, Rodrigues aproveita para anunciar a iniciativa de divulgação por meio do *podcast* do projeto *Leitura ObrigaHISTÓRIA, História FM*, que estreou em 2019.

No quinto capítulo, *História da Ditadura: Como tratar de regimes ditatoriais com o grande público*, Paulo Cesar Gomes disserta sobre a sua experiência com o *site História da Ditadura*, criado em 2016, cujo objetivo foi o de levar ao grande público o conhecimento histórico advindo das pesquisas acadêmicas sobre o período da Ditadura Civil-Empresarial-Militar brasileira (1964-1985) (GOMES, 2019, p. 93). Gomes escreve que um dos motivos que o levou a criar o *site* foi sua insatisfação com a desproporcionalidade entre o esforço exigido para a produção de trabalhos universitários de qualidade e a pequena circulação dos resultados atingidos em forma de artigos, dissertações e teses (GOMES, 2019, p. 93-94).

O *site História da Ditadura* foi criado como uma ferramenta que pudesse vir a ser utilizada por historiadores, professores e alunos, mas igualmente por outros indivíduos interessados nesta temática (GOMES, 2019, p. 96). Por essa razão, foi

construída, nesta plataforma, uma base de dados que busca reunir referências de produções em variados formatos sobre o regime militar, dentre eles: dissertações, teses, livros, fotografias, filmes, *sites* etc. (GOMES, 2019, p. 95). Além do *site História da Ditadura*, Gomes criou um canal homônimo no *YouTube*, onde disponibiliza entrevistas com especialistas no tema e com pessoas que viveram naquele período (GOMES, 2019, p. 96). Tanto o *site* quanto o canal no *YouTube* possuem linguagens bastante acessíveis.

Bruno Leal Pastor de Carvalho, no sexto capítulo, *Café História: Divulgação científica de História na internet*, relata sobre as motivações que o levaram a criar o *site Café História*, o maior portal de divulgação científica em língua portuguesa, especializado em História na internet brasileira, alcançando hoje cerca de meio milhão de pessoas com suas publicações (CARVALHO, 2019, p. 105-106), bem como as experiências e frutos colhidos com seu projeto.

O *site Café História* estreou no ano de 2008 e tinha como objetivo disseminar o conhecimento histórico para as amplas audiências (CARVALHO, 2019, p. 105). As inquietações de Carvalho começaram ainda durante a sua graduação. O autor conta que, nas aulas, o ensino e a pesquisa estavam no centro do debate, mas a divulgação científica não fazia parte da preocupação dos professores. Sequer havia disciplinas optativas reservadas para se pensar meios e métodos de se divulgar História ao grande público. A partir disso, Carvalho decidiu investir o conhecimento na divulgação de História, aderindo às mídias digitais, que estavam em ascensão no Brasil naquele momento.

Carvalho descreve as estratégias adotadas para atrair cada vez mais pessoas ao *site*, sobre as mudanças técnicas sofridas pelo *Café História* ao longo da década de sua

existência, bem como sobre o seu alcance nacional e internacional. Por fim, é comentado também o projeto *Café História TV*, uma extensão do site *Café História* no *YouTube*. Por se tratar de um projeto experimental, Carvalho o menciona brevemente, sem entrar em maiores detalhes.

O sétimo capítulo, *Experiências de uma historiadora-divulgadora*, constitui a primeira entrevista do livro, concedida por Keila Grinberg. A pesquisadora relata suas experiências na divulgação de História através de seus escritos nas colunas da revista *Ciência Hoje*, entre os anos 2008-2014, e demais mídias onde trabalhou ao longo de sua carreira (GRINBERG, 2019, p. 125).

Além disso, Grinberg detalha o processo de escrita das suas colunas, a relação com os leitores, a preocupação com a disseminação daquilo que escrevia e sobre como fazia para definir os temas seriam publicados na revista: "Eu definia as pautas com base nos meus interesses e nos acontecimentos do mês, naquilo que me chamava a atenção." (GRINBERG, 2019, p. 126). Além da revista *Ciência Hoje*, a professora-pesquisadora também contribuiu como historiadora pública no site *Detetives do Passado*, um projeto de divulgação científica de História na internet, mas essa experiência não foi aprofundada na entrevista. Ao final da entrevista, Grinberg chama atenção pelo fato de historiadores estarem atentos às demandas de suas audiências, declarando: "Quem fala para o grande público tem que também ouvir o grande público." (GRINBERG, 2019, p. 130).

No capítulo oitavo, *A História que ocupa os espaços públicos da cidade*, Luiz Paulo Ferraz e Gustavo Bione falam do seu projeto *História ao Ar Livre*, uma proposta que pretende deslocar as aulas de História das salas de aula e levá-las para os mais variados espaços públicos da cidade de Recife. Essa empreitada surgiu a partir de um

sentimento de preocupação dos professores com uma forma de ensino que pudesse ser mais aberta e inclusiva ao grande público, sem as amarras de um conteúdo programático mais rígido e/ou a necessidade de um ambiente fechado, incentivando o interesse sobre e a valorização dos espaços públicos da cidade de Recife (BIONE; FERRAZ, 2019, p. 137).

Ao final do capítulo, os professores são questionados sobre a relevância e o papel exercido pela internet nessa empreitada. Ela é bem quista pelos professores, pois permite que o projeto seja amplamente divulgado ao público, que, por vezes, acaba não tendo contato com os professores ou com pessoas que saibam da ocorrência das edições do *História ao Ar Livre*. Apesar do potencial da internet, os professores acreditam muito mais no potencial de atração do 'boca-a-boca' (BIONE; FERRAZ, 2019, p. 136).

Paulo Knauss foi o último entrevistado do livro, encerrando com o capítulo *Museus para se pensar o presente em perspectiva histórica*. O professor disserta acerca da relevância social e da promoção do enriquecimento cultural possibilitada pelo museu, uma vez que essa instituição proporciona às pessoas que frequentam seu espaço a obtenção do conhecimento histórico do passado através dos artefatos dispostos em seu espaço.

Ademais, pelo fato de atender a uma miríade de públicos – de diversas origens, com diversos motivos que os levaram até o museu, com diferentes idades, de diferentes classes, raças, gêneros etc. –, o museu necessita adequar a comunicação com estas pessoas, tornando-se mais acessível e democratizado a todas as audiências. Para Knauss (2019, p. 140), a produção do conhecimento histórico nestes espaços advém do colecionismo e das exposições. Por isso, é possível pensarmos

essas instituições como sendo lugares sociais de produção do conhecimento (KNAUSS, 2019, p. 141).

O entrevistado, quando inquirido sobre os mecanismos da internet aplicados à difusão do conhecimento histórico-museológico, declara que considera extremamente importante para viabilizar a difusão dos saberes contidos nesses locais. Segundo Knauss, com a internet muita coisa mudaria, a exemplo da forma de contemplação, que é extremamente importante para a propagação dos saberes contidos no espaço museológico para as diversas espacialidades.

A divulgação científica no Brasil, de uma maneira geral, tem crescido bastante nos últimos anos. Esse é um bom sinal, visto que há grande necessidade de se combater o anticientificismo latente. Por isso, *História Pública e divulgação de História* cumpre um papel necessário na agenda pró-Ciência, dando voz aos historiadores profissionais dispostos a atuarem com a História Pública. Porém, "(...) fazer história pública não é só ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe uma pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos (...)" (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 8). Trata-se, portanto, de "(...) como tornar o passado útil para o presente." (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 8).

Por fim, como mencionado por Almeida e Rovai: "Num esforço colaborativo, ela [História Pública] pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise." Nesse sentido, a História Pública se refere às "(...) reflexões sobre a atuação do profissional capaz de estimular a consciência histórica para um público amplo, não acadêmico." (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 7).

Referências Bibliográficas

História Pública na prática

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. Apresentação. In: _____. (Org.) Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011, pp. 7-18.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (ed.). História Pública e divulgação de história. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2019.

entrevista



Investigar o passado é a profissão do futuro: uma disciplina que nunca se esgota.

Entrevista

Beatriz Gasques Favilla,
Gabriele Maria Oliveira e
Marina de Almeida
Spinola

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p611-632

"Não existe sociedade humana sem seu passado, e não existe sociedade humana que não procure o que tem em seu passado."

Raquel Glezer iniciou a sua trajetória nas ciências humanas nos anos 1960, quando ingressou no curso de História da Universidade de São Paulo. Desde então, desenvolveu trabalhos nas áreas de história do Brasil, história da cidade de São Paulo e de sua urbanização, teoria da história e historiografia brasileira e ensino de história, participando de projetos com historiadores consagrados como Emília Viotti da Costa e Joaquim Barradas de Carvalho. Professora titular do Departamento de História da USP, a docente ganhou, em 2018, o título de Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Sua jornada começou como a de muitos nós, uma jovem que adorava ler e gostava muito dos seus professores de Ciências Humanas. No entanto, isso aconteceu em um mundo muito diferente do que conhecemos hoje. A professora relembra sua experiência em outros modelos de ensino básico e universitário - "um

“mundo desaparecido”, em suas próprias palavras. Glezer estudou em uma Cidade Universitária muito distinta, quando o prédio do Departamento de História não era ainda o lindo Eurípedes Simões de Paula, com as rampas que hoje marcam o cotidiano dos estudantes. A organização do curso também era totalmente outra: as turmas das humanidades eram muito menores, os cursos eram panorâmicos, organizados pelo sistema de cátedra e totalmente voltados à formação de professores. A fala de Glezer nos conduz pelas múltiplas transformações por que passaram a historiografia, a profissão de historiador e o próprio curso de História ao longo de boa parte do século XX. Desde o seu ingresso na graduação até a sua atuação como docente, ela acompanhou todos esses processos, e comenta, inclusive, sobre questões muito atuais, como a regulamentação da profissão de historiador, o desmonte da educação básica e do financiamento à pesquisa e a introdução da tecnologia em nosso cotidiano profissional.

Mesmo diante dos ataques que a disciplina sofre no presente, a professora fala da profissão com muito carinho, e nos faz lembrar que a História não se esgota: há sempre um novo problema, uma nova questão que nos instiga, um novo ângulo para analisar. Em qualquer cenário presente ou futuro, a peculiaridade do historiador é justamente esse desejo incansável de compreender como chegamos até ali, o que veio antes de nós, o que há de singular em nossa condição e o que compartilhamos com os “outros” de outros tempos e espaços. O movimento permanente da vida em sociedade nos impele a pensar e, felizmente, isso diverte os historiadores. Glezer nos lembra precisamente de que ser historiador é muito divertido, e foi por isso que escolhemos esse campo e esse caminho, em primeiro lugar. Um alento em tempos tão difíceis.

Boa leitura!

Revista Epígrafe: Bom, professora nós gostaríamos de saber como foi a infância da senhora, sua formação escolar. A senhora chegou a fazer magistério?

Raquel Glezer: Não, eu fiz Grupo Escolar, Ginásio Estadual e Colégio Estadual num curso que se chamava Colégio Clássico, que corresponde hoje ao Ensino Médio. Ele era dividido em duas possibilidades, e eu fiz a chamada Clássico. Tinha Latim, tinha Grego, tinha Espanhol, dependendo da escola em que você estava. E sempre fiz os cursos nas escolas do bairro. Fiz um Grupo Escolar do bairro, fiz Ginásio Estadual e Colégio Estadual também.

Revista Epígrafe: Era comum fazer magistério nessa época?

Raquel Glezer: Eu acho que era uma possibilidade. O colégio que eu fiz era um Ginásio Estadual e Escola Normal. Eram três anos, exatamente como é o Ensino Médio hoje.

Eu não tinha muito ânimo para a Escola Normal porque não era muito fã de lidar com crianças. E Escola Normal significava ter que trabalhar com crianças. Adolescentes são mais interessantes. E se eu fizesse um outro curso, eu poderia escolher uma outra profissão menos fechada em termos de possibilidades de trabalho. Vocês têm que pensar que a sociedade era muito restrita, com mínimas possibilidades de trabalhos para as mulheres... Não havia grandes chances de você dizer: “bom, eu vou querer ser outra coisa”. Ou fazia a Escola Normal, ou fazia o Colégio. Podia fazer Contabilidade, uma escola comercial ou uma escola industrial, mas eram coisas bem limitadas. Quer dizer, a escola comercial era uma escola particular, normalmente, e a Escola Industrial era uma escola do governo. Não

existiam em todos os bairros, só em alguns bairros, o que significava que você teria que tomar uma condução ou duas para ir até a escola. E tendo Escola Estadual no bairro, você ia e voltava sem custos de condução, e era muito mais divertido.

Revista Epígrafe: Professora, quando e como começou o interesse da senhora pelas Humanidades e pela História? Foi uma vontade que esteve sempre presente?

Raquel Glezer: Bom, eu sempre gostei muito de ler. Nunca fui uma boa aluna, nem no Ginásio, nem no Colégio, mas aproveitava o tempo das aulas lendo tudo o que me interessava. As classes não eram tão grandes quanto hoje, mas eram uns trinta, trinta e cinco alunos. Dava para a gente ficar no meio da classe, fazendo as leituras que interessavam e ninguém precisava se sentar na primeira fileira. Também não precisava se sentar na última, porque na última ficava um pessoal mais agitado, mais barulhento. E eu achei que seria interessante fazer a Faculdade de Filosofia, porque no Colégio eu tive uma ótima professora de História, tive ótimos professores que estavam saindo da Faculdade de Filosofia. Bons professores, bem formados, capazes de interessar os alunos.

E eu achei que eu poderia tentar fazer História, porque eu tinha uma boa formação em português, conseguia ler em inglês, em francês e em espanhol, porque eram as disciplinas de línguas que havia no colégio. Eu conhecia um pouco de latim, porque tinha estudado sete anos de latim. Tinha estudado sete anos de francês, um pouco menos de inglês. Mas dava para ler o material que fosse necessário em outras línguas. Eu resolvi que ia fazer o vestibular terminando o colegial. Eu fiz um cursinho rápido, em torno de um mês, porque o vestibular era em fevereiro - era escrito e oral - e foi mais para, digamos, fazer a revisão daquilo que eu havia estudado nos anos anteriores. Obviamente não tinha Química, Física, Matemática, essas coisas que

O constante movimento de renovação

assustam o pessoal das Humanas. Mas tinha História, tinha Geografia, tinha uma língua. Então, dava para fazer relativamente tranquila.

Eu fiz vestibular, passei e fiz o curso no período da tarde. A turma era muito pequena, uma turma com alunos em trinta vagas. Trinta à tarde, trinta à noite. O curso era pequenininho. E foi um curso interessante, gostei! Tive oportunidade de trabalhar com pesquisa com alguns professores na graduação, e depois eu achei que daria para fazer aquilo que estava começando no novo regime, que era a pós-graduação. Eu comecei no antigo regime, quando você fazia a matrícula e não tinha tempo pré-determinado para a defesa. Não havia financiamento de pesquisa, então você poderia usar o tempo que quisesse para fazê-la, e quando ela fosse considerada adequada pelo orientador, iria para a defesa. Era um mundo estranho do ponto de vista de vocês. Era um mundo absolutamente analógico, dependia do material que a gente encontrava na biblioteca, no arquivo. Você dependia completamente daquilo que existia nas bibliotecas. A biblioteca da Faculdade de Filosofia sempre foi muito boa, muito rica. Havia a Biblioteca Municipal, que era boa para estudo e pesquisa; e ainda a biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico, no centro da cidade. E você ia suprimindo as necessidades de leitura e pesquisa com os materiais que fossem importantes. E a Faculdade tinha - tem até hoje - imensas coleções de revistas. Foi sempre uma preocupação da instituição na formação do acervo, as coleções de revistas. Então, você podia ir se mantendo a par do que estava acontecendo, quando as revistas chegavam. Hoje é muito mais fácil, você entra nas coleções *online* e tem acesso a uma boa parte do material que está sendo publicado, porque várias revistas estão em livre acesso, e isso facilita muito o processo de estudo e de formação. E as revistas hoje estão muito mais especializadas, porque, naquela época, elas ainda eram revistas gerais. Havia as de Pré-História e algumas mais contemporâneas em

assuntos, dependiam do interesse, do momento, do que as pessoas queriam publicar. Você tinha um material muito rico, mas não havia a quantidade de revistas especializadas de hoje, que facilitam muito o acompanhamento das pesquisas, do campo e das discussões. Então, a gente fazia pesquisa um pouco às cegas, naquilo que você ia achando e localizando. Hoje é bem mais fácil para vocês, eu acho. A *internet* possibilita uma extensão da pesquisa muito grande. É claro que ler artigos de revista na *internet* é pesado. Embora os artigos tenham entre 20 e 25 páginas, eu considero pesado. Eu gosto de ler material de revista impresso. Tem que ir lá, pegar a revista, sentar, folhear. Tem mais além do que aquilo que interessa estritamente no momento. Mas a existência das revistas de acesso aberto facilita muito a vida da gente, principalmente a do historiador, que é um rato de biblioteca. São ótimas.

Revista Epígrafe: Professora, nós queríamos saber quais foram as disciplinas, os professores, as experiências mais marcantes que você teve na faculdade. Aliás, a senhora fez a faculdade no campus da Maria Antônia ou já era no do Butantã?

Raquel Glezer: Eu já fiz o curso no campus do Butantã. Claro que não era no prédio em que estamos hoje. Onde hoje é a reitoria, aquele prédio grande (era o prédio mais alto do campus) tem duas alas, até hoje. Numa ala ficava o curso de História, na outra ficava o curso de Geografia. Na Cidade Universitária, havia o curso de Física e o de História Natural. Na Maria Antônia, fiz só algumas disciplinas, mas fiz o curso quase todo na Cidade Universitária, que era um descampado deserto, e nessa época do ano [no verão] era um horror, porque a lama escorria para tudo quanto era lado. Vocês conhecem o jardim que vai do prédio em que estava a reitoria para a reitoria nova? Hoje você consegue andar pelo caminho, mas se andar na grama, vai ouvir o charco. Aquilo é uma baixada, um charco. Se chover muito, inunda os térreos dos prédios do lado. Não inunda o nosso, porque ele é alto. Ele só inunda quando o telhado dele dá

problema.

Revista Epígrafe: E quanto às disciplinas, experiências e professores marcantes?

Raquel Glezer: Fiz um curso em que as disciplinas eram anuais, então todas elas tinham o primeiro semestre e o segundo semestre. E havia bem menos disciplinas do que há hoje, mas os professores eram quase todos muito bons. Eu acho que os professores marcantes para mim foram: na História Ibérica, o professor Joaquim Barradas de Carvalho; na História Moderna e Contemporânea, o professor Fernando Novais, o professor Guilherme Motta, o professor [Eduardo d'Oliveira] França; na Antiga e Medieval, o professor Pedro Moacyr Campos (ele não era uma pessoa fácil e acessível de convivência, mas era um ótimo professor). Como a finalidade do curso era a formação de professores para Ginásio e Colégio, a gente tinha cursos panorâmicos. Em História do Brasil, além do professor Sérgio Buarque, a professora Maria Thereza Schörer Petrone, a professora Nícia Vilela Luz, a professora Laima Mesgravis.

Eu peguei o curso ainda no sistema de cátedra, então, havia o catedrático e seus assistentes. O catedrático podia dar o curso teórico e uma parte do seminário. Normalmente, eles davam o curso teórico e a gente ia fazer os seminários com os professores assistentes. Era assim a grade do curso: História Antiga e Medieval; História do Brasil, História da América, História Moderna e Contemporânea, porque as cátedras ainda eram conjunto de disciplinas, não havia desmembramento. O desmembramento foi posterior. Claro, já existia Introdução aos Estudos Históricos, que eu fiz com o professor Yves Bruand. E havia Teoria da História, com as professoras Maria de Lourdes Janotti e Emília Viotti.

Os professores marcam a experiência que a gente tem como aluno de várias formas. Eles marcam pelo interesse que despertam pela disciplina, pela forma de organização do curso, pela atenção que dão aos alunos, pelas sugestões e indicações de leitura. Era mais fácil conseguir atenção dos professores, porque a turma tinha 30 vagas, mas não havia 30 alunos. Então, as turmas de seminário eram turmas de 12 ou 15 pessoas. É um mundo desaparecido. E havia um fator bem importante, que era a turma. A gente entrava com um grupo de colegas, fazia o curso todo com as e os colegas. E, para quem acabou fazendo a carreira universitária, são alguns dos colegas de profissão que nós temos hoje. Então aqui, ou na Filosofia, na Faculdade de Educação, ou nas Ciências Sociais, ou em outra Universidade, você tem os colegas de turma.

Pode ser que o esquema a que vocês estão submetidos, o de rotação de turmas, seja mais compatível com as possibilidades dos alunos de estudar e com a possibilidade de fazer o curso numa determinada velocidade. Mas a gente tinha um curso limitado de quatro anos. No terceiro ano, começava a parte didática: Psicologia Educacional, depois Didática Geral e Didática Especial em História, que era obrigatória para quem queria ser professor, porque fazia parte - como faz até hoje - do registro profissional.

Claro, a Psicologia Educacional era para todos os alunos da Faculdade de Filosofia. É só vocês lembrarem que, do desmembramento dela, surgiram onze institutos. Então, para nós, parecia assim, muito grande e complicada. Era em um auditório, 150, 200 lugares, e tinha alunos de toda a faculdade. Havia uma parte da faculdade no campus do Butantã, já, mas também havia o campus da Maria Antônia e o da Rua Glete, onde ficava uma parte de Ciências Exatas. Então, havia, de certa forma, um maior contato com os colegas dos outros cursos da Faculdade de Filosofia.

O constante movimento de renovação

A impressão que eu tenho hoje é que, embora os prédios sejam relativamente próximos, há um menor contato com os colegas dos outros cursos. E isso acho um pouco entristecedor, porque a gente sempre ganha experiência com o contato com outras pessoas, com outras formas de ver as questões, outras experiências de vida, outras formas de raciocinar. Às vezes eu tenho a impressão de que, na verdade, os prédios, que deveriam servir para aproximar - o chamado conjunto didático -, na verdade separam. Todo mundo fica no seu prédio e a Filosofia não tem um espaço comum, só o prédio da Administração, que é para atividades burocráticas, administrativas, as reuniões dos colegiados, as bancas. Mas já houve maior possibilidade de contato com os colegas dos outros prédios. Havia maior circulação de professores. E eu acho que essa circulação sempre enriquece as experiências. Permite que a gente aprenda a ver alguma coisa de outro jeito. Nem todo mundo pensa que nem historiador. Pelo treinamento, pelo processo de formação profissional, a gente acaba aprendendo as coisas de determinada forma. E, é claro, quando o historiador sai para outras atividades - para trabalhar em arquivo, editoras, centros de documentação, museus -, tem que aprender outras coisas, que desenvolver novas habilidades que não são treinadas no curso, porque é um curso de formação para historiador. É um curso que não separa a parte de formação de professor da parte de formação de historiador. Então, é claro, na minha geração, quase todos os professores, passaram, quer no ensino formal, quer no informal, passaram por escolas antes de se tornarem professores da Universidade.

Revista Epígrafe: Professora, a própria estrutura do curso, nessa época, era mais interdisciplinar do que hoje? Dialogava mais com as outras áreas?

Raquel Glezer: Não, eram cursos menos especializados, eram cursos panorâmicos. Era a ideia de que todo mundo ia ser professor de Ginásio, de Colégio; portanto, a

formação tinha que ser mais abrangente e menos especializada. A especialização era para quem quisesse fazer pós-graduação. Todos nós tínhamos uma base de leitura comum, porque todos tínhamos que ler determinados livros em determinadas disciplinas, e aprendíamos qual era a bibliografia básica. Aprendíamos também como suplementar o nosso processo de formação, se tivéssemos interesse em outro assunto.

Revista Epígrafe: Professora, tinha como fazer pesquisa durante a graduação ou isso passou a ser mais viável quando a senhora já estava formada? A senhora teve interesse em fazer pesquisa durante a graduação?

Raquel Glezer: Eu tive a possibilidade de fazer pesquisa na graduação com alguns professores, como o professor Joaquim Barradas de Carvalho. Ele formou um grupo, que hoje corresponderia à iniciação científica, para nós estudarmos os documentos referentes ao descobrimento do Brasil. Esse material está na *Revista de História da USP* dos anos 60. Eram alunos de graduação aprendendo paleografia do século XV, XVI, aprendendo a procurar bibliografia, a ler documentos manuscritos. Vários professores do Departamento de História, passaram por esse grupo.

Em História do Brasil, as professoras Maria Odila Leite da Silva Dias e Thereza Schörer Petrone faziam um tipo de treinamento em arquivo com leituras de documentos. Depois, a professora Emília Viotti da Costa fazia também grupos de estudo e de pesquisa em arquivo. É claro que não era uma coisa muito profunda, nem muito complicada. Eram passos elementares de como se trabalhava num arquivo. O arquivo do Estado não estava organizado, estava menos organizado do que é hoje. Então, você tinha que ir descobrindo por onde trabalhar com a documentação, porque só havia as grandes classificações gerais. Tinha que aprender

O constante movimento de renovação

a trabalhar com material de revista, encontrando perspectivas diferentes: o que é o material de arquivo, o artigo da revista, o livro editado; quais são as diferenças entre esse material e que peso você dá a esses diferentes materiais enquanto faz um trabalho. E aprender também a procurar as coisas.

Havia uma grande predominância da História Política e da História Econômica. A História Cultural não existia, ela apareceu depois. Uma boa parte do curso de vocês é estruturada em cima da História Cultural, da História das Mentalidades, mas isso é um fenômeno do último quartel do século XX. Na época em que eu estudei, os cursos eram quadradinhos. Havia uma bibliografia, era para ler aquela bibliografia e era aquilo que se tinha que aprender sobre aquele assunto. Não importava se era Geografia, se era História da América, se era História Antiga. Mas os professores, a maioria deles, eram bons. Procuravam, pelo menos, despertar o interesse dos alunos pelos assuntos.

Revista Epígrafe: Como foi esse processo de especialização do curso de História dentro da USP? Por que isso aconteceu?

Raquel Glezer: Primeiro, porque o campo se fragmentou muito. Segundo, o campo dos estudos históricos hoje é muito mais subdividido com técnicas de trabalho, conceitos específicos, bibliografia absolutamente diferenciada. Os cursos eram gerais e panorâmicos. Hoje, eles não são nem gerais, nem panorâmicos, são monográficos. Eles são projetos de pesquisa que estão sendo desenvolvidos; às vezes são projetos já concluídos, mas tenho a impressão de que, na maioria das vezes, são projetos em andamento. Por isso, eles são mutáveis de semestre a semestre, e de ano a ano. Mudam as bibliografias referenciais, os temas e a perspectiva do professor. Ele está analisando um determinado fenômeno em determinado ângulo, mas um ou dois

anos depois, ele pode estar num outro projeto, outro tema, outra bibliografia, outra perspectiva. Isso é muito enriquecedor. Corresponde a um fenômeno geral dos estudos históricos. Eles eram estudos, nós diríamos hoje, quadrados e tradicionais. Você tinha que aprender a História Política de qualquer lugar que você fosse estudar. A História Política era uma História bastante tradicional; com o tempo ela caiu em desuso e, depois, foi retomada com novas perspectivas e novas questões.

Então, na verdade, os estudos históricos eram relativamente tradicionais. Havia os livros de referência, como há até hoje, os quais, obrigatoriamente, o historiador profissional deve ler. Mesmo que não seja do campo específico da pesquisa e da especialização, o historiador tem que passar pelo Marc Bloch, pelos historiadores marxistas ingleses e pelos historiadores contemporâneos franceses. Então, ele tem que ler aquilo, mesmo que ele trabalhe com outra bibliografia e outra perspectiva. Ele tem a bibliografia referencial do grande campo dos estudos históricos e as bibliografias específicas das múltiplas subdivisões do campo histórico, que começou a se subdividir depois da Segunda Guerra Mundial e explodiu no último quartel do século XX. Então, mudou-se completamente a forma de trabalho e as questões relativas à formação do historiador. Isso ocorreu no mundo inteiro, porque, se você for num congresso internacional e encontrar historiadores, todo mundo leu Marc Bloch, Fernand Braudel, Michel de Certeau, Michel Foucault, Edward Palmer Thompson - é a bibliografia básica. Quem trabalha num determinado campo, aprofunda mais e mantém a sua bibliografia atualizada. Quem tem a formação geral, que os historiadores sempre têm, passou pelos clássicos. Seja um clássico do século XVII, XVIII, XIX ou XX, nós passamos por ele, lemos e entendemos a sua contribuição. "Olha, no meu campo, hoje em dia, é pouco relevante trabalhar com isso, porque eu trabalho com Cultura Material". Tudo bem, você trabalha com Cultura Material, mas

O constante movimento de renovação

tem um arcabouço comum dado pela formação em História. Eu sei que é muito chato, mas tem que passar por isso, tem que ler e entender os autores. Há campos que são muito específicos e muito especializados, então você tem que ir complementando sua formação para trabalhar neles. Hoje em dia, a formação me parece mais direcionada, desde a graduação, para o campo de interesse do aluno. Então, quem quiser trabalhar com Cultura Visual vai trabalhar com isso desde a graduação, vai seguir os cursos referentes à Cultura Visual e vai fazer o processo de iniciação científica trabalhando com Cultura Visual. O pessoal que trabalha com História e Cinema tem um determinado processo de formação, já o pessoal que trabalha com Movimentos Sociais tem outro processo de formação. Os clássicos são comuns a todos, todos eles passaram pela leitura e discussão, tem uma ideia de como o campo dos estudos históricos faz a discussão, do que ele é e como trabalha, mas as formações são cada vez mais específicas. Já não falo nem do caso de Arqueologia e suas trezentas subdivisões, que também é um processo de formação. Vocês vão encontrar historiadores que trabalham com a Arqueologia, como vão encontrar os que trabalham com Cinema, os que trabalham com Literatura, os que trabalham com Movimentos Sociais de uma forma mais tradicional ou de uma forma absolutamente contemporânea. Se vocês pegarem o curso de Pós-Graduação DIVERSITAS - Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, vocês vão encontrar um bloco de historiadores pesquisando questões de diversidade no mundo contemporâneo. A formação básica: historiadores.

É um campo muito divertido, você sempre tem alguma coisa a mais para estudar, sempre consegue olhar para o que está acontecendo e criar parâmetros de comparação. A gente pega qualquer pedacinho do passado ou do presente, dá uma sacudida e vê se as peças se encaixam. Se elas não se encaixarem, a gente quer saber

o porquê elas não se encaixam. Se elas se encaixarem, a gente também quer saber o porquê elas se encaixam: “O que eu fiz de errado para elas se encaixarem? O que eu não vi?”. Fica muito divertido. Não acaba, não é alguma coisa que você aprende e aquilo é sólido e consolidado.

O que nós estamos discutindo hoje, em termos de porque os historiadores escrevem de determinada forma, é interessante. Eu trabalho no campo História da Historiografia, e não tem nada a ver com o que a maioria dos historiadores pensa que está fazendo. É muito divertido estudar este campo porque o historiador escreve de determinada maneira, quais são os critérios que existem em determinados períodos, quais as regras profissionais. É interessantíssimo. Claro, você está trabalhando no campo da interpretação daquilo que foi feito, não altera nada do que foi feito e nem do que aconteceu. É só a gente entender o porquê foi estudado e explicado daquela forma. É interessante, é um campo ótimo. Tudo que você pensar, a gente pode explicar, e se estiver com bastante tempo, a gente arranja umas três ou quatro explicações para aquilo. Você só está girando um objeto. Você tem um determinado objeto e ele pode ser observado, analisado, desmontado e remontado de muitas formas.

Claro, nós, os historiadores acadêmicos profissionais, somos os monstros, porque nós não acreditamos que o passado possa ser reconstruído, nós não temos a menor possibilidade de reconstituir a forma de pensar dos períodos anteriores. Às vezes, as pessoas, quando começam o curso de História, se assustam muito, porque nosso pressuposto é de que toda produção historiográfica é uma produção datada, de uma dada sociedade com determinados critérios, não certos e não errados. Isso assusta muito porque as pessoas pensam que, eventualmente, o historiador encontra o passado. Ninguém encontra o passado. Ele é reconstituído e reexplicado várias

O constante movimento de renovação

vezes. Nós podemos entender o porquê ele é explicado da forma A, B ou C, pelos escritos que os historiadores deixaram, pelas obras literárias, pelas obras artísticas, pelos produtos materiais e pelos resíduos aleatórios do passado. A gente tenta entender o que aconteceu, e tem clareza que aquilo que aconteceu não pode ser reconstruído. Não temos as mesmas experiências de vida, nem as mesmas questões daquelas pessoas. Claro que os historiadores trabalham com empatia, nós trabalhamos com o Outro. O nosso Outro - diferentemente da Psicologia, que trabalha com um outro ser humano - é o passado, seres que já desapareceram e que deixaram sinais da sua existência. O que nós procuramos é entender esses sinais, que são datados, tanto do período da produção quanto do período da interpretação. Isso é fantástico.

Nós somos uns monstros. Nós vamos ver um filme policial e, se deixarem a gente falar - normalmente não deixam porque historiador fala muito - nós vamos explicar o porquê os autores/diretores usam determinada construção, do que estão falando na verdade, o que eles estão escondendo, o que é explícito e o que está implícito quando fazem determinada construção. Romance policial, então, é divertidíssimo: dá uma sociedade inteirinha, os critérios dessa sociedade. Mas qualquer livro, qualquer produção cultural dá. Se você for ler revistas, irá encontrar informações daquela sociedade, como as coisas deveriam ser, o que era permitido, o que era a verdade. O passado é ótimo para se trabalhar, ele sempre permite um outro olhar e uma outra perspectiva. Lembrando que o que encontramos é sempre limitado, toda produção é limitada em função do momento em que se vive. É divertido.

Raquel Glezer: Não é bom ter uma revista? Eu acho ótimo vocês terem a Revista *Epígrafe*. Porque é uma forma de vocês exercitarem várias atividades profissionais.

Trabalham com a História Oral e com uma porção de coisas. Se vocês deixarem, eu falo por três horas, porque, como toda historiadora, sou um bicho ruim que fala muito. Vocês andaram entrevistando quem?

Revista Epígrafe: No semestre passado, a gente montou um dossiê de entrevistas com vários profissionais de áreas diferentes da História. Então, a gente conversou com o pessoal de Museologia, de Arquivologia, com pessoal que trabalha com material didático, com o pessoal que dá aula. Se chama *Ofícios em Mosaico*. A gente conversou com vários deles justamente para mostrar para os alunos que o historiador não é, necessariamente, só professor; tem várias coisas que podemos fazer, como um mosaico de possibilidades

Raquel Glezer: É uma profissão que permite várias coisas. Agora, já é uma profissão regulamentada, mas, até o ano passado, era uma profissão inexistente. A gente sempre se declara como historiador, mas era uma profissão inexistente. Agora, já temos a profissão reconhecida, e fica mais fácil a inserção no mercado de trabalho. Mas você vai encontrar historiadores em todo e qualquer lugar: do arquivo ao pessoal que organiza exposições artísticas. Eles são todos muito divertidos. É uma profissão que permite flexibilidade, porque, como trabalha com vários materiais, as pessoas procuram um nicho no qual elas se sentem confortáveis. Acho que isso é a grande característica do campo dos estudos históricos, tem desde o pessoal da Arqueologia até o pessoal que trabalha com a produção de vídeos, com produção artística. É muito rico, pois você pode procurar aquilo que deixa você absolutamente feliz. Então, tem historiador feliz como editor, produtor cultural, em arquivos, em centros de documentação. É uma formação que é suficientemente ampla para permitir que as pessoas encontrem a sua melhor atividade, que elas se sintam bem exercendo essa atividade e uma determinada profissão.

O constante movimento de renovação

Revista Epígrafe: Professora, falando dessas escolhas de carreira, como a senhora decidiu ir para a carreira acadêmica? Como foi essa transição da graduação para a pós-graduação?

Raquel Glezer: Quando eu terminei a graduação, a gente podia fazer um período informe de pós-graduação; podia escolher um professor-orientador e um tema de pesquisa. Você podia ficar um longo período estudando e fazendo sua pesquisa. Como não havia financiamento, as pesquisas só poderiam ser feitas no período das férias dos interessados. Então, era bem informal. Eu fiz parte de um grupo de pesquisa na graduação com o professor Joaquim Barradas de Carvalho e, depois de graduada, fiz parte de um grupo de pesquisa da professora Emília Viotti da Costa, que tinha um projeto de pesquisa sobre urbanização no Brasil. Até os anos 50, o Brasil era considerado um país predominantemente rural. Então, as questões de urbanização estavam começando a ser estudadas no processo de explosão do crescimento urbano no Brasil na década de 60, em função das transformações econômicas e do processo de industrialização por substituição. A gente tinha esse projeto no Brasil, praticamente centrado em São Paulo, que era ligado a um grande projeto do professor Frédéric Mauro sobre urbanização na América Latina. Então, a coordenação dos projetos sobre a região paulista era da professora Emília Viotti da Costa. Ela foi cassada, durante a Ditadura Militar no Brasil, e nós tivemos que pensar o que iríamos fazer. Ela orientava dois grupos de pesquisa: o grupo que eu frequentava, que era sobre urbanização, sobre trabalho e questões urbanas; e o outro grupo, que era sobre escravidão. Depois que ela foi cassada, pensamos: “Bom, o que nós vamos fazer?”. Uma coisa eu sabia: eu não queria trabalhar mais com questões urbanas.

Logo depois da cassação da professora Emília, o Departamento de História ficou praticamente sem professores para a área de Introdução aos Estudos

Históricos. Havia duas assistentes da professora Emília, a Ana Maria Camargo e a Sylvia Basseto, que ficaram, com a professora Maria de Lourdes Janotti, responsáveis pelas disciplinas: Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História e Historiografia Brasileira, que era uma disciplina de um semestre. Nos anos de 1970 eu já estava dando aula de Metodologia e Teoria da História e Historiografia Brasileira, e fiquei sob orientação da professora Maria Beatriz Nizza da Silva, que havia vindo do Departamento de Filosofia, para a disciplina de Teoria da História. Fiz um trabalho sobre historiografia brasileira. Foi muito bom porque aprendi muito sobre o campo. Escolhi um historiador que era uma referência obrigatória da época, todo mundo tinha que ler os livros dele, e era muito importante. Eu trabalhei com o que hoje nós chamamos de História do Tempo Presente, historiografia do tempo presente. Foi muito divertido. Aprendi muito sobre a profissão, sobre uma coisa que nós chamamos hoje de processo de profissionalização do historiador, sobre relações intelectuais, processos de formação, discussões de grupos de historiadores sobre determinadas questões, e fiz meu doutorado sobre um historiador vivo e atuante. Durante quase quarenta anos, ninguém trabalhou com esse historiador, porque, pelas transformações do campo, ele se tornara, em determinado momento, autor irrelevante, e os autores franceses eram referenciais mais importantes. Só agora, no final do século XX e no século XXI, ele foi retomado como objeto de estudo e há vários trabalhos sobre ele, porque o campo cresceu muito, embora ainda seja relativamente marginal dentro dos estudos históricos no Brasil. É o campo de Teoria da História e História da Historiografia. Temos uma Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, que tem a revista *História da Historiografia*, os encontros anuais e os especialistas que trabalham com Teoria da História e História da Historiografia, tanto historiografia geral quanto historiografia brasileira. Então, é um campo bom para trabalhar, de vez em quando eu ainda trabalho com ele. E trabalho com algumas

O constante movimento de renovação

questões sobre processos de ocupação da terra, sobre urbanização, no caso, centrada na questão da urbanização em São Paulo.

Se você está cansado de fazer pesquisa em um determinado campo, sua pesquisa não vai para a frente, seu arquivo está fechado... você pode pegar outro projeto e desenvolver um pouco. Na verdade, trabalhar com História da Historiografia permite que você trabalhe com qualquer outro campo, porque você pega uma bibliografia básica e faz a análise e, ao fazê-la, você está simultaneamente trabalhando com outro campo, junto com a História da Historiografia. Não digo que seja um campo fácil, mas é muito divertido. Eu acho que História, para a gente fazer, tem que ser uma coisa atraente, divertida, e que dê muita satisfação, mesmo que seja só para os historiadores. Ninguém gosta dos historiadores, nenhum país do mundo fica feliz com seus historiadores. Há até uma rede internacional que se preocupa com historiadores que foram presos, o que acontece periodicamente. Há historiador preso em quase todos os países, principalmente nos países que tiveram uma mudança brusca nas formas de governo, com governos autoritários. Historiador tem mania de falar de coisas que governos não gostam. Os governos gostam de passados prontos e arrumadinhos. Mas os historiadores trabalham com a noção de que o passado não está morto, portanto, ele não é bonitinho, ele não é arrumadinho. Ele é complexo, pode parecer caótico, tem elementos mais visíveis e outros quase invisíveis, sempre podendo ser objeto de estudo. Se você pegar o campo de Estudos Feministas, ele vai da Pré-História até a contemporaneidade, e em qualquer momento você vai encontrar estudos sobre isso. Se você pegar o campo de Estudos Culturais, vai ter da Pré-História até os nossos dias. Existem algumas pessoas que pensam que o passado é um quadro no qual as pessoas vão lá, colocam os dados e tudo é fixo e imóvel, definitivo. Nós sabemos que o passado é uma construção, e que em cada momento,

houve passados diferentes, sempre houve passados diferentes. Historiadores são seres muito esquisitos, que gostam de olhar para o passado e ficar vendo as coisas que são mais ou menos parecidas ou muito diferentes, e eles querem entender o porquê daquilo tudo.

Durante o dia, talvez vocês não vejam isso, mas durante a noite (eu dei aula no curso noturno por muitos semestres), você tem um bloco de gente que está na segunda ou na terceira graduação fazendo História. É um curso que não só permite à pessoa entender o mundo, mas entender as relações sociais, a complexidade das coisas, então é muito bom. As pessoas acham que só faz História quem quer virar professor, mas não. Quem quer fazer o curso de História, faz porque quer entender o mundo de uma outra maneira, e aí vai fazer o que quiser da vida depois. Alguns até vão ser professores, mas, hoje, acho que pouca gente vai ser professor, porque é uma das profissões que mais foi desqualificada aqui no Brasil. Como resultado da desqualificação dos professores, somos absolutamente incapazes de entender a sociedade em que estamos e qual é o projeto que essa sociedade tem.

É muito triste ver um sistema de educação e financiamento de pós-graduação e pesquisa sendo desmontado. É uma coisa pela qual se batalhou muito. Claro, nós sabemos que nada na história é imutável, haverá recomposição, haverá novas estruturas, mas é triste ver o desmonte. São instituições de mais de meio século, que estão sendo desmontadas a olhos vistos. Desmonta-se o sistema de patrimônio, de financiamento de pesquisa, não só na área de Ciências Humanas, mas o sistema como um todo, e assim se desmonta esse país que pode ter pontas de pesquisa que são referências mundiais, como a área de pesquisas agrícolas ou de astronomia. Astrônomos brasileiros são cotados no mundo inteiro, eles têm grupos físicos e teóricos que processam as informações obtidas pelos telescópios internacionais em

O constante movimento de renovação

diversas universidades. Isso tudo precisa de financiamento, precisa de dinheiro, e é muito triste ver esse desmonte, porque, infelizmente, o processo de formação de pesquisador leva de 10 a 15 anos de investimento pessoal e nacional. Não é que o Brasil não tenha dinheiro, é uma escolha do governante. Muito triste não ter a escolha da manutenção do conhecimento. Conhecimento é um processo que precisa de investimento, de formação e de paciência. As pessoas dizem: “Ah, mas que engraçadinho, resolveram fazer uma pesquisa com uma outra forma de fazer vacina”, e você vai lá e vê que a pessoa levou 10 anos para desenvolver essa nova forma de fazer vacina. Dez anos que foram pagos e financiados, e deram resultado. Ao lado desta pesquisa, várias outras não deram resultado. Então, a gente precisa pensar no que a gente quer nesse país, e o historiador também tem que pensar no que vai querer.

Revista Epígrafe: Gostaríamos de saber, por fim, como a senhora acha que o uso da tecnologia, de modo mais assíduo, durante a pandemia pode refletir e está refletindo no trabalho dos historiadores?

Raquel Glezer: Historiadores trabalham muito pouco em divulgação, aqui no Brasil. Nos outros lugares, tradicionalmente na França, historiadores, diretores de arquivo, diretores de revistas, editoras, já tem uma tradição de elaborar materiais de divulgação. Eu acho que agora, no Brasil, temos a possibilidade de ter produtores de material, e isso é importante, porque, mesmo que você tenha nas mídias sociais Terra Plana, o elefante que sustenta a Terra Plana, ou a tartaruga - porque algo tem que sustentar a Terra Plana - você tem a contrapartida. Claro, quando a imprensa surgiu, ela foi massivamente utilizada como material de contrapartida para divulgação de conhecimento, e isso foi importante para o processo de educação e formação da sociedade moderna, mais atualizada. Quando a gente pega a história de como a

sociedade francesa se modernizou, uma das formas foi através dos jornais. As pessoas liam os jornais nos cafés - claro que nem todas eram alfabetizadas -, mas elas liam, algumas vezes em voz alta, debatiam e era uma forma de divulgação. Então, historiadores têm que aprender a divulgar.

Vocês têm uma profissão muito divertida, não levem a sério o que as pessoas falam sobre nós. Nós não contamos histórias da carochinha, mas sim histórias muito melhores do que os contos de fadas, com vários níveis, com várias possibilidades e com vários materiais. É ótimo. Eu acho que é a profissão do futuro, sempre. Não existe sociedade humana sem seu passado, e não existe sociedade humana que não procure o que tem em seu passado. Lembrem-se que os griôs africanos mantiveram suas histórias. "Ah, mas é só memorização". Pois é, mas o Homero também era só memorização, e até hoje se discute se ele existiu ou não existiu, se era uma pessoa só ou várias. É muito divertido, é uma profissão divertida. Muito obrigada pelo convite e parabéns por manterem a revista.

Revista Epígrafe: Obrigado, professora, foi muito bom! A entrevista foi uma aula, na verdade, e foi uma honra entrevistar a senhora. É muito bom saber que, em meio a tanto retrocesso, a nossa profissão é divertida, e é muito gostoso fazer o que fazemos.

Raquel Glezer: É uma ótima profissão!